ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 80

Brasília - DF, sexta-feira, 30 de abril de 2021

SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 7
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 7
Ministério das Comunicações 8
Ministério da Defesa 9
Ministério do Desenvolvimento Regional 11
Ministério da Economia 14
Ministério da Educação 86
Ministério da Infraestrutura 92
Ministério da Justiça e Segurança Pública 133
Ministério do Meio Ambiente 135
Ministério de Minas e Energia 136
Ministério da Saúde 140
Ministério do Turismo 146
Ministério Público da União 148
Tribunal de Contas da União 148
Poder Judiciário 161
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 162

..... Esta edição completa do DOU é composta de 166 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.251 **(1)**

ORIGEM : ADI - 5251 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 7.660, de 18 de novembro de 2014, do Estado de Alagoas, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 26.3.2021 a 7.4.2021.

COMPETÊNCIA NORMATIVA - PROFISSÃO - CONDIÇÃO - REQUISITO - NORMA ESTADUAL. Cabe à União legislar sobre direito do trabalho, condição e requisito para o exercício de profissão - artigo 22, incisos I e XVI, da Constituição Federal.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL OU SINDICAL - LIBERDADE. É incompatível, com a liberdade de associação profissional ou sindical - artigo 8º, cabeça e inciso V, da Carta da República -, a exigência, para o exercício de profissão, de inscrição em órgão de classe ou sindicato.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 11.907, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2009

Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.457, de 16 de março de 2007, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de

junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009:

"Art. 257. O inciso II do **caput** do art. 10 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 10. .....

.....

II - em cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, de que trata o art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com a redação conferida pelo art. 9º desta Lei, os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Técnico da Receita Federal da Carreira Auditoria da Receita Federal prevista na redação original do art. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e os cargos efetivos, ocupados e vagos, dos servidores de que trata o art. 12 desta Lei redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil até a data da publicação da Medida Provisória nº 440, de 29 de agosto de 2008.

.....' (NR)"

Brasília, 29 de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019

Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019:

"Art. 2º .....

'Art. 121. .....

.....

§ 2º .....

.....

VIII - com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido:

..... (NR)'

'Art. 141. .....

§ 1º .....

§ 2º Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena.' (NR)"

"Art. 3º .....

'**Juiz das Garantias**'

'Art. 3º-B .....

.....

§ 1º O preso em flagrante ou por força de mandado de prisão provisória será encaminhado à presença do juiz de garantias no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, momento em que se realizará audiência com a presença do Ministério Público e da Defensoria Pública ou de advogado constituído, vedado o emprego de videoconferência.

....."

'Art. 14-A .....

.....

§ 3º Havendo necessidade de indicação de defensor nos termos do § 2º deste artigo, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública, e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

§ 4º A indicação do profissional a que se refere o § 3º deste artigo deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado profissional que não integre os quadros próprios da Administração.

§ 5º Na hipótese de não atuação da Defensoria Pública, os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata este artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.

'"

"Art. 4º .....

'Art. 9º-A. O condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

.....

§ 5º A amostra biológica coletada só poderá ser utilizada para o único e exclusivo fim de permitir a identificação pelo perfil genético, não estando autorizadas as práticas de fenotipagem genética ou de busca familiar.

§ 6º Uma vez identificado o perfil genético, a amostra biológica recolhida nos termos do **caput** deste artigo deverá ser correta e imediatamente descartada, de maneira a impedir a sua utilização para qualquer outro fim.

§ 7º A coleta da amostra biológica e a elaboração do respectivo laudo serão realizadas por perito oficial.

.....' (NR)

'Art. 112. .....

.....

§ 7º O bom comportamento é readquirido após 1 (um) ano da ocorrência do fato, ou antes, após o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção do direito.' (NR)"

"Art. 7º .....

'Art. 8º-A .....

.....

§ 2º A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do **caput** do art. 5º da Constituição Federal.

.....

§ 4º A captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, em matéria de defesa, quando demonstrada a integridade da gravação.

..... '"

"Art. 18. .....

'Art. 16-A .....

.....

§ 3º Havendo necessidade de indicação de defensor nos termos do § 2º deste artigo, a defesa caberá preferencialmente à Defensoria Pública e, nos locais em que ela não estiver instalada, a União ou a Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado deverá disponibilizar profissional para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

§ 4º A indicação do profissional a que se refere o § 3º deste artigo deverá ser precedida de manifestação de que não existe defensor público lotado na área territorial onde tramita o inquérito e com atribuição para nele atuar, hipótese em que poderá ser indicado profissional que não integre os quadros próprios da Administração.

§ 5º Na hipótese de não atuação da Defensoria Pública, os custos com o patrocínio dos interesses do investigado nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.

..... '"

Brasília, 29 de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

LEI Nº 14.117, DE 8 DE JANEIRO DE 2021

Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 14.117, de 8 de janeiro de 2021:

"Art. 1º Fica suspensa a exigibilidade das parcelas autorizadas pelo art. 6º da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, devidas pelas entidades desportivas profissionais de futebol que aderiram ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut) durante o período da calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

§ 1º As parcelas de que trata o **caput** deste artigo serão incorporadas ao saldo devedor para pagamento nas parcelas vincendas após o período da calamidade pública referida no **caput** deste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não afasta a incidência de juros, na forma prevista na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015."

"Art. 2º Os recursos que seriam destinados ao pagamento das parcelas suspensas em razão da previsão contida no art. 1º desta Lei devem ser utilizados pela entidade de prática desportiva para o adimplemento de remuneração de empregados que percebam remuneração até 2 (duas) vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social."

"Art. 3º A prorrogação dos prazos de vencimento das parcelas de que trata o **caput** do art. 1º desta Lei não implica direito à restituição ou à compensação de quantias já recolhidas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica aos parcelamentos de tributos apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006."

"Art. 4º Durante a vigência da calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional, bem como nos 180 (cento e oitenta) dias subsequentes, fica afastada a aplicação do § 2º do art. 31 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998."

"Art. 8º O § 2º do art. 46-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 46-A. .....
.....

§ 2º As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam sujeitas, após o trânsito em julgado em processo administrativo ou judicial:
.....' (NR)"

Brasília, 29 de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.690, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º, **caput**, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto regulamenta o processo de transição entre empresas estatais federais dependentes e não dependentes.

Parágrafo único. São consideradas empresas estatais federais dependentes, nos termos do disposto no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que tenham recebido do seu controlador recursos financeiros para pagamento de despesas:

I - com pessoal;

II - de custeio em geral; ou

III - de capital, excluídos aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Art. 2º As empresas estatais federais não dependentes, no prazo de trinta dias, contado da data de aprovação de suas demonstrações financeiras pela assembleia geral, ficam obrigadas a informar ao Ministério da Economia, por meio do Sistema de Informação das Empresas Estatais, sobre a utilização, no exercício social anterior, dos recursos financeiros recebidos do seu ente controlador.

§ 1º Constatada a utilização de recursos de que trata o **caput** para pagamento das despesas de que trata o parágrafo único do art. 1º, a empresa estatal federal será classificada como dependente, por meio de ato conjunto do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§ 2º A empresa estatal federal manterá a classificação anteriormente atribuída, enquanto estiver pendente, no âmbito do Ministério da Economia, a análise da proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro, observado o prazo previsto no § 4º do art. 3º.

§ 3º Após a empresa estatal ser classificada como dependente, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e a Secretaria de Orçamento Federal da Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia deverão adotar, até 30 de junho do exercício corrente, as medidas necessárias à inclusão da empresa nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do exercício seguinte.

§ 4º A partir da data de publicação do ato conjunto a que se refere o § 1º, as empresas estatais federais classificadas como dependentes observarão o disposto no art. 37, **caput**, inciso XI, e § 9º, da Constituição.

§ 5º Para fins do disposto no § 1º, considera-se aumento de participação acionária:

I - o aumento do número de cotas ou ações detidas pela União, ainda que não ocorra elevação na sua participação percentual no capital social; ou

II - o aumento do capital social, quando a totalidade das ações ou cotas pertencer à União.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se na hipótese de a empresa estatal federal não dependente solicitar a sua inclusão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do exercício seguinte.

§ 7º Na hipótese de não aprovação das demonstrações financeiras no prazo estabelecido pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as empresas estatais federais deverão apresentar as informações sobre a utilização dos recursos financeiros recebidos do seu ente controlador, estipulados no **caput**, até 31 de maio do exercício corrente.

Art. 3º As empresas estatais federais, sem prejuízo da obrigação de que trata o **caput** do art. 2º, poderão submeter ao Ministério da Economia proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro, cujo prazo máximo de duração será de dois exercícios, com, no mínimo, a previsão de ajustes nas receitas e despesas para que possam permanecer na condição de não dependência, inclusive durante a execução do referido plano.

§ 1º A proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro de que trata o **caput** deverá ser previamente aprovada pelo Ministro de Estado titular do Ministério a que a empresa estatal federal estiver vinculada.

§ 2º Além da previsão de ajustes de que trata o **caput**, a empresa federal poderá incluir na proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro outras informações que considerar pertinentes.

§ 3º A proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro de que trata o **caput** deverá ser apresentada no prazo de trinta dias, contado da data de aprovação das demonstrações financeiras da empresa estatal federal pela assembleia geral.

§ 4º Ato conjunto do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia aprovará o plano de reequilíbrio econômico-financeiro e decidirá sobre a permanência da empresa estatal federal na condição de não dependência no prazo de trinta dias, contado da data de recebimento da proposta.

§ 5º Na hipótese de não aprovação da proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro de que trata o **caput**, a empresa estatal federal será classificada como dependente, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º.

§ 6º Aprovado o plano de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa estatal federal deverá apresentar os resultados anuais da sua execução à Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e à Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, no prazo de trinta dias, contado da data de aprovação de suas demonstrações financeiras pela assembleia geral.

§ 7º Concluída a execução do plano de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa estatal federal deverá, no prazo estabelecido no § 6º, que não poderá ultrapassar o dia 1º de junho do ano de conclusão do plano, encaminhar a documentação relativa à conclusão do plano para avaliação da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

§ 8º Após a avaliação dos resultados anuais apresentados pela empresa estatal federal, ato conjunto do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia classificará a empresa estatal como dependente ou não dependente, até 30 de junho do segundo ano após a edição do ato de aprovação do plano de reequilíbrio econômico-financeiro.

§ 9º Na hipótese de não de encaminhamento da documentação na forma prevista no § 7º ou de encaminhamento de documentação incompleta ou inconclusiva, a empresa estatal federal será classificada como dependente.

§ 10. Durante a execução do plano aprovado na forma prevista no § 4º, a empresa estatal federal observará as vedações de que trata o § 4º do art. 2º.

§ 11. O prazo de que trata o § 3º não ultrapassará a data de 31 de maio do ano de realização da assembleia geral para aprovação das demonstrações financeiras.

§ 12. Não será aceita proposta de plano de reequilíbrio econômico-financeiro sem que haja aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Art. 4º A empresa estatal federal que integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na qual a União detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que não tiver recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral ou que tiver apresentado **superavit** financeiro de receitas próprias superior ao montante de recursos recebidos ou utilizados poderá apresentar plano de sustentabilidade econômica e financeira com vistas à revisão de sua classificação de dependência.

§ 1º Incumbe ao Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e ao Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia a aprovação do plano de sustentabilidade econômica e financeira de que trata o **caput**.

§ 2º Concluída a execução do plano de sustentabilidade econômica e financeira de que trata o **caput**, ato conjunto do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia classificará a empresa estatal federal como dependente ou não dependente.

§ 3º Após a empresa estatal ser classificada como não dependente, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados e a Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia deverão adotar, até 30 de junho, as medidas necessárias à inclusão da empresa no Orçamento de Investimentos do ano seguinte.

Art. 5º O Ministro de Estado da Economia poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 6º O processo de transição na classificação das empresas estatais federais como dependentes ou não dependentes observará, preliminarmente, o disposto nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 174, de 29 de abril de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para a apreciação do nome da Senhora FERNANDA MAGALHÃES RUMENOS GUARDADO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Nº 175, de 29 de abril de 2021. Solicita ao Senado Federal, a retirada de tramitação da Mensagem nº 59, de 20 de fevereiro de 2020, referente à indicação do Senhor EDILÁSIO SANTANA BARRA JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente da renúncia de Mariana Ribas da Silva.

Nº 176, de 29 de abril de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para a apreciação do nome do Senhor VINICIUS CLAY ARAUJO GOMES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Alex Braga Muniz em 14 de maio de 2021.

Nº 177, de 29 de abril de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para a apreciação do nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, no mandato a iniciar em 20 de outubro de 2021, decorrente do término do mandato de Christian de Castro Oliveira, que renunciou.

Nº 178, de 29 de abril de 2021. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, (MP nº 441/2008), transformado na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 179, de 29 de abril de 2021. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 6.341, de 2019 (nº 10.372/2018, na Câmara dos Deputados), transformado na Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 180, de 29 de abril de 2021. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.013, de 2020), transformado na Lei nº 14.117, de 8 de janeiro de 2021, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 181, de 29 de abril de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.

Nº 182, de 29 de abril de 2021. Encaminhamento ao Congresso Nacional de autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 466, de 18 de março de 2015 - Associação Comunitária Farroupilha, no município de Pelotas - RS;

2 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 - Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani - MG;

3 - Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar, no município de Piraúba - MG;

4 - Portaria nº 744, de 10 de junho de 2015 - Associação Cultural Desportiva de São Bento, no município de São Bento - MA;

5 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 - Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis - SP;

6 - Portaria nº 2.975, de 30 de julho de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM, no município de Lages - SC;

7 - Portaria nº 3.589, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão, no município de Três Rios - RJ;

8 - Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Comunitária de Pedreira, no município de Pedreira - SP;

9 - Portaria nº 3.863, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Educativa de Piedade, no município de Piedade - SP;

10 - Portaria nº 6.163, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Calmonense, no município de Miguel Calmon - BA;

11 - Portaria nº 81, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição, no município de Pereiras - SP;

12 - Portaria nº 84, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Palmares de Radiodifusão, no município de Palmares - PE;

13 - Portaria nº 92, de 1º de fevereiro de 2016 - Rancho Verde Viva - RVV, no município de Salgueiro - PE;

14 - Portaria nº 101, 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências, no município de Porangaba - SP;

15 - Portaria nº 116, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação José Leite de Oliveira, no município de São José de Piranhas - PB;

16 - Portaria nº 144, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, no município de Glória do Goitá - PE;

17 - Portaria nº 152, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação de Assistência Social de Cabaceiras, no município de Cabaceiras - PB;

18 - Portaria nº 156, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão, no município de Itanhandu - MG;

19 - Portaria nº 251, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina, no município de Palestina - SP;

20 - Portaria nº 520, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM, Zelia Coli Junqueira, no município de Carmo de Minas - MG;

21 - Portaria nº 684, de 9 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde, no município de Ouro Verde - SP;

22 - Portaria nº 687, de 10 de maio de 2016 - Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP, no município de Porteiras - CE;

23 - Portaria nº 689, de 9 de maio de 2016 - Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI, no município de Teixeira - PB;

24 - Portaria nº 690, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrazulense, no município de Serra Azul - SP;

25 - Portaria nº 753, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA, no município de Nova Europa - SP;

26 - Portaria nº 764, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo, no município de Pedro Leopoldo - MG;

27 - Portaria nº 767, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, no município de Garanhuns - PE;

28 - Portaria nº 770, de 9 de maio de 2016 - Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural, no município de São Miguel do Araguaia - GO;

29 - Portaria nº 774, de 9 de maio de 2016 - Sociedade de Ação Comunitária Canaã, no município de Três Marias - MG; e

30 - Portaria nº 900, de 9 de maio de 2016 - Rádio Clube da Vida - Vida FM, no município de Jussara - GO.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 7, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre os mecanismos para a aferição da eficiência da atuação consultiva, judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o disposto no art. 36 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, no Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021, e o que consta do Processo Administrativo nº 00400.001656/2020-99, resolve:

Art. 1º Consideram-se mecanismos para a aferição da eficiência da atuação consultiva, judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, para os fins do art. 36, inciso II, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, os indicadores de desempenho referenciados nos planejamentos estratégicos adotados pela Advocacia-Geral da União, pela Procuradoria-Geral Federal, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Procuradoria-Geral do Banco Central.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos mencionados no caput a adequação dos referidos indicadores no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Portaria Normativa, devendo aperfeiçoá-los de forma contínua, inclusive quando da revisão periódica dos planejamentos estratégicos adotados.

Art. 2º Fica revogada a Portaria AGU nº 288, de 28 de julho de 2017, da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de maio de 2021.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

PORTARIA Nº 45, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, Seção X, Artigo 262 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos do processo 21000.029971/2021-44.

Considerando o que determina o § 3º do Artigo 3º e Artigo 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Habilitar a Médica Veterinária para realizar a identificação de animais, colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Pará, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares, abaixo listado:

NOME	Nº CRMV-Primário	UF-VP	Nº CRMV-Secundário	UF-VS
PATRIZIA DA SILVA BARROSO	02326 VP	PA		

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 46, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, Seção X, Artigo 262 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos do processo 21000.029970/2021-08.

Considerando que determina o § 3º do Artigo 3º e Artigo 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Habilitar o Médico Veterinário para realizar a identificação de animais, colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Pará, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares, abaixo listado:

NOME	Nº CRMV-Primário	UF-VP	Nº CRMV-Secundário	UF-VS
AUGUSTO CEZAR DE ARAÚJO PEREIRA	03139-VP	PA		

LUIZ PINTO DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 98, DE 29 DE ABRIL DE 2021.

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e com base no que determina o Art. 75 do Decreto 5741 de 30 de março de 2006 e no Art. 3º da Instrução Normativa SDA/MAPA nº 06, de 16/01/2018 que aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo e CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21042.011053/2020-91, resolve:

HABILITAR no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE os Médicos Veterinários relacionados no anexo I, que contém os nomes e respectivos números de registro no CRMV, para execução das atividades pertinentes ao Controle e Erradicação do Mormo, consoante às normas dispostas nas legislações vigentes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I À PORTARIA Nº 98, DE 29 DE ABRIL DE 2021.

MÉDICOS VETERINÁRIOS APROVADOS EM CAPACITAÇÃO EAD PARA HABILITAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE

NOME	CRMV PRIMÁRIO	UF
ALANA MAÍRA BADALOTTI	18965	RS
ANA CAROLINE ARNT	19003	RS
DARLAN OJEDA LIMA	19184	RS
FELIPE MORAES CALLEGARO	19141	RS
MARCELO FITTIPALDI KLEINÜBING	16513	RS
VALENTINA ZABALLA NUNEZ	19140	RS

HELENA PAN RUGERI

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

PORTARIA SAF/MAPA Nº 141, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a criação da Unidade Gestora Estadual - UGE, responsável pela execução e gerenciamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário no Estado do Espírito Santo.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 10.253 de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 21 de fevereiro de 2020; e o que lhe confere o Parágrafo Único do Art. 1º e o Parágrafo 3º do Art. 2º da Portaria nº 189, de 17 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º - Instituir a Unidade Gestora Estadual no estado do Espírito Santo - UGE/ES, cujas as atribuições serão exercidas pela Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

Parágrafo único. O Superintendente da SFA/ES será o coordenador da UGE/ES.

Art. 2º - A UGE/ES desempenhará todas as atividades previstas no Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, nos Manuais de Operações e nas normas complementares do PNCF - Terra Brasil.

Parágrafo único. A UGE/ES atuará sob a supervisão imediata do Departamento de Gestão do Crédito Fundiário - Decred, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF.

Art. 3º - Caberá ao Coordenador da UGE/ES, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem conferidas pela regulamentação do PNCF - Terra Brasil:

I - Coordenar a execução do Programa no Estado, em consonância com o Regulamento Operativo e o Manual de Operações do Programa;

II - Assegurar a supervisão da aplicação dos recursos federais por parte das entidades conveniadas e dos beneficiários do Programa;

III - Encaminhar aos agentes financeiros autorizações de contratação das propostas aprovadas pelo Conselho Municipal, bem como as autorizações de liberação de recursos de investimentos;

IV - Tomar todas as providências administrativas ou judiciais necessárias em caso de constatação de irregularidades no Programa, em particular o bloqueio dos recursos das contas vinculadas ao financiamento, a suspensão ou rescisão de contratos e a execução de hipotecas;

V - Autorizar e encaminhar aos agentes financeiros as alterações nos contratos de financiamento do Programa, em conformidade com as normas vigentes;

VI - Emitir as Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar "A" - PRONAF A, para os beneficiários do PNCF - Terra Brasil, bem como desempenhar todas as demais funções atribuídas à UGE/ES por força das normas do PRONAF; e

VII - Habilitar os operadores dos sistemas de informações gerenciais do PNCF - Terra Brasil e zelar pela integridade dos dados nele contidos, em observância às normas estabelecidas pelas gerências de sistemas do DECRED e do MAPA.

Art. 4º - Caberá conjuntamente à SAF, à Secretaria Executiva do MAPA e à respectiva SFA no Estado criarem as condições de financiamento da UGE/ES, bem como disponibilizar os recursos e o pessoal para o desempenho de suas competências.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE

PORTARIA SAF/MAPA Nº 142, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Declara expressamente a revogação do Controle Social da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 33, do Decreto 10.253, de 20 de fevereiro de 2020,

Considerando a necessidade de se progredir nos processos de estruturação e regulação da legislação;

Considerando que os processos de estruturação e regulação da legislação implicam, também, na revisão e atualização dos atos normativos publicados, inclusive com a finalidade de melhorar os procedimentos da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP;

Considerando o constante dos autos do processo nº 21000.078715/2020-08, resolve:

Art. 1º A Portaria SAF/SEAD/CC/PR nº 01, de 13 de abril de 2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Esta Portaria estabelece as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, suspensão e cancelamento da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP." (NR)

Art. 2º A Portaria SAF/SEAD/CC/PR nº 523, de 24 de agosto de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

XIII - DAP cancelada - aquela que foi efetivamente cancelada na base de dados da SAF por solicitação do próprio beneficiário, do Agente Emissor da DAP, dos próprios órgãos de controle externo e interno e demais casos. O cancelamento da DAP pode ser efetuado com ou sem o bloqueio do CPF dos titulares, conforme o caso." (NR)

Art. 3º Revogam-se:

I - o Capítulo VI da Portaria SAF/SEAD/CC/PR nº 01, de 13 de abril de 2017, que trata do Controle Social da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); e

II - o Capítulo IX da Portaria SAF/SEAD/CC/PR nº 523, de 24 de agosto de 2018, que trata do Controle Social da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

FERNANDO HENRIQUE KOHLMANN SCHWANKE

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 278, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Reconhece a Equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Francisco Beltrão - PR, para Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 do Anexo I do Decreto 10.253 de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa nº 17, de 06 de março de 2020, e o que consta no processo nº 21034.007949/2020-75, resolve:

Art. 1º Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Francisco Beltrão - PR, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 2º Para indicação de estabelecimentos e produtos integrantes do SISBI-POA, o Serviço de Inspeção Municipal de Francisco Beltrão - PR terá seu escopo de adesão habilitado no sistema eletrônico de cadastro de serviços de inspeção, o e-SISBI/SGSI, disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 279, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Obter subsídios para fomentar discussão sobre os Programas de Autocontrole dos agentes privados regulados pela Defesa Agropecuária e Programa de incentivo à conformidade em Defesa Agropecuária dispostos no **Projeto de Lei nº 1293/2021,** que tramita no Congresso Nacional.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 8.171, de 17 de janeiro de 1991,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n° 5.741, de 30 março de 2006, e

CONSIDERANDO o disposto no Projeto de Lei nº. 1293/2021, resolve:

Art. 1° CONVIDAR o público a participar da Tomada Pública de Subsídios por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 2° O objetivo da presente tomada pública de subsídios é permitir a ampla divulgação e a participação de órgãos, entidades ou pessoas interessadas em contribuir com a discussão sobre os Programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela Defesa Agropecuária e Programa de incentivo à conformidade em Defesa Agropecuária, tomando como referencia o Capítulos II (Dos Programas de Autocontrole dos Agentes Privados Regulados pela Defesa Agropecuária) e o Capítulo III (Do Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária) do **Projeto de Lei nº 1293/2021,** que tramita no Congresso Nacional.

§ 1° O formulário para participação da tomada pública de subsídios encontra-se disponível no LINK: http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/355656?lang=pt-BR

§ 2° Os participantes responderão ao questionário presente no formulário.

Art. 3° Findo o prazo estabelecido no Art. 1° desta Portaria, o Departamento de Suporte e Normas consolidará as contribuições.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RESOLUÇÃO Nº 756, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.001184/2000-11, Interessado: JUCERLANDIO SILVA DE SOUZA CPF:546659573-04 e MARIA APARECIDA FERNANDES FARIAS, CPF: 021.028.681-41, Assunto: Retificação do Ato Decisório.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF008700000042, parcela nº 16, do Projeto de Assentamento Santo Antônio das Brancas localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários MARIA APARECIDA FERNANDES FARIAS, CPF: 021.028.681-41 e JUCERLANDIO SILVA DE SOUZA, CPF: 546.659.573-04.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do CDR

RESOLUÇÃO Nº 757, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.003022/2009-18, Interessado: JOSE NILTON DIAS, Assunto: Baixa das condições resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF016400000053, parcela nº 137 do Projeto de Assentamento Estrela da Manhã localizado no Município de Flores de Goiás - GO, em favor do beneficiário JOSE NILTON DIAS, CPF: 611.630.741-87.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do CDR

RESOLUÇÃO Nº 758, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.001297/2005-85, Interessado: Rosalino Vieira de Melo, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF013200000080 parcela nº 25 do Projeto de Assentamento Nova Grécia localizado no Município de Posse/GO, em favor dos beneficiários DOMINGAS DE SOUZA MELO, CPF: 463.210.551-15 e ROSALINO VIEIRA DE MELO, CPF: 457.273.921-87.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do CDR

RESOLUÇÃO Nº 759, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54700.000875/2002-13, Interessado: IRINÉA BATISTA DA SILVA CPF: 099.723.008-89, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD NºDF011500000004, parcela nº 24 do Projeto de Assentamento Sonho Realizado localizado no Município de Água Fria de Goiás - GO, em favor dos beneficiários IRINÉA BATISTA DA SILVA CPF: 099.723.008-89 e ELIAS MANOEL DA SILVA, CPF: 974.819.558-91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do CDR

RESOLUÇÃO Nº 760, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54170.003975/1997-36, Interessado: OZAINO ALVES DE JESUS CPF:338919236-00, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD NºDF001400000031 parcela nº 11 do Projeto de Assentamento Renascer localizado no Município de Unaí/MG, em favor dos beneficiários DIVINA BARBOSA DE BRITO, CPF: 068.562.916-39 e OZAINO ALVES DE JESUS, CPF:338.919.236-00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do CDR

RESOLUÇÃO Nº 761, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54170.002741/1997-90, Interessado: ALBERTO TEIXEIRA MUNIZ, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD Nº DF001300000070 parcela nº 12 do Projeto de Assentamento Rancharia localizado no Município de Arinos/MG, em favor dos beneficiários ELIZETH MARTINS DE OLIVEIRA MUNIZ, CPF: 038.834.551-01 e ALBERTO TEIXEIRA MUNIZ, CPF: 771.350.321-87.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

IGOR SOARES LELIS
Coordenador do CDR

RESOLUÇÃO Nº 762, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, considerando o contido no Decreto n. 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que aprovou a Estrutura Regimental do INCRA, com suporte no art. 8.º c/c art. 109, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela PORTARIA/INCRA/P/N. 531, de 23 de março de 2020, presidido pelo SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO - SR (28)DFE, este, nomeado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 598/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 118 c/c art. 122, do Regimento Interno dessa Autarquia;

Considerando a reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, havida na data de 26 (vinte e seis) de abril de 2021;

Considerando o contido no Processo nº 54170.002735/1997-97, Interessado: CLARISMUNDO MENDES DOS SANTOS CPF:475382106-44, Assunto: Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio.

Art. 1º Decide, autorizar a emissão de Certidão de Baixa das Condições Resolutivas do Título de Domínio TD NºDF001300000040 parcela nº 08 do Projeto de Assentamento Rancharia localizado no Município de Arinos- MG, em favor do beneficiário CLARISMUNDO MENDES DOS SANTOS, CPF: 475.382.106-44.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

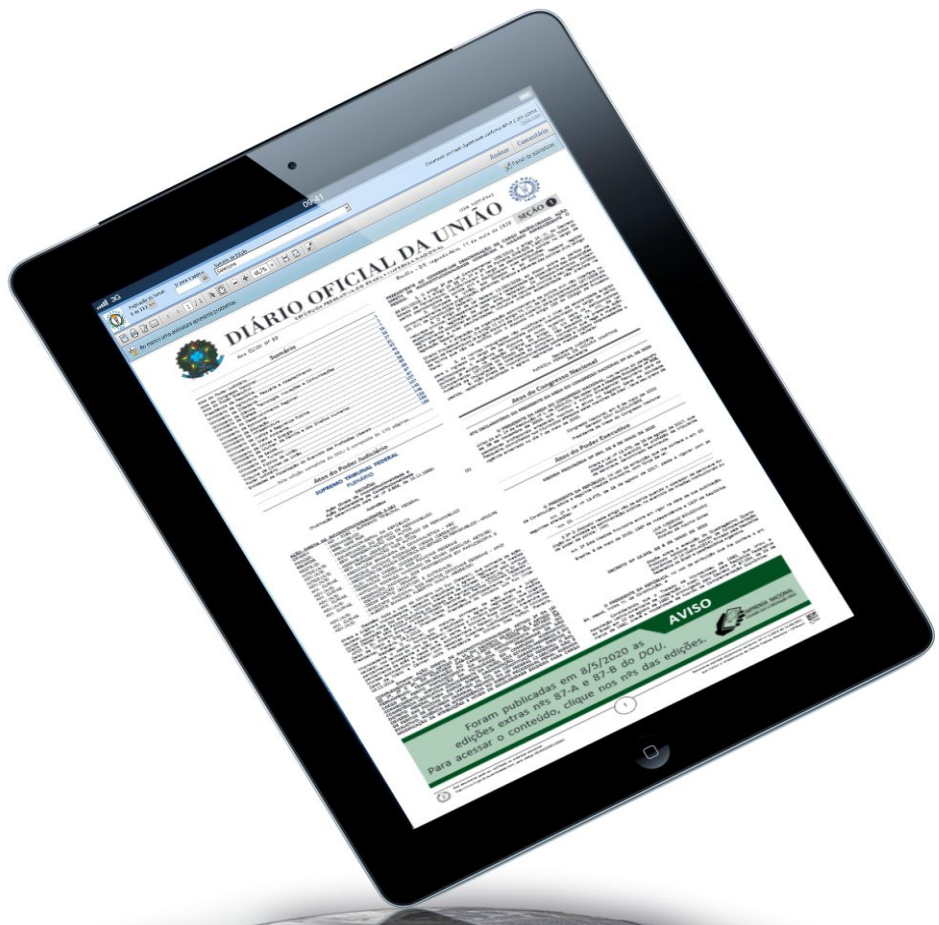
IGOR SOARES LELIS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA/INCRA/SR(27)E N.º 85, de 27 de Novembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União nº 238, de 11/12/1998, seção 1, pg. 40, que criou o projeto de assentamento denominado PA Do Meio, localizado no município de Marabá, no Estado do Pará, Código SIPRA MB0175000, onde se lê"...com área de 2.998,6208 ha (dois mil, novecentos e noventa e oito hectares, sessenta e dois ares e oito centiares)... leia-se: "...com área de 3.426,2606 ha (três mil, quatrocentos e vinte e seis hectares, vinte e seis ares e seis centiares)..."

Na PORTARIA/MIRAD/N.º 1.670, de 17 de Dezembro de 1988, publicada no BS nº 52, de 26/12/1988, que criou o projeto de assentamento denominado ABÓBORA, localizado no município de São Geraldo do Araguaia no Estado do Pará, Código SIPRA MB0020000, onde se lê"...com área de 12.477,5215 ha (doze mil, quatrocentos e setenta e sete hectares, cinquenta e dois ares e quinze centiares)... leia-se: "...com área de 13.026,3304 ha (treze mil e vinte e seis hectares, trinta e três ares e quatro centiares)..."

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Conecte-se à informação oficial


www.in.gov.br
IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.444, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 12/01/2021 e 14/04/2021.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 12/01/2021 e 14/04/2021.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 71000.016179/2021-06
Proponente: Associação Clube Esportivo Cometa
Título: Cometa Craques do Futuro
Registro: 2100146
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 92.004.977/0001-03
Cidade: Panambi UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 421.869,66
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0709 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 43090-0
Período de Captação até: 14/04/2023
2- Processo: 71000.059021/2019-06
Proponente: Associação Hall da Fama Brasil
Título: Projeto Pro Vôlei 2020
Registro: 1916227-88
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 08.767.010/0002-40
Cidade: Resende UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 519.236,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0131 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 82566-2
Período de Captação até: 12/01/2023
3- Processo: 71000.018244/2021-20
Proponente: Associação Esportiva Cidade Imaculada
Título: Seci Social - ano 6
Registro: 2100172
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.366.508/0001-04
Cidade: Santo André UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 842.921,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1557 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 28756-3
Período de Captação até: 14/04/2023
4- Processo: 71000.014107/2021-16
Proponente: Associação de Taekwondo da Grande Vitoria
Título: Escola de Taekwondo
Registro: 2100114
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 31.752.041/0001-68
Cidade: Vitória UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 125.894,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3294 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25072-4
Período de Captação até: 14/04/2023
5- Processo: 71000.014364/2021-58
Proponente: Viva Rio
Título: SOS Educação através dos Esportes
Registro: 2100119
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.343.941/0001-28
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.606.800,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0087 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 51123-4
Período de Captação até: 14/04/2023

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.034618/2019-30
No Diário Oficial da União nº 196, de 9 de outubro de 2019, na Seção 1, página 06 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.313/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33332-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3494 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 233332-5.

Processo Nº 71000.034632/2019-33
No Diário Oficial da União nº 196, de 9 de outubro de 2019, na Seção 1, página 06 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.313/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33334-4, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3494 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 233334-1.

Processo Nº 71000.044447/2019-57
No Diário Oficial da União nº 196, de 9 de outubro de 2019, na Seção 1, página 06 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.313/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33335-2, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3494 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 133335-6.

Processo Nº 71000.037353/2019-21
No Diário Oficial da União nº 176, de 11 de setembro de 2019, na Seção 1, página 04 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.307/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33247-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3494 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 233247-7.

Processo Nº 71000.037368/2019-90
No Diário Oficial da União nº 176, de 11 de setembro de 2019, na Seção 1, página 04 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.307/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33246-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3494 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 233246-9.

Processo Nº 71000.044408/2019-50
No Diário Oficial da União nº 196, de 9 de outubro de 2019, na Seção 1, página 06 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.313/2019, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 33336-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3494 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 133336-4.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 19/2021

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.000201/2016-99 (478)
CNPJ: 00.348.003/0052-60 - FILIAL
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.
Nome da Instituição: CENTRO DE PESQ. DE PECUÁRIA DOS CAMPOS SUL BRASILEIROS
Endereço da Instituição: Rodovia BR-153, Km 632,9, nº 632 Vila Industrial, CEP. 96.401-970, Bagé/RS
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0424.2021

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 19/2021/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 20/2021

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002519/2014-42 (317)
CNPJ: 60.967.551/0001-50 - MATRIZ
Razão Social: INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE
Nome da Instituição: ESTABELECIMENTO UNIFICADO
Endereço da Instituição: Rua da Consolação, 896 - Consolação - CEP. 01.302-907 - São Paulo/SP.
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0257.2021

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 20/2021/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 495, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do "Estudo da demografia e história de vida dos primatas na RPPN - Feliciano Miguel Abdala, Minas Gerais e na região serrana do Espírito Santo", coordenado pelo Dr. Sérgio Lucena Mendes, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em cooperação com a Drª Karen Barbara Strier, Universidade de Wisconsin-Madison (USA), conforme Processo CNPq nº 01300.000575/2016-86.

Art. 2º As atividades de coleta de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Karen Barbara Strier	Norte-Americana	University of Wisconsin at Madison (USA)
Amanda Jean Hardie	Norte-Americana	University of Wisconsin at Madison (USA)

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a localidade da Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdala, no estado Espírito Santo, com autorização prévia do proprietário e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), SISBIO nº 35660-13.

Art. 4º A destinação de material científico e sua guarda ficam vinculadas à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 1º de agosto de 2021 a 31 de agosto de 2023.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo em até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 155, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53500.030589/2008-61
Recorrente/Interessado: KORAX TELECOMUNICACOES LTDA

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 60/2021/EC (SEI nº 6827592), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.991, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53500.017028/2016-87. Declara extinta, por renúncia, a partir de 15 de julho de 2020, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas subfaixas de 1.885 MHz - 1.890 MHz, relativas aos Lotes F-3549904, F-3529401, F-3534401 e F-4106902, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada por meio do Ato nº 2.458, de 21 de julho de 2016 (SEI nº 0675346), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União - DOU em 26 de julho de 2016, e nº 8.978, de 21 de novembro de 2018 (SEI nº 3502984), cujo extrato foi publicado no DOU em 23 de novembro de 2018, e dos Termos de Autorização nº 62/2016 (SEI nº 0647584), cujo extrato foi publicado no DOU em 27 de julho de 2016, e nº 162/2018 (SEI nº 3451010), cujo extrato foi publicado no DOU em 28 de novembro de 2018, à HORIZONS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA S.A., CNPJ nº 11.960.585/0001-08, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos.

A renúncia não desonera a empresa HORIZONS TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA S.A. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.992, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53500.063405/2020-36. Declara extinta, por renúncia, desde 2 de dezembro de 2020, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas subfaixas de 1.885 MHz a 1.890 MHz, 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, por meio do Ato nº 2.501, de 21 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2016, à INFOWAY - COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ nº 07.102.589/0001-88.

A renúncia não desonera a empresa INFOWAY - COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA. - EPP de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

ATO Nº 2.925, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Expedir autorização à Renato Medeiros Cantidio, CPF/CNPJ nº 705.410.744-66, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.969, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53516.009323/2021-58, Outorga à RÁDIO CULTURA DE APUCARANA LTDA, CNPJ nº 75.273.029/0001-46, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 2.791, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53504.002212/2021-50 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à CATHARINA FRANCO DO AMARAL PAOLIELLO, CPF nº **.653.698-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.855, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53504.001543/2021-72 - Expedir autorização ao WALTER VENTURA JUNIOR, CPF nº ***.563.998-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.907, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53504.000842/2021-90 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) ao Gerson Flavio Tonani e Outros , CNPJ nº 15.729.219/0001-01, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 22 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.748 - Outorgar autorização para uso de radiofrequência(s) à FM INDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 04.503.690/0001-52, na localidade de Barreiras/BA, associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

Nº 2.749 - Outorgar autorização de uso de radiofrequência(s), ao SETEL CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 15.206.469/0001-59, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.750 - Outorgar autorização de uso de radiofrequência(s), ao FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS , CNPJ nº 11.325.698/0001-31, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATOS DE 26 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.858 - Expede autorização à HILARIO SCHULZ, CPF nº ***.839.739-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.859 - Expede autorização à LUCIVALDO OLIVEIRA SANTOS, CPF/CNPJ nº 12.430.251/0001-95, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 22 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.777. Processo nº 53542.000465/2021-32. Expede autorização a EURIPEDES QUINTINO RODRIGUES, CPF nº ***.837.111-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2778. Processo nº 53542.000538/2021-96. Expede autorização a NELVO FRIES, CPF nº ***.807.830-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 779. Processo nº 53542.000539/2021-31. Expede autorização a EMERSON SERRANO FECHIO, CPF nº ***.926.751-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 23 DE ABRIL DE 2021

Nº 2. 799. Processo nº 53542.000514/2021-37. Expede autorização a FABIO SANTANA PATRIOTA, CPF nº ***.892.461-*, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 800. Processo nº 53542.000516/2021-26. Expede autorização a ALVARO LUIS ROCHA, CPF nº ***.366.508-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 801. Processo nº 53542.000527/2021-14. Expede autorização a ANIZIA PERPETUA SOBREIRA, CNPJ nº 29.233.837/0001-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 802. Processo nº 53542.000537/2021-41. Expede autorização a BRUNO OLIVEIRA SILVESTRE, CPF nº ***.023.447-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 803. Processo nº 53542.003404/2020-46. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a VALENTE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 01.707.213/0001-10, na localidade de Serranópolis/GO, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), submodalidade Ligação para Transmissão de Programas, na referida localidade.

Nº 2. 806. Processo nº 53542.000491/2021-61. Expede autorização a AGROPECUARIA REOLON LTDA, CNPJ nº 21.428.175/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 26 DE ABRIL DE 2021

Nº 2. 872. Processo nº 53542.000377/2021-31. Expede autorização a CASSIANO LUIS CALVI, CPF nº ***.232.129-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2. 873. Processo nº 53542.000526/2021-61. Expede autorização a FERNANDO LUIS STOFFEL, CPF nº ***.981.369-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 2.918, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53542.000502/2021-11. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a VANDERMARIO SOUZA RODRIGUES, CPF nº ***.157.901-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 2.934, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Expede autorização a Robério Ferreira Afonso, CPF nº ***.743.002-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.000348/2021-61.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.027374/2021-31, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 22 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.770 Processo n° 53500.013924/2021-34. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 2.771 Processo n° 53500.014722/2021-18. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.870 Processo nº 53500.024735/2021-97. Expede autorização à Ecos Seguranca Eletronica Eireli, CNPJ/MF nº 01.887.130/0001-50, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.876 Processo nº 53578.000295/2021-89. Expede autorização à TELEVISAO A CRITICA LIMITADA, CNPJ nº 04.382.099/0001-94, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2. 877 Processo nº 53500.025021/2021-04. Expede autorização à LUCI TELECON LTDA, CNPJ/MF nº 37.947.227/0001-59, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2. 878 Processo nº 53500.019180/2021-61. Expede autorização à A C FERREIRA EIRELI, CNPJ/MF nº 33.292.847/0001-46, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2. 879 Processo nº 53500.023240/2021-41. Expede autorização à PENSOUNET TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 39.572.824/0001-71, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2. 880 Processo nº 53500.026033/2021-48. Expede autorização à J MARINHO SANTOS LTDA, CNPJ/MF nº 35.873.533/0001-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA

ATO REGULAMENTAR Nº 3, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Chefe do Departamento de Logística da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no uso das atribuições que lhe confere a Portaria PRT/CS/SEGER- 534/2019, torna público o Regulamento Interno de Armazém Geral, o Memorial Descritivo de Armazém Geral e a Tarifa Remuneratória de Armazém Geral.

REGULAMENTO INTERNO DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Rua Riachão, 807 GP D - Muribeca, CEP 54355-057, Jaboatão dos Guararapes/PE, Nome Fantasia CLI Efulfillment Recife. NIRE 2690201327-2 JUCEPE. CNPJ: 34.028.316/9404-08. ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Art. 1º. Serão recebidas em depósito, mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Art. 2º. Recusas de mercadoria: Por falta de espaço; mercadorias de fácil deterioração; se as mercadorias vierem a prejudicar outras já armazenadas e se não vierem acompanhadas da documentação fiscal exigida em lei. Art. 3º. O armazém responderá nos exatos termos do Art.11 do Decreto Federal 1102/1903. Condições Gerais: Os seguros e as emissões de títulos serão regidos pelo Decreto Federal 1102/1903; o pessoal auxiliar, obrigações, horário de funcionamento e casos omissos serão observados pelo uso, costumes e praxe comercial de acordo com a lei vigente.

MEMORIAL DESCRITIVO DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Rua Riachão, 807 GP D - Muribeca, CEP 54355-057, Jaboatão dos Guararapes/PE. Nome Fantasia CLI Efulfillment Recife. NIRE 2690201327-2 JUCEPE. CNPJ: 34.028.316/9404-08. Capital social: R$ 3.382.514.000,00 (Três bilhões, trezentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e quatorze mil reais) (filial não possui capital social destacado). Capacidade 500 (Quinhentos) m². Comodidade atende as necessidades de armazenagem, carga e descarga. Apresenta todas as condições de atendimento ao trabalho e higiene. Segurança: área devidamente segregada (cercada), monitorada e preparada para pátio e armazenagem, controlada e monitorada por meio de câmeras estrategicamente posicionadas. Natureza das Mercadorias que se Propõe Receber em Depósito: mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Equipamentos: paleteira elétrica, empilhadeira retrátil elétrica, balança eletrônica, máquina paletizadora e paleteira mecânica. Operações de serviço: armazenagem de posição palete e armazenagem de carga blocada no piso.

TARIFA REMUNERATÓRIA DE ARMAZÉM GERAL

A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Rua Riachão, 807 GP D - Muribeca, CEP 54355-057, Jaboatão dos Guararapes/PE. Nome Fantasia CLI Efulfillment Recife. NIRE 2690201327-2 JUCEPE. CNPJ: 34.028.316/9404-08. ESTABELECE as tarifas remuneratórias da atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Armazenagem mensal de posição palete no valor de R$ 150 (Cento e cinquenta reais) mínimo de 100 (Cem) posições palete; Armazenagem de carga blocada no piso no valor de R$ 120 (Cento e vinte reais) por m² mínimo de mínimo de 1000 (Mil)m².

SAMUEL DE JESUS BOIS

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 81/GC1, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Aprova a reedição do Plano de Pessoal da Aeronáutica - PPAER para o ano de 2021.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67400.001783/2021-40, procedente do Comando-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do PCA 30-1 "Plano de Pessoal da Aeronáutica para o ano de 2021", que com esta baixa.

Art. 2º Fica o Sr. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica autorizado a aprovar as alterações porventura necessárias nos dados de planejamento constantes deste Plano.

Art. 3º A entrada em vigor do presente ato, justificada em função da urgência, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data da sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 317/GC1, de 9 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 47, de 10 de março de 2020.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA N° 74/DGCEA, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Subdelega Competência ao Diretor do Instituto de Cartografia Aeronáutica.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, de conformidade com o previsto nos arts. 11, 12 e 13 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 19, inciso I e no Parágrafo Único do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o disposto no Art. 10, inciso IV, do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 2.030/GC3, de 22 de novembro de 2019, item 11.3 da ICA 11-408, aprovada pela Portaria nº 1424/GC3, de 14 de dezembro de 2020 e no Art. 1º da Portaria nº 956/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Subdelegar competência ao Diretor do Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA), no período de 27 de abril a 31 de dezembro de 2021, para aprovação e revogação do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA), do Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH), do Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromos (PEZPA), do Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea (PZPANA), do Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) e do Plano de Zona de Proteção de Rotas Especiais de Aviões e Helicópteros (PZPREAH).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 27 de abril de 2021.

Ten Brig Ar JOÃO TADEU FIORENTINI

COMANDO DO EXÉRCITO
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA - C EX Nº 1.518, DE 22 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos à destinação de Produtos Controlados pelo Exército apreendidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o art. 20, incisos I e XIV, do Anexo I, do Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006; em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; nos Decretos nº 10.030, de 30 de setembro de 2019 e nº 9.847, de 25 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos administrativos relativos à destinação de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) apreendidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º A destinação dos PCE apreendidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverá ser procedida, conforme o previsto no Decreto - Lei nº 1.455, de 1976, Decreto nº 6.759, de 2009 e Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011, ressalvados os PCE dos tipos explosivos, armas de fogo ou suas partes e peças controladas e munições, cuja destinação está prevista na Lei 10.826, de 2003 e no Decreto 9.847, de 2019.

Art. 3º Os PCE dos tipos químicos, pirotécnicos, proteção balística e armas de pressão apreendidos pela Receita Federal do Brasil devem ser destruídos ou inutilizados, conforme previsto na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011, e somente poderão ser encaminhadas ao Exército Brasileiro, após a decretação de seu perdimento pelo órgão competente, devendo todos os custos com armazenamento, transporte e destruição serem assumidos pelo antigo proprietário ou responsável pelo material.

Art. 4º As armas de fogo apreendidas devem ser informadas ao Departamento de Polícia Federal para fins de cadastramento no Sistema Nacional de Armas (SINARM), conforme previsto no art. 3º, inciso II, do §3º, do Decreto 9.847, de 2019, e verificação de indícios de infração penal.

Art. 5º As armas de fogo apreendidas, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas ao Comando do Exército para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública, ou às Forças Armadas, na forma prevista no art. 25 da Lei 10.826, de 2003 e art. 45 do Decreto 9.847, de 2019.

Art. 6º Os PCE apreendidos, cujos destinos não tenham sido os previstos no art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, devem ser encaminhados ao Comando do Exército por intermédio da Região Militar (RM) de vinculação da unidade administrativa que realizou a apreensão, após a solução do devido processo administrativo de perdimento do material, instaurado pela Receita Federal.

Parágrafo único. De posse da documentação relativa ao processo administrativo de perdimento que determine a destruição ou doação dos PCE, as RM deverão providenciar a destinação do material e verificar a pertinência da instauração de processo administrativo sancionador.

Art. 7º Fica determinado ao Comando Logístico, por intermédio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados, a edição de Instrução Normativa regulamentando os procedimentos relativos ao recebimento, pela RM, de PCE apreendidos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

Gen Ex PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
9º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

PORTARIA Nº 26/CFAOC, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Altera as Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - NPCF/CFAOC.

O CAPITÃO DOS PORTOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o inciso I do art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar os itens abaixo especificados das Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - NPCF/CFAOC, aprovada pela Portaria nº 15/CFAOC, de 26 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de fevereiro de 2018:

No Capítulo 1 - "ÁREAS DE JURISDIÇÃO", no item 0101 - "ORGANIZAÇÃO E JURISDIÇÃO", substituir o texto atual pelo seguinte:

"A Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC) é composta por sua sede e pelas seguintes Organizações Militares (OM) subordinadas:

- Agência Fluvial de Caracaraí -RR;
ii. - Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul-AC;
iii. - Agência Fluvial de Eirunepé-AM;
iv. - Agência Fluvial de Itacoatiara-AM;
- Agência Fluvial de Parintins-AM; e
- Agência Fluvial de Tefé-AM."

II. No Capítulo 1 - "ÁREAS DE JURISDIÇÃO", no item 0102 - "ATENDIMENTO AO PÚBLICO", subitem 0102.3 - "VISTORIA DE EMBARCAÇÕES", substituir o texto atual pelo seguinte:

"As solicitações de vistoria de embarcações deverão ser feitas na CFAOC e Organizações Militares (OM) subordinadas, no horário de atendimento ao público nos guichês do GAP. O serviço será realizado nos dias e horários definidos pela Capitania e Organizações Militares subordinadas, podendo ser alterado para outra data e horário, em razão de qualquer imperativo técnico/administrativo, devidamente justificado. O transporte das comissões de vistorias deverá ser providenciado pelo solicitante. No caso de serviços prestados fora da sede da Capitania e Organizações Militares subordinadas, serão cobradas as despesas de transporte e estadia, de acordo com as normas em vigor."

III. No Capítulo 1 - "ÁREAS DE JURISDIÇÃO", no item 0104 - "LIMITES PARA A NAVEGAÇÃO INTERIOR", subitem 0104.1 - "NAVEGAÇÃO NO QUADRO", substituir o texto atual pelo seguinte:

JURISDIÇÃO	QUADRO
CFAOC	Área do rio Negro compreendida entre a praia do Tupé e a localidade de Terra Nova, no Município de Manaus, delimitada pelas coordenadas: 03º 02',0 S/ 059º 52',0 W; 03º 13',0" S/ 059º 52' 00" W; 03º 02',0 S / 060º 07',5 W; e 03º 13',0 S / 060º 07' ,5 W, conforme Carta Náutica DHN nº 4110.
Agência de Caracaraí	Área do Rio Branco compreendido pelas seguintes coordenadas: ao norte pela LAT 01° 59`29.0``N e LONG 061° 01`43,4``W, na proximidade da Ilha do Cemitério a montante do furo do Conjubim. Ao sul pela LAT 01° 34`14.9``N e LONG 061° 13`58,7``W, nas proximidades da Ilha do Frio, a 10MN a jusante da Comunidade de Vista Alegre, no Município de Caracaraí -RR.
Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul	Área do rio Juruá compreendida entre a comunidade de Raimundo Paula no município de Guajará-AM e a comunidade 13 de Maio no município de Rodrigues Alves-AC.
Agência Fluvial de Eirunepé	Área do rio Juruá compreendida entre a foz do rio Tarauacá, passando pelo porto de Eirunepé, até a praia de Paris, no município de Eirunepé-AM.
Agência Fluvial de Itacoatiara	Área do rio Amazonas compreendida entre a Ilha do Risco e a localidade de Ponta do Catarro no município de Itacoatiara-AM.
Agência Fluvial de Parintins	Área no rio Amazonas compreendida entre a enseada do Mocambo e a Ilha da Valéria, no município de Parintins-AM.
Agência Fluvial de Tefé	Lago de Tefé e área do Rio Solimões compreendida entre a localidade de Vila Caiambé à jusante e a cidade de Alvarães-AM à montante do município de Tefé-AM.

IV. No Capítulo 1 - "ÁREAS DE JURISDIÇÃO", no item 0105 - "CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS", excluir o campo observações e renumerar os subitens.

V. No Capítulo 2 - "FATOS E ACIDENTES DA NAVEGAÇÃO ", no item 0201.1 - "ACIDENTES E FATOS DA NAVEGAÇÃO", substituir a tabela da alínea c.

VI. No Capítulo 3 - "DOTAÇÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS", no item 0301.1 - "PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA EMBARCAÇÕES DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS", alínea a, substituir o texto atual pelo seguinte:

"Visando à segurança dos passageiros nas embarcações de transporte dos mesmos, antes do suspender dos portos, deverá ser realizada a leitura do Anexo 3-A Anexo 10-A (Instruções de Segurança) da NORMAM 02/DPC e ser ministrada as seguintes instruções de segurança."

VII. No Capítulo 3 - "DOTAÇÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS", no item 0302.1 - "EMBARCAÇÕES DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E/OU CARGAS", incluir na tabela os seguintes equipamentos:

Equipamento	Embarcação	Observação
Ecobatímetro	Embarcações com AB>50; embarcações que transportam mais de 30 passageiros; empurradores e rebocadores com qualquer AB; e embarcações empregadas na travessia.	Em embarcações com AB £ 50, recomenda-se o uso do prumo de mão, graduado em metros.
Radar	Embarcações propulsadas com AB>500, comboios com AB>300 e embarcações empregadas na travessia Manaus - Careiro da Várzea (BR-319) com AB>100.	XXX
Sistema Automático de Identificação (Transceptor AIS, classe B)	Embarcações propulsadas com AB>500, comboios com AB>300 e embarcações empregadas na travessia Manaus - Careiro da Várzea (BR-319) com AB>100.	XXX

VIII. No Capítulo 3 - "DOTAÇÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES E DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS", no item 0308 - "DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS", no subitem 0308.1.1 - "NAVEGAÇÃO INTERIOR (EMBARCAÇÃO DE PASSAGEIRO/CARGA)", no campo observações, alínea 10, substituir o texto atual pelo seguinte:

"Para aplicação dessa norma são consideradas embarcações miúdas aquelas: com comprimento inferior ou igual a cinco (5) metros; ou com comprimento total inferior a oito (8) metros que apresentem as seguintes características: convés aberto ou convés fechado, sem cabine habitável e sem propulsão mecânica fixa e que, caso utilizem motor de popa, este não exceda 50HP. Considera-se cabine habitável aquela que possui condições de habitabilidade."

IX. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", no item 0308 - "DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS", no item 0403.1.2 - "ENTRADA DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE ESPORTE E/OU RECREIO", no subitem 0403.2.1 - "PEDIDO DE DESPACHO", substituir o texto atual pelo seguinte:

"a) São obrigadas a despachar as seguintes embarcações:

I. de bandeira estrangeira;

II. com Arqueação Bruta (AB)>20;

III. de pesca com AB>10;

IV. em atividade comercial de transporte de, no mínimo, 10 passageiros que navegue para fora do quadro; e

V. todas as embarcações que realizam navegação de travessia e turismo náutico na mesma área portuária.

b) Além dos documentos previstos no Item 0210 da NORMAM-08/DPC, é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos ou seus substitutos previstos nas NORMAM:

I. Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), quando aplicável à embarcação;

II. Certificado de Segurança da Navegação (CSN);

III. Seguro DPEM, quando houver obrigatoriedade;

IV. Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM) ou o Documento Provisório de Propriedade (DPP) ou o Título de Inscrição de Embarcação (TIE), conforme a AB da embarcação;

V. Certificado Nacional de Borda Livre (CNBL), quando aplicável à embarcação e demais Certificados específicos previstos nas Normas da Autoridade Marítima;

VI. Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) e Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os tripulantes na validade; e

c) O Pedido de Despacho da embarcação deverá ser solicitado por e-mail (despacho@cfaoc.mar.mil.br) na CFAOC ou diretamente nas OM subordinadas, devendo ser enviados os documentos conforme acima especificados. Os pedidos de despacho serão realizados até as 17hs.

d) No que tange aos comboios (empurrador e balsa), fica facultado aos armadores, proprietários ou prepostos alterar as balsas do comboio despachado inicialmente, desde que apresentem, antes da saída, um novo Aviso de Saída - Navegação Interior (antiga Declaração Geral) devidamente atualizado, e que a tonelagem do conjunto alterado esteja condizente com a categoria dos tripulantes armados no empurrador, sendo emitido pelo Órgão de Despacho (OD), neste caso um novo Passe de Saída - Por Período (Anexo 2-G da NORMAM 08/DPC).

e) No período de validade dos Despachos, os armadores ou seus prepostos deverão encaminhar, obrigatoriamente, à CFAOC ou OM subordinadas, o Aviso de Entrada ou o Aviso de Saída das suas respectivas embarcações quando atracando ou desatracando nos Portos e Terminais no prazo máximo de quatro (4) horas ao OD, após a atracação ou saída das mesmas, não a isentando de apresentarem os respectivos avisos atualizados à Equipe de Inspeção Naval, por ocasião da abordagem.

f) As alterações de Tripulantes ou Passageiros serão apresentados por meios das Listas de Tripulante e Passageiros anexos aos Avisos de Entrada e Saída, em até meia hora após o suspender ou atracar, com a apresentação destes documentos, não será necessário apresentar um novo Despacho, exceto para as embarcações que realizam navegação de travessia e turismo náutico na mesma área portuária, que estão dispensadas, contudo devem manter arquivado tais documentos para apresentar a Capitania, caso solicitado."

VII. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", no item 0308 - "DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS", no item 0403.1.2 - "ENTRADA DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE ESPORTE E/OU RECREIO", no subitem 0403.2.2 - "VALIDADE DO DESPACHO", substituir o texto atual pelo seguinte:

"a) A tramitação de informações sobre despacho de embarcações, entre o representante legal da embarcação e o OD (CFAOC) deverá ocorrer na seguinte ordem:

1) Via Porto Sem Papel (PSP), quando de uso obrigatório, à medida que forem sendo implantados;

2) Via SISDESP-WEB, quando o PSP não for aplicável;

3) Via e-mail (despacho@cfaoc.mar.mil.br), a qualquer tempo e para todas as embarcações, exceto as que transportam passageiros, com validade até o próximo porto; e

4) Diretamente na CFAOC, quando não houver disponibilidade das opções acima, nos horários das 08h15min às 11h30min e das 13h15min às 17h.

b) A validade do despacho poderá ser concedida da seguinte forma:

1) Até o próximo porto: para as embarcações empregadas na navegação de longo curso.

2) Por período de até trinta dias, dependendo da validade dos documentos apresentados, para as embarcações que realizam navegação de travessia ou turismo náutico na mesma área portuária.

3) Por período de até sessenta dias, dependendo da validade dos documentos apresentados, para as embarcações empregadas na navegação interior em tráfego na área de jurisdição desta Capitania Fluvial."

VIII. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", no item 0403 - "ENTRADA, DESPACHO E SAÍDA DE EMBARCAÇÕES", no subitem 0403.2.7 - "EMBARQUE DE PESSOAL NÃO TRIPULANTE ", substituir o texto atual pelo seguinte:

"O embarque e desembarque de não tripulantes será feito mediante inclusão dos respectivos nomes no item Lista de Passageiros dos Avisos de Entrada/Saída, apresentados ao OD, desde que a embarcação esteja autorizada a transportar passageiros.

Os profissionais que realizam o serviço de segurança nas embarcações que trafegam nos rios da Amazônia ocidental, compõem os prestadores de serviço embarcados, sendo extremamente importante para a segurança da embarcação, demais tripulação e passageiros, devido ao grande risco de ataques por parte de facções criminosas que utilizam a Bacia Amazônica para a realização de crimes transfronteiriços, como tráfego de drogas e armas; por este motivo, deverão ser lançados nas observações dos Avisos de Entrada/Saída/Despacho e no Livro de Registro de Funcionários, como prestadores de serviço embarcados, a fim de os garantir os direitos trabalhistas, além disso, deverá ser disponibilizado camarote adequado, conforme previsto no Anexo 3-M (Requisitos de Habitabilidade) da NORMAM 02/DPC."

IX. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", o item 0414 - CARACTERÍSTICAS, ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DAS ZP DA ÁREA DE JURISDIÇÃO E NÚMERO DE PRÁTICOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DAS FAINAS DE PRATICAGEM", passa a ter o seguinte texto:

"A ZP-02 compreende a área que se estende de Itacoatiara até Tabatinga, nas quais estão localizados o terminal do Hermasa, Terminais Fluviais do Brasil, Porto Público de Manaus (compreende o Terminal do Roadway e o Terminal Cais das Duas Torres), Terminal Chibatão, Superterminais, Terminal Moageira, Terminal TSOL e Terminal Cimento Vencemos, abrange a jurisdição da CFAOC, da Agência Fluvial de Itacoatiara e da Agência Fluvial de Tefé, além da Capitania Fluvial de Tabatinga (não subordinada à CFAOC), e inclui os rios Amazonas, Solimões e Negro, bem como seus afluentes."

X. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", no item 0414.2 - "PROCEDIMENTOS DIVERSOS:", excluir as alíneas de número 6, 7 e 8 do subitem d).

XI. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", no item 0415 - "ESCALA ÚNICA DE RODÍZIO PARA PRÁTICOS", renumerar as alíneas.

XII. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", o item 0420.1.1 - "NAVEGAÇÃO NOS TRECHOS", passa a ter o seguinte texto:

"a) Fica estabelecido o seguinte número de navegação nos trechos (em qualquer sentido) por prático da ZP-01 e ZP-02, por quadrimestre, para a manutenção da habilitação:

1) Trecho Manaus/Coari (ZP-02): Uma (01);

2) Trecho Manaus/Itacoatiara (ZP-02): Sete (07); e

3) Trecho Parintins/Itacoatiara: (ZP-01): Seis (6).

b) Fica estabelecido uma (1) navegação no trecho Manaus/Tabatinga (em qualquer sentido) por prático da ZP-02, por biênio, para a manutenção da habilitação."

XIII. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO ", o item 0420.1.2 - "MANOBRAS POR TERMINAIS", passa a ter o seguinte texto:

"a) Fica estabelecido o seguinte número de manobras por terminais (atracação ou desatracação) por prático da ZP-01, por quadrimestre, para a manutenção da habilitação:

1) Terminal Graneleiro da Hermasa I: Uma (01);

2) Terminal Fluvial do Brasil S.A. (TFB): Uma (01); e

3) Quadro de boias do Maquira: Uma (01).

b) Fica estabelecido o seguinte número de manobras por terminais (atracação ou desatracação) por prático da ZP-02, por quadrimestre, para a manutenção da habilitação:

1) Terminal de Uso Privativo Chibatão/Super Terminais: Uma (01);

2) Terminal Aquaviário de Manaus (Antiga REMAN): Uma (01);

3) Terminal Aquaviário de Coari (Antigo TSOL): Uma (01); e

4) Quadro de boias do Maquira: Uma (01)."

XIV. No Capítulo 4 - "PROCEDIMENTOS PARA NAVIOS NO PORTO", incluir o item 0424.6 - "TRANSFERÊNCIA DE ÁLCOOL, PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS".

XV. No Capítulo 5 - "PARÂMETROS OPERACIONAIS DO PORTO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS", excluir o item 0501.3 - "DECLARAÇÃO DE IMPRATICABILIDADE QUANTO AO CMR", subitem 0501.3.4 - "RECOMENDAÇÕES À PRATICAGEM" e o subitem 0501.3.5 - "TRANSBORDO DE CARGA".

XVI. No Capítulo 5 - "PARÂMETROS OPERACIONAIS DO PORTO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS", o item 0508.2 - "RIO JURUÁ", passa a ter o seguinte texto:

"Na cheia acima de Eirunepé a velocidade do rio varia muito, podendo chegar a 5 nós, dificultando muito a navegação na área e requerendo grande conhecimento e habilidade para garantir uma navegação segura.

- Comprimento: até 60m (cheia) / 45m (vazante); boca: 15 m; e
- Calado máximo: Cumprir o determinado nos itens 0501.

a) Características:

CARACTERÍSTICAS				
Situação	Corrente	Batimetria	Largura	Tráfego
Cheia	5 nós	7 a 15 m	60 m	Duas (2) faixas de navegação
Vazante	3 nós	3 a 7 m	30 m	Uma (1) faixa de navegação

b) Fundeadouro:

- Subida: indicado regressar e atracar no Porto de Eirunepé - Lat. 06º40'170"/Long. 069º51'992"; e
- Descida: 06º41'379"/Long. 069º53'428" - margem direita (abarrancagem)."

XVII. No Capítulo 5 - "PARÂMETROS OPERACIONAIS DO PORTO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS", o item 0509 - "CALADO AÉREO MÁXIMO ADMITIDO", passa a ter o seguinte texto:

"Ponte sobre o Rio Negro, ligando Manaus a Iranduba, com calado aéreo máximo de 55 m.

Linha de transmissão de energia elétrica no Rio Juruá com calado aéreo máximo de 25 m na cheia, a 1,5 milhas a montante do Porto de Eirunepé, na posição - Lat. 06º 41'150"S e Long. 069º 53' 219"W."

XVIII. No Capítulo 5 - "PARÂMETROS OPERACIONAIS DO PORTO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS", excluir o subitem 0516.1 - "DIVULGAÇÃO", o subitem 0516.1.1 - "CARTAZES E FOLDERES", o subitem 0516.1.2 - "OUTDOORS", o subitem 0516.1.3 - "PALESTRAS" e o subitem 0516.1.4 - "INTERNET".

XIX. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", o item 0601 - "VIAS NAVEGÁVEIS CARTOGRAFADAS", passa a ter o seguinte texto:

" As vias navegáveis cartografadas são as seguintes:

- Rio Amazonas - Cartas náuticas do Rio Amazonas;
- Rio Solimões - Atlas da hidrovia do Rio Solimões - Manaus/Tabatinga; e
- Rio Madeira - Atlas da Hidrovia do Rio Madeira - Itacoatiara/Porto Velho."

XX. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", no item 0601.3 - "PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO RIO MADEIRA", excluir os subitens 9 ao 32 da alínea a.

XXI. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", no item 0602.5 - "RIO PURUS", excluir as alíneas b e c.

XXII. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", excluir os itens 0602.6 - "RIO ACRE" , 0602.7 - "RIO IACO", 0602.10 - "RIO GUAPORÉ" e 0602.11 - "RIO MAMORÉ".

XXIII. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", no item 0603 - "REGRAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR", excluir o subitem 0603.1 - "NAVEGAÇÃO NO RIO MADEIRA".

XXIV. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", no item 0604.5 - "TRANSPORTE DE MATERIAL E PASSAGEIROS", incluir a alínea j com o seguinte texto:

"Todas as embarcações que trafegarem para os rios (e/ou afluentes) das jurisdições da Capitania Fluvial de Santarém (CFS), Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR), Capitania dos Portos do Amapá (CPAP) e Capitania Fluvial de Tabatinga (CFT) e Capitania Fluvial de Porto Velho (CFPV) deverão observar, além destas normas, as Normas e Procedimentos estabelecidos por aqueles Agentes da Autoridade Marítima."

XXV. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", no item 0606 - "OBRAS EM VIAS NAVEGÁVEIS", o subitem 0606.2 - "PONTÕES" passa a ter o seguinte texto:

"a) Os pontões (postos de combustíveis flutuantes) deverão ser dotados de todos os mateiras pertinentes previstos no Item 0424.5 desta NPCF e na Seção III do Capítulo 5 da NORMAM 02/DPC, dentre eles:

1) barreiras de contenção;

2) mantas absorvedoras; e

3) kit SOPEP (Shipboard Oil Pollution Emergency Plan) - composto por travesseiros, cordões, produto granel, luva pvc ou nitrílica, óculos de segurança, pá antifaiscante, macacões e embalagens plástica para acondicionamento do material absorvido dentre outros.

b) Fica estabelecida a distância mínima de cinquenta (50) metros entre os pontões instalados na jurisdição desta Capitania."

XXVI. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", o item 0608 - "DRAGAGENS" passa a ter o texto abaixo, ficando excluídos os subitens 0608.1 7.1 - "AUTORIZAÇÃO PARA DRAGAGEM", 0608.2 7.2 - "LICENÇA AMBIENTAL" e 0608.3 7.3 - "AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA ATIVIDADE DE DRAGAGEM".

"Os interessados em realizar dragagem, devidamente autorizado pelos órgão competente, deverão cumprir as determinações previstas no Capítulo 2 da NORMAM-11/DPC."

XXVII. No Capítulo 6 - "VIAS NAVEGÁVEIS DA JURISDIÇÃO", o item 0609 - "EXTRAÇÃO DE MINERAIS" passa a ter o seguinte texto:

"Os interessados em realizar pesquisa, lavra, garimpo ou extração de areia, devidamente autorizado pelos órgão competente, deverão prestar informações formalmente a esta CF, conforme preconiza o Capítulo 3 da NORMAM-11/DPC."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA FERREIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 81/CFAOC DE 26 DE ABRIL DE 2021

Altera as Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - NPCF/CFAOC.

O CAPITÃO DOS PORTOS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o inciso I do art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar os itens abaixo especificados das Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - NPCF/CFAOC, aprovada pela Portaria nº 15/CFAOC, de 26 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de fevereiro de 2018:

0420.1 - PLANO DE MANUTENÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DA ZP-02

a) Ficam estabelecidos os seguintes números de fainas por prático, por quadrimestre, para a manutenção da qualificação nos seguintes trechos:

1) Trecho Manaus/Coari: uma (01) viagem em qualquer sentido; e

2) Trecho Manaus/Itacoatiara: sete (07) viagens em qualquer sentido.

b) Ficam estabelecidos os seguintes números de fainas por prático, por biênio, para a manutenção da qualificação no seguinte trecho:

1) Trecho Manaus/Tabatinga: 01 (uma) viagem em qualquer sentido.

Art. 2º Excluir os itens abaixo especificados das Normas e Procedimentos da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental - NPCF/CFAOC, aprovada pela Portaria nº 15/CFAOC, de 26 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 21 de fevereiro de 2018:

0420.1.1 - NAVEGAÇÃO NOS TRECHOS

a) Fica estabelecido o seguinte número de navegação nos trechos (em qualquer sentido) por prático da ZP-01 e ZP-02, por quadrimestre, para a manutenção da habilitação:

1) Trecho Manaus/Coari (ZP-02): Uma (01);

2) Trecho Manaus/Itacoatiara (ZP-02): Sete (07); e

3) Trecho Parintins/Itacoatiara: (ZP-01): Seis (06).

0420.1.2 - MANOBRAS POR TERMINAIS

a) Fica estabelecido o seguinte número de manobras por terminais (atracação ou desatracação) por prático da ZP-01, por quadrimestre, para a manutenção da habilitação:

1) Terminal Graneleiro da Hermasa I: Uma (01);

2) Terminal Fluvial do Brasil S.A. (TFB): Uma (01); e

3) Quadro de boias do Maquira: Uma (01).

b) Fica estabelecido o seguinte número de manobras por terminais (atracação ou desatracação) por prático da ZP-02, por quadrimestre, para a manutenção da habilitação:

1) Terminal de Uso Privativo Chibatão/Super Terminais: Uma (01);

2) Terminal Aquaviário de Manaus (Antiga REMAN): Uma (01);

3) Terminal Aquaviário de Coari (Antigo TSOL): Uma (01); e

4) Quadro de boias do Maquira: Uma (01).

Obs.: O número de manobras e navegação por trechos foram extraídos da média fornecida pelo sistema SISGEVI-PRATICO no último ano, tal número de manobras e navegação definidas serve para equalizar a habilitação dos práticos de ambas as Zonas de Praticagem (ZP) que navegam nos trechos e operam nos terminais da área de jurisdição desta Capitania Fluvial/Comando do 9° Distrito Naval e poderá ser alterada mediante solicitação das zonas de praticagens de forma consubstanciada e após verificado por Comissão formada para assessorar ao Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental, que apresentará a demanda ao Sr. Comandante do 9 Distrito Naval.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Capitão de Mar e Guerra PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA FERREIRA JUNIOR

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 808, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera as Portarias n. 1.801, de 25 de junho de 2020, e n. 1.826, de 26 de junho de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, e o art. 29, da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, resolve:

Art. 1º O artigo 2º da Portaria n. 1.801, de 25 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º Fica prorrogado, até o dia 30 de maio de 2021, o prazo previsto na alínea b) do item I do art. 2º da Portaria n. 704, de 4 de dezembro de 2018, do Ministério das Cidades, alterada pela Portaria n. 3.187, de 31 de dezembro de 2019, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput aplica-se, de imediato, aos instrumentos de repasse celebrados." (NR)

Art. 2º O artigo 1º da Portaria n. 1.826, de 26 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica prorrogado, até 30 de maio de 2021, o prazo para conclusão do objeto dos Termos de Compromisso sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional enquadrados nos artigos 2º ou 3º e que atendam às condições dispostas no art. 4º da Portaria Interministerial n. 350, de 3 de julho de 2019.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput aplica-se, de imediato, aos instrumentos de repasse celebrados." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 778, DE 27 DE ABRIL DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.529, de 25 de outubro de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao município de Urucânia - MG, para ações de Defesa Civil, para até 24/10/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 793, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Macururé	Estiagem - 1.4.1.1.0	57	30/03/2021	59051.011598/2021-42
BA	Ruy Barbosa	Estiagem - 1.4.1.1.0	034	23/03/2021	59051.011561/2021-14
BA	Valente	Estiagem - 1.4.1.1.0	244	15/02/2021	59051.011547/2021-11
CE	Palmácia	Estiagem - 1.4.1.1.0	030	07/04/2021	59051.011491/2021-02
MA	Arari	Inundações - 1.2.1.0.0	014	30/03/2021	59051.011376/2021-20
MG	Além Paraíba	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	6.552	22/02/2021	59051.011255/2021-88
MG	Lagoa Santa	Inundações - 1.2.1.0.0	4.234	22/02/2021	59051.011523/2021-61
MG	Teófilo Otoni	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	8.195	10/03/2021	59051.011494/2021-38
MT	Porto dos Gaúchos	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	052	31/03/2021	59051.011420/2021-00
PA	Alenquer	Enxurradas - 1.2.2.0.0	209	30/03/2021	59051.011537/2021-85
PA	São João do Araguaia	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	011	05/04/2021	59051.011522/2021-17
SC	Itapema	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	019	17/03/2021	59051.011524/2021-14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 794, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PB	Poço Dantas	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	19	07/04/2021	59051.011600/2021-83
PR	Corbélia	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	584	07/04/2021	59051.011599/2021-97
PR	Nova Prata do Iguaçu	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	3472	06/04/2021	59051.011399/2021-34
PR	Pitanga	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	72	08/02/2021	59051.011601/2021-28

Art. 2º Reconhecer a Situação de Emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Umuarama	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	70	06/03/2021	59051.011467/2021-65
PR	Leópolis	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	084	20/04/2021	59051.011549/2021-18

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 795, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Reconhece a Situação de Emergência no município de Quedas do Iguaçu/PR.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e considerando o Decreto nº 747, de 31 de julho de 2020, da Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu/PR, Ofício nº 121, de 05 de abril de 2021, e demais informações constantes no processo nº 59051.011502/2021-46, resolve:

Art. 1º Reconhecer, por mais 180 dias, a contar de 05/04/2021, a Situação de Emergência em todo o território do município de Quedas do Iguaçu/PR, em decorrência de Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 799, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Roca Sales - RS, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Roca Sales - RS, no valor de R$ 1.447.608,48 (um milhão, quatrocentos e quarenta e sete mil seiscentos e oito reais e quarenta e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003857/2020-61.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000595, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 801, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Igrejinha - RS, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Igrejinha - RS, no valor de R$ 288.888,82 (duzentos e oitenta e oito mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003931/2020-49.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000596, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 800, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Cáceres - MT, para ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Cáceres-MT, no valor de R$ 138.996,80 (cento e trinta e oito mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003310/2020-65.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000263, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 72, DE 26 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso III, do Anexo I da Resolução no 76, de 25 de setembro de 2019, publicada no DOU de 14 de outubro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 820ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26 de abril de 2021, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.000919/2014-91, resolve:

Dispor sobre a redução temporária da descarga mínima do reservatório da usina hidrelétrica de Caconde, no Rio Pardo.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 118, DE 26 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes do Processo nº CUP: 59004.001310-2020-14 e o contido no Despacho nº 29/2021-DGFAI (SEI 0333141), resolve:

Art. 1º - Aprovar o Parecer Técnico nº 4/2021-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0321070), que trata sobre o pedido de devolução de recursos do benefício de Reinvestimento de 30% do IRPJ, relativo ao ano-calendário 2013, de interesse da Empresa 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda, CNPJ nº 08.014.346/0001-50, referentes aos depósitos efetuados no Banco da Amazônia S/A, que totalizam o montante de R$ 1.692.048,33 (hum milhão, seiscentos e noventa e dois mil, quarenta e oito reais e trinta e três centavos), sendo R$ 1.128.032,22 (hum milhão, cento e vinte e oito mil, trinta e dois reais e vinte e dois centavos) aos cofres da União e R$ 564.016,11 (quinhentos e sessenta e quatro mil, dezesseis reais e onze centavos) à empresa acima referida, devidamente atualizados pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil, conforme o que preceitua o art. 34, da Resolução nº 65-CONDEL/SUDAM e o art. 10, da Lei nº 10.177/2001, com base no parágrafo 3º, do artigo 19, da Lei nº 8.167/91, que reconhece o direito à referida devolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 26 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes do Processo nº CUP: 59004.001321-2019-52 e o contido no Despacho nº 33/2021-DGFAI (SEI 0334020), resolve:

Art. 1º - Arquivar o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), apresentado pela empresa Caiba Indústria e Comércio S.A., CNPJ nº 05.637.350/0001-87, localizada em Óbidos, Estado do Pará, com base na análise e justificativas constantes no Parecer de Análise nº 541/2021-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0330833), concluindo pelo não atendimento aos pressupostos do Regulamento dos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam, aprovado pela Resolução Condel/Sudam nº 65/2017, de 29/12/2017.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 121, DE 26 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes do Processo nº CUP: 59004.002255-2018-57 e o contido no Despacho nº 27/2021-DGFAI (SEI 0332755), resolve:

Art. 1º - Aprovar o Parecer Técnico nº 2/2021-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0319334), que trata sobre o indeferimento do pedido de devolução integral de recursos do benefício de Reinvestimento, relativo ao ano-calendário 2014, de interesse da Empresa Salobo Metais S.A., CNPJ nº 33.931.478/0002-75, referentes aos depósitos efetuados no Banco da Amazônia S/A, que totalizam o montante de R$ 3.945.304,53 (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quatro reais e cinquenta e três centavos), sendo R$ 2.630.203,02 (dois milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e três reais e dois centavos) depositados a titulo de incentivo e R$ 1.315.101,51 (hum milhão, trezentos e quinze mil, cento e um reais e cinquenta e um centavos) a titulo de recursos próprios.

Art. 2º - Determinar ao Banco da Amazônia S/A que proceda a liberação do valor de R$ 2.630.203,02 (dois milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e três reais e dois centavos) aos cofres da União e R$ 1.315.101,51 (hum milhão, trezentos e quinze mil, cento e um reais e cinquenta e um centavos) à empresa acima referida, devidamente atualizados pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil, conforme o que preceitua o art. 34, da Resolução nº 65-CONDEL/SUDAM e o art. 10, da Lei nº 10.177/2001, com base no § 3º do artigo 19, da Lei nº 8.167/91, que reconhece o direito à referida devolução dos recursos próprios e recolhimento à União dos valores depositados como incentivo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 132, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes do Processo nº CUP: 59004.000284/2021-80 e o contido no Despacho nº 35/2021-DGFAI (SEI 0334444), resolve:

Art. 1º - Aprovar o Parecer de Técnico nº 5/2021-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0327446), considerando o pedido de desistência do benefício do Reinvestimento, relativo aos anos-calendários 2010, 2011, 2012 e 2013 de interesse da empresa Transportes Bertolini Ltda, CNPJ: 04.503.660/0001-46, referentes aos depósitos efetuados no Banco da Amazônia S/A, que totalizam o montante de R$ 1.606.863,26 (hum milhão, seiscentos e seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), sendo R$ 1.071.242,18 (um milhão, setenta e um mil, duzentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos) aos cofres da União e R$ 535.621,08 (quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte um reais e oito centavos) à empresa acima referida, devidamente atualizados pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil, conforme o que preceitua o art. 34 da Resolução nº 65-CONDEL/SUDAM e o art. 10, da Lei nº 10.177/2001, com base no parágrafo 3º, do artigo 19 da Lei nº 8.167/91, que reconhece o direito à referida devolução.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 138, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº CUP: 59004.002352/2019-21 e o contido no Despacho nº 28/2021-DGFAI (SEI 0332831), resolve:

Art. 1º - Aprovar o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), referente à Modernização de equipamentos, apresentado pela empresa F Paulo Neto Eireli, CNPJ 38.146.734/0001-56, localizada no Município Colinas do Tocantins, Estado de Tocantins, com base no Parecer de Análise nº 542/2021-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0330437), reconhecendo-lhe o direito ao incentivo fiscal referente aos anos-calendários 2015, 2016, 2017 e 2018, no montante de R$ 172.889,22 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais, e vinte e dois centavos), em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 19, da Lei nº 8.167/91, à Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e a Resolução nº 65/2017, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudam-CONDEL, que aprovou a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº 59004.000552/2020-82 e o contido no Despacho nº 8/2021-DGFAI (SEI 0315698), resolve:

Art. 1º - Aprovar o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), referente à Complementação de Equipamentos, apresentado pela empresa Caiba Indústria e Comércio S.A, CNPJ 05.637.350/0001-87, localizada no Município de Óbidos, Estado do Pará, com base no Parecer de Análise nº 432/2020-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0293283), reconhecendo-lhe o direito ao incentivo fiscal referente ao ano-calendário 2016 e 2017, no montante de R$ 167.752,61 (cento e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos), sendo R$ 111.835,07 (cento e onze mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sete centavos) relativo ao Imposto de Renda e R$ 55.917,54 (cinquenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e quatro centavos) de Recursos Próprios, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 19, da Lei nº 8.167/91, à Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e a Resolução nº 65/2017, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudam-CONDEL, que aprovou a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LOUISE CAROLINE CAMPOS LÖW
Superintendente

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS.
Diretor de Administração.

RÓGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

RETIFICAÇÃO

No DOU nº 79, de 29/04/2021, Seção 1, página 13, Ata de Assembleia Geral Ordinária, onde se lê: MARISTELA FIALEK, leia-se: MARIANGELA FIALEK. DATA: 29/04/2020.

Ministério da Economia

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 194, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 181ª Reunião, ocorrida em 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários incidentes sobre os Bens de Capital listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogados os Ex-tarifários abaixo dos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8467.89.00	010	Ferramentas manuais para aplicação de fixadores, com dispositivo de funcionamento pneumático e hidráulico, com curso do pistão de impulso compreendido 0,562 a 1,275 polegadas, velocidade de 30ciclos/min, pressão máxima de impulso 9.000psi, temperatura máxima de operação de 51,7°C, capacidade de impulso compreendida de 24 a 278kN.	Resolução Camex nº 69, de 21 de agosto de 2017
8426.41.90	083	Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para terreno irregular (Rough Terrain- RT), acionados por motor diesel de 6 cilindros em linha com sistema de economia de combustível (ecomode), com 2 eixos planetários direcionáveis e sistema caranguejo, com tração em ambos os eixos, com sistema de patolamento variável com nivelamento automático e com cálculo em tempo real da capacidade de carga para cada determinada extensão das patolas integrado ao limitador automático de momento de carga, lança telescópica com comprimento mínimo de 47m, jib, 2 guinchos, capacidade máxima igual ou superior a 90t @ 2,7m de raio.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8465.91.20	010	Máquinas ferramentas para serrar madeiras maciças, com otimizadora eletrônica de cortes transversais, com velocidade máxima de avanço de no mínimo 180m/min, com ou sem leitor óptico de defeitos, com ou sem carregador e descarregador automáticos, com ou sem sistema de classificação automática de peças cortadas, com "display" "touch- screen" com "software" de otimização embarcado, com ou sem fosso de desperdícios.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8474.80.90	127	Prensas hidráulicas para produção de revestimento cerâmicos, com força máxima de prensagem igual a 82.000kN, distância livre entre colunas de 2.450mm, força máxima do extrator de 150kN.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
9031.49.90	383	Equipamentos de medição, ópticos, multifuncionais, para peças de rotação simétrica em forma de eixos de tamanho pequeno, médio e grande, características mensuráveis: comprimentos, distâncias, medidas médias, ranhuras, batimento axial, diâmetro, batimento radial, circularidade, simetria, paralelismo, retilinidade, com capacidade de medição de distância com precisão de 4+L/200mm até 5+l/100mm e repetitividade <=1,2 até 3micrômetros, com capacidade de medição de diâmetro com precisão de 1,5+D/200ìm até 2+D/100ìm e repetibilidade 0,3 até 0,4ìm.	Resolução Camex nº 55, de 10 de agosto de 2018
8422.40.90	771	Máquinas para encaixotamento de pacotes de carteiras de cigarros em caixas com 50unid e capacidade de produção máxima de 5caixas/min, carga elétrica conectada de 2,5kW, alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.	Resolução Camex nº 61, de 31 de agosto de 2018
8431.20.11	021	Transmissões para motor elétrico com função de movimentação, tração e frenagem, com capacidade máxima de carga de até 32.000N, capacidade máxima de torque estático de até 3.360Nm, capacidade máxima de torque dinâmico de até 2.240Nm e torque contínuo de até 560Nm, específicas para utilização em empilhadeiras e/ou transpaleteiras autopropulsadas.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8443.19.90	140	Máquinas de impressão combinadas entre os processos de flexografia, serigrafia, rotogravura e estampagem a frio, operando por meio de plataformas recebedoras das unidades de impressão, com troca rápida do tipo e formato de impressão, dotadas de unidades de impressão flexográfica, uma ou mais unidades de impressão por rotogravura, unidades de impressão serigráfica, unidade de estampagem a frio, unidade de meio corte, unidade de aplicação de adesivo, cassetes UV, dispositivos para laminação, aplicação de tratamento superficial "Corona", controle de qualidade por vídeo inspeção, desprovidas de desbobinador e rebobinador, operando com velocidade máxima igual a 160m/min, largura máxima da bobina igual a 435mm.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8462.21.00	211	Máquinas curvadeiras de tubos com controlador numérico computadorizado (CNC), com ciclo completamente automático, para tubos de diâmetro máximo 20mm, com 5 ou mais eixos elétricos, possibilidade de curvar com raios e mordentes diversos e "software" com gráfica tridimensional.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8480.71.00	118	Moldes de 72 a 144 cavidades (cold half), confeccionados em aço especial para injeção de preformas de politereftalato de etileno (PET) de 5 a 94g, com variação de peso de até +/- 0,60g, com capacidade de injeção de 72 a 144 peças/ciclo, dotados de: placa de machos, placa extratora, placa de cavidades e placa "coolpik" para refrigeração interna e extração das pré-formas.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8421.39.90	081	Filtros para limpeza do ar totalmente automáticos em painéis de aço galvanizado com tratamento de pintura ante corrosão salina, autolimpante, com ar comprimido de 270 mangas, contínuo, controlados por um controlador lógico programável (PLC), equipados com 1 motor de 30kW, com capacidade total de ar de 35.300m³/h, com emissão máxima de 15mg/Nm³, com superfície filtrante de 445,1m², com válvulas certificadas sem retorno ante explosão com ciclo automático ajustável de autogestão com dispositivo de controle de limpeza, com dispositivo de frequência de reversão do ar, com portas ante explosão, com sistema de circuito fechado da expulsão do pó, com sistema de aspiração assistida com sistema ante incêndio, com barreira perimetral permanente ante deflagração, com válvula rotativas.	Portaria SECINT nº 391, de 7 de maio de 2019
8437.90.00	022	Módulos de dissipação térmica para unidades de fontes de energia "PSU", com fabricação exclusiva para máquinas selecionadoras de grãos, fabricados em liga de alumínio extrudado, usinado e acabamento superficial anodizado preto de 15micrômetros, peso aproximado de 39kg, dimensões em torno de (LxAxC) 240 x 68 x 2.518mm.	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019
8460.90.90	103	Máquinas para polimento de metais condutores, por meio do eletropolimento automatizado por transporte iônico, utilizando micropartículas sólidas plásticas e secas (consumível), dotado de caçamba com volume compreendida entre 6 e 16L (incluindo os limites), e suporte das peças com capacidade compreendida entre 1 e 60peças/ciclo (incluindo os limites).	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019
8462.21.00	297	Máquinas curvadeiras de tubos controladas por CNC, com 9 ou mais eixos elétricos, (tecnologia "full electric"), com precisão de curvatura de +/-0,05 Graus e precisão de avançamento de +/- 0,05mm, capazes de dobrar tubos de diâmetro máximo 114 x 2,5mm de espessura ou 150 x 3mm de espessura, com sistema de raio variável (calandra), com dispositivo "tangent boost" para redução do sobremetal no final da peça, com "software" com gráfica tridimensional para simular e otimizar os programas de dobra.	Resolução Gecex nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8479.89.99	164	Equipamentos multi-câmaras, para inspeção de latas em 360 graus, utilizados para detectar defeitos de latas no processo de decoração, com capacidade de 2.000latas/min.	Resolução Gecex nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8421.11.90	002	Separadores centrífugos para separação ou clarificação contínuas próprios para a produção de peróxido de hidrogênio, com alimentação através de sistema fechado, realizando separação de duas fases liquidas com rotação máxima de 8.200rpm, composto por: motor elétrico trifásico potência de 4 a 22kW, e transmissão por correia plana, Tambor de parede fixa com jogo de pratos e bombas centrípetas incorporadas em ambas as fases de centrifugação, garantindo saída sob pressão para os líquidos nas fases pesada e leve, sistema de alimentação "softstream" que permite a distribuição adequada e suave do produto no equipamento já em rotação minimizando tensões de cisalhamento e danos ao produto, todas as partes em contato com o produto fabricadas em liga especial de aço inoxidável duplex de alta resistência a corrosão, sistema à prova de explosão com sistema de inertização com nitrogênio composto de painel de válvulas, tanque de selagem e automação necessária, acionado por painel de botoeiras (anti explosão) conectado a painéis MCC e PLC acondicionados em sala de controle.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.30.29	838	Máquinas empacotadoras automáticas, verticais, para acondicionamento de substâncias do gênero alimentício em pacotes flexíveis dos tipos "doy, cornerseal, fullcornerseal" e outros (5 ou menos soldas), aptas para execução das funções de formação, enchimento e selagem do pacote, com capacidade máxima de produção igual ou inferior a 200pacotes/min, concebidas para operar com embalagens de largura máxima igual ou inferior a 250mm, dotadas de sistema a vácuo de avanço do filme formador da embalagem; painel touchscreen de "interface" homem-máquina (HMI); com ou sem sistema de dosagem automático; capazes de serem integradas em linhas produção.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.40.90	969	Máquinas com operação sequencial para empacotar carteiras de cigarros com filtros com capacidade de até 50pacotes/min, consumo de ar comprimido 21m³/h, potência total instalada de 20kVA e frequência principal de 60Hz.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8429.40.00	055	Rolos compactadores combinados autopropulsados próprios para aplicação em asfalto e bases, dotados de motor diesel 4 cilindros e 100kW, 4 pneus de 1.620mm de largura cada, específicos para compactação estática e diminuição de vazios no material asfáltico no eixo traseiro, cilindro vibratório no eixo dianteiro em aço de 1.200mm de diâmetro e carga linear estática de 27,5kg/cm, de 2 amplitudes (0,66/0,37mm) e 2 frequências (42/50Hz) ajustáveis onde a força centrifuga pode ser de 60 e 75kN, articulação de 3 pontos permitindo maior homogeneidade de compactação quando em curvas e/ou desníveis, direção com ângulo pendurar de 10 graus, sistema de tração com bomba e motores hidráulicos, velocidade máxima de 14,8km/h e poder ascensional de até 40%, deslocamento lateral do eixo traseiro de 100mm para compactação próximo ao meio -fio e paredes, peso operacional máximo de 11.240kg, com largura de compactação de 1.680mm.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8429.52.19	067	Escavadeiras autopropulsadas sobre esteiras com superestrutura capaz de efetuar rotação de 360 graus e com carro longo de 3.660mm, motor de 4 cilindros com 5,2L com potência de 154HP, com sistema EGR e suporte automático de potência, peso operacional de 21.900kg e sistema "joystick" individualmente ajustável, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 235.960,89.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8429.52.19	069	Escavadoras autopropulsadas sobre esteiras, com superestrutura capaz de efetuar rotação de 360 graus, e com carro longo de 4.850mm, motor de 6 cilindros com 7,8L com potência no volante de 270HP, com sistema EGR e suporte automático de potência, peso operacional de 30.000 a 30.200kg, e sistema de "joystick" individualmente ajustável, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 335.124,80.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8431.31.90	011	Corrimões para escadas e esteiras rolantes, com cobertura de borracha estireno-butadieno sbr, com proteção UV, com alta resiliência, com inibidor de esticamento formado por cabos de aço carbono, com camadas internas em poliéster e poliamida com textura de borracha e camada deslizante em algodão ou fibra treliçada (PES) ou fibra sintética nylon (PA/PES), largura externa entre 72,5 e 88mm, altura externa entre 23,5 e 35,5mm, força de ruptura entre 25.000 e 28.000kn, alongamento máximo de 2% sob 28.000n de tensão.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8434.90.00	002	Moldes redondos para fabricação de queijo processado, com microperfurações cônicas, diâmetro interno igual ou maior a 320mm, profundidade igual ou 150mm, com tampa e material constitutivo "p-fenilenovinileno" (PPV).	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8435.10.00	023	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 12 frutas cítricas por minuto e com alimentador com capacidade de armazenamento de ¾ frutas cítricas, possuem geometria cónica da unidade de prensagem (tambores), sistema de filtragem integrado ao grupo espremedor, grelha que inibe a passagem de bagaços e caroços, botão com código e aviso de cor, torneira de ampla vazão antigotejamento.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8457.10.00	467	Centros de usinagem vertical de 3 eixos com comando numérico computadorizado (CNC) para fresar, mandrilar, furar e roscar, composto por: eixo- árvore com rotação máxima de 18.000rpm e tempo de aceleração de 1,9s partindo do repouso, acionado por motor AC de 30kW e com curso de trabalho em X de 1.050mm, em Y de 530mm e Z de 510mm, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 52m/min e velocidade de avanço de usinagem de 52m/min - cone de fixação da ferramenta BBT40 / big plus (dupla fixação - mesa com dimensão de 1.300 x 550mm com capacidade máxima de carga sobre a mesa de 1.200kg, com 5 T-Slot de 18mm de abertura e separados por 100mm - sistema de refrigeração com sopro de ar misturado com fluido refrigerante e despejado por tubo diafragma em pressão de até 7Mpa - magazine com capacidade para 30 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,3s - sistema para aspirar e transportar cavacos em correias - monitor colorido de 10,4'' de cristal líquido e pacote EA/ISSO com memória SD I/F e memória USB I/F.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

8464.10.00	063	Máquinas ferramentas com até 100 lâminas diamantadas, para serragem de blocos de rochas ornamentais com dimensões máximas de até 3.500 x 2.000 x 2.050mm, em chapas de espessuras variáveis, com estrutura constituída por 4 colunas de aço eletrossoldado, com: 4 porta laminas com movimento retilíneo alternado e guias de deslizamento hidrostáticas; sistema de lubrificação automática dos parafusos do tear; volante e unidade de suporte do volante construídos em ferro fundido nodular; tensor hidráulico para manutenção de igual tensão das lâminas diamantadas na serragem; conjunto de arruelas espaçadoras em aço; dispositivo de controle de ruptura de chapas com interrupção automática do corte; proteções laterais contra salpicos; sistema de controle automático de corte do tear com PLC e tela "touchscreen"; plataforma de movimento ascensional guiado por patins plano-prismáticos, para o carro porta blocos; e até três carros porta blocos motorizados.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.89.99	454	Automatizadores de persianas internas e externas, toldos e telas de projeção, com motor tubular, assíncrono ou síncrono, monofásico, de corrente alternada, potência de até 500W, 110V/ 230V e placa de controle para abertura, parada e fechamento, ativada por controle remoto RF 433,92MHz ou botoeira por contato seco, denominado comercialmente "automatizador de cortina".	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.89.99	457	Combinações de máquinas para tratamento da superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: 2 plataformas giratórias para carga e descarga das chapas de rochas ornamentais; robô manipulador de alta velocidade para carregamento e descarregamento das chapas de rochas ornamentais; elevador com mecanismos de inserção e extração das bandejas de suporte das chapas, do forno vertical de secagem; 2 mesas transportadoras de corrente para o deslocamento de retorno das bandejas de suporte das chapas; forno vertical para secagem com capacidade para 30 chapas; 3 mesas transportadoras de corrente motorizada para movimentação das bandejas de suporte das chapas no circuito da linha; até 3 mesas transportadoras de corrente motorizadas para movimentação e levantamento das bandejas; 2 fornos verticais para catálise da resina com capacidade de 40 chapas por forno; elevador para carga e descarga dos suportes das chapas nos fornos de catálise; 2 transportadores de rolos motorizados; descarregador automático para as chapas de rochas ornamentais; e até 123 bandejas para o suporte de chapas de rochas ornamentais.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8480.71.00	224	Moldes para fabricação por injeção de peças plásticas utilizadas em chaves seletoras automotivas, com capacidade de moldar 2 ou 6 peças de uma única vez, contendo 2 ou 6 cavidades, fabricado em aço 718H, com dimensão maior ou igual de 300 x 2400 x 280 (mm).	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8481.30.00	026	Válvulas de retenção de uso submarino para aplicação no controle do diferencial de pressão na coluna de elevação de perfuração de poços de petróleo, tipo portinhola, diâmetro interno de passagem de 4.062 polegadas (103,2mm), comprimento do corpo de 10 polegadas (254mm), pressão de trabalho a frio (cwp) de 6,170psi (425bar), comprimento do conjunto de 23.000 polegadas (584,2mm), pressão de teste hidrostático de 10.000psi (689bar), peso da seção do conjunto de 200lbs (91kg), temperatura operacional entre -20 (29) e 200 Graus Fahrenheit (93 Graus Celsius), materiais compatíveis com norma nace e a prova de fogo conforme norma api6fd 3ª edição, conexões: bisel especial para solda diâmetro externo 5 polegadas x diâmetro interno 4 polegadas.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8481.80.99	118	Válvulas para abastecimento, em estrutura metálica e ou de plástico, dotados de ponteira 1½ polegadas, fechamento automático ou manual, com vazão livre de até 1.000L/min, com entrada de 1/8 até 4 polegadas, com ou sem sistema de recuperação de vapor.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8503.00.90	042	Radiadores aptos a rejeição de 133kW de calor, temperatura de entrada da água em 33 graus celsius e vazão entre 170 e 175L/min de água com 50 % de etileno glicol, entrada do ar no radiador a 95 graus celsius e saída 55 graus celsius, pressão de operação lado do líquido de 3bar com pressão estática de projeto do líquido de 8bar, pressão do ar de 0,913bar, queda de pressão de 0,5bar, radiador com feixe de tubos em alumínio brazado dispostos em favos, construção assimétrica com diferentes densidades de disposição dos favos dispostos em quadrantes para otimização da troca térmica, com fluxo total de ar de 3,5m³/s, sendo 23,4% do fluxo total de ar no quadrante de maior vazão e 13,2% do fluxo total de ar nos quadrantes de menor vazão, comprovação da performance do radiador através de ensaio em túnel de ar e operação montado no gerador, com garantia dos valores de temperatura da entrada e saída do ar.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8504.40.90	179	Micro inversores fotovoltaicos monofásicos "on-grid", com potência nominal de 1.300W, para inversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, usados em unidades de geração fotovoltaica para injeção de energia em rede pública, com 4 entradas de ponto de máxima potência (MPPT) independentes e 1 entrada por MPPT, com tensão contínua mínima de 18VCC e máxima de 54VCC, frequência de trabalho de 60Hz, eficiência máxima de no mínimo 95,6% - grau de proteção IP67 com refrigeração por convecção natural - desenvolvidos para suportar a operação em temperatura ambiente dentro da faixa de -40 a 65 Graus Celsius, com recursos de monitoramento em tempo real e atualização remota de parâmetros "RenoUp" através de comunicação via dispositivo RENO207.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8504.40.90	269	Unidades secundárias de inversores de corrente trifásicos fotovoltaicos, do tipo conectado à rede, com potência de 45,6 à 100kW, topologia sem transformador, microprocessado, tensão nominal selecionada via "software" de 480/277, 380/220 ou 220/127Vca, corrente máxima de saída CA de 40A, sem seguimento do ponto de máxima potência e com tensão CC de operação fixa de 400, 750 ou 850Vcc, de acordo com a tensão nominal selecionada e regulada exclusivamente por unidades de condicionamento de potência de corrente contínua (UCPcc) com função integrada de comunicação através da linha alimentação CC, corrente de entrada CC máxima de 40A, eficiência máxima de 98,3%, integrado com detecção de falha de isolamento e compatível com "interface" de comunicação R$ 485,00.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8543.20.00	030	Sensores de colisão, com comunicação CAN BUS até 1Mbps, com ou sem resistor de acoplamento - temperatura de operação entre -32 até +75 Graus Celsius, grau de proteção IP65, CONEXÕES M12 ou FEP, tensão de trabalho entre 9 a 40V e consumo de até 750mW.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8601.20.00	003	Combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária, para locomotivas elétricas com potência bruta de 3.200HP, compostas de: baterias de Fosfato de Ferro-Lítio (LiFePO4) e módulos do sistema de gerenciamento de baterias (BMS - Battery Management System), com "interface" CAN bus exclusivo para o SAL-05 (Sistema de Automação de Locomotivas); componentes do sistema de arrefecimento da locomotiva, do controle de freios, bem como suas partes, e do sistema de tração; sistema de comando mestre da locomotiva; telas de "interface" humano-máquina; dispositivo gravador de eventos munido de portas de comunicação ethernet e alimentado à 74VDC; partes e componentes do sistema pneumático e módulo do sistema de freio dinâmico.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9018.19.80	143	Gravadores digitais de monitoramento para radiodiagnóstico "holter" em 3 canais e 7 derivações disponíveis com visor para pré-visualização do traçado de ECG, com capacidade de gravação por até 7 dias sem necessidade de cartão de memória (utilização de memória sólida), com detecção de espicula de marcapasso.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9018.19.90	082	Sensores descartáveis ou reutilizáveis para o monitoramento não invasivo e contínuo da saturação de oxigênio arterial (SpO2), frequência de pulso (PR), índice de perfusão (Pi), índice de variabilidade pletismográfica (PVi), saturação da meta-hemoglobina (SpMet), saturação de hemoglobina (SpHb), saturação de carboxihemoglobina (SpCO) e conteúdo total de oxigênio (SpOC), para uso adulto, pediátrico e/ou neonatal, realizando a leitura em pacientes que apresentam boa ou baixa perfusão e movimento, em ambientes hospitalares, móveis ou domiciliares.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9030.39.90	059	Equipamentos com dupla função de medição de corrente residual e de fuga (RCM) com detecção de falhas para proteção de instalações elétricas certificação DGUV V3 e a segunda função de medição e análise de qualidade de energia elétrica com aplicações em correntes alternadas (CA) e correntes contínuas (CC) com memória de massa de até 256Mb, frequência de escaneamento 25,6kHz.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

Art. 3º Ficam incluídos os Ex-tarifários abaixo nos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8467.89.00	049	Ferramentas manuais para aplicação de fixadores, com dispositivo de funcionamento pneumático e/ou hidráulico, com curso do pistão de impulso compreendido entre 0,562 e 2,000 polegadas, velocidade de 30ciclos/min, pressão máxima de impulso/tração inferior ou igual a 9.000psi, temperatura máxima de operação de 51,7 Graus Celsius, capacidade de impulso de tração/compressão compreendida entre 24 e 278kN.	Resolução Camex nº 69, de 21 de agosto de 2017
8426.41.90	137	Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para terreno irregular (Rough Terrain- RT), acionados por motor diesel de 6 cilindros em linha com sistema de economia de combustível (ecomode), com 2 eixos planetários direcionáveis e sistema caranguejo, com tração em ambos os eixos, com sistema de patolamento variável com nivelamento automático e com cálculo em tempo real da capacidade de carga para cada determinada extensão das patolas integrado ao limitador automático de momento de carga, lança telescópica com comprimento mínimo de 47m, com ou sem jib, com até 2 guinchos, capacidade máxima igual ou superior a 90t @ 2,7m de raio.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8465.91.20	014	Máquinas ferramentas para serrar madeiras maciças, com uma ou mais otimizadoras eletrônicas de cortes transversais, com velocidade máxima de avanço de no mínimo 180m/min, com ou sem leitor óptico de defeitos, com ou sem carregador e descarregador automáticos, com ou sem sistema de classificação automática de peças cortadas, com "display" "touch- screen" com "software" de otimização embarcado, com ou sem fosso de desperdícios.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8474.80.90	181	Prensas hidráulicas para produção de revestimento cerâmicos, com força máxima de prensagem compreendida entre 38.000 e 82.000kN, distância livre entre colunas igual ou inferior a 2.450mm, força máxima do extrator de 150kN.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
9031.49.90	518	Equipamentos de medição, ópticos, multifuncionais, para peças de rotação simétrica em forma de eixos de tamanho pequeno, médio e grande, características mensuráveis: comprimentos, distâncias, medidas médias, ranhuras, batimento axial, diâmetro, batimento radial, circularidade, simetria, paralelismo, retilinidade, com capacidade de medição de distância com precisão de 4+L{(mm)/200)]micrômetros até 5+L{(mm)100)]micrômetros e repetitividade <=1,2 até 3micrômetros, com capacidade de medição de diâmetro com precisão de 1,5+D{(mm)/200)]micrômetros até 2,0+D{(mm)/100)]micrômetros e repetibilidade 0,3 até 0,4micrômetros.	Resolução Camex nº 55, de 10 de agosto de 2018
8422.40.90	980	Máquinas para encaixotamento de pacotes de carteiras de cigarros em caixas com 50unid e capacidade de produção máxima de 5caixas/min, carga elétrica conectada de 3,1kVA (2,5kW) - 9,0kVA (7,2kW), alimentação trifásica de 380V e frequência principal de 60Hz.	Resolução Camex nº 61, de 31 de agosto de 2018
8431.20.11	086	Transmissões para motor elétrico com função de movimentação, tração e frenagem, com capacidade máxima de carga igual ou inferior a 32.000N, capacidade máxima de torque estático igual ou inferior a 3.360Nm, capacidade máxima de torque dinâmico igual ou inferior a 2.240Nm e torque contínuo igual ou inferior a 560Nm, específicas para utilização em empilhadeiras e/ou transpaleteiras autopropulsadas.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8443.19.90	167	Máquinas de impressão combinadas entre os processos de flexografia, serigrafia, rotogravura, operando por meio de plataformas recebedoras das unidades de impressão, com troca rápida do tipo e formato de impressão, dotadas de unidades de impressão flexográfica, uma ou mais unidades de impressão por rotogravura, unidades de impressão serigráfica, com ou sem unidade de estampagem a frio, unidade de meio corte, unidade de aplicação de adesivo, cassetes UV, dispositivos para laminação, aplicação de tratamento superficial "Corona", controle de qualidade por vídeo inspeção, desprovidas de desbobinador e rebobinador, operando com velocidade máxima igual a 160m/min, largura máxima da bobina igual a 435mm.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8462.21.00	312	Máquinas curvadeiras de tubos com controlador numérico computadorizado (CNC), com ciclo completamente automático, para tubos de diâmetro máximo 20mm, ou 25mm, ou 42mm ou 55mm com 5 ou mais eixos elétricos, possibilidade de curvar com raios e mordentes diversos e "software" com gráfica tridimensional.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8480.71.00	240	Moldes de 72 a 144 cavidades (cold half), confeccionados em aço especial para injeção de preformas de politereftalato de etileno (PET) de 4 a 94g, com variação de peso de até +/- 0,60g, com capacidade de injeção de 72 a 144 peças/ciclo, dotados de: placa de machos, placa extratora, placa de cavidades e placa "coolpik" para refrigeração interna e extração das pré-formas.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8421.39.90	173	Filtros para limpeza do ar totalmente automáticos em painéis de aço galvanizado com tratamento de pintura ante corrosão salina, autolimpante, com ar comprimido de 270 ou 351 mangas, contínuo, controlados por um controlador lógico programável (PLC), equipados com 1 motor de 30kW, com capacidade total de ar de 35.300m³/h ou 50.300m³/h, com emissão máxima de 15mg/Nm³, com superfície filtrante de 445,1m² ou 579 m², com válvulas certificadas sem retorno ante explosão com ciclo automático ajustável de autogestão com dispositivo de controle de limpeza, com dispositivo de frequência de reversão do ar, com portas ante explosão, com sistema de circuito fechado da expulsão do pó, com sistema de aspiração assistida com sistema ante incêndio, com barreira perimetral permanente ante deflagração, com válvula rotativas.	Portaria SECINT nº 391, de 7 de maio de 2019
8437.90.00	025	Módulos de dissipação térmica para unidades de fontes de energia "PSU", com fabricação exclusiva para máquinas selecionadoras de grãos, fabricados em liga de alumínio extrudado, usinado e acabamento superficial anodizado preto de 15micrômetros, peso entre 1,5 e 40kg, dimensões gerais (CxLxA) comprimento 100 a 2.600mm, largura de 100 a 250mm, e altura de 30 a 100mm.	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019
8460.90.90	117	Máquinas para polimento de metais condutores, por meio do eletropolimento automatizado por transporte iônico, utilizando micropartículas sólidas plásticas e secas (consumível), dotado de caçamba com volume compreendida entre 3 e 16L (incluindo os limites), e suporte das peças com capacidade compreendida entre 1 e 60peças/ciclo (incluindo os limites).	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019

8462.21.00	313	Máquinas curvadeiras de tubos controladas por CNC, com 9 ou mais eixos elétricos, (tecnologia "full electric"), com precisão de curvatura de +/-0,05 Graus e precisão de avançamento de +/-0,05mm, capazes de dobrar tubos de diâmetro máximo 114 x 2,5mm de espessura ou 150 x 3mm de espessura, com sistema de raio variável (calandra), com ou sem dispositivo "tangent boost" para redução do sobremetal no final da peça, com "software" com gráfica tridimensional para simular e otimizar os programas de dobra.	Resolução Gecex nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8479.89.99	813	Equipamentos multi-câmaras, para inspeção de latas em 360 graus, utilizados para detectar defeitos de latas no processo de decoração, com capacidade igual ou superior a 2.000latas/min.	Resolução Gecex nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8419.50.21	094	Radiadores aptos a rejeição de 133kW de calor, temperatura de entrada da água em 33 graus celsius e vazão entre 170 e 175L/min de água com 50% de etileno glicol, entrada do ar no radiador a 95 graus celsius e saída 55 graus celsius, pressão de operação lado do líquido de 3bar com pressão estática de projeto do líquido de 8bar, pressão do ar de 0,913bar, queda de pressão de 0,5bar, radiador com feixe de tubos em alumínio brazado dispostos em favos, construção assimétrica com diferentes densidades de disposição dos favos dispostos em quadrantes para otimização da troca térmica, com fluxo total de ar de 3,5m³/s, sendo 23,4% do fluxo total de ar no quadrante de maior vazão e 13,2% do fluxo total de ar nos quadrantes de menor vazão, comprovação da performance do radiador através de ensaio em túnel de ar e operação montado no gerador, com garantia dos valores de temperatura da entrada e saída do ar.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8421.19.90	089	Separadores centrífugos para separação ou clarificação contínuas próprios para a produção de peróxido de hidrogênio, com alimentação através de sistema fechado, realizando separação de duas fases liquidas com rotação máxima de 8.200rpm, composto por: motor elétrico trifásico potência de 4 a 22kW, e transmissão por correia plana, Tambor de parede fixa com jogo de pratos e bombas centrípetas incorporadas em ambas as fases de centrifugação, garantindo saída sob pressão para os líquidos nas fases pesada e leve, sistema de alimentação "softstream" que permite a distribuição adequada e suave do produto no equipamento já em rotação minimizando tensões de cisalhamento e danos ao produto, todas as partes em contato com o produto fabricadas em liga especial de aço inoxidável duplex de alta resistência a corrosão, sistema à prova de explosão com sistema de inertização com nitrogênio composto de painel de válvulas, tanque de selagem e automação necessária, acionado por painel de botoeiras (anti explosão) conectado a painéis MCC e PLC acondicionados em sala de controle.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.30.29	867	Máquinas empacotadoras automáticas, verticais, para acondicionamento de substâncias do gênero alimentício em pacotes flexíveis dos tipos "doy, cornerseal, fullcornerseal" e/ou outros (máximo de 5 ou menos soldas), aptas para execução das funções de formação, enchimento e selagem do pacote, com capacidade máxima de produção igual ou inferior a 200pacotes/min, concebidas para operar com embalagens de largura máxima igual ou inferior a 250mm, dotadas de sistema a vácuo de avanço do filme formador da embalagem; painel "touchscreen" de "interface" homem-máquina (HMI); com ou sem sistema de dosagem automático; capazes de serem integradas em linhas produção.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.40.90	981	Máquinas com operação sequencial para empacotar carteiras de cigarros com filtros com capacidade de até 50pacotes/min, consumo de ar comprimido 21m³/h, potência total instalada de 20-60kVA e frequência principal de 60Hz.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8429.40.00	061	Rolos compactadores combinados autopropulsados próprios para aplicação em asfalto e bases, dotados de motor diesel 4 cilindros e 100kW, 4 pneus de 1.620mm de largura total do conjunto, específicos para compactação estática e diminuição de vazios no material asfáltico no eixo traseiro, cilindro vibratório no eixo dianteiro em aço de 1.200mm de diâmetro e carga linear estática de 27,5kg/cm, de 2 amplitudes (0,66/0,37mm) e 2 frequências (42/50Hz) ajustáveis onde a força centrifuga pode ser de 60 e 75kN, articulação de 3 pontos permitindo maior homogeneidade de compactação quando em curvas e/ou desníveis, direção com ângulo pendurar de 10 graus, sistema de tração com bomba e motores hidráulicos, velocidade máxima de 14,8km/h e poder ascensional de até 40%, deslocamento lateral do eixo traseiro de 100mm para compactação próximo ao meio -fio e paredes, peso operacional máximo de 11.240kg, com largura de compactação de 1.680mm.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8429.52.19	076	Escavadeiras autopropulsadas sobre esteiras com superestrutura capaz de efetuar rotação de 360 graus e com carro longo de 3.660mm, motor de 4 cilindros com 5,2L com potência de 154HP, com sistema EGR e suporte automático de potência, peso operacional de 21.900kg e sistema "joystick" individualmente ajustável, de valor unitário (CIF) não superior a R$258.103,02.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8429.52.19	077	Escavadoras autopropulsadas sobre esteiras, com superestrutura capaz de efetuar rotação de 360 graus, e com carro longo de 4.850mm, motor de 6 cilindros com 7,8L com potência no volante de 270HP, com sistema EGR e suporte automático de potência, peso operacional de 30.000 a 30.200kg, e sistema de "joystick" individualmente ajustável, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 426.208,29.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8431.31.90	013	Corrimões para escadas e esteiras rolantes, com cobertura de borracha estireno-butadieno sbr, com proteção UV, com alta resiliência, com inibidor de esticamento formado por cabos de aço carbono, com camadas internas em poliéster e poliamida com textura de borracha e camada deslizante em algodão ou fibra treliçada (PES) ou fibra sintética nylon (PA/PES), largura externa entre 72,5 e 88mm, altura externa entre 23,5 e 35,5mm, força de ruptura entre 25.000 e 28.000N, alongamento máximo de 2% sob 28.000N de tensão.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8434.90.00	003	Moldes redondos para fabricação de queijo processado, com microperfurações cônicas, diâmetro interno igual ou maior a 320mm, profundidade igual ou maior a 150mm, com tampa e material constitutivo "p-fenilenovinileno" (PPV).	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8435.10.00	025	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 12 frutas cítricas por minuto e com alimentador com capacidade de armazenamento de 3 ou 4 frutas cítricas, possuem geometria cónica da unidade de prensagem (tambores), sistema de filtragem integrado ao grupo espremedor, grelha que inibe a passagem de bagaços e caroços, botão com código e aviso de cor, torneira de ampla vazão antigotejamento.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8457.10.00	481	Centros de usinagem vertical de 3 eixos com comando numérico computadorizado (CNC) para fresar, mandrilar, furar e roscar, composto por: eixo- árvore com rotação máxima de 18.000rpm e tempo de aceleração de 1,9s partindo do repouso, acionado por motor AC de 30kW e com curso de trabalho em X de 1.050mm, em Y de 530mm e Z de 510mm, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 52m/min e velocidade de avanço de usinagem de 52m/min, com ou sem mesa rotativa; cone de fixação da ferramenta BBT40 / big plus (dupla fixação - mesa com dimensão de 1.300 x	
		550mm com capacidade máxima de carga sobre a mesa de 1.200kg, com 5 T-Slot de 18mm de abertura e separados por 100mm - sistema de refrigeração com sopro de ar misturado com fluido refrigerante e despejado por tubo diafragma ou com bomba em pressão de até 7Mpa - magazine com capacidade para 30 ferramentas, com diâmetro máximo de 80mm e tempo de troca em até 1,3s - sistema para aspirar e/ou transportar cavacos em correias - monitor colorido de 10,4'' de cristal líquido e pacote EA/ISSO com memória SD I/F e memória USB I/F.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8464.10.00	064	Máquinas ferramentas com até 100 lâminas diamantadas, para serragem de blocos de rochas ornamentais com dimensões máximas de até 3.500 x 2.000 x 2.050mm, em chapas de espessuras variáveis, com estrutura constituída por 4 colunas de aço eletrossoldado, com: quadro porta laminas com movimento retilíneo alternado e guias de deslizamento hidrostáticas; sistema de lubrificação automática dos parafusos do tear; volante e unidade de suporte do volante construídos em ferro fundido nodular; tensor hidráulico para manutenção de igual tensão das lâminas diamantadas na serragem; conjunto de arruelas espaçadoras em aço; dispositivo de controle de ruptura de chapas com interrupção automática do corte; proteções laterais contra salpicos; sistema de controle automático de corte do tear com PLC e tela "touchscreen"; plataforma de movimento ascensional guiado por patins plano-prismáticos, para o carro porta blocos; e até três carros porta blocos motorizados.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.89.99	825	Automatizadores de persianas internas e externas, toldos e telas de projeção, com motor tubular, assíncrono ou síncrono, monofásico, de corrente alternada, potência de até 500W, 110V/ 230V e placa de controle para abertura, parada e fechamento, ativada por controle remoto RF 433,42 a RF 433,92MHz ou botoeira por contato seco, denominado comercialmente "automatizador de cortina".	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.89.99	828	Combinações de máquinas para tratamento da superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: 2 plataformas giratórias para carga e descarga das chapas de rochas ornamentais; robô manipulador de alta velocidade para carregamento e descarregamento das chapas de rochas ornamentais; elevador com mecanismos de inserção e extração das bandejas de suporte das chapas, do forno vertical de secagem; 3 mesas transportadoras de corrente para o deslocamento de retorno das bandejas de suporte das chapas; forno vertical para secagem com capacidade para 30 chapas; 3 mesas transportadoras de corrente motorizada para movimentação das bandejas de suporte das chapas no circuito da linha; até 3 mesas	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		transportadoras de corrente motorizadas para movimentação e levantamento das bandejas; 2 fornos verticais para catálise da resina com capacidade de 40 chapas por forno; elevador para carga e descarga dos suportes das chapas nos fornos de catálise; 2 transportadores de rolos motorizados; descarregador automático para as chapas de rochas ornamentais; e até 123 bandejas para o suporte de chapas de rochas ornamentais	
8480.71.00	241	Moldes para fabricação por injeção de peças plásticas utilizadas em chaves seletoras automotivas, com capacidade de moldar 2 ou 6 peças de uma única vez, contendo 2 ou 6 cavidades, fabricado em aço 718H, com dimensão maior ou igual de 300 x 240 x 280 (mm).	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8481.30.00	033	Válvulas de retenção de uso submarino para aplicação no controle do diferencial de pressão na coluna de elevação de perfuração de poços de petróleo, tipo portinhola, diâmetro interno de passagem de 4.062 polegadas (103,2mm), comprimento do corpo de 10 polegadas (254mm), pressão de trabalho a frio (cwp) de 6,170psi (425bar), comprimento do conjunto de 23.000 polegadas (584,2mm), pressão de teste hidrostático de 10.000psi (689bar), peso da seção do conjunto de 200lbs (91kg), temperatura operacional entre -20 (29) e 200 Graus Fahrenheit (93 Graus Celsius), materiais compatíveis com norma nace e a prova de fogo conforme norma api6fd 3ª edição, conexões: bisel especial para solda diâmetro externo 5 polegadas x diâmetro interno 3 a 4 polegadas.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8481.80.99	127	Válvulas para abastecimento, em estrutura metálica e ou de plástico, dotados de ponteira 1/8 a 4 polegadas, fechamento automático ou manual, com vazão livre de até 1.000L/min, com entrada de 1/8 até 4 polegadas, com ou sem sistema de recuperação de vapor.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8504.40.90	306	Micro inversores fotovoltaicos monofásicos "on-grid", com potência nominal de 1.300W, para inversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, usados em unidades de geração fotovoltaica para injeção de energia em rede pública, com 4 entradas de ponto de máxima potência (MPPT) independentes e 1 entrada por MPPT, com tensão contínua mínima de 16VCC e máxima de 60VCC, frequência de trabalho de 60Hz, eficiência máxima de no mínimo 95,6% - grau de proteção IP67 com refrigeração por convecção natural - desenvolvidos para suportar a operação em temperatura ambiente dentro da faixa de -40 a 65 Graus Celsius, com recursos de monitoramento em tempo real e atualização remota de parâmetros "RenoUp" através de comunicação via dispositivo RENO207.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8504.40.90	307	Unidades secundárias de inversores de corrente trifásicos fotovoltaicos, do tipo conectado à rede, com potência de 45,6 à 100kW, topologia sem transformador, microprocessado, tensão nominal selecionada via "software" de 480/277, 380/220 ou 220/127Vca, corrente máxima de saída CA de 40A, sem seguimento do ponto de máxima potência e com tensão CC de operação fixa de 400, 750 ou 850Vcc, de acordo com a tensão nominal selecionada e regulada exclusivamente por unidades de condicionamento de potência de corrente contínua (UCPcc) com função integrada de comunicação através da linha alimentação CC, corrente de entrada CC máxima de 40A, eficiência máxima de 98,3%, integrado com detecção de falha de isolamento e compatível com "interface" de comunicação RS485.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8543.20.00	039	Sensores de colisão, com comunicação CAN BUS igual ou inferior a 1Mbps, com ou sem resistor de acoplamento; temperatura de operação entre -32 e +75 Graus Celsius, grau de proteção IP65, CONEXÕES M12 ou FEP, tensão de trabalho entre 9 a 40V e consumo igual ou inferior a 750mW.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8601.20.00	004	Combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária, para locomotivas elétricas com potência bruta igual ou superior a 3.200HP, compostas de: baterias de Fosfato de Ferro-Lítio (LiFePO4) e módulos do sistema de gerenciamento de baterias (BMS - Battery Management System), com "interface" CAN bus exclusivo para o SAL-05 (Sistema de Automação de Locomotivas); componentes do sistema de arrefecimento da locomotiva, do controle de freios, bem como suas partes, e do sistema de tração; sistema de comando mestre da locomotiva; telas de "interface" humano-máquina; dispositivo gravador de eventos munido de portas de comunicação ethernet e alimentado à 74VDC; partes e componentes do sistema pneumático e módulo do sistema de freio dinâmico.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9018.19.80	150	Gravadores digitais de monitoramento para cardiodiagnóstico holter em 3 canais e 7 derivações disponíveis com visor para pré-visualização do traçado de ECG, com capacidade de gravação por até 7 dias sem necessidade de cartão de memória (utilização de memória sólida), com detecção de espicula de marcapasso.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9018.19.90	098	Sensores descartáveis ou reutilizáveis para o monitoramento não invasivo e contínuo da saturação de oxigênio arterial (SpO2), frequência de pulso (PR), índice de perfusão (Pi), para uso adulto, pediátrico e/ou neonatal, realizando a leitura em pacientes que apresentam boa ou baixa perfusão e movimento, em ambientes hospitalares, móveis ou domiciliares, podendo ou não monitorar um ou mais dos seguintes parâmetros: índice de variabilidade pletismográfica (PVi), saturação da meta-hemoglobina (SpMet), saturação de hemoglobina (SpHb), saturação de carboxihemoglobina (SpCO) e conteúdo total de oxigênio (SpOC).	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9030.39.90	061	Equipamentos com dupla função de medição de corrente residual e de fuga (RCM) com detecção de falhas para proteção de instalações elétricas certificação DGUV V3 e a segunda função de medição e análise de qualidade de energia elétrica com aplicações em correntes alternadas (CA) com memória de massa de até 256Mb, frequência de escaneamento igual ou inferior a 25,6kHz.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor sete dias a partir da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
7308.10.00	001	Hastes em aço sem solda e de baixa relaxação utilizadas como elemento próprio para pontes estaiadas, com cabos de 7 fios galvanizados conforme norma prEN 10337:2003, com diâmetro nominal de 15,7mm, tensão de ruptura de 1.860N/mm², com cera de preenchimento homologada com aprovação técnica europeia ETA-13/0846, revestidas com PEAD extrudada isenta de material reciclado, acondicionadas em bobina com comprimento de aproximadamente 4.000m.
7309.00.10	005	Silos móveis verticais cilíndricos e pressurizados, concebidos exclusivamente para integração e alimentação com menor ou igual 2bar de pressão, transportadores de modo contínuo, máquinas rebocadoras contínuas, misturadores de argamassas contínuos, com argamassas pré-misturadas, gesso, cal, massas, concreto e semelhantes com umidade menor ou igual 005%; com sistema integrado à veículos de transporte, capacidade de armazenamento de 22m³, fundo torisférico de aço superior a 170cm, espessura 7mm; emissão de ar por meio de 1 eletro compressor rotativo de 9,9kW, com vazão de 100m³/h; fabricados em aço carbono/5mm-ISPESL, constituídos de: unidade de carregamento por meio de tubo diâmetro de 115mm com flange fechado pelo contra flange, entrada de ar comprimido menor ou igual a 3,5bar, tremonha truncada-cônica em chapa de aço
		eletro-soldada de 40/10mm, com conicidade até 60 graus; unidade de descarregamento inferior por meio de tubo diâmetro de 101mm com flange, aço de 5mm; estrutura de suporte com o silo em aço diâmetro de 133 x 4mm, estrutura telescópica de suporte com base quadrada de 240 x 240cm; conexão vertical de 70 x 65 x 6mm calandrada e anel circular para cargas estáticas e dinâmicas; recipiente semiaberto com 3 alças para carregamento e inspeções internas; unidade de ventilação com regulação, controle de pressão e válvula de segurança; cone redutor com válvula esférica com conexão truncada por porcas e tirantes; unidade para conexão de equipamentos e vibrador elétrico, cone de redução e válvula esférica 2½ "stortz"; controle de tensões: (a)induzidas por pressão, (b)cargas hidrostáticas, (c)peso próprio e material contido, (d)reservatório e
		elementos estruturais, (d)tensões estáticas e dinâmicas, (d)estresses ambientais externos.
8404.20.00	003	Condensadores de superfície para recuperação de vapor e geração de condensado, utilizados em turbinas a vapor, do tipo: casco único retangular axial, bi-tubular e de 2 passos, com conexão a saída lateral da turbina a vapor através de junta de expansão com as seguintes características: vazão de vapor a condensar de 471,64t/h, capacidade térmica de 1.050.995,31MJ/h, temperatura de condensado de 39,89 graus Celsius, pressão de operação de 0,073barA, vazão da água de resfriamento de 25.174m³/h, temperatura da água de resfriamento de 27,06 graus Celsius (entrada) e 37,08 graus Celsius (saída), velocidade de água de resfriamento de 2,46m/s, dotados de: válvula de segurança contra vácuo e com ou sem bombas de condensado.
8406.90.29	001	Palhetas móveis fabricadas com aço 0Cr17Ni4Cu4Nb, material com limite de elasticidade de 900 a 980MPa, resistência à tração mínima de 950Mpa, alongamento percentual mínimo de 18%, redução de área mínima de 55%, dureza brinell de 293 a 341 HB, fabricadas por forjamento para utilização no quinto estágio de baixa pressão da turbina a vapor de 365MW, com comprimento da pá de 823,47mm, largura da base 318mm, revestimento de "stellite" co60cr30w5 contra erosão na borda de ataque, com diâmetro médio de 2.499,87mm, conformadas em perfil aerodinâmico helicoidal próprio para operação em turbinas a vapor com pressão de exaustão de 0,085bar.
8407.90.00	036	Motores de ignição por centelha, próprios para máquinas ferramentas manuais, potência de 1,3 a 1,95kW, cilindrada de 30,8 a 40,2cm³, rotação máxima de 6.000 a 6.500rpm, torque máximo de 1,3 a 2,4Nm, compostos de virabrequim em aço (20 CrMo), pistão de 35 a 40mm de diâmetro, carcaça do virabrequim em magnésio, cilindro com diâmetro de 35 a 40mm, volante em liga de alumínio (ADC12), vela de ignição M14/19mm, carcaça do filtro em PA6-GF30, embreagem, cabo do manejo em PP-GF30, cobertura em PA6-GF30 e carcaça do ventilador com dispositivo de arranque em PA6-GF30-I.
8408.90.90	089	Motores diesel, para uso em equipamentos estacionários, de 4 tempos e 6 cilindros em linha, turboalimentados e pós-arrefecidos, com sistema de injeção direta de combustível controlado com unidade de injeção e sensores eletrônicos, com potência de 395kW ("Standby" @60Hz) na rotação de 1.800rpm, deslocamento volumétrico de 12,78L, taxa de compressão de 18,1:1, com emissão de ruídos máxima de 116,4dB(A) ("Standby" @60Hz) tolerância de ±0,75db(A) e certificados para atender os regulamentos de emissões EU Stage 2 e RoHs 2, compostos de ventilador, turbocompressor, pré-filtro de combustível, sistema de respiro aberto e flange de exaustão, e podendo conter radiador com proteção frontal, bomba de dreno de óleo, filtro remoto de combustível, equipamento de pré-aquecimento do ar, equipamento de pré-aquecimento do bloco, sensor de nível do fluído refrigerante, filtro de ar, proteção das correias do motor, proteção do turbo, duto de exaustão, painel de comando com kit de conexão, sistema de respiro fechado e chassis para montagem do motor.
8413.50.10	075	Bombas hidráulicas volumétricas duplas de pistões axiais, tipo placa oscilante com fluxo variável para acionamento hidrostático em circuito aberto, com eixo de 14 dentes, inclinação compreendida de 0 a 20 graus, deslocamento compreendido de 0 a 112cc/rev, pressão máxima de 350kg/cm 2 e rotação máxima de 2.360rpm.
8413.50.10	076	Bombas hidráulicas volumétricas duplas de pistões axiais, tipo placa oscilante com fluxo variável para acionamento hidrostático em circuito aberto, com eixo de 12 dentes, inclinação compreendida de 0 a 20 graus, deslocamento compreendido de 0 a 112cc/rev, pressão máxima de 350kg/cm 2 e rotação máxima de 2.360rpm.
8413.50.10	077	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais, de fluxo variável para acionamento hidrostático em circuito fechado, pressão nominal superior a 250bar, deslocamento volumétrico máximo compreendido entre 18 e 147cm³/rotação e potência máxima compreendida entre 36 e 270kW.
8413.60.11	029	Bombas volumétricas rotativas de engrenamento externo com contato em dois flancos gerando redução de até 75% de ruído; com pressão máxima de pico de 300bar e pressão de trabalho de 280bar; rotação compreendida entre 500 e 4.000rpm e vazão compreendida entre 4 e 112L/min ou deslocamento volumétrico de 4 até 28cm³/rotação, utilizadas em aplicações de sistemas hidráulicos.
8413.60.19	022	Unidades hidráulicas do sistema passivo de refrigeração do conversor e caixa de engrenagens de aerogeradores, compostas por bomba hidráulica, motor elétrico, aquecedor, válvulas hidráulicas, sensores, conectores e acessórios hidráulicos; motor elétrico trifásico de 2 polos, com frequência elétrica de 60Hz, potência elétrica de 3kW, tensão elétrica de 400Vac, fator de potência de 0,91 a 0,84, com rotação nominal de 3.514rpm; aquecedor com potência de 9kW; vazão nominal de 20,5m³/h, carga nominal de 31,6m, carga máxima de 41,3m; pressão máxima de operação de 16bar; altura máxima de 850mm, comprimento máximo de 755mm e largura máxima de 360mm.
8413.60.90	038	Bombas volumétricas rotativas de pistão com acionamento elétrico e pressão máxima de trabalho igual ou menor a 250bar, para serem utilizadas em sistemas automáticos de lubrificação por graxa de veículos fora de estrada e equipamentos industriais com reservatório de capacidade de 3 a 200L de graxa e sensor de nível mínimo de lubrificante no reservatório, "display" indicador de alarmes e falhas e com capacidade de lubrificar múltiplos pontos sem limite de distância.
8413.70.10	057	Motobombas centrífugas multiestágios entre 5 a 21 estágios com diâmetro de 100mm acopladas a motor elétrico, para operação submersa, com vazão compreendida entre 0 a 8m³/h e altura manométrica compreendida entre 1 a 223mca, com bocal de saída em ferro medindo 1¼ polegada com rosca do tipo BSP, eixo do bombeador e corpo em aço inox, rotor de fluxo radial em poliacetal, difusor em policarbonato, acopladas a motor lubrificado a óleo, rebobinável, com potência compreendida entre 0,37kW (½CV) e 2,2kW (3 CV) com rotação 3.450rpm, podendo ser de 2 fios com capacitor interno ou 3 fios sem capacitor interno, acompanhados ou não por painel de comando para ligar as motobombas e proteger o equipamento "control box" (dispositivo capacitor para auxílio no funcionamento da bomba), em sua tensão monofásicos, e trifásicos para voltagem de 110V, 127V, 220V e 380V, utilizadas na captação de água potável em poços tubulares profundos com diâmetro a partir de 4 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 0,25% no fluido a ser bombeado, para trabalho em temperatura máxima de 35 graus Celsius.
8413.70.10	058	Motobombas centrífugas multiestágios entre 4 a 27 estágios com diâmetro de 78mm acopladas a motor elétrico, para operação submersa, com vazão compreendida entre 0,0 a 3,6m³/h e altura manométrica compreendida entre 0 a 167mca, com bocal de saída em ferro medindo 1 polegada com rosca do tipo BSP, eixo do bombeador e corpo em aço inox, rotor de fluxo radial em poliacetal, difusor em policarbonato, acopladas a motor lubrificado a óleo, rebobinável, com potência compreendida entre 0,25kW (1/4 CV) até 1,5kW (2CV) rotação até 3.450rpm, podendo ser de 2 fios com capacitor interno ou 3 fios sem capacitor interno, acompanhados ou não por painel de comando para ligar a motobomba, e proteger o equipamento "control box" (dispositivo capacitor para auxílio no funcionamento da bomba), em sua tensão monofásicos, e trifásicos para voltagem de 110, 127, 220,254 e 380V; ,utilizadas na captação de água potável em poços tubulares profundos com diâmetro a partir de 3 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 0,25% no fluido a ser bombeado, para trabalho em temperatura máxima de 35 graus Celsius.
8413.70.10	059	Bombas centrifugas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo entre 1¼ a 2 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor de fluxo radial em poliacetal, difusor em policarbonato, com estágios medindo entre diâmetro de 74 e diâmetro de 76mm, com vazão máxima de 12m³/h, altura manométrica entre 5,98 e 211mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 4 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 149,81.
8413.81.00	068	Bombas de remoção de condensado para utilização em aparelhos de climatização e refrigeração, com capacidade máxima até 16kW (54.000Btu/h), dotadas de reservatório secundário submersível, conexão do tipo ligar e usar (plug-and-play), dispositivo anti efeito sifão, tubo de aspiração e tubo flexível de admissão, vazão máxima de 12L/h em desnível zero em relação ao ponto mais alto da tubulação de dreno, altura piezométrica máxima recomendada de 10m (vazão 6L/h) com desnível de bombeamento de 8m, elevação de aspiração máxima entre o reservatório e a bomba de 2m, potência de 16W, interruptor de segurança de 3,0A, grau de proteção IP21 e proteção térmica, com suporte de temperatura dágua até 40 graus Celsius.
8413.81.00	069	Bombas de remoção de condensado, próprias para utilização em aparelhos de climatização e refrigeração, com capacidade máxima até 46kW (157.000Btu/h), dotadas de reservatório secundário submersível, conexão do tipo ligar e usar (plug-and-play), dispositivo anti efeito sifão, tubo de aspiração e tubo flexível de admissão, vazão máxima de 35L/h em desnível zero em relação ao ponto mais alto da tubulação de dreno, altura piezométrica máxima recomendada de 12m (vazão 10L/h) com desnível de bombeamento de 12m, elevação de aspiração máxima entre o reservatório e a bomba de 2m, potência de 20W, interruptor de segurança de 3,0A, grau de proteção IP21 e proteção térmica, com suporte de temperatura dágua até 40 graus Celsius.
8413.81.00	070	Bombas de alta pressão para serem utilizadas em máquina de corte em jato dágua, com pressão até 60.000psi, vazão de 1gal/min., com sistema interno de redundância, painel digital "touchscreen" colorido com opção de 11 idiomas, controles internos de baixa pressão (24VCC) para controle de segurança, com deslocamento variável hidráulico com compensação de pressão.
8413.81.00	071	Bombas de diafragmas, duplo ou simples, com acionamento pneumática ou elétrica de até 380V, potência de 10 até 1.000W, em alumínio, aço, acetal ou polipropileno, com vazão de 10 a 1.000L/min, conexão de entrada e saída de até 3 polegadas, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.273,00.
8413.81.00	072	Bombas de duplo diafragma ou simples, com acionamento pneumática ou elétrica de até 380V, em alumínio, acetal ou polipropileno, com esferas ou não, para óleo lubrificante, água e demais líquidos, vazão de 10 até 800L/min, com diâmetro da entrada de até 3 polegadas, pressão de trabalho/ar de 10 a 600psi, rateio de 1:1, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.086,46.
8414.10.00	058	Bombas de vácuo, com palheta rotativa lubrificada, de estágio único, com acoplamento direto, sistema de refrigeração integrado e velocidade de rotação variável. potência nominal de 90kW, com vazão nominal de 1.890 a 3.240m³/h, pressão de vácuo máximo de 0,5mbar (a), com painel elétrico de controle integrado.
8414.10.00	059	Unidades de geração de vácuo para uso industrial, com capacidade nominal de geração igual ou superior a 1.680m³/h e pressão de operação igual ou superior a 450mbar, compostas de: 1 ou mais bombas de vácuo de palhetas (vane) de refrigeração por solução liquida em cabine insonorizada; vaso separador de líquido refrigerante, trocador de calor a ar para resfriamento do liquido refrigerante, filtros, válvulas, instrumentação, painel elétrico e de controle com ou sem tanque acumulador de vácuo e/ou sistema de drenagem de condensado e tubulações.
8414.59.90	056	Ventiladores centrífugos industriais, com pás planas de aço inoxidável, inclinadas para trás, potência de 17kW, rotação de 1.740rpm, fluxo de 6m³/s, tensão de alimentação de 440V, dotados de caixa de controle à prova de chamas incorporando um contator DOL e gabinete com botões liga e desliga completo com cabeamento.
8414.59.90	057	Sopradores de ar de uso manual, próprios para limpeza de áreas cobertas com palha, grama, folhas, papel e semelhantes, com volume de ar de sopro de 700m³/h, velocidade máxima do ar de 71m/s e força do sopro 13N, com bomba de combustível para partida facilitada, potência de 0,7kW e cilindrada de 27,2cm³, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 446,83.
8414.80.19	149	Compressores de ar do tipo pistão alternativo, com 2 estágios de compressão, primeiro estágio de baixa e segundo de alta, acionados através de acoplamento de borracha, dotados de carcaça em ferro fundido e rotor em alumínio, refrigerados por trocador de calor com refrigeração de ar forçada através de hélices acionadas por motor hidráulico, lubrificados a óleo ISO VG 68, com redutor de velocidades, pressão máxima de trabalho de 30bar, vazão máxima de 470L/s (995cfm), aplicados no sistema pneumático e ar da perfuração de máquinas para mineração, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 243.835,04.
8414.80.31	005	Unidades compressoras de transferência automatizada de gás natural entre seções de gasodutos, na manutenção de dutos, de evacuação em uma única operação, do tipo pistão, montadas em reboque, com 2 estágios de compressão, sendo um de pressão de sucção (saída) de 1.100psi/7,58MPa e outro de pressão de descarga (entrada) de 1.500psi/10.34MPa, dotadas de: compressor auxiliar de parafuso de evacuação completa da seção do gasoduto; motor movido a gás natural de potência de 175HP/2400 rpm com 8 cilindros, de radiador acoplado; PLC-controlador lógico programável com tela LCD multifuncional, com monitoramento remoto habilitado para WEB.
8417.10.20	009	Combinações de máquinas para tratamento térmico de envelhecimento de perfis de alumínio, com capacidade para perfis de até 15m de comprimento, transporte da carga de perfis através de correntes, compostas de: forno industrial a gás (GLP), com temperatura de trabalho máxima igual a 250 graus Celsius; sistemas automatizados para montagem de carga (stacker), introdução, retirada e desmontagem de carga (destacker); sistema automatizado para transporte, empilhamento e desempilhamento de bandejas; estacionamento adicional para perfis (buffer); 3 mesas para descarga dos perfis após o tratamento térmico de envelhecimento.
8417.10.20	010	Fornos industriais tipo campânula com sistema de aquecimento a gás com ciclos automáticos e controle de aquecimento e resfriamento a partir dos parâmetros de gradientes pré configurados, para o tratamento térmico de recozimento de bobinas de aço, câmara do forno para capacidade de carga de 30t, com atmosfera controlada através da medição do percentual de CO2 e vazão de nitrogênio, sistema de controle computadorizado que permite a execução de ciclos térmicos podendo atingir 850 graus Celsius com uniformidade de temperatura conforme parâmetros normativos.
8417.10.90	003	Fornos rotativos de sínter para calcinação e sinterização de até 140.000t/ano de diferentes materiais sólidos particulados utilizados para composição de refratários, em temperaturas de até 2.000 graus Celsius, com costado confeccionado em chapas de aço ASTM A516 grau 70, 5 bases de apoio em aço fundido com inclinação de 2%, sistema de transmissão duplo por 2 pinhões e 1 coroa em aço fundido de alta dureza superficial, acionamentos elétricos principal (2 motores de 450kW, para velocidade de rotação de 0,25 até 1,36rpm) e de emergência (2 motores de 45kW), dispositivos de lubrificação e resfriamento de mancais, capuz de alimentação e descarga.
8417.80.90	069	Fornos industriais horizontais de aquecimento e secagem contínuo, a gás(GLP), de alta performance, revestido por fibra cerâmica, dotados de mesa de rolo de aço inoxidável, com a função de remover/secar o material úmido existente no processo de fabricação de manta de fibra cerâmica; potência de aquecimento: 400kW divididos em 5 queimadores de cada lado, formando zonas de secagem(aquecimento), totalizando 10 queimadores, potência de transmissão de 3kW; temperatura de até 1.000 graus celsius, 5 registradores de temperatura; distribuição de energia de aquecimento: 40kW/queimador.

8417.80.90	070	Combinações de máquinas para aquecimento de tarugos de alumínio, compostas de: forno industrial com alimentação a gás GLP com temperatura máxima de trabalho de 540 graus Celsius; mesa para carga dos tarugos no forno; escovadeira orbital de tarugos com grupo aspirador de pó; tesoura hidráulica com força de 110t (hot shear) para corte a quente por cisalhamento; sistema de descarga (trolley) dos tarugos cortados (billets).
8417.80.90	071	Combinações de máquinas, para recuperação de óleos combustíveis, coprodutos de carvão - (negro de fumo) e fios de aço, por processo de pirólise, através da decomposição de sucatas de plástico e pneus inservíveis, compostas de: Reator pirolítico; Vias de descarga do negro de fumo; Sistema de dutos; Separador de gás; Condensadores; Tanques de óleo; Bomba de óleo; Bombas de água; Torre de resfriamento; Recicladores de gases; Purificadores de gases; Queimadores de gases; "Scrubbers" p/ tratamento de fumaça; calados; bombas de troca de água; Queimadores de gás e óleo; dispositivos de montagem, conexão e instalação; e mesa de controle.
8418.69.99	082	Máquinas automáticas para resfriamento e controle de temperatura de peças cerâmicas, para preparo para impressão digital e impedir quebras, trincas e defeitos oriundos de temperatura inadequada, com fluxo de ar igual ou superior a 9.000m³/min, temperatura do circuito de refrigeração igual ou inferior a -25 graus Celsius e temperatura de saída de ar inferior a -10 graus Celsius, potência de 15kW, dotadas de condensador ligado a unidade de refrigeração industrial com compressor duplo integrado com recirculação dupla forçada do ar dentro da cabine, com ventilador de 6 lâminas e 2 compressores para eliminação total da umidade residual, com sistema de recirculação de ciclo duplo fechado, isenta de unidade externa de refrigeração e condensação com ciclos de limpeza durante o funcionamento, dispositivos de limpeza automática para os radiadores de refrigeração, "interface" homem-máquina (IHM) e controlador lógico programável (CLP).
8418.69.99	083	Máquinas para produção de gelo em cubos ou escamas com capacidade de armazenamento de 1.000g, reservatório de água de 2,1L e capacidade de produção diária de até 15kg.
8418.69.99	084	Chopeiras elétricas para utilização com qualquer tipo de barril de 5L, dotadas de: tampa superior, estojo cartucho, co2, torneira, conectores, bandeja para gotejamento, área de compressão, cabo de energia, regulador de CO2, botão liga e desliga (parte traseira), "display led" /controle de temperatura, nível do barril.
8419.32.00	045	Secadores de esteira para "microchips" de madeira operando com baixas temperaturas, com temperatura ambiente até 0 grau Celsius, controlados por programador lógico programável, (PLC), construído 100% em aço inox, com dimensões de 23.400 x 4.500 x 3.500mm, com pressão ambiente 1.000mbar, umidade máxima ambiente de 80%., com tapete central em poliéster, isolado com lã de rocha e com lâminas de cobertura, 8 trocadores de calor de placas retas com aletas, 2 exaustores elétricos acoplados no secador de 75kW cada, e 1 motor de 20kW, sonda de controle contínuo do teor de umidade do produto na entrada e saída do produto, com carregamento e descarregamento automático do microchip.
8419.39.00	159	Máquinas para secagem automática de produtos farmacêuticos em bateladas para fabricação de comprimidos, projetadas para processar produtos solventes ou aquosos, dotadas de: secador por leito fluidizado resistente à pressão de até 12bar, com recipiente de volume operacional máximo ou igual a 1.442L e capacidade de trabalho de 129 a 721kg para materiais com densidade de 0,5g/cm³, consistindo de torre, unidade de entrada de ar de processo com filtragem e desumidificação, recipiente de produto, sistema de exaustão de gases com ventilador e silenciador, sistema de limpeza, carrinho para o recipiente de produto granulado seco, sistema de controle composto por CLP, microcomputador industrial compacto com fonte de alimentação ininterrupta integrada (UPS), painel de operação com monitor de 19 polegadas e teclado; dispositivo de
		elevação e descarga com capacidade máxima de carga de 7,5kN, consistindo de coluna elevatória de movimentação descontínua, dispositivo de inversão, cone de descarga e unidade hidráulica; moinho de peneira cônica para moagem de produto seco com capacidade útil de trabalho de até 5.000kg/h, dependendo do produto, com suporte, funil de carga, câmara de moagem, chute de descarga com calha para transporte pneumático, rotor, motor elétrico e controle.
8419.39.00	160	Combinações de máquinas para secagem de massa própria para fabricação de sabonetes, interligadas entre si compondo uma unidade funcional, através da eliminação do excedente de água da massa, construída por : 2 trocadores de calor sendo um do tipo casco e outro do tipo tubo, câmara à vácuo para eliminação da água, ciclone para filtragem das partículas finas da massa, condensador barométrico, selo barométrico, "booster", bomba de vácuo, torre de resfriamento de água e extrusora, com capacidade de produção de 6t/h e controladas por computador central.
8419.39.00	161	Secadores de leito fluidizados para processamento de amostras de laboratório para produtos em bateladas, fluxo volumétrico de ar de 185m³/h, granulometria inicial de maior que 100 micrometros, ajuste de tempo digital de 1 a 99min, capacidade para armazenar até 9 programas, controle de temperatura de 40 a 130 graus Celsius, vaso de secagem em vidro e aço inox de 6L ou 3 frascos de 300ml, sistema de fixação com presilhas para hastes lisas, potência de aquecimento de 2.000W, 200/240V, 50/60Hz, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 31.569,50.
8419.81.90	129	Máquinas automáticas para café solúvel, com capacidade máxima de café de 1,7L e capacidade máxima de água entre 2,8 e 3,4L, 2 produtos dispensados por vez, com reservatório de água potável, controle eletrônico da temperatura da caldeira, suporte de copos ajustável, sistema de gerenciamento por "Evolution Card", potência de 1.100W, alimentação de 230V, 50Hz.
8419.81.90	130	Chapas para preparo de carne de hamburguer e outros alimentos, com resistências elétricas, dispositivos de compressão automático, cozimento simultâneo das 2 faces da carne, dotado com 1, 2 ou 3 "platens" com controles individuais para o cozimento do produto, capacidade máxima para cozimento de até 8 carnes de hamburguer por "platen", com potência elétrica compreendida entre 6 a 20kW.
8419.81.90	131	Fritadeiras de imersão para alimentos de origem animal ou vegetal, empanados ou não, com tanque para óleo de fritura com capacidade igual ou superior a 2.385L, com trocador de calor de aletas verticais para circulação de fluido térmico pré-aquecido, com capacidade de aquecimento igual ou superior a 613.000kcal/h, com capô (ou tampa) isolado(a), composta de três transportadores (ou esteiras), sendo uma superior para condução de produto com regulagem externa para ajuste de altura sem necessidade de parada de produção, uma inferior ou principal, também para condução de produto, com ou sem plaquetas (ou taliscas) de "teflon" possibilitando o processamento de produtos com cobertura tipo tempurá (líquida), e com uma terceira para o arraste de sedimentos no fundo do tanque; com controles através de botoeiras ou por painel eletrônico sensível ao toque; com sistema para monitoramento e supressão de incêndio, composto por tubulação, sensores e bicos ejetores de CO2; com capacidade de produção igual ou superior a 1.500kg/h, dependendo do tempo de fritura e das dimensões e peso do produto a ser processado.
8419.89.99	308	Unidades funcionais para desalogenação e destoxificação de óleos minerais isolantes elétricos contendo ou contaminados por bifenilas policlorados (PCBs) e outros compostos halogenados com uma concentração entre 0 e 2% em peso pelo processo de desalogenação química, usando para reação uma mistura de glicóis e uma base alcalina que, ao reagir com os compostos clorados presentes no óleo, substitui progressivamente os átomos de cloro nas moléculas por hidrogênio, realizando também a recuperação (filtração), a despolarização seletiva (usando reagentes sólidos apropriados e materiais de sorção) e a descontaminação física (desgaseificação, filtração, desidratação) de óleos isolantes minerais inibidos e não inibidos, controlada por CLP, com capacidade para descontaminar, em uma única batelada, 1.000L de óleo com uma concentração inicial de
		PCBs de até 300mg/kg a uma concentração final de PCBs menor que 25mg/kg em cerca de 4h, com temperatura máxima de aquecimento de 120 graus Celsius compostas de: reator com capacidade operacional de 1.000L incluindo um sistema de agitação e aquecimento elétrico com potência de 5kW; tanque de filtração com capacidade operacional de 1.000L nominais incluindo aquecimento elétrico com potência de 3kW, coluna de sorção com capacidade para 80kg incluindo um aspirador industrial para carregar e descarregar o material de sorção; sistema de circulação de óleo com vazão ajustável de 150 a 700L/h e pressão máxima de 5 bar; bomba de extração a vácuo, do tipo engrenagem volumétrica com vazão de 700L/h, câmara de vácuo com bomba de vácuo com capacidade nominal de 65m³/h e vácuo residual de 1mbar, com válvulas, sensores,
		medidores de nível, filtros, medidor de fluxo, escada, plataformas e painéis elétricos e de controle com sistema de supervisão e aquisição de dados.
8419.89.99	309	Equipamentos para aquecimento e resfriamento rápido de moldes de injeção plástica, composto por um gabinete único, com caldeira elétrica, com controlador de vapor e água fria, combinado com sistema de geração de vapor, com sistema de purificação e tratamento de água por osmose reversa, com sistema de válvulas pneumáticas controladas por PLC, com sistema de limpeza automática dos circuitos de refrigeração entre os ciclos de aquecimento e resfriamento, trabalha com vapor saturado, eficiência: 85%; tempo aquecimento: 23s; tempo resfriamento: 25s; pressão de vapor de trabalho: 20barg; pressão máxima de vapor: 25barg; temperatura máxima de vapor: 225 graus Celsius; pressão de água de alimentação: min. 4barg; pressão abastecimento água refrigerante: min. 5barg; pressão de ar comprimido: 6-8barg; vazão de ar: 1.000cc/ciclo;
		fluxo de água de refrigeração: 200L/min; qualidade de água de refrigeração: menor que 20ppm; diâmetro de tubulação da bomba de resfriamento: 40A (10 barg, 250L/min); tubulação resfriamento entrada/saída: 40A; tubulação: 25A; qualidade ar: TDS abaixo 200ppm; caldeira: 330L; capacidade do tanque: 369L; bomba alimentação 4kW; bomba refrigeração: 4kW; aquecedores de fornecimento elétrico: 165kW; voltagem: 380V trifásico; disjuntor: 300A.
8419.89.99	310	Resfriadores rotativos de sínter para redução de temperatura de até 140.000t/ano de diferentes materiais sólidos particulados utilizados na composição de refratários, com costado confeccionado em chapas de aço ASTM A516 grau 70, duas bases de apoio em aço fundido com inclinação de 2%, sistema de transmissão simples por pinhão/coroa em aço fundido de alta dureza superficial, acionamentos elétricos principal (450kW, para velocidade de rotação do resfriador de 0,4 até 4rpm) e de emergência (45kW, para rotação de 7,21rph), dispositivos de lubrificação e resfriamento de mancais, capuz de alimentação e descarga.
8419.89.99	311	Equipamentos para descongelamento de blocos de carne, sem perda de proteína, constituídos de câmara de descongelamento, com dimensões de 14.882mm de comprimento x 3.470mm de largura x 2.680mm de altura, revestida internamente por chapas de aço inoxidável modulares de 0,6mm, dotadas de ventiladores para recirculação de ar, sistema de desague em aço inoxidável, com capacidade para 2 a 20 carrinhos com prateleiras em aço inoxidável, cada um com capacidade de 500kg.
8419.89.99	312	Combinações de máquinas de aquecimento e resfriamento para produção de resinas Ureia-formol e/ou Melamina-formol, composto por: reator de aço inoxidável de aquecimento e resfriamento com capacidade de até 14m³; um separador de sólidos; um condensador com área de troca térmica igual ou maior a 60m²; um tanque de captação do condensado de até 500L; sistema dosador para alimentação de sólidos; medidores mássicos e volumétricos para adição de líquidos; um tanque de aço inoxidável com capacidade de até 15m³ integrado a um sistema de resfriamento; sistema de filtração de particulado de até 80m³/h; controlado por pacote de "software" dedicado de controle e gerenciamento de bateladas para reatores preparados para integração com "software" de controle e gestão já existente.
8419.89.99	313	Equipamentos assépticos para pasteurização e esterilização de produtos alimentícios em escala piloto, utilizados em laboratórios de desenvolvimento de alimentos e aplicação de ingredientes para a indústria alimentícia, com controlador lógico programável (CLP), com sistema de troca térmica direta e indireta para simulação de processos industriais desde cozimentos contínuos, até processos com altas temperaturas UHT (Ultra High Temperature) para ampliação da validade dos alimentos e garantia de processamentos assépticos usando aquecimento de estágio único ou múltiplos estágios, com sistema de segurança e proteção dos operadores, homogeneizador de 2 estágios com fluxo de produção variável entre 500mL/min e 2L/min, câmara de envase ultra limpa com fluxo de ar horizontal propiciando uma área de envase livre de contaminantes externos, sistema de limpeza "Clean in Place" (CIP), "interface" de operação por meio de painel "touchscreen".
8419.90.40	010	Placas eletrônicas para portas de máquinas automáticas de café torrado e moído e/ou outras bebidas solúveis em água quente para programação e exibição de informações visuais ao usuário com "display" de LCD de 3,5 polegadas e conexões de entrada para teclado "touch".
8419.90.90	015	Módulos estruturados, compostos de 216 placas, montadas em forma de blocos, fabricados em aço inox 304L de aproximadamente 1,5mm de espessura via processo de solda a laser, com dimensões aproximadas de 1.219,2 x 8.400mm, com coletores, distribuidores e suportes, próprios para realizar troca térmica em evaporadores de licor negro e condensadores com área de aproximadamente 4.423m².
8419.90.90	016	Módulos estruturados, compostos de 67 placas, montadas em forma de bloco, fabricados em aço inox 304L de aproximadamente 1,2mm de espessura via processo de solda a laser, com dimensões aproximadas de 1.524 x 12.000mm, com coletores, distribuidores e suportes, próprios para realizar troca térmica em evaporadores de licor negro e condensadores com área de aproximadamente 2.450m².
8420.10.10	016	Estações para aplicações de efeitos metalizados - papéis metalizados "foil" em papéis impressos a laser através do processo de "hot stamping" digital; operando em 6 ajustes de temperatura, com 4 roletes cilíndricos, largura máxima para aplicação entre 15,24 e 33,02cm, tempo mínimo de aquecimento 1 min, tempo máximo de aquecimento 2min e 30s, desligamento automático em 90min, tensão de trabalho 110V e/ou 220V, potência entre 720 e 1.200W, frequência 60Hz e temperatura máxima de 160 graus Celsius.
8420.91.00	015	Cilindros (rolos) térmicos, para calandras utilizadas na indústria de TNT (tecido não tecido), fabricados em aço, aquecimento interno à óleo, com temperatura máxima de superfície variável entre 200 a 275 graus Celsius, controle de deflexão, largura de superfície variável de 3.800 a 5.000mm, diâmetro variável de 400 a 620mm, com pressão máxima da linha de 10 a 150n/mm, para processos produtivos com velocidades de 20 a 1.000m/min.
8421.19.90	085	Centrifugas vertical cilíndricas tubular, de aço inoxidável, com capacidade do tambor e volume do rotor na fase solida de 11L, velocidade de 14.000rpm e forca centrifuga de 16.000xg, capacidade de fluxo de agua de 2,5t/h, tensão de 380V, frequência de 50Hz, de capacidade produtiva de 300 a 800kg/h, dimensões internas 700 x 450 x 1.620mm e dimensões externas 880 x 680 x 1.800mm, com alimentação por bomba peristáltica acoplada e caixa de controle de inversão de frequência marca delta, com motor ABB, para produção industrial de oxido de grafeno.
8421.19.90	086	Equipamentos de separação centrífuga, para processamento contínuo de fermento, leveduras em geral e outros produtos de fermentação, montados em plataforma de aço inoxidável (skid) dotados de bomba para transporte de sólidos, visor, válvulas e instrumentos de controle de vazão, centrifuga com sistema de alimentação fechado, tambor autolimpante com descargas parciais ou totais e rotação máxima de até 6.900rpm, jogo de pratos, bicos ejetores com "design" especial "Viscon" garantindo alto teor de concentração nos sólidos em função da viscosidade do produto, bombas centrípetas incorporadas na saída de fase leve e pesada para descarga sob pressão, capuz e coletor de sólidos de parede dupla para resfriamento, motor elétrico trifásico (30-45kW) e correia plana, acionamento via inversor de frequência, com painel remoto local e painel elétrico MCC e PLC acondicionados em sala de controle.
8421.19.90	087	Equipamentos de separação centrífuga, para processamento contínuo de fermento, leveduras em geral e outros produtos de fermentação, montados em plataforma de aço inoxidável (skid), dotados de bomba para transporte de sólidos, visor, válvulas e instrumentos de controle de alimentação e vazão, centrifuga com sistema de alimentação fechado com selo hidro hermético, tambor autolimpante com descargas parciais ou totais e rotação máxima de até 6.500rpm, jogo de pratos, bicos ejetores com design especial "Viscon" garantindo alto teor de concentração nos sólidos em função da viscosidade do produto, bombas centrípetas incorporadas na saída de fase leve e pesada para descarga sob pressão, capuz e coletor de sólidos de parede dupla para resfriamento, motor elétrico trifásico (45-75kW) e correia plana, acionamento via inversor de frequência, com painel remoto local e painel elétrico MCC e PLC acondicionados em sala de controle.
8421.19.90	088	Equipamentos de centrifugação para separação contínua de líquidos (fase oleosa e fase aquosa), montado em plataforma de aço inoxidável (skid), dotados de bomba para transporte de sólidos, visor, válvulas e instrumentos de controle de vazão, centrifuga com sistema de alimentação fechado com selo hidro hermético, rotação máxima de 4.500rpm, tambor autolimpante com descargas parciais ou totais, jogo de pratos, bombas centrípetas incorporadas na saída de fase líquida leve e também na saída de fase líquida pesada para descarga sob pressão, capuz e coletor de sólidos de parede dupla para resfriamento, motor elétrico trifásico (37-45kW) e correia plana, acionamento via inversor de frequência, com painel remoto local e painel elétrico MCC e PLC acondicionados em sala de controle.
8421.29.30	013	Filtros-prensa tipo filtração direta, para filtração de lama de resíduos , com volume por câmara de filtração de 4,2 a 234L e com capacidade de filtração de 0,05TPH a 259TPH, com sistema de fechamento hidráulico testado com pressão de até 700bar, com sistema de alimentação do filtro com bombas centrífugas de corpo duplo seladas mecanicamente e pressão de alimentação de até 21bar, com de sistema de batimento das placas feito por cilíndrico pneumático mecanismo de abertura rápida "TT2 fast", 2 com sistema cilíndrico hidráulico e correntes de tração para movimentar o pacote de placas, abertura de até 200 placas em até 4min, tortas com mínima umidade residual menor que 15%.

8421.29.90	171	Filtros centrífugos contínuos para óleo submetido a aquecimento proveniente da pré-fritura de produtos empanados de origem animal e/ou vegetal, com capacidade de filtragem compreendida de 76 a 114L/min, capazes de filtrar partículas no óleo de fritura com tamanho igual ou superior a 5 mícrons; com bomba de alimentação, com bomba de descarga e recirculação para o ciclone, com ou sem bomba de alimentação, e com motor de acionamento, todos projetados para operação com o óleo de fritura em temperatura de processamento; com sistema de acúmulo para resíduos sólidos; com ou sem ventilador de exaustão; com sistema para monitoramento e supressão de incêndio.
8421.39.90	172	Aparelhos portáteis para purificação e filtragem do ar, operando através de um sistema de filtragem mecânica do ar, do tipo "HEPA"(High Efficiency Particulate), com bateria interna e carregamento via cabo usb, de potência de até 12W, com área de filtragem de até 1,8m², indicador luminoso da qualidade do ar, e com capacidade de conexão "bluetooh" para controle remoto através de aplicativos.
8421.99.99	092	Elementos filtrantes do tipo cartucho na forma de "refil", próprios para uso dentro de filtros purificadores de água por pressão de uso doméstico, com grânulos de carvão ativado, íons de prata e barreira de micro e nano-fibras extrudadas de polipropileno fundido, fabricados com tecnologia "Meltblown", retenção de partículas com tamanhos de 5 a 15micrometros com eficiência maior que 85%, e redução de cloro livre com eficiência maior que 75%, capacidade de inibir o desenvolvimento de bactérias (controle de nível microbiológico), vida útil de 6 meses ou 2.500L.
8421.99.99	093	Trituradores com removedor de sólidos filtrados inclinadamente, dotados de sistema de lavagem e desidratação, com de vazão de 146 a 1.261m³/h, potência de 2 a 5HP, alimentação de energia compreendida entre 220 e 460V, frequência de 50 ou 60Hz, classe de proteção ip55 ou ip67.
8422.20.00	041	Estações semiautomáticas para lavagem de "containers" "bins" e de acessórios para uso em laboratórios farmacêuticos montadas em "skid", com ou sem detergentes, vazão igual ou inferior a 100L/min, pressão máxima de 6bar, dotadas de câmara de lavagem em aço inoxidável montada em rack com limpador interno a jato de água, com conexão para fornecimento de ar quente e pistão pneumático para levantamento da tampa, sistema de drenagem equipado com grade e funil em aço inoxidável com conexão para ar de escape e porta de saída para drenagem de água, limpador externo móvel de alta pressão para a limpeza externa dos containers ("bins") com água fria, mangueira de alta pressão e lança de pulverização com suporte, mangueiras WIP, válvulas, tubulações e conexões, unidade de secagem por ar quente com manipulador de ar com filtro de ar de entrada, ventilador de ar de admissão, aquecedor de ar, ventilador de ar de exaustão, mangueiras integradas no rack; estação de limpeza autônoma de construção modular compacta com componentes, unidade de mistura, sistema de dosagem de detergentes com 2 tanques de 20L cada com rinsagem inicial e final através de água purificada com dosagem direta, unidade de elevação de temperatura, unidade de elevação de pressão, bomba de pressurização, tubulações e equipamentos de drenagem; sistema de controle descentralizado integrado no gabinete de controle montado diretamente no rack WIP, conectado ao sistema de controle mestre, painel de operação com tela tipo "touchscreen" e CLP com "software" dentro dos padrões de rastreabilidade para o controle do processo, manuseio de receitas, relatórios de lote, tendências e registros para auditoria.
8422.20.00	042	Lavadoras de contêineres/recipientes tipo "bins" de formatos variados utilizados pela indústria farmacêutica, com dispositivo de elevação de tampa e bocal de limpeza interna giratório multidirecional (360 graus), bomba dosadora de detergente, trocador de calor de vapor com controlador proporcional integral derivativo, gerenciador automático de diferentes receitas de limpeza (tempo de limpeza, quantidade de água, quantidade de detergente e temperaturas), receitas com até 4 estágios, pistola para limpeza externa, estação de secagem dos contêineres/recipientes com sistema de filtragem de ar, painel de "interface" homem-máquina (IHM) com tela sensível ao toque.
8422.30.21	102	Empacotadoras automáticas para envase de café moído em embalagem de material flexível laminado, para pacotes de 500g com velocidade de produção de até 60pacotes/min, usando embalagem em rolo, através de desbobinador motorizado, equipados com alinhador para centralização do filme, produz pacotes reforçados com vedação central traseira, fundo quadrado e topo quadrado, tratados com condicionamento a vácuo.
8422.30.21	103	Máquinas automáticas para envasar e ensacar de forma automática, sacos de ração para cães e gatos, com magazine para sacos vazios, alimentador automático, detectores de metais, dispositivo de enchimento com pesagem eletrônica e alimentação por gravidade, para sacos com peso maior ou igual a 7kg, largura igual ou maior a 250mm, comprimento igual ou maior a 400mm, capacidade de ensacar maior ou igual a 1.200sacos/h.
8422.30.29	861	Combinações de máquinas contínuas e automáticas para lavagem, despirogenação, envase de micro dosagens, fechamento e lacração de frascos com produtos farmacêuticos em pó, com capacidade produtiva máxima maior ou igual a 15.000frascos/h (variável em função das características e dimensões dos frascos e características dos produtos), aptas ao processamento de frascos de 10 ou 15ml, compostas de: lavadora rotativa das superfícies interna e externa de frascos através de injeção de água quente e sopro de ar, para frascos com diâmetros compreendidos entre 16 e 52mm, alturas compreendidas entre 35 e 140mm; túnel de esterilização e despirogenização (liberação de pirogênios) de frascos, com 3 zonas de processamento (aquecimento, esterilização/despirogenização e resfriamento), para frascos com alturas compreendidas entre 35 e 255mm; mesa giratória de recebimento, acumulação, distribuição e transferência de frascos para a máquina envasadora, diâmetro da mesa igual a 1.000mm; envasadora de frascos para micro dosagens de produtos farmacêuticos em pó em quantidades compreendidas entre 0,05 e 50g, para frascos com diâmetros compreendidos entre 16 e 70mm, alturas compreendidas entre 35 e 130mm, com estação de fechamento dos frascos com tampas vedantes de borracha; recravadora de frascos para aplicação de lacres de alumínio e plástico, para frascos com diâmetros compreendidos entre 14 e 53mm; unidade de filtração de ar por meio de filtro tipo HEPA, de 6 zonas, para geração de fluxo laminar de ar estéril; transportadores de interligação, de entrada e de saída, estações de descarte automático de frascos não adequados para o término do processo, dispositivo de acoplamento de unidade de dosagem, controladores lógicos programáveis (CLP), "interfaces" homem-máquina (HIM) e painéis elétricos.
8422.30.29	862	Combinações de máquinas para encaixotar bolsas de batatas pré-fritas congeladas em caixas de dimensões iguais ou superiores a 385 AS x 290 (L) x 252mm(A), "interface" controladas por PLC, compostas de: 5 módulos de alimentação de produto para o encaixotar vertical, constituído por 5 calhas de descarga de bolsas com tombador estático, 5 esteiras transportadoras sob o tombador de descarga de bolsa, 5 esteiras transportadoras inclinadas, 5 unidades condicionadoras de produtos "PFE" feitas em aço carbono pintado com detecção e rejeito de bolsas abertas e bolsas duplas, 5 esteiras de transferência, 5 módulos para o encaixotar vertical constituído por 5 máquinas de encaixotamento todas com capacidade máxima de 100bolsas/min, pesos compreendidos entre 400 e 2.500g, 5 máquinas armadoras de caixas integradas dotadas de robô cartesiano de dois eixos na zona de carregamento da encaixotadora, 5 módulos de manuseio de caixa cheia com cinta transportadora inclinada, 5 vibradoras, fechadoras e seladoras de caixas cheias com selagem por cola quente superior e inferior, dotadas de agitador vibratório sobre rodízios excêntricos, sensores especiais por compressão.
8422.30.29	863	Combinações de máquinas para encaixotar bolsas de batatas pré-fritas congeladas em caixas de dimensões iguais ou superiores a 385 AS x 290 (L) x 252mm(A), "interface" controlada por PLC, compostas de: 5 módulos de alimentação de produto para o encaixotar vertical/horizontal, constituído por 5 calhas de descarga de bolsas com tombador estático, 5 esteiras transportadoras sob o tombador de descarga de bolsa, 5 esteiras transportadoras inclinadas, 5 unidades condicionadoras de produtos "PFE" feitas em aço carbono pintado com detecção e rejeito de bolsas abertas e bolsas duplas, 5 esteiras de transferência, 5 módulos para o encaixotar vertical/horizontal constituído por 5 máquinas de encaixotamento todas com capacidade máxima de 100bolsas/min, pesos compreendidos entre 400 e 2.500g, 5 máquinas armadoras de caixas integradas dotadas de robô cartesiano de dois eixos na zona de carregamento da encaixotadora, 4 módulos de manuseio de caixa cheia com cinta transportadora inclinada, 4 vibradoras, fechadoras e seladoras de caixas cheias com selagem por cola quente superior e inferior, dotadas de agitador vibratório sobre rodízios excêntricos, sensores especiais por compressão.
8422.30.29	864	Máquinas embaladoras horizontais automáticas e contínuas de simples cabeçote, próprias para formação, preenchimento e selagem do tipo 4 soldas de múltiplos sachês de doces de diferentes configurações e formatos do tipo "regaliz", com velocidade linear da bobina de embalagem termoselável de até 8m/s e sincronismo com a guilhotina de corte por meio de servo controladores, máxima largura útil de 500mm e painel de operação do tipo sensível ao toque.
8422.30.29	865	Máquinas de enchimento de aerossol, de válvula semiautomática 1.600G, projetadas em 1 mesa, para 1 operador, um BOV crimpador e enchimento de gás, enchimento de líquido de pressão BOV, modo de trabalho semiautomático, movimentação manual de latas, controle PLC, capacidade de enchimento: 10 a 20CPM, fabricadas em material 304SS ou material 316L.
8422.30.29	866	Máquinas automáticas para envase estéril e fechamento de colírios em frascos plásticos, com capacidade máxima para 21.000frascos/h, com volume de dosagem de 0,2 a 135ml em frascos com altura de 30 a 250mm e diâmetro de 16 a 100mm, dotadas de estações de envase podendo ser através de bombas de pistões rotativos comandadas por servomotor, sistema de dosagem de fluxo de massa, sistema de dosagem tempo/pressão, sistema de envase por indução magnética ou bombas peristálticas, servomotor por fuso de torque, com colocação de fechos com anel à prova de furto e requisitos para o torque de aparafusamento, alimentador/posicionador, réguas sobrepostas para transporte de frascos, régua de vácuo para aplicação de gotejadores, com "interface" homem-máquina (IHM) com computador industrial e controlador lógico programável (CLP).
8422.40.90	973	Equipamentos sopradores de ar centrífugo, compactos para uso comercial, do tipo inflador, acionados por motor elétrico com tensão 110V, pressão máxima de 0,3bar, dotados de bico próprio para encher filme plano de bolsas plásticas de ar pequeno e médio, com capacidade de inflar até 100filmes/min, com medidas de até 40 x 3.810cm.
8422.40.90	974	Máquinas encapuzadoras automáticas para embalar cargas sobre paletes, pela aplicação de filmes plásticos, tipo capuz de estiramento "strech hood" a frio, com capacidade de produção de até 240paletes/h e capacidade de carga de até 300kg/palete, para medidas dos paletes mínimas 500 x 400mm até as medidas máximas de 1.100 x 925mm.
8422.40.90	975	Máquinas para embalagem a vácuo de câmara com esteira, para carnes frescas ou processadas, queijos ou outros alimentos, com 1 ou 2 barras de selagem, comprimento da barra igual a 1.300mm, distância entre as barras de 830mm (em modelos de 2 barras), sistema de solda de alta pressão bi ativa, com esteira contínua ou segmentada (dupla), remoção de aparas por corte com ou sem sucção das sobras, sistema de vacumização duplo, altura da câmara igual a 200 ou 300mm, bomba aceleradora de vácuo de 1.250m³/h integrada, 1 ou 2 bombas externas de palheta de 630m³/h (cada), sistema de gerenciamento e controle computadorizado com tela sensível ao toque.
8422.40.90	976	Máquinas automáticas, com CLP (controlador logico programável), para colocação de fitas de tecido e colagem de papelão de reforço com inserção, passagem e colagem da fita de tecido, com capacidade máxima de 30caixas/min, em caixas de panetones de 750 ou 900 ou 1.000g, com dimensões máximas de cartolina 785 x 397mm, com magazine e colocação de cola.
8422.40.90	977	Unidades funcionais para embalar pela aplicação de filme plástico "stretch hood" (encapuzamento) em "pallets", com capacidade de até 200"pallets"/h, capacidade máxima de carga de 500kg/"pallet", compostas de: transportador de entrada com sistema de centralização de produtos, transportador com sistema de leitura de dimensões, aplicador do filme plástico controlado com sistema cartesiano, estação de selamento (laminação), controladas por CLP (controlador lógico programável) e IHM ("interface" homem máquina).
8422.40.90	978	Máquinas automáticas modulares para embalar garrafas e/ou frascos e/ou latas, com possibilidade de operar com diversos tipos de embalagens de cartão, com módulo para aplicar frascos e/ou garrafas e/ou latas diretamente em pacotes de cartão envolvente e/ou pré montado com ou sem módulo para inserção de pacotes interno tipo cartão envolvente e/ou bandeja e/ou caixa plástica, com ou sem magazine de cartão, com unidade de alimentação contínua de frascos, com sistema de garras móveis, com módulo formador de cartão, com ou sem módulo selador de cartão, dotadas de painel central de comando "touchscreen" para operação, com monitoramento em tempo real, com sistema de segurança através de transponder, com controlador lógico programável (CLP), com capacidade de até 100.000frascos/h.
8422.40.90	979	Máquinas semiautomáticas para envolvimento de "pallets" com filme extensível "stretch", com mesa giratória de no máximo 2.400mm diâmetro para manter o pallet" centralizado girando em seu próprio eixo, com envolvimento total do pé do "pallet", com capacidade de carga máxima de 2.500kg, com mesa de giro com dispositivo para posicionamento, com painel com tela "touchscreen", com sistema personalizado de programação "multilevel control" para programar em um único ciclo até 9 camadas independentes de ajuste dos parâmetros de envolvimento (pré-estiro, tensionamento, velocidade de subida e rotação da mesa), com pré-estiramento motorizado de no máximo 400%, com detecção automática da altura do produto máxima de 3.100mm, com controle do tensionamento contínuo do filme realizado por célula de carga, dotado de cabeçote com sistema de passagem do filme em S - QLS - "Quick Load Sistem" sem aberturas e travas com rolos fixos e côncavos na parte superior, dotado de cabeçote com posicionador ergonômico e botão dispensador de filme, cabeçote com dispositivo antiesmagamento, com buzina sonora que indica o início do ciclo, com ou sem dispositivo formador de cordão, com ou sem dispositivo de pinça e corte do filme, com ou sem acionamento por controle remoto, com dispositivo trava corrente, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 61.031,27.
8423.30.19	017	Combinações de máquinas automáticas para formar, encher e fechar embalagens plásticas, com ou sem balança dosadora de múltiplos cabeçotes, com até 8 servomotores, mordente simples com movimento intermitente ou contínuo rotativo, com área dos mordentes iluminada por LEDS, com ou sem faca aquecida para a separação de pacotes, velocidade máxima de operação de 120 ou 125pacotes/min, garantindo variações de peso entre as embalagens menores que 1% (eficiência de 99%), para embalagens com largura mínima igual a 70mm e largura máxima igual a 250 ou 330mm e altura mínima igual a 50 ou 75mm e altura máxima igual a 380 ou 533 ou 711mm, com ou sem verificadores de data, com ou sem transportadores de remoção de pacotes, com ajuste automático do filme através da leitura da fotocélula, com ou sem balança verificadora de peso dinâmica com ou sem verificadores de selagem, com controlador lógico programável (CLP) com "interface" homem máquina (IHM) em português "touchscreen" colorido de 15,3 polegadas e "software" dedicado, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 383.685,75.
8423.89.00	064	Balanças de pesagem dinâmica para gerenciar o peso em tempo real durante o movimento com capacidade de carga de 4 a 16t, "display" colorido de 7 polegadas, tela sensível ao toque, proteção IP67 e teclas de membrana no teclado para navegar nas páginas, usinado a partir de um bloco sólido de aço de alta resistência com proteção de aço, transferência de dados multicanal BUS-Can, RS232, "Bluetooth" para sistemas externos ou QR-Code para envio de "tickets" desmaterializados por SMS, e-mail, "WhatsApp", ou impressora para impressão de "tickets" no posto de carregamento, código de manutenção QR para controle remoto do sistema, gerenciamento de dados do cliente e pesagens dos produtos, com entrada USB no "software" para PC.
8423.89.00	065	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 2t para pesagem de veículos de carga por eixo, equilíbrio de carga por sistema hidráulico por tubos interconectados, comprimento 787 mm, altura 19mm, peso 13,5kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 graus Celsius, com precisão de classe III ou IIII, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistentes a agua com IP 65, com bateria integrada para 180h de operação, recarga e operação através da bateria de 12V ou através do modulo de alimentação AC, "interface" de entrada e saída de dados com ou sem fios (wireless), "display" em LCD com retro iluminação, com ou sem cabos de conexão e "plug" terminal, com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 84.742,01.
8423.89.00	066	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 3t para pesagem de veículos de carga por eixo, equilíbrio de carga por sistema hidráulico por tubos interconectados, comprimento 787mm, altura 19mm, peso 13,5kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 graus Celsius, com precisão de classe III ou IIII, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistente a agua com IP 65, com bateria integrada para 180h de operação, recarga e operação através da bateria de 12V ou através do modulo de alimentação AC, "interface" de entrada e saída de dados com ou sem fios (wireless), "display" em LCD com retro iluminação, com ou sem cabos de conexão e "plug" terminal, com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m, com valor CIF não superior a R$ 87.809,03.

8423.89.00	067	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 10t para pesagem de veículos de carga por eixo, equilíbrio de carga por sistema hidráulico por tubos interconectados, comprimento 1.013mm, altura 17 mm, peso 16,5kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 graus Celsius, com precisão de classe III ou IIII, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistente a agua com IP 65, com bateria integrada para 180h de operação, recarga e operação através da bateria de 12V ou através do modulo de alimentação AC, "interface" de entrada e saída de dados com ou sem fios (wireless), "display" em LCD com retro iluminação, com ou sem cabos de conexão e "plug" terminal, com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m, com valor CIF não superior a R$ 100.201,17.
8423.89.00	068	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 10t para pesagem de veículos de carga por eixo, equilíbrio de carga por sistema hidráulico por tubos interconectados, comprimento 1.748mm, altura 17mm, peso 28,5kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 graus Celsius, com precisão de classe III ou IIII, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistente a agua com IP 65, com bateria integrada para 180h de operação, recarga e operação através da bateria de 12V ou através do modulo de alimentação AC, "interface" de entrada e saída de dados com ou sem fios (wireless), "display" em LCD com retro iluminação, com ou sem cabos de conexão e "plug" terminal, com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m.
8423.89.00	069	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 15t para pesagem de veículos de carga por eixo, equilíbrio de carga por sistema hidráulico por tubos interconectados, comprimento 1.013mm, altura 17mm, peso 16,5kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 graus Celsius, com precisão de classe III ou IIII, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistente a agua com IP 65, com bateria integrada para 180h de operação, recarga e operação através da bateria de 12V ou através do modulo de alimentação AC, "interface" de entrada e saída de dados com ou sem fios (wireless), "display" em LCD com retro iluminação, com ou sem cabos de conexão e "plug" terminal, com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m.
8423.89.00	070	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 15t para pesagem de veículos de carga por eixo, equilíbrio de carga por sistema hidráulico por tubos interconectados, comprimento 1.748mm, altura 17mm, peso 28,5kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 graus Celsius, com precisão de classe III ou IIII, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistente a agua com IP 65, com bateria integrada para 180h de operação, recarga e operação através da bateria de 12V ou através do modulo de alimentação AC, "interface" de entrada e saída de dados com ou sem fios (wireless), "display" em LCD com retro iluminação, com ou sem cabos de conexão e "plug" terminal, com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m.
8424.30.90	104	Máquinas lavadoras automáticas para limpeza de cilindros de rotogravura e/ou partes de impressoras rotativas, utilizando solventes, à prova de explosão conforme norma ATEX, dotadas de: carregador frontal, sistema de extração de ar interno com capacidade de 3.000m³/h, sistema resfriador de solvente, dispositivo autolimpante, capacidade da bomba de lavagem de 100m³/h, e programação automática de lavagem.
8424.30.90	105	Unidades funcionais para limpeza de cilindros, partes e peças de impressoras rotativas, através de lavagem com solventes, à prova de explosão conforme norma ATEX, compostas de: máquina para lavagem de cilindros de rotogravura com capacidade para até 5 cilindros simultaneamente; máquina para lavagem de partes e peças de impressoras rotativas; estação para lavagem de bombas de tinta com capacidade para até 4 bombas simultaneamente; unidade de destilação de solventes; sistema de gerenciamento de nível dos reservatórios de solventes (sujo e destilado) para abastecimento do processo, através de controlador lógico programável (CLP).
8424.49.00	009	Sistemas de pulverização de herbicidas, cuja finalidade é detectar a fluorescência de clorofila presentes em plantas vivas, combinados com "software" e válvulas eletromagnéticas que permitem a aplicação em tempo real apenas sobre as plantas, com largura de detecção de 1m dividido em 5 secções de 20cm, com válvulas eletromagnéticas controladas independente por secção e controle de dose por modulação de largura de pulsos.
8424.89.90	409	Equipamentos de tratamento a frio para revestimento de superfície de garrafas de vidro, com cera, por pulverização através de pistola automática, com até 3 eixos, acionados por motor sem escova (Brushless), sistema de fotocélula auto-sincronizante, com velocidade de 2m/s, capacidade de ar comprimido de 4 a 6bar e controlada por PLC.
8424.89.90	410	Máquinas lavadoras de virabrequins de motor diesel, com capacidade de lavagem de peças com peso de até 150kg, comprimento máximo de 1.300mm e diâmetro máximo de 330mm, temperatura de trabalho do banho do tanque de 35 à 40 graus Celsius; sistema de filtragem para a recirculação do detergente e ajuste automático da fixação para diferentes tipos de virabrequins, contendo estágio de lavagem por imersão com sistema de rotação da peça para remoção de particulados e ou contaminantes impregnados em galerias internas; sistema de secagem com mecanismo laminar de sopro com sistema de rotação de peça para remoção do excesso de líquidos nas paredes externas; tempo de lavagem das peças de até 240s, conforme Norma ISO 16232:2018, para limpeza da peça com particulados igual ou maior que 1.000 micrometros e unidade de fluorescência relativa de no máximo de 50RFU, conforme Norma DIN 54161.
8424.90.90	080	Conjuntos (kits) de peças para conversão do diâmetro e/ou altura de latas, em máquinas aplicadoras de verniz interno de latas metálicas com velocidade de produção de até 350latas/min/estação aplicadora, compostos por: estrelas de alimentação de 12 bolsos, estrelas de descarga de 12 bolsos e mandris de fixação de latas, para conversão do diâmetro e/ou conjuntos de guias de alimentação (externas e internas) para conversão da altura; acompanhados ou não de bicos "spray", dispositivos de ajustes e chaves especiais necessárias para a troca das peças.
8424.90.90	081	Conjuntos de cabos de manejo, com gatilho de acionamento, com funções de liga, desliga, acelera e desacelera o motor, resistentes à vibrações na lenta de 3.100rpm, e à vibrações máxima de 5.500rpm, com 500h de ciclo de durabilidade, utilizados em pulverizador/soprador acionados por motor de ignição por centelha.
8425.31.10	001	Guinchos elétricos acionados por motor 12V corrente contínua com potência de 6,3HP e grau de proteção IP 67; capacidade máxima de tração de 10.000libras (4.536Kg), dotado de: caixa de redução de 3 estágios com engrenagens planetárias e razão de redução de 196:1; cabo de aço de espessura 3/8 polegadas; guia de cabo com 4 roletes; acionados por controle remoto com fio.
8425.31.10	002	Guinchos elétricos acionados por motor 12V corrente contínua com potência de 3HP e grau de proteção IP 67, com capacidade de tração de 4.500libras (2.041,2kg), dotados de: caixa de redução com conjunto de engrenagens planetárias de 3 estágios e razão de redução de 180:1; cabo de fibras sintéticas; guia de cabo em alumínio; acionados por botão de comando e controle remoto com fio.
8425.31.10	003	Guinchos elétricos acionados por motor 12V corrente contínua com potência de 6,4HP, com capacidade de tração de 12.500 libras (5.670kg) dotados de: caixa de redução com conjunto de engrenagens planetárias de 4 estágios, razão de redução de 171:1, sistema de trava dupla de freio, e grau de proteção IP 67; cabo de fibras sintéticas; guia de cabo em alumínio; acionados por controle remoto com fio.
8425.31.90	002	Guinchos elétricos de tração, para uso na montagem ou desmontagem de elevadores e na construção civil para elevação de cargas, sem içamento de pessoas, com capacidade até 950kg em tração dupla, velocidade de elevação tiro simples 500kg 6,5m/min e tiro duplo com redução 3,2m/min, limitadores de fim de curso subida e descida ajustáveis, freio integrado ao motor, alça de transporte integrada, gancho de suspensão orientável, com ou sem bobina para armazenar cabo de aço, de 1 ponto de suspensão e sem base de apoio, subida do cabo de aço sem limite de curso, alimentação 220/380V trifásico e comando 24V, grau de proteção do motor ip55, completo e com acessórios de manutenção.
8425.41.00	006	Elevadores automotivos, fixos ou móveis, eletro-hidráulicos, com capacidade de carga de 500 até 15.000kg, em aço, com elevação de até 3.000mm e largura máxima de 5.500mm, fonte de até 380V, monofásico ou trifásico.
8426.49.90	084	Guindastes autopropelidos sobre esteiras, acionados por motorização com operação turbo/intercooler ar-ar com deslocamento de 6,7 eu e potência 158/2.000 (kw/rpm), com capacidade máxima de 55t; torque máximo da lança básica 193tm; força máxima de elevação da lança de extensão total 73,2tm; comprimento da lança básica 11,5m; maior comprimento do braço 43,5m; altura máxima de levantamento do braço básico 11,6m; altura máxima de levantamento do braço mais longo 43,8m; tempo de subida/descida da lança 70/55s; tempo de extensão/retração da lança 106/100s; velocidade de giro 1,3rpm.
8427.10.90	198	Plataformas para trabalhos aéreos, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis, autopropulsadas sobre rodas, sendo 2 ou 4 rodas motrizes e 2 rodas direcionais, controladas por painel de controle na plataforma contendo alavanca de controle, com altura máxima de elevação de piso da plataforma até 18m com capacidade máxima até 750kg.
8427.10.90	199	Transportadores para uso exclusivo de naceles de aerogeradores, sendo veículo em aço guiado ou não automaticamente, com 8 motores elétricos para movimento de direção, 6 motores movimento de tração, 1 motobomba para movimento de elevação, com 16 rodas com diâmetro 550mm, montados em 8 eixos com movimentação simultânea, dimensões de 7.108 x 2.508 x 717mm e capacidade de carga de até 125.000kg.
8427.10.90	200	Transpaleteiras elétricas autopropulsadas com plataforma para operador embarcado, com motor elétrico de tração de corrente alternada (trifásico AC), potência igual ou superior a 1,5kW, bateria de fosfato de ferro-lítio de 24V 200Ah e com carregador sobressalente, sistema de freio eletromagnético regenerativo, direção elétrica assistida, comandos acionados por botões, com botão de reversão automática (botão antiesmagamento), com sistema automático de redução de velocidade em curva "curve control", capacidade máxima de carga entre 2.000 a 3.000kg, com limite de elevação do garfo automático e com elevação máxima do garfo de até 205mm.
8427.20.90	246	Empilhadeiras autopropulsadas, com capacidade de carga entre 3.600 e 6.000kg, acionadas por motor a combustão com potência igual ou superior a 60HP, com torre de 2 ou 3 estágios com ou sem garfos.
8427.20.90	247	Plataformas para trabalhos aéreos, acionadas por motor a combustão interna a diesel ou híbrido (diesel e elétrico), controladas por painel de controle na plataforma contendo alavanca de controle, com sistema de sobrecarga, autopropulsada sobre rodas, com altura de trabalho máxima até 18m, com capacidade máxima de carga da plataforma igual a 750kg.
8427.20.90	248	Veículos autopropulsados sobre rodas, para elevação, empilhamento, transporte e/ou armazenamento de cargas, equipados com garfo para carregamento e/ou outros acessórios, acionados por motor a diesel de 4 cilindros desenvolvendo potência igual ou superior a 55kW (ou 74HP), com tração nas 4 rodas, direção nas 2 rodas traseiras ou nas 4 rodas, eixo traseiro oscilante, transmissão de 4 velocidades, lança telescópica fixada na parte traseira do veículo com elevação máxima da lança igual ou superior a 6.000mm, mas inferior a 12.000mm, e alcance máximo igual ou superior a 3.500mm, com capacidade de carga igual ou superior a 2.500kg.
8427.90.00	018	Unidades eletro-hidráulicas para elevação de carga, a bateria, capacidade máxima de até 1.500kg, com elevação mastro abaixado e alto de 1.500 até 3.600mm, com carregador automático e rodízios, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 13.400,00.
8428.33.00	080	Máquinas automáticas para transporte vertical e homogêneo de até 20.000kg/h de batata palito, com inclinação operacional de 22 graus, fluxo regulável e proteção lateral.
8428.33.00	081	Equipamentos para remoção, transporte e descarga de material triturado, compostos por: correia coletora de material inclinada do tipo deslizante sobre chapa com trecho horizontal e angulação positiva de 30 graus no trecho inclinado, dotado de um segmento antimagnético no trecho inclinado, um raspador em borracha do tipo franja com ajuste de altura e desgaste, com sistema modular para ângulo positivo do transportador inclinado com roletes de reforço, com dupla vedação na parte traseira, com sistema de fechamento e proteção inferior para áreas de risco com chapas de rápida abertura através de parafusos uma correia reversível sobre roletes, com sistema eletromecânico de suporte giratório móvel para a distribuição homogênea em duas caçambas sem a necessidade de movimentação das caçambas, dotada de raspador principal de metal duro com possibilidade de ajuste de inclinação e pressão, sistema de lubrificação contínua de rolamentos, ambas correias são dotadas com chassi de estrutura tubular com reforço e modular, com elementos laterais, proteções, vedações, raspadores, tambores, motores e os rolamentos e roletes montados de forma parafusada; deslocamento do retorno da correia e roletes de suporte dentro da área do chassi da correia; raspador de tambor de retorno com bandeja coletora interna; raspador interno em forma de arado com autoajuste e material de baixo atrito, com proteções laterais, traseiras e dos tambores em grade para visualização interna; com estação de tensionamento com 4 parafusos de ajuste preciso da tensão da correia, com flange e suporte de rolamento para chassi tubular, ajuste na tensão e alinhamento da correia.
8428.33.00	082	Combinações de máquinas para manuseio de perfis de alumínio, de ação contínua, dotadas de: sistema de túnel superior e inferior de resfriamento (solubilização) de alumínio com funcionamento por meio de sopradores de ar; duplo "puller" para tracionamento mecânico; mesa de saída com comprimento de 78m constituída de roletes em "kevlar"; conjuntos de correias transportadoras em "kevlar" (mesa de transferência) com comprimento de 62m para extração, formação e alimentação da esticadeira de perfis; esticadeira a frio com capacidade de tração de 40t; conjuntos de correias transportadoras em PVC (mesa de transferência) com comprimento de 62m para alimentação da mesa de roletes da serra de corte a frio; mesa de roletes motorizada para alimentação da serra de corte a frio.
8428.39.90	269	Combinações de máquinas para classificação, distribuição e seleção de batatas, com capacidade de até 30t/h, compostas de: 3 selecionadoras com largura de inspeção de 1.750mm, esteira em declive para o controle preciso da apresentação do produto, 2 câmeras digitais ortogonais com alta resolução (2K), inspeção de cima para baixo, configuração de canal vermelho-verde-azul-infravermelho sendo equipada com 4 sensores para converter a luz vermelha, verde, azul e infravermelha em sinais digitais, 2 scanners laser alta definição (1 laser vermelho, 1 laser infravermelho com detecção avançada de fluorescência) iluminação LED inteligente e fundo de LED ativo, conjunto de válvula eletrônica de alta precisão para separação precisa de três fluxos de classificação, mecanismo de classificação digital com painel de tela de toque e unidade de resfriamento de circuito fechado; 4 agitadores de distribuição com alimentação direta e capacidade 30t/h cada, em aço inoxidável; 3 agitadores de alimentação com alimentação direta e capacidade 30t/h cada, em aço inoxidável; 3 esteiras aceleradoras com alimentação direta e capacidade 14,969t/h cada, em aço inoxidável; 4 agitadores de coleta com alimentação direta e capacidade 30t/h cada, em aço inoxidável; 6 agitadores de coleta de rejeito com alimentação direta e capacidade 3t/h cada, em aço inoxidável; 3 agitadores de transferência com alimentação direta e capacidade 30t/h cada, em aço inoxidável; 9 agitadores de distribuição com alimentação direta e capacidade 30t/h cada, em aço inoxidável; 8 agitadores de alimentação em escala com alimentação direta e capacidade 8t/h cada, em aço inoxidável.
8428.90.90	672	Robôs elétricos rebocadores de vagões, exclusivos para manobra de carregamento e descarregamento em pátio industrial e portuário (não opera em via de trecho), sendo; comandado remotamente por rádio controle industrial portátil; gerador elétrico a diesel embarcado; controle e comando realizado por CLP industrial, com pré-programação de curvas de velocidade e aceleração, limitado eletrônica e mecanicamente até 8km/h; preparação para operação totalmente automática (comandada por "software" remoto); peso próprio em torno de 100t, forças de tração entre 120 e 240kN e potência máxima de até 300kW; embarcado acoplamento duplo para operação em ambas as bitolas de via mista, com acionamento remoto.
8428.90.90	673	Carros hidráulicos para elevação, translado e substituição de estampos/moldes e placas superiores em prensas para a produção de revestimentos cerâmicos, com capacidade máxima de elevação igual ou inferior a 16.000kg; altura máxima de elevação igual ou inferior a 1.305mm; dotados de 6 ou menos fusos de subida e descida da mesa de trabalho acionados de forma síncrona por motor; mesa de trabalho equipada com 6 ou menos cilindros hidráulicos com dispositivo antiqueda de elevação do molde/placa; concebidos para operar com moldes de dimensões máximas iguais ou inferiores a 2.450 x 1.800mm.
8428.90.90	674	Transportadores-classificadores computadorizados de pedidos e/ou volumes diversos, tipo bandeja, acionados por motores, com 8 induções manuais, 42 saídas de 6.500mm, velocidade de até 1,2m/s, com capacidade de separação mecânica igual ou superior a 8.100bandejas/h com dimensões de 500 x 800mm, cubômetro, balança dinâmica, utilizados para movimentar e classificar produtos acabados e/ou volumes diversos de até 420 x 750 x 400mm e até um peso de 15kg, dotados de sistema de separação mecânica com aproximadamente 68,5m de comprimento; bandejas com impulsor para separação dos artigos; calha de saída do separador; calha de rejeição, equipada com dispositivos de escaneamento para leitura de código de barras através de um servidor de OST, com assessórios e CPL.
8428.90.90	675	Equipamentos para carregar "containers" de 20/30/40 pés em operação única, dotados de uma chapa de material deslizante de alta resistência, sistema de tração da chapa composto de motores elétricos e portão de retenção acionado hidraulicamente, capacidade máxima de carregamento de até 30t.
8428.90.90	676	Máquinas para empilhar e desempilhar recipientes (totes) com altura máxima de pilha de 1.500mm equipadas com painel de controle "touchscreen".
8428.90.90	677	Equipamentos automáticos para sistema de transporte de caixas utilizados no processo de armazenamento e recuperação de caixas, com 8 elevadores de plataforma dupla, com ou sem carrinhos "shuttles", elevador e acessórios para movimentação, manutenção e reparo dos carrinhos "shuttles", transportadores, suportes de fixação, componentes elétricos e eletrônicos, painéis elétricos e controladores lógicos programáveis (CLP).

8428.90.90	678	Equipamentos para transporte vertical de caixas, a serem montados em sistema de armazenamento e recuperação de caixas, com 8 elevadores de plataforma dupla, transportadores, suportes de fixação, componentes elétricos e eletrônicos, painéis elétricos e controladores lógicos programáveis (CLP).
8428.90.90	679	Equipamentos automáticos "shuttles" sobre rodas por comando sem fio equipados com 2 braços telescópicos, para transporte horizontal de caixas, utilizados no processo de armazenamento e recuperação de caixas.
8428.90.90	680	Alimentadores de barras de metal, para carregamento de tornos por meio de pistão-empurrador de acionamento hidráulico, com comprimento máximo de barra de 6.000mm e diâmetro compreendido de 2 a 12mm.
8428.90.90	681	Equipamentos automáticos para transporte vertical e horizontal de caixas (armazenamento e recuperação de pedidos), com 8 elevadores de caixas, 92 carrinhos "shuttles" de deslocamento horizontal, elevador e carrinhos para movimentação e transferência dos "shuttles" para reparo e manutenção, rolos motorizados e transportadores, componentes elétricos e eletrônicos, painéis elétricos e controladores lógicos programáveis (CLP).
8428.90.90	682	Mesas rotatórias com capacidade de manuseio de 12.000kg (120Kn), com grau de proteção IP64 (apenas servo motor), com torque de estática de até 32Knm, rotação de 0 a +/-180 graus, precisão de posicionamento de +/-15arc s, dotadas de uma placa rotativa para fixar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 10 a 40 graus Celsius, máximo ângulo de rotação de 42,8 (graus/s) , tempo de rotação em 180 graus de 4,2s.
8428.90.90	683	Máquinas automáticas para paletização de latas de alumínio para bebidas de tamanhos variados, com velocidade de produção de até 3.800latas/min; com plataformas para operação, manutenção e segurança; sistema de transporte e movimentação de paletes acabados, cortinas de luz, magazine de armazenamento de paletes, elevador de paletes, painéis de comando com controlador lógico programável (CLP) e protocolo de comunicação ethernet dotadas ou não de cortinas de luz.
8429.40.00	060	Rolos compactadores, com peso operacional igual ou superior a 20.000kg, autopropulsados, de cilindro único (singledrum) vibratório, dotados de motor a diesel com potência igual ou superior a 184HP e inferior ou igual a 220HP, largura de compactação superior a 2.130mm, raio de giro interno inferior a 4.890mm, onde atinge um ângulo mínimo de 33 graus, dotado com diâmetro do cilindro maior que 1.600mm.
8429.52.19	075	Escavadeiras hidráulicas rodoferroviárias com 2 eixos ferroviários em bitola de 1.600mm com movimentação vertical hidráulica, capacidade de rotação da estrutura superior de 360 graus, motor com potência de 93kW, comprimento da lança de 4.200mm, distância entre eixos de 2.750mm, implemento para troca de dormentes, velocidade de deslocamento de 25km/h, vazão do sistema hidráulico de 270L/min, peso operacional de 14.500kg.
8429.59.00	055	Máquina escavadoras contínuas para abertura de valas no solo, autopropulsadas sobre pneus ou esteiras, com profundidade máxima da vala de 90cm (36 polegadas) e largura máxima de 15 cm (6 polegadas); motor com injeção eletrônica à gasolina, potência máxima de 13HP; equipadas com sensor de presença do operador; sistema hidráulico hidrostático, com ou sem lâmina de reaterro, com ou sem limpador de fundo de vala.
8429.59.00	056	Máquinas para abertura de valas no solo, autopropulsadas, sobre esteiras ou pneus, com capacidade de abertura de valas com profundidade máxima de 152,4cm e largura máxima de 30,5cm, motor de 74 a 85HP, sistema de freio de estacionamento aplicado por mola e liberado hidraulicamente, estrutura de proteção contra capotamento, com implemento de valetadeira, roda de corte, instalador de cabos, ou retroescavadeira, sistema inteligente de controle de velocidade e giro do implemento para operação contínua, painel de informação projetado em tela de diagnóstico multilíngue.
8429.59.00	057	Máquinas para instalação de cabos ou dutos de fibra óptica, autopropulsadas, sobre esteiras, com capacidade de instalação de cabos ou dutos com profundidade máxima de 1,2m, velocidade máxima de transporte para a frente e para trás de 11,4km/h, motor de 120 a 130HP, estrutura de proteção contra capotamento, com implemento de instalador de cabos e/ou porta carretel, sistema inteligente de controle de velocidade e giro do implemento para operação contínua, painel de informação projetado em tela de diagnóstico multilíngue.
8430.10.00	044	Máquinas de instalação de estacas, autopropulsadas, potência bruta de 45 a 50HP, operadas por controle remoto, equipadas sobre esteiras, sistema automático de inclinação "auto-plumb", sistema laser para controle de profundidade da estaca e preparado para receber sistema GPS de localização, martelo hidráulico de alta frequência para 1.500BPM e 950 J de energia, com capacidade para instalar estacas de 3 ou 4,6m de altura.
8430.41.20	041	Máquinas perfuratrizes rotativas direcionais, horizontais, autopropulsadas, movidas sobre esteiras, potência bruta máxima de 60Hp, módulo ECU para controle e leitura do motor; empuxo e recuo da máquina de 10.000lbs; mandril com torque de até 2.033,7Nm e velocidade máxima de rotação de 240rpm; caixa de engrenagem sobre pinhão unilateral e cremalheira sem solda; sistema de morsa com abertura frontal; sistema CAN projetado em tela LED; sistema de travamento hidráulico com controle remoto; sistema de alerta de colisão elétrico.
8430.41.20	042	Perfuratrizes de solo, com peso operacional de 112.000kg, com comprimento do mastro igual ou superior a 269m, autopropelidas sobre esteiras, tipo rotativas, com motor diesel de potência igual ou superior a 630HP, sistema de avanço hidráulico, pressão máxima sobre a broca de 400kN, para furos de diâmetro igual ou superior a 170mm.
8430.41.20	043	Máquinas perfuratrizes rotativas direcional, horizontais, autopropulsadas, movidas sobre esteiras, equipadas com motor a diesel, potência bruta entre 74 a 194kW, com rotação de 2.200rpm, empuxo e recuo da máquina de 133kN (29.990lbs) a 960kN (215.818lbs); cabeçote com variação de torque entre 3.000 a 23.500Nm com velocidade máxima de rotação de 230rpm; velocidade de deslocamento do chassi não superior a 2,6km/h; bomba de lama que atenda o fluxo superior a 100L/min, com pressão não superior a 10Mpa (1450Psi), ângulo de inclinação para operação não superior a 20 graus, peso do equipamento não superior a 14,7t (US).
8431.20.11	085	Eixos diferenciais mecânicos para empilhadeiras autopropulsadas, com funções de transferência de torque da transmissão para as rodas, com a distância da face de apoio das rodas de 970mm, semieixo estriado com módulo M=1,667, Z=25, A=20, X=0,8 e guia para acoplamento da roda de 149mm, cavidade para fixação do eixo diferencial no chassi de 35mm de largura e 551mm de espaçamento entre face, cavidade para fixação da torre 35mm de largura e 466mm entre face, sistema de frenagem acionado por meio hidráulico atuando um cilindro de roda e sapata e lona, com sistema de freio estacionário atuado por cabo autorregulável, dotados ou não de seus componentes para fixação e vedação.
8431.31.90	012	Corrimões para escadas e esteiras rolantes, com cobertura e carcaça em borracha, compostos por 6 camadas de material, uma delas sendo de borracha rígida de dureza 87 "shore" para maior rigidez das extremidades; inibidor de esticamento formado por 20 cabos de aço carbono, envoltos em borracha para prevenção de desgaste e corrosão, e por material têxtil entre as camadas; camada deslizante em tecido têxtil de poliéster antiestático dissipativo; largura externa de 74 a 89,5mm; altura externa de 26,5 a 36,5mm; força de ruptura igual a 30.000N no corpo do corrimão; alongamento menor que 0,10% sob 2.000N de tensão.
8431.39.00	027	Estações de trabalho modulares para seleção manual de volumes em centro de distribuição, equipadas com 2 compartimentos para recebimento de volumes, 4 compartimentos para volumes selecionados, monitor de toque com "interface" de usuário, iluminação em Led para indicação do compartimento e orientação do usuário.
8431.43.90	107	Mandris inferiores para redirecionamento de fluido de perfuração, utilizados em ferramenta de perfuração, com furos passantes, e áreas de selo internas e externas, fabricados de aço carbono, diâmetro externo entre 8 e 19cm, e rosca pino em uma das extremidades.
8432.29.00	007	Motocultivadores para cultivo do solo (Agrícola, hortícola ou Florestal) com motor a diesel, potência de 10,6CV, tampa do cabeçote com bujão de abastecimento de óleo com rosca M18, capacidade do tanque de combustível de 4,9L, caixa de transmissão com 6 marchas, eixo rotativo de trabalho com 40 lâminas, largura de trabalho 1.350mm, par de rodas de 5 a 12, farol com lâmpada LED com 10W, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 3.767,96.
8432.90.00	005	Combinações de máquinas para enchimento, marcação, umidificação, fita de saída e acondicionamento de substrato (solo) em bandejas: produção horária de 650 a 800bandejas/h (no caso de bandejas até um tamanho máximo de (600 x 400mm) e de 600 a 800 bandejas/h para bandejas de tamanho maior (750 x 400mm) apto para viveiros de produção industrial, e área de laboratórios e exploração genética, compostas de: misturador com sistema helicoidal para substratos leves a médios com sistema de umidificação e painel de controle elétrico com temporizadores, capacidade de caçamba de 2.100L, capacidade total de trabalho 1.900L, diâmetro do rotor de 1.000mm, giros do rotor de 22giros/min, potência do motor de 9,3 a 3.840kW/-n/m, capacidade de umidificação a 1bar 120L/min, dimensão porta de carga 600 x 2.500mm, potência instalada
		de 10kW, peso de1.350kg. quadro elétrico de comando individual sistema de alimentação 400V trifásica frequência 60Hz rodas para deslocamento manual (2 fixas diâmetro 410, 2 giratório diâmetro 250) boca de carregamento manual, porta de carga deslizante com abertura em sentido oposta, funil de descarga, boca de descarga altura de 1.600mm com fita de l=2.300, unidade de preenchimento de bandejas com substrato; provido de alimentadora de bandejas automática, com capacidade de enchimento de 800bandejas/h e fita de conexão a rolos, para módulo seguinte alimentador de bandejas de isopor ou plástico com 2 movimentos, regulável com uma manivela, elevador de substrato a vasos com corrente dupla reciclagem de corrente em excesso, eliminação de sobra com sistema helicoidal duplo, e vassoura de limpeza quadro elétrico liga/desliga,
		emergência e sensor de parada rotor longitudinal de 4 paletas peso do equipamento de 820kg potência instalada de 5kW, caçamba de alimentação de substrato de 600L, altura de 2.200mm, largura de 2.375mm, comprimento de 2.665mm, unidade de marcação de bandeja pré plantio (correia de semeio) com "kit" placa marcadora de acordo com 2 ou mais modelos de bandeja; produção horária: (máx) 800 bandejas/h medidas bandejas: (máx) 750 x 400mm altura bandejas: (máx) 200mm, comprimento: (mín.-máx) 2.300 - 6.300mm força de empuxe: 160kg, peso (versão): l = 2.300mm, 280kg, consumo ar: (máx.) 100L/min, potência instalada 0,75kW cabeçote montado sobre guia dupla linear, de acionamento pneumático colocação bandeja com duplo bloqueio, variador eletrônico de velocidade para cinta de avanço, base de suporte para bandejas fixa ou
		ajustável, comprimento da fita (diferentes opções=3.300 -4.300-5.300-6.300mm. produção horária (max) bandejas/h 800 800 800 medidas das bandejas (max) 600 x 400, 750 x 400, 750 x 500mm, altura bandejas (max) 200 200 200mm, força de deslizamento 160 160 160kg, peso (versão l = 2.300mm) 280 280 280kg, consumo ar (máx.) 100 100 100L/min, potência instalada 0,75 0,75 0,75kW, fita de saída de bandejas prontas em aço envernizado estrutura em chapa especial 480 x 100mm, 630 x 100mm, ou 800 x 100mm lona em pvc, largura de 450-600 ou 700mm, com 2 reforços em fibra, fechado em anel a perfil duplo, e guia trapezoidal na parte inferior.
8432.90.00	006	Combinações de máquinas para enchimento, marcação, cobertura, umidificação e acondicionamento de substrato (solo) em bandejas: produção horária de 650 a 800bandejas/h (no caso de bandejas até um tamanho máximo de 600 x 400) e 600 - 800bandejas/h para bandejas de tamanho maior (750 x 400 mm), aptas para viveiros de produção industrial, e área de laboratórios e exploração genética, compostas de: misturador com sistema helicoidal para substratos leves a médios com sistema de umidificação e painel de controle elétrico com temporizadores capacidade da caçamba 2.100L, capacidade total de trabalho 1.900L, diâmetro do rotor de 1.000mm, giros do rotor de 22giros/min, potência do motor de 9,3 - 3.840kW/-n/m, capacidade de umidificação a 1bar 120L/min, dimensão porta de carga 600 x 2.500mm, potência instalada
		10kW, peso de 1.350kg, quadro elétrico de comando individual sistema de alimentação 400V trifásica. frequência 60Hz, rodas para deslocamento manual (2 fixas diâmetro 410, 2 giratório diâmetro 250) boca de carregamento manual, porta de carga deslizante com abertura em sentido oposta funil de descarga boca de descarga altura 1.600mm com fita de l=2.300, unidade de preenchimento de bandejas com substrato; provido de alimentadora de bandejas automática, com capacidade de enchimento de 800bandejas/h e fita de conexão a rolos, para módulo seguinte alimentador de bandejas de isopor ou plástico de 2 movimentos, regulável com uma manivela, elevador de substrato a vasos com corrente dupla reciclagem de corrente em excesso, eliminação de sobra com sistema helicoidal duplo, e vassoura de limpeza, quadro elétrico
		liga/desliga, emergência e sensor de parada, rotor longitudinal a 4 paletas, peso do equipamento de 820kg potência instalada de 5kW, caçamba de alimentação de substrato de 600L, altura de 2.200mm, largura de 2.375mm, comprimento de 2.665mm, unidade de marcação de bandeja pré plantio (correia de semeio) com "kit" placa marcadora de acordo com 2 ou mais modelos de bandeja; produção horária: (máx.) 800 bandejas/h, medidas bandejas: (máx.) 750x400mm, altura bandejas: (máx.) 200mm comprimento: (min - máx.) 2.300 - 6.300mm, força de empuxo 160kg peso, (versão): l = 2.300mm, 280kg, consumo ar: (máx.) 100L/min, potência instalada 0,75kW, cabeçote montado sobre dupla guia linear, de acionamento pneumático, colocação de bandeja com dobro bloqueio, variador eletrônico de velocidade para cinta de avanço, base de suporte para
		bandejas fixa ou ajustável, comprimento da fita (diferentes opções = 3.300 - 4.300 - 5.300 - 6.300mm, produção horária (máx.) 800 800 800 bandejas/h, medidas das bandejas (máx.) 600 x 400, 750 x 400 ou 750 x 500mm, altura bandejas (máx.) 200mm, força de desligamento 160kg, peso (versão l = 2.300mm) 280kg, consumo ar (máx.) 100L/min, potência instalada 0,75kW, fitas de conexão em curva e linha para transporte de bandejas entre os módulos; módulo de cobertura, irrigação (umidificação) e empilhado; velocidade fixa 7m/min, a caçamba de 210L que permite cobrir a bandeja de sementes previamente preenchida com turfa, perlite, vermiculite, areia etc. "Interface" de quadro de comando central (programa opcional), através de uma "touchscreen" de comando, "kit" de irrigação composto por barras de aço niqueladas que permitem a umidificação
		por gotejamento não invasivo, "kit" de empilhamento que facilita a remoção de bandejas e seu armazenamento fita de saída de bandejas prontas painel central de controle do equipamento com tela "touchscreen".
8433.20.90	026	Máquinas autopropelidas, para corte e manutenção de áreas verdes, jardins e florestas, capacidade de corte de até 8.988m²/h, largura de corte de 107cm, transmissão hidrostática, potência do motor 19HP, motor ciclo "otto" de 4 tempos à gasolina 608cm³, plataforma de corte horizontal com regulagem de altura e movimento de corte para frente e para trás, horímetro com escala de 50h para aviso de manutenção, podendo trabalhar com ou sem sistema de recolhimento da grama cortada.
8433.20.90	027	Máquinas autopropelidas, para corte e manutenção de áreas verdes, jardins e florestas, capacidade de corte de até 10.248m²/h, largura de corte de 122cm, transmissão hidrostática, potência do motor 26HP, motor ciclo "otto" de 4 tempos à gasolina 764cm³, plataforma de corte horizontal com regulagem de altura e movimento de corte para frente e para trás, horímetro com escala de 50h para aviso de manutenção, podendo trabalhar com ou sem sistema de recolhimento da grama cortada.
8433.40.00	048	Enfardadoras de palha, feno e forragem, de câmera variável para produção de fardos cilíndricos, dotadas de rolos de aço e correias de borracha sem emendas, não autopropelidas, tracionadas por trator, produzem fardos com largura máxima de 1,2m e diâmetro de 0,90 ou 1,55 ou 1,80m com plataforma recolhedora com excêntrico rolamentado nos 2 lados e rolamentos de suportes intermediários com largura máxima de 2,10 ou 2,35m, com sistema de alimentação através de rotor "ROTO FEED" ou "ROTO CUT" com 14 facas ou "ROTO CUT HD" com 14 facas, com ou sem sistema hidráulico de desbloqueio de forragem "dropfloor" controlado diretamente do trator, com sistema de amarração do fardo através do uso de rede e/ou sisal na câmara de prensagem.
8433.40.00	049	Enfardadoras de palha, feno e forragem, de câmera fixa para produção de fardos cilíndricos, dotadas de 15 ou 16 ou 17 rolos com nervuras, não autopropelidas, tracionadas por trator, produção de fardos com largura máxima de 1,20 ou 1,22m e diâmetro de 1,25 ou 1,35 ou 1,5m, com plataforma recolhedora com excêntrico rolamentado nos 2 lados e rolamentos de suportes intermediários com largura máxima de 1,85 ou 2,10m com repicador de 7 ou 14 ou 15 ou 16 ou 25 Facas, com ou sem sistema hidráulico de desbloqueio de forragem controlado diretamente do trator, com sistema de amarração do fardo simples e/ou dupla por meio do uso de rede e/ou sisal na câmara de prensagem, com ou sem sistema de lubrificação automático das correntes, com ou sem sistema empacotador integrado à câmera de enfardamento.

8435.10.00	024	Enriquecedores automáticos, em aço inox, para produção de suco e vinho com extração total da cor da casca durante até 60min da uva desengaçada com concentração do suco em até 48% no processo continuo conforme a necessidade de brix, com isolamento na tubulação e o tanque reator para reduzir o consumo de vapor, controlado por PLC, com aquecimento em 2 estágios, sendo o 1º na temperatura ambiente entre 20 a 50 graus celsius, no segundo estágio aumenta a temperatura para até 94 graus celsius no tanque reator, com uma sonda para controle da temperatura, com capacidade de produção entre 5.000 a 30.000kg/h, equipados com bomba helicoidal com válvula de regulagem de fluxo, baixa produção de sólidos em até 9%, com limpeza controlada pelo PLC com monitoramento da soda e do ácido para neutralização através do PH.
8436.10.00	067	Conjuntos de peletização de ração animal destinadas a produção de ração para aves, suínos e ruminantes, compostos por rosca transportadora com capacidade de 10 até 200m³/h; até 2 condicionadores com capacidade interna de até 2.000L cada podendo ser fornecido com sistema de injeção de líquidos (até 2.200L/h) e de vapor multiponto (até 4.000kg/h) controlado via sistema, podendo ser fornecido com vaso retentor pós condicionador com tempo de retenção controlada, capacidade interna de até 1.800L e sistema equalizador de fluxo na saída do vaso retentor para eliminar flutuações em alta capacidade; peletizadora com diâmetro interno mínimo de matriz de 700mm e máximo de 1.200mm, com capacidade de até 65t/h podendo ser fornecida com sistema de 2 ou 3 rolos, potencias instaladas de 300 até 590kW (podendo ser fornecida com ou sem
		motor), transmissão por caixa redutora, sistema de alimentação (dump chute) da peletizadora com sistema magnético de proteção com opcional de alimentação forçada, distribuidor giratório de "pellets" (Holder), sistema de segurança da máquina controlado via automação, podendo ser fornecida com sistema de ajuste manual ou automático dos rolos compressores com sistema de monitoramento de velocidade e deslizamento dos rolos, sistema de adição de líquidos na porta da peletizadora, sistema de engraxamento automático de rolos e do rolamento principal da máquina, sistema de refrigeração de óleo, sistema de "setup" rápido para troca de matrizes e talha pneumática acopladas com ferramentas de içamento; com ou sem resfriador de contra fluxo com indicador de nível, até 2 trituradores com capacidade até 40t/h, sistema de micro fluídos
		com possibilidade de adição de até 7 líquidos diferentes, estação para adição/controle de vapor, expansor de ração, macerador de "pellets" e sistema de automação com painel podendo controlar cada máquina do processo.
8436.10.00	068	Combinações de máquinas para texturização e corte de alimentos para cães e gatos, com capacidade de produção máxima de 900kg/h, compostas de: texturizador de alimentos dotado de difusor de fluxo de alta pressão, 3 válvulas borboletas para controle do fluxo a ser processado, 3 tubos de entrada de vapor com transmissores de pressão e temperatura, 3 válvulas de descarga para limpeza automática, 4 motoredutores, 3 inversores de frequência, 4 roscas com diâmetro de 100mm fabricados em aço AISI 316, 4 carros para suporte e limpeza das roscas, sistema de purga para vapor condensado, "interface" homem máquina (IHM), plataforma em aço inoxidável, para facilitar a remoção das roscas; máquina para corte de alimentos compostas por: suporte pra sistema de facas, 2 facas para separar o produto na direção axial, sistema de corte em tesoura para corte em seções transversais; painel elétrico e sistema de controle, com controlador lógico programável (CLP).
8436.10.00	069	Vagões misturadores rebocáveis com capacidade útil de 30m³, com 2 planetárias e 2 roscas de mistura, cada rosca com 3,5 espiras e 9 facas ajustáveis, caixa de câmbio de 2 velocidades, eixo tandem com feixes de molas, depósito facetado, comprimento total do equipamento de 7.450mm, largura de 2.710mm e altura de 3.520mm, eixos tandem com sistema de molas.
8436.10.00	070	Vagões misturadores rebocáveis com capacidade útil de 35 a 45m³, 3 roscas com 2 a 3,5 espiras cada, cada rosca acoplada a uma caixa planetária, cada planetária com 4 engrenagens satélites, planetárias trabalham totalmente imersas em óleo, sem necessidade de engraxamento, caixa de câmbio de 2 velocidades, eixo tandem com feixes de molas, ou tridem opcional, depósito facetado, comprimento total do equipamento de 9.900mm, largura de 2.710mm e altura máxima de 3.530mm, eixos tandem ou tridem com sistema de molas.
8436.10.00	071	Combinações de máquinas automatizáveis, para fabricação de aditivos para nutrição animal de capacidade de produção de projeto, de 6.000kgs/h e operar com insumos de diâmetros iguais ou inferiores a 100 mícron em até 90% da composição, elaboradas conforme normas anti explosão ATEX 1999/92/EG (ATEX 137), compostas de: trituradores; silos com conexão para big bags, sensores de nível e vibradores para descarga; dosadores volumétricos; caixa metálica coletora para balança; descarregador tipo parafuso sem fim; elevador contínuo de canecas; conexão seladora automática para descarga de produto em reservatórios; equipamento para entrada de insumos opcionais com células de carga, vibrador, impulsionador pneumático (knock off hammer); travas eletromagnéticas e válvula de descarga; sistema de aspiração, filtragem e separação com controle de pressão negativa nos diversos circuitos, purga e limpeza automática, impulsionador pneumático (knock off hammer), válvula rotativa de descarga, elemento filtrante de área igual ou superior a 30m² e capacidade de filtragem igual ou superior a 7.000 m³/h.
8436.29.00	042	Equipamentos eletrônicos destinados ao uso em galpões de avicultura para o estímulo de movimentação de aves, cobertura da área de trabalho entre 800 a 1.000m², dotados de movimentação aleatória ou por geolocalização, sistema "bump & turns" para desvio de obstáculos, estímulos por sinais luminosos, sonoros e mecânicos, 6 velocidades programáveis, compacto sendo 18cm de altura, pneus em borracha flexível e resistentes a amônia e desinfetantes, programação de horários, ajuste dos estímulos e ajuste dos ângulos de desvio.
8436.80.00	110	Equipamentos de seleção e condução automática de suínos na fase de engorda com 1 portão de entrada e 3 de saída, com acompanhamento de dados sobre atividade, contagem automática do número de visitas, leitura individual do peso dos animais e classificação por desempenho zootécnico; previsibilidade com até 4 semanas de antecedência do número de animais para o abate, utilização do espaço útil em até 99% e capacidade de operação de até 600 animais/dia.
8436.80.00	111	Máquinas autopropulsadas sobre esteiras sem caçamba para aplicação florestal no abate, desgalhe, processamento e carregamento de árvores em toras, tipo "harvester/Log Loader", com potência máxima de motor de até 118HP/88kW, peso operacional entre 13.500 e 16.000kg, velocidade de deslocamento máxima de 5,5km/h, velocidade de giro de 12rpm, raio máximo de giro de 250cm que permita girar estrutura superior 360 graus sem atingir obstáculos, distância mínima do solo no centro maior que 42cm, com 2 roletes superiores de duplo mancal, esteira com largura máxima de 50cm, chassis superior com reforço nas laterais, lança de 460cm e braço de 250cm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 278.472,74.
8437.10.00	019	Máquinas para limpeza de grãos por meio de separação de cascas e resíduos leves, por aspiração e circulação de ar, dotadas de ventilador integrado com capacidade máxima igual ou inferior a 4t/h quando operando com grãos médios.
8437.10.00	020	Máquinas pneumáticas para descascamento de grãos, com capacidade máxima de operação igual ou inferior a 10t/h quando operando com grãos de porte médio pré-limpos, dotadas de sistema de resfriamento integrado; sensores ultrassônicos para redução de quebra dos grãos; fluxo de velocidade contínua acionada por dois motores; e controlador lógico programável (CLP), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 24.748,36.
8437.10.00	021	Máquinas para limpeza de grãos de arroz por separação de tamanho e densidade, operando por bandeja oscilante em aço inoxidável, dotadas de sensores embutidos para indicação de fluxo; com ajustes pré-programáveis para operação com arroz integral, arroz em casca e arroz tipo "blend"; com capacidade máxima de operação igual ou inferior a 12t/h quando operando com grãos de porte médio; velocidade máxima igual ou inferior a 300rpm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 24.748,36.
8437.10.00	022	Máquinas para branqueamento de grãos de arroz, de funcionamento vertical tipo "top bottom", que operam por abrasão com peneiras e rebolos de moagem em carboneto de silício para redução de quebra dos grãos, dotadas de sistema de aspiração para remoção de resíduos do branqueamento; manômetro para controle preciso da pressão da câmara de limpeza; CNC de controle das peneiras; com capacidade máxima de operação igual ou inferior a 20t/h, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 33.536,21.
8437.10.00	023	Máquinas para limpeza e polimento de grãos de arroz por "spray" de água e fricção entre os grãos, com controle automático do tempo de permanência dos grãos na câmara de polimento, dotadas de controlador lógico programável (CLP), com capacidade máxima de operação igual ou inferior a 25t/h quando operando com grãos pré-limpos tipo longo, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 45.609,25.
8438.10.00	284	Máquinas automáticas e contínuas, para fermentação, assamento, resfriamento e descanso de massa de pão, com capacidade de 48.000pães/h, com bandejas de dimensões de 1.500 x 800mm, dotadas de: esteira modular de entrada de bandejas; unidade carregadora de bandejas em racks; estufa de fermentação de 92 módulos com aquecedor (boiler) para a água quente e umidificador ultrassônico; acumulador de racks de 1 módulo; 6 fornos de 1 módulo cada; módulo de resfriamento a vácuo, dotado de 2 portas corrediças operadas eletricamente, câmara de vácuo com dimensões internas para acomodar até 2 racks, com unidade geradora do vácuo (unidade de bomba) enclausurada e com isolamento acústico, filtros para óleo e tanque de condensação com separador de água; câmara de repouso de 24 módulos e com umidificador ultrassônico e 2 ventiladores (1 ventilador e 1 exaustor); 2 transportadores de racks; unidade descarregadora de bandejas dos racks; esteira modular de saída de bandejas; grade de segurança; com Controlador Lógico Programável.
8438.10.00	285	Combinações de máquinas semiautomáticas integradas, com motores e redutores com capacidade de produção para 4 fileiras de tortilhas, 200tortilhas/min ou até 300kg/h, compostas de: misturador para 100kg de farinha de milho ou trigo, rosca sem-fim e alimentador sincronizado com funil de aço inoxidável, tortilhadora com um terceiro rolo de pressão para compactar a massa, os 3 rolos, não absorvem água e são laváveis, tem rolos cortadores intercambiáveis, de troca rápida, painel de registro de parâmetros de velocidade e temperatura, com forno integrado de 3 esteiras para cozimento, com, sistema de gás natural e válvula misturadora de oxigênio/gás, com ignição eletrônica, possui desidratador, fritadeira, escorredor de óleo, esteiras transportadoras para resfriamento natural, cortadores de alta densidade, de 8 a 26cm de diâmetro, com motor 2HP trifásico.
8438.10.00	286	Combinações de máquinas automáticas para produção de pães turco tipo "Sesamed e double twisted", com Controlador Lógico Programável (PLC) e capacidade para produzir até 8.000pães/h tipo "Sesamed" com aplicação de gergelim e com peso entre 40 e 150g ou 5.000pães/h tipo com torcimento da massa com gergelim e peso entre 80 a 280g, compostas de: misturador de ingredientes especifico com capacidade de 160kg de massa e 2 velocidades com reversão de rotação; divisor boleador da massa com capacidade de até 11.000peças/h; pré fermentador automático com 360 bolsas para o descanso da massa até 2,5min; modelador automático das peças inclusive com torcimento da massa; aplicador de aderente e receptor giratório para aplicação de gergelim.
8438.20.19	101	Combinações de máquinas para produção de doces de "regaliz" extrusados com máximo de 6 cores, com ou sem injeção de recheios, com capacidade igual ou inferior a 830kg/h, compostas de: tanque de preparação e mistura dos ingredientes, tanque de alimentação, cozinhador de superfície raspada com filtro pré-cozimento, extrusora à vácuo com estação de filtragem pós-cozimento, sistema de injeção e mistura contínua para 6 cores e 6 sabores para produtos sem recheio; extrusora para recheio com funil de alimentação e estação de filtragem; matriz de extrusão de 24 canais com placas de bicos intercambiáveis, esteira de pré-resfriamento, sistema para aplicação de óleo alimentício, túnel de resfriamento primário, estação para cobertura de açúcar e/ou ácido, túnel de resfriamento secundário, esteira de agrupamento, estação de corte por guilhotina e painel elétrico de controle com controlador lógico programável (CLP).
8438.20.90	077	Combinações de máquinas para moldagem e preparação de produtos de chocolate com capacidade de fabricação entre 900 e 1.700kg/h, controladas por um PLC e um painel elétrico, para moldes com dimensionais de 860 x 406mm, compostas de: desmoldador automático com unidade de torção para remover os artigos dos moldes após o resfriamento, módulo de troca de moldes com sensor mecânico sensor mecânico de verificação das cavidades, aquecedor de moldes com lâmpadas metálicas infravermelhas, um módulo de agitação vertical através de vibradores, uma geladeira de resfriamento de moldes com uma velocidade até 13moldes/min.
8438.20.90	078	Conchas para a fabricação de massa de chocolate, com capacidade de produção de 9t/batelada, aptas para processos de mistura, secagem, plastificação, formação de aroma e liquefação, com rotor multilâminas para a geração de zonas de cisalhamento entre rotor e parede da câmara de processamento, motor de velocidade variável com potência igual a 250kW, sistema de flexibilização de velocidade conforme corrente elétrica do motor, sistema de redução da umidade da massa (cascata de aeração), sistemas de controle de temperatura (resfriamento ou aquecimento), dispositivo para retirada de amostras, sistema de descarga rápida, painel de controle com processador industrial e "software" dedicado.
8438.20.90	079	Refinadeiras automatizadas para massa de chocolate, com capacidade de refino na faixa de 0,5 a 3t/h de massa com espessuras finais na faixa de 12 a 60 micrometros, dotadas de: 5 cilindros com comprimento útil de 2.500mm cada, controle independente e variável do segundo cilindro, dispositivo de medição em tempo real da espessura final da massa, motor principal de 132kW de potência para acionamento dos cilindros 1, 3, 4 e 5, motor de 30kW de potência para acionamento do cilindro 2, sistema hidráulico para ajustes do espaçamento entre os cilindros, inversores de frequência, painel elétrico com CLP e sistema de controle com "interface" homem máquina (IHM).
8438.40.00	019	Combinações de máquinas automáticas para brassagem dos grãos do malte e aeração do mosto, compostas de: misturador de água e dosagem de sais e ácido lático; tina de mostura para conversão de açúcares, com agitador interno, capacidade de 830hL e diâmetro de 4.750mm; tina de filtração com capacidade de 1.901hL e diâmetro de 11.000mm; tanque intermediário, capacidade de 861hL e diâmetro de 4.250mm com sistema de pré-aquecimento e propulsão do mosto, com trocador de calor, vazão de 292m³/h e capacidade de troca térmica de 5.438kW; tanque para última água, capacidade de 480hL e diâmetro de 3.800mm, sistema de cozimento do mosto, com aquecedor interno de tubos, capacidade de 1.014hL e diâmetro de 5.000mm; sistema de dosagem do lúpulo, com tanques de aço inoxidável e capacidade de 2,9hL; sistema de clarificação
		do mosto, por decantação (whirlpool), com capacidade de 834hL e diâmetro de 6.000mm; sistema de recuperação de energia e condensação de vapor, com trocador de calor com capacidade de troca térmica 3.515kW ; tanque de partículas do mosto (trub), capacidade de 60,5hL e diâmetro de 1.850mm; sistema de resfriamento do mosto de 2 estágios com vazão de 84m³/h e capacidade de troca térmica (estágio 01-1.468kW e estágio 02 - 6.918kW); distribuidor de água gelada; estação de amostragem; sistema de vapor e condensado, com tanque de capacidade de 14hL e 1.100mm de diâmetro; compressor de grãos residuais do mosto, com capacidade de 350m³/h; transportador de saída dos grãos residuais para o silo; sistema auto limpante para higienização e limpeza CIP (Clean in Place) com 3 tanques de capacidade de 106hL e 2.060mm de diâmetro,
		com peneiras, trocadores de calor, bombas, válvulas e acessórios; isolamentos; tubulação, instrumentação, estruturas metálicas; sistema de comando e controle integrado.
8438.50.00	386	Formatadoras alimentícias para produtos cárneos, bi ou tridimensionais, com placa de molde de 500 x 152.4mm, produtividade de até 2.041kg/h ou máximo de 100golpes/min, conjunto formador em aço inox, porção com espessura de 4,7 a 25mm, duplo acionamento de placa de molde variável 25-100 a 9 polegadas, controle de tela de toque, formato de porção 2d, 2,5d ou 3d, capacidade de carga de 341kg, controle de pressão do produto 5,2-17,2bar, conexão "ethernet por wireless".
8438.50.00	387	Fatiadoras com faca evolutiva para frios, embutidos, carnes e queijos, com rotação máxima de 1.500rpm, largura máxima do produto 450mm, altura máxima do produto 200mm e comprimento máximo do produto 1.200mm, dotadas de sistema automático ou semiautomático para carregamento de produtos, contendo balança de pesagem dinâmica (CCW), unidade de rejeição e esteira transportadora de porções.
8438.60.00	040	Máquinas automáticas de autosserviço para descascar e descaroçar abacaxis com capacidade processamento de 3frutas/min, com tecnologia de corte automático, suporte para embalagens, recipiente para coleta de resíduos com capacidade para 18kg (25 abacaxis) e com sensores de contagem, sistema de segurança compostos por sensores na porta alimentadora e na estação de saída, porta frontal do modulo extrator com 2 travas de segurança, válvula de segurança na saída contra fluxo reverso, alerta de bloqueio operacional, painel operacional com sistema de alerta luminoso, "kit" de corte composto por 3 lâminas, tecnologia "Wi-Fi" que permite verificar o funcionamentos dos sensores e do travamento da porta frontal.

8438.60.00	041	Combinações de máquinas para formatar e fritar batatas, com capacidade de processamento 6,5t/h, compostas de: formatador (Nex-Gem) de dimensões 3.107,8 (C) x 2.602,8 (L) x 2.268,7mm (A), com 6 modelos de formas de batata com as seguintes medidas 118 x 60 x 13mm, 22 x 32mm, 30 x 13mm, 100 x 70 x 12mm, 75 x 75 x 100 x 12mm, 48 x 13mm, motoredutor 30A 380 VAC 60Hz com suporte de dimensões 4.845,1 (C) x 1.933,3 (L) x 1.168,6mm (A), fabricado em aço inoxidável; fritador de especialidades, com capacidade de processamento 6,5t/h, de dimensões 25.489 (C) x 1.526 (L) x 2.981mm (A); bomba de nível de 4 polegadas com potência de 3,7kW, dotada de motor 3,7kW 380v 60Hz, 459rpm; bomba de nível de 6 polegadas com potência de 5,5kW, dotada de motor 5,5kW 380v 60Hz, 461rpm, 3.83GR; filtro de esteira com capacidade de
		produção 6.814L/min., de dimensões 3.365,912 (C) x 2.787,627 (L) x 3.443,704mm (A), fabricado em aço inoxidável; bomba de recirculação principal com potência de 74,6kW, dotada de motor de 5.5kW 380v 60Hz 461rpm 3.83GR; filtro ciclone com capacidade de processamento de 7.003L/min, de dimensões 2.302,064 (C) x 687,992mm (L); trocador de calor com capacidade de processamento de 10,206t/h, de dimensões 6.163,4 (C) x 1.412,9 (L), 6.585,6mm (A), estrutura em aço inoxidável de 4.232,8mm (C); tanque turbilhonador com capacidade de processamento de 303L/min., de dimensões de até 2.487,381 (C) x 606,425mm (L), fabricado em aço inoxidável; bomba de dreno com potência de 5,5kW; vibrador de separação de migalhas com capacidade de 127L, de dimensões 1.330 (C) x 1.157 (L), 1.283mm (A), fabricado em aço inoxidável, estrutura de
		suporte em aço inoxidável; filtro de papel de dimensões 3.179 (C) x 1.654 (L), 1.548mm (A),fabricado em aço inoxidável, bomba com motor de 1.86GR 952rpm 3,7kW 380V 60Hz; tanque de óleo (interno/uso diário) com capacidade de 14.385L, de dimensões 5.537,667 (C) x 2.476,204mm (L), fabricado em aço inoxidável, bomba com potência de 5,5kW; economizador de óleo com capacidade de processamento de 6t/h, de dimensões 7.532 (C) x 4805 (L) x 5923mm (A), estrutura em aço inoxidável; vibrador de convergência com capacidade de processamento de 6t/h, de dimensões 4.899,3 (C) x 1.462,2 (L) x 1.635,1mm (A), estrutura em aço inoxidável.
8438.60.00	042	Combinações de máquinas para aplicação de cobertura em batatas num fluxo de 30t/h, compostas de: estação para preparação da cobertura com 2 descarregadores de sacos com capacidade de 1.500kg cada; panelas vibratórias; transportadores helicoidais inclinados com capacidade de 7.250kg/h cada; peneira vibratória; tanque acumulador com capacidade de 2,7m³; misturador com capacidade de 100kg/min; 2 tanques de mistura com capacidade 2.000L cada, 1.621m de diâmetro; tanque de água gelada com capacidade de 1,5m³, 1.250mm de diâmetro; tanque de aplicação com capacidade de 2.250L, 2002mm de diâmetro; 3 resfriadores com capacidade de 227L cada, 462mm de diâmetro; estação para aplicação da cobertura com agitador vibratório de distribuição com capacidade de 30t/h; 2 agitadores vibratórios de alimentação com capacidade de
		15t/h cada; aplicador de cobertura com capacidade de 30t/h, possui rolo de submersão; 2 esteiras de retirada de excesso de cobertura com capacidade de 30t/h cada; agitador vibratório de coleta do desvio com capacidade de 30t/h; agitador vibratório de distribuição do desvio com capacidade de 30t/h; esteira de alimentação da fixação de cobertura com capacidade de 30t/h; estação para fixação de cobertura com fritador de batatas de primeiro e segundo estágio com capacidade de 30t/h, chaminé com seção telescópica; equipamento para supressão de incêndio com sensores, indicadores e controladores; 2 trocadores de calor com potência de 5.000kW; 2 filtros de esteira com capacidade de 750m³/h; 2 filtros de papel com capacidade de vazão de 13m³/h, motoredutor de 0.25kW; 2 filtros ciclone com capacidade de 750m³/h; 2 agitadores vibratórios de separação
		de migalhas com capacidade de 15m³/h; agitador vibratório de desengorduramento com capacidade de 30t/h.
8439.10.30	034	Desfibradores totalmente automáticos, auto pressurizados, para a produção de micro fibras de madeira, com ou sem controlador lógico programável (PLC), com diâmetro do rotor com 980mm, com potência 185, ou 220 ou 260kW,com 192 martelos de aço temperado, com separador gravimétrico de média pressão, com roscas cônicas de alimentação, equipados por um motor de 4 polos W22DIP zona 21ABNT (anti-incêndio, anti-explosão), com eletro ventilador de extração com sistema ciclone de 30 ou 15 ou 45kW, com ciclone de sedimentação para o moinho de martelos, com separador eletromagnético de metais a biomassa e com distribuidor homogêneo do material aos martelos.
8439.20.00	008	Equipamentos para limpeza de telas formadoras e feltros prensa em máquinas de papel e "tissue" utilizados na seção úmida da máquina com varredura total da extensão da tela-feltro, com sistema de limpeza de largura total ou parcial e de bordas, com cabeçote de limpeza com até 15 bicos de diâmetros de 0,3 a 1mm, pressão de água de 5 a 50bar, com opcional de medidor de umidade e permeabilidade.
8439.20.00	009	Equipamentos para limpeza das telas secadoras em máquina de produção de papel, com deslocamento contínuo através de 1 cabeçote de limpeza em material antiaderente e em curso transversal por toda extensão das telas secadoras, limpeza realizada através de bicos de 0,2 a 0,3mm com pressão de água de até 500bar e sucção à vácuo criado através de ar comprimido de 5 a 6bar, sem exaustores, sem mangueiras, com efeito Venturi.
8439.30.20	019	Combinações de máquinas automáticas e contínuas controladas por CLP (Controlador Lógico Programável) para aplicar (impregnar), em 2 estágios, resinas e outros produtos em papel com largura de 600 a 2.900mm, com velocidade de trabalho máxima de 75m/min, a partir de papéis entre 25 e 190g/m², contendo: desbobinador contínuo de alimentação de papel com sistema de emenda "non-stop", com capacidade máxima de entrada de 1.800kg ou um diâmetro máximo de 1.200mm, mesa hidráulica de elevação dos rolos de papel com carro transversal, balança e dispositivo de controle de tensão; com unidade de rebarba para retirar até 200mm de papel de cada lado; primeira unidade de aplicação de resina por meio de banho e cilindros de contato revestidos com cromo duro; primeiro secador com 4 elementos de secagem por flutuação sem contato com o
		papel por intermédio de unidade de insuflamento de ar quente obtido através de um queimador de gás natural com temperatura máxima de 800 graus Celsius na câmara de mistura, controle de temperatura do filme e sensores para detecção de rompimento do papel; resfriador intermediário a ar; segunda unidade de aplicação de resina com sistema de rolos gravados revestidos com material cerâmico (óxido de cromo); unidade alisadora do papel contendo 4 rolos com 100mm de diâmetro; segundo secador com 7 elementos de secagem por flutuação sem contato com o papel por intermédio de unidade de insuflamento de ar quente obtido através de um queimador de gás natural com temperatura máxima de 800 graus Celsius na câmara de mistura, controle de temperatura do filme e sensores para detecção de rompimento do papel; segundo resfriador a ar;
		sistema de alinhamento do papel com dois sensores IR de cada lado e 2 células de carga para controle da tensão do papel nos secadores; resfriador a água, por meio de cilindros resfriadores com função simultânea de tracionar o papel; resfriador a água, por meio de cilindros resfriadores com unidade de refilo do papel; correia transportadora; cortadeira de papel rotativa sincronizada, com capacidade de corte de 450 a 6.000mm de comprimento e precisão de +/-1mm na velocidade de 60m/min; mesa elevadora de armazenamento e paletização dos papéis, com barras ionizadoras; transportadores de rolos e descarga automática dos paletes com tempo de troca aproximado de 4s; central de comando e comunicação via controladores programáveis instalados em painel elétrico climatizado e sistema recuperador de calor na exaustão da máquina.
8439.30.20	020	Combinações de máquinas automáticas e contínuas horizontal, 2 estágios, para aplicar (impregnar) resinas e outros produtos em papel com largura compreendida entre 800 a 1.900mm, com velocidade mecânica de processo compreendida entre 5 e 75m/min, a partir de papéis entre 40 e 220g/m², compostas de: desbobinador contínuo de alimentação de papel com sistema de emenda "non-stop" com capacidade máxima de entrada de 1.5t ou um diâmetro máximo de 1.000mm e controle de tensão com unidade de rebarba; aplicadora de resina por meio de banho e cilindros de contato revestidos com cromo duro; sistema de secagem separados por 2 zonas de secagem principais, sendo que a primeira zona é composta por 4 elementos, e a segunda, por 7 elementos, por intermédio de unidade de insuflamento de ar quente e controle de temperatura do
		papel; zona de resfriamento a ar; estação de revestimento (segundo banho), com sistema de rolos gravados; sistema de alinhamento do papel; resfriador a água por meio de cilindros resfriadores; cortadeira de papel rotativa sincronizada, com capacidade de corte de 750 a 4.000mm de comprimento mesa elevadora com rolos e paletização dos papéis, com barras desionizadoras; descarga automática dos paletes; central de comando e comunicação via controladores programáveis; sistemas de trocador de aquecimento de óleo de alta eficiência para os secadores e sistema de trocador de resfriamento de alta eficiência para a zona de resfriamento de ar; sistema de alimentação de resina com 4 tanques e controlador automático de nível de resina; sistema de exaustão.
8439.30.20	021	Combinações de máquinas automáticas e contínuas para aplicar (impregnar) resinas em papel com largura de até 2.800mm, com velocidade mecânica nominal de até 90m/min, compostas de: desbobinador continuo de alimentação de papel com sistema de emenda sem interrupção e sem eixo auxiliar, com controle de tensão e unidade de refilo de papel; aplicadora de resina por meio de banho de imersão e cilindros de contato revestidos com cromo duro; zona de secagem a ar quente com controle de temperatura composta por 5 elementos secadores e zona de resfriamento; aplicadora de resina com a opção de uso sob demanda de sistema de rolos gravados e alisadores; zona de secagem a ar quente com controle de temperatura composta por 7 elementos secadores e zona de resfriamento; Conjunto alinhador de papel; conjunto de calandras
		de resfriamento do filme; Sistema de câmeras para corte sincronizado sob demanda; cortadeira de papel rotativa sincronizada, com capacidade de até 6.000mm de comprimento e de até 2.800mm de largura; mesa elevadora de armazenamento e paletização dos papéis impregnados com barras desionizadoras e com descarga automática dos "pallets"; sistema recuperador de calor; central de comando e comunicação via controladores programáveis instalados em contêiner preparado para climatização.
8439.30.30	007	Combinações de máquinas para fabricação de chapas de papelão ondulado, com largura máxima de trabalho igual ou inferior a 2.500mm, velocidade máxima operacional igual ou inferior a 350m/min, compostas de: 5 porta-bobinas duplos, com emendadores automáticos de papel; 2 cabeçotes onduladores para bobinas de papel, com ou sem respectivos rolos corrugadores, com cilindros pré-aquecedores e pré-condicionadores; 1 ponte dupla para transporte de papel ondulado, com guia de alinhamento e freio para controle de tensão do papel; 1 estação pré aquecedora com 4 cilindros de 1.100mm de diâmetro; 1 coleiro duplo; 1 forradeira tipo "double facer" com 3 seções de aquecimento divididas em 7 módulos; 1 tesoura rotativa tipo "rotary shear" para separação e descarte de chapas em movimento durante a troca de formato; 1 cortadeira e
		vincadeira longitudinal automática tipo, "slitter scorer" com duas estações de vincos e uma estação de facas; 1 cortadeira transversal dupla tipo "cut off knife", dotada de comando automático com eixos porta facas construídos em fibra de carbono, com largura mínima de trabalho de 200mm e comprimento mínimo de corte de 500mm; 1 empilhador duplo de chapas do tipo "stacker", com comprimento das 2 câmaras de empilhamento de baixo para cima (downstacker) igual a 3.600mm e comprimento da câmara de empilhamento de cima para baixo (upstacker) igual a 4.500; com todas as suas estruturas, mesas de transferência, sistema de controle de empenamento, sistema de monitoramento por câmeras, sistema de vapor de alta pressão, sistemas de controle e gerenciamento eletrônico com controladores lógico programáveis (CLPS) e seus
		respectivos painéis, quadros elétricos e painéis de "interface", interligações, partes e componentes para plena montagem e funcionamento.
8439.30.90	051	Máquinas para acabamento de material autoadesivo, para operação "stand alone" ou em linha com impressoras flexográficas, executando operações de estampagem a quente, aplicação de relevo a seco e aplicação de hologramas através de cabeçote térmico giratório, atuando através de prensa plana, possibilidade de trabalhar com até 4 fitas de "hot stamping" simultâneas, largura máxima do substrato igual ou superior a 350mm, comprimento máximo da estampagem igual ou superior a 330mm, velocidade máxima de produção igual ou superior a 85m/min.
8439.91.00	018	Barras aplicadoras alisadoras ranhuradas e dosadoras de fluídos, para aplicação na produção de papel e celulose, com núcleo de aço inox, revestimento de material (chromo duro, cerâmico ou tungstênio), de comprimento entre 0,9 a 1,7m, e com diâmetro entre 10 a 16mm.
8439.91.00	019	Unidades funcionais para secagem e umidificação para tripas artificiais de celulose regenerada com diâmetro entre 13 e 40mm e espessura de 0,5mm, velocidade máxima de produção de 90m/min/invólucro (tripa artificial), compostas de: sub-conjuntos de equipamentos sendo: pré-secado; "foular" de entrada para 2 rolos de 150mm de diâmetro; secador e umidificador composto por 7 módulos sendo 4 deles para secagem (Secador) e 3 módulos de umidificação; "foular" de saída para 2 rolos de 150mm de diâmetro; bobinadeiras e sistema de controle elétrico sendo um com programador lógico computadorizado (PLC) e um sistema elétrico composto por painéis elétricos com suas proteções para o controle da máquina.
8439.99.90	053	Sistemas de limpeza contínua de resíduos em feltros, telas formadoras e/ou secadoras para máquina de papel, compostos por cabeça de limpeza podendo ter uma ou mais saídas de jatos de água, estação de lavagem da cabeça de limpeza; suporte para o sistema de cabeça de limpeza, unidade trilho de alinhamento da cabeça de limpeza, gabinete de energia principal de controle e painel de "touchscreen", estação de lavagem da cabeça de limpeza; unidade de bomba de alta-pressão.
8441.10.90	128	Cortadeiras transversais rotativas de papelão ondulado tipo "cut off", com velocidade máxima de corte igual ou inferior a 450m/min, largura máxima de corte igual ou inferior a 3.350mm, com 3 ou menos níveis de corte, capazes de serem integradas em linha de produção de papelão ondulado.
8441.10.90	129	Máquinas para corte de bobinas de papel, para cortar bobinas de papel com gramatura alta em larguras compreendidas entre 30 e 2.800mm, diâmetro da bobina de 350 x 1.350mm ou 350 x 1.500mm, tempo de corte de 3 a 5min, velocidade de corte 740mm, potência instalada 37kW, potência do motor principal 22kW, com ou sem prensa, com tampa metálica de proteção nas correias e na lâmina de corte, filtro de pó, base de apoio para fixação da bobina, armário com painel de controle e comando das operações, para operar em corrente elétrica trifásica de 220/380V, 60Hz.
8441.10.90	130	Máquinas cortadeiras rebobinadeiras automáticas, para corte de material autoadesivo, multicamada, como etiquetas de filme de papel ou filme de plástico (papel/papel, papel/filme, filme/filme e papel e filme com metalização de superfície), espessura máxima do substrato igual a 300mícrons, alimentada por bobinas com diâmetro máximo de 1.300mm e largura máxima de 1.650mm, contando com elevação hidráulica da bobina, desbobinamento "shaftless" (sem eixo), dispositivo de frenagem por regeneração de energia no desbobinamento através de motor indutivo, rolo abridor acionado por motor e rolo de transporte ajustável radialmente, eixos expansíveis (ar) para fixação de facas e contra facas e eixo superior com acionamento pneumático, mancal inferior retrátil, corte tipo tesoura com sistema de posicionamento de facas e contra facas automatizado,
		estação de rebobinamento atuando por servomotores, com dois eixos, com controlador de resposta com rolo de contato acionado eletro pneumaticamente e sensores magnéticos de medição de diâmetro, sistema de compensação de inércia, descarregamento automatizado de bobinas acabadas em carros de deslocamentos elétricos, largura mínima de corte de 70mm, saída em bobinas de diâmetro máximo de 1.000mm, velocidade máxima de 800m/min, com controlador de resposta, cálculo de diâmetro e fricção por CLP.
8441.20.00	051	Máquinas totalmente automáticas para confecção de sacolas de papel de gramatura entre 90 e 170g/m2, de fundo quadrado, com alça, alimentadas por rolos de largura entre 630 e 1.510mm e diâmetro máximo de 1.200mm; largura do corpo das sacolas entre 220 e 540mm; comprimento do tubo de papel entre 380 e 650mm; tamanho da alça de 110 a 120mm, com reforço de alça alimentado por rolos de papel e cordão de papel, sistema de fabricação de alças; sistema de aplicação de alças; sistema de formação do tubo; sistema de formação do fundo e avanço automático, com capacidade máxima de produção igual ou superior a 120sacolas/min.
8441.90.00	006	Sistemas de troca rápida de bobinas e/ou rolo (semiautomático), para uso na indústria de papel e celulose, compostos por unidade principal de comando, caixa de energia, caixa de armazenagem de fita de papel, painel de operação do sistema, acompanhado de estrutura metálica, fita papel exclusiva para uso no sistema para o perfeito funcionamento.
8441.90.00	007	Sistemas de troca rápida de bobinas e/ou rolo (automático), para uso na indústria de papel e celulose, composto por unidade principal de comando, caixa de energia, caixa de armazenagem de fita de papel, painel de toque e com display de texto para a operação do sistema, acompanhado de estrutura metálica, fita papel exclusiva para uso no sistema para o perfeito funcionamento.
8443.16.00	052	Combinações de máquinas para produção de etiquetas adesivas em tubetes, compostas de: 1 máquina de impressão e troquelagem, contendo unidade de desbobinamento, guia de banda, 4 unidades de impressão flexográfica rotativa com registro independente, 8 unidades de secagem sendo 4 por IR e 4 por UV, 2 unidades de troquelagem para operação em modo rotativo e semi-rotativo, unidade de corte longitudinal com posicionamento automático das facas, operando a partir de bobina de largura máxima de 340mm, diâmetro máximo de 700mm, espessura do substrato de 60 a 140gsm, velocidade máxima de 120m/min (troquelagem em registro), 1 máquina de corte e rebobinamento em bobinas menores de largura mínima de 25mm e máxima de 300mm, operando a 180ciclos/h, contando com sistema de inspeção para assistência remota.
8443.16.00	053	Máquinas montadora de clichês com distância mínima de colagem de clichês 75mm, com posicionamento automático horizontal e longitudinal com precisão de +/-1 micron das câmeras digitas na circunferência da camisa, câmeras digitais coloridas, com servo motor e "encoder" com ampliação de 100x visualizando marcas de registro, micro pontos e cruzes, servo motor e "encoder" acoplado no madril que permite receber camisas de diâmetro mínimo de 320mm, máximo de 1300mm e largura máxima de 1.600mm, sensor de contato de alta precisão fixada com o suporte das câmeras que mede a excentricidade em diversos pontos da camisa porta clichês e modem integrado para acesso remoto.
8443.19.90	166	Máquinas automáticas de impressão hibrida (serigráfica e flexográfica) e aplicação de verniz, com até 8 estações com cabeçotes intercambiáveis, para decoração de bisnagas plásticas com diâmetro entre 18 e 60mm e comprimento entre 50 e 230mm, capacidade máxima de 150bisnagas/min, imagem com dimensões máximas de 220mm, precisão de posicionamento de imagem/texto de +/-0,1mm, dotadas de: sistema de fixação de clichês com computador (PC), sistema de alimentação automática, sistema de tratamento por chama, secagem por sistemas UV (Ultravioleta), sistema de controle da qualidade de impressão com computador (PC) incorporado e sistema de descarga, com armário elétrico com controlador lógico programável (CLP) e sistema de climatização, painel sensível ao toque "touchscreen".

8443.39.10	363	Máquinas de impressão digital por jato de tinta, de uso industrial, com resolução variando entre 360 e 1.200dpi, e velocidade de impressão de até 62,9m²/h, largura máxima de impressão de 161cm, para mídias com espessura máxima de 1mm, mecanismo de impressão baseado em cabeças de impressão com elemento piezelétrico, com 2 cabeças de impressão, e sistema frontal de rebobinamento automático de material e tracionamento do mesmo através de roletes; sistema de 3 aquecedores responsáveis pela secagem do material, sistema de abastecimento de tinta na parte superior à máquina, método de cartucho; com conexão USB, Ethernet, sistema de ajuste automático de alimentação de pontos e mídia (DAS), sistema de checagem de injetores (NCU), sistema de recuperação de injetores (NRS).
8443.39.10	364	Máquinas de impressão por jato de tinta de grande formato com velocidade de impressão de até 122m²/h, largura de impressão de até 1.625mm, imprime em espessuras de até 0,5mm em papel, lonas, vinis autoadesivos, filmes, tecidos, papéis, revestimentos de parede, Canvas, material sintético, malha, têxteis, resolução de impressão até 1.200 x 1.200dpi, com até 9 cores e até 10 cabeças de impressão intercambiáveis pelo próprio usuário, alimentada a rolo com cortador horizontal automático, conectividade Gigabit Ethernet (1000Base-T).
8443.39.10	365	Impressoras sublimáticas digitais com transporte de mídia rolo a rolo; com cabeça de impressão para tintas à base de água de canal simples ou duplo; com velocidades máximas de impressão de 165 lm/h (600 x 1.200dpi 2 passagens) a 445 lm/h (400 x 600dpi 1 passagem); com resolução máxima de impressão definida pelo "software" 600 x 1.200dpi e resolução máxima definida pelo equipamento de 600 x 1.800dpi e com altura de impressão de 2 a 30mm.
8443.39.10	366	Equipamentos de impressão e emissão de cartões plásticos de PVC composto e policarbonato (PC), dotados de impressora a jato de tinta UV para impressão DoD (Drop On Demand) colorida, com tecnologia a jato de tinta curado por UV, com velocidade de impressão máxima de até 300cartões/h, com resolução máxima de até 1.200dpi, dotados de até 6 cabeças de impressão, tipos de tinta UV nas cores amarelo, magenta, ciano, preto, fluorescente, sobreposição transparente, branco, com módulo de codificação de chip com e sem contato, alimentador da entrada e empilhador da saída.
8443.39.10	367	Máquinas impressoras digitais industriais, operando por jato de tinta, com 4 cores, para a impressão de folhas de papelão corrugado e outros, utilizadas no processo de manufatura de caixas ou "displays", com resolução de 1.200dpi, largura de impressão de 440 ou 660mm, largura máxima do papelão de 100cm, espessura máxima de 50mm, velocidade de até 20m/min, com alimentação do papelão por sistema próprio para este tipo de material, com ou sem empilhador de saída, com ou sem secador IR.
8445.90.10	009	Máquinas urdideiras diretas para enrolamento de fios, para rolos com largura útil de flanges de 2.400mm e diâmetro de 1.000mm, velocidade máxima de trabalho de 1.000m/min, gaiola de fios em "H" (horizontal) para 1.040posições.
8448.19.00	001	Unidades de limpeza por pirólise a vácuo, para limpeza de peças de metais contaminados por diversos polímeros termoplásticos, para limpeza de fieiras, filtros, bombas, pacotes de centrifugação, matrizes e outras peças metálicas, com pressão máxima de 4bar e mínima de 2bar, temperatura máxima aproximada de limpeza de 500 graus Celsius, vácuo alcançável aproximado de 50mbar (abs), pressão máxima em autoclave de 0,035bar, peso de carga máximo menor que 900kg, painel de controle HMI com uma unidade PLC e potência de 57kW.
8451.29.90	007	Máquinas secadoras industriais de roupas, com aquecimento a vapor, capacidade mínima de 60kg e máxima de 240kg de roupas secas por ciclo, volume do tambor mínimo 1.478L e máximo de 5.856L, dotadas de coletor central de felpas, nível de temperatura programável e operadas através de controlador lógico programável (CLP) e tensão de alimentação de 380V (trifásica).
8451.40.29	020	Máquinas industriais têxteis para desengomar, lavar e branquear (alvejar) tecidos, com capacidade de produção compreendida entre 30 a 100m/min do tecido de algodão, liso, plano, felpudo, para tecidos com gramatura compreendida entre 100 e 800g/m² ou até 2.500kg/h de tecido, com caixa de lavagem tipo perco "wash" com 8zonas/"sprays" de lavação, com rolos tracionadores, sendo o rolo principal de 3.400mm com capacidade útil para tecidos de largura de até 3.200mm, trocadores de calor, bombas de recirculação, filtros automáticos, dosadores de produtos químicos, dispositivos de medição e controle de PH, com controlador lógico programável.
8451.40.29	021	Máquinas verticais para tingimento de fios têxteis; dotadas de 22 fusos de suporte das bobinas de fios, cada fuso com disponibilidade para 10 bobinas; com capacidade máxima do tanque de tingimento igual ou inferior a 1.500kg/ciclo, e diâmetro máximo igual ou inferior a 2.050mm; preponderantemente construídas em aço inoxidável austenítico AISI 316L; capazes de operar com pressão máxima de 9bar ou inferior; e com temperatura máxima igual ou inferior a 140 graus Celsius equipadas com: controle do nível de enchimento do tanque de tingimento; travamento da abertura por cilindro pneumático; trocador de calor com média de aquecimento de 5graus Celsius/min; bomba de circulação com sistema de reversão de fluxo sem parada do motor; cozinha de preparação de corantes; e controlador lógico programável (CLP).
8451.50.90	016	Dobradeiras e empilhadeiras automáticas de cobertores, em aço inox, capacidade de 900 a 1.000peças/h, com estação de descarga, conexão de ar ND ½ polegada/6bar/87 PSI/13m3/h/459.1cf/h, conexão elétrica 3x 400/415V /10A 2,9kW, saída do empilhador direito e esquerdo, identificação através de RFID, dobra lateral com moldes de metal acolchoados e faca dobrável para roupas pesadas.
8451.80.00	093	Máquinas automáticas prensa cíclica para extração de água e tratamento de tecidos laváveis, ciclo de 90 à 110s, com capacidade mínima de 25kg e máxima de 90kg de carga de roupas secas, diâmetro do bolo prensador mínimo 725mm e máximo de 1.005mm, pressão de prensagem final do sistema hidráulico máximo 320bar, pressão final sobre a roupa de até 32bar.
8451.90.90	003	Máquinas automáticas empilhadeiras de roupas planas, lençóis e pequenas e grandes peças, com capacidade de empilhamento de até 1.400unidades/h, trifásico 380/400V, operadas por controle lógico programável (CLP) do dobrador de roupas.
8453.10.90	112	Conjuntos de fulões para processamento de couros e peles, compostos por 2 fulões construídos em aço inoxidável com cabeceiras de vidro temperado, com diâmetros variados entre 800 e 1.200mm, montados numa mesma estrutura construída em aço inoxidável, com acionamentos e sistemas de aquecimento independentes, com controles de velocidades, tempos de processo e temperatura independentes para cada fulão, controlados por CLP com IHM "touchscreen" que permite a visualização de todos os parâmetros de operação em tempo real.
8453.10.90	113	Fulões de bater couros, com medidas iguais ou superiores a 2.600mm de diâmetro e 1.800mm de largura, com interior em aço inox, com recirculação do ar interno, sistema de aquecimento e de filtragem deste ar, injeção de produtos químicos com bico de pulverização e bomba, com controles da umidade, da temperatura interna, e das rotações, com ou sem tapete inferior retrátil para facilitar o carregamento e descarregamento, com programação e memorização dos ciclos de trabalho.
8454.20.90	002	Potes para transporte ferroviário de escória de aço produzido em conversores a oxigênio do tipo LD, fabricados em ASTM A-216 Grau WCC e com munhão em aço ABNT 1040 forjado e normalizado, fundido no pote de escória, com capacidade volumétrica de 22m³, diâmetro externo de 5.340mm, altura máxima de 3.440mm, altura de inserção do munhão de 2.990mm medida do centro do munhão ao fundo das bases de apoio e peso total até 45.000kg.
8454.30.10	089	Máquinas para fundição sob pressão, para metais não ferrosos, tipo câmara quente, força de fechamento de 1.600kN, com controle de sensor de movimento de posição linear para abertura e fechamento do molde, sistema de lubrificação automática, sistema de controle proporcional de pressão.
8454.90.90	012	Camisas de liga de cobre especial para cilindros de laminação de máquinas de fundição contínua; com diâmetro interno de 755 a 765mm; com diâmetro externo de 915 a 925mm; com comprimento de 1.795 a 1.805mm; para produção de bobinas de alumínio de 4 a 10mm de espessura.
8455.22.90	029	Combinações de máquinas para laminação a frio de arames de aço com bitolas de entrada de 5,5 a 10,50mm, bitola de saída de 3,40 a 8mm, com velocidade de laminação de até 18m/s, para produção de rolos de até 3t, compostas de: desbobinador de arame; alimentador de arame; descarepador de arame; lubrificador de arame, por meio de sabão; laminador de arame a frio; sistema de alívio de tensão do arame; bobinador de arame; estação automática de manipulação, amarração e pesagem de carretéis; transportador de carretéis; e sistema de lubrificação automático dos cassetes de laminação.
8456.11.11	027	Máquinas para corte de chapas metálicas por laser de fibra, potência de 6.000W, com capacidade de corte de chapas de espessura máxima até 25mm com precisão de 0,03mm para mais e para menos, com dimensões máximas do material no eixo X 3.000mm, eixo Y 1.500mm e eixo Z 100mm, capacidade máxima de carregamento de mesa de 1.800kg, com velocidade máxima de deslocamento de 140m/min e aceleração máxima no eixo X e Y de 2G, dotadas de comando numérico computadorizado (CNC) com processador duplo e sistema automático de seleção de gás de corte com ar comprimido, nitrogênio ou oxigênio, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.022.125,20.
8456.11.11	028	Máquinas para corte de chapas metálicas por laser de fibra, com capacidade de corte de até 25mm, com tecnologia de controle de feixe variável (ENSIS), dimensões máximas de processamento X e Y de 3.070 x 1.550mm, com velocidade máxima de posicionamento dos eixos X e Y de 170m/min, dotadas de: sistema de corte assistido por água para chapas grossas; trocador automático de 8 ou 16 bicos; com gerador de gás de assistência; 4 garras de fixação de chapas; trocador de mesas para carregamento de chapas metálicas de 3 x 1,5m e 920kg; esteira de cavacos no sentido do eixo X; com painel IHM ("interface" Homem-Máquina) "touchscreen" (tela sensível ao toque) de 21,5 polegadas e comando numérico computadorizado (CNC).
8456.11.90	033	Máquinas de gravação a laser UV (sistema ultravioleta), com fonte de laser de Diodo, comprimento da onda de 320 a 400nm (UV-A), comprimento do pulso de 20ns/50kHz, com área focal de 30 x 30mm a 300 x 300mm, com refrigeração a água ou ar.
8456.40.00	010	Sistemas de pré-tratamento compostos por 1 ou 2 bicos metálicos e gerador de plasma atmosférico, utilizando ar comprimido livre de óleo e água (ca. 2.000Nl/h), com potência de 1kW, descarga elétrica superior à 20.000V e frequência de trabalho entre 19 a 23kHz, utilizados para tratamento de superfície metálicas ou poliméricas em processo de alta velocidade.
8456.90.00	003	Fontes com tecnologia inversora para corte plasma manual, com alimentação monofásica 220V 50/60Hz, painel LCD colorido de 2,8 polegadas, corrente máxima de saída de 35 ou 45A, capacidade de corte máxima de aço carbono de 12 ou 16mm e capacidade de perfuração de 5 ou 6mm, sistema automático de purga do gás após o corte, ciclo de trabalho em corrente máxima de 25%, frequência de chaveamento do inversor de 45kHz, detecção e regulagem automática de pressão de ar, sistema para informação de erros no "display", função 2T/4T, função corte de grade e tocha com trava no gatilho.
8457.10.00	473	Centros de usinagem vertical de dupla coluna para usinagem de peças metálicas, distância entre colunas de 1.820mm, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente em modo de operação automática, com capacidade para usinagem nos cursos dos eixos X, Y e Z de 2.000, 1.300 e 800mm respectivamente, tamanho da mesa de trabalho 1.650 x 1.300mm com carga máxima sobre a mesa de 4.000kg, capacidade de ferramentas 24 peças, precisão de posicionamento de deslocamento total de P0,015mm e precisão de repetibilidade de Ps0,10mm , visor de 15 polegadas LCD e painel de controle padrão para operação, voltagem 380V/60Hz, 3PH, 40kVA.
8457.10.00	474	Centros de usinagem horizontal de 4 eixos, com mesa de 2 eixos rotatória de 630mm de diâmetro, avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 60m/min cada, para usinagem de cabeçote de motores de veículos automóveis, velocidade no cabeçote de 16.000rpm, potência de 28kW e torque de 63Nm no cabeçote, percurso de nos eixos X, Y e Z de 630/630/800mm respectivamente, programável via CNC tipo S840D, tempo máximo de troca de ferramenta de 3,7s, dotados de magazine com capacidade para 40 ferramentas, cabeçote tipo "built-in" dotados de rolamentos classe P4, com ou sem sistema de carregamento automático tipo "gantry loader", de valor unitário (CIF) não superior a R$ 172.375,40.
8457.10.00	475	Centros de usinagem horizontal para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente, velocidade do fuso de 10.000rpm, cursos dos eixos X, Y e Z de 1.400/1.200/1.325mm respectivamente, magazine com capacidade para 60 ferramentas, com tela "touchscreen" de 19 polegadas, posicionamento de alta velocidade e precisão para redução do tempo passivo, grande variedade de velocidades de potencias de "spindle", amplo curso de eixos, possui aceleração e desaceleração rápidas e sem vibrações, construção de alta rigidez e amortecimento de vibrações, com trocador duplo palete padrão e grande variedade de capacidades do magazine de ferramentas disponível.
8457.10.00	476	Centros de usinagem horizontal de 5 eixos de dupla coluna e estrutura monolítica, para usinagem de virabrequins de motores de veículos automóveis, magazine de 24 ferramentas, velocidade no cabeçote de 8.000rpm, fuso tipo HSK-A63, capacidade máxima de ferramenta com diâmetro até 250mm e peso até 10kg, cabeçote com diâmetro de 80mm, avanço rápido de 62m/min nos eixos X, Y e Z, percurso de 530 ou 700mm no eixo X, 560 no eixo Y e 530 no eixo Z, com sistema à base de sensor sem contato para detecção de integridade da ferramenta do equipamento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 667.610,94.
8457.10.00	477	Centros de usinagem horizontal de 4 eixos de dupla coluna e estrutura monolítica, para usinagem de virabrequins de motores de veículos automóveis, magazine de 40 ferramentas, velocidade no cabeçote de 8.000rpm, fuso tipo HSK-A63, capacidade máxima de ferramenta com diâmetro até 125mm e peso até 10kg, cabeçote com diâmetro de 80mm, avanço rápido de 62m/min nos eixos X, Y e Z, percurso de 530mm ou 700mm no eixo X, 560 no eixo Y e 530 no eixo Z, com sistema à base de sensor sem contato para detecção de integridade da ferramenta do equipamento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 667.610,94.
8457.10.00	478	Centros de usinagem horizontal de 4 eixos de dupla coluna e estrutura monolítica, para usinagem de virabrequins de motores de veículos automóveis, magazine de 24 ferramentas, velocidade no cabeçote de 8.000rpm, fuso tipo HSK-A63, capacidade máxima de ferramenta com diâmetro até 250mm e peso até 10kg, cabeçote com diâmetro de 80mm, avanço rápido de 62 m/min nos eixos E, Y e Z, percurso de 530 ou 700mm no eixo X, 560 no eixo Y e 530 no eixo Z, com sistema à base de sensor sem contato para detecção de integridade da ferramenta do equipamento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 653.807,00.
8457.10.00	479	Centros de usinagem vertical compacto com duplo eixo árvore com 3 eixos ou mais, com movimentos simultâneo dos dois eixos árvores em Z, com comando numérico computadorizado (CNC), para produção de peças de pequenas dimensões para fresar, mandrilar, furar e rosquear com curso máximo do eixo X de 540mm ou 720, do eixo Y de 400mm ou 420, do eixo Z de 400 ou de 480mm; avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 60m/min, com mesa de trabalho com dimensão de 750 x 400mm ou 1.040 x 420, com capacidade de carga sobre a mesa de até 250 kg ou de até 300kg; velocidade máxima do eixo árvore de 15.000rpm ou de 24.000 rpm, potência 5,5kW (30 min)/3,7 (contínuo) para cada eixo árvore; com 2 magazines (1 para cada eixo árvore) com capacidade de armazenamento de ferramentas de cada magazine de 20 ou 24 ferramentas; cone de fixação de ferramentas: BBT30 (superfície de contato na flange e no cone); troca de ferramentas automática com braço trocador para cada eixo árvore ; diâmetro máximo da ferramenta 60mm e comprimento máximo de 190mm; tempo de troca de ferramenta de 1,1s; tempo de troca de ferramenta cavaco a cavaco de 1,9s; com corretor de ferramentas independentes para os dois eixos árvores (correção do eixo Z); com transportador de cavaco, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 591.800,00.
8457.10.00	480	Centros de usinagem portal com dupla coluna, comando numérico computadorizado (CNC), com mesa de 6.000 x 3.500mm e carga máxima sobre a mesa de 28.000kg, com cursos em X 6.200mm, Y 4.700mm e Z 920mm, velocidade máxima 6.000rpm, avanço rápido dos eixos X, Y em 10m/min e Z em 12m/min, com 5 rotações, suporte de cabeça automático com giro de 90 graus usinando em 360 graus, troca automática, com 40 ferramentas e eixo árvore.
8458.11.99	236	Centros de torneamento horizontal para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente, velocidade do fuso de 3.300rpm, cursos dos eixos X, Y e Z de 270/150/1.625mm respectivamente, torre com capacidade para 12 ferramentas, com tela "touchscreen" de 19 polegadas, com capacidade para diâmetro torneável igual a 430mm, acompanha a tecnologia "smooth", com a programação conversacional mazatrol, completa com monitoramento e diagnósticos, e programação "eia-iso" como padrão, com capacidade de eixo Y, pacote de placas com furo passante, medidor de ferramentas automático "tool eye", fácil integração com alimentadores de barras e robôs "gantry" para operação sem supervisão.
8458.11.99	237	Tornos de usinagem CNC horizontal de alta precisão com comando numérico computadorizado (CNC), com tolerância de até 0,01mm e controle Cm e CmK de 1,66 e Cp e CpK de 1,33; constituídos por 4 cabeçotes de usinagem com capacidade de torneamento simultâneo da haste e cúpula em 2 cabeçotes, com troca automática para os outros 2 cabeçotes para faceamento da superfície de vedação e torneamento do colar do corpo do bico injetor diesel; dotado de 4 fusos com rotação de 4.500rpm; com diâmetro e comprimento máximo de usinagem de: diâmetro 14,38 x 46mm; curso máximo no eixo Z de 110mm; sistema de alimentação e desalimentação automático, consistindo de uma esteira de elevação, um sistema de garras pneumáticas para transporte até a pinça, fechamento pneumático da pinça para a alimentação e uma pinça com fechamento pneumático e uma esteira para desalimentação; sistema de troca de cabeçotes automático; potência de 25kVA.
8458.91.00	097	Centros de torneamento vertical com comando numérico (CNC), tela de 10,4 polegadas, motor integral "spindle" com rotação máxima 1.250rpm e potência igual ou superior a 30kW com eixo C controlado com incremento mínimo de 0,0001grau e velocidade de avanço rápido de 20rpm, 1 torre porta-ferramentas de 12 estações, sendo 1 estação de troca de barras e 11posições para ferramentas, dotados de ferramenta acionada com potência igual ou superior a 7,5kW e rotação máxima de 4.000rpm, com capacidade de tornear, furar, fresar, roscar e interpolar, com tempo de troca de 0,45s por posição e com cursos de eixos X e Z iguais ou superiores a 470mm em X e 876mm em Z e velocidades de avanço rápido de 24m/min, com magazine adicional de ferramentas de 8 posições para barras com até 410mm de comprimento e tempo de troca de 0,9s por posição, totalizando 19posições de ferramentas úteis, com controle de dilatação térmica inteligente, guias lineares de rolos cruzados e lubrificadas a graxa.
8459.21.99	102	Centros de furação e rosqueamento com mesas de capacidade igual ou superior a 650 x 420mm , equipadas com 3 cursos com tamanhos iguais ou superiores a X 510mm, Y 420mm, Z 350mm, e trocador automático de ferramentas frontal com no mínimo 21 posições de ferramentas podendo ser sistema BT, BBT ou CAT , velocidade do "spindle" mínima de 20.000rpm (Direct Drive), avanço rápido igual ou superior a 60m/min, com ou sem transportador de cavacos, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 286.520,00.

8459.29.00	008	Máquinas furadeiras de colunas automáticas verticais dotadas de sistema de rosqueadeira para furação de diâmetro máximo até 40mm, diâmetro de rosca máximo até 24mm, motor trifásico com potência de 1,5kW, percurso máximo do fuso de 190mm, deslocamento da mesa até 570m, rotação do fuso de 76 até 2.065rpm, compostos de transmissão engrenada, mesa giratória com ângulo de inclinação de 45 graus, e avanço automático, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 23.922.
8459.29.00	009	Máquinas furadeiras de colunas automáticas verticais dotadas de sistema de rosqueadeira para furação de diâmetro máximo até 32mm, diâmetro de rosca máximo até 22mm, motor trifásico com potência de 1kW, percurso máximo do fuso de 160mm, deslocamento da mesa até 415m, rotação do fuso de 125 até 3.030rpm, composto de transmissão engrenada, mesa giratória com ângulo de inclinação de 45 graus, e avanço automático, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 22.061,4.
8459.29.00	010	Máquinas furadeiras de colunas automáticas verticais dotadas de sistema de rosqueadeira para furação de diâmetro máximo até 50mm, diâmetro de rosca máximo até 27mm, motor trifásico com potência de 2,2kW, percurso máximo do fuso de 200mm, deslocamento da mesa até 530m, rotação do fuso de 52 até 1.400rpm, compostas de transmissão engrenada, mesa giratória com ângulo de inclinação de 45 graus, e avanço automático, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 27.271,08.
8460.23.00	040	Retíficas cilíndricas com comando numérico computadorizado, para retífica de virabrequins de material FCD70C para motores, com 7 eixos, 2 rebolos, distância entre centros de 700mm, com capacidade para rebolo CBN de 550mm de diâmetro, velocidade transversal do portarebolo de 40m/min, velocidade periférica máxima ajustável de 120m/s, percurso transversal mínimo de 320mm.
8460.90.19	067	Máquinas-ferramentas retificadoras, para abrir canais em brocas helicoidais de aço rápido, com controle numérico computadorizado (CNC), potência de motor de 7,5kW, com capacidade de usinagem para brocas de diâmetro mínimo de 3mm e máximo de 13mm, usinagem através de rebolo, com dispositivo dressador para o rebolo.
8460.90.19	068	Máquinas-ferramentas retificadoras específicas, para fazer o rebaixe em brocas helicoidais de aço rápido, com controle numérico computadorizado (CNC), potência de motor de 4kW, com capacidade de usinagem para brocas de diâmetro mínimo de 3mm e máximo de 13mm, usinagem através de rebolo, com dispositivo dressador para o rebolo.
8460.90.19	069	Máquinas de lapidação (polimento) por fita abrasiva para acabamento de superfícies de eixos utilizados em transmissões automotivas, de comando numérico computadorizado, com comprimento máximo de peça de 367,85mm e dotadas de 3 cabeçotes, com capacidade de polimento de até 133peças/h, dotadas de painel elétrico, sistema coletor de névoa, sistema de filtragem de óleo, sapatas de troca rápida, rolos de fita, fixações e suportes.
8460.90.19	070	Combinações de máquinas com CLP (Controle lógico Programável) para polimento e retifica de peças metálicas, compostas de: robô de 6 eixos, com capacidade de carga de 60kg, dotado de gabinete de controle e de garra para a peça ser trabalhada; 2 lixadeiras com uma correia cada, dotadas de dispositivo de desbaste giratório; mesa de carregamento automático de peças de posição dupla.
8460.90.19	071	Máquinas de super acabamento de mancais e moentes de virabrequins, com comando numérico computadorizado (CNC), através da remoção de material por meio de fitas abrasivas, fixação entre pontas pelos dois cabeçotes de fixação, arraste através de placa com 3 castanhas, unidades de acabamento que se movem horizontalmente, sendo capaz de usinar um perfil convexo com tolerância de 2 micrometros, circularidade de seção de 10 graus de 2 micrometros, circularidade de seção de 30 graus de 3 micrometros, acabamento em raios de 90 graus, flexível para produzir virabrequins de até 1.400mm e 175kg, com diferentes distâncias entre centros dos mancais, sem a necessidade de regulagem ou troca de ferramentas, troca de programa e tempo de ciclo de 270s/peça.
8460.90.90	115	Máquinas-ferramentas retificadoras específicas, para desbaste de pontas de brocas helicoidais de aço rápido, com controle numérico computadorizado (CNC), potência de motor de 2,2kW, com capacidade de usinagem para brocas de diâmetro mínimo de 3mm e máximo de 13mm, usinagem através de rebolo, possui dispositivo dressador para o rebolo, com peças e acessórios que acompanham a máquina, fazendo parte integrante dela.
8460.90.90	116	Máquinas para tratamento superficial de rebarbação, limpeza por vibro acabamento e secagem de peças metálicas, montadas sobre estrutura metálica, controladas por painel com CLP e IHM, dotadas de: 1 cuba circular vibratória para lavagem e secagem, com capacidade útil de 100L, com calha vibratória com volume de 250L, equipada com sensor ultrassônico, 2 motovibradores de 1.500rpm, descarga de peças e unidade de secagem (ventilador de ar 0,75kW, aquecedor elétrico de 18kW e sucção), unidade de dosagem, drenagem de solução aquosa, equipada com 3 bombas elétricas de vazão de 20L/h, tubulações, válvulas e instrumentação (medição e registro de temperatura, PH e condutividade), 1 bomba tipo diafragma pneumática de 1 polegada para descarga de efluentes, válvulas de drenagem e sistema elétrico e de comando, com 1 armário elétrico.
8461.50.20	030	Serras circulares de corte a frio de lâmina única, para corte de tubos de aço carbono de alta resistência, que trabalha em conjunto com a linha de fabricação de tubos, podendo cortar tubos redondos com diâmetro externo de 19 a 114,30mm e espessura de parede de 0,80 a 6,30mm, tubos quadrados com dimensões de 15 x 15 a 90 x 90mm, e tubos retangulares com dimensões de 20 x 10 a 120 x 60mm, velocidade de trabalho de até 100m/min, tensão máxima de tração de 850Mpa (TCT), compostas por: 1 cabeçote de corte com lâmina circular de até 500mm de diâmetro e até 2,5mm de espessura, inclinado a 30 graus para otimização do trabalho; 1 carro transportador para montagem da serra, com movimentos deslizantes intermitentes de avanço e retorno; unidades de morsa para fixação dos tubos no momento do corte; suportes e guias para tubos; base para equipamento; sistemas de resfriamento e lubrificação para lâmina; controladas por painel de comando eletrônico, com "software" de gerenciamento inteligente de parâmetros de corte que permite a otimização da utilização das lâminas, configuração dos parâmetros de corte e obtenção de relatórios avançados do uso das lâminas.
8462.10.90	164	Máquinas para formatação de rebites, junção/união dos produtos entre si, alimentadas com mandril de aço e corpo de alumínio ou aço, aperto lateral no corpo do rebite para a fixação do mandril, com comando elétrico, não numérico, sendo que toda regulagem é manual, por meio de fusos (parafusos de aperto e soltura), com quatro moldes de mandíbulas independentes, velocidade de fabricação de 200 a 250peças/min.
8462.21.00	310	Máquinas dobradeiras elétricas, com comando numérico computadorizado, sistema de fixação e alinhamento da ferramenta auto-centrante para punção e matriz, sistema de segurança com ajuste da posição de dobra, painel de operação "touch", dispostos de sistema de programação gráfica no comando da máquina em desenhos com definição em 3D e "software" específico instalado no comando da máquina "TecZone Bend", que permite abrir arquivos em 3D e gerar o programa automaticamente, com iluminação frontal e traseira para auxílio no trabalho e, acionamento através de cartão RFID para controle de acesso do painel da máquina, comprimento máximo de dobra de até 1.530mm, força de operação até 50t, disposta com até 9 eixos de ação.
8462.29.00	274	Máquinas automáticas para endireitar e cortar arames, com capacidade de trabalhar com bobinas de arames de 6 a 16mm de diâmetro e com resistência máxima à tração de 700N/mm², com tempo de corte de aproximadamente 0,1s, velocidade máxima de endireitamento 4m/s, com unidade de alimentação para evitar que a barra gire sobre o próprio eixo ao avançar, sensor de comprimento da barra, unidade de pré-alimentação de barras múltiplas para posicionamento de fios de vários diâmetros durante a alimentação, mesa de acondicionamento automático para barras cortadas, e painel elétrico de controle e gerenciamento dos processos.
8462.29.00	275	Prensas automáticas com 2 cilindros de prensagem em eixos maciços ou ocos sem necessidade de girar o rodeiro e em uma fixação com precisão de aproximadamente 0,04mm e repetibilidade menor que 0,025mm para operações de eixamento e deseixamento de diversos e diferentes componentes do rodeiro, como rodas, rolamentos, caixas de engrenagens e discos de freio até o comprimento máximo do eixo de 2.800mm, força de prensagem de até 500t, força admissível para inserto básico de 2kN; pressão de 315bar; velocidade do aríete, frente 10mm/s; velocidade do aríete, retrocesso 10mm/s; cilindro de pressão de curso de 700mm; com alta estabilidade por meio de estrutura de prensa fechada em construção soldada de aço temperado sem tensões e sem necessidade de fundação, sistema de transporte com peso do rodeiro de até 8.000kg, "software" PLC, avaliação automática da curva de prensagem, possibilidade de medição nos assentos do mancal, medição a laser do diâmetro de rolamento, integração de dispositivos externos como micrômetro para diâmetro do assento do mancal ou leitor de código de barras.
8462.41.00	086	Máquinas para puncionar chapas metálicas de comando numérico computadorizado (CNC) com trocador automático de ferramentas tipo torre giratória de 44 ou mais estações, com 2 ou mais auto indexações das ferramentas e estrutura tipo ponte, acionamento por servo motor, capacidade de puncionamento de 20t ou mais, com acessórios essenciais para seu funcionamento, com ou sem sistema de automação para carga e descarga de chapas.
8462.99.20	047	Prensas horizontais óleo dinâmicas do tipo "front load", de extrusão direta e trabalho a quente para fabricação de perfis de alumínio e suas ligas, com pressão total de 1.800t métricas, com velocidade de extrusão de até 22mm/s (ciclo vazio), com tempo morto de 11,5 a 12,5s, podendo operar em 2 ciclos (manual e automático), com capacidade para "billets" de 7 polegadas de diâmetro e com comprimento de 550 a 900mm, com esteira metálica para retirada e transporte de talão, com controlador lógico programável (CLP).
8462.99.90	078	Combinações de máquinas para corte transversal e/ou em "zigue-zague" de discos de alumínio ou aço, para bobinas com largura máxima de 1.500mm, espessuras entre 0,4 a 8,5mm e diâmetros entre 75 e 630mm, compostas de: berço para bobina de até 10t, de diâmetro externo máximo de 1.950mm, diâmetro externo mínimo de 650mm e largura máxima de 1.500mm; desbobinador com 2 eixos acionados por 2 motores hidráulicos; unidade de endireitamento composta por um sistema formado por 13 rolos de estiramento (7 inferiores + 6 superiores) e 15 contra-rolos, para endireitamento da chapa no desbobinador; unidade de alimentação de chapa, regulável conforme largura da esteira, para transporte da chapa por meio de rolos estriados posicionados nas laterais da unidade; unidade basculante e atuador giratório para movimentação lateral da chapa a ser cortada; prensa mecânica de corte de 200t, hidráulica; unidade de troca de molde automática, de estação dupla para troca rápida dos moldes; dispositivo de corte de resíduos, hidráulico; esteira transportadora para a saída de discos.
8462.99.90	079	Combinações de máquinas para extrusão de perfil de alumínio a quente, para tarugo de 7 polegadas (diâmetro de 178 x 850mm de largura), com capacidade de produção igual ou superior a 1.500kg tarugos/8h, 12.000kg/dia, compostas de: forno de pré-aquecimento com temperatura nominal de trabalho entre 450 graus Celsius (máxima de 550 graus Celsius); dispositivo de corte aquente do talão do tarugo com capacidade de 1.500kg/h; prensa extrusora com força de 2.000 US toneladas, controlador lógico programável (CLP); dispositivo de controle de conversão de frequência e velocidade, com redução de energia consumida de 15 à 30% durante o processo; ventiladores/resfriadores de perfil extrudado; puxador de perfil extrudado com serra de corte voadora; mesa/esteira de transporte inicial por elevação; mesa/esteira transportadora para resfriamento natural; duplo esticadores de perfil com força máxima empregada de 25t.
8463.20.10	001	Máquinas laminadoras de roscas e perfis de 2 fusos cilíndricos com até 285mm de diâmetro controlados por CNC (comando numérico computadorizado) com capacidade de aplicar forças perpendiculares para a laminação de até 40t gerando peças de até 80mm de diâmetro.
8463.30.00	160	Máquinas de Comando Numérico Computadorizado (CNC) para produção de molas de compressão de diâmetro máximo de 20mm, com até 8 eixos controlados, para trabalhar arames de metal com diâmetros compreendidos entre 0,12 e 0,80mm, dotadas de um par de roletes de alimentação com segundo par opcional, com velocidade máxima de alimentação de até 150m/min e capacidade máxima de produção de até 750peças/min, com ou sem dedo enrolador (PTP) para regulagem de pré-tensão na produção de molas de compressão; sistema de medição via câmera; munida dos respectivos conjuntos de ferramentas de alimentação e de enrolamento para toda faixa de trabalho.
8463.30.00	161	Combinações de máquinas para confecção de treliças com altura ajustável entre 70 e 350mm, comprimento até 12m, largura inferior de 60 a 80mm, velocidade máxima de produção de até 40m/min, e passo fixo de 200mm, compostas de: desbobinadeiras, unidade de endireitamento, "loop" acumulador para extração de fios, cabeçote de solda, mecanismo de corte de arames, estação de dobra, empilhador e amarrador de treliças, carro alimentador de arames, sistema de avanço de 3 fios, sistema hidráulico, sistemas elétrico e de controle com controlador lógico programável (CLP), sistema de proteção com sensores de presença e barreira de proteção.
8463.30.00	162	Máquinas CNC de 14 eixos combinados que podem trabalhar de forma simultânea, permite interpolação entre estes 14 eixos, utilizadas para fabricação de molas de diversos formatos a partir de fio de aço carbono ou ligas metálicas de diâmetro de 1,2 até 4,5mm, com alimentação rápida de arame de 120m/min com controle integrado de medidas, 3 pares de rolos tracionadores, cabeçote de rotação de 0,85kW, motor de corte de 1,3kW x 8, motor de alimentação do arame de 4,4kW, motor de torção de 1,5kW, motor de rotação de 4,4kW , dimensões de 2.700 x 2.000 x 1.900mm, peso de 4.000kg, proteção frontal sistema de corte hidráulico.
8464.20.90	040	Combinações de máquinas para tratamento de superfície de rochas ornamentais, compostas de: carregador automático; transportadores de rolos motorizados de conexão; politriz automática para lustrar chapas com 19 mandris completos, dotados de cabeçotes espatulantes porta-abrasivos com 6 ou 8 sapatas com capacidade de processar chapas com largura útil de até 2.200mm e curso de subida do mandril de até 160mm; trave porta-mandris construída em uma única peça de aço, com velocidade de deslocamento da trave de até 80.000mm/min; sistema eletrônico de comando por tela "touchscreen" permitindo total controle do equipamento; sistema de leitura das chapas (SEL 60) instalado na entrada da politriz determina eletronicamente a área da chapa suscetível ao polimento, com sistema de lubrificação automática; grupo de até 3 ventiladores para secagem das chapas; enceratriz automática com até 4 mandris; descarregador automático de chapas e barreiras de segurança com sensores para proteção do operador.
8464.90.19	206	Centros de furação para realizar de 2 a 4 furos simultaneamente em chapas de vidro com espessura de 2 a 15mm e dimensões máximas de 1.200 x 1.200mm, diâmetro de furação de 4 a 26mm, velocidade máxima dos fusos de 4.500rpm, com fixação automática das chapas de vidro durante a furação, com ou sem unidades rolantes de entrada e de saída.
8464.90.19	207	Máquinas para lapidação e polimento das 4 laterais de chapas de vidro com perfis arredondados de espessura de 2 a 8mm, dotadas de 2 lapidadoras bilaterais, sendo a dimensão trabalhável máxima igual a 1.200 x 1.200mm e mínima de 80 x 140mm com velocidade de avanço máxima de até 15m/min, com dispositivo de enquadramento e alinhamento das chapas de vidro, com dispositivo para desbastar as bordas das laminas através de mandris, com rebolos diamantados com ajustes independentes, com rebolos de polimento automático com avanço acionado por comando eletropneumático controlado por um programador lógico programável (PLC), com sistema de refrigeração dos rebolos em circuito fechado da agua, com reservatório para recirculação da água, com dispositivo de desbaste dos cantos da chapa de vidro, com 1 mesa de translação angular para transporte das chapas de vidro entre as lapidadoras bilaterais e carregador de prato giratório.
8464.90.19	208	Máquinas para blocagem de lentes oftálmicas automática, com ângulo de prisma de até 5 graus, gerenciadas por computador, equipadas com 3 estações de blocagem, com 1 ou mais câmeras, diâmetro das lentes de, até 85mm, diâmetro de blocagem de 53 a 63mm, com sistema de fixação com bloco de 43mm de diâmetro, sistema com operação por tela plana táctil.
8464.90.19	209	Mesas de corte e destaque para processamento de vidro monolítico a frio, com chapas de vidro com espessura máxima de 19mm; com mesa automática de corte com 3 eixos interpolados para cortes curvilíneos e retilíneos; com dois motores sincronizados no eixo X na ponte de corte; com acoplamento pinhão e coroa "tipo helicoidal"; com ciclo de corte espelhado para vidro laminado; com velocidade máxima de corte de 200m/min; com aceleração máxima de 10m/s², com precisão de corte de mais ou menos 0,15mm; controlados por controlador numérico, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 294.833,37.
8464.90.90	138	Máquinas automáticas de corte de precisão, chanfro e esquartejamento de placas cerâmicas, com capacidade nominal de produção de 0,88m²/h ou 21,250m²/24h, dotadas de estação de corte a seco ou molhado com corte por discos (corte seco) ou por lâminas (corte molhado), 3 conjuntos de dispositivos de corte por lâmina com diâmetro de 250mm e 3 conjuntos de dispositivos de corte por disco diamantado com diâmetro de 8,8 a 22mm, consumo de água de 90L/min (para corte molhado), capaz de trabalhar com peças cerâmicas de até 620 x 1.220 x 9mm para cortes em peças de 200 x 1.200 x 9mm e/ou 300 x 1.200 x 9mm, transporte com velocidade regulada por inversores com potência de 1,5kW, regulagem digital para profundidade de corte, dispositivo de centragem pneumático, esteira giratória equipada com 2 correias de PVC com dispositivo de
		duplo giro acionadas por redutor de engrenagem sem-fim com velocidade regulada por inversor com potência de 1,5kW, estação de quebra de placas dotada de rolos de borracha para pressionar as placas cortadas em tiras, acionados individualmente com velocidade regulada por inversor com potência de 0,75kW, transportador de correias para transporte das placas cortadas, acionado por redutor com regulação de velocidade por inversores com potência de 1,5kW, transportador de conexão com linha de transporte com 4 cintas triangulares para o transporte com redutores sem-fim para a transmissão e inversor para a regulação da velocidade com comprimento aproximado de 2.000mm e 4 correias triangulares acionadas por redutor de engrenagem sem-fim com velocidade regulada por inversor, com "interface" homem-máquina (IHM) e controlador
		lógico programável (CLP).

8464.90.90	139	Centros de usinagem para fresar, furar, lapidar, rebaixar, baixo relevo, esculpir, fazer incisão, cortar com disco e polir mármore, granito e revestimentos cerâmicos, com controle numérico, equipados com 3 eixos, ou 4 eixos C e/ou T, ou 5 eixos interpolados, para peças de comprimento entre 3.300 e 4.500mm e largura entre 1.500 a 2.500mm , com curso do eixo Z no máximo de 650mm, equipados com mandris HSD de 15 ou 18kW, com rotação máxima do eletro mandril de 12.000rpm, com sistema de refrigeração com glicol, com sistema integrado de lubrificação automático dos eixos de movimentação, com ou sem retifica das ferramentas, com ou sem projetor laser , com ou sem apalpador mecânico e/ou apalpador em Z variável, com troca de ferramenta automática.
8465.93.10	010	Lixadeiras com esteira de borracha com mesa fixa, com capacidade de trabalhar peças com espessura entre 3 e 125mm, com controle de ajuste de velocidade por inversor de frequência, com sistema de molas ou pistão pneumático de pressão da sapata que diminui tempo de ajuste, com dispositivo indicador ótico, de pressionador de aço revestido de cromo duro, com sistema de jato de ar para limpeza das cintas de lixa, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 219.840.
8465.94.00	050	Máquinas-ferramentas capazes de emendar peças de madeira através de usinagem de dentes de forma horizontal ou vertical, para peças entrada de comprimento iniciais de 150 a 700mm, largura mínima de 40mm e máxima de 150mm, espessura mínima de 18mm e máxima de 50mm, com sistema de transferência por gaveta para fresagem de largura de até 500mm, com velocidade de 2pacotes/min, com sistema de colagem automático por pente, com prensa de força de 105kN para 2 ciclos/min, capazes de trabalhar com um comprimento final de 3.000 a 6.100mm.
8465.99.00	175	Máquinas-ferramentas respigadeira, de peças de madeira, MDF ou aglomerado, longilíneas, com até 880mm de comprimento, com 1.100mm de curso no eixo X e 280mm no eixo Y, com controle numérico (CN), compostas de 2 mesas de trabalho de 315 x 360mm cada, com inclinação longitudinal: +5 até -20 graus, podendo usá-las alternadamente, podendo fazer espiga de largura máxima de 200mm, espessura máxima de 30mm, produção máxima de 720peças/h.
8466.93.20	024	Conjuntos do cabeçote com cartucho do eixo árvore torque motor e basculante (5º eixo), torque de 300nm ou superior, com velocidade máxima de 10.000rpm, potência 30kW ou superior, lubrificação a graxa, contendo "encoder" incremental, adaptador de ferramenta modelo HSK-A 100, com força de travamento da ferramenta de 45.000N, preparado para refrigeração ar e óleo pelo centro para ferramenta HSK-A 100, aplicado em centros de usinagem horizontal.
8467.81.00	003	Motosserras com motor de combustão interna a gasolina com potência de 1,3kW e cilindrada de 30,1cm³, com admissão de combustível através de 4 canais para otimizar a queima de combustível, dotadas de dispositivo de compensação de entrada de ar limpo para o aumento dos intervalos de manutenção do filtro de ar, sistema anti-vibratório AV, sistema de freio da corrente e interruptor combinado com 4 funções em uma única alavanca, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 395,19.
8467.81.00	004	Motosserras com motor de combustão interna a gasolina com potência de 1,5kW e cilindrada de 31,8cm³, com admissão de combustível através de 4 canais para otimizar a queima de combustível, dotadas de dispositivo de compensação de entrada de ar limpo para o aumento dos intervalos de manutenção do filtro de ar, sistema anti-vibratório AV, sistema de freio da corrente e Interruptor combinado com 4 funções em uma única alavanca, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 440,78.
8467.81.00	005	Motosserras especialmente projetadas para podas em altura, com motor de combustão interna a gasolina com potência de 1,4kW e cilindrada de 31,8cm³, com tecnologia 2-Mix que possibilita menor consumo de combustível e menor emissão de poluentes, com acesso ao tensionamento da corrente sem a necessidade de abrir a tampa lateral, dotadas de interruptor de parada de máquina, sistema anti-vibratório AV, ferramenta de corte e acesso para ferramenta eletrônica de diagnóstico MDG1, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 738,27.
8467.81.00	006	Motosserras com a motor de combustão interna a gasolina com potência de 1,5kW e cilindrada de 31,8cm³, com admissão de combustível através de 4 canais para otimizar a queima de combustível, dotadas de dispositivo de compensação de entrada de ar limpo para o aumento dos intervalos de manutenção do filtro de ar, sistema anti-vibratório, sistema de freio da corrente, sistema de partida fácil, tensionamento rápido da corrente e interruptor combinado com 4 funções em uma única alavanca, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 494,51.
8467.89.00	047	Ferramentas para elevação de segmentos de pás eólicas (ponta da pá), dotadas de motor elétrico, compostas por seção para conexão com guindaste e mecanismo de fechamento, com capacidade de carga de até 1t; alimentação elétrica com voltagem de 400V/50HZ/3~N PE, tensão de controle de 24V, corrente de 7A, fusível MAx de 16A e comprimento de cabo de 20m; temperatura de operação de -20 a 40 graus Celsius e peso total de 1.100kg.
8467.89.00	048	Cortadoras a disco de múltiplo uso, destinadas para corte de pedras, ferro, materiais de construção, asfalto, tubulações e materiais em geral, com motor a combustão interna à gasolina, com potência de 3,2kW, 66,7cm³, dotadas de sistema de arranque e válvula de descompressão para fácil partida do motor, sistema antivibratório, filtro de ar com separação prévia de partículas, com discos de corte resinados ou diamantados, de diâmetro máximo de 350mm e profundidade do corte de 125mm, proteção do disco variável que permite acesso a bordas e cantos, conexão para entrada de água para utilização em operações a seco, esticamento semiautomático da correia.
8467.99.00	007	Cabeçotes de corte, próprios para roçadeiras de uso manual, podendo conter regulagem do fio de corte de forma manual ou automática, com espessura do fio de corte de diâmetro de 2,4 a 2,7mm, rotação máxima de 10.000 a 11.500rpm, com carcaça composta de polímero PA66-GF13, carretel em polímero PA66-I, podendo conter mola de pressão e luva.
8467.99.00	008	Conjuntos de cabos de manejo, com gatilho de acionamento, com funções de liga, desliga, acelera e desacelera o motor, aciona a válvula que abre a fecha a saída do líquido pulverizado, resistentes à vibrações na lenta de 3.000rpm, e à vibrações máxima de 4.500rpm, com 400h de ciclo de durabilidade, utilizados em pulverizadores acionados por motor de ignição por centelha.
8472.10.00	001	Duplicadores para reprodução de material impresso em folha solta, operando através de cilindro de tinta e digitalização do master, aplicação de 1 ou 2 cores por passagem, resolução máxima de impressão de 300 x 600 ou 600 x 600ppp, velocidade máxima de 100 a 190folhas/min, área de digitalização de 297 x 432 ou 297 x 435mm.
8474.10.00	114	Equipamentos modulares e compactos sob chassis único para lavagem e classificação contínua de areia, com duplo ciclone para até 2 produtos de areia simultaneamente, com controle de corte de lodo e especificação de produto, ciclone 2 x 508mm, bomba e motor integrados no chassis, peneira galvanizada e aparafusada com área de 1,8 x 2,4m para desaguamento da areia, painel de controle a bordo e escadas de acesso, capacidade máxima de produção dependendo da classificação do produto de 149,6t/h, requisito de energia 59,9kW, requisito de água de 300 a 450m³/h.
8474.10.00	115	Peneiradoras analíticas com, funcionamento tridimensional 3D e faixa de trabalho de 20 a 25mm, amplitude digital de 0,2 a 3mm controlado digitalmente e aceleração das peneiras de 1 a 15,1 de força "g", trabalha até 3kg de amostra com até 11 frações para peneira de altura de 50mm ou 2 polegadas e 23 frações com peneiras de 25mm ou 1 polegada, indicador de tempo e operação de 1 a 99min e intervalo de 1 a 99s, capacidade para peneiras de diâmetros de 100, 150, 200 e 203mm, permite programação de até 99 métodos, permite sistema de fixação das peneiras com haste para fixadores deslizantes com gatilho de movimentação para baixo e para cima, permite conexão com computador através de porta UBS, incluindo seus acessórios, proteção IP 54/IP20, dimensões 417 x 212 x 384mm.
8474.31.00	006	Máquinas rebocadoras contínuas para serem acopladas em silos pressurizados, para receber, misturar, bombear e projetar materiais de construção pré-misturados com granulometria menor ou igual a 4mm, material seco a base de: cimento, gesso-agua, cal-gesso, cal-cimento, rebocos de fundo; 1 pulverizador para transporte: distância até 30m, altura até 20m, pressão máxima 30bar, por meio de 1 compressor de 0,9kW , com pressões: ar 1,5 e inserção 1,8bar, conexão flexível ½polegada, pressão nominal entre 40 e 120bar, vazão de 23,51L/min.; sistema dosagem e alimentação por meio de parafuso sem fim acionado por 1 motor horizontal de 1,1 kW, bomba de mistura com motor vertical de 2,2kW; 1 tremonha de carregamento vertical para recebimento pó com sacos de filtro com manga, 1 transportado por meio 1 bomba de parafuso sem fim, acionada por 1 motor vertical; ciclo automático de bombeamento com autocalibrarão do volume por meio de 1 sonda; vaporização distribuída por 1 compressor e 1 bomba hidráulica; conexão hidráulica ¾ polegadas, 1 válvula de regulação de entrada hidráulica com pressão maior ou igual 2 bar, 1 bomba hidráulica 0,33kW, medidor de controle hídrico; carregamento a partir de silos, com filtração por meio de 1 sistema de transporte pneumático; quadro elétrico com comandos, acesso por controle remoto, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 33.957,00.
8474.31.00	007	Máquinas transportadoras de modo contínuo para serem acopladas entre silo pressurizado a rebocadora ou misturadora, transportando pré-misturas, rebocos, gesso, argamassas e betonilhas; capacidade de vazão máxima de 120m³/h; 1 sistema autolimpante dos tubos de entrega por meio de 1 compressor com pressão até 1,9bar; entrega de material com pressão operacional 2 bar; dotadas de: 1 cabo de alimentação 50m; 1 capuz de reboco/amassamento; 1 compressor de palhetas; 1 sonda volumétrica com cabo 50m; 1 tanque auxiliar de ar; 1 tubo 1polegada x 4m para entrega de material com engate 1polegada; 1 tubo com controle de válvula de ½ polegada x 4 metros, engate de ½ polegada; 1 tubo de fornecimento de ar para o silo de 4m com engate ¾ polegada; 1 tubos 4m x 12,5cm para transporte diâmetro interno de 45mm; 1 válvula de alívio; 1 válvula pneumática para descarga do silo; temperatura admitidas entre - 5 +50 graus Celsius e umidade de 50% a 40 graus Celsius.; quadro elétrico dotado de prevenção de sobreaquecimento; potência instalada 5,5kW, potência absorvida 8kW.
8474.31.00	008	Misturadoras de concreto, móveis, sobre 4 rodas, autopropelidas e autocarregáveis, próprias para misturar argamassa e concreto em canteiro de obras, volume geométrico de 5.300L e com capacidade de produção de até 3,5m³ de concreto/batelada, e giro do tambor com rotação de 270graus, transmissão hidrostática 4 x 4 x 4 com tração permanente nas 4 rodas , motor diesel com potência máxima de até 92kW, pá de carregamento frontal de 650L, 2 reservatório de água interligados com capacidade total de 700L e abastecimento através de bomba de agua por sucção com controle do abastecimento de água por conta-litros, cabine com posto de comando por joystick e assento frontal com total visibilidade a pá de carregamento, direção hidráulica, com máquina de lavagem de alta pressão, balança e impressora acoplados para medição da produtividade, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 265.135,00.
8474.80.90	179	Prensas hidráulicas 7608/2450 para a produção de revestimentos cerâmicos, com força máxima de prensagem igual a 7.600t, distância livre entre as colunas de 2.450mm, distância entre a bancada e a travessa móvel de 750mm.
8474.80.90	180	Prensas hidráulicas para produção de revestimento cerâmicos, com força máxima de prensagem igual ou inferior a 2.800t, distância livre entre colunas de 1.750mm ou inferior, força máxima de extração igual ou inferior 16t, dotadas de motor principal com potência máxima igual ou inferior a 90kW.
8474.90.00	060	Sistemas de sustentação dos mecanismos vibratórios com função principal suportar os excitadores em peneira vibratória fabricadas em aço com espessura da alma de 26,9mm, largura do flange de 322 a 424mm, altura do perfil de 365 a 474,6mm e espessura da aba de 44,1 a 77mm.
8475.29.10	066	Máquinas para produção de frascos de vidro por sistema rotativo, com capacidade de produção de 720peças/h, dotadas de: sistema de alimentação e distribuição de gotas de vidro, servo motor, transportador com empurrador eletrônico, sistema pneumático, de ar de resfriamento, de lubrificação, painel elétrico de comando, controle e unidade de programação.
8477.10.11	131	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento máximo de 1.000kN e distância entre as colunas de 470 X 470mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com tempo de ciclo seco de 0,9s, com placas de fixação do molde com dimensões de 637 x 637mm, unidade de injeção com rosca de diâmetro de 40mm, com pressão de injeção máxima de 2.000bar, fluxo de injeção máximo de 314cm³/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção) e capacidade de dosagem de 29kg/h (em poliestireno), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, "interface" homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de "setup") que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.
8477.10.11	132	Máquinas injetoras horizontais elétricas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 3.200kN, com rosca plastificadora com diâmetro de 65mm, com capacidade de injeção(PS) de 56.7g/s, volume teórico de injeção de 929cm³, pressão de injeção de 182MPa, distância entre colunas(HxV) 680 x 680mm, altura do molde entre 250 e 680mm, curso de abertura do molde controlado por algoritmos inteligentes com uso de réguas magnéticas com precisão de 0,01mm, força de extração de 62kN, com acionamentos de machos hidráulicos para molde ao lado da placa móvel, com unidade de injeção montada sobre guias lineares, acionamento com bomba de engrenagem comandada por servo driver com "closed loop" total do sistema, com unidade de fechamento otimizado das placas para distribuição uniforme da força de fixação, aquecimento do cilindro via PID, dotadas de servo motor com fator de eficiência 0,98, controladas por computador lógico programável (CLP), quadro de comando IHM e dimensões de 7,2 x 1,7 x 2,3m, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 365.478,10.
8477.10.11	133	Máquinas injetoras horizontais para moldar peças termoplásticas monocolores, com alta precisão por injeção e com circulação interna de alta eficiência, dotadas de 2 prensas compactas diretas, com força de compressão de 5.000kN, controlada de acordo com a mudança de pressão, tempo de travamento de 2 a 3s, taxa de injeção de 542 à 686g/s, com circuito interno de óleo de alta eficiência para aumento da pressão de forma rápida, volume de disparo injeção de 2.010 à 2.543cm³, com capacidade de plastificação 938kg/h, controlador lógico programável (CLP), dotado de "interface" para integração com robô, painel de comando "touchscreen" colorido e "interface" usb para armazenamento de dados, com sistema de multitarefas e mudança de "interface" sem interrupções do múltiplo controle dos estágios de abertura, fechamento, injeção, manutenção da pressão e ejeção, afim de manter a estabilidade de movimentação, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 705.353,24.
8477.10.11	134	Máquinas de moldar por injeção, horizontais, de comando numérico, monocolor, para materiais termoplásticos, com capacidade de injeção de 2.605g e força de fechamento 7.500kN, Rosca tipo B, 380V, com "interface" para robô, aumento da altura de molde em 300mm, régua potenciométrica no avanço do bico, 2 machos hidráulicos na placa fixa, porta automática e todos os acessórios necessários ao seu funcionamento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 878.937,45.
8477.10.11	135	Máquinas injetoras horizontais hidráulicas servo controladas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 1.200kN, com rosca plastificadora com diâmetro de 40mm, com capacidade de injeção(PS) de 22,6g/s, volume teórico de injeção de 214cm³, pressão de injeção de 186MPa, distância entre colunas (H x V)410 x 410mm, altura do molde entre 150 e 450mm, curso de abertura do molde controlado por algoritmos inteligentes com uso de réguas magnéticas com precisão de 0,01mm, força de extração de 33kN, com acionamentos de machos hidráulicos para molde ao lado da placa móvel, com unidade de injeção montada sobre guias lineares, acionamento com bomba de engrenagem comandada por servo driver com "closed loop" total do sistema, com unidade de fechamento otimizado das placas para distribuição uniforme da força de fixação, aquecimento do cilindro via PID, dotadas de servo motor com fator de eficiência 0,98, controladas por computador lógico programável (CLP) e quadro de comando IHM, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 178.597,38.
8477.10.11	136	Máquinas injetoras horizontais hidráulicas servo controladas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 1.600kN, com rosca plastificadora com diâmetro de 45mm, com capacidade de injeção(PS) de 29,2g/s, volume teórico de injeção de 320cm³, pressão de injeção de 178MPa, distância entre colunas(H x V) 470 x 470mm, altura do molde entre 180 e 520mm, curso de abertura do molde controlado por algoritmos inteligentes com uso de réguas magnéticas com precisão de 0,01mm, força de extração de 33kN, com acionamentos de machos hidráulicos para molde ao lado da placa móvel, com unidade de injeção montada sobre guias lineares, acionamento com bomba de engrenagem comandada por servo driver com "closed loop" total do sistema, com unidade de fechamento otimizado das placas para distribuição uniforme da força de fixação, aquecimento do cilindro via PID, dotadas de servo motor com fator de eficiência 0,98, controladas por computador lógico programável (CLP) e quadro de comando IHM, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 197.402,26.

8477.10.11	137	Máquinas injetoras horizontais hidráulicas servo controladas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 2.500kN, com rosca plastificadora com diâmetro de 55mm, com capacidade de injeção(PS) de 47,7g/s, volume teórico de injeção de 570cm³, pressão de injeção de 185MPa, distância entre colunas(H x V) 580 x 580mm, altura do molde entre 220 e 580mm, curso de abertura do molde controlado por algoritmos inteligentes com uso de réguas magnéticas com precisão de 0,01mm, força de extração de 62kN, com acionamentos de machos hidráulicos para molde ao lado da placa móvel, com unidade de injeção montada sobre guias lineares, acionamento com bomba de engrenagem comandada por "servo driver" com "closed loop" total do sistema, com unidade de fechamento otimizado das placas para distribuição uniforme da força de fixação, aquecimento do cilindro via PID, dotadas de servo motor com fator de eficiência 0,98, controladas por computador lógico programável (CLP) e quadro de comando IHM, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 260.032,30.
8477.10.11	138	Máquinas injetoras horizontais hidráulicas servo controladas, monocolores, para moldar peças plásticas com alta precisão, com força de fechamento de 2.000kN, com rosca plastificadora com diâmetro de 50mm, com capacidade de injeção(PS) de 30,8g/s, volume teórico de injeção de 412cm³, pressão de injeção de 180MPa, distância entre colunas(H x V) 530 x 530mm, altura do molde entre 200 e 550mm, curso de abertura do molde controlado por algoritmos inteligentes com uso de réguas magnéticas com precisão de 0,01mm, força de extração de 62kN, com acionamentos de machos hidráulicos para molde ao lado da placa móvel, com unidade de injeção montada sobre guias lineares, acionamento com bomba de engrenagem comandada por servo driver com "closed loop" total do sistema, com unidade de fechamento otimizado das placas para distribuição uniforme da força de fixação, aquecimento do cilindro via PID, dotadas de servo motor com fator de eficiência 0,98, controladas por computador lógico programável (CLP) e quadro de comando IHM,de valor unitário (CIF) não superior a R$ 232.455,07.
8477.10.11	139	Máquinas de moldar por injeção para produção de peças diversas de multi-aplicações, com comando CLP e quadro de comando IHM ("interface" homem/máquina) , rosca plastificadora com diâmetro 110mm, rosca e cilindro bi metálica de elevada durabilidade, potência de aquecimento do cilindro de 82,8kW, válvula proporcional para os movimentos de abertura e fecho do molde, válvula proporcional para movimentos de injeção, porta automática de segurança, servo motor de bomba variável de engrenagens acoplada para economia de energia e sem necessidade de manutenção, potência dos servo motores de 37,55kW +55kW, 4 acionamentos/machos hidráulicos para molde no lado prato móvel + 4 acionamentos/machos hidráulicos para molde no lado prato fixo, controle eletrônico programável e hidráulico para 4 "valve gates" (bicos de injeção
		valvulados) , força de fechamento de 9.000kN, distância entre as colunas de 1.000*1.000, abertura da prensa de 1.040mm, tamanho mínimo de molde 630*360mm, sistemas de fixação de moldes por rasgos em T e também por furação nas placas fixa e móvel, conjunto extrator hidráulico de 186kN, "interface" para robô Euromap 67, "interface" para injeção de gás Euromap 62, "software" babyplast para unidade de injeção secundária (para peças de 2 cores ou materiais diferentes), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.406.220,40.

8477.10.11	140	Máquinas de moldar por injeção, horizontais, de comando numérico, monocolor, para materiais termoplásticos, com capacidade de injeção de 1.692g e força de fechamento 5.500kN, rosca tipo B, 380V, com "Interface" para robô, aumento da altura de molde em 200mm, régua potenciométrica no avanço do bico, 2 machos hidráulicos na placa fixa, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 632.073,44.
8477.10.21	071	Máquinas injetoras horizontais monocolor para moldar peças plásticas, hidráulicas, com sistema de travamento central com joelheiras duplas travando no centro da placa móvel, precisão de abertura e fechamento do molde de 0,5mm, variação máxima do peso injetado de 0,3%, placa móvel apoiada sobre guias ou sapatas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica acionada por servomotor, unidade de injeção apoiada sobre guias, placas retangulares com maior espaço entre colunas, controlado por computador lógico programável (CLP) de tela colorida com recursos gráficos, memória interna para moldes, comunicação externa (USB), força de travamento igual ou superior a 1.000kN e igual ou inferior a 2.000kN, equipadas com machos hidráulicos, válvulas pneumáticas e "interfaces" para ligação de periféricos, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 174.183,90.
8477.10.21	072	Máquinas injetoras horizontais monocolor para moldar peças plásticas, hidráulicas, com sistema de travamento central com joelheiras duplas travando no centro da placa móvel, precisão de abertura e fechamento do molde de 0,5mm, variação máxima do peso injetado de 0,3%, placa móvel apoiada sobre guias ou sapatas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica acionada por servomotor, unidade de injeção apoiada sobre guias, placas retangulares com maior espaço entre colunas, controlado por computador lógico programável (CLP) de tela colorida com recursos gráficos, memória interna para moldes, comunicação externa (USB), força de travamento igual ou superior a 2.300kN e igual ou inferior a 4.000kN, equipadas com machos hidráulicos, válvulas pneumáticas e "interfaces" para ligação de periféricos, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 301.190,35.
8477.10.21	073	Máquinas injetoras horizontais monocolor para moldar peças plásticas, hidráulicas, com sistema de travamento central com joelheiras duplas travando no centro da placa móvel, precisão de abertura e fechamento do molde de 0,5mm, variação máxima do peso injetado de 0,3%, placa móvel apoiada sobre guias ou sapatas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica acionada por servomotor, unidade de injeção apoiada sobre guias, placas retangulares com maior espaço entre colunas, controlado por computador lógico programável (CLP) de tela colorida com recursos gráficos, memória interna para moldes, comunicação externa (USB), força de travamento igual ou superior a 4.500kN e igual ou inferior a 6.000kN, equipadas com machos hidráulicos, válvulas pneumáticas e "interfaces" para ligação de periféricos, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 448.655,50.
8477.10.91	020	Máquinas de moldar por injeção, verticais, de comando numérico, monocolor, para materiais termoplásticos constituídos de borracha de silicone líquido (LSR - liquid silicone rubber), com ou sem dispositivo misturador de LSR, com capacidade máxima de injeção igual ou inferior a 4.000g (4.000cc), força máxima de fechamento igual ou inferior a 3.922,66kN (400t).
8477.20.10	299	Combinações de máquinas para produção de tubos de PVC com diâmetros até 450 mm, compostas de: extrusora dupla rosca cônica com capacidade de produção até 700kg/h; roscas cônicas com medidas 92/188mm; alimentador automático; sistema de controle por PLC com tela sensível ao toque; 2 cabeçotes de extrusão; carrinhos para suporte e movimentação dos cabeçotes; tanque de calibração à vácuo em aço inox com comprimento nominal em 5.600mm; tanques de resfriamento em "spray" de água em aço inox, incluindo dispositivos de vedação; puxador com 4 tracionadores com velocidade máxima de 4m/min; sistema de corte planetário com inversor de frequência; embolsadeiras para tubos até 350mm com módulos de controle por PLC.
8477.20.10	300	Extrusoras de dupla rosca cônica com fonte de energia trifásica de 380V, com operação da direta para a esquerda, altura central de 1.000mm e cor RAL9003; controladoras com fonte de alimentação de 220V; primeira rosca cônica em formato de parafuso com diâmetro cônico variando entre 65 e 132mm, feita com o material 38CrMoAl, tratamento superficial com nitrito de espessura entre 0,4 e 0,7 micrometro, dureza entre 740 à 940HV e aspereza da superfície de Ra menor ou igual a 0,8 micrometro; segunda rosca cônica com o formato de parafuso com diâmetro cônico entre 65 à 132mm, com o material 38CrMoAl, tratamento superficial com nitrito de espessura 0,4 à 0,7 micrometro, com dureza entre 940 e 1.100HV e aspereza da superfície de Ra menor ou igual 1,6 micrometros, 4 zonas de aquecimentos compostas por 1 unidade de cerâmica,
		3 unidades de alumina fundida e tampa de aço inoxidável, com a potência de aquecimento de 20kW e 3 unidades de refrigeração compostas por ventiladores de 0,37kW, totalizando 1,1kW, com um par termoelétrico tipo J; caixa de engrenagem vertical e integrada composta por rolamentos; motor com potência de 37kW de corrente alternada, com velocidade controlada por inversor; sistema de alimentação por gravidade e dosagem da rosca cônica com funil de carga de aço inoxidável, com potência do motor de dosagem de 1,1kW, tipo rosca dupla, com velocidade controlada por inversor e com linha de alimentação com resfriamento e circulação de água gelada; sistema de desumidificação à vácuo composto por bomba de vácuo de 2,2kW, com grau de 0 a 0,075MPa e com válvula de controle eletromagnética; controle de temperatura interna da
		rosca por sistema de circulação de água no núcleo, adaptador na seção de fluxo interno de material aço 45 e tratamento de Cr com chapeamento, pressão na parte superior do molde, sensor de temperatura de fusão; fonte com inversor ABB, contator, interruptor de ar, relé de estado sólido, sistema de controle PLC.
8477.20.10	301	Combinações de máquinas para coextrusão de filme polimérico de 5 camadas, do tipo "blown film", com produtividade máxima de 980kg/h (para matriz de 550mm e espessura de 40 micrometros), filme com largura útil de 2.800mm, espessura compreendida entre 20 e 150 micrometros, saída do filme coextrudado em bobinas de até 1.200mm de diâmetro, com velocidade de até 130m/min, compostas de: 5 extrusoras com canhão universal (com zona de alimentação temperada, ranhurada com exclusiva unidade de aquecimento/refrigeração para temperaturas de 20 a 250 graus Celsius), para processamento de resinas barreira e não-barreira, sendo LDPE, LLDPE, mLLDPE, MDPE, HDPE, EVA, PET, EVOH, PA6, CoPA, CoPP, PP, Adesivos, Ionomeros, PS, mesclas e reciclados, entre outras, sem a necessidade de troca de rosca para o processamento
		dessas resinas, de configuração A/B/C/D/E de 60/70/105/70/60mm de diâmetro, relação 30 L/D, com seus painéis de instrumentação, sistema de alimentação automática de granulado, através de dosagem gravimétrica de todos os componentes, separação magnética (tipo grelha imantada) e tubulação, para cada extrusora, e sistema central de sucção a vácuo, cabeçote coextrusor de sopro para aplicação das 5 camadas, com matriz circular com adaptadores e insertos de 325 x 1,8mm e 550 x 1,7/2,5mm, sistema de resfriamento interno e externo e calibração, contendo: anel de resfriamento com sistema de resfriamento "Ultra Cool" e controle do perfil, garantindo uma relação de produção de até 2,5:1 (kg/h versus diâmetro da matriz), ventilação de ar, trocadores de calor, gaiola de calibração, com limitante de altura, sistema capacitivo de controle da
		espessura do perfil, controle ultrassônico do balão, sistema de extração "Ultra-Flat", equipado com: dispositivo com ângulo de reversão +/-180 graus, mecanismo de estiramento de até 5% para otimização da planicidade, evitar desvio de alinhamento e prevenção de formação de rugas no filme, gaiola secundária de estabilização, rolo abridor, rolo de escovas, sistema de controle de temperatura, módulo automático de medição e regulação da largura, jogo de rolos guia, plataformas metálicas perfazendo andares, conforme projeto específico, constituída por: conjunto de vigas, pilares, guarda-corpos, escadas e piso, totalmente desmontada, unidade de bobinamento com dispositivo de tratamento "Corona" (descarga elétrica na superfície do filme), sistema antiestático, dispositivo para abrir e gerar dois filmes (um para cada bobinador) através
		de faca oscilante, bobinador duplo (back to back) com 4 eixos de 3 polegadas e 4 eixos de 6 polegadas, com velocidade de até 130m/min, troca automática de bobinas, equipado com: sistema controlador de pressão/tensão de bobinamento, porta facas duplos, para corte longitudinal e fatiamento da bobina, estação de sucção de refiles, central de suprimento de energia (conjunto de armários elétricos), gabinete de disjuntores, transformador de tensão de 500kVA, 380V, comando através de CLP, com IHM - "interface" de usuário para operação automatizada.
8477.20.10	302	Extrusoras de 2 estágios, de pequena escala, para pesquisa e desenvolvimento na formulação de compostos para produção de cabos, sendo o primeiro estágio formado por uma monorosca segmentada, com elementos de rosca com 4 aletas a cada 90 graus, com movimento rotacional e axial simultâneo, dentro de um cilindro bi-partido, montado com pinos de amassar "amassadeira" e monorosca no segundo estágio; com diâmetro da rosca de 30mm no primeiro estágio e 40mm no segundo estágio; com capacidade de produção de 5 a 25kg/h e taxa de transferência de até 25kg/h.
8477.20.10	303	Extrusoras de 2 estágios, para produção de compostos para cabos, sendo o primeiro estágio formado por uma monorosca segmentada, com elementos de rosca com 4 aletas a cada 90 graus, com movimento rotacional e axial simultâneo, dentro de um cilindro bipartido, montado com pinos de amassar "amassadeira" com uma entrada para líquidos e monorosca no segundo estágio; com diâmetro da rosca de 137mm no primeiro estágio e 250mm no segundo estágio; com capacidade de produção igual ou superior a 600kg/h.
8477.20.10	304	Máquinas coextrusoras de 5 camadas, sistema modular tipo "blown film", para produção de filmes poliméricos com resinas termoplásticas, de largura útil de até 2.800mm, espessura de 20 a 150 mícrons com variação inferior a 2 sigma, em bobinas de até 1.200mm de diâmetro; capacidade de produção de até 980kg/h; dotadas de: 5 extrusoras A/B/C/D/E de diâmetros de rosca de 60/70/105/70/60mm, com configuração de roscas universais em aço de liga especial para processamento de LDPE, LLDPE, mLLDPE, MDPE, HDPE, EVA, PET, EVOH, PA6, CoPA, CoPP, PP, Adesivos, Ionomeros, PS, mesclas e reciclados, em qualquer um dos conjuntos rosca e canhão sem necessidade de troca para o seu processamento; matriz circular de 550mm de diâmetro; sistema de resfriamento interno e externo do balão com tecnologia de alta performance "Ultra Cool" com sistema
		integrado de controle de perfil de espessura; quadro de colapso em fibra de carbono; unidade de saída com sistema integrado "Ultra Flat" para produção de filme de alta planicidade e livre de rugas, com mecanismo de estiramento do filme de até 5%, localizado no topo da torre após colapsagem do balão; instrumento capacitivo automático de medição sem contato de perfil de espessura; duas estações de bobinamento, de capacidade de bobinamento central, superfície ou fenda, para qualidade constante até o máximo diâmetro da bobina, com prevenção de bolsas de ar, com velocidade máxima de 130m/min; estação de refile e corte de múltiplas pistas, com sistema de sucção de refile Tipo M, incluindo ventilador e tubulação de sucção com absorção de ruído; CLP com "interface" autoexplicativa entre equipamento e usuário para operação do sistema,
		com alto nível de automação para gerenciamento completo de todos os parâmetros do equipamento, incluindo espessura do filme, velocidade de linha, produção em kg/h, alimentação das resinas termoplásticas nas extrusoras, largura do filme e peso das bobinas.
8477.20.90	122	Combinações de máquinas para extrusão de chapas de polipropileno e polietileno em uma camada, com largura de até 2.600mm e espessura compreendida entre 2 e 20mm, com capacidade produtiva de 700kg/h, compostas de: extrusora com rosca simples, com diâmetro de 170mm, L/D 35 (5.950mm), com tratamento bimetálico em rosca e canhão, motor principal 315kW, caixa de engrenagens, e inversor de potência, com sistema de vácuo (degasagem), 8 zonas termicamente controladas, silo de matéria prima, troca telas com sistema hidráulico, sistema de controle computadorizado via CLP (controlador lógico programável) e tela sensível ao toque; matriz plana com 3.000 mm de largura útil, com sistemas de aquecimento e lábios ajustáveis e intercambiáveis, com sistema de abertura e fechamento de largura; Calandra com 3 rolos cromados, de
		diâmetros de 800 mm e largura de 3.200 mm, com redutores e servo motores, equipamentos de controle de temperatura de processo; conjunto de calibradores, composto de 10 pares de rolos de 160 x 3.200mm e unidade de controle de temperatura de água, sistema de abertura e fechamento automatizado, controlado por CLP; picotador de refiles hidráulico automático, controlado via CLP, com range de trabalho de 2 a 20mm de espessura, até 250mm de largura, e esteira transportadora; esteira de resfriamento de 10m de comprimento composta de conjunto de rolos de 100 x 3.200mm para transporte e unidade de resfriamento das chapas composta por 18 ventiladores com velocidade variável; 2 sistemas de aplicação de filme protetivo em ambos lados do produto; unidade tracionadora composta de 6 rolos emborrachados com diâmetro de 250 x 3.200
		movidos por redutor e servo motor; unidade de corte horizontal composto de motor e fresas, rolos de transição e sistema de sucção de aparas; unidade de corte hidráulico, modelo guilhotina, com rolo tracionador e prensa chapas; esteira motorizada com 5m de comprimento e 3.200mm de largura.
8477.20.90	123	Máquinas para aplicação de tira de borracha em aspiral, por extrusão, para aplicação em rolos, dotadas de: dispositivo para fixação e rotação destes, com capacidade de movimento para alteração do diâmetro do rolo até o máximo de 1270mm, passíveis de customização em seu comprimento através de incrementos de 762mm em tamanho, contendo unidade de extrusão de 76mm e parafuso em aço nitridado com relação entre comprimento e diâmetro externo de 12:1, integradas de barris revestidos com duas zonas de controle de temperatura "pid" (proporcional integral derivativo), com capacidade de saída de extrusão de 2,7 até 4,5kg, de acordo com o polímero processado, com controle tipo "dançarino" para extrusão e controle de rotação das peças em trabalho e indicador de temperatura de saída da tira de elastômero.
8477.30.90	084	Máquinas termoformadoras por injeção e sopro via extrusão contínua (IBM - injection blow moulding) para moldagem de recipientes plásticos, capazes de processar materiais como polietileno (PE), poliestireno (PS), polipropileno (PP), politereftalato de etileno (PET), polietileno de alta densidade (HDPE) e policloreto de vinila (PVC), com tempo de ciclo igual ou inferior a 2,5s, com extrusora de rosca vertical com diâmetro de 63,5mm e razão 24:1 L/D acionada por motor com potência de 93kW (125HP), com capacidade máxima de plastificação igual ou superior a 270g/ciclo e capacidade de produção de 240frascos/min, dotadas de ferramenta completa de 40 cavidades para produzir
		recipientes com volume de 12ml, força de fechamento do molde de injeção de pré-forma de 1.559kN e força de fechamento no molde de sopro de 286kN, com deslocamento do cabeçote de 152,4mm, transportador giratório de retirada de garrafas com raio máximo de giro 988mm, com 5 unidades de controle de temperatura, tacômetro de velocidade de parafuso, registrador de tempo de execução de operação, sistema de alarme (visual e sonoro), alarmes de temperatura alta e baixa do plastificador, Indicador de tempo de ciclo, detector de pré-forma estrôncio a laser, bandas de aquecimento de cerâmica, controles de aquecimento integrados, contador de ciclos reiniciável, capacidade de armazenamento de mais de 250 conjuntos de parâmetros de processo, pressão de injeção e velocidade do parafuso controlados eletronicamente, de acordo com padrões de segurança ANSI e EC atuais, dotada de "interface" homem-máquina (IHM) e CLP (controlador lógico programável).

8477.30.90	085	Máquinas termoformadoras por injeção e sopro via extrusão contínua (IBM - injection blow moulding) para moldagem de recipientes plásticos, capazes de processar materiais como polietileno (PE), poliestireno (PS), polipropileno (PP), politereftalato de etileno (PET), polietileno de alta densidade (HDPE) e policloreto de vinila (PVC), com tempo de ciclo igual ou inferior a 2,5s, com extrusora de rosca vertical com diâmetro de 63,5mm e razão 24:1 L/D acionada por motor com potência de 75kW (100HP), com capacidade máxima de plastificação igual ou superior a 270g/ciclo e de produção nominal de 132frascos/min, dotada de ferramenta completa de 22 cavidades para produzir recipientes com volume de 30ml, força de fechamento do molde de injeção de pré-forma de 1.206kN e força de fechamento no molde de sopro de 249kN, com deslocamento do cabeçote
		de 152,4mm, transportador giratório de retirada de garrafas com raio máximo de giro 895mm, com 10 unidades de controle de temperatura, tacômetro de velocidade de parafuso, registrador de tempo de execução de operação, sistema de alarme (visual e sonoro), alarmes de temperatura alta e baixa do plastificador, Indicador de tempo de ciclo, detector de pré-forma eletrônico a laser, bandas de aquecimento de cerâmica, controles de aquecimento integrados, contador de ciclo reiniciável, capacidade de armazenamento de mais de 250 conjuntos de parâmetros de processo, pressão de injeção e velocidade do parafuso controlados eletronicamente, de acordo com padrões de segurança ANSI e EC atuais, dotadas de "interface" homem-máquina (IHM) e CLP (controlador lógico programável).
8477.30.90	086	Máquinas termoformadoras por sopro via extrusão contínua (EBM-extrusion blow moulding) para moldagem de recipientes plásticos, capazes de processar polietileno (PE), poliestireno (PS), polipropileno (PP), politereftalato de etileno (PET), polietileno de alta densidade (HDPE) e policloreto de vinila (PVC), com capacidade máxima de produção de 14.000garrafas/h, tempo de ciclo igual ou inferior a 1,8s, com extrusora de rosca vertical com diâmetro de 51mm e razão 30: 1 L/D acionada por motor com potência de 22kW (50 HP), com capacidade máxima de plastificação igual ou superior a 147kg/h, dotada de conjunto de matrizes com dimensional de 432 x 660mm (C x L) composto por 1 ferramenta completa de 7 cavidades para produzir recipientes com volume de 160mL, 1 ferramenta completa de 6 cavidades para produzir recipientes com volume de 200mL
		e 1 ferramenta completa de 6 cavidades para produzir recipientes com volume de 260mL, força de fechamento no molde de pré-forma de 460kN e força de fechamento no molde de sopro de 151kN, com deslocamento do cabeçote de 127mm, transportador giratório de retirada de garrafas com raio máximo de giro 645mm, tacômetro de velocidade de parafuso, registrador de tempo de execução de operação, sistema de alarme (visual e sonoro), alarmes de temperatura alta e baixa do plastificador, Indicador de tempo de ciclo, 4 unidades de controle de temperatura da água, detector de pré-forma elétrica a laser, bandas de aquecimento de cerâmica, controles de aquecimento integrados, contador de ciclo reiniciável, capacidade para armazenar mais de 250 conjuntos de parâmetros de processo, pressão de injeção e velocidade do parafuso
		controlados eletronicamente, de acordo com padrões de segurança ANSI e EC atuais, dotadas de "interface" homem-máquina (IMH) e CLP (controlador lógico programável).
8477.30.90	087	Máquinas de moldagem por insuflação (sopro) de termoplástico de alta capacidade (PEAD) para produção de peças de grande porte utilizados no ramo de construção civil e agrícola, com comando lógico programável (CLP), com força de fechamento de 1.300kN, capacidade de plastificação de até 460kg/h, diâmetro de rosca de 135mm, com L/D da rosca igual a 30, com alimentador de material com capacidade até 500kg/h, dotada de motor elétrico de 160kW, controle servoacionado do sistema hidráulico, cabeçote acumulador com capacidade para 60L, controlador de espessura de "parison" de 300 pontos, mesa porta molde com dimensões de 2.000 x 1.700mm, curso de abertura e fechamento mínimo de até 700mm e máximo de até 2.000mm, dispositivo esticador de parison com sistema de transferência horizontal da peça da área de moldagem para fora.
8477.30.90	088	Máquinas para moldar frascos de material termoplástico por estiramento e sopro, transformando polímeros em frascos nos formatos pré-definidos, através de plastificação de grânulos, injeção de preformas PET com 80 cavidades, estiramento e sopro com 40 cavidades, com capacidade máxima de produção de até 36.000 frascos/hora; dotadas de separador de preformas automático, moldes de injeção, moldes de sopro, sistema de recuperação de ar, desumidificador, secador de PET, extrator de garrafas, painel elétrico, painel de comando IHM ("interface" homem/máquina) e controle lógico programável (CLP).
8477.30.90	089	Máquinas elétricas para moldar termoplásticos por estiramento e sopro, transformando preformas PET em frascos com capacidade máxima de até 3L, capacidade máxima de produção de até 7.200frascos/h, com sistema contínuo de carregamento de preformas; sistema de aquecimento de preformas com fluxo laminar; sistema de troca de passo motorizado e unidade motorizada para transferência de preformas e frascos; com até 4 moldes de sopro com 4 cavidades cada, prensa de sopro guiada eletronicamente, sem óleo; dupla compensação pneumática, painel elétrico, painel de comando IHM (interface homem/máquina) e controlador lógico programável (CLP).
8477.30.90	090	Máquinas elétricas para moldar termoplásticos por estiramento e sopro de preformas PET, através de molde de 2 cavidades, capacidade máxima de produção de até 2.000garrafas/hora para garrafas de 5L sem alça, e de até 1.800garrafas/h para garrafas de 3L com alça; com sistema contínuo e automático de carregamento de preformas, prensa de sopro guiada eletronicamente, dupla compensação pneumática, painel elétrico, painel de comando IHM ("interface" homem/máquina), controlador lógico programável (CLP) e 2 moldes.
8477.59.11	033	Equipamentos automáticos de corte e posicionamento para entrega de adesivo de poliéster em formato de bumerangue, específico para aplicação em embreagem magnética de compressor automotivo, para colar o anel de fricção, com tempo de ciclo igual ou inferior a 12s, dotados de: dispositivo de suporte e desbobinamento da matéria-prima, sistema de alimentação do adesivo, prensa para corte por punção com matriz, mesa giratória com dispositivo acoplado para receber 3 adesivos defasado em 120 graus, com tolerância de posição radial de 0,2mm máximos e angular de 0,15mm máximo, unidade deslizante para movimentar a mesa giratória com precisão dinâmica de ±0,01mm para disponibilizar os adesivos, controlada por CLP.
8477.59.11	034	Prensas automáticas para moldar artigos de borracha e silicone, por compressão à vácuo (vulcanização), tipo coluna, com estação singular ou dupla, com capacidade / força máxima de fechamento igual ou inferior a 500t (4.903,32kN); capazes de operar com platôs de aquecimento de dimensões máximas iguais ou inferiores a 1.000 x 1.000mm, com sistema de paralelismo dos platôs; com diâmetro máximo do pistão igual ou inferior a 558,8mm; capacidade máxima de abertura igual ou inferior a 300mm; curso máximo do pistão igual ou inferior a 250mm; dotadas de controle de estabilidade da temperatura e câmara de vácuo sobre o molde; controladas por CLP e IHM sensível ao toque ("touchscreen").
8477.59.19	001	Prensas de vulcanização de correias especiais com área útil de 1.397 x 7.315,2mm, força máxima de 3.700t (36.285kN), tipo colunas, composto por: cilindros guias e estruturais de planicidade ±0,2 mm, buchas guias e seus suportes com sistema próprio de resfriamento de precisão de 10 graus Celsius para controle de deformação mecânica das estruturas de suporte; estrutura e reforços de suporte com planicidade de até ±1.5mm para a área fria e ±0,2mm para as áreas quentes; cilindros hidráulicos pressionadores e movimentadores com hastes de rugosidade Ra 0,2 e rugosidade de Ra 3,2 para a área das vedações, com comprimento total de 762mm; cilindros hidráulicos de abertura e fechamento de velocidade de até 40mm/s; sincronismo e paralelismo de fechamento com desvio máximo de 10mm baseado em feedbacks de transdutores lineares; superfície
		de aquecimento e vulcanização de planicidade de ±0,15 mm, rugosidade de Ra 0,8 e pressão específica de 8,8 a 29,9kg/cm²; placas de isolação térmica de espessura de 30 ±0,05mm e condutividade térmica de 0,12W/mK; capacidade de manutenção de pressão por até 45min após seu desligamento; unidade hidráulica composta por quatro motobombas de engrenagem com potência de 30HP, duas motobombas de engrenagem de 7,5HP e uma motobomba de 4HP, eletromecanicamente atuadas; controle via PLC e IHM.
8477.59.90	148	Máquinas classificadoras de grãos, com 6 telas na câmara rotativa, sendo 3 para desaguamento e 3 para classificação, com capacidade nominal de classificação de 32.000kg/h de resina termoplástica (polietileno), taxa de desague nominal de 410m³/h, com velocidade de rotação de 16rpm, para a separação da água e dos grânulos de polímero (pellets), e remoção dos aglomerados para classificação dos grânulos.
8477.59.90	149	Máquinas automáticas para moldagem de embalagens termoplásticas rígidas, por meio de quatro estações sendo: injeção de preforma, aquecimento, estiramento e sopro, e extração; capacidade teórica de injeção até 480cm³, força de fechamento de injeção até 680kn, força de fechamento de sopro até 280kn, potência instalada até 37Kw, diâmetro da rosca até 60mm; dimensões do produto/molde: número de cavidades até 12, diâmetro do gargalo até 149mm, diâmetro do corpo até 204mm, atendendo embalagens com capacidade até 5.000ml, com ou sem dispositivo de saída orientada de frascos e/ou secador/carregador de matéria prima, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 361.938,00.
8477.80.90	603	Máquinas impressoras 3D em 3 eixos, X, Y e Z, com volume máximo de impressão de até 192 × 120 × 400mm, largura de borda a borda de 350mm, para impressão de modelos em resinas sintéticas plásticas ou de plástico através da tecnologia "Estereolitografia LCD", velocidade de produção de 200 a 600mm/h, resolução de até 150 micrometros e precisão de até +-10micrometros, sendo o traçado customizável e com espessura entre 10 e 300 micrometros, impressão através de uma injetora, no sistema "CNC" e sistema óptico de LED azul 5.500 LUX com sistema de arrefecimento líquido, temperaturas de trabalho entre 18 e 28 Graus Celsius, para operar em corrente alternada de 100 e 240V, 6A e frequência de 50/60Hz, conexão por meio de Wi-Fi, USB e cabo Ethernet para receber comandos de impressão.
8477.80.90	604	Máquinas automáticas próprias para junção de materiais termoplásticos através do processo de soldagem a gás quente (nitrogênio), dotadas de: mesas superior e inferior para fixação das peças, de movimentação vertical; painel de controle com comando lógico programável (CLP) e display colorido; sistemas de acionamento eletromotriz (servo motores) para as mesas superior/inferior e cabeçote de aquecimento; sistema de controle de temperatura ajustável com dispositivo de resfriamento; cabeçote de aquecimento do gás por resistências elétricas, de movimentação horizontal e potência máxima de 21,6kW.
8477.80.90	605	Combinações de máquinas para plastificação de uma camada de massa plástica de "PP" ou "LDPE" em substratos têxteis (tecido plano ou tubular), com velocidade máxima de 250m/min, largura do produto entre 800 a 2.000mm, compostas de: desbobinador duplo de substratos têxteis com largura máxima da bobina de 2.000mm; sistema de alinhamento do substrato têxtil; unidade de aquecimento por meio de rolos e tratamento eletrostático tipo corona; extrusora de filme plástico de polipropileno (pp) ou polietileno de baixa densidade (ldpe), suspensa com estrutura móvel, rosca de diâmetro de 100mm.30d, plastificação máxima de 450kg/h, sistema de troca tela automático e bomba de polímeros, sistema de alimentação gravimétrico de resinas; plastificadora, dotada de cilindros resfriados e barras de reversão do tecido; unidade refiladora (corte) por meio de faca e moinho; bobinador com troca automática do rolo; controlador lógico programável (CLP) e tela sensível ao toque.
8477.80.90	606	Conjuntos para modernização de bobinador intermediário com 2 estações de bobinamento de linha de produção de filmes PET bi-estirado, composto por, painéis elétricos para realizar disjunção, controle e distribuição de energia elétrica para os demais componentes que compõem a máquina; conjunto de servo motores de corrente alternada que operam de maneira síncrona por meio de inversores de frequência com retroalimentação de dispositivos de pulso (encoders); Sistema eletrônico de controle de operação da máquina composto por uma unidade PLC; sistema supervisório para operação da máquina e monitoramento de variáveis de processo, indicação de alarmes, diagnósticos e possibilidade de ajustes na forma de operação e controle do equipamento; Sistema automatizado de corte transversal com movimentação motorizada e acionamento motorizado da lâmina de corte; Kit para adaptações mecânicas contendo acoplamentos, consoles para motores, correias, e demais componentes para montagem de anel coletor.
8477.80.90	607	Máquinas automáticas para corte de espumas de poliuretano, látex, poliéster e outros materiais, concebidas para cortes de precisão e de peças tridimensionais (3D), com velocidade máxima de corte igual ou inferior a 40m/min, capazes de operar com blocos de dimensões máximas iguais ou inferiores a 2.200mm de largura, 2.200mm de comprimento e 1.400mm de altura, dotadas de: lamina com rotação de 360 graus, plataforma giratória, painel LCD para monitoramento do corte em tempo real; unidade controladora móvel com CNC (controle numérico computadorizado); com ou sem guia de corte com 4 posições para cortes extremos.
8477.80.90	608	Impressoras 3D industriais que materializam os objetos por tecnologia do tipo estereolitografia (stereolithography apparatus - SLA), por meio de laser do tipo "Solid-state frequency tripled Nd: YV04", com comprimento de onda de 355Nm, realizando a produção de objetos tridimensionais a partir de resina fotossensível, com área de impressão máxima de 350 x 600 x 350mm, contendo sistema óptico de digitalização com velocidade de 10m/s (scanner galvonométrico), taxa de acuracidade de L menor ou igual 150mm: ±0,08mm; L maior que 150mm: ±0,08%*L, com painel de controle de tela "touchscreen", com conectividade por USB e "pen drive".
8477.80.90	609	Impressoras 3D que materializam os objetos por tecnologia do tipo estereolitografia (stereolithography apparatus - SLA) por meio de tela LCD (Liquid Crystal Display) e lâmpadas UV com comprimento de onda de 390 a 420Nm com a construção de objetos tridimensionais a partir de resina fotossensível, área de impressão de 110 x 50 x 120mm a 180 x 110 x 120mm e resolução de 5 até 18 mícrons de precisão de altura de camada de tamanho do pixel, tela "touchscreen" 3,5 polegadas, conectividade por USB.
8477.80.90	610	Granuladores mecânicos, para corte de resinas termoplásticas em grãos (pellets), com taxa nominal de processamento de 31.552kg/h, capacidade máxima para operação com matrizes de 2.320 furos e motores elétricos de 150HP de potência, composto de: bloco principal com canais internos para uniformização da temperatura (aquecimento); eixo rotativo vertical suportado por mancais de precisão (de rolamentos) inferior e superior; sistema de ajuste e bloqueio da posição do eixo.
8477.90.00	457	Cabeçotes de co-extrusão para utilização em máquinas de moldar por insuflação(sopradoras) destinadas à fabricação de embalagens plásticas com até 5 camadas, dotados de 2 extrusoras verticais equipadas com servo-motor e duplo funil para purga e alimentação com atuadores pneumáticos de 3 posições, 3 flanges de adaptação para extrusoras horizontais, 2 ou 4 "parisons" com servo-motor para controle de espessura da parede axial "parison" e ajuste de peso, conjunto de trefilas, painel elétrico de controle "tipo escravo" com inversores e sistema de refrigeração.
8477.90.00	458	Placas matrizes para conformação de extrusoras de polímeros (polipropileno e de polietileno) em "pellets", com capacidade de produção de 10 a 40t/h, de formato arredondado, elaboradas em aço carbono, com revestimento de carbeto de tungstênio (TIC) na face de corte, com canais internos para aquecimento, compostas de 1.000 a 2.600 furos para passagem de resina.
8479.10.90	084	Pavimentadoras de concreto autopropulsadas sobre 3 esteiras, para fabricação de artefatos de concreto em operação contínua, dotadas de sistema de alimentação de concreto através de correias ou transportador helicoidal, com molde extrusor deslizante montável lateralmente à esquerda ou à direita do equipamento, com vibradores elétricos ou hidráulicos para compactação do concreto, com capacidade máxima de pavimentação de 1.800mm de largura e 1.300mm de altura, ajustável na lateral em até 700mm e na profundidade em até 400mm, velocidade máxima de pavimentação de 15m/min e velocidade máxima de deslocamento de 35m/min.
8479.20.00	037	Equipamentos de extrusão e resfriamento de gelatina concentrada a 30%, fabricados em aço com 4 camadas de cromo, com capacidade nominal de 3.000kg/h, dotados de: 2 unidades de transferimento de calor por conjunto de cilindros horizontais encamisados tendo em seu interior um eixo com laminas raspadoras com motor de 45kW, idôneo ao funcionamento com glicol com área de troca de calor de 1,75m² a pressão máxima de 75bar, montados em uma estrutura aberta e dotados de sistema de oscilação/rotação automático dos equipamentos, com capacidade de calor sensível e mecânica de 75kW, com auto lavagem totalmente automática por meio de um sistema fechado de recuperação dos líquidos de lavagem.
8479.81.90	457	Combinações de máquinas para fabricação de cabos retangulares (entrelaçados) com 5 a 65 fios elétricos de cobre e alumínio esmaltados de seção transversal retangular com dimensões de largura (3 a 12,5mm) espessura (1 a 3,75mm) compostas de: gaiola desbobinadora com 42 a 66 desbobinadores individuais, cabeça de transposição para entrelaçamento dos fios com sistema de lubrificação; 3 cabeçotes de encapamento com 8 flanges de fita isolante para envelopar o cabo; tracionador para tracionar o cabo transposto pela máquina; bobinador para bobinar o cabo em carreteis, equipado com sistema eletrônico de monitoramento de continuidade de isolação entre os condutores elétrico para falhas de isolamento nos fios; sistema de painéis elétricos de comando e controlador lógico programável.
8479.81.90	458	Combinações de máquinas para esmaltagem vertical de fios retangulares de cobre e alumínio com seção retangular maior ou igual a 3mm² e menor ou igual a 100mm², com capacidade de produção máxima de 4 fios simultaneamente (1 a 4 linhas) e velocidade máxima de trabalho de 40m/min, compostas de: 4 conjuntos desbobinadores do fio nu com sistemas de freio integrado; 4 sistemas acumuladores (pulmão) do fio nu com polias e torre; de 2 a 4 fornos de recozimento vertical aquecidos eletricamente contento unidades de geração de vapor, subsistemas para lavagem do fio nu com tanques de água e sistemas de limpeza do fio nu; de 4 a 6 aplicadores de esmalte sobre o fio nu acompanhados de tanques e bombas para alimentação de esmalte; de 4 a 6 fornos de esmaltagem vertical aquecidos por resistência elétrica e pela queima de solvente evaporado do esmalte contendo dispositivo de aspiração e catalizador; 4 subsistemas de resfriamento por ventilação forçada do fio esmaltado curado; 4 conjuntos de bobinadores para enrolar o fio esmaltado contendo de 1 a 2 eixos e controlador lógico programável; Sistema de painéis elétricos de comando e controlador lógico programável.

8479.82.10	265	Cubas de construção sanitária em aço inoxidável austenítico AISI 304 (2B), acabamentos polidos com rugosidade menor que Ra 1 micrômetro e tolerância de 0,005%, próprios para contato com alimento, com capacidade compreendida entre 3.000 e 18.000L, próprias para mistura e homogeneização de líquidos com densidade de 1g/ml, sem tratamento térmico, dotadas de pá homogeneizadora em aço inoxidável austenítico AISI 304, com motoredutor acoplado com de 60Hz e baixo rpm (25); com ou sem unidade de controle e limpeza, com ou sem válvulas de expansão, com mecanismo de aferição de volume com régua milimétrica de aço AISI 316, de gravação a laser, isenta de pintura ou contaminante; tubo de saída com design apropriado para escoamento de até 40L/min; tubo de saída e válvula sanitária em aço inoxidável austenítico AISI 304, com diâmetro de 3 polegadas e sentido de fluxo otimizado com funções antiobstrução e antiacúmulo de sólidos ou líquidos; tampa de inspeção de 360 graus em aço inoxidável AISI 304 austenítico, pés niveladores em aço inoxidável AISI 304 austenítico, homologadas com as certificações LNE-10597, ISO 9001:2008 e ISO 14001:2004.
8479.82.10	266	Máquinas para mistura, homogeneização e granulação automática de produtos farmacêuticos em bateladas para fabricação de comprimidos, projetadas para processar produtos solventes ou aquosos, dotadas de: misturador de alta densidade resistente à pressão de 12bar com recipiente de volume operacional máximo ou igual a 1.200L e capacidade de trabalho de 188 a 600kg com sistema de pulverização, bomba peristáltica, sistema de limpeza, sistema de controle descentralizado, painel de operação tela sensível ao toque de 19 polegadas e sistema de controle mestre; moinho de peneira cônica integrado ao misturador para moagem de produto úmido com capacidade útil de trabalho de até 5.000kg/h, dependendo do produto, com funil de carga, câmara de moagem, chute de descarga com calha para transporte pneumático, rotor, motor elétrico e controle.
8479.82.10	267	Máquinas para misturar e homogeneizar ração animal peletizada ou extrudada durante a aplicação de líquidos pós-granulação, com capacidade máxima de fabricação compreendida entre 1 e 150t/h, dotadas de: sistema de pesagem contínuo do fluxo de massa sólida através de esteira pesadora com sistema autolimpante; misturador homogeneizador de duplo eixo com pás reguláveis, equipado com sistema de aquecimento interno e estrutura de aço inoxidável, e com abertura superior para instalação de injetores de dosagem de enzimas e micro líquidos; com ou sem sistema recobridor centrifugo (disc-coater) com discos rotativos sincronizados, com estrutura de aço inoxidável, para aplicação de óleos, gorduras, vitaminas, e medicamentos, dotado de fluxômetro mássico, bomba dosadora, sistema autolimpante e sistema de aquecimento interno.
8479.82.10	268	Misturadores para homogeneização uniforme de porções de pós e/ou granulados de produtos farmacêuticos, para utilização com contêineres/recipientes de formatos variados, fabricados em aço inoxidável, com dispositivo de elevação com capacidade máxima de carga maior ou igual a 1.500kg, velocidade máxima de rotação maior ou igual a 6rpm, gerenciamento automatizado de programas de mistura, sensor de segurança, controlador lógico programável (CLP) e "interface" homem-máquina (IHM), atendendo aos requisitos da norma 21 CFR parte 11 do FDA (Food and Drug Administration).
8479.82.90	206	Máquinas misturadoras automáticas para controle e correção contínua de densidade de esmaltes e vernizes, através do monitoramento, adição e mistura de aditivos para a obtenção da correta densidade baseada em parâmetros pré-estabelecidos, com precisão de +/-1g/L, dotada de tanque em aço inoxidável com capacidade para 210L, bomba de mistura por centrifugação com potência de 1,1kW, controle e correção automática da densidade ao longo do ciclo de produção, medidor de densidade maciça, painel de operação com "interface" homem-máquina (IHM) "touchscreen" integrado para visualização do ciclo de preparação e produção, ciclo de lavagem automática após o ciclo de produção e possibilidade de controle remoto do painel de operação com controlador lógico programável (CLP).
8479.82.90	207	Máquinas misturadoras automáticas para controle e correção contínua de densidade e viscosidade de esmaltes e vernizes, por monitoramento, adição e mistura de aditivos para a obtenção da correta densidade e viscosidade conforme parâmetros pré-estabelecidos, com precisão de +/-1g/L, dotadas de tanque em aço inoxidável com capacidade para 210L, bomba de mistura por centrifugação com potência de 1,1kW, 4 reservatórios para aditivos com pesagem e dosagem automática por células de carga, controle e correção automática da densidade e viscosidade ao longo do ciclo de produção, medidor de densidade e viscosidade tipo "Coriolis", painel de operação com "interface" homem-máquina (IHM) "touchscreen" integrado para visualização do ciclo de preparação e produção, ciclo de lavagem automática após o ciclo de produção e compatível com controle remoto do painel de operação com controlador lógico programável (CLP).
8479.82.90	208	Combinações de máquinas para preparação de compostos de PVC, compostas de: misturador quente com capacidade de 300L; misturador frio com capacidade de 600L, que faz a mistura dos componentes (resina de PVC, carbonato de cálcio e aditivos); rosca alimentadora do composto de PVC.
8479.89.11	163	Máquinas compressoras rotativas automáticas para fabricação de comprimidos farmacêuticos, de dupla saída, com capacidade de produção máxima teórica igual a 528.000comprimidos/h (variável em função da geometria dos comprimidos), força máxima na zona de pré-compressão igual a 100kN, força máxima na zona de compressão principal igual a 100kN, com duas torres (rotores) intercambiáveis de 55 estações puncionadoras, um jogo de ferramental tipo EU1"-441" (punções inferiores, superiores e segmentos), sistema automático de controle de conformidade dos comprimidos (averiguação de peso, diâmetro, espessura e dureza), 2 desempoeiradores de comprimidos com detectores de metais, 2 dispositivos automáticos de descarga de comprimidos com controle de dosagem e alternância de fluxo em 2 vias, sistema de aspiração e filtragem de poeira, controladas por sistema computadorizado com "software" dedicado e "interface" homem-máquina (IHM).
8479.89.11	164	Equipamentos para pressionamento axial hidráulico de rolamentos de aerogeradores com força de tensão de 800kN e pressão máxima de 170bar, compostos por porca hidráulica com diâmetro de 1.100mm, bomba hidráulica de 200bar com multi-circuito elétrico, braço oscilante com comprimento de 1,6m e altura ajustável em passos de 100mm e bomba hidráulica de refluxo de óleo com vazão máxima de 50L/min e pressão máxima de fluxo de 5bar.
8479.89.11	165	Máquinas compressoras rotativas automáticas para produção nominal mínima de 135.000/h e máxima de até 1.080.000/h de comprimidos mono camada (diâmetro máximo de 18mm), com dupla saída, 75 estações de punções (norma EU19), força máxima de compressão de até 100KN, dotadas de motor "torque-drive" com trocador de calor interno para operação contínua de refrigeração, dispositivo de rejeição de comprimidos à alta velocidade, 2 desempoeiradores de comprimidos para remoção do excesso de pó e rebarbas com detector de metais, terminal do operador com tela de 15 polegadas "touchscreen", painel elétrico com CLP e PC industrial.
8479.89.11	166	Prensas para montagem e desmontagem de pneus do tipo fora-de-estrada em rodas de aro de tamanho igual ou superior a 25 polegadas e inferior ou igual a 49 polegadas, dotadas de plataforma em aço contendo mesa deslizante para movimento frontal, guincho de capacidade igual ou superior a 1t, sapatas superiores e inferiores controladas hidraulicamente para o posicionamento preciso de rodas para montagem e desmontagem de pneus, unidade hidráulica de potência igual ou superior a 30HP, e podendo ou não ser controladas remotamente pelo operador.
8479.89.11	167	Prensas hidráulicas projetadas para operações de colagem, dotadas de ferramentas superior e inferior (moldes) em alumínio e aço, formadas por duas estruturas duplas sobrepostas, equipadas com ligações pneumáticas; cilindros de bloqueio e ventosas para fixação de peças; sistema hidráulico para movimentação da placa móvel com pressão de funcionamento do molde de 72bar; guias lineares de deslocamento lateral para instalação dos moldes, com movimento efetuado por dois cilindros hidráulicos; carga máxima da área de armazenamento no teto de 250kg/m², velocidade do molde de 125mm/s e capacidade pneumática da linha de 5 a 7bar.
8479.89.12	165	Dispensadores automáticos modulares, para dosagem de aditivos líquidos em ração animal pós-granulação, tais como: água, enzimas, aromas, medicamentos, vitaminas, pigmentos e probióticos, gorduras e óleos, permitindo a incorporação de aditivos termosensíveis de forma contínua e o controle de cada lote de produção segundo as necessidades nutricionais de cada espécie ou idade de animal, controlado por um CLP, permitindo a dosagem de 2, 3 ou 4 líquidos simultaneamente, dotado de duplo controle de dosagem (medidor de fluxo mássico + balanças nos reservatórios), com 1, 2 ou 3 reservatórios de aço inoxidável AISI 316 para armazenamento de micro ingredientes e 1 reservatório plástico para armazenamento de água, equipado com: medidor de fluxo mássico com precisão de incorporação de 0,005%; bombas acionadas magneticamente para bombear os aditivos; válvula piloto de micro regulação e medidor de fluxo indutivo para dosagem de água; bomba de impulso do tipo centrifuga; programa de gerenciamento "scada"; tela táctil colorida de 6 polegadas; 3 ou mais corpos atomizadores com agulha autolimpante para pulverizar os aditivos homogeneizados no fluxo de ração; misturador estático para homogeneização.
8479.89.12	166	Máquinas dosadoras volumétricas/gravimétrica de produtos químicos e auxiliares em estado líquido para máquinas de tingimento e acabamento de tecidos, controladas por um CLP (controlador lógico programável), com sistema de dosadora de serviços, dotadas de: bomba trilobular de aspiração; coletor modular contendo 5 ou 10 válvulas de 2 vias de entrada de produtos por módulo; conta litros de princípio de coriólis (mássico);com sistema de pesagem gravimétrico integrado; estrutura feita de aço inoxidável; sistema de comunicação Ethercat entre válvulas; com válvulas de 3 vias de distribuição em mono linha ou através de distribuidor robótico; sistema de lavagem por meio de água e ar comprimido.
8479.89.12	167	Estações de trabalho automatizadas para dosagem e distribuição de líquidos, preparo de amostras, entre eles, amostras humanas, animais, vegetais, reagentes diversos com vasto intervalo de volume de amostras, a partir de 1 até 10ml ou mais, dotadas de: braço robótico de 4 ou 8 agulhas com disponibilidade de uso de ponteiras fixas laváveis ou ponteiras descartáveis em um mesmo adaptador, distância lateral variável e detecção da altura de líquido independente, entre as agulhas, com funcionamento principal através de sistema hidráulico, com ou sem braço com garra para movimentação de acessórios.
8479.89.91	011	Lavadoras automáticas de microplacas de "ELISA" com painel sensível ao toque LCD acompanhadas de cabeça de lavagem com 96 pinos de aspiração e dispensação de aço inoxidável 304 para microplacas de 96 poços, acompanhadas de 2 ou 4 frascos de 4L com sensor de nível e 1 reservatório de descarte de 10L, possuem como opcionais cabeça de lavagem de 384 poços, cabeça de lavagem com pinos de dispensação angulados para células aderidas no formato de 96 ou 384, com cabeças de lavagens intercambiáveis pelo usuário, com programas dedicados para limpeza automática, operações de programação acessíveis no painel LCD, não requerem bomba de vácuo e compressores externos ao equipamento.
8479.89.99	071	Unidades funcionais para conformação simultânea e forjamento à quente para fabricação de parafusos e porcas com diâmetro nominal de até 72mm (M72), compostas de: conjunto de prensa de ponto único com ciclo de produção de até 22peças/min; conjunto de linha de produção de manipulador bidimensional para porca; braço robótico para produção de parafusos; Jateadora para parafusos de esteira aramada de alta velocidade e de passagem, máquina com 10 cabeçotes, espiral longitudinal, espiral horizontal, separador de granalha, elevador, válvula de abastecimento automática, sistema de limpeza de alta pressão e sistema removedor de poeira; Jateadora com impulsor rotativo de alta velocidade, com tambores e esteiras em borracha, acessórios e CPL.
8479.89.99	698	Máquinas lavadoras automáticas de pisos dedicadas à lavagem e secagem de pisos comerciais e industriais, acionadas por baterias, dirigível por sistema autônomo com sensores multicamadas para percepção de ambientes ou por operador a bordo, com sistema de lavagem utilizando 2 escovas tipo disco e faixa de lavagem de 650mm, com capacidade do tanque de solução e do tanque de recuperação de 110L cada, com sistema de troca rápida de escovas e lâminas de rodo sem necessidade do uso de ferramentas.
8479.89.99	702	Máquinas para troca de óleo da transmissão, em veículos, em aço, dotadas de bomba, fonte de energia de até 380V, com tanque de capacidade máxima de até 40L e filtro, com tubo de saída e entrada e tubo de descarga, com tela "touchscreen", LCD ou analógico.
8479.89.99	764	Mesas giratórias eletromecânica de fixação no solo, torque nominal de 5.000Nm, diâmetro da plataforma de 2.000mm e altura 500mm, velocidade de rotação de 0 a 3rpm, ângulo de rotação de 0 a 360 graus, fonte de alimentação trifásica com tensão de 380V/60Hz, motor elétrico com potência de 4kW e circuito de comando tensão contínua de 24V e gabinete/painel de controle de operação, para aplicação exclusiva para montagem dos eixos de naceles de aerogeradores.
8479.89.99	768	Posicionadores orbitais com capacidade de manuseio de 1.000kg, com grau de proteção IP65, com inercia máxima de até 400kgm2, precisão de posicionamento de +/-0,06mm, composto por 2 eixos , e uma base fixa no solo e uma caixa de engrenagem para a rotação da flange, para o posicionamento de peças para a realização de trabalho manual ou mesmo robotizado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 graus Celsius, máxima velocidade de rotação na flange 90graus/s , tempo para a aceleração de 0,75s.
8479.89.99	773	Máquinas para emenda de fibra óptica, com sistema de alinhamento por "V-Groove Ativo", com calibração automática do arco por meio de sensores de temperatura e pressão atmosférica; com tempo de fusão de 7s em modo rápido e tempo de aquecimento igual ou superior a 15s; com capacidade máxima de até 320 modos de fusão e até 32 modos de aquecimento; com ou sem clivador de precisão; com condições de operação em altitude de 0 a 5.000m, umidade relativa de 0 a 95% sem orvalho, temperatura de operação de -10 a +50 graus Celsius e vento de até 15m/s; com "display" colorido de alta resolução, com tela de 4,3 polegadas com ou sem "touchscreen", ampliação de zoom de até 240 vezes; com eletrodo para até 5.500 arcos; com capacidade de armazenamento dos últimos 10.000 resultados.
8479.89.99	774	Carretéis automáticos ou manuais, blindados ou não, para enrolamento de cabos elétricos de 1 a 7 vias, rede ou mangueira de ar, com enrolamento máximo de até 70m, acompanhados ou não de "plug" ou lanterna, com ou sem transformador, com cabo ou mangueira ou não.
8479.89.99	775	Comandos para controle de escoamento de óleo ou graxa lubrificante, acionadas por meio de gatilho, com entrada de 1/8 até 3 polegadas, pressão máxima de até 15.000psi, com conexão giratória ou não.
8479.89.99	776	Unidades portáteis para pulverização ou de solo, com pressurização manual ou ar comprimido, em plástico, aço carbono ou inox, com regulador de pressão ou não, reservatório de até 100L, com pressão de operação de 5 a 300psi, acompanhados ou não de mangueira.
8479.89.99	777	Unidades de abastecimento para transferência de líquidos, com visor de nível ou não, com capacidade para até 30L, vazão de 1 a 30L/min, desarme automático ou manual, válvula anti-derramamento, com trava de segurança.
8479.89.99	778	Aparelhos para montagem controlada, compostos de atuador eletromecânico de movimento retilíneo integrado com servomotor, caixa de transmissão por redução planetária, eixo de esferas ou de roletes para conversão do movimento de rotação do servomotor em movimento linear da haste de trabalho, transdutores de força do tipo "strain gage" para medição de esforço de compressão e de tração, com capacidade de força de prensagem nominal entre 2 e 1.000kN, com curso de atuação de até 800mm, e velocidade de movimentação linear de até 800mm/s.
8479.89.99	779	Combinações de máquinas para parafusamento, do frontal do forno na cavidade com alimentação automática e tremonha de recarga sobre base de apoio, para parafusos autoperfurantes de 3,5 (largura) x 9,5mm (comprimento), com rotação máxima até 1.500rpm, com estimação de formação de torque até 1Nm e torque de aperto até 1,8Nm, tempo de ciclo "start-start" de 4s, compostas de: cabeçote de parafusamento com guia de alinhamento de 3 pinças com cabeçote de engate rápido de mudança de ponta, controlador de sequência PLC com componentes pneumáticos para sistema de parafusamento autoalimentado, unidade de alimentação de parafusos com volume de enchimento até 1,2L e cabine acústica.
8479.89.99	782	Equipamentos para recuperar, armazenar e reutilizar o gás hélio, com alimentação elétrica de 460Vac/60Hz/trifásico, potência consumida de até 5,5kW, capacidade dos tanques de 270 e 500L, capacidade de recuperação de 100Nl/min e pressão de fornecimento máxima do gás de 110bar abs (110barg), aplicado a testes de estanqueidade de unidades condensadores e seladas para sistemas de refrigeração, com micro controlador com tela "touchscreen", tanques de armazenamento de alta e baixa pressão, com válvulas de segurança, bomba de vácuo com capacidade de até 50m³/h e compressor com taxa de compressão de até 100Nl/min.
8479.89.99	783	Máquinas automáticas para inserção de componentes "Pin Through Hole" (PTH), com movimentações em 3 eixos, equipados com 6 cabeças, com capacidade para alimentação múltipla, com mesa de elevação motora, com função de troca de garra disponível, com sistema de transporte de 3 seções com ajuste de largura motorizado e mecanismo de fixação de placas de circuito impresso (Printed circuit board - PCB), com sistema de visão para avaliação da posição dos componentes; a alimentação pode ser feita por meio de fitas, tubos, bandejas, vibrações ou por meio de alimentação customizada; suporta vários alimentadores.
8479.89.99	784	Equipamentos de detecção de vazamento com método de câmara de vácuo, utilizando hélio como gás rastreável, com taxa de detecção de vazamento em até 1 x 10-7mbar l/s através de um espectrômetro de massa, um sistema de bombas de vácuo de até 1.500m³/h, aplicado a testes de estanqueidade de unidades condensadores e seladas para sistemas de refrigeração, com pressão de trabalho até 45bar, dotados de controle microprocessador, tela "touchscreen" e programação com até 200 ciclos de trabalho.
8479.89.99	785	Equipamentos de marcação de capacitores, medição elétrica da resistência série em alta frequência, segregação automática de peças boas ou ruins com velocidade de até 90peças/min.

8479.89.99	786	Limpadoras e secadoras de piso residencial do tipo esfregão automático com sistema de autolimpeza dos rolos e de sucção, base articulada, tensão de alimentação de 110 a 240V em corrente contínua, bateria de Lítio de 7,2 a 25,2V apresentam potência de 30 a 460W, movidas a cabo elétrico e/ou bateria com carregador integrado, com reservatório de água limpa de 360 a 400ml e suja de 140 a 200ml, além de operarem a 500rpm e atuarem com área de limpeza de 300mm.
8479.89.99	787	Combinações de máquinas para geração sequencial de ondas oceânicas, perfeitas, de diferentes tipos e formatos, para a prática de surfe e outros entretenimentos, em lagos artificiais, com frequência máxima horária de pelo menos 600 ondas com duração mínima de 20s, altura mínima de 0,5m e máxima de no mínimo 1,8m, baseadas em maquinário dedicado e salas de câmaras pressurizadas, compostas de: ventiladores de pressão com motores de indução assíncronos, trifásicos, equipados com sensores de temperatura e de vibração; sistemas de injeção de ar dotados de: válvulas bidirecionais de pressão e cotovelos, ambos fabricados em aço inoxidável; controladas por sistema de controle digital, alojados em sala de controle e distribuição elétrica, composta por controladores automáticos de velocidade, baseados em inversores de frequência alimentados por retificadores trifásicos, com comando lógico programável computadorizado, com "interfaces" homem-máquina, monitoramento remoto via internet e "software" dedicado de parametrização, controladores pneumáticos e console do operador; equipadas com cabos, elementos de conexão e dispositivos de proteção, montagem e manutenção.
8479.89.99	788	Veículos transportadores sobre rodas não propulsados com suspensão hidráulica ou pneumática, 4 sistemas hidromecânicos de direção: rígido, por flexão, por meio de plataforma giratória e articulada, ângulo de atuação até 50 graus nos eixos traseiros; 1 sistema de ajuste de altura da plataforma e suporte frontal manual e hidráulico, plataforma dianteira plana ou com "pescoço de ganso"; com 3 eixos a 8 linhas de eixos, extensível até 3 módulos tipo telescópicos; para movimentação e transporte de carga única/dupla volumosas e longas como pás de turbinas eólicas e seções de pontes; comprimento retraído de 26,1m e estendido até 60m, largura 2,5m, tara 23.000kg, suportando peso bruto até 58.000kg.
8479.89.99	789	Máquinas de fusão de fibra óptica para emenda de uma única fibra e/ou em massa para fibras especiais "ribbon", com área de aquecimento de até 12 fibras com sistema de alinhamento "v-groove", com tempo típico de fusão igual ou inferior a 20s; com protetor de vento automático; com capacidade de até 100 modos de fusão; com clivador de precisão com conexão "bluetooth"; com decapador para fibra especial "ribbon" com conexão "bluetooth", com "display" colorido de alta resolução, com tela LCD sensível ao toque, com ampliação de visão de até 20 vezes para fibras "ribbon" e 60 vezes para fibra única, com entrada USB 2.0 para "interface" com PC, com bateria para até 500 ciclos de recarga; com eletrodo para até 1.500 fusões; com capacidade de armazenamento dos últimos 10.000 resultados de fusões; com tecnologia "bluetooth" para conectividade; com maleta multifuncional.
8479.89.99	790	Máquinas para montagem de dispositivos eletrônicos de identificação animal denominados "brincos eletrônicos" (microchip) do tipo HDX "half duplex", com controlador lógico programável (CLP), dotadas de: sistema de carregamento do carretel, dispositivo para colocação do microchip, mecanismo de bobinamento do fio de cobre no carretel, dispositivo para soldagem por termo compressão, unidade de corte de fios, sistema para realização de teste de controle de qualidade, 2 dispositivos de viragem de paletes, unidade de termo deformação para fixação do microchip, mecanismo de espera de paletes.
8479.89.99	791	Máquinas automáticas para fabricação de absorventes para seios em formato redondo, com núcleo absorvente composto por polpa de celulose e gel superabsorvente, com estrutura compacta estável, com funções de inspeção, rejeição e contagem automáticas, controlador lógico programável "touchscreen", velocidade nominal teórica de 800pcs/mim, velocidade de produção de 600pcs/mim, consumo elétrico 172kW, alimentação 380V, 60Hz, trifásica, dotadas de quadro estrutural geral, drive geral, suporte de desenrolamento de polpa de celulose, moinho de serragem, aplicador de polímeros superabsorventes, unidade de ranhura central, controle de tensão da matéria-prima, unidade de compactação de contorno, dispositivo de desenrolamento e corte do papel siliconada da adesão dorsal, unidade de corte final, dispositivo de saída do produto, sistema de coleta de poeira tipo saco manga, sistema de controle automático de qualidade e saída de rejeição.
8479.89.99	792	Ferramentas com uniões ajustáveis, pressão de trabalho de 6.500psi, 6 a 24 polegadas de curso, com orientação em incrementos de 6 graus, com travamento em sentido horário ou anti-horário, com selos elastoméricos ou não-elastoméricos, confeccionadas em ligas de aço carbono, aço inoxidável austenítico ou martensítico, utilizadas para ajustar a folga dos capilares das linhas hidráulicas e do cabo de potência do sistema de bombeio centrífugo submerso na completação de poços de petróleo.
8479.89.99	809	Pórticos de lavagem com amplas possiblidades de programação para lavagem automática de caminhões, ônibus, vans e carros, com altura livre de lavagem de 4,2 ou 4,6m, largura livre de 2,5m e com comprimento de lavagem de até 25m, com suprimento de até quatro tipos de produtos químicos diferente (espuma de pré-lavagem superior e inferior, shampoo e cera hidrofugante de secagem), com monitor colorido de 7 polegadas para seleção de programas, com estrutura em aço tubular galvanizado por imersão a quente, com fixadores em aço inoxidável, com possibilidade de gerenciamento específica de vários tipos de espelhos, spoilers, plataformas com bordas laterais, reboque, ganchos, plataformas hidráulicas traseiras, etc, com 2 conversores de frequência, com possibilidade de gerenciamento de programas de forma personalizada metro a metro do
		veículo, com possiblidade de excluir o uso da escova vertical na parte da frente dos veículos (para adaptar o ciclo de lavagem a veículos mais complexos), com gerenciamento de horário de abertura e fechamento com bloqueio automático do sistema, com possiblidade de lavar na modalidade "drive throught", pórtico sobre trilhos, ou ambas combinadas, com sobreposição (ballet) de escovas duplas dianteiras e traseiras (e ballet especial para ônibus com espelhos longos, com uma escova atuando e outra em espera), com ou sem opcional de pré-lavagem em média pressão e alta vazão (20bar e 100L/min) na lateral, lateral inferior e teto com gerenciamento separado, com ou sem opcional de média pressão extra com cabeçotes rotativos na lateral superior, lateral inferior e teto, com ou sem opcional de lavagem por baixo do chasssi tipo "drive through",
		com ou sem opcional de luz tipo semáforo de LED para sinalizar avanço, parada e retrocesso, com ou sem opcional de partida suave da rotação das escovas, com ou sem kit opcional de gerenciamento de abertura e fechamento de portas da baia, com ou sem opcional de bombas dosadoras de produtos químicos a distância da máquina, com ou sem opcional de detector de nível mínimo de produtos químicos com alarme de aviso, com ou sem opcional de modem GSM para aviso de quebras, anomalias e número de lavagens via sistema SMS, com ou sem opcional de sistema de instalação, ativação e gerenciamento remoto, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 423.035,23.

8479.89.99	810	Unidades Hidráulicas de prensagem isostática com força de até 200t, pressão máxima 270bar, dotadas de: 3 cilindros hidráulicos prensagem; 1 unidade hidráulica móvel prensagem; 1 unidade de controle de prensagem.
8479.89.99	811	Máquinas aplicadoras bilaterais de cola "pur" em peças planas de PVC estruturado por um cabeçote superior apoiado em quatro colunas móveis e um cabeçote inferior, cada um com um rolo dosador metálico aquecidos com resistências elétricas em banho de óleo térmico integrado, com um rolo aplicador sem resistências revestido de elastômero resistente à temperatura, com suporte-guia para o deslocamento motorizado lateral da máquina, com fusor dosador de cola com capacidade de 200kg e fusor limpador de 4 a 8kg, integrados, com pistolas injetoras para dosar e limpar, automaticamente, as áreas em contato com a cola, com ajuste da gramatura da cola a aplicar, com uma resolução de escala de ajuste de 0,1mm., com painel de controle sistemático com detector de passagem de peças planas, com variação independente para as velocidades do transporte e dos cabeçotes mediante 4 moto redutores com variação eletrônica, controlada por um PLC.
8479.89.99	812	Equipamentos para desparafusar, soltar e apertar porcas de grampos de molas das suspensões de veículos pesados automotores, dotados de motor elétrico de 3CV acoplado com redutor; eixo de transmissão, cabeçote de torque com deslocamento de 90 graus em 90 graus, torque nominal 150kgfm e torque máximo 170kgfm, rotação máxima de 38rpm; voltagem 220/380V, 60Hz; montados em um base de aço com 2 rodas de ferro fundido, alça para movimentação; chave elétrica liga/desliga, peso igual ou inferior a 85kg.
8479.90.90	329	Adaptadores conectores, com até 80 modelos, acondicionado em maleta ou avulso, para uso exclusivo da máquina de troca de óleo, em estrutura metálica, com pressão de trabalho de 1 até 15bar.
8479.90.90	330	Trilhos de fixação dos painéis solares no tubo de torque de seguidores solares de um eixo (Trackers), projetados para suportar ventos de até 120mph (aproximadamente 193km/h) e com torque aplicado na faixa de 17,6 a 20,3Nm, submetidos a pré-galvanização ou HDG (galvanização por imersão a quente) e acompanhados de braçadeira metálica.
8479.90.90	331	Conjuntos mecanismos de rotação de painéis fotovoltaicos, para uso exclusivo em seguidores solares de um eixo (Trackers), com capacidade para rotacionar fileiras com até 90 painéis fotovoltaicos, amplitude rotacional máxima de até 120 graus (±60 graus) e torque máximo de ±300Nm, resistência de aterramento entre o colar e o flange da base menor que 0,1 Ohm na corrente de 25A DC, de acordo com a norma UL2703, blindagem que garante a operação do mecanismo por um período de 30 anos sem a necessidade de manutenção, e galvanizados a quente com espessura mínima de 35 mícron, conforme norma GB 13912-2002, dotados de motor elétrico sem escovas com potência de 150W e tensão nominal de 24V, suportes de montagem e elementos de fixação.
8480.60.00	033	Moldes para matérias minerais, modulares, articulados, de montagem rápida, com pontos de fixação para transporte (montados e desmontados) por meio de grua ou guindaste, com mecanismos articulados de acesso (escada), proteção (guarda-corpo), ancoragem (barras estabilizadoras padronizadas para uso com ou sem plataforma de trabalho compatível) e ajustes (nível e prumo) integrados ao painel principal, para uso individual ou em conjuntos, na construção civil, com ou sem plataforma de trabalho de
		acoplamento compatível, na construção de elementos estruturais autoportantes executados em concreto armado moldado in loco, sendo composto por: estrutura de suporte em aço com painéis intercambiáveis de moldagem/formação em aço plano lavável com espessura de 5mm, nos comprimentos padrão de face 0,60; 0,90; 1,20; 2,40m, painéis de canto com 1,14m, painéis complementares com 0,10; 0,12 e 0,20m, painéis de canto complementares de 0,04 e 0,06m, com 2,80m de altura, com dispositivo mecânico em aço padronizado para conexão vertical e horizontal, permitindo moldagem única de estrutura de até 5,60m de altura, mecanismos de montagem de fixação otimizados para ergonomia e velocidade no manuseio manual, mecanismo para nivelar e aprumar integrados, aplicável para uso com ou sem plataformas de trabalho compatíveis, modulares,
		articuladas e com sistema de fixação e acoplamento rápidos para ancoragem e sustentação.
8480.71.00	232	Moldes de injeção de peças termoplásticas com insertos manufaturados com tecnologia de impressão 3D, com dimensões até 675mm (largura), 680mm (comprimento) e 672mm (altura), para a injeção de peças termoplásticas limitada a pressão 120Mpa, com capacidade de produção até 55peças/h, com variação de ±10%, com sistema de refrigeração embutido e podendo conter sistema periférico para controle de abertura das agulhas de injeção, utilizados em conjunto de componentes para a produção de tampas de passagem de ar dos refrigeradores.
8480.71.00	233	Moldes de injeção de peças termoplásticas com insertos manufaturados com tecnologia de impressão 3D, com dimensões até, 870mm (largura), 1.100mm (comprimento) e 782mm (altura), para a injeção de peças termoplásticas limitada a pressão 120Mpa, com capacidade de produção até 55peças/h, com variação de ±10%, com sistema de refrigeração embutido e podendo conter sistema periférico para controle de abertura das agulhas de injeção, utilizados em conjunto de componentes para a produção de puxadores de refrigeradores.
8480.71.00	234	Moldes de alumínio laminado para moldagem por injeção, composto por uma forma de alumínio equipada com biqueira intercambiável para injetar botas com biqueira de composite e sem.
8480.71.00	235	Moldes de 48 cavidades com câmara quente valvulada individualmente e suas respectivas peças de reposição intercambiáveis, distância entre centros de cavidades de 75 (V) X 172mm (H), confeccionados em aço especial com tratamento de titânio, para fabricação de preformas em politereftalato de etileno (PET) - (e posterior utilização na produção de galões de água de 5L e 6L), de 84g e diâmetro de gargalo de 48mm, com machos de aço tratados com titânio e cavidades com polimento especial; buchas extratoras e demais componentes moldantes intercambiáveis, com placa machos adicional para produção de preformas de 75g com diâmetro de gargalo 48mm, produzidos em aços especiais, tratados com titânio, placa de resfriamento e extração das preformas de 2 estágios por meio de ar comprimido e resfriamento duplo nas castanhas, para um ciclo mais rápido, equipados com controle de temperatura individual em todas as cavidades, capazes de produzir com eficiência produtiva de 97%, projetados e desenvolvidos especificamente e com as devidas compatibilidades mecânica e elétrica para uso em máquinas PET LINE 5000-7.300 de 500t (5.000kN)
8480.71.00	236	Moldes segmentados contendo 9 ou 10 segmentos, fabricados em aço usinado, contendo flancos e segmentos de aço, com diâmetro externo igual ou superior a 1.188mm, utilizados para vulcanização de pneus radiais de ônibus, caminhões e veículos "off the road".
8480.71.00	237	Moldes segmentados contendo 9 segmentos, fabricados em alumínio fundido, contendo flancos e laterais em aço e segmentos em alumínio, com diâmetro externo igual ou superior a 750.00mm, utilizados para vulcanização em prensas de pneus radiais.
8480.71.00	238	Moldes de 48 cavidades com distância entre centros de cavidades de 50(V) x 140(H)mm, para uso em máquinas injetoras de 3.500kN, confeccionados em aço especial e anticorrosivo, para fabricação de pré-formas de politereftalato de etileno (PET) de 29g Pco 1881 e 31g Pco 1810 com variação de aproximadamente 0,3g, capacidade produção igual ou superior a 15.000pré-formas/h, com machos tratados com titânio, cavidades, suportes e demais componentes moldantes intercambiáveis, placa extratora para retirada de pré-formas por meio de ar comprimido com pressão de até 9bar e resfriamento duplo nas castanhas para ciclo rápido.
8480.71.00	239	Moldes para injeção de termoplásticos com 64 cavidades em face única, com altura 746mm x largura 596mm e profundidade de 545,44mm, tempo de ciclo de 13,5s, para produzir atuadores tipo "Bico de Pato", com peso de até 2,29g/peça, com cavidades e demais componentes produzidos em aço e ligas especiais, tratamentos térmicos e superficiais para alta precisão, durabilidade, repetibilidade e isenção de sujidades, com sistema de injeção por câmara quente e com extração por ejeção mecânica.
8481.80.21	013	Válvulas hidrostáticas (HRU) para lançamento de rádio baliza com indicador de posição de emergência (EPIRB), dotados de funcionalidades de flutuação livre, padrão de montagem e instalação para EPIRBs tipo E8; profundidade de ativação de 3,96m; vida útil até 2 anos após instalação; capacidade de corte de 0,31" de material plástico; faixa de temperatura de operação de -30 a +65 Graus Celsius; peso de 115g; padrões de montagem e instalação para EPIRBs dos tipos: E5, E8 e 40VDR.
8481.80.93	009	Dispositivos de bloqueio bipartido, construídos em ferro fundido dúctil, para ser instalado na parte exterior do tubo, em tubulações de redes de água potável com diâmetro de 1,5 a 24 polegadas; com pressão máxima de 160mca, podendo girar 120 graus, perpendicular ao topo do tubo, composto de gaveta deslizante interna de ferro dúctil e com selo de borracha resiliente 360 graus em torno de si e expansível para o diâmetro do tubo; haste em aço inoxidável 1 CR 12, com uma resistência a tração força de 60.000psi; corpo revestido em epóxi azul.
8481.80.99	125	Válvulas de desvio para controle da comunicação entre anular e coluna de produção, acionadas automaticamente por meio de pressão diferencial, para vazões entre 300 e 25.000bpd, pressões de trabalho entre 200 e 5.000psi, com diâmetro nominal entre 2,375 e 5,5polegadas, confeccionadas em ligas de aço carbono, aço inoxidável martensítico ou ligas de níquel, utilizadas na completação de poços de petróleo em conjunto com bombas centrífugas submersas para a extração e produção de petróleo.
8481.80.99	126	Válvulas automáticas ou manuais, para abastecimento, em alumínio, inox, aço ou plástico, dotados de ponteira de até 5 polegadas, acionado por gatilho, com vazão livre máxima de até 1.000L/min, com entrada de 1/8 até 5, com ou sem sistema de recuperação de vapor, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 43,12.
8483.40.10	342	Redutores planetários de 2 estágios com motor elétrico, potência de 4.560kW, velocidade de entrada de 890rpm, velocidade de saída de 22,81rpm +-1%, relação de transmissão de 39,02, fator de aplicação de 2, carga axial atuante 11.182kN e peso de 126.500kg, para acionamento de moinhos de rolos verticais.
8483.60.11	001	Embreagens hidráulicas úmidas para uso em motores diesel de máquinas industriais de médio e grande porte, com flange para motor SAE 1, com discos de fricção, torre de transmissão para bombas hidráulicas versão FX com 4 flanges, controle por microprocessador, potência máxima 475HP, torque máximo 2.750lb-ft, rotação máxima 2.250rpm, pressão mínima do sistema 400psi, reservatório de óleo, trocador de calor, bomba hidráulica, filtro com indicador elétrico, "manifold", unidade de controle, display do controlador, com cabos.

8483.60.11	002	Embreagens hidráulicas úmidas para uso em motores diesel de máquinas industriais de médio e grande porte, com flange para motor SAE 1, discos de fricção, torre de transmissão para bombas hidráulicas versão FX com 4 flanges, controle por microprocessador, potência máxima 765HP, torque máximo 4.000lb-ft, rotação máxima 2.250rpm, pressão mínima do sistema 400psi, reservatório de óleo, trocador de calor, bomba hidráulica, filtro com indicador elétrico, "manifold", unidade de controle, display do controlador com cabos.
8483.60.11	003	Embreagens hidráulicas úmidas para uso em motores diesel de máquinas industriais de médio e grande porte, flange para motor SAE 1, com discos de fricção, torre de transmissão para bombas hidráulicas versão FX com 4 flanges, controle por microprocessador, potência máxima 1.050HP, torque máximo 4.800lb-ft, rotação máxima 2.250rpm, pressão mínima do sistema 400psi, reservatório de óleo, trocador de calor, bomba hidráulica, filtro com indicador elétrico, "manifold", unidade de controle, "display" do controlador, com cabos.
8483.60.90	051	Placas para acoplamentos elásticos utilizados na união do cubo de um aerogerador e seu eixo de baixa velocidade; possuindo diâmetro externo total de 2.100mm; diâmetro externo da região de conexão com o disco de contração de 850mm e diâmetro interno de 690mm (conexão com o eixo de baixa velocidade); comprimento total de 795mm; produzido em ferro fundido EN-GJS-400-18U-LT (EN 1563); massa aproximada de 3.397kg.
8483.90.00	071	Máquinas automáticas para bobinar e desbobinar papel, verificar falhas (defeitos), cortar os trechos com falhas (defeitos) e emendar o papel, com velocidade máxima de 1.000m/min, faixa de tensão mínima de 1.000N e máxima de 2.800N, largura mínima de 900mm e máxima de 1.650mm, diâmetro mínimo de 150mm e máximo de 1.800mm, peso máximo de bobinas de papel é 3.500kg, tempo nominal de rampa de ~40s, dotadas de: motores e drives CA, controlador lógico programável; "interface" homem-máquina (IHM) tipo "Touch Screen"; cilindros pneumáticos e hidráulicos; sistemas alinhadores BST.
8501.34.11	001	Motores SQ de corrente continua, com 1 escovas de voltagem, pintura eletrostática à pó para proteção a intempéries, com proteção ao grau de corrosão de C1 a C5, composto de junta metoplastica (gasket) para controle de vibração, com anéis de vedação, de potência máxima de 30W, velocidade máxima 450rpm = +/-10%, tensão de alimentação de 24V, torque de 300Nm, acoplado ao circuito eletrônico programável(tracker control box) para mover o seguidor solar (tracker SF7 ou SF8), que é encarregado de transmitir o giro, mediante a redutora, ao tubo do seguidor para orientar os painéis solares.
8501.34.11	002	Motores SQ de corrente continua, com 1 escovas de voltagem, pintura eletrostática à pó para proteção a intempéries, com proteção ao grau de corrosão de C1 a C5, composto de junta metoplastica (gasket) para controle de vibração, com anéis de vedação, de potência máxima de 200W, velocidade máxima 2.000rpm = +/- 10%, tensão de alimentação de 24V, torque de 300Nm, acoplado ao circuito eletrônico programável(tracker control box) para mover o seguidor solar (tracker SF7 ou SF8), que é encarregado de transmitir o giro, mediante a redutora, ao tubo do seguidor para orientar os painéis solares.
8501.34.11	003	Motores OV de corrente continua, com 1 escovas de voltagem, pintura eletrostática à pó para proteção a intempéries, com proteção ao grau de corrosão de C1 a C5, composto de junta metoplastica (gasket) para controle de vibração, com anéis de vedação, de potência máxima de 130W, velocidade máxima 2,5rpm = +/- 10%, tensão de alimentação de 24V, torque de 280Nm, acoplado ao circuito eletrônico programável(tracker control box) para mover o seguidor solar (tracker SF7 ou SF8), que é encarregado de transmitir o giro, mediante a redutora, ao tubo do seguidor para orientar os painéis solares para o sol.
8501.34.11	004	Motores OV de corrente continua, com 1 escovas de voltagem, pintura eletrostática à pó para proteção a intempéries, com proteção ao grau de corrosão de C1 a C5, composto de junta metoplastica (gasket) para controle de vibração, com anéis de vedação, de potência máxima de 78W, velocidade máxima 1,5rpm = +/- 10%, tensão de alimentação de 24V, torque de 280Nm, acoplado ao circuito eletrônico programável(tracker control box) para mover o seguidor solar (tracker SF7 ou SF8), que é encarregado de transmitir o giro, mediante a redutora, ao tubo do seguidor para orientar os painéis solares para o so.
8501.34.11	005	Motores DC de corrente continua, com 1 escovas de voltagem, pintura eletrostática à pó para proteção a intempéries, com proteção ao grau de corrosão de C1 a C5, composto de junta metoplastica (gasket) para controle de vibração, com anéis de vedação, de potência máxima de 150W, velocidade máxima 2.000rpm = +/- 10%, tensão de alimentação de 24V, torque de 277Nm, acoplado ao circuito eletrônico programável(tracker control box) para mover o seguidor solar (tracker SF7 ou SF8), que é encarregado de transmitir o giro, mediante a redutora, ao tubo do seguidor para orientar os painéis solares para o sol.
8501.34.11	006	Motores DC de corrente continua, com 1 escovas de voltagem, pintura eletrostática à pó para proteção a intempéries, com proteção ao grau de corrosão de C1 a C5, composto de junta metoplastica (gasket) para controle de vibração, com anéis de vedação, de potência máxima de 40W, velocidade máxima 540rpm = +/- 10%, tensão de alimentação de 24V, torque de 274Nm, acoplado ao circuito eletrônico programável(tracker control box) para mover o seguidor solar (tracker SF7 ou SF8), que é encarregado de transmitir o giro, mediante a redutora, ao tubo do seguidor para orientar os painéis solares para o sol.
8501.61.00	001	Geradores de corrente alternada do tipo DFIG (indução duplamente alimentado) com tensão de 380V/60HZ, trifásico, de potência não superior a 75kVa, rolamento duplo, bobinas formadas por fios de cobre isolados individualmente, cor verde, rolamento SKF C3, dotados de estator com núcleo magnético formado por laminações metálicas de aço silício de baixo carbono; rotor composto por um eixo de aço carbono, normalizado, refrigerado a ar; conexão rotor estator do tipo estrela-estrela; sistema de refrigeração do tipo IC-21 com vazão de ar interna [m³/s] 4 (a 1.444rpm) e temperatura operacional de -30 graus Celsius a menor ou igual a 45 graus Celsius; proteção anticorrosiva C4/H segundo norma ISO 12944; fator de proteção IP34 contra poeira.
8501.61.00	002	Geradores síncronos de corrente alternada, sem escovas com regulação eletrônica (AVR) com detecção monofásica, potência de 42kVA em 60Hz de frequência, com sistema de controle auto excitante, grau de proteção dos geradores IP23, rotação máxima em 2.250rpm, tensão de 220V, forma SAE, com flange de acoplamento ao lado da turbina, sistema de isolamento "standard" EN55011.
8501.62.00	001	Geradores síncronos de corrente alternada, sem escovas com regulação eletrônica (AVR) com detecção monofásica, potência de 90kVA em 60Hz de frequência, com sistema de controle auto excitante, grau de proteção dos geradores IP23, rotação máxima em 2.250rpm, tensão de 220V, forma SAE, com flange de acoplamento ao lado da turbina. Sistema de isolamento "standard" EN55011.
8503.00.90	046	Pastilhas das pinças passivas do sistema de "YAW" de aerogeradores, com espessura total de 28mm, espessura interna da pastilha de 20mm (espessura sem a camada de atrito superficial); comprimento de 501mm (de uma extremidade a outra); formato de um arco de circunferência de raio interno de 1.306mm e raio externo de 1.389mm; material da camada superficial de atrito composto por fibra de vidro ou outro material compósito, possuindo as seguintes propriedades mecânicas: coeficiente de atrito estático 0,43 +/-1; resistente à uma força de compressão de 2.700kN e a uma força tangencial de 1.200kN.
8504.40.90	287	Inversores "on- grid" tipo "string" para sistemas fotovoltaicos conectados à rede CA, com potência nominal de 5.000W, topologia sem transformador, eficiência de 97,8%, com 2 rastreadores de máximo ponto de potência (MPPT), permite funcionamento com opcional de exportação zero de energia, Método de resfriamento natural (sem ventilador), entrada máxima de 600V em corrente contínua, faixa de tensão de saída de 180 a 276Vca, faixa de frequência de saída de 44 a 66Hz, operação em 50/60Hz, fator de potência pré-configurado em 1 e com opção para alteração de 0,8 indutivo até 0,8 capacitivo, temperatura de operação de -25 a 60 graus Celsius, Grau de proteção IP65, ruído de operação menor que 25db, portas de comunicação RS232 e RS 485, LCD para operação em português, entrada para cartão de memória micro SD, comunicação via Wi-Fi para monitoramento remoto, auto consumo noturno < 1W
8504.40.90	288	Conversores elétricos para motor de "pitch" de aerogeradores, utilizados no controle de corrente elétrica de alimentação, com tensão de entrada de 80Vdc e corrente de entrada de 50A; sinais de saída com tensão de 80V, potência de 4,2kW e frequência de 4kHz; temperatura de operação de -30 a 50 graus Celsius.
8504.40.90	289	Inversores fotovoltaicos trifásicos "on-grid", com tecnologia de controle microprocessado, com potência nominal entre 50 a 80kW, para conversão de tensão DC em tensão AC, para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária; com eficiência máxima de no mínimo 99% e eficiência de MPPT de 99,9%; tensão contínua mínima de 200VDC, tensão máxima de entrada de "string" de 1.000 a 1.100VDC, tensão de acionamento 200V; com range de frequência de trabalho de 50/60Hz, equipado com no mínimo 3 MPPT(s) e máximo 4 MPPT(s), corrente mínima por MPPT de 33A e máxima de 44A, tensão nominal de saída para rede elétrica de 380V, corrente máxima de saída entre 80A a 127A, fator de potência total maior que 0,99 com fator de potência de fator de potência de saída de 0,8 (atrasado) ~ 0,8 (adiantado), distorção harmônica menor
		que 3%, faixa de temperatura de operação de -25 a 60 graus Celsius, comunicação Wi-Fi (externo), grau de proteção IP65, emissão de ruído menor que 60dB, peso liquido de no máximo 90kg, cor do produto branca. Produto com proteção interna contra fuga de corrente AC, proteção/monitoramento de falha de terra (contra falha de aterramento), proteção anti-ilhamento, proteção de sobretensão AC e DC, proteção de sobrecarga AC (sobrecorrente), proteção de isolamento DC, proteção de polaridade reversa DC, proteção contra superaquecimento, proteção contra surtos (DPS integrado).
8504.40.90	290	Inversores solares monofásicos, com potência nominal CA de saída de 7.500W, eficiência total mínima de 98,2%, tensão de entrada máxima de até 600Vcc, operação com tensão de saída de 180 a 276Vca, frequência de saída de 44 a 66Hz, temperatura de trabalho entre -25 a +60 graus Celsius, grau de proteção IP65, ruído de operação menor que 25db, suporta exportação zero de energia à rede, com portas de comunicação RS232, RS485, entrada para cartão de micro SD, duas entradas rastreadoras de máximo ponto de potência (MPPT), comunicação Wi-Fi suportada, LCD com operação em português.
8504.40.90	291	Micro inversores de saída CA 1.500W, com função de conversão de corrente continua para corrente alternada, com as características de 2 MPPTs, 4 pares de cabos CC (corrente contínua) fixos ao micro inversor, de comprimento entre 15 e 25cm cada, 2 cabos CA (corrente alternada), um de comprimento entre 1,7 e 2m e o outro entre 15cm e 25cm de comprimento, corrente máxima de entrada por módulo de 11,5ª, tensão máxima de entrada por módulo de 60V, antena externa na cor verde, com controle reativo de potência, range de potência de entrada por módulo de 300 a 470W Watts, tensão de start DC de 22V, tensão nominal AC de 220V, range de tensão AC de 180 a 275V, frequência nominal de 60Hz, fator de potência superior a 0,99 com capacidade de ajuste, taxa de distorção harmônica menor que 3% e eficiência máxima de 96,70%.
8504.40.90	292	Inversores solares monofásicos, com potência nominal CA de saída de 5.000W, eficiência total mínima de 97,8%, tensão de entrada máxima de até 600Vcc, operação com tensão de saída de 180Vca a 276Vca, frequência de saída de 44 a 66Hz, temperatura de trabalho entre -25 a +60 graus Celsius, grau de proteção IP65, ruído de operação menor que 25db, Suporta exportação zero de energia à rede, com portas de comunicação RS232, RS485, entrada para cartão de micro SD, duas entradas rastreadoras de máximo ponto de potência (MPPT), comunicação Wi-Fi suportada, LCD com operação em português.
8504.40.90	293	Inversores solares fotovoltaicos do tipo conectado à rede, potência máxima de 250kW, com 12 rastreadores independentes do ponto de máxima potência (MPPT) e máximo de 3 entradas de "strings" por MPPT, máxima corrente continua por MPPT de 30A, máxima corrente permitida por MPPT de 50A, corrente nominal CA de saída 165A, máxima corrente CA de saída 180A, máxima tensão de entrada CC de 1.500V, tensão trifásica nominal CA de 800V, faixa de tensão de rede de 680 a 920Vca, eficiência máxima de 99,02%, eficiência Euro maior que 98,7%, distorção harmônica total menor que 3%, função de geração de reativo dia a e noite integrado, função de proteção anti PID integrado, detecção de baixa resistência de isolamento, proteção contra fuga de corrente nas "strings", com comunicação via Wifi/RS 485 ou PLC (comunicação através do cabo de potência CA), sem desclassificação e redução de potência nominal até 4.000m de altitude, altitude máxima de operação de 5.000m, grau de proteção IP 66, dimensões externas de 1.100 × 700 × 375mm (L x A x P), peso líquido de 110 kg , em conformidade com as normas IEC62093, IEC62116, IEC61727 IEC60529, IEC60068, IEC61000-6-2/4, IEC62109-1/2, EN50530. IEEE519 e IEC61683.
8504.40.90	294	Controladores de carga solar com tecnologia MPPT para utilização com bateria de lítio ferro fosfato (LiFePO4) de 12V/24V/48V, potência máxima do arranjo fotovoltaico 2.500W, tensão máxima em circuito aberto 150V, corrente máxima de saída 40A, frequência 60Hz, eficiência de seguimento (MPPT) acima de 97%, grau de proteção IP54, temperatura de operação -20 a +55 graus Celsius , proteção contra inversão de polaridade do arranjo fotovoltaico, proteção contra inversão de polaridade do banco de baterias, proteção contra corrente reversa durante a noite, proteção de sobretensão do banco de baterias, proteção de sobreaquecimento +70 graus Celsius.
8504.40.90	295	Inversores "off-grid" de onda senoidal pura, monofásico, converte a tensão contínua em tensão alternada, potência contínua de saída 2.000W, tensão de entrada 48Vcc, tensão de saída 127Vca, frequência 60Hz, máxima eficiência acima de 93%, grau de proteção IP20, temperatura de operação -20 a +60 graus Celsius , umidade sem condensação 95%, supressão da corrente "inrush" de entrada para sistemas de bateria de lítio, proteção contra inversão de polaridade do banco de baterias, proteção de baixa tensão e sobretensão na entrada, proteção de sobrecarga na saída, proteção de curto-circuito na saída, proteção de sobreaquecimento +60 graus Celsius.
8504.40.90	296	Inversores para sistemas fotovoltaicos (on-grid), trifásicos, com potência nominal compreendida entre 13.000 e 21.000W (incluindo seus limites), tensão máxima de entrada compreendida entre 800 e 1.100Vcc (incluindo seus limites), tensão nominal de saída 127, 220 e/ou 380Vca, frequência de rede nominal de 60Hz, eficiência máxima igual ou superior a 98,2%, topologia sem transformador, dotado de LCD ou LED para operação local, sistema de resfriamento por ventilação forçada, gabinete com grau de proteção IP65, "interfaces" de comunicação: Wi-Fi, USB e RS-485, e em conformidade com as normas brasileiras (ABNT) NBR 16149, NBR 16150 e NBR IEC 62116, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 5.479,19.
8504.40.90	297	Microinversores monofásicos (on-grid) conectados à rede elétrica para uso com sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, com potência nominal de saída de 2000W, tensão máxima de entrada de 60V e tensão nominal de saída de 230V, 4 MPPTs (rastreador de ponto de máxima potência), eficiência máxima de 96,5%, grau de proteção IP67, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.082,40.
8504.40.90	298	Microinversores monofásicos (on-grid) conectados à rede elétrica para uso com sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, com potência nominal de saída de 1.600W, tensão máxima de entrada de 60V e tensão nominal de saída de 230V, 4 MPPTs (rastreador de ponto de máxima potência), eficiência máxima de 96,5%, grau de proteção IP67, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 942,48.
8504.40.90	299	Inversores para sistema de energia fotovoltaica (solar), trifásico, conectado à rede "on-grid" para conversão de corrente continua em corrente alternada, corrente de saída efetiva de até 900A a 25 graus Celsius, eficiência superior a 99,7%, voltagem máxima em circuito aberto de 1.500V, frequência de saída 50/60Hz, faixa de operação temperatura de -25 a 62 graus Celsius, escala de proteção externo ip54 ou interior ip20, corrente máxima de entrada PV 1.500A, distorção total de corrente ac menor ou igual a 3%, voltagem máxima mppt 1.200V, completo com seus acessórios indispensáveis ao funcionamento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 171.944,80.
8504.40.90	300	Inversores fotovoltaicos "ongrid" para conversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, utilizado em unidades de geração fotovoltaica para injetar energia em rede, 1 MPPT contendo 20 - 36 entradas com polos + e - , corrente máxima de entrada em CC de 5.700A, tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico entre 850 à 1.350VCC a 25 graus Celsius, 850 a 1.250VCC a 35 graus Celsius e 850 à 1.100VCC a 50 graus Celsius , potência nominal de 4.348 a 5.000kW @25C e tensão de entrada entre 850 a 1.350VCC, máxima tensão admitida de até 1.350VCC, conexão padrão trifásica, com valor nominal até 690VCA, funcionamento operacional entre 600 a 690VCA, frequência de trabalho de 50/60Hz, distorção harmônica total máxima menor que 3%, corrente de curto circuito CC 16KA,
		fator de potência podendo ser ajustado de 0,9 capacitivo até 0,9indutivo, eficiência máxima do inversor entre 98,5 a 98,8%, com proteções anti-ilhamento, sobrecorrente máxima e sobretensão de saída; monitoramento de falha de terra, monitoramento de rede, polaridade reversa, sobre temperatura, com sistemas de comunicação Modbus, Profinet e Ethernet IP, entradas e saídas analógicas de 2/1 como padrão e extensíveis como opção de engenharia, entradas e saídas digitais 7/1 como padrão e extensíveis como opção de engenharia, trabalhando na faixa de temperatura ambiente de -20 até +50 graus Celsius, com nível de emissão de ruídos até 84 dBA, com grau de proteção IP55/Tipo 3R, com sistema de resfriamento por liquido refrigerante em circuito fechado tecnologia de convecção de trocador de calor, sem necessidade de sistema de
		bombeamento do líquido refrigerante, com dimensões de 5.600/2.200/1.600 (L/A/P), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 440.172,5.
8504.40.90	301	Inversores "on- grid" tipo "string" para sistemas Fotovoltaicos conectados à rede CA, com potência nominal de 7.500W, topologia sem transformador, eficiência de 97,8%, com 2 rastreadores de máximo ponto de potência (MPPT), permite funcionamento com opcional de exportação zero de energia, Método de resfriamento natural (sem ventilador), entrada máxima de 600V em corrente contínua, faixa de tensão de saída de 180 a 276Vca, faixa de frequência de saída de 44 a 66Hz, operação em 50/60Hz, fator de potência pré-configurado em 1,0 e com opção para alteração de 0,8 indutivo até 0,8 capacitivo, temperatura de operação de -25 a 60 graus Celsius, Grau de proteção IP65, Ruído de operação menor que 25db, Portas de comunicação RS232 e RS 485, LCD para operação em português, entrada para cartão de memória micro SD, comunicação via Wi-Fi para monitoramento remoto, auto consumo noturno menor que 1W.

8504.40.90	302	Inversores fotovoltaicos trifásicos "on-grid", com tecnologia de controle microprocessado, com potência nominal de 15kW, para conversão de tensão DC em tensão AC, para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária; com eficiência máxima de 98,3% e eficiência de MPPT de 99,9%; tensão contínua mínima de 200VDC, tensão máxima de entrada de "string" de 1.000VDC, tensão de acionamento 250V; com range de frequência de trabalho de 50/60Hz, equipado com 2 MPPT(s) com 2 entradas no MPPT1 e 1 entrada no MPPT2, corrente máxima MPPT1 de 20A e corrente máxima MPPT2 de 12,5A, tensão nominal de saída para rede elétrica de 380V, corrente máxima de saída de 24A, fator de potência total maior que 0,99 com fator de potência de fator de potência de saída de 0,8 (atrasado) ~ 0,8 (adiantado), distorção harmônica menor
		que 3%, faixa de temperatura de operação de -25 a 60 graus Celsius, comunicação Wi-Fi (externo), grau de proteção IP65, emissão de ruído menor que 30 dB, peso liquido de no máximo 25kg, cor do produto branca, produto com proteção interna contra fuga de corrente AC, proteção/monitoramento de falha de terra (contra falha de aterramento), proteção anti-ilhamento, proteção de sobretensão AC e DC, proteção de sobrecarga AC (sobrecorrente), proteção de isolamento DC, proteção de polaridade reversa DC, proteção contra superaquecimento, proteção contra surtos (DPS integrado).
8504.40.90	303	Inversores fotovoltaicos trifásicos "on-grid", com tecnologia de controle microprocessado, com potência nominal entre 10 a 20kW, para conversão de tensão DC em tensão AC, para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária; com eficiência máxima de no mínimo 98,3% e eficiência de MPPT de 99,9%; tensão contínua mínima de 250VDC, tensão máxima de entrada de "string" de 800VDC, tensão de acionamento 250V; com range de frequência de trabalho de 50/60Hz, equipado com 2 MPPT(s),
		corrente mínima por MPPT de 26A e máxima de 30A, tensão nominal de saída para rede elétrica de 220V, corrente máxima de saída entre 32A a 48A, fator de potência total maior que 0,99 com fator de potência de fator de potência de saída de 0,8 (atrasado) ~ 0,8 (adiantado), distorção harmônica menor que 3%, faixa de temperatura de operação de -25 a 60 graus Celsius, comunicação Wi-Fi (externo), grau de proteção IP65, emissão de ruído menor que 35dB, peso liquido de no máximo 45kg, cor do produto branca, produto com proteção interna contra fuga de corrente AC, proteção/monitoramento de falha de terra (contra falha de aterramento), proteção anti-ilhamento, proteção de sobretensão AC e DC, proteção de sobrecarga AC (sobrecorrente), proteção de isolamento DC, proteção de polaridade reversa DC, proteção contra
		superaquecimento, proteção contra surtos (DPS integrado).
8504.40.90	304	Inversores fotovoltaicos trifásicos "on-grid", com tecnologia de controle microprocessado, com potência nominal entre 20 a 30kW, para conversão de tensão DC em tensão AC, para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária; com eficiência máxima de no mínimo 98,3% e eficiência de MPPT de 99,9%; tensão contínua mínima de 20VDC, tensão máxima de entrada de "string" de 1000VDC, tensão de acionamento 350V; com range de frequência de trabalho de 50/60Hz, equipado com 2 MPPT(s), corrente mínima por MPPT de 20A e máxima de 30A, tensão nominal de saída para rede elétrica de 380V, corrente máxima de saída entre 32 a 43A, fator de potência total maior que 0,99 com fator de potência de fator de potência de saída de 0,8 (atrasado) ~ 0,8 (adiantado), distorção harmônica menor que 3%, faixa de temperatura de
		operação de -25 a 60 graus Celsius, comunicação Wi-Fi (externo), grau de proteção IP65, emissão de ruído menor que 35 dB, peso liquido de no máximo 45kg, cor do produto branca, produto com proteção interna contra fuga de corrente AC, proteção/monitoramento de falha de terra (contra falha de aterramento), proteção anti-ilhamento, proteção de sobretensão AC e DC, proteção de sobrecarga AC (sobrecorrente), proteção de isolamento DC, proteção de polaridade reversa DC, proteção contra superaquecimento, proteção contra surtos (DPS integrado).
8505.20.90	004	Acoplamentos eletromagnéticos com flange dentados de corrente contínua, com escovas, confeccionados em aço carbono e bronze, com torque máximo de operação de 100.000Nm, temperatura máxima de operação 155 graus Celsius, tensão alimentação 24 ou 110Vcc.
8514.40.00	021	Equipamentos eletrônicos de aquecimento por indução magnética, utilizando inversor de frequência, aquecendo componentes metálicos a temperaturas de até 788 graus Celsius, através da utilização de cabos refrigerados ou secos, com controle de temperatura por sensores de contato, utilizado para pré-aquecimento ou tratamento térmico de revenimento e alívio de tensões.
8515.21.00	194	Combinações de máquinas automáticas para fabricação de telas de arame de aço com comprimento, largura e espaçamentos entre fios variáveis, através de soldagem por resistência, com diâmetro de arame de 4 a 16mm para até 30 fios longitudinais, para painéis de telas eletro-soldadas de 2 a 9m de comprimento e 1 a 3m de largura, com espaçamentos longitudinais e transversais com troca automática de espaçamento entre fios e programáveis de 25mm, compostas de: mesa de alimentação automática para os fios longitudinais, sistema automático de alimentação dos fios transversais, 30 cabeçotes de soldagem com movimentação programável eletronicamente e troca automática de espaçamentos; sistema de extração de telas automático, sistema automático de virar os painéis de tela, sistema de aparadores laterais, módulo de amarração e empilhamento automático dos pacotes de telas, e módulo de controle elétrico do processo.
8515.21.00	195	Combinações de máquinas automáticas para fabricação de telas de arame de aço, através de soldagem por resistência, com o diâmetro dos fios horizontais e transversais de 3 a 8mm, com largura mínima de 1.200mm e largura máxima de 2.500mm, compostas de: conjunto de desbobinador de arames longitudinais; conjunto pré-endireitador de arames longitudinais; dispositivo tracionador e acumulador de arames longitudinais; conjunto de endireitador de arames longitudinais, dispositivos de avanço de arames longitudinais, 4 estações de desbobinamento de arame transversal; 2 torres para desbobinamento vertical do arame transversal; 2 duplo dispositivo tracionador e acumulador de arames transversais; máquina com 2 unidades de alto desempenho para soldagem por resistência; 1 guilhotina para painéis de telas; 1 empilhador para telas em painéis; e controlador lógico programável (CLP).
8515.31.90	171	Fontes para soldagem a eletrodo revestido, TIG DC, MIG/MAG, arame tubular e goiavagem, com inversor de frequência, controle digital de corrente, faixa de saída de corrente elétrica de 15 a 600A, tensão de 230 a 460V, circuito em corrente contínua, grau de proteção IP23.
8515.31.90	172	Fontes para soldagem a eletrodo revestido, TIG DC, MIG/MAG, arame tubular e goiavagem, com inversor de frequência, controle digital de corrente, faixa de saída de corrente elétrica de 15 a 600A, tensão 575V, circuito em corrente contínua, grau de proteção IP23.
8515.31.90	173	Fontes para soldagem MIG/MAG, arame tubular, modo de transferência pulsado e goiavagem, com inversor de frequência, controle digital de corrente, faixa de saída de corrente elétrica de 5 a 425A, circuito em corrente contínua, grau de proteção IP23, com sistema de monitoramento de dados de soldagem interno.
8515.31.90	174	Fontes para soldagem a eletrodo revestido, TIG DC, MIG/MAG, arame tubular, arco submerso e goiavagem, com inversor de frequência, controle digital de corrente, faixa de saída de corrente elétrica de 15 a 815A, circuito em corrente contínua, grau de proteção IP23.
8515.31.90	175	Fontes para soldagem MIG/MAG, arame tubular, modo de transferência pulsado e goiavagem, com inversor de frequência, controle digital de corrente, faixa de saída de corrente elétrica de 20 a 650A, circuito em corrente contínua, grau de proteção IP23. com sistema de monitoramento de dados de soldagem interno.
8515.39.00	007	Equipamentos motosoldadoras CC/CV para soldagem a eletrodo revestido, TIG DC, MIG/MAG, arame tubular e goivagem, com inversor de frequência, controle digital de corrente, faixa de saída de corrente elétrica de 10 a 325A, circuito em corrente contínua, grau de proteção IP23, comunicação entre fonte e cabeçote sem cabo de comando e Tecnologia de controle de velocidade de giro de motor, para economia de combustível.
8515.80.90	144	Alimentadores de arame para soldagem MIG-MAG (GMAW) ou tubular (FCAW), com recurso sinérgico, 4 programas, temperatura de operação de 40 graus Celsius e diâmetro do arame para trabalho entre 0,8 e 2,4mm.
8515.80.90	145	Alimentadores de arame para soldagem MIG-MAG (GMAW) ou tubular (FCAW), com recurso sinérgico, 4 programas, temperatura de operação de 40 graus Celsius e diâmetro do arame para trabalho entre 0,8 e 3,2mm e velocidade de 1,3 a 20m/min.
8515.80.90	146	Máquinas de fusão de fibra ótica para emenda de fibras com alinhamento pela casca através de sistema de alinhamento digital de V-Groove Ativo (DAA-"Digital Active Alignment"), com perdas típicas por inserção menor ou igual a 0,03dB em fibras ópticas monomodo tipos G652 ou G657, menor ou igual a 0,5dB em fibras ópticas monomodo tipos G653 e G655, e menor ou igual a 0,02dB em fibras ópticas multimodo, com capacidade de emenda em 8s e tempo de contração típico do tubete em 18s, 11 modos de emenda pré-instalados e mais 128 modos pelo usuário, 5 modos de aquecimento pré-instalados e mais 32 modos pelo usuário, com monitor colorido de LCD de 4,3 polegadas tipo "touchscreen" com vidro temperado, ampliação por zoom em 260 vezes nos eixos X e Y, e sistema de observação simultânea de eixo duplo (X e Y) com ampliação de 130 vezes, com entrada mini USB para comunicação com PC para atualização do sistema e coleta de dados das emendas, com 1 bateria com o mínimo de 3.000mAh e capacidade
		para 200 ciclos, eletrodos com vida útil para mais de 3.500 emendas, sistema interno com modos de operação pré-instalados e capacidade para registro de novas configurações pelo usuário, memória interna para 10.000 registros e 2.000 imagens, compatível com conector SOC "Splice on Connector", com 2 câmeras CCD com sistema de emissão LED, forno automático ou manual, resistente à queda, resistente à poeira, resistente à água, proteção contra vento de até 15m/s, umidade relativa de 0 a 95%, temperatura ambiente de trabalho de -10 a +50 graus Celsius, teste de tensão padrão de 1,96 a 2,25N, com programa de execução de emenda atenuada em 0,1 a 20dB (passos de 0,1dB), com acessórios normais para o funcionamento como clivador de precisão, bandeja de resfriamento de protetores e certificado de testes, com ou sem 1 bateria
		adicional, acompanhadas de cabos de comunicação e alimentação, eletrodos complementares e maleta protetora multifuncional.
8608.00.90	055	Sistemas AARU de absorção de energia de frenagem de trem e dissipação como calor por meio de método de absorção de tensão constante com marcha IGBT multifásico não pesado e resistência de absorção, compostos de: gabinete de isolamento conectado ao gabinete do disjuntor alimentador CC da subestação de tração para realizar as funções de entrada, retirada e filtragem automática do dispositivo de absorção. gabinete do conversor "chopper" incluindo principalmente o módulo do conversor "chopper", sistema de controle do microcomputador do dispositivo, "interface" homem-máquina, usados para ajustar a potência absorvida do dispositivo AARU. 2 gabinetes de resistência alocados ao ar livre próximo a subestação de tração conectado ao gabinete do conversor "chopper" do dispositivo AARU com a função de converter a energia de frenagem em
		calor, cabos DC para a condução de corrente DC, cabos de alimentação de baixa tensão utilizados para conectar com o dispositivo que fornece a anergia de trabalho do sistema AARU, cabos de controle com diâmetro externo utilizados para conexão do circuito de controle AARU, cabos ópticos de comunicação em fibra multimodo e conector tipo ST, utilizado para a comunicação entre o sistema AARU e outros equipamentos na subestação de tração, tensão nominal de trabalho do sistema AARU entre DC400V e DC950V e a potência de absorção nominal é entre 0,5 ~ 6MW.
8608.00.90	056	Amortecedores hidráulicos deslizantes denominados sistema de para-choque para uso em linha férrea com a função de evitar a saída do trem do final da via, composto de: cabeça de impacto composta de almofada de borracha e estrutura de aço, amortecedor hidráulico preenchido com pressão de nitrogênio e óleo, estrutura de aço confeccionada em placas de aço soldadas com extremidade frontal, bloco de amortecimento com capacidade de ajuste da placa de fricção, barra de trilho deslizante fixada por peças embutidas na viga e placas de desgaste, tala antiescalada com folga S = 1 ~ 8mm.
8608.00.90	057	Sistemas responsáveis pela condução da alimentação elétrica das estações retificadoras para os trens de monotrilhos, fabricados em alumínio extrudado, e uma capa de aço inoxidável 304 (denominado como 3º e 4º trilhos), medindo ente 12 e 15m de comprimento cada barra , trabalhando em tensão nominal de 1.500Vdc e com capacidade para 2.000A de corrente nominal, composto de barras de trilhos condutores, suportes de isolamento com acessórios, juntas de expansão, cotovelos de extremidade, juntas de ancoragem centrais, juntas intermediárias, placas de conexão de cabos, para-raios, trilhos de aterramento e acessórios de instalação, fabricado em aço inoxidável, usado para aterramento de trens na sua chegada nas estações, com isolação elétrica do sistema, maior ou igual a 1 Giga Ohms, suportando descargas atmosféricas de até 125kV.
8608.00.90	058	Aparelhos de mudança de via (Track Switch System/AMV) consistindo de sistema de aparelhos de mudança de via do monotrilho eletromecânico para o transporte metroviário composto por um sistema de estrutura mecânica de várias seções de vigas de aço articuladas/móveis da via, suportadas por carrinhos, e impulsionadas por energia elétrica, possibilitando não a mudança de trilhos e sim de todo conjunto de vigas, diferentemente do sistema convencional, com função de realizar a troca de caminho dos veículos ao muda-los de via propiciando o retorno dos trens no fim da via ou linha e também de aplicabilidade a veículos que funcionam em pátios de manutenção ou estacionamento, mediante comando enviado pelo sistema de controle (sinalização) para desbloquear o dispositivo de travamento, e comando de comutação simultâneo enviado pelo gabinete de controle para o gabinete local de controle de unidade AMV, possibilitando ao gabinete de controle local o controle do motor de acionamento para mover as vigas móveis, para o posicionamento destas corretamente permitindo ao sistema de sinalização o envio de um comando de bloqueio de comutação bloqueando o sistema de travamento do AMV de modo que não ocorra movimentações não autorizadas.
8608.00.90	059	Sistemas de controle eletromecânico dedicado ao sistema do aparelho de mudança de via (AMV) do monotrilho com significativa automatização acionado pelo tipo de sinalização UTO (unattendet train operation) com funcionamento 100% autônoma, usados para controlar a movimentação tanto uniforme quanto reversa do mecanismo de transmissão mecânica e, em seguida, conduzir as vigas móveis para diferentes posições para conectar diferentes vias, contendo uma "interface" homem-máquina (HMI) para operação manual local, onde permite a operação do aparelho de mudança de via diretamente no ponto onde ele está instalado através de HMI, composto de: um gabinete de sinalização (UTO) e um gabinete de controle de unidade AMV, aparelho de mudança operando em diferentes níveis de atuação: o simples (2 x 1), 3 vias (3 x 1), cinco vias (5 x 1).
9011.10.00	005	Microscópios estereoscópicos, para uso em aplicações industriais, biomédicas e controle de qualidade e controle produtivo, com fator de zoom de 7,5:1, distância de trabalho de 115mm, paradas de cliques com zoom selecionável de 0,67; 1; 2; 3; 4 e 5, dispondo de porta para conexão de câmera, construção hermética, antifúngico e ante eletrostático, utilizado para inspeção, validação e verificação de conformidade quando em processo produtivo.
9011.80.90	031	Microscópios digitais, equipados com eixos X, Y e Z motorizados preparados para geração de imagens em 3D e escaneamento de amostras em X e Y, permite análises em 3 dimensões com geração de imagens e medidas, lineares, ângulo, área e volume, computador com monitor LCD, câmera de VGA com fonte de luz incorporada de LED, "joystick" para movimentação do X, Y e Z.
9014.80.10	027	Unidades de visualização (displays) com sistema multifunção de plotagem gráfica avançada e GPS cartográfico, para uso em embarcações militares, comerciais, de recreio e iates, com tela colorida de 7 ou 9 polegadas ou 12 polegadas (IPS), multi toque, com resolução de 1.024 x 600pixels e luminosidade de 1.500nits para 7 polegadas ou resolução de 1.080 x 720 pixels e luminosidade de 1.500nits para 9 polegadas ou resolução de 1.280 x 800pixels e luminosidade de 1.800nits para 12 polegadas, conectividade interna Wi-Fi 802,11 e "bluetooth v4.0", antena de GPS embutida com 28 canais e atualização de 10Hz, processador "Quad-Core", memória interna do tipo estado sólido com 16 gigabytes de capacidade, entrada para cartão de memória, com ou sem tecnologia de alta definição digital para localização de peixes (sonda gráfica), com ou sem opção de visualização em 3D (RealVision), com ou sem transdutor de sonar, com cabos.
9015.80.90	077	Sistemas topográficos para monitoramento microssísmico em barragens e estruturas de mineração, projetados para detecção e registro de velocidades de ondas sísmicas, compostos de 1 a 120 unidades de sensores uniaxiais geofone de 4,5 ou 14,5Hz; 1 a 120 unidades de sensores triaxiais geofone de 4,5 ou 14,5Hz; 1 a 60 unidades conversoras de sinais analógicos para digitais com 4 ou 8 canais e "interface" ethernet; 1 a 60 unidades de processadores sísmicos consistindo cada um de 1 UCP (unidade central de programação) com 1 comutador "switch" ethernet de 4 portas incorporado, Leds de indicação de status e botões de entrada de usuário; 1 a 60 unidades distribuidoras de energia de corrente contínua; 1 a 60 unidades temporizadoras tipo GPS para montagem em trilho DIN; 1 a 250 protetores de sobretensão para geofones uniaxiais ou triaxiais de 4,5 ou 14,5Hz; e 1 a 60 protetores de sobretensão de rede ethernet.

9015.80.90	078	Equipamentos de medição da velocidade e direção do vento (Anemômetro), para uso exclusivo em estações meteorológicas de captação de dado climáticos, com capacidade de enviar informações do vento para a unidade de coleta de dados, com velocidade de leitura do vento entre 0,2 e 160mph (0,3 a 257km/h), resolução de leitura de 0,1mph (0,1km/h, 0,1m/s, 0,1 nós), medidor de direção do vento de 0 a 359 graus com precisão de 5% na leitura, faixa de temperatura de uso recomendada -40 a + 150 graus Fahrenheit (-48 a + 65 graus Celsius), com sensor de velocidade magnético digital, com leitor de direção do vento podendo conter cabo de energia.
9015.80.90	079	Sensores de medição de espectro direcional de ondas em tempo real, para instalação em boias de superfície, composto de acelerômetro, giroscópio e magnetômetro de estado sólido de 9 eixos, capaz de medir em tempo real a movimentação da boia em que foi instalada e medir uma série de parâmetros como altura da onda com alcance máximo de 30m, período da onda com intervalo de 1,42 a 33s, direção de onda com faixa entre 0 a 360 graus em diversas bandas de frequência, além de todo espectro direcional de onda.
9015.80.90	080	Sensores de medição e transmissão de espectro direcional de ondas em tempo real, acoplados em boia com diâmetro igual ou superior a 0,4m, mas inferior ou igual a 0,9m, com GPS para monitoramento e rastreamento das boias, registrador de dados interno igual ou superior a 512Mb, mas inferior ou igual a 16Gb, com ou sem antena, com luz de sinalização de LED, sistema de transmissão de dados via satélite ou HF, com ou sem painel solar, com a função de medir a direção das ondas com faixa de até 360 graus com amostragem igual ou superior a 1,28Hz, mas inferior ou igual a 3,84Hz, medir a altura das ondas com precisão de medição de altura de até 2cm ou de até 0,5% do valor medido, medir a temperatura da superfície da água, com ou sem função de medir a corrente de superfície através do método doppler.
9015.80.90	081	Equipamentos para auscultação e monitoramento de estruturas geotécnicas, tais como barragens de água ou de rejeito, empilhamentos drenados, pilhas de estéreis e semelhante, capazes de comunicação com alcance até 15km ou mais, alcance de medição de 300 a 7.000Hz e precisão de -40 a +85 graus Celsius, compostos de 0 a 20gateways com "software" de gestão de radiotransmissores com protocolo Lora; 0 a 50analisadores de espectro de frequência com registro de dados "dataloggers" para sensores de corda vibrante, com comunicação sem fio através de 1 a 5canais ; 0 a 30registradores de dados "dataloggers" para sensores analógicos, com comunicação sem fio através de 1 a 4canais ; 0 a 30registradores de dados "dataloggers" para sensores analógicos e do tipo contato seco, com comunicação sem fio com termistor integrado através de 1 canal ; 0 a 80piezômetros e/ou células de pressão , do tipo corda vibrante de 50psi ou superior, com termistor integrado com respectivos cabos de sinal .
9015.80.90	082	Equipamentos para auscultação e monitoramento de estruturas geotécnicas, tais como barragens de água ou de rejeito, empilhamentos drenados, pilhas de estéreis e semelhante, capazes de comunicação com alcance até 15km, alcance de medição de inclinação de +/-15 graus e precisão de 0,17% da escala total / 0,025 graus, compostos de 0 a 20 gateways com "software" de gestão de radiotransmissores com protocolo lora ; 0 a 50 registradores de dados "dataloggers", com inclinometro (tiltimetro) biaxial ou triaxial integrado e/ou 0 a 50 registradores de dados "dataloggers", com inclinometro (tiltimetro) biaxial ou triaxial integrado e antena externa e/ou 0 a 50 registradores de dados "dataloggers", com inclinometro (tiltimetro) biaxial ou triaxial integrado, case em material plástico ; 0 a 50 registradores de dados "dataloggers", para sensores digitais ; 0 a 60 tubos plásticos com ranhuras para instalação de inclinometro em série biaxial vertical; tampa plastica para tubo de inclinometro em série biaxial vertical; 0 a 20 cabos de conexão de sensores ao datalogger ; 0 a 100 sensores inclinometro em série biaxial vertical; 0 a 100 roldanas para instalação de inclinometro em série biaxial vertical .
9015.90.90	021	Bancos de capacitores responsáveis por armazenar e descarregar energia elétrica em chassis eletrônico de ferramentas de perfilagem, perfuração, medição e aquisição de dados na exploração e produção de poços de petróleo e gás, à prova de impactos e alta vibração, temperatura de trabalho de 0 até 175 graus Celsius e que operaram em baixa tensão entre 3 e 80V e alta tensão chegando até 500V.
9018.11.00	019	Monitores de disparo cardíaco com voltagem de 100-120V ou 200-230V, 50/60, usados para realizar monitoramento de ECG e detecção de pulso da onda R em pacientes adultos, geriátricos, pediátricos e neonatais com sincronização da onda R usada para passagem de scanners nucleares, scanners de TC ou outros dispositivos de imagem.
9018.19.80	149	Câmeras digitais, para uso em procedimentos em consultórios odontológicos, para registro da estrutura dentária dos pacientes e possibilitar a comparação posteriormente à realização de trabalhos de reparação, formato de caneta , com corpo metálico ,3 níveis de iluminação, iluminação de LED e lente de alta precisão na parte frontal, botões de foco, foco manual ajustável, distância focal mínima de 1mm, captura e iluminação ao centro e conetor para cabo de ligação ao computador na extremidade posterior, sensor de imagem 1/3 polegadas HD CMOS (8,46mm), resolução 720 linhas, 1280 pixels H x 720 V, iluminação 6 LEDS, luminosidade +/-500 lux, dimensões 225mm comprimento x 26mm diâmetro, ângulo de visão 63 graus, formando conjunto com suporte da câmera, cabo de alimentação, CD de instalação e manual de instruções.
9018.19.90	092	Instrumentais cirúrgicos (pinças de cauterização permanente em forma de espátula) de metal e plástico, com 8mm de diâmetro, capacidade de 10 usos, com energia monopolar para uso exclusivo intraoperatório do sistema endoscópico.
9018.19.90	093	Instrumentais cirúrgicos (pinças de cauterização permanente em forma de gancho) de metal e plástico, com 8mm de diâmetro, capacidade de 10 usos, com energia monopolar para uso exclusivo intraoperatório do sistema endoscópico.
9018.19.90	094	Instrumentais cirúrgicos (pinças para corte e selagem de vasos) de metal e plástico, com energia bipolar avançada, de uso único, 8mm, para uso exclusivo intraoperatório do sistema endoscópico.
9018.19.90	095	Amplificadores de tensão e corrente utilizados para alimentar bobinas de gradiente de equipamentos de ressonância magnética, fornece performance de 1.600V e 320A, utilizando transistores de potência IGBT como dispositivo da chaveamento a fim de controlar a tensão de saída.
9018.19.90	096	"Kits" com gabinete básico HFD contendo, estrutura metálica para instalação de módulos de gradiente, cabos de interconexão internos ao gabinete, e módulo de distribuição de energia PDU que possibilita a seleção de tensão AC de entrada para 480, 415, 400, 380, 208, ou 200V e a partir destes gera 2 saídas trifásicas de 420 e 208Vac, utilizado nos módulos de equipamento de ressonância magnética e responsável pela geração da imagem clínica.
9018.19.90	097	Módulos de chaveamento utilizado em equipamentos de ressonância magnética de 1.5 Tesla e 3 Tesla, podendo conter 10 placas de circuito separadas: a placa CCC - CAN núcleo de comunicação, a placa DCB - placa de controle do driver, a placa MCD - placa de chaveamento de múltiplos canais, a transmissão / recepção / desativação dinâmica, (TRDD), a UDB - placa de distribuição de sinais em branco), a placa de fonte de alimentação de alta tensão (HVPS), os conjuntos de limitadores de corrente TR e a placa da "interface" do painel frontal (FPI), pode conter também circuito para polarizar os diodos PIN nos comutadores TR (transmissão recepção), as matrizes das bobinas de múltiplos canais, os comutadores dinâmicos de desativação e o circuito de acionamento direto usado na desativação da bobina do corpo.
9018.50.90	158	Lâmpadas de fenda com iluminação de LED, com ocular 12,5x possuindo tambor de aumento opcionais de 10x,16x,25x ou 6x,10x,16x,25x,40x.
9018.50.90	159	Instrumentos feitos de liga superelástica de níquel-titânio para uso em cirurgia oftalmológica com ergonomia que proporciona incisão de 1,5mm e aspiração de catarata de 10mm.
9018.50.90	160	Aparelhos para oftalmologia para diagnóstico de olho seco, exames de indexador de doenças da superfície do olho, estabilidade do filme lacrimal, meibografia, demodex, hiperhemia conjuntiva, avaliação inflamatória da superfície ocular, menisco lacrimal, com máscara linear, transmissor de rádio frequência de 2,5GHz, com comprimento de onda infravermelho de até 850nm e exposição máxima de luz menor que 3.200Wm-2 na córnea.
9018.50.90	161	Lâmpadas de fenda com iluminação de LED, com bateria recarregável 1,2V possuindo tambor de aumento de 10x,16x.
9018.50.90	162	Tela de 19 polegadas com resolução 1.920 x 1.080pixels, com controle remoto IR e suporte de parede, para exames de oftalmologia, optotipos de acuidade visual para adultos e crianças, auxilia em exames de glaucoma, catarata, estrabismos e com "slides" educativos, para salas de 1,5 a 6m, 2 sequencias programáveis de uso, e com iluminação de uso de 80 a 320Cd/M2.
9022.90.90	051	Placas metálicas de estabilização e proteção, para reposição em ferramentas de perfilagem baseadas na pulsação rápida e na ativação neutrônica térmica (PFTNA) utilizadas em operações de poços de petróleo, fabricadas de aço inoxidável, revestidos em camadas de aço inconel e carboneto de tungstênio, com comprimento entre 39,8 e 44 polegadas, altura entre 1,632 e 1,808 polegadas, largura de 5 polegadas, com furos para instalação de múltiplos parafusos, pinos para trava e anéis de retenção.
9022.90.90	052	Módulos de estereotaxia com cálculo tridimensional para posicionamento de guia de agulhas de biopsia, utilizados em equipamento de mamografia digital, com medição externa de 354,80 ±0,5mm, cursor de compressão maior que 103mm; visibilidade de 140 x 70mm.
9022.90.90	053	Detectores digitais nas dimensões de 31 x 31cm e 1.536 x 1.536 pixels, contendo uma matriz bidimensional de transistores e fotodiodos, incluindo um dispositivo de resfriamento exclusivo, utilizados como primeira cadeia de formação de imagens em equipamentos de sistemas guiados por imagem intervencionista.
9022.90.90	054	Controladores aplicados em equipamentos de tomografia, módulo analógico para digital, compostos por módulo analógico-digital, memória não-volátil em série e sensores térmicos em "interface" de frequência com Clock de entrada 80MHz, "duty cycle" 50%, tamanho total de memória de 165,888 bits e IO máximo usuário 182 pinos.
9022.90.90	055	Conjuntos do tubo de Raios X com tensão nominal de 76kV de anódico a catódico, filtração permanente de 2,9mm Al/76kV e potência anódica de entrada nominal de 228W, utilizados em equipamentos para performance de exames por raios-X.
9022.90.90	056	Consoles de computador em pequena escala controlados por um computador principal com tempo de reconhecimento de 35fps e matriz de imagem menor que 512 x 512pixels utilizados em equipamento de tomografia computadorizada, composto por computador principal, "interface" do operador e pacote de resfriamento, incluindo filtro de ar.
9024.80.19	002	Medidores automáticos de consistência, penetração e unidades de penetração para amostras betuminosas, graxas, vaselinas e outras amostras semissólidas, por meio da medição digital da distância de penetração de uma geometria definida (agulha, cone ou placa perfurada) na amostra testada durante um tempo definido e cronometrado de forma automática, que permite inclusão de sensores de temperatura, sensores de detecção automática de superfície por sensor de força e/ou por condutividade elétrica, pistões e hastes de diversos tamanhos e massas diferentes para permitir que amostras sejam analisadas de forma repetitiva e automática dentro do range de trabalho do instrumento, que é de 0 a 80mm para distância de penetração, com resolução de 0,01mm, com "range" de tempo de 0,1 a 999.999s, com capacidade de armazenar digitalmente 200 resultados com avaliação estatística de média aritmética, desvio padrão, resultado máximo e resultado mínimo, com conexão por USB, Ethernet e saída para impressora, com tela LCD colorida de 3,5 polegadas e com controle de usuário com diferentes níveis de acesso.
9024.80.90	064	Máquinas com sistema eletromecânico com frequências entre DC (corrente direta) e 2.500Hz para ensaios de vibração, atuador com cabeçote expandido (head expander) de 700 x 700mm, com força de 65kN (senoidal / randômica) e 130kN (impacto), curso de 51mm (contínuo) e 76mm (máximo), velocidade máxima de 2m/s, guias de movimento paralelo, uma guia rolamentada inferior central anti-rotação, e capacidade de carga de 1t, com mesa deslizante (slip table) com dimensões totais de 700 x 800mm, dotadas de: amplificador de potência com 95kVA e ventilador remoto com potência de 18,5kW.
9027.10.00	210	Detectores de ionização de chamas em cromatografia gasosa, com temperatura de operação de 150 graus Celsius, utilizados para medir os componentes provenientes da queima do gás extraído do fluido de perfuração, dotados de entrada de ar, entrada de amostra de hidrogênio, bobina de ignição, eletrodos e um termopar.
9027.10.00	211	Analisadores de CO2 em linha de produção de bebidas, com faixa de medição de 0 a 12g/L ou 0 a 20g/L e precisão de 0,05g/L, temperatura máxima de 121 graus Celsius por no máximo 30min ou menor que 95 graus Celsius por no máximo 4h ou 130 graus Celsius por no máximo 30min, tempo de medição de 4 ou 15s e grau de proteção IP65 e IP67, disponível nas versões com tela ou sem tela de indicação de parâmetros.
9027.30.19	056	Espectrômetros de infravermelhos por transformada de Fourier, faixa espectral com divisor de feixe de Brometo de potássio (KBr) de 8.000 a 340cm-1 ou seleneto de Zinco (ZnSe) de 6.000 a 500cm-1 ou Iodeto de Césio (CsI) de 5.000 a 2.000cm-1 ou de Brometo de Potássio estendido (KBr*) de 11.000 a 350cm-1 de, com resolução espectral de 0,4cm-1, relação sinal ruído maior que 60.000:1 medido em 1min, na resolução de 4cm-1 por pico a pico, fonte de Infra vermelho com tecnologia "centerglow" para otimizar a localização da área luminosa dentro da fonte de infravermelho, com interferômetro com tecnologia "tipo RockSolid" que incorpora espelhos retrorrefletores de canto de cubo em um, arranjo de pêndulo duplo invertido, baseado em um mecanismo de pivô sem desgaste localizado no centro de massa, com rolamento sem fricção, permanentemente alinhado, insensível a vibração e com alta estabilidade para análise de amostras sólidas ou líquidas ou pastosas, possibilidade de acoplamento em 2 saídas laterais de técnicas como TGIR, microscopia de infravermelho, módulo HTS, módulo de foto modulação para técnicas de VCD ou PMIRRAS e pacote de "software" para análise.
9027.30.19	057	Instrumentos de medição de fluorescência e absorção de forma simultânea e totalmente automatizada, faixa de detecção de fluorescência de 250 a 1.100nm e absorção de 250 a 1.000nm, para análise de amostras liquidas, sólidas e pó, com acessórios para inserção de amostras e controle de microambiente.
9027.30.20	081	Espectrofotômetros NIR com faixa de comprimento de onda de 1.100 a 2.500nm, apresentação de amostras através de janela superior com movimentos rotativos e longitudinais, modos de medida por reflectância e transflectância, detector de InGaAs, fotossensor de arsenito de indio gálio. monocromador de varredura pré dispersivo e padrões de referência e de comprimento de onda integrados no suporte do copo de amostra.
9027.30.20	082	Espectrofotômetros com fonte de luz pulsada de xenônio, comprimento de onda entre 360 e 780 nanômetros, com tela "touchscreen" colorida, conexões: USB, RS232 e Ethernet, com ou sem Eric 950 (medidor e quantificador dos contaminantes da tinta).
9027.30.20	083	Espectrofotômetros com sistema de dupla-injeção, com tela sensível ao toque de alta-resolução de 10 polegadas para microplacas de 6, 12, 24, 48 e 384 poços com seleção do comprimento de onda de 1 em 1 mícron por monocromador para detecção de absorbância na faixa de 230 a 1.000 mícron, fluorescência com leituras superior e inferior na faixa de excitação de 250 a 830 e emissão de 270 a 850 mícron, luminescência com leitura superior cobrindo de 300 a 850 mícron, iluminação com lâmpada de "flash" xenônio e detecção com "silicon" diodos e tubo fotomultiplicador ultra refrigerado, permitem personalização de protocolos com NFC (comunicação por campo de proximidade), correção do caminho óptico de modo temperatura independente para absorbância, ajustam a altura do detector de fluorescência e luminescência superiores, possuem assistente de optimização espectral, realizam leituras de ponto final, cinética, varredura espectral, varredura de poço, com controle de temperatura ambiente até 65 graus Celsius e agitação linear, orbital e duplo-orbital com ajuste de velocidade, compatíveis com acessório para quantificação DNA e RNA em micro volume de 2 ou 4 microlitros opcional, compatíveis com adaptador para cubetas opcional, acompanhados de "software" para leitura e análise de dados.
9027.30.20	084	Espectrofotômetros com tela sensível ao toque de alta-resolução de 10 polegadas para microplacas de 6, 12, 24, 48 e 384 poços com seleção do comprimento de onda de 1 em 1 mícron por monocromador para detecção de absorbância na faixa de 230 a 1.000 mícron, fluorescência com leituras superior e inferior na faixa de excitação de 250 a 830 e emissão de 270 a 850 mícron, luminescência com leitura superior cobrindo de 300-850 mícron, iluminação com lâmpada de "flash" xenônio e detecção com "silicon" diodos e tubo fotomultiplicador ultra refrigerado, permitem personalização de protocolos com NFC (comunicação por campo de proximidade), correção do caminho óptico de modo temperatura independente para absorbância, ajustam a altura do detector de fluorescência e luminescência superiores, possuem assistente de optimização espectral, realizam

		leituras de ponto final, cinética, varredura espectral, varredura de poço, com controle de temperatura ambiente até 65 graus Celsius e agitação linear, orbital e duplo-orbital com ajuste de velocidade, compatíveis com acessório para quantificação DNA e RNA em micro volume de 2 ou 4 microlitros opcional, compatíveis com adaptador para cubetas opcional, acompanhados de "software" para leitura e análise de dados.
9027.50.20	131	Analisadores para identificação da presença de microrganismos, em produtos comercialmente estéreis, tais como leite UHT, achocolatados, creme de leite, leite de soja, sucos UHT, cosméticos, etc, por meio do método de detecção por Bioluminescência de Adenosina Trifosfato (ATP) em amostras com reagentes, com capacidade para medições máximas até 1.000.000RLU e dotados de equipamento, no qual o usuário tem acesso aos injetores e válvulas e suporte preto, com tampa preta para inserção das micropoços de análise, além de acessórios e computador, teclado, mouse, monitor e "no-break" e "interface" com programa "software" específico para captura, armazenamento e gerenciamento dos dados e emissão de relatórios das medições.
9027.50.20	132	Analisadores para identificação da presença de resíduos antimicrobianos em leite cru e em produtos tais como creme de leite, leite condensado, leite evaporado, soro de leite, por meio de análise em tiras de fluxo lateral, com incubação em temperaturas que podem variar entre 40 a 56 graus Celsius, com reconhecimento automático das fitas através do conjunto ótico calibrado para os testes.
9027.50.20	133	Analisadores para identificação da quantidade de resíduos de micotoxinas em grãos e alimentos por meio da tecnologia de análise em tiras de fluxo lateral, com incubação em temperaturas de 45 graus Celsius, com reconhecimento automático das fitas através do conjunto ótico calibrado para os testes.
9027.50.30	008	Refratômetros portáteis, para medir teor de concentração de ureia no fluido arla 32, com precisão de até 1% (teor), variação de 0 a 70%.
9027.50.90	182	Equipamentos contadores de partículas de aerossóis pelo método de dispersão de luz, de 2 até 8 canais de detecção de 0.3 a 25 micrômetros, 2 canais de modo farmacêutico para 0.5 e 5 micrômetros, taxa de fluxo de 1,0pé3/min (28,3L/min), 2 LEDs de "status" e atividade, bomba integrada com exaustão com filtros, desligamento automático para sonda coberta, potência 100 a 240VAC, 1A, 50/60Hz, adaptador de fonte de alimentação POE externo AC para DC de porta única opcional, "interface" com "Ethernet", Modbus TCP, saída opcional de 4 a 20mA, roteador PoE de 8 portas opcional compatível com diversos "softwares" de gestão de dados.
9027.50.90	183	Contadores de partículas aerossóis, portáteis pelo método de dispersão de luz, com até 8 canais configuráveis para contagem de partículas, taxa de fluxo de 28,3 até 100L/min +/-5%, e armazenamento de até 10.000 dados completos, para atender aplicações em monitoramento rotineiro, remoto e móvel da sala limpa, com monitor táctil colorido integrado de 8,4 polegadas e impressora térmica opcional, com fonte de alimentação de 100 a 264V, 50/60Hz, 150W, com bateria de lítio, 4 entradas de sensores ambientais de 4 a 20mA, bomba e filtro interno de saída de amostra, comunicação "Ethernet", e download dos dados via USB e diversos "softwares" de gestão de dados.
9027.50.90	184	Aparelhos para a análise de carbono orgânico total (TOC), podendo analisar amostras líquidas por padrão e opcionalmente amostras sólidas, através do método de oxidação por combustão catalítica (a 680 graus Celsius), utilizando um detector de Infravermelho não dispersivo (NDIR), com capacidade para determinar o teor de carbono total, teor de carbono inorgânico, teor de carbono orgânico total e teor de carbono orgânico não-purgável, e opcionalmente determinar o teor de carbono orgânico volátil, teor de carbono orgânico total por adição (volátil + não-purgável) e teor de nitrogênio total (por decomposição térmica catalítica a 720 graus Celsius, com detector de quimiluminescência), com opcional para análise de amostras sólidas por combustão catalítica oxidativa a 900 graus Celsius, amostras salinas com até 3% de sal e amostras com
		sólidos suspensos; com capacidade de detecção para teor de Carbono de 0 a 30.000mgC/L, e de Carbono inorgânico de 0 a 35.000mgC/L, com limite de detecção de até 4microgramasC/L conforme o modelo; amostrador automático para amostras líquidas e sistema automático de injeção com volume de amostra ajustável; diluição automática de amostras; provisão para remoção de carbono inorgânico por adição de ácido e borbulhamento automático; possibilidade de operação por visor de LCD e teclado ou por computador (conforme o modelo); seleção automática da melhor curva de calibração para cada faixa de trabalho; apresentação dos resultados com média de área e concentração, desvio padrão e coeficiente de variação entre as leituras.
9027.50.90	185	Aparelhos para a análise de carbono orgânico total (TOC) em amostras líquidas de água, através do método de oxidação por combustão catalítica (a 680), utilizando um detector de Infravermelho não dispersivo (NDIR), com capacidade para determinar teor de carbono total e teor de carbono orgânico não-purgável, e opcionalmente determinar o teor de carbono inorgânico, o teor de carbono orgânico volátil, teor de carbono orgânico total (volátil + não-purgável) e teor de nitrogênio total (por decomposição térmica catalítica a 720 graus Celsius, com detector de quimiluminescência); com faixa de medição para teor de carbono e carbono orgânico não-purgável de 0 a 1, 0 a 5 e de 0 a 1.000mgC/L com reprodutibilidade ±2%; diluição automática de amostras; dispondo de sistema de injeção único capaz de realizar ingestão, descarga, diluição e
		injeção da amostra, com válvula de 8 vias de cerâmica, para troca das linhas de fluxo (de 1 a 6 linhas); unidade de amostragem para amostras com grande quantidade de sólidos suspensos (uni- ou multifluxo) ou para amostras com poucos sólidos suspensos (multifluxo ou retrolavagem), com opcional para análise de amostras salinas com até 3% de sal; sistema de remoção de carbono inorgânico por adição de ácido e borbulhamento automático; dispondo de funções de conversão de Carbono orgânico total em Carbono orgânico dissolvido (COD), para controle da carga total de poluentes; com operação por tela LCD colorida sensível ao toque, suportando dispositivo de armazenamento de dados por porta USB, permitindo conexão com rede e avaliação dos resultados em tempo real.
9027.50.90	186	Contadores de partículas aerossóis, portáteis, pelo método de dispersão de luz, com 6 canais para contagem de partículas, taxa de fluxo de 100L/min +/-5% para atender aplicações em monitoramento rotineiro, remoto e móvel da sala limpa, com monitor LCD de alta resolução e de alta sensibilidade de 10 polegadas e impressora térmica embutida, com fonte de alimentação de 80 a 264V, 47 a 63Hz, bateria de lítio, material do contador em aço inoxidável 316, classificação IP20, Comunicação Ethernet, 3 portas de host USB, porta DIN proprietária para sonda de sensor de umidade relativa e temperatura, "download" de dados via USB com "software" em português e outros idiomas, e possibilidade de carregar o mapa de amostragem para monitoramento ambiental de rotina e configuração de amostragem para cada localidade diretamente no contador.
9027.50.90	187	Aparelhos portáteis para medição de contaminação (ou sujidades) em superfícies ou em amostras de água (luminômetros), para uso em indústrias alimentícias, ambientes de saúde e dispositivos médicos, por meio do método de detecção por Bioluminescência de Adenosina Trifosfato (ATP) em amostras com reagentes, com capacidade para medições máximas até 1.000.000RLU e dotados de tela sensível ao toque "touchscreen" colorida; transferência de dados por cabo USB; "interface" com programa "software" específico para captura, armazenamento e gerenciamento dos dados e emissão de relatórios das medições; bateria de lítio, cabo USB, conectores e base de apoio.
9027.80.99	548	Sistemas para determinação da curva de retenção de água em amostras de solos, através de placas de cerâmica, para uso em laboratório, com 1 extrator de 15bar, 4 placas cerâmicas de 15bar, 1 extrator de 5bar, 4 placas cerâmicas de 1bar, 12 pacotes com 12 anéis diâmetro de 53 x 10mm para as amostras, painel de controle, compressor adequado de 220V e pressão máxima de 20bar com conexões.
9027.80.99	549	Equipamentos modulares automatizados de bancada controlado via "software", utilizados durante as etapas de pesquisa e desenvolvimento e controle de qualidade de medicamentos para saúde humana para a avaliação do perfil de dissolução "in vitro" da substância ativa em diferentes meios de dissolução preparados e dispensados automaticamente nas cubas através de sistema de enchimento automático com detecção gravimétrica; capacidade para executar 8 lotes de 6 amostras de forma sequencial e sem interferência do usuário, utilizando os aparatos de dissolução compendiais (pás, cestos ou âncoras japonesas), com coletas simultâneas e em tempos pré-determinados pelo usuário em todas as cubas por meio de cânulas automatizadas equipadas com sondas para o registro de temperatura do meio; sistema para a filtração das amostras e
		troca dos filtros entre as coletas; reposição do meio, quando necessário; além de executar a drenagem e limpeza das cubas de dissolução após a condução dos ensaios, evitando resíduos e contaminação cruzada entre os diferentes testes; todas as etapas do processo podem ser registradas através de conjunto de câmeras integrado para suportar na interpretação dos resultados.
9027.80.99	550	Medidores digitais de parâmetros físico-químicos de vinhos, espumantes e sucos por meio de técnica espectroscópica em infravermelho com avalição matemática dos espectros via transformadas de Fourier (FTIR), requerendo 14ml de amostra para um tempo de medição de até 31s/amostra, que inclui os parâmetros etanol, frutose, glicose, sacarose, açúcares redutores, acidez total, acidez volátil, ácido málico, ácido tartárico, ácido lático, ácido glucônico, pH, densidade, Brix, extrato, glicerol e nitrogênio prontamente assimilável, com sistema de gerenciamento de bibliotecas, com sistema Peltier para termostatizar as amostras para 20 graus Celsius, com conexão por USB 2.0, RS-232, Can-Bus, Ethernet, WiFi, HDMI e saída para impressora, com tela sensível ao toque TFT colorida de 10,1 polegadas e com ou sem amostrador automático.
9027.80.99	551	Dispositivos de localização automática de células para contagem diferencial de leucócitos, caracterização da morfologia dos eritrócitos e contagem estimada de plaquetas, com capacidade de carregamento de até 200 lâminas de uma só vez; organizam e sugerem uma classificação celular (pré-classificação) para os leucócitos, fluidos biológicos e medula óssea, permitindo identificar, confirmar ou modificar a classificação proposta, podendo ser acompanhado de um sistema de compartilhamento e visualização de imagens a distância, permitindo a realização da análise em tempo real e/ou módulo de leitura e classificação de células provenientes de líquidos biológicos e medula óssea.
9031.20.90	218	Máquinas de teste de estanqueidade para filtros de óleo diesel de caminhões e ônibus, com verificação automática de perda de ar por meio de transdutores de pressão, e posterior verificação de fuga de gás hélio da câmara de teste a vácuo fabricada em alumínio/aço inoxidável; possui um conjunto de bombas a vácuo com válvulas de controle, espectrômetro de massa de gás hélio; conjunto misturador de gás hélio e nitrogênio; conjunto de recuperação de gás hélio, dotado de compressor, válvulas de controle da concentração ar mais gás hélio; sistema de leitura (barcode/datamatrix) automático para identificação e rastreabilidade das peças testadas; sistema supervisório para armazenamento das peças testadas; armário elétrico com controlador lógico programável (CLP), com cartão ethernet no CLP e "software", assistência técnica de serviço e manutenção via modem; painel de comando com botoeiras e "interface" homem-máquina; sistema de segurança operacional através de barreiras de luz e chaves de segurança nas portas.
9031.20.90	219	Máquinas automáticas de testes funcionais e calibração de placas de circuito impresso (PCB), com recurso disponível para operação manual, com módulo para decodificação de código de barras em movimentação e com ajuste de posição do código de barras para diferentes produtos, com "interface" de comunicação múltipla; possui módulo de comunicação com alcance de medições em frequências entre 0 e 500Hz; controlado por PLC, com ajuste automático do eixo Z; possui módulo de teste funcional de erro de leitura de corrente com grau de precisão de +/-0,05%, com variação igual ou menor que 0,03%/120s, com distorção igual ou menor que +/-0,5%, com faixa de saída de tensão entre 30V (corrente alternada) e 280V (corrente alternada); com precisão de regulagem de tensão de 0,01V (corrente alternada).
9031.20.90	220	Sistemas de testes para armário conversores de aerogeradores, compostos por armário elétrico para ensaios de potência e aquecimento de conversores DAC DIFG, unidade hidráulica para teste de aquecimento, CPU, fonte de alimentação 24Vdc, placa CLP de interconexão, conjunto de cabos para conexão e botão de emergência, podem conter ou não sistema de resfriamento.
9031.49.90	509	Analisadores ópticos para análise da qualidade da recravação de tampas metálicas de latas de alimentos, cervejas e bebidas em geral, com tecnologia baseada no princípio do processamento dimensional de imagem através de câmera de alta definição, com leitura das medições e resultados apresentados em tela com 1 clique por medição, aplicados em laboratórios das indústrias de bebidas e alimentos enlatados em geral, com precisão de medição de 0,01 a 0,001mm com variação de 3 a 20micrometros, permitindo a medição e análise de latas de dimensões variadas, dotados de unidade de medição com câmera de alta definição com aproximação/foco de 60x e plataforma de suporte da amostra para inspeção detalhada da espessura e profundidade da recravação, inspeção complementar da altura da lata, inspeção complementar da costura da lata com
		precisão de 0,01 mm com variação máxima de 10micrometros e demais análises complementares, com medições internas automáticas, com computador industrial de controle com comunicação Ethernet (RJ45) e sistema operacional integrado versão LITE, com conexão USB e monitor com tela de 15 polegadas tipo TFT (Transistor de Película Fina) integrados no computador industrial, com operação "plug and play", controlados por "software" de controle com sistema de classificação e avaliação de erros com filtros de segurança de valores incomuns, com acessórios normais para o processo de análise da qualidade da recravação como cartão de memória C-Fast, medidores complementares e acessórios para calibração com precisão de 0,01 a 0,001mm, preparadores de amostras, mini teclado, mouse, cabos e caixa de ferramentas essenciais, com ou sem fonte de
		alimentação ininterrupta (UPS Nobreak) de 100 ou 230V e pedal industrial de acionamento de operação.
9031.49.90	510	Analisadores ópticos para análise da qualidade da recravação de tampas metálicas de latas de alimentos, cervejas e bebidas em geral, com tecnologia baseada no princípio do processamento dimensional de imagem através de câmera de alta definição, com leitura das medições e resultados apresentados em tela com somente 1 clique, aplicados em laboratórios das indústrias de bebidas e alimentos enlatados em geral, com precisão de medição de 0,01 a 0,001mm com variação de 3 a 20micrometros, permitindo a medição e análise de latas de dimensões variadas, dotados de computador industrial de controle com portas de comunicação Ethernet (RJ45) e RS232, sistema operacional integrado e equipado com SSD (Solid State Drive), com câmera de alta definição com aproximação/foco de 60x, com operação "plug and play", controlados por software de
		controle com "interface" amigável ao operador, sistema de classificação e avaliação de erros críticos com filtros de segurança de valores incomuns, possibilidade de armazenamento de dados em disco rígido próprio ou servidor e execução de relatórios e estatísticas das medições, com acessórios normais para o processo de análise da qualidade da recravação como monitor com tela de 15 polegadas tipo TFT (Transistor de Película Fina) sensível ao toque com entrada HDMI, mesa combinada simultânea com medições automáticas para inspeção detalhada da espessura, profundidade da recravação, altura da lata e altura da recravação com precisão entre 0,001 a 0,01mm com variação máxima de 10 micrometros para as demais análises complementares e velocidade total de medições internas automáticas de aproximadamente 1s, acessórios para
		calibração com precisão de 0,01 a 0,001mm, preparadores de amostras, fonte de alimentação ininterrupta (UPS Nobreak) de 100 a 230V, mini teclado, mouse, cabos, caixa de ferramentas essenciais e pedal industrial de acionamento de operação.
9031.49.90	511	Máquinas automáticas para controle dimensional de placas cerâmicas, capazes de controlar placas com dimensional máximo de 900 x 1.800mm, através de inspeção por medição lateral e de espessura com largura máxima de trabalho de 800 a 1.200mm e comprimento máximo de trabalho de 800 a 1.200mm, com precisão de +/-0,1mm e velocidade de processamento de 15 a 35m/min, marcando automaticamente o grau e produzindo relatórios estatístico de qualidade, com "interface" homem-máquina (IHM) com tela de cristal líquido e controlador lógico programável (CLP).
9031.49.90	512	Equipamentos compostos por sensores óticos, ultrassônicos, acelerômetros e giroscópios, instalados em uma unidade locomotiva, compostos por: uma unidade externa a qual realiza por meio de instrumentos a verificação de parâmetros configurados como geometria da via (traçado ou eventual não conformidade), bitola ferroviária (distância entre um trilho e outro), perfil de trilho (buscando desgaste, trinca ou outras condições do patim, alma e boleto) e defeitos em componentes da via ferroviária; e outra unidade instalada também na locomotiva (vagão host), a qual recebe os dados e os processa, produzindo relatórios em tempo real para o servidor.
9031.49.90	513	Sistemas de análise de imagem destinados a análise on-line de propriedades de minério granel e em polpa com características de hardware na forma de câmeras de alta definição com unidade processadora de imagem incorporado e servidor com sistema operacional próprio para processamento e análise das imagens com câmeras de resolução de 3.280 x 2.464pixels com frames de dimensão de 4.60mm diagonal e iluminação dupla integrada de arranjos de LED.
9031.49.90	514	Armadilhas de insetos automáticas, alimentadas por painel solar e bateria interna, para monitoramento remoto de infestações; com comunicação por rede de celular; com GPS integrado; com câmera para registro de imagem dos insetos capturados; com caixa de proteção IP65 e com suporte de aço inoxidável.
9031.49.90	515	Aparelhos portáteis com desenho ergonômico para uso com uma única mão do operador, para rápida detecção de tráfego de sinais em fibras ópticas, com faixa de operação para sinais em sistemas de comunicação tipo monomodo com ondas de comprimento entre 800 a 1.700nanômetros, sensibilidade mínima de 0,0001mW até o máximo de 10mW, utilizando-se de tecnologia de macro curvatura das fibras e 2 foto sensores tipo InGaAs, método não destrutivo da fibra e sem necessidade da interrupção do tráfego e da operação do sistema de transmissão óptica, sem causar danos ou sobrecargas nas fibras, com visor tipo LED ou tipo LCD com retro iluminação para indicação da potência relativa do sinal detectado, indicação do tipo do sinal se contínuo (CW) ou modulado nas frequências de 270Hz, 1kHz ou 2kHz, indicação da direção do sinal detectado se à

		esquerda ou à direita, capaz de identificar a presença e o sentido do tráfego dos sinais ópticos em qualquer ponto da fibra com revestimentos de 0,9, 0,25, 2 e 3mm de diâmetro, com ou sem função Medidor de Potência Óptica "Power Meter" incorporada para medição da potência do sinal óptico recebido em dBm e mW, com ou sem função Fonte de Luz Visível a 650nm incorporada para localização visual de falhas, com ou sem cabeçotes intercambiáveis para ajuste de compatibilidade do aparelho com o diâmetro do revestimento da fibra testada, acompanhados de bolsa para transporte e armazenamento.
9031.49.90	516	Sistemas de medição e controle dos ângulos de aletas de alumínio destinadas a montagem de radiadores de veículos automotores, eletrônicos, completos com sensores óticos e conjuntos emissores de luz (LED), acompanhado de PC, monitor, e acessórios indispensáveis ao seu funcionamento.
9031.49.90	517	Máquinas de medição óptica industrial por coordenadas 3D, para medição de geometrias de superfícies por meio de fotogrametria de meios físicos, levantamento de coordenadas 3D de pontos de superfície, controle de qualidade e engenharia reversa, cujo volume de medição compreende 1 x 0,5 x 0,5m³, precisão mínima 0,015mm, e 10 x 5 x 5m³ com precisão mínima de 0,2mm, dotadas de câmera de medição, barras de escala, maleta plástica e pontos adesivos, podendo ter ou não adaptadores para furos.
9031.80.99	063	Sensores eletrônicos digitais para controle de nível do tipo contínuo que indicam o nível de enchimento de silos, tanques e reservatórios de grãos, sólidos ou líquidos medindo até 20m de profundidade, com princípio de funcionamento de ondas de radar, laser ou ultrassônico com alimentação de 3 à 24VDC, 90 à 253VAC, saída RS485, analógica, MODBUS, temperatura de trabalho de -40 até 260 graus Celsius, carcaça externa protetiva em aço inox, alumínio ou plástico.
9031.80.99	095	Instrumentos medidores de espessuras de papel, papelão, plástico, filmes plásticos, lenço de papel, têxteis e outros materiais tipo folha; digital, de bancada, com tela "touchscreen", unidades de medição: micrometro, mm e mil, com faixa de medição entre: 0 e 10mm, 0 e 10,000 micrometros e 0 e 394mil, conexão RS232 e saída para conexão de impressora, com ou sem alimentador de amostras automatizado integrado e "software" para captura e transferência de resultados de testes.
9031.80.99	126	Máquinas para ensaio e teste de engrenagens cônicas (espirais e hipoidais) com ângulo de engrenamento de 90 graus, com comando numérico computadorizado (CNC), constituída de três eixos lineares, com 2 cabeçotes perpendiculares para fixação de peças de diâmetro máximo de 600mm, com distância entre o fuso do eixo da coroa Y (H) e a face do fuso do pinhão compreendida de 200 a 400mm, distância entre o fuso do eixo do pinhão Z (J) e a face do fuso da coroa compreendida de 120 a 340mm, cabeçote fuso do pinhão com torque máximo de 57Nm e rotação máxima de 3.250rpm., cabeçote do fuso da coroa com torque máximo de 93Nm e rotação máxima de 3.000rpm, acompanhada de ferramental para fixação e padronização das engrenagens coroa e pinhão.
9031.80.99	127	Equipamentos localizadores, com sistema de orientação para perfuração direcional, utilizados em máquinas de perfuração rotativa direcional; frequência de recepção de 0,33 à 45kHz; exibição gráfica em LCD; alcance de profundidade de 15,2 até 38m.
9031.80.99	128	Controles eletrônicos para monitoramento e controle de implementos, motores ciclo diesel e telemetria, com funções de registro e processamento de dados, construído em plástico ou alumínio fundidos e com tensão de 24V.
9031.80.99	129	Equipamentos para análise e correção de falhas nos sistemas eletromecânicos de automóveis, motocicletas, caminhões, náuticos, agrícolas e máquinas para construção (conforme modelo e "software" a ser instalado), com características, entre outras: 1 ou 2 processadores de entre 72MHz e 1GHz, memória SRAM de 2MBits, de 8MBits ou de 16MBits, memória NAND Flash de entre 1 e 8GBit, com alimentação externa entre 8 e 32V, com conexão WIRED RS232 e USB 2.0 ou 5.0, "wireless bluetooth" classe, 1, com ou sem conexão por WIFI, com identificação automática do veículo por meio do número de chassi ou código do motor, comunicação com todas as unidades de controle eletrônico ao mesmo tempo e obtenção de todos os códigos de erros memorizados, com suporte ao protocolo "Pass Thru" SAE J2534 - 1 e 2, aos protocolos códigos de piscadas (blinck code), K, L (com a proteção de corrente entre 60 e 100mA), ISO 9141-2, ISO 14230, CAN ISO11898-2, CAN ISO 11898-3, SAE J1850 PWM-VPW e aos protocolos CAN SAE J2411, SAE J1708, com ou sem protocolo DoIP, com ou sem display OLED 64 x 128 dot, com respectivos cabos e chave de segurança (HASP).
9031.80.99	130	Aparelhos para ensaios não destrutivos, por meio de ultrassom, microprocessados, portáteis, para medição de espessura e/ou velocidade sônica de peças metálicas em qualquer faixa de medição compreendida de 0,01 a 600mm.
9031.80.99	131	Aparelhos para ensaios não destrutivos, por meio de ultrassom, microprocessados, para detecção de falhas em peças metálicas em qualquer faixa de medição entre 0 e 9.999mm e velocidade de som entre 100s e 20.000m/s.
9031.80.99	132	Equipamentos de monitoramento da bucha do transformador em tempo real com configurações de 1, 3 ou 6 buchas e com "hardware" de aquisição que pode ser conectado com plataforma através da porta de expansão ethernet, capacitância de bucha alcance de 1pF - 100nF com precisão 1%, fator de dissipação (T δ, Δtan δ) 10-4 a 1, ±0,00001, resistência 10MegaOhms a 100TeraOhms, ±1%, protocolos de comunicação MODBUS, OPC UA
9031.80.99	133	Aparelhos eletrônicos conversores de sinais, contadores e monitoramento de múltiplas grandezas como contagem de pulsos, frequência, pecas, rpm, com sinal analógico, pulso, seno/conseno, RS232, RS485, TTL, HTL, canal simples, canal duplo, SSI, A/A, B/B, PROFIBUS ou CANBUS, de alimentação 12 a 30V, 24 a 230VAC ou 17 a 40VDC para automação industrial em máquinas e equipamentos da indústria de processamento.
9402.90.10	007	Mesas de operação médica com movimentos eletro-motorizados, radiotranslúcidas, projetadas exclusivamente para suportar e posicionar pacientes durante as cirurgias, com capacidade de carga máxima de 270kg na posição normal, posicionamento da parte superior da mesa em "trendelenburg/trendelenburg reverso" de 30 graus (+/-2 graus), inclinação da parte superior da mesa para a esquerda/direita de 25 graus (+/-2 graus), inclinação da placa dorsal de 80 graus para cima e de 60 graus para baixo, inclinação da placa das pernas de 80 graus cima e cerca de 92 graus para baixo, altura máxima e mínima da parte superior da mesa respectivamente de 1.030mm e de 660mm (+/-1 grau), com movimento longitudinal motorizado de 340mm (+/-1 grau), com grau de proteção 1PX4, controle manual com fio ou sem fio, bateria interna recarregável com autonomia de funcionamento durante cerca de uma semana.
9402.90.10	008	Mesas de operação médica com movimentos eletro-motorizados, radiotranslúcidas, projetadas exclusivamente para suportar e posicionar pacientes durante as cirurgias, com capacidade de carga máxima de 450kg na posição normal, posicionamento da parte superior da mesa em "trendelenburg/trendelenburg reverso" de ±45 graus, inclinação da parte superior da mesa para a esquerda/direita de ±30 graus, inclinação da placa dorsal de 90 graus para cima e de 45 graus para baixo, inclinação da placa das pernas de 90 graus cima e cerca de 105 graus para baixo, altura máxima e mínima da parte superior da mesa respectivamente de 1.140mm e de 590mm (+/-1 grau), com movimento longitudinal motorizado de 460mm (+/-1 grau), com grau de proteção 1PX4, controle manual com fio ou sem fio, bateria interna recarregável com autonomia de funcionamento durante cerca de uma semana, com apoio de braços.
9402.90.10	009	Mesas de operação médica com movimentos eletro-motorizados, radiotranslúcidas, projetadas exclusivamente para suportar e posicionar pacientes durante as cirurgias, com capacidade de carga máxima de 400kg na posição normal, posicionamento da parte superior da mesa em "trendelenburg/trendelenburg reverso" de 30 graus (+/-2 graus), inclinação da parte superior da mesa para a esquerda/direita de 25 graus (+/-2 graus), inclinação da placa dorsal de 80 graus para cima e de 60 graus para baixo, inclinação da placa das pernas de 80 graus cima e cerca de 92 graus para baixo, altura máxima e mínima da parte superior da mesa respectivamente de 1.030mm e de 660mm (+/-1 grau), com movimento longitudinal motorizado de 340mm (+/-1 grau), com grau de proteção 1PX4, controle manual com fio ou sem fio, bateria interna recarregável com autonomia de funcionamento durante cerca de uma semana.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 195, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 181ª Reunião, ocorrida em 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 15, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogados os Ex-tarifários abaixo dos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº EX	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8536.90.40	011	Conectores tipo HM (hard metric) próprios para tráfego de sinal de dados em alta velocidade (acima de 2Gbit/s) e o correspondente conector HM de potência com corrente maior ou igual a 1A, com ou sem blindagem metálica, de 10 a 200 posições de contatos, próprios para montagem em furo de placa (PTH) ou por prensagem (press fit) em placas de circuito impresso.	Resolução Camex nº 50, de 5 de julho de 2017
9030.89.90	056	Equipamentos para localização de falhas em cabos isolados de média tensão utilizando métodos baseados em reflectometria no domínio do tempo; contendo um gerador de pulsos, com energia máxima compreendida de 1.024 a 3.000J; tensões máximas aplicadas compreendida de 16 a 32kV.	Resolução Gecex nº 10, de 30 de janeiro de 2020
8541.40.32	240	Módulos fotovoltaicos, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal de 495W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua com dimensões de 2.073 × 1.133 × 35mm (eficiência de 210,75Wp/m2, equivalente a 21,1%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	242	Módulos fotovoltaicos, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal de 540W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 211,26Wp/m2, equivalente a 21,1%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	244	Módulos fotovoltaicos bifaciais, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal na parte frontal de 475W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, com dimensões de 2.073 × 1.133 × 35mm (eficiência de 202,24Wp/m2, equivalente a 20,2%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	245	Módulos fotovoltaicos bifaciais, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal na parte frontal de 480W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, com dimensões de 2.073 × 1.133 × 35mm (eficiência de 204,37Wp/m2, equivalente a 20,4%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	246	Módulos fotovoltaicos bifaciais, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal na parte frontal de 485W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, com dimensões de 2.073 × 1.133 × 35mm (eficiência de 206,50Wp/m2, equivalente a 20,6%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	249	Módulos fotovoltaicos bifaciais, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal na parte frontal de 520W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 203,44Wp/m2, equivalente a 20,3%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	250	Módulos fotovoltaicos bifaciais, compostos de células solares de silício monocristalino com revestimento PERC, com potência nominal na parte frontal de 525W em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 205,40Wp/m2, equivalente a 20,5%).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	254	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, dotados de células tipo monocristalino com revestimento PERC (Passivated Emitter and Rear Cell) de eficiência maior ou igual a 20%, com potência superior a 520Wp, com dimensões de 2.256 x 1.133 x 35mm, para uso em sistemas com tensão máxima igual 1.500Vdc.	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	255	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, dotados de células tipo monocristalino com revestimento PERC (Passivated Emitter and Rear Cell) de eficiência maior ou igual a 20%, com potência superior a 520Wp, com dimensões de 2.300+/-2mm x 1.143+/-2mm x 35+/-1mm, para uso em sistemas com tensão máxima igual 1.500Vdc.	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020

Art. 3º Ficam incluídos os Ex-tarifários abaixo nos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº EX	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8536.90.40	032	Conectores tipo HM (hard metric) próprios para tráfego de sinal de dados em alta velocidade (acima de 2Gbit/s) ou conectores tipo HM ou Futurebus de potência com corrente maior ou igual a 1A, com ou sem blindagem metálica, de 10 a 200 posições de contatos, próprios para montagem em furo de placa (PTH) ou por prensagem (press fit) em placas de circuito impresso.	Resolução Camex nº 50, de 5 de julho de 2017
9030.89.90	062	Equipamentos para localização de falhas em cabos isolados de média tensão utilizando métodos baseados em reflectometria no domínio do tempo; contendo um gerador de pulsos, com energia máxima compreendida de 1.000 a 3.200J; tensões máximas aplicadas compreendida de 16 a 36kV.	Resolução Gecex nº 10, de 30 de janeiro de 2020

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor sete dias a partir da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
8471.90.19	012	Leitores de cartão RFID para leitura do código de identificação do transponder (chip ou cartão); com frequência entre 125kHz e 13,56MHz passivo com comunicação com computador via USB; temperatura de operação de 0 a 40 graus Celsius.
8473.30.99	028	Plataformas de infraestrutura modular dedicada (gabinete) de 7U de altura para instalação em rack com capacidade para até 8 módulos de processamento com 2 processadores e até 8 discos do tipo BOSS, HDD, SSD ou NVMe, ou 4 módulos de processamento com 4 processadores e até 10 discos BOSS, HDD, SSD ou NVMe, ou 7 módulos de armazenamento de dados com até 16 discos do tipo HDD ou SSD, os módulos de processamento (2 ou 4 processadores) e armazenamento podem ser utilizados juntos, respeitando a capacidade física do gabinete, o gabinete pode conter, instalados, até 6 fontes de alimentação de 3.000W, até 4 ventiladores frontais e 5 traseiros, até 2 módulos de gerenciamento (para controle de energia geral do gabinete, refrigeração e interfaces físicas do usuário), até 4 "switches" Ethernet com até 16 conexões internas aos módulos de processamento e até 16 portas externas de 10GbE a 100GbE cada, e até 2 "switches" conexão "Fibre Channel" de até 16 conexões internas e até 16 portas externas de 32Gbps cada.
8473.30.99	029	Módulos embarcados de radiofrequência com antena PCB, com potência de saída de 1 a 63mW, com alcance "indoor" de até 90m, sensibilidade do receptor de -92 a -100dBm, alcance "outdoor" de até 1,6km, taxa de dados RF de 250kbps, faixa de frequência de 2.400 a 24.835GHz, taxa de dados da "interface serial" de até 115,2kps, frequência de operação 2,4GHz e suporte de até 16 canais.
8517.62.13	033	Moduladores e "gateways" com entrada HDMI "Full HD" 1.920 x 1.080 pixels e/ou IP (SPTS / MPTS) sobre UDP e RTP, Unicast/Multicast e/ou ASI TS (transport Stream), com saída RF ISDBT para sistemas de televisão digital terrestre brasileiro com modulação ARIB STD-B31 e constelação QAM com sintaxe TS (Transport Stream) e/ou saída IP (SPTS/mpts) sobre HTTP (Unicast), UDP (Multicast) HLS e RTMP.
8517.62.13	004	Módulos Ópticos "Muxponder" para multiplexação de sinais cliente em sinais modulados de linhas coerentes, com potência de saída entre -9 e 4dBm, operando em comprimento de onda das bandas C ou L em portadora única e sintonizável, com taxa de tráfego de dados programável de 200 até 800Gbps e taxa de símbolos (Baud Rate) de 91.6 e/ou 95Gbaud, contendo interfaces de clientes para plugáveis ópticos QSFP28 e/ou QSFPDD, desenvolvidos para aplicações de transmissões terrestres ou submarinas.
8517.62.41	013	Dispositivos "wireless" para trabalhar com transmissão de áudio e vídeo, HDMI 1.4 compatíveis com HDCP, com qualidade de áudio estéreo de 16bits a 48kHz, com resolução de entrada até 1.920 x 1.080 (1.080P), com resolução de saída até 1.920 x 1.080 (1.080P), taxa de frequência de até 60fps dependendo do ambiente, até 16 conexões simultâneas, antenas para frequência 5GHz, suporta IEEE 802,11ac (5GHz) 2T2R, encriptação AES 128 bit, protocolo de autenticação WPA2 (WPA2-PSK (Pre-Shared Key)/WPA2-Enterprise), compatíveis com diversos sistemas operacionais.
8517.62.59	089	Transmissores ópticos SFP (fator de forma pequeno) com suporte para taxa de operação de 1,25Gbps e distância de transmissão de 80km com SMF (fibra de modo único), consistindo em 3 seções: 1 transmissor de laser DFB 1.550nm, 1 fotodiodo PIN integrado com um pré-amplificador de trans impedância (TIA) e 1 unidade de controle MCU; o receptor conta com um detector de perda de sinal (LOS) lógico TTL; conformidade com SFP MSA e SFF-8472 com receptáculo "LC duplex"; monitoramento de diagnóstico digital; compatível com SONET OC-24-LR; compatível com RoHS; fonte de alimentação simples +3.3V; Taxa de temperatura de operação de -40 a +85 graus celsius (Industrial); concebidos para aplicações em ethernet gigabit, canal de fibra, Interface switch a switch, aplicações "switched backplane", interface roteador/servidor e outros sistemas de transmissão óptica.
8517.62.59	090	Transmissores ópticos SFP (fator de forma pequeno) com suporte para taxa de operação de 1,25Gbps e distância de transmissão de 40km com SMF (fibra de modo único), consistindo em 3 seções: 1 transmissor de laser DFB 1.310nm, 1 fotodiodo PIN integrado com um pré-amplificador de trans-impedância (TIA) e 1 unidade de controle MCU; o receptor conta com um detector de perda de sinal (LOS) lógico TTL; conformidade com SFP MSA e SFF-8472 com receptáculo LC duplex; monitoramento de diagnóstico digital; compatível com SONET OC-24-LR; compatível com RoHS; fonte de alimentação simples +3,3V; taxa de temperatura de operação de -40 a +85 graus celsius (Industrial); concebidos para aplicações em ethernet gigabit, canal de fibra, Interface switch a switch, aplicações "switched backplane", interface roteador/servidor e outros sistemas de transmissão óptica.
8517.62.59	091	Transmissores ópticos SFP (fator de forma pequeno) com suporte para taxa de operação de 1,25Gbps e distância de transmissão de 20km com SMF (fibra de modo único), consistindo em 3 seções: 1 transmissor de laser DFB 1.310Nm, 1 fotodiodo PIN integrado com um pré-amplificador de trans impedância (TIA) e 1 unidade de controle MCU; o receptor conta com um detector de perda de sinal (LOS) lógico TTL; conformidade com SFP MSA e SFF-8472 com receptáculo LC duplex; monitoramento de diagnóstico digital; compatível com SONET OC-24-LR; compatível com RoHS; fonte de alimentação simples +3.3V; Taxa de temperatura de operação de -40 a +85 graus celsiu (Industrial); concebidos para aplicações em ethernet gigabit, canal de fibra, Interface switch a switch, aplicações "switched backplane", interface roteador/servidor e outros sistemas de transmissão óptica.
8517.62.59	092	Transmissores ópticos SFP (fator de forma pequeno) com suporte para taxa de operação de 1,25Gbps e distância de transmissão de até 550mm, consistindo, fundamentalmente, em 2 partes: transmissor e receptor; o transmissor conta com um sinal de desativação em nível lógico TTL e um indicador de falhas; o receptor conta com um detector de perda de sinal (LOS) lógico TTL; conformidade com SFP MSA e SFF-8472 com receptáculo LC duplex; monitoramento de diagnóstico digital; compatível com SONET OC-24-LR; compatível com RoHS; fonte de alimentação simples +3.3V; taxa de temperatura de operação de -40 a +85 graus Celsius (Industrial); concebidos para aplicações em ethernet gigabit, canal de fibra, Interface switch a switch, aplicações "switched backplane", interface roteador/servidor e outros sistemas de transmissão óptica.
8517.62.59	093	Transmissores ópticos SFP (fator de forma pequeno) com suporte para taxa de operação de 155Mbps e distância de transmissão de 20km com SMF (fibra de modo único), consistindo em 3 seções: 1 transmissor de laser com 1.310nm, 1 fotodiodo PIN integrado com um pré-amplificador de trans-impedância (TIA) e 1 unidade de controle MCU; o receptor contém um detector de Perda de Sinal (LOS) lógico TTL; conformidade com SFP MSA e SFF-8472 com receptáculo LC duplex; monitoramento de diagnóstico digital; compatível com SONET OC-24-LR; compatível com RoHS; fonte de alimentação simples +3.3V; taxa de temperatura de operação de -40 a +85 graus Celsius (Industrial); concebidos para aplicações em ethernet gigabit, canal de fibra, interface "switch a switch", aplicações "switched backplane", interface roteador/servidor e outros sistemas de transmissão óptica.
8517.62.59	094	Transmissores ópticos SFP (fator de forma pequeno) com suporte para taxa de operação 100Mbps e distância de transmissão de até 2km, consistindo em duas partes: transmissor e receptor; o transmissor contém um sinal de desativação em nível lógico TTL e um indicador de falhas; o receptor contém um detector de Perda de Sinal (LOS) lógico TTL; conformidade com SFP MSA e SFF-8472 com receptáculo LC duplex; monitoramento de diagnóstico digital; compatível com SONET OC-24-LR; compatível com RoHS; fonte de alimentação simples +3,3V; taxa de temperatura de operação de -40 a +85 graus Celsius (Industrial); concebidos para aplicações em ethernet gigabit, canal de fibra, Interface switch a switch, aplicações "switched backplane", interface roteador/servidor e outros sistemas de transmissão óptica.
8517.62.59	095	Aparelhos para transmissão e recepção de dados em rede com fio (Switch Ethernet) utilizados no controle de aerogeradores, com corrente elétrica nominal de no máximo 1A, sendo possível atingir picos de até 3A para correntes de irrupção; tensão de operação de 24Vdc +/-20% com consumo não superior a 20W; dotados de 2 terminais de entrada de potência, com 2 cabos 18AWG/1 mm²; contém mínimo de 12 conectores RJ-45 100Mbit; mínimo de 2 portas 100/1000Mbit SFP, com todas as portas localizadas na frente do aparelho; dimensões de 130 x 110 x 140mm (C x L x A).
8517.62.59	096	Módulos de interface de comunicação baseados em protocolo de rede industrial EtherNet/IP, montados em alojamento para fixação em chassis com painel frontal com "display" de LCD, suporte a taxa de dados mínima de 10Mbps, conexão 128 TCP/IP e topologias em anel e/ou linear, contendo 2 ou 3 portas de cobre RJ45, porta USB para programação local e desenvolvidos para uso em sistemas de controle em aplicações de automação industrial.
8517.62.62	028	Módulos de baixa potência Wi-Fi, com potência de saída RF de 8 a 18dBm, frequência operacional de até 2,497GHz, taxas de dados com suporte de 1 a 11Mbps, temperatura de operação de -40 a +85 graus Celsius, tensão de entrada de 3,3V e "stand by power" de 7 microampere.
8517.62.77	038	Módulos de rádio frequência para comunicação de dados, compatíveis com o padrão WiSUN e IEEE802.15.4g, para medidores inteligentes de energia elétrica, capazes de operar na faixa ISM de 902 a 928MHz em redes de topologia "Mesh" ou "Estrela" com espalhamento espectral por salto em frequência (FHSS), endereçamento IPv6 e potência de transmissão de até +30dBm, com interface de comunicação de dados serial TTL e alimentação 8VDC.
8529.90.20	039	Telas de visualização, constituídas de um painel de cristal líquido com matriz ativa de transistores de filme fino (thin film transistor), circuitos eletrônicos de controle e acionamento dos transistores, dispositivo de retro iluminação "backlight" e tampas frontal e traseira - "módulo LCD-TFT".
8530.10.10	039	Sistemas de controle para aparelhos de mudança de via do tipo pivotante, que permitem que o trem do monotrilho faça a transição entre vias durante o período operacional, através de sistema de sinalização CTBC (controle de trens baseado em comunicação), composto por gabinete, grau de proteção ip55 (contra poeira e jatos de água), com alimentação 220V/380V, resistência de isolamento 1.000 Ohms, potência de 44kW, compostos por interruptores (switches), banco de resistor, módulos, relês, controladores lógicos programáveis (CLP), tela de interface homem máquina para monitoramento dos comandos, luzes indicadoras e "software" para coletar dados de entrada do sistema, julgamento lógico e saída de controle, através da linguagem de diagrama "Ladder", com código de verificação CRC de 64bits, operando de acordo com a norma EN50159 e certificação de segurança SIL4.
8530.10.10	040	Sistemas de controle para aparelhos de mudança de via do tipo saída, que permitem que o trem do monotrilho acesse a via operacional e pátio, através de sistema de sinalização CTBC (controle de trens baseado em comunicação), compostos por gabinete, grau de proteção IP55 (contra poeira e jatos de água), com alimentação 220V/380V, resistência de isolamento 1.000 Ohms e potência de 22kW, composto por interruptores (switches), módulos, relês, controladores lógicos programáveis (CLP), tela de interface homem máquina para monitoramento dos comandos, luzes indicadoras e "software" para coletar dados de entrada do sistema, julgamento lógico e saída de controle, através da linguagem de diagrama "Ladder", com código de verificação CRC de 64bits, operando de acordo com a norma EN50159 e certificação de segurança SIL.
8530.10.10	041	Sistema de controle para aparelhos de mudança de via do tipo pivotante, permite que o trem do monotrilho acesse as vias internas das áreas de manutenção e estacionamento do pátio, através de sistema de sinalização CTBC (controle de trens baseado em comunicação), composto por gabinete, grau de proteção IP55 (contra poeira e jatos de água), com alimentação 220V/380V, resistência de isolamento 1.000 Ohms e potência de 23kW, composto por interruptores (switches), módulos, relês, controladores lógicos programáveis (CLP), tela de interface homem máquina para monitoramento dos comandos, luzes indicadoras e "software" para coletar dados de entrada do sistema, julgamento lógico e saída de controle, através da linguagem de diagrama "Ladder", com código de verificação CRC de 64bits, operando de acordo com a norma EN50159 e certificação de segurança Sil4.
8530.80.10	001	Equipamentos de controle de trânsito, mobilidade e geração de dados estatísticos para central de monitoramento, para utilização no patrulhamento móvel de vias, com fixação sobre o teto de veículos, dotados de: reconhecimento facial de identidade no entorno do campo de visão (360 graus) estando estacionado ou em movimento; capacidade de comunicação com base de dados via "web" fiscalização de velocidade com cobertura de pista e pista oposta; identificação de veículos roubados ou procurados; controle de circulação de veículos em vias especificas ou proibidas; fiscalização de estacionamento rotativo com aplicação de multa; gravação ininterrupta de ambientes; software de controle; capacidade de armazenamento de até 2TB de mídia; e reconhecimento automático e simultâneo em até 7 vias de todas as placas dos veículos em torno do capo de visão (360 graus), estacionados ou em movimento em qualquer sentido .
8531.20.00	037	Painéis indicadores com dispositivos em LCD/LED, construídos em alumínio e vidro, com pressão interna de até 35Kpa, tensão de operação de 18 a 32V, vibração de 20 a 2.000Hz e com temperatura de operação variando do -40 a 85 graus celsius.
8531.20.00	038	Módulos LED 1R1G1B colorido tipo P5, encapsulamento de LED tipo 2.121 ou 2.727, dimensões físicas 320 x 160mm, resolução de 64 x 32 pixels, distância entre pixels 5mm, alimentação 5V DC, porta de comando HUB75, método de controle 1/8 linhas, sem controlador gráfico.
8536.50.90	108	Dispositivos de segurança, denominados "airskin", no formato de uma capa macia e sensível a pressão, para robótica industrial, para revestir direta e exclusivamente robôs, com almofadas macias e herméticas, com sensores para monitorar e detectar continuamente mudanças de pressão interna, acionando imediatamente, em caso de colisões, um sinal de parada seguro para o controlador do robô, forças mecânicas são absorvidas pelo acolchoamento do "airskin", que tem alimentação de tensão de 24V DC, interface OSSD (6 fios, sendo 2 canais de segurança "in/out", 24V, terra), topologia "daisy chain", no máximo 15 almofadas de espessura variável de 20 a 80mm e tempo de reação menor que 9ms, faixa de temperatura ambiente de 0 a 55 graus Celsius, estando em total conformidade com a ISO 13849.
8537.10.20	049	Controladores eletrônicos para conversor de aerogeradores, com tensão de entrada de 18 a 30Vdc; potência de 30W; microprocessador "Dual core", 1,6GHz, com memória de 2Gb DDR3-1.066 SDRAM; dotados de 5 portas ethernet, 1 porta ethernet IICS Cloud, 2 portas USB, 1 porta Com, 1 porta "Display", 1 porta MicroSD; dimensões totais de 150 x 55 x 168mm (C x L x A); temperatura de operação de -40 a 85 graus Celsius.
8541.30.29	015	Sistemas para compensador estático reativo (SVC) dotados de módulos de válvulas tiristorizadas com controle bidirecional (BCT) de 4 polegadas para corrente máxima inferior à 2.500A e tensão de 6,5kV, disparados por sinal elétrico, montados em estrutura vertical para a fixação suspensa, com ou sem colunas de painéis de controle e/ou proteção, com ou sem sistema de resfriamento por água deionizada (cooling system), aplicados aos componentes de compensadores estáticos reativos (reatores controlados a tiristores TCR e/ou capacitores chaveados a tiristores TSC) para o controle de tensão de sistemas elétricos de potência.
8541.40.32	310	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 535W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 × 1.096 × 35mm (eficiência de 204,75Wp/m², equivalente a 20,5%).
8541.40.32	311	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 540W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 × 1.096 × 35mm (eficiência de 206,67Wp/m², equivalente a 20,5%).
8541.40.32	312	Módulos solares fotovoltaicos, monofaciais, para geração de energia elétrica, com potência nominal máxima (STC) igual a 605Wp e eficiência igual a 21,4% (213,77Wp/m²), para sistema com tensão máxima superior ou igual a 1.500V, dimensões 2.172x1.303x35mm.
8541.40.32	313	Módulos solares fotovoltaicos, dotados de 36 células de silício policristalino, com potência total nominal máxima (STC) igual a 160W, tensão máxima (STC) de operação 18Vcc, corrente máxima (STC) de operação 8,89A, eficiência igual a 16,29%, dimensões de 1.479 x 664 x 35mm, suporta temperatura dentro da faixa de -40 a 85 graus Celsius, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 233,97.
8541.40.32	314	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 530Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm e eficiência de 20,7%, equivalente a 207,4Wp/m².
8541.40.32	315	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 535Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm e eficiência de 20,9%, equivalente a 209,3Wp/m².
8541.40.32	316	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 540Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm e eficiência de 21,1%, equivalente a 211,3Wp/m².
8541.40.32	317	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 585Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.471 × 1.134 × 35mm e eficiência de 20,9%, equivalente a 208,8Wp/m².
8541.40.32	318	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 590Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.471 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,1%, equivalente a 210,6Wp/m².

8541.40.32	319	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 595Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.471 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,2%, equivalente a 212,3Wp/m².
8541.40.32	320	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 600Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.471 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,4%, equivalente a 214,1Wp/m².
8541.40.32	321	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 605Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.471 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,6%, equivalente a 215,9Wp/m².
8541.40.32	322	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 610Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.471 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,8%, equivalente a 217,7Wp/m².
8541.40.32	323	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 595Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.465 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,3%, equivalente a 212,9Wp/m².
8541.40.32	324	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 600Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.465 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,5%, equivalente a 214,6Wp/m².
8541.40.32	325	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 605Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.465 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,6%, equivalente a 216,4Wp/m².
8541.40.32	326	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 610Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.465 × 1.134 × 35mm e eficiência de 21,8%, equivalente a 218,8Wp/m².
8541.40.32	327	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 455Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.117 × 1.052 × 35mm e eficiência de 20,4%, equivalente a 204,3Wp/m².
8541.40.32	328	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 460Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.117 × 1.052 × 35mm e eficiência de 20,7%, equivalente a 206,5Wp/m².
8541.40.32	329	Módulos solares fotovoltaicos bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 465Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 2.117 × 1.052 × 35mm e eficiência de 20,9%, equivalente a 208,8Wp/m².
8541.40.32	330	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, competência nominal frontal (STC) igual a 660W e eficiência igual a 21,2%, (eficiência de 212,5Wp/m², equivalente a 21,2%), para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 × 1.303 × 35mm.
8541.40.32	331	Módulos fotovoltaicos bifaciais de silício monocristalino, destinados à geração de energia elétrica, com potência nominal de 540Wp em condições de teste padrão (STC), eficiência de 20,7%, equivalentes a 206,7Wp/m², dimensões de 2.384 x 1.096 x 30mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V.
8541.40.32	332	Módulos fotovoltaicos bifaciais de silício monocristalino, destinados à geração de energia elétrica, com potência nominal de 545Wp em condições de teste padrão (STC), eficiência de 20,9%, equivalentes a 208,6Wp/m², dimensões de 2.384 x 1.096 x 30mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V.
8541.40.32	333	Módulos fotovoltaicos bifaciais de silício monocristalino, destinados à geração de energia elétrica, com potência nominal de 550Wp em condições de teste padrão (STC), eficiência de 21%, equivalentes a 210,5Wp/m², dimensões de 2.384 x 1.096 x 30mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V.
8541.40.32	334	Módulos solares fotovoltaicos, monofaciais, de células de silício monocristalino, destinados a geração de energia elétrica, com potência nominal de 605W e eficiência de 21,4% (213,77Wp/m2), com dimensões de 2.172 × 1.303 × 35mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V.
8541.40.32	335	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, de células de silício monocristalino, destinados a geração de energia elétrica, com potência nominal de 545W e eficiência de 20,9% (208,58Wp/m²), com dimensões de 2.384 × 1.096 × 35mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V.
8541.40.32	336	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos por células de silício policristalino, com potência nominal máxima (STC) de 440Wp e eficiência igual a 19,7% (196,93Wp/m²), para sistema com tensão máxima não superior a 1.500V, dimensões 2.132 x 1.048 x 35mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 524,54.
8541.40.32	337	Módulos solares fotovoltaicos, monofaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos por células de silício monocristalino, com potência nominal (STC) 545Wp e eficiência igual a 21,3% (213,03Wp/m²), para sistema com tensão máxima não superior a 1.500V, dimensões 2.254 x 1.135 x 35mm.
8541.40.32	338	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos por células de silício monocristalino, com potência nominal (STC) de 575Wp e eficiência igual a 20,7% (206,78Wp/m²), para sistema com tensão máxima não superior a 1.500V, com dimensões 2.450 x 1.135 x 35mm.
8541.40.32	339	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos por células de silício monocristalino, com potência nominal (STC) de 580Wp e eficiência igual a 20,9% (208,58Wp/m²), para sistema com tensão máxima não superior a 1.500V, com dimensões 2.450 x 1.135 x 35mm.
8541.40.32	340	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos por células de silício monocristalino, com potência nominal (STC) de 585Wp e eficiência igual a 21,0% (210,37Wp/m²), para sistema com tensão máxima não superior a 1.500V, com dimensões 2.450 x 1.135 x 35mm.
8541.40.32	341	Células fotovoltaicas montadas em módulos com potência de 320W, módulo eficiência 19,15%, tensão máxima do sistema 1.000V DC(IEC), de silício monocristalino tipo PERC com as dimensões 1.665 x 1.005 x 35mm, moldura de liga de alumínio anodizado, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 447,45.
8541.40.32	342	Módulos fotovoltaicos destinados a geração de energia, monocristalinos, com potência de 410Wp, com eficiência de 20,3% (202,77Wp/m²) e com dimensões externas (C x L x A) de 2.018 x 1.002 x 40mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 497,15.
8541.40.32	343	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, de células de silício monocristalino, destinados a geração de energia elétrica, com potência nominal de 550W e eficiência de 21,0% (210,50Wp/m²), com dimensões de 2.384 × 1.096 × 35mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dotados de superfícies em vidro com tratamento antirreflexo e moldura de alumínio de 35mm de altura e cabos com comprimento mínimo de 280mm.
8541.40.32	344	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, de células de silício monocristalino, destinados a geração de energia elétrica, com potência nominal de 590W e eficiência de 20,8% (208,47Wp/m²), com dimensões de 2.172 × 1.303 × 40mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dotados de superfícies em vidro com tratamento antirreflexo e moldura de alumínio de 40mm de altura e cabos com comprimento mínimo de 280mm.
8541.40.32	345	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, de células de silício monocristalino, destinados a geração de energia elétrica, com potência nominal de 595W e eficiência de 21,0% (210,24Wp/m²), com dimensões de 2.172 × 1.303 × 40mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dotados de superfícies em vidro com tratamento antirreflexo e moldura de alumínio de 40mm de altura e cabos com comprimento mínimo de 280mm.
8541.40.32	346	Módulos solares fotovoltaicos, bifaciais, de células de silício monocristalino, destinados a geração de energia elétrica, com potência nominal de 600W e eficiência de 21,2% (212,01Wp/m²), com dimensões de 2.172 × 1.303 × 40mm, para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dotados de superfícies em vidro com tratamento antirreflexo e moldura de alumínio de 40mm de altura e cabos com comprimento mínimo de 280mm.
8543.70.99	260	Sistemas de detecção de corpos estranhos de baixa densidade na produção industrial de alimentos, para vazão de até 10.000kg/h, pressão de ar de 6 a 10bar, pressão de produto de 1 a 5bar, compostos de antenas de micro-ondas, tubos, válvula de rejeito, painel elétrico, monitor para interação com operador, constituídos em aço inox, dimensões 1.000 x 1.500mm, fonte 220vac/60Hz.
8543.70.99	261	Sistemas de detecção de corpos estranhos de baixa densidade na produção industrial de alimentos, para vazão de até 10.000kg/h, pressão de ar de 6 a 10bar, pressão de produto de 1 a 5bar, compostos de unidade de remoção de ar (sistema "air zip"), antenas de micro-ondas, tubos, válvula de rejeito, painel elétrico, monitor para interação com operador, constituídos em aço inox, dimensões 1.000 x 1.500mm, fonte 220VAC /60Hz.
9001.10.19	001	Cabos flexíveis de fibras óticas para transmissão de imagem em aparelhos de endoscopia, revestidos de poliuretano ou de silicone, com comprimento de até 1.000mm e diâmetro da fibra de 4,6 a 8,1 micrômetros, dotados de ponteiras de aço inoxidável nas extremidades com comprimento de 3,5 a 4mm no lado do objeto e de 3,5 a 13,2mm no lado da ocular.
9030.40.90	046	Instrumentos portáteis para testes/análises em redes ópticas PON/GPON de sistemas de telecomunicações, com operações de medição de atenuação óptica, distância, perda no retorno e eventos em "links" ópticos, através dos comprimentos de onda entre 1.310 a 1.650nm e/ou 850 a 1.300nm utilizando o princípio de reflexão óptica no domínio do tempo OTDR (Optical Time Domain Reflectometer), dotados de entrada USB tipo C para alimentação/recarga de bateria, compatíveis com adaptadores AC/DC (100-240VAC / 5V-3A), com "display" tipo "multi touch" capacitivo permitindo a utilização pelo usuário nos modos "touchscreen" e modos de teclado físico e configuração/operação/leitura remota, teclado físico dotado de botão giratório (knob) para configuração simples de cursores para medição de perda (dB), distancia (km) e eventos correlatos, modo de teste
		configurável para emissão de pulsos individuais com largura configurável pelo usuário ou tipo multipulsos onde o equipamento emite pulsos com larguras distintas para análise de redes PON/GPON, com análise individual dos traços/curvas de cada pulso gerado e em cores distintas, capacidade de geração simultânea de arquivos de relatório em extensão PDF e arquivos para análise com extensão .SOR, CSV, SET, SMP, BMP e JPG, capacidade para armazenamento maior ou igual a 1.000 traços/curvas, taxa de atualização máxima de 5 vezes/s, índice de refração de 1,30000 a 1,79999 (intervalos de 0,00001), zona morta de até 0,75m com atenuação de até 4m, com até 2 portas ópticas de comunicação e "range" dinâmico (dB) 27 a 42dB, largura do pulso de 5 a 20.000ns, precisão de perda de medição de ±0,03 a 0,05 dB/dB e de retorno óptico de ±2dB, compatíveis
		com classes de laser 1, 1M e 3R, dotados de estrutura multitarefas permitindo simultaneamente a monitoração em modos OTDR, inspeção de fibras (FIP), fonte de luz (OLS), fonte de luz visível (VLS) e medidor/verificador de potência óptica (OPC), função de análise/verificação de cabos multifibras com função "pass/fail" individual para cada fibra, funções de análises avançadas como análise multitraços para avaliação/comparação entre curvas, análise diferencial para comparação de perdas de links de fibra óptica ao longo do tempo, análise em duas vias para comparação das perdas para pulsos emitidos entre as duas extremidades do link óptico, com capacidade para receber instalação externa de sondas microscópicas tipo USB para medição de potência e inspeção de conectores, com utilização de fonte de luz estabilizada, compatíveis com conexão LAN.
9030.90.90	014	Componentes de sistema montado para "upgrade" (SGA 1200-60 para SG2400-120) de equipamentos para testar buchas condensivas de potência até 550kV, para os testes de tensão suportável de impulso atmosférico pleno e cortado, impulso de manobra contendo gerador de impulsos com tensão de carga igual ou maior a 2.400kV.
9032.89.82	027	Placas eletrônicas controladoras automáticas de temperatura, atuando através de lógica proprietária com 2 ou mais sensores de temperatura, "interface" com protocolo de comunicação serial, temperatura de operação externa de -20 a +85 graus Celsius, tensão de operação de 95 a 245VCA, frequência 50/60Hz, potência de 4 a 20W, com resistência à ensaios de névoa salina, de temperatura da câmara de 35 Graus Celsius +/-2 Graus Celsius e de umidade relativa do ar de 95 a 98%, destinadas a refrigeradores de uso doméstico.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 196, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera a Lista de Autopeças não Produzidas, constantes do Anexo I da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 10.343, de 8 de maio de 2020, e na Resolução nº 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 181ª reunião, ocorrida em 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Fica incluído no Anexo I da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, o Ex-tarifário de autopeças listado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução nº 23, de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes Ex-tarifários, incluídos pelos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	Ato Legal
3917.39.00	012	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
3926.30.00	021	Resolução Gecex nº 84, de 03/09/2020
3926.30.00	181	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
4016.99.90	020	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8507.60.00	021	Resolução Gecex nº 169, de 24/02/2021
8512.20.19	006	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
8525.80.19	011	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8536.50.90	094	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8537.10.90	044	Resolução Gecex nº 84, de 03/09/2020
8538.10.00	002	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8543.70.99	232	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020

8708.10.00	029	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8708.10.00	035	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8708.29.99	162	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.29.99	191	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.29.99	224	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8708.30.19	012	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.50.80	047	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.80.00	040	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.94.83	006	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.99.90	097	Resolução Gecex nº 84, de 03/09/2020
8708.99.90	127	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.99.90	152	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
8708.99.90	155	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.99.90	156	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.99.90	157	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
9032.89.29	138	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
9032.89.29	154	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
9032.89.29	162	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
9032.89.29	168	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
9032.89.29	169	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
9032.89.29	171	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020

Art. 3º Ficam incluídos, no Anexo I do respectivo ato legal indicado, os seguintes Ex-tarifários:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
3917.39.00	013	Mangueira de drenagem de óleo de arrefecimento da transmissão, empoliamida, com conexões, nas dimensões 1220 mm x diâmetro de 18,5 (+/-0,5 mm), caracterizada como tubo com conexões, aplicado a veículos automotivos; PN 8836625, 8837585, 8654905, 8654907.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
3926.30.00	210	Acabamento, em plástico ABS, para embelezamento e proteção da carenagem frontal na roda, lado direito ou esquerdo, em diversas cores, aplicado a veículos automotivos. PN 8099663, 8745505, 8745493, 8745499, 8745501, 8745503, 8745507, 9501735, 9501105, 9627871, 9627872.	Resolução Gecex nº 84, de 03/09/2020
3926.30.00	211	Maçaneta, em plástico da porta, 187,73 mm x 7,91 mm x 12,60 mm, lado direito ou esquerdo com sensores de aproximação, caracterizada como guarnição em plástico da carroceria de veículos automotivos; PN 7955571, 7955572, 7412821, 7412822, 9852015, 9465061, 9851441, 8492053, 8084187, 8499847, 8493189, 8493191, 8499401, 8499399, 8499103, 8084475, 8499107, 9482985, 8492023, 8492025, 8492027, 9481741, 5A05CC1, 8492033, 8492035, 9478011, 9465821, 9482723, 8492043, 8492045, 8492031, 7933349, 7947599, 8096987, 8492015, 8492017, 8492019, 8492021, 8492041, 8492047, 8492051 8492825, 8499105, 8499343, 9465057, 9465059, 9481223, 9481225, 9481229, 9482655, 9482657, 9482659, 9851115, 9851117, 9851213, 8492037, 8084477, 9492211, 9481227, 5A0C601, 8492029, 9482653, 9851119, 9851121, 8499345, 8493981, 8493193, 8492857, 8499849, 8737957, 9464561, 8096985, 9482725 8492049 9465823, 8492039, 9852016, 8492018, 8492028, 8492042, 8492030, 8492020, 7348683; 7348702; 7389315, 7327809.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
4016.99.90	031	Guarnição composto predominantemente de borracha EPDM vulcanizada não endurecida e não alveolar para vedação da porta, nas dimensões 90 +/-1 mm x 4020 +/- 15 mm de circunferência, de veículo automotivo; PN 7390750, 7478937, 2695749.	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8507.60.00	022	Pack acumulador de energia de alta tensão de íons de Lítio (denominados também de conjunto de células ou "cell set" ou módulo/"module"), disposto em caixa metálica, composto por células de lítio, com energia nominal de 15 kWh a 40 kWh, tensão nominal de 70V a 280V, capacidade de carga de 90Ah a 330Ah, com ou sem sistema de monitoramento de tensão, temperatura e balanceamento das células, acessórios, comprimento de 800mm a 1.800mm, largura de 450mm a 750mm, altura de 180mm a 350mm e peso entre 120kg e 240kg, com tolerância nas medidas de +/- 10%, adquiridos individualmente ou em conjunto, utilizados na montagem do sistema de baterias a serem instalados em veículos eletrificados.	Resolução Gecex nº 169, de 24/02/2021
8512.20.19	008	Lanterna traseira de luzes, para lâmpadas halógenas, 12 V, nas dimensões 200 mm x 200 mm, caracterizado como caixa de luzes combinadas, lado esquerdo ou direito, aplicado em veículos automotivos; PN 7420449, 7420450, 7420453, 7420454, 5A0F613, 5A25160, 5A3CCA6.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
8525.80.19	024	Câmera digital com suporte em plástico, 12 V, corrente de 5 A, lentes de no máximo 2 cm de diâmetro, fixada parte traseira de veículos automotivos; PN 5A06B55, 9460607, 5A205D9, 5A289D7, 5A39400, 5A3A0E6, 5A35912.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8536.50.90	109	Comando da coluna de direção, comutador utilizado para acionamento através de alavancas, as funções de lavador do para-brisa, faróis, chave de setas, instalado na coluna de direção e aplicado a veículos automotivos; PN 6827369, 9436661, 9472547, 5A0FB89, 5A0FB90, 9472545.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8538.10.00	003	Quadro em plástico ABS, para distribuição de energia elétrica exclusiva para o sistema PDM, desprovido de instrumentos, aplicado a veículos automotivos; PN 8638551, 8734161, 5A0E7D1.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8543.70.99	262	Sensor eletrônico de chuva, luz solar e umidade, dimensões 7 cm x 3,8 cm a 4,00 cm x 2 cm, caracterizado como parte de aparelho de regulação e controle automático, peso aproximado 20,00 gramas, aplicado a veículos automotivos. PN 9873608, 9475146, 9873610.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
8708.10.00	052	Grade lateral, lado esquerdo ou direito do para-choques dianteiro, em plástico, nas dimensões 300 mm x 290 mm, dotado de travas em plásticos para fixação no para-choques, caracterizada como parte do para-choques; PN 8092759, 8092760, 5A1ACA5, 5A1ACA6.	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8708.10.00	053	Suporte inferior da guia, lado esquerdo ou direito do para-choques, em plástico ABS de 2,5 mm de espessura, nas dimensões 390 mm x 95 mm, dotado de clipe para fixação na carroceria, caracterizado como parte do para-choque de veículos automotivos; PN 7399983, 7399984, 7399982, 7399981, 7332317, 7332318, 7469363, 7469364, 7422221.	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8708.29.99	268	Conjunto motorizado de abertura e fechamento do porta-malas por sistema de eixo sem fim e circuito elétrico integrado, tensão de trabalho entre 9 a 15V e corrente 12 A, aplicado a veículos automotivos; PN 9482962,5A45CC0, 5A45CC4.	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.29.99	269	Mecanismo de abertura do teto solar, estrutura de correr em alumínio, desprovido de motorização e equipamentos elétricos, dotado de vidro temperado sem proteção balística e fixada no teto de veículos automotivos; PN 7315384, 4A15ED3, 7391927, 7391928, 4A15EB6.	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.29.99	270	Atuador elétrico de abertura e fechamento da tampa do bagageiro traseiro, temperatura de operação entre -30 graus Celsius a +80 graus Celsius, 9 V a 16 V, 16 A, com comprimento de 520 mm x diâmetro de 40,8 mm, aplicado a veículos automotivos; PN 9482795, 4A13D50.	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
8708.30.19	014	Sistema de acionamento de freio (pinça de freio) de serviço com acionamento eletrônico (EPB), em aço e liga de alumínio fundido AlSi7Mg, coifa em borracha EPDM, sistema ABS, sensor de desgaste de pastilha, lado direito ou esquerdo, para disco de diâmetro externo 345 mm (+/- 0,20 mm) e interno 213 mm (+/- 0,20 mm), sistema dimensionado para pastilhas head: 41,7 cm2 Foot: 51,1 cm2; diâmetro do pistão igual a 44 mm e torque a 1 g de 2696 N, pressão máxima admissível de 160 bar e temperaturas variando de -40 a 120 graus celsius, resistência a corrosão de no mínimo 720 h de salt spray, pressão a 1 g de 122 bar, material do pistão JIS S10C, pistão deve se movimentar com 0,6 bar max, brake pad dimensionado para espessura mínima do disco em 22,4mm; PN 6798947, 6798948, 6875161, 6875162, 6883027, 6883028, 6885537, 6885538.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.50.80	049	Diferencial em alumínio para transferência de força e torque para os eixos traseiros com tração 4 x 4, simples redução de 44/13 = 3,384, 45/16 = 2,813 ou 41/14 = 2,928 com auto-bloqueador elétrico, com acessórios normais, tais como vedações e outros, aplicado a veículos automotores; PN 8834438, 8841514.	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.80.00	042	Suporte em aço carbono com embuchamento em borracha com pressão entre 12500 N a 53000 N para o braço transversal, lado esquerdo ou direito do sistema, caracterizado como parte da suspensão de veículos automotivos; PN 6882843, 6882844, 8831645, 8831646.	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.94.83	007	Caixa de direção eletricamente assistida (EPS) dotada da tecnologia de cremalheira com pinhões (dual piniom) com 28 grau, sensores, motor elétrico magnético DC com torque 110 Nm (+/- 15%), conectores, barra de torção, aplicado a veículos automotores; PN 5A07836, 5A07838, 5A26B11, 5A26B13, 5A245F8, 5A245F9, 5A24606, 5A35CF1, 5A35CF6.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.99.90	174	Tubo de abastecimento do tanque de combustível, em polietileno de alta densidade extrudado e soprado em multicamadas, com barreira de proteção EVOH revestido, nas dimensões 600 mm x 100 mm com conectores de fixação e válvula de gases, aplicado a veículos automotivos; PN 7449050, 7449052.	Resolução Gecex nº 84, de 03/09/2020
8708.99.90	175	Coxim articulado do motor em liga de alumínio com insertos em borracha EPDM, lado esquerdo ou direito, com capacidade de carga de 150 Nm, nas dimensões diâmetro de 257,2 mm x 138,8 mm, caracterizado como parte de veículo automotivo de passageiros; PN 8743621, 8835566.	Resolução Gecex nº 94, de 21/09/2020
8708.99.90	176	Teto solar panorâmico com vidro temperado, laminado fumê, acabamento em anti-atrito, com ou sem persiana em plástico de diversas cores, acionado eletricamente através de módulo próprio, aplicado a veículos automotores; PN 7437769, 8096115, 7414344, 8068911, 8072824, 9852132.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
8708.99.90	177	Tanque de combustível em polietileno com multicamadas de alta densidade (PEHD), e adesivo de barreira (EVOH), sensores para controlar o volume de vazão e o nível, sistema de baixa pressão e vapores, com módulos de combustível para etanol, gasolina ou diesel, aplicado a veículos automotores; PN 7449039, 7383222, 6889822, 9897882, 7449044.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.99.90	178	Conjunto da linha de sucção, parte 1, em tubo de alumínio, diâmetro de 13 mm caracterizado como tubo de liga de alumínio com conexões e fixadores em plástico, aplicado a veículos automotivos; PN 9209721, 9209724, 9395472, 9395470.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
8708.99.90	179	Teto solar panorâmico com vidro temperado, laminado fumê, acabamento em anti-atrito, com ou sem persiana em plástico de diversas cores, acionado eletricamente através de módulo próprio, aplicado a veículos automotores; PN 7414344, 8068911, 7414352, 7414351, 9852131.	Resolução Gecex nº 138, de 31/12/2020
9032.89.29	192	Módulo eletrônico para gerenciamento do sistema de alerta de saída de faixa de rolamento, frenagem de emergência automática e controle de distância automática, com software dedicado, comunicação via rede CAN, temperatura de trabalho entre - 40 graus celsius, e 85 graus celsius, peso até 200 gramas, com portas de conexões e com no mínimo 30 entradas e saídas de dados, aplicado a veículos automotores; PN 6899921, 5A2A1F9.	Resolução Gecex nº 108, de 22/10/2020
9032.89.29	193	Módulo receptor de radiodifusão, navegação, reprodução de som, leitor de CDROM, desprovido de monitor, 12 V, aplicado a veículo automotivo; PN 5A11E26, 5A291C5, 5A24636, 5A47354.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
9032.89.29	194	Módulo de gerenciamento eletrônico (ECU) do controle de estabilidade DSC (Dynamics stability control), composto de bloco de ventilação (AA 6061-T6), componentes eletrônicos, software dedicado, motor DC para posição, utilizando a rede CAN ou LIN, atuam no motor da transmissão automática 4 x 4 "High" e "Low", e nos diferenciais dianteiro e traseiro, aplicado a veículos automotores; PN 7916184, 5A1BBC4, 5A27296.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
9032.89.29	195	Módulo de telecomunicações com conexão na banda de sinal (GSM) na frequência de 850 MHz a 1900 MHz, banda 2G, 3G e 4G/Row, antena AM/FM com polarização dupla para melhorar o sinal, alimentação 12 V, aplicado em sistema de entretenimento e comunicação, utilizando protocolo CAN e LIN, aplicada a veículos automotores; PN 5A049E9, 5A0F647, 5A22C70, 5A23E95, 5A25208, 5A3CC98, 5A27289.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020
9032.89.29	196	Módulo eletrônico de receptor de rádio, sinal na frequência de 434 MHz, 9V a 12 V, para atuar através de controle remoto, com sensores de presença e distância, para abertura do porta-malas, aplicado a veículos automotivos; PN 7928461, 8706502, 9626113, 7928648, 7928644.	Resolução Gecex nº 114, de 11/11/2020

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor sete dias após a data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão Substituto

ANEXO ÚNICO

LISTA DE AUTOPEÇAS DESTINADAS À PRODUÇÃO

NCM	Nº Ex	Descrição
8301.20.00	019	Conjunto de segurança de fechadura de tampa dianteira, dotado de sistema de alavancas, molas, trava circular, alavancas, pinos, eixos, arruelas, apoios de borracha, vedações, placas metálicas e peso total entre 250 e 269 gramas.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 900, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das competências que lhe confere o art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e em face do que estabelece o inciso II do art. 3º da Seção II do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 891, de 2 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Deliberar pela aprovação da Prestação de Contas do FAT, em processo unificado, sob o nº 19953.100785/2020-31, relativa ao exercício de 2020.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DA 448ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Por determinação da Presidente do CRSFN, a Secretaria-Executiva torna pública a relação de processos que serão apreciados na 448ª Sessão, a ser realizada na modalidade virtual, nos termos do inciso II do artigo 20-C do Regimento Interno do CRSFN, com a redação dada pela Portaria nº 211, de 13 de maio de 2020, com início às 8 (oito) horas do dia 11 de maio de 2021 (terça-feira) e encerramento às 17 (dezessete) horas do dia 31 de maio de 2021 (segunda-feira).

Relator: Pedro Frade de Andrade

1. Processo 10372.100157/2020-11 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: Fausto Corrêa Silva (Recorrente), Banco Central do Brasil (Recorrido) e Andréa Buzone Scultori Garcia de Carvalho (OAB/SP 354.345) (Advogada).

2. Processo 10372.100070/2020-44 - Recurso - BCB

Tipo de Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Francisco Carlos da Rocha Reverbel (Recorrente) e Banco Central do Brasil (Recorrido).

Relator: Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado

3. Processo 10372.100037/2021-03 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Stephane Joseph Ghislain Mery de Montigny (Recorrente) e Fernanda Bahia de Farias (OAB/BA 36.631) (Advogada).

4. Processo 10372.100203/2020-82 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Copobrás S/A Indústria e Comércio de Embalagens (86.445.822/0001-00) (Recorrente).

5. Processo 10372.100028/2021-12 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Kordsa Brasil S.A (13.573.332/0001-07) (Recorrente) e Luana Regina Ribeiro da Fonseca (OAB/BA 32.006) (Advogada).

6. Processo 10372.100213/2020-18 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Tholor do Brasil Ltda. (06.281.716/0001-90) (Recorrente) e Paulo Antonio Ramirez Assad (OAB/SP 296.883) (Advogado).

7. Processo 10372.100199/2020-52 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Diego Luiz Rigo Florentino (Recorrente) e João Paulo de Mello Filippin (OAB/SC 18.112) (Advogado).

8. Processo 10372.100102/2020-10 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Juan Pablo Zucchini (Recorrente) e Gustavo Henrique de Faria Santos (OAB/SP 363.555) (Advogado).

9. Processo 10372.100004/2021-55 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Magali Carvalho Alves Oliveira (Recorrente) e Mariana Araújo Becker (OAB/DF 14.675) (Advogada).

10. Processo 10372.100018/2021-79 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Hugues Yves Michel Bourreli (Recorrente), Banco Central do Brasil (Recorrido).

Relator: Álvaro Affonso Mendonça

11. Processo 10372.100260/2018-47 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: Descumprir os deveres legais e estatutários de conselho de administração/fiscal

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Demais Profissionais da Área de Saúde da Região Noroeste Paulista - Grancred Noroeste Paulista (03.149.086/0001-07) (Recorrente), Alceu Alves de Oliveira (Recorrente), Florindo Miguel Cajuela Rodrigues (Recorrente), Francisco Luiz Alonso Gerez (Recorrente), Jarbas Alves Teixeira (Recorrente), José Anésio Faleiros (Recorrente), Luís Roberto Baitello (Recorrente), Paulo Estevão Parreira Duarte (Recorrente), Ricardo de Paula Santos (Recorrente) e Rubens Akira Maekawa (Recorrente), Igor Billalba Carvalho (OAB/SP 247.190) (Advogado) e Renato Luchi Caldeira (OAB/SP 335.659) (Advogado).

Relator: Francisco Papellás Filho

12. Processo 10372.100020/2021-48 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Anna Luciana Pereira Gouthier (Recorrente) e Rodrigo Peres de Lima Netto (OAB/MG 65.776) (Advogado).

13. Processo 10372.100029/2021-59 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Hosch do Brasil Ltda. (02.418.815/0001-10) (Recorrente) e Luiz Cláudio Lage Cerqueira (OAB/MG 59.986) (Advogado).

Relator: Sérgio Cipriano dos Santos

14. Processo 10372.100013/2021-46 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: José Adauto Bezerra Júnior (Recorrente), Banco Central do Brasil (Recorrido) e Clóvis Ricardo Caldas da Silveira Mapurunga (OAB/CE 4.203) (Advogado).

15. Processo 10372.100019/2021-13 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE - declaração fora do prazo

Partes: Lara Rola de Paula Leitão da Cunha (Recorrente) e Banco Central do Brasil (Recorrido).

16. Processo 10372.100032/2021-72 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE

Partes: Antônio de Almeida Lago Filho (Recorrente) e Banco Central do Brasil (Recorrido).

Relator: Rui Fernando Ramos Alves

17. Processo 10372.100289/2018-29 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: Descumprir os deveres legais e estatutários de conselho de administração/fiscal

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores da Região de Irecê - Credirural (05.853.210/0001-46) (Recorrente), Adriano Oliveira da Silva (OAB /BA 27.734) (Advogado) e Roberto Alves Silva (Recorrente).

18. Processo 10372.100176/2020-48 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Queixada Energética S.A. (11.896.615/0001-64) (Recorrente).

19. Processo 10372.100145/2020-97 - Recurso - BCB

Tipo da Matéria: CBE-RDE-IED-CEP

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Tiago D'Orey Gonçalves (Recorrente) e Phillipe Käfer Haacke de Oliveira (OAB/SP 330.341) (Advogado).

Total de Recursos: 19 (dezenove).

a) RETIRADAS DE PAUTA (Art. 20-B, § 9º) - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e ao sítio eletrônico do CRSFN, página "Sessões" (https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/crsfn/sessoes), para verificar os processos retirados de pauta.

b) DESTAQUES - As partes poderão requerer destaques para o julgamento seja realizado em sessão por videoconferência, os quais serão admitidos desde que recebidos até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da sessão (Art. 20-B, § 9º, IV). Os requerimentos de destaque deverão ser enviados exclusivamente pela ferramenta de peticionamento eletrônico do SEI. Nos termos do Art. 20-B, § 11º da Portaria GME nº 211/2020, "Não será admitido destaque para julgamento presencial quando existirem medidas de restrição de ordem pública que impeçam a realização de sessões presenciais."

c) ENVIO DE MEMORIAIS: aos legitimados para o uso da palavra será facultada a apresentação de memoriais por escrito até o início da sessão (art. 20-B, § 16). Para o envio de memoriais, poderá ser utilizado o peticionamento eletrônico do SEI ou o formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSFN (https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/crsfn/servicos/envio-de-memorial/), sendo que, se utilizada a segunda opção, o documento não será juntado aos autos.

Brasília, 29 de abril de 2021.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

Na CIRCULAR Nº 29, DE 28 DE ABRIL DE 2021, publicado no DOU de 29/4/2021, seção 1, pág. 72, incluam-se os títulos: Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/Secretaria de Comércio Exterior.

(p/ Coejo)

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 4.975, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal e no Despacho do Advogado-Geral da União nº 517, de 4 de dezembro de 2020, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a incidência do limite remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal e sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais procedimentos para informar rendimentos percebidos cumulativamente, em especial os percebidos fora do sistema de pagamento de pessoal do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Cálculos do teto remuneratório de servidores e militares ativos

Art. 2º Nas hipóteses constitucionalmente admitidas de acumulação de cargos públicos, o limite remuneratório de que trata o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal incide isoladamente em relação a cada um dos vínculos, na seguinte conformidade:

I - de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas;

II - de dois cargos de professor;

III - de um cargo de professor e outro técnico ou científico; ou

IV - de um cargo, emprego ou função com cargo eletivo de vereador, havendo compatibilidade de horários.

Art. 3º Na hipótese de o servidor público civil ocupante de cargo efetivo, empregado público ou militar da ativa estar investido em cargo em comissão ou função de confiança, o limite remuneratório incidirá sobre o somatório da remuneração do cargo, emprego ou posto ou graduação militar e do valor do cargo em comissão ou função de confiança.

Cálculo do limite remuneratório de servidores aposentados e militares da inatividade

Art. 4º O limite remuneratório incidirá isoladamente em relação a cada um dos vínculos nas seguintes situações:

I - acumulação entre vínculo de aposentado ou militar na inatividade com cargo em comissão ou cargo eletivo;

II - acumulação entre vínculo de aposentado ou militar na inatividade com cargo ou emprego público admitido constitucionalmente; ou

III - no caso da acumulação de cargos abrangida pelo art. 11 da Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998, de membros de poder e de aposentados e inativos, servidores, empregados públicos e militares, que tenham ingressado novamente no serviço público por meio de concurso público e pelas demais formas previstas na Constituição Federal.

Cálculo do limite remuneratório de pensionistas

Art. 5º No caso de percepção simultânea de pensão, com remuneração de cargo efetivo, emprego público, posto ou graduação militar, provento, inatividade ou cargo em comissão ou função de confiança, o limite remuneratório incidirá sobre a soma da pensão com os rendimentos dos demais vínculos.

Art. 6º No caso de percepção simultânea de pensão com mais de um cargo, emprego, posto ou graduação militar acumuláveis, o limite remuneratório deverá incidir sobre a soma da pensão com a remuneração de vínculo mais antigo.

Procedimentos para posse

Art. 7º O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, emprego público, posto ou graduação militar que for nomeado para outro cargo ou emprego acumulável, deverá, no ato da posse, prestar as seguintes informações:

I - a denominação do cargo, emprego, função, posto ou graduação militar que exerce;

II - a jornada do cargo, emprego, função, posto ou graduação militar que exerce;

III - a unidade da federação em que exerce o cargo, emprego, função, posto ou graduação militar;

IV - o nível de escolaridade do cargo, emprego, função, posto ou graduação militar;

V - a data de ingresso; e

VI - a área de atuação do cargo, emprego, função, posto ou graduação militar (saúde, magistério e técnico ou científico).

Art. 8º O aposentado ou inativo que for nomeado para novo cargo público de provimento efetivo ou emprego público, acumuláveis, deverá, no ato da posse ou admissão, prestar as seguintes informações:

I - a denominação do cargo, emprego público, posto ou graduação militar que deu origem à aposentadoria ou à inatividade;

II - o fundamento legal da aposentadoria ou da inatividade;

III - o ato legal da aposentadoria ou da inatividade;

IV - o nível de escolaridade do cargo em que se deu a aposentadoria, posto ou graduação em que foi para a inatividade remunerada;

V - a data de vigência da aposentadoria ou da inatividade; e

VI - o cargo, emprego, posto ou graduação em que se deu a aposentadoria ou a inatividade.

Art. 9º O beneficiário de pensão civil ou militar que for nomeado para cargo público de provimento efetivo, função ou emprego público deverá, no ato da posse ou admissão, prestar as seguintes informações:

I - o tipo e o fundamento legal da pensão;

II - o grau de parentesco com o instituidor de pensão;

III - a data de início da concessão do benefício; e

IV - a dependência econômica comprovada na data do óbito do instituidor.

Apresentação de comprovantes de rendimentos

Art. 10. Os servidores, os aposentados, os militares da ativa e da inatividade, os agentes políticos e os empregados públicos dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nomeados para cargo efetivo ou cargo em comissão ou designados para função de confiança em órgãos e entidades integrantes do SIPEC, deverão fornecer à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade onde se dará o exercício comprovante(s) de rendimentos (contracheque) referentes aos demais vínculos:

I - no ato da posse;

II - semestralmente, nos meses de abril e outubro;

III - sempre que houver alteração no valor da remuneração; e

IV - quando solicitado, a qualquer tempo, pela administração.

§1º Aplica-se o disposto no caput aos empregados das empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público, e que recebam recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, para fins de pagamento de despesas com pessoal ou custeio em geral.

§2º Aplica-se o disposto no caput aos beneficiários de pensão vinculados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, quando da habilitação da pensão.

§3º O disposto no caput não se aplica aos servidores, aos aposentados, aos militares da ativa e da inatividade, aos empregados públicos e aos beneficiários de pensão oriundos de órgãos ou entidades que integram a base de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 11. Para efeito de cumprimento do disposto nesta Portaria, o servidor, o aposentado, o militar da ativa e da inatividade e o empregado público deverão assinar termo de responsabilidade na forma a ser estabelecida pelo Órgão Central do SIPEC.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput ao beneficiário de pensão.

Disposições finais

Art. 12. Cabe aos dirigentes de gestão de pessoas, aos servidores, aos aposentados, incluídos os agentes políticos, aos militares na ativa e na inatividade, aos empregados públicos, e aos beneficiários de pensão observar a aplicação e o cumprimento do disposto nesta Portaria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Art. 13. Casos omissos serão dirimidos por meio de consultas endereçadas ao Órgão Central do SIPEC.

Art. 14. Orientações complementares serão exaradas pelo Órgão Central do SIPEC.

Art. 15. Ficam revogadas:

I - a Portaria Normativa nº 2, de 8 de novembro de 2011; e

II - a Portaria Normativa nº 2, de 12 de março de 2012.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor em 1º de maio de 2021.

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/ME Nº 4.934, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Estabelece os procedimentos para a instituição do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

O Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, no exercício das atribuições determinadas pelo art. 98 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e em razão da autorização concedida pela Portaria nº 334, de 2 de outubro de 2020, do Ministério da Economia, com a finalidade de estabelecer os procedimentos gerais da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, relativos ao Programa de Gestão instituído pelo § 6º do art. 6 do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Portaria visa estabelecer os procedimentos gerais para adesão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest ao Programa de Gestão no âmbito do Ministério da Economia, para permitir a modalidade de teletrabalho, segundo as orientações, critérios e procedimentos instituídos pela Instrução Normativa nº 65, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, de 30 de julho de 2020 e da Portaria nº 334/ME, de 02 de outubro de 2020.

Art. 2º. Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos para execução de atividades que sejam passíveis de controle e possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência;

II - regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente;

III - regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência.

Art. 3º. Resultados e benefícios esperados com o Programa de Gestão da Sest:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

CAPÍTULO II

DA ADESÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 4º. No âmbito da Secretaria poderão participar todos os grupos de servidores e empregados previstos no artigo 2º da IN nº 65/2020, com exceção dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 4 e superior, bem como funções equivalentes.

Parágrafo único. Os servidores, nomeados substitutos de titulares de cargos de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 4 ou superior, somente poderão aderir ao Programa de Gestão da Sest no regime de execução parcial, devendo exercer suas funções nas dependências da Sest nos períodos em que estiverem exercendo a referida substituição.

Art. 5º. A tabela de atividades aptas a serem incluídas na modalidade de teletrabalho, elaborada pelos Coordenadores-Gerais e aprovada pelos Diretores, é a constante do Anexo II.

Art. 6º. Fica autorizada a modalidade de teletrabalho nos regimes integral e parcial.

Art. 7º. A Secretaria poderá ter até 50% de seus colaboradores, dentre os elegíveis, conforme previsto no art. 4º, participando do Programa de Gestão em regime de execução integral.

Art. 8º. Eventuais ganhos de produtividade exigidos são os constantes da tabela de atividade do Anexo II.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 9º. O participante do programa de gestão e seu chefe imediato deverão assinar o Termo de Ciência e Responsabilidade, constante do Anexo I, sobre o conhecimento desta Portaria e dos termos e condições da IN nº 65/2020, assim como seus planos de trabalho.

Art. 10. As metas não poderão superar o quantitativo de horas da jornada contratual de trabalho do participante no programa de gestão.

Art. 11. Quando houver interesse fundamentado da Sest ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, a Secretaria deverá convocar, por e-mail ou mensagem telefônica, o participante em regime de execução de teletrabalho integral para comparecimento pessoal à Sest, com uma antecedência mínima de 2 dias.

§ 1º Em casos excepcionais, o prazo de 2 dias poderá sofrer alterações quando justificado tanto pelo servidor quanto por seu Chefe imediato.

§ 2º Excepcionalmente e no interesse da Administração o servidor pode prestar serviços nas dependências da Secretaria.

Art. 12. A avaliação das entregas realizadas não se confunde com a avaliação funcional do participante do programa de gestão, mas pode lhe servir de insumo.

Art. 13. A tabela de atividades e o Termo de Ciência e Responsabilidade a que se referem os artigos 5º e 9º serão registrados no Sistema SUSEP/Sest para fins de controle e transparência.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 14. O Gabinete desta Secretaria coordenará a elaboração dos relatórios gerenciais tratados nos artigos 15º e 17º da Instrução Normativa nº 65/2020.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. Após seis meses da data de publicação desta Portaria, a Sest avaliará a execução do Programa de Gestão por meio de relatório, a ser encaminhado para a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, o qual conterá:

I - o grau de comprometimento dos participantes;

II - a efetividade no alcance de metas e resultados;

III - os benefícios e prejuízos para a unidade;

IV - as facilidade e dificuldades verificadas na implantação e utilização do sistema de que trata o art. 26, da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal;

V - a conveniência e a oportunidade na manutenção do programa de gestão, fundamentada em critérios técnicos e considerando o interesse da Administração.

§1º. A critério do Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, o Programa de Gestão poderá:

I - permanecer em execução enquanto estiver sendo realizada a avaliação de que trata o caput;

II - ser encerrado a qualquer momento, hipótese em que será antecipada a edição do relatório de avaliação.

§ 2º No prazo a que se refere o caput, poderão ser feitas modificações nos critérios e procedimentos gerais, visando o ajustamento do programa às atividades da Sest.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, _____(nome do servidor), matrícula SIAPE nº_____, declaro que atendo às condições para participação no programa de gestão da Sest e que conheço minhas atribuições e responsabilidades como participante, de acordo com a anexa Instrução Normativa nº 65, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, de 30 de julho de 2020 e das Normas de Procedimentos Gerais da Sest, publicadas no Diário Oficial da União, em ___ de _____ de 2021, não podendo me utilizar de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas, constantes dos planos de trabalho a serem pactuados.

Estou ciente de que minha participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado, segundo as condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa nº 65/2020.

Declaro estar ciente de que: não poderei aderir ao banco de horas de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018; não me será concedida ajuda de custo quando não houver mudança de domicílio em caráter permanente, no interesse da Administração; somente farei jus ao pagamento do auxílio-transporte nos casos em que houver deslocamentos de minha residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa nº 207, de 21 de outubro de 2019; e das demais vedações de pagamento das vantagens a que se referem os artigos 29 a 36 da IN 65/2020.

Também declaro ter ciência de que devo observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber; e as orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

Sou responsável por:

1. cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

2. atender às convocações para comparecimento à Sest sempre que minha presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com antecedência mínima de 2 dias e desde que devidamente justificado pela minha chefia imediata;

3. o prazo de 2 dias, estipulado no inciso anterior, poderá ser alterado, em casos excepcionais, mediante justificativas de quem deu causa à alteração;

4. manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

5. consultar diariamente a minha caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação da Sest, como What´s App estabelecido para contato;

6. permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com minha chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da Sest;

7. manter meu chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

8. comunicar ao meu chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

9. zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação; e

10. retirar processos e demais documentos das dependências da Sest, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, mediante termo de recebimento e responsabilidade.

Por fim, sendo responsável por manter a infraestrutura necessária para o exercício de minhas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, estou ciente de que, quando estiver em teletrabalho, caberá a mim providenciar as estruturas física e tecnológica necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Brasília, de de 2021.

NOME DO SERVIDOR

Cargo

ANEXO II

TABELA DE ATIVIDADES

ASSESSORIA GABINETE

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

O parâmetro adotado para a definição das faixas de complexidade foi a maior ou menor necessidade de estudos e análise adicionais para a produção da entrega esperada, sendo "A" a de maior necessidade e "C" a menor necessidade

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Participar, apresentar ou conduzir reunião.	Resumo ou ata de reunião	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Realizar apontamentos ou sugestões em documentos de qualquer natureza elaborados pelas demais áreas da Sest.	Revisão de documentos	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Elaborar Nota Técnica.	Nota Técnica	A	10%	12	11
		B	0%	8	8
		C	0%	4	4
Elaborar minuta de exposição de motivos e ato normativo.	Ato normativo	A	10%	16	15
		B	10%	12	11
		C	0%	8	8
Elaborar despachos, ofícios, ofícios circulares.	Despacho/Ofício	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Elaborar apresentação em *Powerpoint*.	Apresentação Institucional	A	0%	6	6
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Elaborar peça processual (embargos, pedido de reexame, pedido de revisão, etc).	Recurso	A	10%	16	15
		B	10%	12	11
		C	0%	8	8
Elaborar resumo das orientações demandadas por unidades da Secretaria.	Orientação às unidades da Sest	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Elaborar resumo do julgado, com destaque dos pontos relevantes para atuação da Secretaria.	Análise de julgado	A	0%	8	8
		B	0%	6	6
		C	0%	4	4
Acompanhar julgamento, com resumo das determinações que digam respeito à atuação da Secretaria, como forma de antecipação de eventuais recursos.	Acompanhamento de julgamento	A	0%	4	4
		B	0%	3	3
		C	0%	2	2
Elaborar resumo das orientações emanadas às unidades da Secretaria.	Documento contendo respostas à pedidos de informações elaborados com base na LAI	A	0%	3	3
		B	0%	2	2

GABINETE

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

A (maior complexidade): atividades que necessitem de: (i) alto grau de conhecimento técnico sobre os assuntos tratados; (ii) bom conhecimento da legislação pertinente; (iii) alto grau de conhecimento das diretrizes da Sest; (iv) boa experiência com relação aos processos da Sest, (v) bom nível de concentração; e (vi) boa capacidade de interpretação de textos e de redação. B (média complexidade): atividades que necessitem de: (i) razoável conhecimento técnico sobre os assuntos conduzidos pela coordenação-geral; (ii) razoável conhecimento da legislação pertinente; (iii) médio grau de conhecimento das diretrizes da Sest; (iv) razoável experiência com relação aos processos da Sest; e (v) razoável capacidade de interpretação de textos e de redação. C (baixa complexidade): atividades que necessitem de: (i) conhecimento técnico básico sobre os assuntos conduzidos pela coordenação-geral; (ii) conhecimento básico da legislação pertinente; (iii) conhecimento básico das diretrizes da Sest; e (iv) experiência mínima com relação aos processos da Sest.

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Atualizar *site* com informações, planilhas, relatórios, publicações e portarias.	Atualização de dados e informações no *site*	A	0%	4	4
		B	0%	3	3
		C	0%	3	3
Produzir peças e revisar *design* de publicações.	Peça	A	0%	4	4
		B	0%	3	3
		C	0%	3	3
Elaborar peças mensais para mural e envio por e-mail para *mailing* interno: informes administrativos, aniversariantes do mês, datas comemorativas e outros temas pré-definidos.	Ação de comunicação interna entregue/proposta	A	0%	4	4
		B	0%	3	3
		C	0%	2	2
Diagramar e revisar documentos, apresentações, relatórios e publicações de acordo com a identidade visual aprovada.	Proposta de identidade visual e diagramação de publicações e apresentações entregues para decisão	A	0%	6	6
		B	0%	5	5
		C	0%	4	4
Realizar o levantamento e envio de conteúdo informativo e notícias, de fontes diversas, aos grupos de *WhatsApp* da Sest.	Compilação diária em formato de *clipping* com envio por e-mail	A	0%	5	5
		B	0%	4	4
		C	0%	3	3
Elaborar minuta de resposta para demanda de imprensa (via SEDDM e ASCOM/ME) junto à área técnica para aprovação pela autoridade competente e posterior encaminhamento à SEDDM.	Resposta à demanda de imprensa sobre empresas estatais	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Elaborar textos e peças de divulgação para os produtos Sest (novos e antigos em novas edições) para divulgação nos canais do Ministério, junto à imprensa (via SEDDM e ASCOM/ME) e para envio de mala direta para *mailing* próprio.	Textos, notícias e produtos relacionados à Sest	A	0%	3	3
		B	0%	3	3
		C	0%	2	2

Apoiar o planejamento logístico, elaboração de identidade visual, diagramação do material de apresentação, divulgação e condução do evento/*webinar*.	Identidade visual proposta e evento divulgado	A	0%	20	20
		B	0%	15	15
		C	0%	10	10
Operacionalizar indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais - recebimento da indicação, contato com o indicado, inclusão e acompanhamento de consulta junto à Casa Civil, envio de despacho à SEDDM, envio e acompanhamento de resposta do Comitê de Elegibilidade da empresa.	Processos instruídos no SEI e ofício de indicação expedido à empresa, Ministério supervisor e PGFN	A	0%	4	4
		B	0%	4	4
		C	0%	3	3
Elaborar comunicado, boletim, ata, certificado, circular, pauta de reunião, edital, contrato, portaria, etc.	Documento redigido	A	0%	2	2
		B	0%	2	2
Atender demandas do SEI ou demandas por mensagem eletrônica - Elaboração de despachos, ofícios para encaminhamento de processos para análise e manifestação técnica das áreas.	Despacho ou ofício elaborado	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Atender demandas do SIC e Ouvidoria, após envio e solicitação de manifestação das áreas técnicas.	Resposta dada aos sistemas de consulta	A	0%	2	2
		B	0%	2	2
Apoiar elaboração do Relatório de Gestão, Mensagem Presidencial, Planejamento Estratégico e outros temas relacionados à Sest.	Documentos preenchidos e elaborados	A	0%	5	5
		B	0%	4	4
		C	0%	3	3
Analisar procedimentos de consulta pública, estudo técnico, pesquisa, *benchmarking*, documentos.	Análise entregue	A	0%	40	40
		B	0%	32	32
		C	0%	24	24
Coordenar avaliação de desempenho dos servidores. Executar os procedimentos de avaliação dos servidores no âmbito dos sistemas SIAPEnet e SEI.	Avaliação de desempenho enviada à DGP	A	0%	32	32
		B	0%	16	16
		C	0%	8	8
Realizar avaliação de desempenho/pactuar metas.	Metas monitoradas	A	0%	40	40
		B	0%	32	32
		C	0%	24	24
Realizar a gestão de processos de RH: demandas de nomeação, exoneração, movimentação e do trâmite do cadastro das documentações de pessoal dos servidores no âmbito da Sest. Exercer a função de agente de capacitação junto à DGP.	Processos de rotinas de RH tramitados	A	0%	40	40
		B	0%	24	24
		C	0%	8	8
Realizar a gestão de diárias e passagens: controle de viagens, registro no SCDP, contato com agência de viagens, solicitação de afastamento do país via SEI, quando for o caso, controle de orçamento.	Processos de viagem concluídos com bilhetes emitidos e cadastros realizados	A	0%	16	16
		B	0%	8	8
		C	0%	4	4
Realizar a gestão de férias.	Controle de férias registrado no SEI/SIAPE	A	0%	6	6
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Realizar a gestão de frequência: controle de frequência, compilação para envio à DGP, informação aos órgãos cedentes.	Controle de frequência compilado para envio à DGP	A	0%	32	32
		B	0%	24	24
		C	0%	16	16
Realizar a gestão de frequência: controle de frequência, compilação para envio à DGP, informação aos órgãos cedentes.	Controle de material atualizado	A	0%	2	2
		B	0%	2	2
Expedir documentos da Sest para outros órgãos e entidades, por meio da elaboração de despachos, inclusão de relação de remetente destinatários, Aviso de Recebimento - AR para os Correios, no âmbito do sistema SEI, encaminhando para o Protocolo Geral efetuar a expedição dos documentos.	Documentos expedidos	A	0%	40	40
		B	0%	24	24
		C	0%	16	16
Gerar, formatar, disponibilizar para assinatura as portarias elaboradas pela Sest no âmbito do Sistema SEI, e encaminhar as portarias de competência da Sest para a publicação no DOU, por meio do Sistema INCOM.	Portarias encaminhadas para a Imprensa Nacional. Atos publicados conferidos	A	0%	12	12
		B	0%	8	8
		C	0%	6	6
Realizar pesquisa nos documentos. Solicitar pesquisa nos documentos do Dest/Sest transferidos para a guarda do Arquivo Central, por meio de abertura de processo no SEI.	Pesquisas no Arquivo Central realizadas e informadas ao demandante	A	0%	6	6
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Elaborar relatório e gráficos da produção documental da Sest. Realizar pesquisa e elaborar relatório e gráficos demonstrativos do volume de documentos recebidos, elaborados pela Sest, tanto por tipologia documental, como por unidade de produção.	Pesquisa e gráficos sobre a produção documental da Sest elaborados	A	0%	24	24
		B	0%	12	12
		C	0%	8	8
Realizar pesquisas para a Sest nos antigos sistemas CPROD e SEI Planejamento, no DOU, nas pastas de documentos digitalizados para atender solicitações de pesquisas das unidades da Sest.	Documentos e informações disponibilizados para as unidades da Sest	A	0%	6	6
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Atualizar as informações do arquivo no sistema SEI no âmbito da Sest para atender a demanda da Lei de Acesso à Informação.	Arquivos digitais atualizados e informações técnicas difundidas	A	0%	6	6
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Assessorar a Sest em assuntos internacionais: atender à demandas da OCDE.	Demandas OCDE atendidas por e-mail enviado	A	0%	16	16

		B	0%	12	12
		C	0%	8	8
Assessorar a Sest em assuntos internacionais: atender à demandas do MRE sobre outros organismos ou acordos internacionais; incluindo participação em reuniões.	Demandas MRE atendidas por e-mail	A	0%	8	8
		B	0%	6	6
		C	0%	4	4
Coordenar a realização e eventos em parceria com organismos internacionais.	Evento realizado	A	0%	80	80
		B	0%	48	48
		C	0%	40	40
Assessorar a Sest em assuntos internacionais: realizar pesquisas e estudos (*benchmarking* mundial) sobre temas de interesse/competência da Sest.	Resenhas ou estudos entregues	A	0%	40	40
		B	0%	32	32
		C	0%	24	24
Coordenar as atividades de planejamento estratégico: organizar oficinas; orientar servidores para atividades; produzir e compilar dados e informações das oficinas; contatar áreas afins no ME; propor cronograma e atividades; montar e analisar matriz SWOT; sugerir mapa estratégico.	Oficinas realizadas; produtos entregues	A	0%	40	40
		B	0%	20	20
		C	0%	4	4
Acompanhar o Programa de Gestão da Sest: propor revisão justificada de tabela de atividades; elaborar minutas de relatórios.	Relatórios Programa de Gestão	A	0%	24	24
		B	0%	16	16
		C	0%	8	8
Monitorar ações de planejamento.	Dados e informações do acompanhamento das ações entregues para responsáveis para inclusão nos sistemas	A	0%	32	32
		B	0%	16	16
		C	0%	8	8
Coordenar proposta normativa.	Proposta normativa enviada para continuidade do trâmite	A	0%	40	40
		B	0%	32	32
		C	0%	24	24
Elaborar apresentação em *Powerpoint*.	Apresentação em arquivo PPT	A	15%	32	28
		B	15%	16	14
		C	0%	4	4
Elaborar sessão de relatório técnico.	Sessão de Relatório	A	10%	120	108
		B	10%	60	54
		C	10%	30	27
Realizar leitura, apontamentos, sugestões em documentos de qualquer natureza elaborados pelas demais áreas da Sest.	Documento revisado	A	15%	8	7
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Elaborar Nota Técnica ou Nota Informativa.	Nota técnica ou Nota Informativa	A	15%	40	34
		B	15%	20	17
		C	15%	8	7
Elaborar resposta à demanda proveniente da SEDDM, Ministério ou demanda externas, expedidas por e-mail ou SEI.	Resposta à demanda externa	A	15%	24	21
		B	15%	16	14
		C	0%	4	4
Elaborar documento com a contextualização da demanda solicitando a manifestação das áreas responsáveis.	Documento redigido	A	15%	16	14
		B	15%	8	7
		C	0%	3	3
Acompanhar a gestão de documentos virtual disponibilizada aos colaboradores da Sest, podendo haver alteração, manutenção, inclusão ou supressão do acervo.	Atualização da Gestão documental	A	0%	4	4
		B	0%	2	2
Elaborar resumo das orientações dadas sobre assuntos relacionados à demandas internas e externas.	Orientação às unidades da Sest	A	0%	4	4
		B	0%	2	2
Participar de reuniões e elaborar posteriormente atas ou breve resumo sobre resultados ou encaminhamentos da reunião.	Registro de reunião	A	0%	5	5
		B	0%	3	3
		C	0%	2	2
Elaborar documento preparatório para realização de reunião.	Pauta de reunião	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
Orientar e auxiliar as áreas da Sest na elaboração do fluxo e mapeamento dos processos existentes na Secretaria.	Fluxo ou Processo mapeado	A	15%	24	21
		B	15%	16	14
		C	0%	4	4
Gerar relatórios gerenciais, planilhas ou outras fontes de informações.	Geração de instrumentos de gestão (planilhas, relatórios)	A	15%	32	28
		B	15%	24	21
		C	15%	8	7

COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - CGPRE
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE
A (maior complexidade): atividades que necessitem de: (i) alto grau de conhecimento técnico sobre os assuntos tratados; (ii) bom conhecimento da legislação pertinente; (iii) alto grau de conhecimento das diretrizes da Sest; (iv) boa experiência com relação aos processos da Sest, (v) bom nível de concentração; e (vi) boa capacidade de interpretação de textos e de redação. B (média complexidade): atividades que necessitem de: (i) razoável conhecimento técnico sobre os assuntos conduzidos pela coordenação-geral; (ii) razoável conhecimento da legislação pertinente; (iii) médio grau de conhecimento das diretrizes da Sest; (iv) razoável experiência com relação aos processos da Sest; e (v) razoável capacidade de interpretação de textos e de redação. C (baixa complexidade): atividades que necessitem de: (i) conhecimento técnico básico sobre os assuntos conduzidos pela coordenação-geral; (ii) conhecimento básico da legislação pertinente; (iii) conhecimento básico das diretrizes da Sest; e (iv) experiência mínima com relação aos processos da Sest.

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Realizar estudos na forma de apresentação sobre aspectos operacionais, econômicos-financeiros, setoriais, regulatórios, pessoal, produtos, mercados, dentre outros.	Estudos de Avaliação de Empresas Estatais	A	0%	120	120
		B	0%	80	80
		C	0%	40	40
Analisar, mediante nota técnica ou nota informativa, Projetos de Lei, Decretos sobre temas conexos à empresas estatais (processo SEI), assuntos que competem à Sest (art. 98 do decreto 9745/2019) não contidos nas competências específicas dos departamentos da Sest (art. 99 a 101 do referido decreto), entre outros.	Nota Técnica ou Nota informativa	A	0%	80	80
		B	0%	40	40
		C	0%	8	8
Elaborar respostas técnicas para atendimento a demandas de imprensa.	Respostas técnicas a demandas de imprensa	A	0%	4	4
		B	0%	2	2
Elaborar respostas técnicas a demandas de Ouvidoria e do Sistema de Informação ao Cidadão.	Respostas técnicas a demandas de Ouvidoria ou SICNET	A	0%	8	8
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Realizar a leitura, revisão, elaboração de documentos relacionados aos processos de desestatização em andamento no Programa Nacional de Desestatização: Termos de Referência, Estudos de *Due Dilligencies*, modelagem econômica-financeira e regulatória, entre outros.	Documentos elaborados, relacionados a desestatização de empresas estatais	A	0%	40	40
		B	0%	24	24
		C	0%	16	16
Participar de reuniões com posterior produção de atas ou breve resumo relacionado aos resultados ou encaminhamentos da reunião.	Registro de reunião	A	0%	5	5
		B	0%	3	3
		C	0%	2	2
Elaborar minuta de resposta em atendimento a demandas do TCU, CGU e Congresso Nacional (Requerimento de Informação).	Minuta de resposta a demandas de órgãos de controle	A	0%	40	40
		B	0%	24	24
		C	0%	16	16
Elaborar Nota técnica e minuta de ofício sobre pleito de contratação por prazo superior a 3 meses de empresas estatais incluídas no PND.	Nota Técnica sobre pedido de contratação de empresas no PND	A	0%	36	36
		B	0%	16	16
		C	0%	8	8
Elaborar apresentações institucionais em apoio ao Gabinete.	Apresentações Institucionais	A	0%	40	40
		B	0%	24	24
		C	0%	16	16
Realizar a análise, proposição e execução de providências, mediante a inclusão de ofícios, despachos ou notas técnicas, em processos diversos encaminhados à Sest pela SEDDM ou SE/ME.	Ofícios, Despachos ou Notas Técnicas	A	0%	24	24
		B	0%	16	16
		C	0%	4	4
Realizar a extração dos bancos de dados da Sest, atualização, tratamento de informações técnicas sobre as empresas estatais com o fim de subsidiar a divulgação pela Secretaria, a produção de apresentações, ou apoiar a decisão de Diretores, Secretário e Secretário Especial.	Organização e disponibilização de informação técnica	A	0%	16	16
		B	0%	8	8
		C	0%	4	4

COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE EMPRESAS ESTATAIS - CGGOV

ACORDO DE ACIONISTAS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de uma estatal e mais de um tipo de atividade; acordo com mais de 30 cláusulas)

Faixa B = Média complexidade (envolve uma estatal e mais de uma atividade; envolve mais de uma estatal e apenas um tipo de atividade; acordo com 20 a 30 cláusulas)

Faixa C = Baixa complexidade (envolve apenas uma estatal e apenas um tipo de atividade; acordo com menos de 20 cláusulas)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Analisar, por demanda, acordos encaminhados por estatais, de forma preliminar.	Documento contendo a avaliação de propostas e alterações de acordos de acionistas fora do ambiente SEI	A	20%	24	19
		B		20	16
		C		12	10
Analisar, por demanda, acordos encaminhados por estatais.	Documento contendo a avaliação de propostas e alterações de acordos de acionistas no ambiente SEI	A	20%	40	32
		B		32	26
		C		24	19

ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (alteração de capital de mais de duas empresas; alteração de capital em empresas de capital aberto; aumento de capital com avaliação de AFACs realizados em mais de dois anos; aumento de capital com mais de 10 investimentos a serem avaliados; processos de alteração de capital que culminarão em outros processos subsequentemente, como aumento seguido de redução)

Faixa B = Média complexidade (alteração de capital em até duas empresas; alteração de capital em empresas com sócios minoritários; aumento de capital com avaliação de AFACs realizados em dois anos; aumento de capital com 5 a 10 investimentos a serem avaliados)

Faixa C = Baixa complexidade (alteração de capital em uma empresa; alteração de capital em empresa com acionista único; aumento de capital com avaliação de AFACs realizados em um ano apenas; aumento de capital com até 4 investimentos a serem avaliados)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Analisar, por demanda, pleitos de aumento de capital encaminhados por estatais, de forma preliminar.	Documento contendo a avaliação de propostas de aumento de capital fora do ambiente SEI	A	20%	24	19
		B		16	13
		C		12	10
Analisar, por demanda, pleitos de aumento de capital encaminhados por estatais.	Documento contendo a avaliação formal de propostas de aumento de capital no ambiente SEI	A	20%	40	32
		B		32	26
		C		24	19

Analisar, por demanda, pleitos de redução de capital encaminhados por estatais, de forma preliminar.	Documento contendo a avaliação de propostas de redução de capital fora do ambiente SEI	A	20%	24	19
		B		16	13
		C		12	10
Analisar, por demanda, pleitos de redução de capital encaminhados por estatais.	Documento contendo a avaliação de propostas de redução de capital no ambiente SEI	A	20%	40	32
		B		32	26
		C		24	19
ARTICULAÇÃO ENTRE EMPRESAS, CGGOV E CGINF					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 3 empresas) Faixa B = Média complexidade (envolve 2 empresas) Faixa C = Baixa complexidade (envolve 1 empresa)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Atualizar dados que são de responsabilidade da CGGOV, como ativação e desativação de empresas, mudança de endereço da sede, mudança de razão social/cnpj, etc.	Atualização de dados no Siest	A	30%	32	22
		B		24	17
		C		8	6
Prestar suporte quando as empresas solicitarem apoio para uso dos módulos do Siest sob gestão da CGGOV.	Atendimento por e-mail para solução de dúvidas e/ou problemas operacionais de empresas quanto aos módulos do Siest sob gestão da CGGOV	A	20%	16	13
		B		8	6
		C		4	3
Analisar e corrigir, por demanda, inconsistências apontadas pelas partes interessadas quanto aos dados dos módulos do Siest sob gestão da CGGOV.	Analisar possíveis inconsistências nos dados do Siest apontadas pelas empresas por e-mail	A	20%	32	26
		B		24	19
		C		8	6
Gerar, por demanda, relatórios, planilhas e outras fontes de informações a partir dos dados dos módulos do Siest sob gestão da CGGOV.	Geração de instrumentos de gestão (planilhas, relatórios) a partir dos dados do Siest	A	30%	32	22
		B		24	17
		C		8	6
COLABORAR COM A CGAVM NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 3 empresas) Faixa B = Média complexidade (envolve 2 empresas) Faixa C = Baixa complexidade (envolve 1 empresa)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Gerar e demandar informações a serem compartilhadas com a CGAVM para subsidiar processos que envolvam o desempenho das estatais, utilizando como base os dados disponíveis no Siest.	Compartilhamento, com a CGAVM, de dados de governança disponíveis em módulos do Siest, com o fim de colaborar com a avaliação de desempenho das empresas	A	20%	16	12
		B		12	9
		C		8	6
Gerar e demandar informações a serem compartilhadas com a CGAVM para subsidiar processos que envolvam o desempenho das estatais, utilizando como base os dados disponíveis em planilhas e outras fontes da CGGOV.	Compartilhamento, com a CGAVM, de dados de governança não disponíveis em módulos do Siest, com o fim de colaborar com a avaliação de desempenho das empresas	A	20%	32	26
		B		24	19
		C		16	13
CONSTITUIÇÃO DE SUBSIDIÁRIA NO EXTERIOR					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 3 empresas) Faixa B = Média complexidade (envolve 2 empresas) Faixa C = Baixa complexidade (envolve 1 empresa)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, pleitos de criação de subsidiária no exterior encaminhados por estatais, de forma preliminar.	Documento contendo a avaliação, fora do ambiente SEI, de propostas de criação de subsidiária no exterior	A	20%	32	26
		B		24	19
		C		16	13
Analisar, por demanda, pleitos de criação de subsidiária no exterior encaminhados por estatais.	Documento contendo a avaliação, no ambiente SEI, de propostas de criação de subsidiária no exterior	A	20%	40	32
		B		32	26
		C		24	19
CRIAÇÃO DE EMPRESA					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 3 empresas ou mais de dois ministérios) Faixa B = Média complexidade (envolve 2 empresas ou até dois ministérios) Faixa C = Baixa complexidade (envolve 1 empresa ou apenas um ministério)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, pleitos de criação de empresa encaminhados por ministérios ou empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a avaliação, fora do ambiente SEI, de propostas de criação de empresa	A	25%	48	36
		B		40	30
		C		32	24

Analisar, por demanda, pleitos de criação de empresa encaminhados por ministérios ou empresas.	Documento contendo a avaliação, no ambiente SEI, de propostas de criação de empresa	A	25%	56	42
		B		48	36
		C		40	30

DEMAIS ATOS SOCIETÁRIOS SUBMETIDOS À MANIFESTAÇÃO DA SEST

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 3 empresas ou mais de dois ministérios)

Faixa B = Média complexidade (envolve 2 empresas ou até dois ministérios)

Faixa C = Baixa complexidade (envolve 1 empresa ou apenas um ministério)

ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, demais atos societários encaminhados por ministérios ou empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a análise, fora do ambiente SEI, de propostas de atos societários não previstos nas outras entregas	A	20%	56	45
		B		48	38
		C		40	32
Analisar, por demanda, demais atos societários encaminhados por ministérios ou empresas.	Documento contendo a análise, no ambiente SEI, de propostas de atos societários não previstos nas outras entregas	A	20%	64	51
		B		56	45
		C		48	38

DESTINAÇÃO DE LUCROS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 3 empresas; empresas de capital aberto; instituições financeiras)

Faixa B = Média complexidade (envolve até 3 empresas; empresas de capital fechado com sócios minoritários)

Faixa C = Baixa complexidade (envolve até 2 empresas; empresas de capital fechado sem sócios minoritários)

ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, pleitos de destinação de lucros encaminhados por empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a avaliação, fora do ambiente SEI, de propostas de destinação de lucros	A	25%	40	30
		B		32	24
		C		24	18
Analisar, por demanda, pleitos de destinação de lucros encaminhados por empresas.	Documento contendo a avaliação, no ambiente SEI, de propostas de destinação de lucros	A	25%	52	39
		B		44	33
		C		36	27

ESTATUTOS SOCIAIS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 2 empresas; empresas de capital aberto; instituições financeiras; estatuto com mais de 50 dispositivos)

Faixa B = Média complexidade (envolve até 2 empresas; empresas de capital fechado com sócios minoritários; estatuto com 31 a 49 dispositivos)

Faixa C = Baixa complexidade (envolve até 1 empresas; empresas de capital fechado sem sócios minoritários; estatuto com até 30 dispositivos)

ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, pleitos de criação ou alteração de estatuto social encaminhados por empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a análise, fora do ambiente SEI, de propostas de criação ou alteração de estatutos sociais	A	15%	40	34
		B		36	31
		C		32	27
Analisar, por demanda, pleitos de criação ou alteração de estatuto social encaminhados por empresas.	Documento contendo a análise, fora do ambiente SEI, de propostas de criação ou alteração de estatutos sociais	A	15%	64	54
		B		56	48
		C		48	41

OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 2 empresas; empresas de capital aberto; instituições financeiras; mais de 2 operações)

Faixa B = Média complexidade (envolve até 2 empresas; empresas de capital fechado com sócios minoritários; até 2 operações)

Faixa C = Baixa complexidade (envolve até 1 empresas; empresas de capital fechado sem sócios minoritários; apenas uma operação)

ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, operações de reestruturação encaminhadas por empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a análise, fora do ambiente SEI, de propostas de operações de reestruturação	A	20%	48	38
		B		44	35
		C		40	32
Analisar, por demanda, operações de reestruturação encaminhadas por empresas.	Documento contendo a análise, no ambiente SEI, de propostas de operações de reestruturação	A	20%	80	64
		B		64	51
		C		48	38

REMUNERAÇÃO GLOBAL E VARIÁVEL

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (envolve mais de 2 empresas; empresas de capital aberto; instituições financeiras)

Faixa B = Média complexidade (envolve até 2 empresas)

Faixa C = Baixa complexidade (envolve até 1 empresas)

ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar, por demanda, pleitos de remuneração global encaminhados por empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a análise, fora do ambiente SEI, de propostas de remuneração global dos dirigentes	A	20%	40	32

		B		36	29
		C		32	26
Analisar, por demanda, pleitos de remuneração global encaminhados por empresas.	Documento contendo a análise, no ambiente SEI, de propostas de remuneração global dos dirigentes	A	20%	56	45
		B		52	4
		C		48	38
Analisar, por demanda, pleitos de RVA encaminhados por empresas, de forma preliminar.	Documento contendo a análise, fora do ambiente SEI, de propostas de Programa de RVA	A	20%	64	51
		B		60	48
		C		56	45
Analisar, por demanda, pleitos de RVA encaminhados por empresas.	Documento contendo a análise, no ambiente SEI, de propostas de Programa de RVA	A	20%	80	64
		B		72	58
		C		64	51

COORDENAÇÃO-GERAL DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE ESTATAIS - CGAVM

PARÂMETROS ADOTADOS PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

A (maior complexidade): atividades que envolvam: (i) preparação de relatórios consolidados; (ii) análise econômico-financeira e preparação de boletins e relatórios que envolvam grupo de estatais ou valores consolidados de grupo ou assuntos diferentes; (iii) proposta de norma; (iv) criação ou aprimoramento de instrumento de avaliação; (v) reestruturação de empresas; (vi) avaliação da gestão, governança e desempenho das estatais federais; (vii) Atendimento ao SIC, à Ouvidoria e a demandas de imprensa que envolvam mais de um assunto ou mais de uma estatal; (viii) preparação de relatórios que contenham mais de 30 páginas.

B (média complexidade): atividades que envolvam: (i) preparação de relatórios de empresa ou por assunto contendo mais de 10 páginas; (ii) análise econômico-financeira aprofundada e preparação de boletins que envolvam apenas uma empresa, contendo mais de 10 páginas; (iii) Atendimento ao SIC, à Ouvidoria e a demandas de imprensa que envolvam um assunto ou uma estatal (iv) gestão do sistema Siest e acompanhamento de empresas na prestação de informações no sistema.

C (baixa complexidade): atividades que envolvam: (i) preparação de relatórios simplificados por assunto ou de empresa individual, com até 10 páginas; (ii) análise econômico-financeira e preparação de boletins que envolvam apenas uma empresa, com até 10 páginas.

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Planejar e definir prioridades das atividades de curto, médio e longo prazos.	Planilha contendo planejamento, definição de prioridades, delegação de Tarefas, responsável e prazo	A	0%	8	8
Participar de reunião de acompanhamento da realização e da entrega das atividades designadas aos membros das equipes e atualizar planilha de acompanhamento.		A	20%	8	7
Realizar o treinamento de Pessoas em assuntos atinentes às atribuições e competências da Sest.	Capacitação da equipe	C	0%	8	8
Revisar documentos.	Documentos revisados, para envio ou publicação	A	20%	8	7
		B	20%	5	4
		C	0%	2	2
Analisar e apresentar especificações e requisitos para desenvolvimento ou melhoria dos sistemas informatizados utilizados pela Sest.	Documentos de especificação e de requisitos de sistemas	A	20%	24	20
		B	20%	16	13
Levantar informações e elaborar relatórios e apresentações sobre as atividades da CGAVM.	Relatórios de Gestão e Planos de Atividade	A	20%	8	7
		B	20%	5	4

ATENDIMENTO A DEMANDAS ESPECIAIS OU PERIÓDICAS

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS POR TAREFA)
Elaborar documentos auxiliares à tomada de decisão (Notas técnicas, apresentações e outros), em projetos de reestruturação de empresas estatais federais.	Nota técnica e/ou apresentação sobre o projeto	A	20%	80	64
		B	20%	60	48
Elaborar documentos auxiliares à tomada de decisão (Notas técnicas, apresentações e outros), em projetos de desestatização de empresas estatais federais.		A	20%	80	64
		B	20%	60	48
Elaborar nota informativa ou relatório sobre normativos propostos por terceiros.	Análise sobre normativos propostos	A	20%	16	13
Elaborar minutas de normativos (Decretos, Portarias etc.), de assuntos de interesse da Sest.	Minuta de normativos	A	20%	80	64
Levantar informações necessárias e elaboração de minuta de resposta.	Minuta de resposta à demanda	A	20%	6	5
		B	20%	4	4
Elaborar planilha contendo as pontuações dos itens Endividamento e Demonstrações Contábeis, das empresas participantes do Programa RVA, para composição do Indicador de Conformidade Sest.	Planilha com pontuações para o Indicador de Conformidade Sest	A	20%	16	13
Elaborar documento contendo análise, apresentação, proposição e outros, de acordo com a demanda apresentada.	Documento de análise ou proposição, de acordo com a demanda	A	20%	80	64
		B	20%	60	48
		C	10%	40	36

COAVE - COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTATAIS

ACOMPANHAMENTO DE MERCADO E ELABORAÇÃO DE BOLETINS

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar informações e liberação dos dados para atualização do Panorama das estatais.	Dados atualizados no Panorama das estatais	A	20%	8	7
Elaborar gráficos e tabelas, a partir dos dados enviados pela COMEF, análise dos resultados e elaboração de texto sobre os aspectos mais relevantes observados.	Boletins de resultados	A	20%	16	13
Elaborar gráficos e tabelas, a partir dos dados elaborados pela COAVE e os enviados pela COMEF, para encaminhamento ao responsável pela consolidação do boletim na Sest.	Boletins Sest - elaboração e consolidação dos dados da CGAVM	A	20%	32	26

ANÁLISE DA COMPATIBILIDADE DE INDICADORES PARA O PROGRAMA DE RVA DAS ESTATAIS E O PLANO DE NEGÓCIOS

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar nota técnica contendo a análise da compatibilidade dos indicadores propostos pelas empresas para fins de RVA com os seus respectivos Plano de Negócios.	Relatório	A	10%	16	15
		B	10%	8	8
		C	10%	6	6

ANÁLISE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)

Elaborar nota técnica sobre os pleitos de contratação de operação de crédito de longo prazo das empresas estatais, especificamente com relação ao nível de endividamento da empresa, às taxas de juros propostas e à projeção de fluxo de caixa.	Nota técnica	A	20%	32	26
		B	20%	24	20
		C	20%	16	13
AVALIAÇÃO DE EMPRESAS					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Realizar análises e proposições quanto à criação de metodologia para análise da execução de políticas públicas em conjunto com consultoria (PNUD) e SEDDM.	Relatórios sobre material recebido da consultoria	A	20%	24	20
Analisar planos de negócios para criação, reestruturação ou saída da dependência de empresas estatais.	Relatório ou Nota Técnica	A	20%	80	64
Revisar indicadores e métricas para pontuação por setor.	Indicadores econômico-financeiros	A	20%	80	64
Revisar questionário de avaliação do ciclo anterior, aprimorando-o para o ciclo vigente. Encaminhar para avaliadores externos e compilar as sugestões recebidas.	Questionário específico de cada ciclo de avaliação	A	20%	80	64
Elaborar e publicar regulamento e elaborar e enviar ofícios sobre o IG-Sest às estatais.	Regulamento publicado e Ofício do IG-Sest	A	20%	8	7
Parametrizar sistema Siest/Avaliação, com o questionário específico do ciclo de avaliação vigente.	Questionário parametrizado no sistema Siest/Avaliação	A	10%	24	22
Realizar a gestão do acesso dos representantes das empresas (responsáveis por responder e por validar os questionários).	Relação dos participantes do ciclo de avaliação	B	0%	40	40
Acompanhar processo de preenchimento e validação dos questionários pelas empresas.	Avaliação realizada (questionário)	B	0%	40	40
Analisar questionários enviados pelas empresas.	Questionário analisado	A	20%	8	7
Calcular notas, elaborar relatórios e apresentar os resultados do ciclo de avaliação.	Relatórios dos resultados da avaliação	A	20%	80	64
Analisar os resultados e elaborar reuniões técnicas com as empresas, conselheiros e ministérios setoriais.	Reuniões técnicas	A	20%	40	32
Preparar seminários para compartilhamento de boas práticas entre as estatais.	Seminários de boas práticas	A	10%	160	144
COMEF - COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE ESTATAIS					
ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar relatório apresentando os grandes números das estatais e o diagnóstico da situação das empresas de cada setor em vários aspectos como liquidez, rentabilidade, endividamento, passivos por ações judiciais.	Relatório de monitoramento	A	20%	80	64
Elaborar análise econômico-financeira individual (empresa específica).	Boletim Individual	A	20%	32	26
		B	20%	16	13
		C	20%	8	7
Elaborar Boletim das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional.	Boletim de dependentes	A	20%	80	64
Elaborar relatórios específicos, sob demanda.	Relatórios por temas específicos	A	20%	40	32
		B	20%	32	26
Elaborar análises econômico-financeiras das estatais, por atividade (setor hospitalar, docas, bancos etc.).	Boletim por atividade	A	20%	40	32
Elaborar Boletins de Endividamento, por empresa, para encaminhamento aos Conselheiros de Administração.	Boletins de Endividamento	B	20%	6	5
		C	20%	5	4
Elaborar nota técnica e de minuta de portaria sobre a classificação das empresas por porte, de acordo com a Receita Operacional Bruta do exercício anterior.	Portaria de classificação das empresas por porte publicada no DOU	A	20%	24	20
Elaborar nota técnica contendo análise da situação econômico-financeira da empresa, para subsidiar decisão sobre pleito de pagamento de dividendos adicionais.	Nota técnica sobre a proposta de pagamento de dividendos adicionais	A	0%	3	3
		B	0%	2	2
		C	0%	2	2
Preparar relatórios e planilhas contendo informações contábeis das empresas, como Resultado Líquido, Patrimônio Líquido, Exigibilidades, Total dos Ativos, Aportes, Subvenções etc., para subsidiar as diversas áreas da Sest.	Relatórios e planilhas com informações contábeis das empresas	A	0%	2	2
Preparar tabelas, gráficos e relatórios para subsidiar a elaboração do Boletim Sest, Boletim de Mercado, Boletim de resultados (trimestrais) e outros boletins eventuais.	Insumos para boletins	A	20%	24	20
Elaborar nota técnica contendo análise sobre normas contábeis e sua aplicação nas estatais federais.	Nota técnica com relação à contabilidade e interpretações normativas	A	20%	40	32
		B	20%	32	26
GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS NO SIEST/PERFIL DAS ESTATAIS					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Verificar tempestividade e completude das informações contábeis no Siest (Balanço, DRE, DFC, DVA, composição acionária, participação societária) e envio de ofícios com recomendações às empresas, aos conselhos de administração, aos ministérios setoriais e à CGU.	Dados contábeis inseridos no Siest (Balanço, DRE, DFC, DVA, composição acionária, participação societária)	A	0%	2	2
Verificar informações, elaborar informações adicionais e liberar dados para atualização do Panorama das estatais.	Dados atualizados no Panorama das estatais	C	0%	4	4
Realizar o registro das informações necessárias para fins de cálculo do item "Demonstrações Contábeis" do Indicador de Conformidade Sest.	Relatório com a apuração do índice de conformidade Sest	A	20%	16	13
GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS NO SIEST/ENDIVIDAMENTO					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL** (HORAS)	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Verificar mensalmente a tempestividade e completude das informações de endividamento no Siest, e envio de ofícios com recomendações às empresas, aos conselhos de administração, aos ministérios setoriais e à CGU.	Dados contábeis inseridos no Siest (endividamento) compatíveis com os publicados pelas empresas	A	0%	2	2
Realizar a verificação das informações, elaboração de informações adicionais e liberação dos dados para atualização do Panorama das estatais.	Dados atualizados no Panorama das estatais	B	20%	8	7
Registrar informações para fins de cálculo do item "Endividamento" do Indicador de Conformidade Sest.	Relatório mensal com a apuração do índice de conformidade Sest	A	0%	2	2

COORDENAÇÃO-GERAL DE ORIENTAÇÃO A CONSELHEIROS E APOIO À CGPAR - CGORA					
INDICAÇÃO E ORIENTAÇÃO					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Faixa A = Alta complexidade (necessita 2 ou mais interações com o indicado OU processo possui mais de 50 páginas de documentação) Faixa B = Média complexidade (necessita uma interação com o indicado OU processo possui mais de 25 páginas de documentação) Faixa C = Baixa complexidade (não necessita interação com o candidato)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Analisar/conferir informações recebidas pelo SEI e elaborar Nota Técnica.	Nota Técnica de indicação	A	20%	6	5
		B	0%	3	3

ORIENTAÇÃO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (reuniões com duração igual ou superior a 30 minutos; necessita que o assunto seja estudado pela equipe)

Faixa B = Média complexidade (reuniões com duração inferior a 30 minutos; não necessita que o assunto seja estudado pela equipe)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar atas das reuniões realizadas.	Ata de Reunião de coordenação	A	0%	4	4
		B		3	3
Analisar pedido de orientações/informações dos membros estatutários, coletar e consolidar informações/dados para solicitação e elaboração de Nota Técnica/Documento para atendimento da demanda.	Documento Formal à Administradores e Conselheiros Fiscais	A	20%	24	20
		B		8	7

SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES GERAIS OU ESPECÍFICAS JUNTO ÀS EMPRESAS ESTATAIS/OUTROS ÓRGÃOS DE GOVERNO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (necessita que o assunto seja estudado pela equipe OU é necessário a elaboração de mais de um Ofício OU requer informação de dez ou mais Empresas/Órgãos)

Faixa B = Média complexidade (não necessita que o assunto seja estudado pela equipe E necessita que a comunicação seja feita por meio de um ofício Ofício OU requer informações de mais de cinco empresas)

Faixa C = Baixa complexidade (não necessita que o assunto seja estudado pela equipe E comunicação seja feita por telefone ou e-mail)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Analisar solicitação de informações sobre a empresa/órgão específico, coletar e consolidar informações/dados para atender solicitação e elaborar/enviar comunicação eletrônica/ofício com as informações.	Documento com informações sobre empresas	A	20%	24	20
		B	20%	8	7
		C	0%	4	4

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO (CGPAR)

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (elaboração de Atas)

Faixa B = Média complexidade (análise documental)

Faixa C = Baixa complexidade (contatos por e-mail/telefone)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Levantar informações, elaborar estudos e acompanhar implementação das diretrizes e estratégias globais aprovadas pela CGPAR.	Resolução CGPAR	A	20%	120	96
Elaborar documento com proposta de temas a serem tratados na reunião da CGPAR.	Proposta de Pauta	A	20%	60	48
Realizar apoio administrativo e logístico para a realização de reuniões da CGPAR, tais como tratativas para agendamento de salas e confecção das atas das reuniões.	Ata da reunião	B	20%	20	16

ELABORAÇÃO DE MODELO DE POLÍTICA

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (Requer muito estudo, muita atenção a detalhes e grande impacto para um grande número de empresas estatais)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Realizar estudos, elaborar modelo de política e revisar documento (carta anual, política de partes relacionadas, política de divulgação de informações relevantes, etc).	Documento modelo	A	20%	120	96

COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DE ESTATAIS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Faixa A = Alta complexidade (elaboração de Notas Técnicas)

Faixa B = Média complexidade (reuniões com as partes envolvidas/liquidante)

Faixa C = Baixa complexidade (contatos por e-mail/telefone)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Analisar procedimentos de liquidação, relacionados a: Plano de Trabalho, Relatórios Trimestrais, Remuneração Variável de liquidante, instrução de voto para a assembleia de acionistas e demais pleitos inerentes ao processo de liquidação de empresas estatais federais (processo SEI).	Nota Técnica	A	20%	40	32
		B		20	16
		C		10	8
Analisar Relatório Final apresentado pelo liquidante com base nas fases do processo e nas manifestações da Sest durante o processo (processo SEI).	Nota Técnica sobre o Relatório Final	-	20%	90	72
Elaborar ofícios de encaminhamento das Notas Técnicas, bem como ofícios de consulta e de comunicação de informações do processo aos órgãos envolvidos.	Ofício	-	20%	4	4
Elaborar documento com a descrição da discussão dos itens da pauta.	Ata de reunião	-	20%	8	7
Elaborar documento preparatório para realização de reunião.	Pauta de reunião	-	20%	3,5	2
Elaborar documento preparatório para realização de reunião.	Envio de questionamentos	-	20%	3	3
Analisar, avaliar e elaborar resposta a questionamentos apresentados à Sest pelo liquidante ou órgãos envolvidos.	Resposta formal à questionamentos	-	20%	24	20
Elaborar documentos, estudos ou resumos que contenham informações específicas sobre determinada empresa em liquidação ou sobre o processo de liquidação como um todo.	Nota informativa	-	20%	24	20
Elaborar despachos relacionados aos processos SEI referentes a liquidações de empresas estatais.	Despacho	-	0%	2	2
Elaborar consultas à PGFN sobre assuntos relativos aos normativos de liquidações bem como prestação de esclarecimentos ao liquidante sobre o resultado de tais consultas.	Consultas jurídicas	-	20%	6	5
Elaborar apresentações sobre determinada empresa em liquidação ou sobre o processo de liquidação como um todo.	Apresentações	-	20%	10	8
Elaborar planilhas de acompanhamento dos fluxos dos processos de liquidação	Planilha de acompanhamento	-	0%	2	2

COORDENAÇÃO-GERAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE DE ESTATAIS - CGPPS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

A (alta complexidade): Atividades que demandam (i) maior conhecimento da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) maior experiência na área, (iv) maior nível de detalhamento e concentração e (iv) melhor compreensão e redação de textos.

B (média-alta complexidade): Atividades que demandam (i) maior conhecimento da legislação pertinente, (ii) conhcimento das diretrizes da Sest, (iii) maior experiência na área, (iv) médio-alto nível de detalhamento e concentração e (iv) melhor compreensão e redação de textos.

C (média complexidade): Atividades que demandam (i) conhecimentos da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) experiência na área e (iv) boa compreensão e redação de textos.

D (média-baixa complexidade): Atividades que demandam (i) conhecimentos da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) alguma experiência na área ou assuntos correlatos e (iv) boa compreensão e redação de textos.

E (baixa complexidade): Atividades que demandam (i) conhecimento da legislação pertinente, (ii) conhecimentos das diretrizes da Sest e (iii) boa compreensão e redação de textos.

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Realizar a avaliação quanto ao atendimento da documentação necessária para análise do pleito, conforme previsto na Portaria Sest/SEDDM/ME nº 1.122/2021.	*Checklist*	-	0%	6	6
Solicitar complemento de informações/documentações.	E-mail	A	0%	16	16
		B	0%	4	4
		C	0%	2	2
Elaborar Nota Informativa sobre propostas de PC e BAS e sobre demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Informativa	A	0%	40	40
		B	0%	20	20
		C	0%	16	16
		D	0%	10	10
		E	0%	8	8
Elaborar Nota Técnica sobre propostas de PC e BAS e sobre demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Técnica	A	0%	100	100
		B	0%	80	80
		C	0%	60	60
		D	0%	40	40
		E	0%	20	20
Elaborar Ofício e/ou Despacho sobre propostas de PC e BAS e sobre demandas de órgãos de controle contendo a manifestação técnica a ser submetida ao Secretário da Sest.	Ofício e/ou Despacho	A	0%	20	20
		B	0%	16	16
		C	0%	10	10
		D	0%	5	5
		E	0%	2	2
Elaborar Nota Informativa sobre matérias em discussão no CNPC para assessorar o representante da Sest no colegiado.	Nota Informativa	A	0%	48	48
		B	0%	40	40
		C	0%	32	32
Revisar documentos.	E-mail	A	0%	3	3
Revisar Nota Informativa sobre propostas de PC e BAS e sobre demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Informativa	A	0%	30	30
		B	0%	20	20
		C	0%	10	10
		D	0%	5	5
		E	0%	2	2
Revisar Nota Técnica sobre propostas de PC e BAS e sobre demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Técnica	A	0%	80	80
		B	0%	40	40
		C	0%	20	20
		D	0%	10	10
		E	0%	5	5
Revisar Ofício e/ou Despacho sobre propostas de PC e BAS e sobre demandas de órgãos de controle contendo a manifestação técnica a ser submetida ao Secretário da Sest.	Ofício e/ou Despacho	A	0%	20	20
		B	0%	10	10
		C	0%	5	5
		D	0%	3	3
Revisar Nota Informativa sobre matérias em discussão no CNPC para assessorar o representante da Sest no colegiado.	Nota Informativa	A	0%	16	16
		B	0%	12	12
		C	0%	8	8
Acompanhar atividades designadas à equipe, homologação dos sistemas de acompanhamento de trabalho dos servidores, planejamento de atividades de curto, médio e longo prazo, etc.	Relatório de planejamento de prioridades	-	0%	4	4
	Entregas avaliadas no sistema	-	0%	4	4
Extrair dados do Siest e/ou outros sistemas para produção de relatório conforme solicitado.	Relatório de Dados	A	0%	40	40
		C	0%	16	16
		E	0%	2	2
Propor ajuste à estrutura de dados do módulo de previdência, ou do Manual, mediante solicitação da chefia.	Proposta de melhoria do módulo de previdência do Siest	A	0%	100	100
		B	0%	80	80
		C	0%	40	40
Fazer upload das informações de balancetes contábeis e demonstrações atuariais enviadas pela Previc referente ao Acordo de Cooperação Técnica com a Sest.	Módulo de previdência atualizado	C	0%	24	24
		D	0%	16	16
Atualizar consultas do módulo de previdência do Siest para o Boletim Sest, bem como o texto de "destaques".	Boletim Sest - Dados CGPPS	-	0%	20	20
Atualizar consultas do módulo de previdência do Siest para o Boletim Sest das Estatais Dependentes.	Boletim Sest Estatais Dependentes - Dados CGPPS	-	0%	20	20
Estruturar formulário e lançamento de pesquisa sobre governança e custeio de BAS das estatais.	Formulário de pesquisa sobre BAS	A	0%	120	120
		B	0%	100	100
		C	0%	80	80
Revisar propostas de ajuste à estrutura de dados do módulo de Pesquisa e Avaliação do Siest, ou do Manual.	Proposta de melhoria do módulo de Pesquisa e Avaliação do Siest	A	0%	80	80
		B	0%	40	40
		C	0%	20	20
Definir regras de negócio e acompanhar desenvolvimento do módulo BAS do Siest.	Implantação do módulo gerencial do BAS no Siest	A	0%	120	120
		B	0%	100	100
Revisar dados extraídos do Siest e/ou outros sistemas para produção de relatório.	Relatório de Dados	A	0%	16	16
		C	0%	8	8
Revisar propostas de ajuste à estrutura de dados do Siest, ou do Manual.	Proposta de melhoria dos módulos de Planos de Previdência e de Pesquisa e Avaliação do Siest	A	0%	80	80
		B	0%	40	40
		C	0%	20	20
Revisar dados oriundos do Siest para o Boletim Sest, bem como o texto de "destaques".	Boletim Sest - Dados CGPPS	-	0%	10	10
Revisar dados extraídos do Siest para o Boletim Sest das Estatais Dependentes.	Boletim Sest Estatais Dependentes - Dados CGPPS	-	0%	10	10
Elaboração de apresentações em PowerPoint para eventos e reuniões institucionais.	Apresentação	A	0%	100	100
		B	0%	80	80
		C	0%	60	60
		D	0%	40	40
		E	0%	20	20
Elaborar minuta de resposta a demandas de cidadãos (SIC e Ouvidoria) e de imprensa.	E-mail/Minuta de resposta	A	0%	6	6
		B	0%	4	4

		C	0%	2	2
Revisar minuta de resposta a demandas de SIC e Ouvidoria.	E-mail/Minuta de resposta	A	0%	3	3

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DE PESSOAL DE ESTATAIS - CGPPE

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

A (alta complexidade): Atividades que demandam (i) maior conhecimento da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) maior experiência na área, (iv) maior nível de detalhamento e concentração e (iv) melhor compreensão e redação de textos.

B (média-alta complexidade): Atividades que demandam (i) maior conhecimento da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) maior experiência na área, (iv) médio-alto nível de detalhamento e concentração e (iv) melhor compreensão e redação de textos.

C (média complexidade): Atividades que demandam (i) conhecimentos da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) experiência na área e (iv) boa compreensão e redação de textos.

D (média-baixa complexidade): Atividades que demandam (i) conhecimentos da legislação pertinente, (ii) conhecimento das diretrizes da Sest, (iii) alguma experiência na área ou assuntos correlatos e (iv) boa compreensão e redação de textos.

E (baixa complexidade): Atividades que demandam (i) conhecimento da legislação pertinente, (ii) conhecimentos das diretrizes da Sest e (iii) boa compreensão e redação de textos.

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE		TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)	
			Mínima	Máxima			
Realizar a avaliação do atendimento da documentação necessária para análise do pleito, conforme previsto na Portaria Sest/SEDDM/ME nº 1.122/2021.	Checklist	-	5%	20%	6	6	5
Solicitar complemento de informações/documentações.	E-mail	A	5%	20%	16	15	13
		B	5%	20%	4	4	3
		C	0%	0%	2	2	2
Elaborar Nota Informativa sobre propostas de ACT, QP, PCS, PF, PDV, PLR e Benefícios e demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Informativa	A	5%	20%	40	38	32
		B	5%	20%	20	19	16
		C	5%	20%	16	15	13
		D	5%	20%	10	10	8
		E	5%	20%	8	8	6
Elaborar Nota Técnica sobre propostas de ACT, QP, PCS, PF, PDV, PLR e Benefícios e demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Técnica	A	5%	20%	112	106	90
		B	5%	20%	80	76	64
		C	5%	20%	60	57	48
		D	5%	20%	40	38	32
		E	5%	20%	20	19	16
Elaborar Ofício e/ou Despacho sobre propostas de ACT, QP, PDV, PCS, PF, PLR e Benefícios e demandas de órgãos de controle contendo a manifestação técnica a ser submetida ao Secretário da Sest.	Ofício e/ou Despacho	A	5%	20%	20	19	16
		B	5%	20%	16	15	13
		C	5%	20%	10	10	8
		D	5%	20%	5	5	4
		E	0%	0%	2	2	2
Elaborar Nota Informativa sobre análise prévia ao encaminhamento formal de pleitos de ACT e PDV.	Nota Informativa	A	5%	20%	60	57	48
		B	5%	20%	30	29	24
		C	5%	20%	20	19	16
		D	5%	20%	10	10	8
		E	5%	20%	5	5	4
Elaborar minuta de e-mail com proposta de resposta à empresa em relação a análise prévia dos pleitos de ACT e PDV.	E-mail	A	5%	20%	12	11	10
		B	5%	20%	8	8	6
		C	5%	20%	5	5	4
		D	0%	0%	2	2	2
Revisar documentos.	E-mail	A	5%	20%	4	4	3
		B	0%	0%	2	2	2
Revisar Nota Informativa sobre propostas de ACT, PCS, PF, PDV, PLR, QP e Benefícios e demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Informativa	A	5%	20%	30	29	24
		B	5%	20%	20	19	16
		C	5%	20%	10	10	8
		D	5%	20%	5	5	4
		E	0%	0%	2	2	2
Revisar Nota Técnica sobre propostas de ACT, QP, PCS, PF, PDV, PLR e Benefícios e demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Nota Técnica	A	5%	20%	80	76	64
		B	5%	20%	40	38	32
		C	5%	20%	20	19	16
		D	5%	20%	10	10	8
		E	5%	20%	5	5	4
Revisar Ofício e/ou Despacho sobre propostas de ACT, QP, PCS, PF, PDV, PLR e Benefícios e demandas de órgãos de controle para tomada de decisão.	Ofício e/ou Despacho	A	5%	20%	20	19	16
		B	5%	20%	10	10	8
		C	5%	20%	5	5	4
		D	5%	20%	3	3	2
		E	0%	0%	2	2	2
Revisar Nota Informativa sobre análise prévia ao encaminhamento formal de pleitos de ACT e PDV.	Nota Informativa de Análise Prévia de ACT ou PDV	A	5%	20%	30	29	24
		B	5%	20%	20	19	16
		C	5%	20%	10	10	8
		D	5%	20%	5	5	4
		E	5%	20%	3	3	2
Revisar minuta de e-mail com proposta de resposta à empresa em relação a análise prévia dos pleitos de ACT e PDV.	E-mail de Análise Prévia de ACT ou PDV	A	5%	20%	6	6	5
		B	5%	20%	4	4	3
		C	0%	0%	2	2	2
Realizar o acompanhamento das atividades designadas à equipe, homologação dos sistemas de acompanhamento de trabalho dos servidores, planejamento de atividades de curto, médio e longo prazo, etc.	Relatório de planejamento de prioridades	C	5%	20%	4	4	3
	Entregas avaliadas no sistema	C	5%	20%	4	4	3
Elaborar proposta e documentos de alinhamento negocial.	Documentos do Alinhamento	-	0%	0%	4	4	3
Elaborar e-mail de envio do documento do alinhamento negocial para assinatura e do envio das apresentações.	E-mail	-	0%	0%	2	2	2
Atualizar relatório de acompanhamento das reuniões de alinhamento.	Relatório	-	0%	0%	2	2	2

Realizar o acompanhamento das negociações coletivas pela atualização do relatório semanal.	Relatório de Acompanhamento de Negociações Coletivas	-	5%	20%	16	15	13
Realizar levantamento de dados e informações para elaboração/atualização de relatórios de benefícios, quantitativo de empregados contratados, reajustes, economia da atuação da Sest em ACT/QP/PCS/PF/PDV/PLR/Benefícios, reduções do quadro de empregados, Boletim Sest, etc.	Relatórios de Gestão	A	5%	20%	20	19	16
		B	5%	20%	12	11	10
		C	5%	20%	8	8	6
		D	5%	20%	4	4	3
		E	0%	0%	2	2	2
Elaborar e enviar mensalmente relatório Painel de Controle DEPEC.	Painel de Controle DEPEC	-	5%	20%	40	38	32
Revisar informações do relatório Painel de Controle DEPEC.	Painel de Controle DEPEC	-	5%	20%	16	15	13
Extrair, por meio do PowerBI, dados do PPE para planilha *Excel* formatada conforme solicitado.	Relatório de Dados de consultas prontas	A	5%	20%	40	38	32
		C	5%	20%	16	15	13
		E	0%	0%	2	2	2
Propor ajuste à estrutura de dados do PPE, ou do Manual.	Proposta de melhoria do PPE	A	5%	20%	112	106	90
		B	5%	20%	80	76	64
		C	5%	20%	40	38	32
Atualizar consultas do PPE/PDG para o Boletim Sest, bem como o texto de "destaques".	Boletim Sest - Dados CGPPE	-	5%	20%	20	19	16
Atualizar consultas do PPE para o Boletim Sest das Estatais Dependentes.	Boletim Sest Estatais Dependentes - Dados CGPPE	-	5%	20%	20	19	16
Revisar dados extraídos do PPE para planilha *Excel* formatada conforme solicitado.	Relatório de Dados de consultas prontas	A	5%	20%	16	15	13
		C	5%	20%	8	8	6
		E	0%	0%	2	2	2
Revisar propostas de ajuste à estrutura de dados do PPE, ou do Manual.	Proposta de melhoria do PPE	A	5%	20%	80	76	64
		B	5%	20%	40	38	32
		C	5%	20%	20	19	16
Revisar dados oriundos do PPE/PDG para o Boletim Sest, bem como o texto de "destaques".	Boletim Sest - Dados CGPPE	-	5%	20%	10	10	8
Revisar dados extraídos do PPE para o Boletim Sest das Estatais Dependentes.	Boletim Sest Estatais Dependentes - Dados CGPPE	-	5%	20%	10	10	8
Elaborar apresentações em *PowerPoint* para eventos e reuniões institucionais.	Apresentação	A	5%	20%	100	95	80
		B	5%	20%	80	76	64
		C	5%	20%	60	57	48
		D	5%	20%	40	38	32
		E	5%	20%	20	19	16
Elaborar minuta resposta à demandas de cidadãos (SIC e Ouvidoria) e de imprensa.	E-mail/Minuta de resposta	A	5%	20%	6	6	5
		B	5%	20%	4	4	3
		C	0%	0%	2	2	2

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE ESTATAIS - CGINF

REVISÃO DE DOCUMENTOS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Complexidade da demanda com base no conhecimento tácito adquirido na execução presencial da atividade

(A - Baixa, documentos com 1 ou 2 páginas |B - Média, 3 a 5 páginas |C - Alta: mais de 5 páginas)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Revisar documentos.	Documento revisado	A	0%	2	2
		B	0%	4	4
		C	10%	8,8	8

CAPACITAÇÃO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Duração da atividade participação em eventos é definida pelo organizador do evento.

No caso de leitura de livros, manuais ou artigos, pela quantidade de páginas:

A - Baixa: até 5 páginas | B - Média Baixa, de 6 a 10 páginas | C - Média: de 11 a 20 páginas | D - Média alta: de 21 a 50 páginas | E - Alta: mais de 50 páginas

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Participar de evento de capacitação, online ou presencial, de interesse da área e em comum acordo com a Coordenação-Geral.	Certificado de participação em evento	A	0%	até 8 h	até 8
		B	0%	de 9 a 16 h	de 9 a 16
		D	0%	de 17 a 32 h	de 17 a 32
		E	0%	mais de 32 h	mais de 32
Leitura de livro, artigo ou manual técnico associado a uma nova tecnologia, ferramenta de desenvolvimento de sistema, adequação regulatória, ou assemelhados. Registrar no SEI o relatório de avaliação da aplicabilidade do objeto de estudo na CGINF / Sest.	Livro, artigo ou manual técnico lido; registro no SEI dos principais aspectos abordados, de interesse da CGINF / Sest	A	0%	4	4
		B	20%	10	8
		C	20%	20	16
		D	20%	50	40
		E	20%	100	80

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Quantidade de páginas e necessidade de pesquisa ou leitura de documentos

(A - Baixa: 1 a 2 páginas, ou até 1h de pesquisa | B - Média Baixa: 3 a 4 páginas, ou até 3h de pesquisa | C - Média: 5 a 10 páginas, ou até 6h de pesquisa |

D - Média Alta: 11 a 20 páginas, ou até 12h de pesquisa | E - Alta: mais de 20 páginas, ou mais de 12h de pesquisa)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar documento (nota técnica, Ofício, despacho, relatório gerencial, relatório de impacto etc).	Documento preparado e registrado no SEI.	A	20%	10	8
		B	20%	20	16
		C	20%	30	24
		D	20%	40	32
		E	20%	50	40
ATIVIDADES GERENCIAIS					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Registrar as atividades executadas.	Planilha de atividades semanal atualizada	-	0	2	2
	Registro mensal de atividades executadas	-	0	2	2
APRESENTAÇÕES					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de lâminas da apresentação A - Baixa: Até 10 lâminas | B - Média: de 11 a 30 lâminas | C - Alta: mais de 30 lâminas					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar apresentação.	Arquivo da apresentação preparado (PPT)	A	20%	5	4
		B	20%	20	16
		C	20%	40	32
Realizar apresentação.	Apresentação registrada	-	0%	2	2
ATIVIDADES ASSOCIADAS À ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS					
MANUTENÇÃO CORRETIVA DE FUNCIONALIDADE DO SIEST					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Frequência que o erro ocorre e a quantidade de elementos associados à ocorrência do erro (A - Baixa: erro ocorre sempre | B - Média: erro ocorre à vezes e não é difícil de reproduzir |C - Alta: erro ocorre raramente e é difícil de reproduzir)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar documento descrevendo a ocorrência do erro e os procedimentos de análise, de simulação ou reprodução da situação de erro em ambiente de testes / homologação e as considerações relacionadas à solução adotada.	Solução para a correção do erro	A	0%	2	2
		B	20%	5	4
		C	20%	10	8
Desenvolver a solução para a correção do erro, testar a correção em ambiente de testes / homologação / clone e pré-produção e implantar a correção em produção.	Funcionalidade implantada em produção	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	30	24
MANUTENÇÃO EVOLUTIVA DE MÓDULO DO SIEST					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de elementos associados à demanda de evolução (A - Baixa: funcionalidade com 1 ou duas telas |B - Média: 2 a 5 telas |C - Alta: mais de 5 telas)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar documento descrevendo a demanda de evolução do módulo do Siest e os principais requisitos e aspectos importantes relacionados à demanda.	Documento de visão	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	25	20
Elaborar desenho gráfico das telas do módulo demonstrando a situação desejada após a implementação da solução.	Protótipo da solução	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16
Desenvolver e testar a solução em ambiente de testes / homologação e implantar em produção.	Solução implantada em produção	A	20%	20	16
		B	20%	40	32
		C	20%	80	64
GERENCIAMENTO DE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE MÓDULO DO SIEST OU MANUTENÇÃO EM MÓDULO EXISTENTE					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de elementos associados ao projeto de desenvolvimento ou de manutenção em módulo do Siest (A - Baixa: funcionalidade com 1 ou duas telas |B - Média: 2 a 5 telas |C - Alta: mais de 5 telas)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM PROGRAMA DE GESTÃO (HORAS)**
Elaborar documento descrevendo a demanda de desenvolvimento ou de manutenção do Siest.	Documento de visão	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	10%	20	16
Elaborar documento descrevendo os requisitos na forma de desenho gráfico da situação desejada de uma das telas do módulo após a implementação da solução.	Protótipo de tela do módulo	-	10%	4,4	4
Realizar reuniões com o fornecedor da solução, descrevendo a evolução do projeto conforme cronograma acordado na reunião inicial do projeto.	Ata de reunião de acompanhamento do projeto	-	0	4	4
Testar a solução entregue, por *sprint*, em ambiente de homologação e gerar o documento de aceite ou de reporte das desconformidades.	Documento de aceite	A	10%	8,8	8
		B	25%	16	12
		C	25%	32	24
ESTUDO OU IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO SIEST					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Complexidade definida pela quantidade de elementos do Siest afetados pela nova tecnologia (A - Baixa: tecnologia de baixo impacto em até 10 componentes do Siest; B - Média: tecnologia de médio impacto em até 20 componentes do Siest; C - Alta: tecnologia de alto impacto em mais de 20 componentes do Siest)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM PROGRAMA DE GESTÃO (HORAS)**
Implementar estudo de caso ou prova de conceito compreendendo análise de impacto e análise de risco, verificando na prática a aplicabilidade da nova tecnologia ao Siest.	Documento homologando a aplicabilidade da nova tecnologia ao Siest	A	20%	20	16
		B	20%	30	24
		C	20%	60	48
Desenvolver documento com todas as etapas relacionadas e cronograma para a aplicação da nova tecnologia ao Siest.	Projeto de implantação	B	20%	20	16

Desenvolver uma das etapas previstas no cronograma do plano de implantação.	Implantação da nova tecnologia em ambiente de homologação ou de produção	A	20%	20	16
		B	20%	48	40
		C	20%	96	80

ATIVIDADES ASSOCIADAS À ÁREA DE RELACIONAMENTO

GESTÃO DE DEMANDAS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Complexidade da demanda com base no conhecimento tácito adquirido na execução presencial da atividade

(A - Baixa: atendimento de primeiro nível e problema conhecido | B - Média Baixa: atendimento de primeiro nível e problema novo | C - Média: atendimento de segundo nível e problema conhecido |D - Média Alta: atendimento de segundo nível e problema novo | E - Alta: atendimento de segundo nível, problema novo e necessidade de solução de contorno)

Complexidade da demanda com base no conhecimento tácito adquirido na execução presencial da atividade

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Receber a solicitação de atendimento pelos e-mails suportesiest@economia.gov.br ou sest.cginf@ economia.gov.br. Fazer a análise da demanda, planejar e realizar o atendimento. Realizar testes para reproduzir a situação reportada, documentar e encaminhar a solicitação a outras áreas da CGINF ou da Sest. Acompanhar o atendimento de outras áreas. Reportar o atendimento ao solicitante, por e-mail, ao final da atividade.	Atendimento da demanda	A	0%	2	2
		B	20%	5	4
		C	20%	10	8
		D	20%	20	16
		E	20%	30	24

ELABORAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DE MANUAL

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Quantidade de telas da funcionalidade do Siest, ou painel ou do DW que serão objeto de manualização

(A - Baixa: 1 ou duas telas |B - Média 3 a 5 telas |C - Alta: mais de 5 telas)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Entender como a sequência de operações de uma funcionalidade é executada, simular as operações em ambiente de testes, de homologação ou no Clone, extrair *printscreens* das telas, acrescentar as explicações necessárias para o atendimento e gerar as páginas do manual correspondente à funcionalidade.	Manual de operação de uma funcionalidade do Siest, painel ou DW	A	20%	10	8
		B	20%	20	16
		C	20%	40	32
Corrigir ou atualizar manuais existentes.	Manual atualizado	A	20%	5	4
		B	20%	10	8
		C	20%	20	16

ATIVIDADES ASSOCIADAS À ÁREA DE INFORMAÇÕES

EXTRAÇÃO DE DADOS PARA ATENDER DEMANDAS DE FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Preexistência de script de extração, quantidade de bases de dados a referenciar, necessidade de gerar tabelas intermediárias

A - Baixa: script já existe | B - Média baixa: existe script similar |C - Média: não existe script similar |

D - Média alta: não existe script e não há necessidade de gerar tabelas intermediárias | E - Alta: idem, com necessidade de criar tabelas auxiliares)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Analisar a demanda de informações, identificar as bases de dados que serão consultadas, verificar a preexistência de *scripts* idênticos ou assemelhados ao que será utilizado na extração. Elaborar a solução.	*Script* de Extração	A	0%	2	2
		B	5%	2,1	2
		C	20%	5	4
		D	20%	10	8
		E	20%	20	16
Executar *script* de extração, geração das tabelas intermediárias, preparação do meio de entrega e envio da planilha para o demandante.	Planilha	A	0%	2	2
		C	10%	4,4	4
		E	10%	8,8	8

MANUTENÇÃO CORRETIVA DE PAINEL OU DW

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Quantidade de elementos associados à ocorrência do erro.

(A - Baixa: 1 ou 2 componentes |B - Média: 3 a 5 componentes |C - Alta: Mais de 5 componentes)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar documento descrevendo a ocorrência do erro e os procedimentos de análise para identificar ou isolar a situação em que o erro ocorre, de simulação ou reprodução da situação de erro em ambiente de testes / homologação e as considerações relacionadas à solução adotada.	Documento com solução	A	0%	2	2
		B	20%	10	8
		C	20%	20	16
Desenvolver a solução para a correção do erro, testar a correção em ambiente de testes / homologação e implantar em produção a solução.	Painel / DW corrigido	A	10%	8,8	8
		B	20%	20	16
		C	20%	40	32

MANUTENÇÃO EVOLUTIVA DE PAINEL OU DW

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Quantidade de componentes associados à demanda de evolução

(A - Baixa: 1 ou 2 componentes | B - Média: 3 a 5 componentes |C - Alta: Mais de 5 componentes)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar documento descrevendo a demanda de evolução do painel ou DW e os principais requisitos e aspectos importantes relacionados à demanda.	Documento de visão	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16
Elaborar desenho gráfico do painel ou DW demonstrando a situação após a implementação da solução.	Protótipo da solução	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16

Desenvolver e testar a solução em ambiente de testes / homologação e implantar em produção.	Solução implantada em produção	A	10%	8,8	8
		B	20%	20	16
		C	20%	40	32
GERENCIAMENTO DE PROJETO DE EVOLUÇÃO DE PAINEL OU DW					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de componentes associados ao projeto de evolução do painel ou DW (A - Baixa: 1 ou 2 componentes; B - Média: 2 a 5 componentes; C - Alta: mais de 5 componentes)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar documento descrevendo a demanda de painel ou DW e os principais requisitos e aspectos importantes relacionados à demanda.	Documento de visão	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16
Elaborar documento descrevendo os requisitos na forma de desenho gráfico do painel ou DW demonstrando a situação após a implementação da solução.	Protótipo da solução	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16
Realizar reuniões com o fornecedor da solução, descrevendo a evolução do projeto conforme cronograma acordado na reunião inicial do projeto.	Ata de reunião de acompanhamento do projeto	A	0%	4	4
Testar a solução entregue em ambiente de homologação e gerar o documento de aceite ou de reporte das desconformidades.	Documento de aceite	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16
Solicitar a implantação do projeto homologado em produção, acompanhar a implantação e verificar se os itens implantados estão funcionais.	Projeto implantado em produção	A	10%	4,4	4
		B	10%	8,8	8
		C	20%	20	16
ATIVIDADES ASSOCIADAS À ÁREA DE GOVERNANÇA DE TI					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de páginas e necessidade de pesquisa ou leitura de documentos (A - Baixa: 1 a 2 páginas, ou até 1h de pesquisa | B - Média Baixa: 3 a 4 páginas, ou até 3h de pesquisa | C - Média: 5 a 10 páginas, ou até 6h de pesquisa | D - Média Alta: 11 a 20 páginas, ou até 12h de pesquisa | E - Alta: mais de 20 páginas, ou mais de 12h de pesquisa)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Redigir um capítulo de um Plano de TI.	Capítulo do Plano de TI	A	20%	10	8
		B	20%	20	16
		C	20%	30	24
		D	20%	40	32
		E	20%	50	40
Realizar a apresentação do Plano de TI.	Registro no *Teams* de apresentação do Plano	A	0%	2	2
ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO (APRESENTAÇÕES; NOTAS TÉCNICAS; OFÍCIOS; DESPACHOS; CRONOGRAMAS; RELATÓRIOS GERENCIAIS)					
ELABORAÇÃO DE MINUTA DE DOCUMENTO NORMATIVO					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de páginas e necessidade de pesquisa ou leitura de documentos (A - Baixa: 1 a 2 páginas, ou até 1h de pesquisa | B - Média Baixa: 3 a 4 páginas, ou até 3h de pesquisa | C - Média: 5 a 10 páginas, ou até 6h de pesquisa | D - Média Alta: 11 a 20 páginas, ou até 12h de pesquisa | E - Alta: mais de 20 páginas, ou mais de 12h de pesquisa)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar a minuta de um documento normativo. Quando for o caso, registrar o documento no SEI.	Minuta do Documento Normativo	A	20%	10	8
		B	20%	20	16
		C	20%	30	24
		D	20%	40	32
		E	20%	50	40
ELABORAÇÃO DE PARECER REFERENTE ÀS RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES DE ÓRGÃO DE CONTROLE					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de recomendações ou determinações do órgão de controle existentes no documento a ser analisado (A - Baixa: 1 a 2 recomendações/determinações | B - Média Baixa: 3 a 4 | C - Média: 5 a 7 | D - Média Alta: 8 a 10 | E - Alta: mais de 10)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar um parecer.	Minuta de Parecer	A	20%	10	8
		B	20%	20	16
		C	20%	30	24
		D	20%	40	32
		E	20%	50	40
APOIAR AS COORDENAÇÕES-GERAIS E GABINETE DA SEST NO MAPEAMENTO DE PROCESSOS DE NEGÓCIO					
PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE Quantidade de processos de negócio a serem mapeados ou de áreas de negócio envolvidas (A - Baixa: 1 a 2 processos ou 1 área de negócio | B - Média Baixa: 3 a 4 processos ou 2 áreas de negócio | C - Média: 5 a 7 processos ou 3 áreas de negócio | D - Média Alta : 8 a 10 processos ou 4 áreas de negócio| E - Alta: mais de 10 processos ou mais de 4 áreas de negócio)					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Levantar informações com as áreas de negócio envolvidas; identificar preliminarmente os processos de negócio existentes e identificar os atores de negócio. Definir o escopo do projeto. Elaborar e aprovar o Termo de Abertura do Projeto com as áreas envolvidas. Registrar no SEI o Termo de Abertura do Projeto.	Termo de Abertura do Projeto de mapeamento de processos	A	20%	20	16
		B	20%	24	20
		C	20%	30	24
		D	15%	36	30
		E	15%	42	36
Planejar as atividades de mapeamento dos processos com base nas informações levantadas; elaborar, negociar e aprovar o cronograma do projeto com as áreas envolvidas. Registrar no SEI o Cronograma do Projeto.	Cronograma do Projeto de mapeamento de processos	A	20%	20	16
		B	20%	24	20
		C	20%	30	24
		D	15%	36	30
		E	15%	42	36
Acompanhar as atividades de mapeamento de processos a serem realizadas pelas áreas de negócio. Registrar no SEI os documentos de mapeamento de processos elaborados.	Documentos de Mapeamento de Processos de Negócio	A	15%	36	30
		B	15%	38	32
		C	15%	42	36
		D	15%	48	40
		E	15%	56	48
Emitir o Termo de Aceite para os documentos elaborados a contento. Elaborar e aprovar o Termo de Encerramento do Projeto com as áreas envolvidas. Registrar no SEI o Termo de encerramento do Projeto.	Termo de Encerramento do Projeto de mapeamento de processos	A	15%	10	8

		B	15%	12	10
		C	15%	18	16
		D	15%	24	20
		E	20%	30	24

APOIAR AS COORDENAÇÕES-GERAIS E GABINETE DA SEST NO MAPEAMENTO DE RISCOS DE NEGÓCIO

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Quantidade de riscos de negócio a serem mapeados ou de áreas de negócio envolvidas

(A - Baixa: 1 a 2 riscos ou 1 área de negócio | B - Média Baixa: 3 a 4 riscos ou 2 áreas de negócio | C - Média: 5 a 7 riscos ou 3 áreas de negócio |

D - Média Alta : 8 a 10 riscos ou 4 áreas de negócio| E - Alta: mais de 10 riscos ou mais de 4 áreas de negócio)

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Identificar os riscos com as áreas de negócio envolvidas e elaborar a Lista de Riscos Identificados. Registrar a Lista de Riscos Identificados no SEI.	Riscos Identificados	A	20%	20	16
		B	20%	24	20
		C	20%	30	24
		D	15%	36	30
		E	15%	42	36
Realizar a análise qualitativa e quantitativa dos riscos. Priorizar o tratamento dos riscos e aprovar a priorização com as áreas de negócio. Registrar a priorização de tratamento dos riscos no SEI.	Riscos Priorizados	A	20%	20	16
		B	20%	24	20
		C	20%	30	24
		D	15%	36	30
		E	15%	42	36
Elaborar o Plano de Tratamento dos Riscos priorizados. Elaborar um Plano de Ação a ser executado para cada risco mitigado ou aceito, caso venha a ocorrer.	Plano de Tratamento e Planos de Ação	A	20%	30	24
		B	15%	38	32
		C	15%	48	36
		D	15%	48	40
		E	15%	56	48
Realizar o monitoramento dos riscos identificados e avaliar a necessidade de nova priorização, bem como de elaboração de novo Plano de Tratamento e de novos Planos de Ação.	Riscos Monitorados	A	15%	7	6
		B	15%	12	10
		C	20%	20	16
		D	15%	24	20
		E	20%	30	24

SECRETARIAR REUNIÃO DO CGI

PARÂMETRO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DAS FAIXAS DE COMPLEXIDADE

Quantidade de assuntos a serem tratados na reunião

(A - Baixa: até 5 assuntos |B - Média: 6 a 10 assuntos | C - Alta: mais de 10 assuntos)

Frequência esperada: 1 reunião a cada 2 meses

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Elaborar a sugestão de pauta. Enviar e-mail com a sugestão de pauta à Chefia do Gabinete solicitando o agendamento de reunião do CGI.	Pauta sugerida	A	20%	5	4
		B	20%	10	8
		C	20%	15	12
Preparar apresentação com as lâminas referentes aos assuntos previstos para serem discutidos na reunião do CGI.	Apresentação da reunião	A	20%	20	16
		B	20%	30	24
		C	20%	40	32
Secretariar a reunião e elaborar ata. Registrar ata no SEI-ME, enviá-la para aprovação dos membros do CGI. Obter a assinatura dos membros, distribuir as responsabilidades pelas deliberações aprovadas e arquivar a ata.	Ata da reunião do CGI	A	20%	30	24
		B	20%	40	32
		C	20%	50	40

COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO DE ESTATAIS - CGORC

ATIVIDADES ASSOCIADAS À COORDENAÇÃO-GERAL OU TRANSVERSAIS A TODAS AS ÁREAS DA CGORC

01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS (OI)

PROGRAMAÇÃO OI

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Definir a estratégia do processo de elaboração; Etapas, produtos e agentes responsáveis no processo; Papel dos agentes; fluxo do processo; Instruções para detalhamento da proposta.	Planilha de Planejamento do Processo de Elaboração do OI		15%	40	34
Elaborar e encaminhar Ofício-Circular às empresas estatais e ministérios supervisores informando, principalmente, os indicadores de desempenho da economia, para o exercício seguinte. Constar também, instruções e prazos para o envio de informações complementares ao PLOA.	Ofício-Circular às empresas estatais e ministérios supervisores com as principais informações acerca da programação do OI		20%	6	5
Efetuar ajustes no SIOP para a captação: atualizar perfis de usuários, cadastro de ações para as fases qualitativa e quantitativa.	Ajuste do SIOP para a captação das propostas orçamentárias		15%	24	20
Disponibilizar os programas de trabalho no momento Unidade Orçamentária para início das fases qualitativa e quantitativa.	Disponibilização dos programas de trabalho às empresas, via Sistema		20%	16	13
Receber as propostas encaminhadas pelos ministérios supervisores, realizar análise e as modificações pertinentes, efetuar a validação da proposta.	Verificação das propostas orçamentárias de OI dos ministérios supervisores, frente a legislação pertinente e aos limites estabelecidos	-	10%	40	36
Fechar a captação quantitativa e consolidar as fontes de financiamento e os dados da despesa.	Encerramento no SIOP da captação quantitativa das propostas orçamentárias - OI	-	10%	24	22
Fechar a Proposta orçamentária aprovada pelo ME e pela Presidência da República, por fontes, consolidada e compatibilizada em consonância com a CF, o PPA a LDO e a LRF.	Fechamento, Compatibilização e Consolidação da Proposta Orçamentária - OI	-	10%	40	36
Analisar as informações enviadas pelas empresas relativas à fase qualitativa do OI.	Abertura e análise da fase qualitativa do OI, face aos normativos e limites estabelecidos	-	10%	30	27
Elaborar e formalizar a Mensagem Presidencial, textos e anexos do PLOA, elaborados e entregues ao Congresso Nacional.	Mensagem Presidencial relativa ao OI e elaboração e formalização do Projeto de Lei Orçamentária do OI	-	10%	60	54
Elaborar e formalizar as informações complementares ao PLOA elaboradas e entregues ao Congresso Nacional.	Documento com as Informações Complementares ao PLOA relativas ao OI	-	20%	16	13
Compatibilizar o autógrafo da LOA aprovada pelo Congresso Nacional com a proposta inicial do Poder Executivo.	Compatibilização do autógrafo da LOA	-	20%	16	13

Acompanhamento OI

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Acompanhar/confirmar e/ou cobrar a inserção mensal dos respectivos dados no SIOP, até o dia "20" do mês subsequente ao de referência.	Análise da inserção mensal de dados no SIOP, frente a limites e normativos	-	20%	40	32

Acompanhar a execução mensal do OI pelas empresas e enviar ofício àquelas que tiverem extrapolação ou baixa execução.	Análise da execução mensal do OI no SIOP, frente a limites e normativos	-	15%	40	34
Elaborar Portaria Bimestral contendo relatório resumido da execução do OI por todas as empresas estatais federais não dependentes.	Portaria Bimestral de execução do OI	-	10%	40	36
Verificar se houve extrapolação orçamentária por parte das empresas e, em caso positivo, elabora-se e encaminha-se ofício informando o fato à empresa e ao ministério setorial.	Ofícios de Extrapolação	-	20%	4	3
Efetuar o fechamento do acompanhamento orçamentário do exercício no SIOP para execução do BGU.	Realização do fechamento anual do SIOP	-	15%	16	14
CRÉDITOS ADICIONAIS					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar processo para reabertura de créditos especiais ou extraordinários, abertos no último quadrimestre do exercício anterior.	Processo para reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários	-	15%	24	20
Elaborar Portaria que estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações do Orçamento de Investimento pelas empresas no exercício corrente.	Portaria Sest com os procedimentos e prazos para alterações do OI	-	20%	16	13
Analisar e elaborar atos legais, anexos, ofícios e relatórios. Receber solicitação de abertura de crédito suplementar/especial/extraordinário por Projeto de Lei.	Abertura de Processo de Crédito por Projeto de Lei	-	15%	24	20
Analisar e elaborar atos legais, anexos, ofícios e relatórios. Receber solicitação de abertura de crédito suplementar/especial/extraordinário por Decreto Presidencial.	Abertura de Processo de Crédito por Decreto	-	15%	24	20
Receber solicitação de abertura de crédito suplementar por Portaria do Ministro; análise, elaboração atos legais, anexos, ofícios e relatórios.	Abertura de Processo de Crédito por Portaria Ministerial	-	15%	16	14
Analisar e elaborar atos legais, anexos, ofícios e relatórios. Receber solicitação de abertura de crédito para outras alterações orçamentárias por Portaria Sest.	Abertura de Processo de Crédito por Portaria da Sest	-	15%	16	14
02 - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS (PDG)					
PROGRAMAÇÃO PDG					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Elaborar e encaminhar Ofício-Circular às empresas estatais e ministérios supervisores informando, principalmente, os indicadores de desempenho da economia, para o exercício seguinte.	Ofício-Circular às empresas estatais e ministérios supervisores com as principais informações acerca da programação do PDG	-	20%	16	13
Efetuar ajustes no Siest para a captação das propostas orçamentárias relativas ao PDG.	Ajuste do Siest para a captação das propostas orçamentárias - PDG	-	10%	16	14
Receber as propostas encaminhadas pelos ministérios supervisores, realizar análise e as modificações pertinentes, efetuar a validação da proposta.	Verificação das propostas orçamentárias dos ministérios supervisores, frente à legislação pertinente e aos limites fiscais estabelecidos	-	10%	40	36
Consolidar e encaminhar, na forma de demonstrativos de Usos e Fontes, com a informação da origem das fontes que financiarão os investimentos propostos pelas empresas estatais.	Consolidação das propostas orçamentárias - PDG	-	10%	16	14
Elaborar processo para aprovação do PDG do exercício seguinte.	Processo de aprovação do PDG - Minuta de Decreto	-	10%	24	22
Analisar a distribuição mensal da programação anual do PDG informada para cada empresa estatal federal.	Verificação da correta distribuição mensal da proposta orçamentária do PDG, face às limitações propostas	-	15%	16	14
Elaborar o Anexo sobre a meta fiscal das estatais para compor o Decreto de Programação Financeira do poder Executivo.	Documento Anexo "Meta Fiscal das Estatais"	-	15%	16	14
ACOMPANHAMENTO PDG					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Acompanhar/confirmar e/ou cobrar a inserção mensal dos respectivos dados no Siest, até o dia "20" do mês subsequente ao de referência.	Acompanhamento da inserção mensal de dados no Siest	-	20%	8	6
Analisar as informações inseridas ao nível de seus desdobramentos mínimos, em cada um dos blocos que compõem o PDG. Comparar o DICOR e DICAR com o DFLUX, solicitando àquelas que se mostrarem incoerentes as regularizações cabíveis. Cobrar justificativas pertinentes quando houver extrapolação de dotações. Solicitar às empresas a retificação da realização registrada na Rubrica "Investimentos no Ativo Imobilizado" e seus subtítulos, por ocasião do fechamento definitivo do exercício no SIOP.	Acompanhamento da execução mensal do PDG no Siest, por meio de relatórios do sistema	-	15%	40	34
REPROGRAMAÇÃO PDG					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Receber e analisar as propostas de reprogramações encaminhadas pelos ministérios supervisores, efetuar a validação das propostas. Analisar se as empresas ajustaram a rubrica investimento, proposta na reprogramação, com a totalidade dos créditos enviados no OI.	Verificação das propostas de reprogramação, face aos limites e legislação pertinentes, por meio de Sistema e de relatórios	-	10%	40	36
Analisar e elaborar atos legais, anexos, ofícios e relatórios.	Elaboração do processo de reprogramação do PDG - Minuta de Decreto	-	15%	24	20
REMANEJAMENTO PDG					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Receber e analisar as propostas de remanejamentos encaminhadas pelos ministérios supervisores, efetuar a validação das propostas.	Análise e checagem de propostas de remanejamento, por meio de relatórios e do sistema	-	15%	40	34
Analisar e, elaborar atos legais, anexos, ofícios e relatórios.	Elaboração de processo de remanejamento do PDG	-	15%	30	26
03 - POLÍTICA DE APLICAÇÕES DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Consolidar as propostas do Plano de Aplicação de Recursos encaminhado pelas agências oficiais de fomento, no Subsistema do Siest - Política de Aplicação, compatibilizar com o PDG de cada uma das agências e encaminhar juntamente com as Informações Complementares ao PLOA do exercício seguinte.	Documento agregando as propostas da Política de Aplicação de Recursos	-	15%	24	20
Acompanhar/confirmar e/ou cobrar a inserção mensal dos respectivos dados no Siest. Analisar os valores detalhados na rubrica "Aplicações em Operações de Crédito", e cobrar o saneamento das críticas apontadas.	Verificação da execução da Política de Aplicação de Recursos, face aos limites e legislação pertinentes, por meio de Sistema e de relatórios	-	15%	40	34
Preparar o texto contendo o relatório sintético da Política de Aplicações das Agências oficiais de Fomento que fará parte da Portaria Bimestral de Execução do OI.	Texto integrante da Portaria Bimestral de execução do OI	-	15%	16	14
04- APOIO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO AOS SISTEMAS DE ORÇAMENTO					
ATIVIDADE	**ENTREGA ESPERADA**	**FAIXA DE COMPLEXIDADE**	**GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)**	**TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)**
Fazer a manutenção, correção, adequação do Sistema de Informações das Estatais - Siest.	Implementação de adequação do PDG ao Siest	-	15%	24	20
Fazer a manutenção, correção, adequação do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP.	Implementação de adequações do OI ao SIOP	-	15%	24	20

05- APOIO À ELABORAÇÃO DO PLDO

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Participar, por meio de reuniões, processos SEI e/ou troca de e-mails, na Definição da estratégia do processo de elaboração do PLDO nos assuntos relacionados às Estatais: - Etapas, produtos e agentes responsáveis no processo; - Papel dos agentes; - Fluxo do processo; - Instruções para detalhamento da proposta do PLDO.	Planejamento do Processo de Elaboração do PLDO	-	10%	36	32
Revisar a estrutura programática do orçamento de investimentos das estatais.	Revisão da Estrutura Programática	-	10%	24	22
Verificar o autógrafo da LDO aprovado pelo Congresso, propondo vetos, quando necessário, no que diz respeito aos assuntos relativos às Estatais.	Nota Técnica com verificação do autógrafo da LDO, face à condições afetas e conduzidas pela Sest	-	20%	16	13

06- RESULTADO PRIMÁRIO DAS ESTATAIS

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Checar o NEFIL, frente a meta fiscal da LDO, e das justificativas para o Resultado Primário apurado no período.	Verificação do NEFIL, por meio de planilhas	-	15%	16	14

07- ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL DA SEST

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Preparar proposta orçamentária relativa às ações de responsabilidade da Sest no PLOA.	Documentação da Programação do Orçamento da Sest	-	15%	24	20
Monitorar necessidade de suplementações orçamentárias. Realizar pedidos de créditos adicionais no SIOP. Enviar, via SIOP, os dados da execução orçamentária na fase Acompanhamento Físico-Financeiro do Orçamento.	Verificação regular da execução do orçamento Sest, face à legislação e limites pertinentes	-	20%	40	32

08 - RISCOS FISCAIS

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Solicitar às empresas dependentes o envio da planilha de informações de Riscos Fiscais no PLDO e sua atualização na LOA, realizar o monitoramento das informações entregues e elaborar o Anexo de Riscos Fiscais.	Elaboração da Planilha do Anexo de Riscos Fiscais	-	15%	40	34

09 - OUTRAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	ENTREGA ESPERADA	FAIXA DE COMPLEXIDADE	GANHO PERCENTUAL DE PRODUTIVIDADE	TEMPO DE EXECUÇÃO EM REGIME PRESENCIAL (HORAS)	TEMPO DE EXECUÇÃO EM TELETRABALHO (HORAS)
Realizar atendimento aos Órgãos de Controle.	Resumo, por escrito, dos atendimentos aos questionamentos e solicitações dos Órgãos de Controle	-	10%	40	36
Prestar atendimento às empresas.	Resumo, por escrito, dos atendimentos aos questionamentos e solicitações das empresas estatais	-	10%	40	36
Atender às demandas do Gabin/Sest.	Resumo, por escrito, de orientações às empresas estatais	-	0%	8	8
Avaliar Operações de Crédito.	Resumo, por escrito, dos atendimentos aos questionamentos e solicitações das empresas estatais, por meio de Processos no SEI, e-mails ou reuniões	-	10%	16	14
Elaborar pauta de reunião.	Pauta das reuniões elaborada	-	0%	2	2
Elaborar resumo de reunião.	Ata ou resumo das reuniões com os resultados ou encaminhamentos necessários	-	0%	2	2
Elaborar apresentação institucional.	Apresentação em PPT elaborada	-	0%	8	8
Analisar operações de crédito.	Análise de Operações de Crédito, por meio de processos no SEI e relatórios do PDG	-	10%	16	14

PORTARIA SEST/ME Nº 4.955, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Aprova o quantitativo de pessoal próprio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST, considerando o disposto no art. 1º do Decreto nº 3.735, de 24.1.2001, por delegação da Portaria nº 250, de 23.8.2005 e no Anexo I, art. 98, inciso VI, letra g, do Decreto nº 9.745, de 8.4.2019, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB em 6.720 vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas são considerados:

I - os empregados efetivos admitidos por concursos públicos;

II - os empregados efetivos admitidos sem concurso público antes de 5.10.1988;

III - os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;

IV - os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;

V - os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;

VI - os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;

VII - os empregados readmitidos e reintegrados;

VIII - os empregados contratados por prazo determinado (temporários);

IX - os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no art. 93, § 7º, da Lei nº 8.112/90; e

X - os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 3º Compete ao BNB gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que observado o limite estabelecido no Art. 1º, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogado o quadro de pessoal do BNB, aprovado por meio da Portaria Sest nº 10.821, de 18.11.2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MOURA DE ARAUJO FARIA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 4.860, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Autorizar a doação, com encargos, ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de imóvel denominado Casa Setecentista., localizado à Rua Israel Pinheiro, Bairro Centro, nº 176, urbano, no Município de Caeté, no Estado de Minas Gerais, para funcionamento do Museu Regional de Caeté.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no Art. 31, Inciso I, §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União na reunião de 13 de abril de 2021, instituído pela Portaria nº 55, de 2 de julho de 2019, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.000056/2006-87, e

Considerando o programa SPU+, instituído pela Portaria SEDDM/SPU/ME nº 2.517, de 2 de março de 2021, em especial o objetivo de racionalização do uso dos imóveis da Administração Pública Federal - APF e redução do gasto público com aluguéis e manutenção, bem como a Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020, alterada pela Portaria Conjunta nº 28, de 24 de março de 2021;

Considerando a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, responsável por promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos; contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

Considerando que o imóvel se destina ao funcionamento do Museu Regional de Caeté, no Município de Caeté/MG, importante referencial turístico na região e que a pretendida doação se dará em apoio às políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e artístico e do turismo; e

Considerando ações governamentais de incremento e fomento às economias locais e regionais, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Instituto Brasileiro de Museus, de imóvel de propriedade da União, com área de 814,00m² e benfeitorias, localizado à Rua Israel Pinheiro, nº 176, Bairro Centro, Município de Caeté, Estado de Minas Gerais, registrado sob a matrícula nº 5.308, Livro nº 3-F, fls. 174, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Município de Caeté/MG e cadastrado no SPIUnet sob o RIP 4199.00004.500-1 (RIP Imóvel).

Parágrafo único. A doação, com encargo, do imóvel descrito no caput se destina ao funcionamento do Museu Regional de Caeté, no Município de Caeté/MG

Art. 2º Fica o donatário responsável pela regularização do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União se não for cumprida a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º Fica cancelada a Portaria GM/MP nº 505, de 22 de dezembro de 2014, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2014.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

PORTARIA SPU/ME Nº 4.861, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Autorizar a doação, com encargo, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP/AP, do imóvel de propriedade da União, com área de 3.395,903 m², localizado na Margem Direita da BR - 210, s/nº, no Município de Porto Grande, Estado do Amapá.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 4º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Portaria Conjunta SEGES/SPU nº 38, de 31 de julho de 2020, bem como a Portaria SEDDM/SPU/ME Nº 2.517, de 2 de março de 2021, que institui o Programa SPU+, além dos elementos que integram o Processo Administrativo nº 05315.000893/2012-13, e ainda,

Considerando a instituição do Programa SPU+, que visa o aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União, especialmente o eixo de Racionalização de Uso e Ocupação dos edifícios públicos federais.

Considerando que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP/AP edificou prédios no terreno e assim sendo, a destinação em referência servirá para regularizar situação de fato.

Considerando o que preconiza e o atendimento das ações governamentais em suporte às políticas públicas nas áreas do ensino, impactando a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, e

Considerando a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União - CCA, instituído pela Portaria nº 55, de 2 de julho de 2019, em reunião realizada em 13 de abril de 2021, favorável à doação, ao IFAP/AP, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia do Amapá - IFAP/AP, do imóvel da União classificado como nacional interior, com área de 3.395.903,00 m², localizado na Margem Direita da BR - 210, s/n, no Município de Porto Grande/AP, cadastrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, sob RIP nº 0671.00013.500-0, com registro lavrado na Matrícula 37, Livro,2, Fls. 9, no Cartório de Registros Públicos e Tabelionato Comarca de Ferreira Gomes/AP.

Parágrafo único: O mencionado imóvel assim se descreve e caracteriza: Inicia-se a descrição no marco M-1A, definido pela coordenada plana UTM 10.076.837,3508 m Norte e 457.213,86 m Leste, referida ao meridiano central 51° WGr; deste, segue com o azimute plano de 285°51'43'' e distância de 778,01 metros até o marco M-2ª (456.465,47 Leste, 10.077.050,00 Norte); deste, segue com o azimute plano de 18°09'24'' e distância de 808,77 metros até o marco M-3A (456.717,50 Leste, 10.077.818,50 Norte); deste, segue com o azimute plano de 316°20'38'' e distância de 461,91 metros até o marco M-4A (465.399,18 Leste, 10.078.153,22 Norte); deste, segue com o azimute plano de 342°47'14'' e distância de 271,76 metros até o marco M-5A (456.314,33 Leste, 10.078.412,74 Norte); deste, segue com o azimute plano de 49°50'27'' e distância de 814,53 metros até o marco M-6A (456.941,28 Leste, 10.078.938,11 Norte); deste, segue com o azimute plano de 69°58'26'' e distância de 622,52 metros até o marco M-7A (457.526,16 Leste, 10.079.151,29 Norte); deste, segue com o azimute plano de 88°27'57'' e distância de 800,81 metros até o marco M-8A (458.326,68 Leste, 10.079.172,73 Norte); deste, segue com o azimute plano de 169°10'45'' e distância de 446,85 metros até o marco M-9A (458.410,58 Leste, 10.078.733,83 Norte); deste, segue com o azimute plano de 92°08'51'' e distância de 97,41 metros até o marco M-10A (458.507,92 Leste, 10.078.730,18 Norte);deste, segue com o azimute plano de 160°40'04'' e distância de 724,07 metros até o marco M-11A (458.747,62 Leste, 10.078.046,93 Norte); deste, segue com o azimute plano de 246°55'08'' e distância de 404,17 metros até o marco M-12A (458.375,80 Leste, 10.077.888,48 Norte); deste, segue com o azimute plano de 284°04'21'' e distância de 259,76 metros até o marco M-13A (458.123,84 Leste, 10.077.951,64 Norte); deste, segue com o azimute plano de 223°36'48'' e distância de 402,07 metros até o marco M-14A (457.846,49 Leste, 10.077.660,54 Norte); deste, segue com o azimute plano de 217°32'08'' e distância de 1.037,44 metros até o marco M-1A (457.213,86 Norte, 10.076.837,35 Norte)ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51º WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todas os azimutes e distâncias, áreas e perímetro foram calculados no plano de projeção U.T.M.

Art. 2º A doação destina-se à regularização de uma Unidade de Educação Profissional - UEP, já implantada no imóvel, com objetivo de beneficiar as comunidades estudantis dos municípios de Porto Grande/AP, Ferreira Gomes/AP, Pedra Branca do Amapari/AP e Serra do Navio/AP.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação; se cessarem as razões que a justificaram; se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Fica o donatário responsável pela regularização do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. O disposto no art. 2º deverá constar da averbação registrada na respectiva matrícula do imóvel.

Art. 5º É fixado o prazo de 36 (trinta e seis) meses para o cumprimento do encargo de regularização da Unidade de Educação Profissional - UEP, a contar da data de assinatura do contrato de doação, podendo, entretanto, ser esse prazo prorrogado por período não superior ao já fixado, a pedido expresso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e por conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 6º A presente doação não exime o donatário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e à execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 7º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 8º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 9º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

PORTARIA SPU/ME Nº 4.862, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, do imóvel de propriedade da União, com área de 16.000 m² e área construída de 4.492,00m², localizado na Rua Projetada nº 50.

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 4º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, na Portaria Conjunta SEGES/SPU nº 38, de 31 de julho de 2020, bem como a Portaria SEDDM/SPU/ME Nº 2.517, de 2 de março de 2021, que institui o Programa SPU+, além dos elementos que integram o Processo Administrativo nº 14235.000263/93-42, e ainda,

Considerando a instituição do Programa SPU+, que visa o aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União, especialmente o eixo de Racionalização de Uso e Ocupação dos edifícios públicos federais.

Considerando que a União cumpriu o encargo de edificar as estruturas físicas do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC no terreno, através do Ministério da Educação e do Desporto, a destinação em referência servirá para a regularização dominial do imóvel.

Considerando, ainda, que os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC tiveram sua administração desvinculada do Governo Federal, que a atual destinação das benfeitorias está voltada ao fomento do ensino básico gratuito.

Considerando o que preconiza e o atendimento das ações governamentais em suporte às políticas públicas nas áreas do ensino, impactando a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, e

Considerando a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União - CCA, instituído pela Portaria nº 55, de 2 de julho de 2019, em reunião realizada em 13 de abril de 2021, favorável à doação, ao IFAP/AP, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, do imóvel de propriedade da União, com área medindo área total de16.000,00 m² e área construída de 4.492,00m², onde funcionava o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC, hoje, Escola Municipal " Belmiro Teixeira Pimenta", localizado na Rua Projetada nº 50, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, cadastrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, sob RIP nº 5629.00028.500-9, registrado sob a Matrícula nº 20.149 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colatina/ES.

Art. 2º A doação destina-se à regularização da Escola Municipal Belmiro Teixeira Pimenta, já implantada no imóvel e de apoio a outros serviços públicos, com o objetivo de atendimento gratuito de assistência à criança e ao adolescente.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Fica o donatário responsável pela regularização do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único O disposto no art. 2º deverá constar da averbação registrada na respectiva matrícula do imóvel.

Art. 5º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 7º Os direitos e as obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA SPU/ME Nº 4.948, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SERGIPE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, Inciso VI, da Portaria SPU n° 83 de 29 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 03/09/2019, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, assim como os elementos que integram o processo nº 10154.112506/2020-12., resolve:

Art. 1º Autorizar o MUNICÍPIO DE ARACAJU, CNPJ N° **.*28.780/0001-**, a executar obras de interligação entre a Av. Projetada e a Av. Padre Arnóbio de Melo (antiga Av. Amarela), no bairro 17 de março, em Aracaju-SE, em uma área de 24.485,47m², do imóvel de Matrícula Cartorial n° 93.907 e RIP n° 3105 00300.500-7, e uma área de 11.674,49m², do imóvel de Matrícula Cartorial n° 92.882 e RIP n° 3105 00304.500-9, totalizando 36.159,96m², conforme projetos elaborados pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB e memoriais descritivos abaixo:

Área da Obra - Matrícula Cartorial n° 93.907 e RIP n° 3105 00300.500-7

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-01, situado na Área de Terceiros com a Continuação da Avenida Alexandre Alcino, de coordenadas N 8.784.511,53m e E 708.106,17m; deste segue confrontando pelo nordeste com a Avenida Alexandre Alcino, com azimute de 119°33'32" por uma distância de 48,75m até o vértice V-02, de coordenadas N 8.784.487,48m e E 708.148,58m; deste segue confrontando pelo sudeste com a Área 01 Remanescente, com azimute de 208°27'01" por uma distância de 556,79m até o vértice V-03, de coordenadas N 8.783.997,93m e E 707.883,32m; deste segue confrontando pelo sudoeste com a Avenida Padre Arnóbio de Melo (Antiga Av. Amarela), com azimute de 273°44'02" por uma distância de 41,43m até o vértice V-06, de coordenadas N 8.784.000,63m e E 707.841,98m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Área de Terceiros, com azimute 27°20'39" por uma distância de 575,17m até o vértice V-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Perfazendo uma área total de 24.485,47m² e perímetro de 1.222,14m.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Área de Obra - Matrícula Cartorial n° 92.882 e RIP n° 3105 00304.500-9

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-01, situado na Área 01 Remanescente com a Avenida Padre Arnóbio de Melo (Antiga Av. Amarela), de coordenadas N 8.783.988,46m e E 708.028,46m; deste segue confrontando pelo nordeste com a Avenida Padre Arnóbio de Melo (Antiga Av. Amarela), com azimute de 186°09'30" por uma distância de 29,56m até o vértice V-02, de coordenadas N 8.783.959,08m e E 708.025,29m; deste segue confrontando pelo nordeste com a Avenida Padre Arnóbio de Melo (Antiga Av. Amarela), com azimute de 92°21'37" por uma distância de 23,81m até o vértice V-03, de coordenadas N 8.783.958,09m e E 708.049,08m; deste segue confrontando pelo leste com a Avenida Padre Arnóbio de Melo (Antiga Av. Amarela), com azimute de 182°19'57" por uma distância de 26,74m até o vértice V-04, de coordenadas N 8.783.931,38m e E 708.047,99m; deste segue confrontando pelo sul com a Área 03 (PMA), com azimute de 273°44'02" por uma distância de 234,51m até o vértice V-05, de coordenadas N 8.783.946,65m e E 707.813,98m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Área de Terceiros, com azimute de 27°25'04" por uma distância de 60,81m até o vértice V-06, de coordenadas N 8.784.000,63m e E 707.841,98m; deste segue confrontando pelo norte com a Avenida Alexandre Alcino e parte da Área 01 Remanescente, com azimute 93°44'02" por uma distância de 186,88m até o vértice V-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Perfazendo uma área total de 11.674,49m² e um perímetro de 562,31m.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A obra a que se refere o art. 1°, consiste na execução de interligação viária entre a Av. Projetada e a Av. Padre Arnóbio de Melo (antiga Av. Amarela), incluindo infraestrutura de drenagem pluvial e esgotamento sanitário, terraplenagem, pavimentação asfáltica, e construção de passeio e ciclovia.

Art. 3º É fixado o prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação deste ato, para que o MUNICÍPIO DE ARACAJU inicie as obras referidas nos Art. 1º e 2º, e de 3 (três) anos para a conclusão das mesmas, podendo, a juízo e critério do mérito de conveniência desta Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ser prorrogado por igual e único período.

Art. 4° As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5° Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, em especial os artigos 7º, 8º e 9º, da Lei 12.651, de 2012, que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação.

Art. 6° A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 7° Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a afixação de placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria nº (citar número e data desta Portaria).

Art. 8° Responderá o MUNICÍPIO DE ARACAJU, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria.

Art. 9° A Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIELSON TÔRRES NEVES DE CARVALHO

PORTARIA SPU-SE/ME Nº 4.869, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SERGIPE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, Inciso VI e §2°, da Portaria SPU n° 83, de 28 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 03/09/2019, e tendo em vista o disposto no § 1º, do art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo Art. 2º, da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, assim como os elementos que integram o processo nº 10154.119005/2020-67 e o Processo Judicial nº 0802583-66.2014.4.05.8500, resolve:

Art. 1º Autorizar o MUNICÍPIO DE ARACAJU, CNPJ N° **.*28.780/0001-**, a executar obras de construção de estacionamentos, calçadas e novos acessos a Av. Santos Dumont, na Orlinha da Coroa do Meio, em terreno de marinha e acrescido de marinha, em Aracaju-SE, com testada para a Av. Santos Dumont, conforme decisão judicial proferida no Processo nº 0802583-66.2014.4.05.8500 e Contrato de Repasse nº 1006931-67/2013, Revitalização da 1ª etapa da Orla da Coroa do Meio celebrado entre o Ministério do Turismo e o Município de Aracaju, dentro de uma poligonal totalizando uma área de 42.545,52 m², conforme projetos elaborados pela Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB e memorial descritivo abaixo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-01, situado na Avenida Santos Dumont, de coordenadas N 8.786.512,48m e E 714.580,76m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 27°21'46" por uma distância de 27,44m até o vértice V-02, de coordenadas N 8.786.536,85m e E 714.593,37m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 30°09'21" por uma distância de 28,41m até o vértice V-03, de coordenadas N 8.786.561,42m e E 714.607,65m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 26°29'50" por uma distância de 28,55m até o vértice V-04, de coordenadas N 8.786.586,96m e E 714.620,38m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 22°11'27" por uma distância de 34,42m até o vértice V-05, de coordenadas N 8.786.618,83m e E 714.633,38m; deste segue confrontando pelo noroeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 17°25'35" por uma distância de 36,12m até o vértice V-06, de coordenadas N 8.786.653,30m e E 714.644,20m; deste segue confrontando pelo oeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 12°46'46" por uma distância de 33,86m até o vértice V-07, de coordenadas N 8.786.686,32m e E 714.651,69m; deste segue confrontando pelo oeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 8°13'36" por uma distância de 30,62m até o vértice V-08, de coordenadas N 8.786.716,63m e E 714.656,07m; deste segue confrontando pelo oeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 5°01'06" por uma distância de 21,09m até o vértice V-09, de coordenadas N 8.786.737,64m e E 714.657,92m; deste segue confrontando pelo oeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 3°58'33" por uma distância de 49,58m até o vértice V-10, de coordenadas N 8.786.787,10m e E 714.661,36m; deste segue confrontando pelo oeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 356°59'23" por uma distância de 28,67m até o vértice V-11, de coordenadas N 8.786.815,73m e E 714.659,85m; deste segue confrontando pelo oeste com a Avenida Santos Dumont, com azimute de 351°37'16" por uma distância de 41,82m até o vértice V-12, de coordenadas N 8.786.857,11m e E 714.653,76m; deste segue confrontando pelo noroeste com área aforada à Emurb, com azimute de 62°48'01" por uma distância de 25,82m até o vértice V-13, de coordenadas N 8.786.868,91m e E 714.676,72m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área aforada à Emurb, com azimute de 332°48'01" por uma distância de 36,15m até o vértice V-14, de coordenadas N 8.786.901,06m e E 714.660,19m; deste segue confrontando pelo noroeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 54°27'44" por uma distância de 53,65m em curva com raio de 45,43 até o vértice V-15, de coordenadas N 8.786.930,47m e E 714.701,36m; deste segue confrontando pelo oeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 347°56'19" por uma distância de 14,61m até o vértice V-16, de coordenadas N 8.786.944,76m e E 714.698,30m; deste segue confrontando pelo norte com o Oceano Atlântico, com azimute de 74°57'54" por uma distância de 6,00m até o vértice V-17, de coordenadas N 8.786.946,31m e E 714.704,10m; deste segue confrontando pelo norte com o Oceano Atlântico, com azimute de 96°06'41" por uma distância de 16,60m até o vértice V-18, de coordenadas N 8.786.944,55m e E 714.720,60m; deste segue confrontando pelo nordeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 123°57'08" por uma distância de 6,00m até o vértice V-19, de coordenadas N 8.786.941,20m e E 714.725,58m; deste segue confrontando pelo nordeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 156°08'13" por uma distância de 19,09m até o vértice V-20, de coordenadas N 8.786.923,74m e E 714.733,30m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 185°09'42" por uma distância de 6,00m até o vértice V-21, de coordenadas N 8.786.917,76m e E 714.732,76m; deste segue confrontando pelo sul com o Oceano Atlântico, com azimute de 275°09'42" por uma distância de 2,00m até o vértice V-22, de coordenadas N 8.786.917,94m e E 714.730,77m; deste segue confrontando pelo sul com o Oceano Atlântico, com azimute de 284°30'04" por uma distância de 11,91m até o vértice V-23, de coordenadas N 8.786.920,92m e E 714.719,24m; deste segue confrontando pelo sudeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 231°27'43" por uma distância de 12,85m em curva com raio de22,65 até o vértice V-24, de coordenadas N 8.786.913,02m e E 714.709,32m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 184°24'17" por uma distância de 19,68m em curva com raio de 11,93m até o vértice V-25, de coordenadas N 8.786.895,55m e E 714.707,98m; deste segue confrontando pelo sudeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 233°53'26" por uma distância de 22,89m em curva com raio de 8,20m até o vértice V-26, de coordenadas N 8.786.886,03m e E 714.694,93m; deste segue confrontando pelo sul com o Oceano Atlântico, com azimute de 281°32'37" por uma distância de 30,63m em curva com raio de 24,54m até o vértice V-27, de coordenadas N 8.786.891,77m e E 714.666,83m; deste segue confrontando pelo nordeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 147°12'43" por uma distância de 25,75m até o vértice V-28, de coordenadas N 8.786.870,13m e E 714.680,77m; deste segue confrontando pelo nordeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 141°40'51" por uma distância de 9,33m até o vértice V-29, de coordenadas N 8.786.862,81m e E 714.686,55m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 169°22'02" por uma distância de 9,17m até o vértice V-30, de coordenadas N 8.786.853,79m e E 714.688,25m; deste segue confrontando pelo sudeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 198°42'28" por uma distância de 10,41m até o vértice V-31, de coordenadas N 8.786.843,94m e E 714.684,91m; deste segue confrontando pelo sudeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 202°14'07" por uma distância de 23,68m até o vértice V-32, de coordenadas N 8.786.822,01m e E 714.675,95m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 141°35'23" por uma distância de 21,26 em curva com raio de 10,40m até o vértice V-33, de coordenadas N 8.786.808,11m e E 714.686,97m; deste segue confrontando pelo nordeste com o Oceano Atlântico, com azimute de 144°45'49" por uma distância de 22,39m em curva com raio de 11,21m até o vértice V-34, de coordenadas N 8.786.792,72m e E 714.697,85m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 193°24'02" por uma distância de 28,85m em curva com raio de 55,74m até o vértice V-35, de coordenadas N 8.786.764,96m e E 714.691,23m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 191°41'26" por uma distância de 64,62m em curva com raio de 143,25m até o vértice V-36, de coordenadas N 8.786.702,21m e E 714.678,25m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 184°09'31" por uma distância de 47,02m em curva com raio de 85,96m até o vértice V-37, de coordenadas N 8.786.655,90m e E 714.674,88m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 182°41'57" por uma distância de 129,64m em curva com raio de 134,17m até o vértice V-38, de coordenadas N 8.786.531,38m e E 714.669,01m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 179°06'03" por uma distância de 32,70m em curva com raio de 35,39m até o vértice V-39, de coordenadas N 8.786.499,83m e E 714.669,51m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 177°35'51" por uma distância de 53,85m em curva com raio de 50,41m até o vértice V-40, de coordenadas N 8.786.448,55m e E 714.671,66m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 176°22'33" por uma distância de 38,79m em curva com raio de 48,91m até o vértice V-41, de coordenadas N 8.786.410,85m e E 714.674,05m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 186°32'46" por uma distância de 107,73m em curva com raio de 93,84m até o vértice V-42, de coordenadas N 8.786.309,60m e E 714.662,43m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 183°03'03" por uma distância de 32,60m em curva com raio de 37,15m até o vértice V-43, de coordenadas N 8.786.278,08m e E 714.660,75m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 217°58'38" por uma distância de 62,19m em curva com raio de 29,85m até o vértice V-44, de coordenadas N 8.786.237,46m e E 714.629,04m; deste segue confrontando pelo leste com o Oceano Atlântico, com azimute de 184°45'35" por uma distância de 76,34m até o vértice V-45, de coordenadas N 8.786.161,38m e E 714.622,70m; deste segue confrontando pelo sul com área da União cedida ao estado, com azimute de 274°59'19" por uma distância de 41,31m até o vértice V-46, de coordenadas N 8.786.164,97m e E 714.581,54m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 305°24'09" por uma distância de 21,34m até o vértice V-47, de coordenadas N 8.786.177,34m e E 714.564,15m; deste segue confrontando pelo noroeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 10°39'53" por uma distância de 136,34m até o vértice V-48, de coordenadas N 8.786.311,32m e E 714.589,38m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 300°20'41" por uma distância de 2,72m até o vértice V-49, de coordenadas N 8.786.312,69m e E 714.587,03m; deste segue confrontando pelo noroeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 33°48'16" por uma distância de 13,63m em curva com raio de 66,41m até o vértice V-50, de coordenadas N 8.786.324,00m e E 714.594,60m; deste segue confrontando pelo noroeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 31°47'25" por uma distância de 7,78m em curva com raio de 92,02m até o vértice V-51, de coordenadas N 8.786.330,61m e E 714.598,70m; deste segue confrontando pelo noroeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 26°05'46" por uma distância de 10,51m em curva com raio de 92,02m até o vértice V-52, de coordenadas N 8.786.340,04m e E 714.603,32m; deste segue confrontando pelo noroeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 17°25'09" por uma distância de 21,95m em curva com raio de 297,42m até o vértice V-53, de coordenadas N 8.786.360,98m e E 714.609,89m; deste segue confrontando pelo oeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 5°12'13" por uma distância de 24,51m em curva com raio de 93,29m até o vértice V-54, de coordenadas N 8.786.385,32m e E 714.612,10m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 350°22'23" por uma distância de 27,04m em curva com raio de 166,49m até o vértice V-55, de coordenadas N 8.786.411,95m e E 714.607,59m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 336°47'42" por uma distância de 23,31m em curva com raio de 261,65m até o vértice V-56, de coordenadas N 8.786.433,30m e E 714.598,43m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 329°20'38" por uma distância de 33,77m em curva com raio de 106,70m até o vértice V-57, de coordenadas N 8.786.462,34m e E 714.581,22m; deste segue confrontando pelo sudoeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 342°58'18" por uma distância de 13,82m em curva com raio de 45,25m até o vértice V-58, de coordenadas N 8.786.475,50m e E 714.577,19m; deste segue confrontando pelo oeste com área da União cedida ao estado, com azimute de 0°37'18" por uma distância de 21,27m em curva com raio de 71,47m até o vértice V-59, de coordenadas N 8.786.496,68m e E 714.577,42m; deste segue confrontando pelo oeste com área da União cedida ao estado, com azimute 11°56'31" por uma distância de 16,14m até o vértice V-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Perfazendo uma área de 42.545,52m².

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A obra a que se refere o art. 1°, consiste na execução de construção de estacionamentos, calçadas e novos acessos a Av. Santos Dumont, incluindo infraestrutura de drenagem pluvial e esgotamento sanitário, terraplenagem, pavimentação asfáltica, construção de passeio, ciclovia e urbanização, não estando prevista intervenção na área dos bares existentes.

Art. 3º É fixado o prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação deste ato, para que o MUNICÍPIO DE ARACAJU inicie as obras referidas nos Art. 1º e 2º, e de 3 (três) anos para a conclusão das mesmas, podendo, a juízo e critério do mérito de conveniência desta Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ser prorrogado por igual e único período.

Art. 4º As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovações de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, em especial os artigos 7º, 8º e 9º, da Lei 12.651, de 2012, que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por esta legislação.

Art. 6º A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 7º Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a afixação de placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria nº 4.869, de 28 de abril de 2021".

Art. 8º Responderá o MUNICÍPIO DE ARACAJU, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria.

Art. 9º A Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NIELSON TÔRRES NEVES DE CARVALHO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 462, publicada no DOU nº 71, de 16 de abril de 2021, Seção 1, página 23, retificar no artigo 3º, item 8.4.4, subitem j.1, inciso II, onde se lê: "II - Código da Unidade Gestora e Gestão: 17038100001 (11 posições)"; leia-se "II - Código da Unidade Gestora e Gestão: 17070000001 (11 posições);".

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 4.967, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2021, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 57, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista, especialmente, o disposto na Seção VII do Capítulo IV da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no art. 4º da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, no art. 167, § 2º, da Constituição, e no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União serão regidas no corrente exercício financeiro pelos procedimentos contidos nesta Portaria, sem prejuízo do disposto no art. 50.

§ 1º Para fins do disposto nesta Portaria, entendem-se por:

I - alterações orçamentárias - as alterações mencionadas na Seção VII do Capítulo IV da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - LDO-2021, bem como a modificação do identificador de doação e de operação de crédito - IDOC e o remanejamento entre Planos Orçamentários - POs, inclusive quando envolver a criação de novo PO; e

II - tipos de alterações orçamentárias - os agrupamentos referidos no Anexo I desta Portaria, que visam organizar as regras aplicáveis a cada espécie de alteração orçamentária ou de bloqueio de dotações, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

§ 2º Considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP nas referências ao Ministério Público da União - MPU.

CAPÍTULO II

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Seção I

Das disposições gerais

Art. 2º A administração pública federal tem o dever de executar as programações de despesas primárias discricionárias, por intermédio dos meios e das medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, observado o disposto nos §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição e na LDO-2021.

§ 1º Para fins do disposto no caput, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.

§ 2º O dever de execução a que se refere o caput corresponde à obrigação do gestor de adotar as medidas necessárias para executar as dotações orçamentárias disponíveis.

§ 3º Para fins do disposto nos §§ 10 e 11 do art. 165 da Constituição, consideram-se compatíveis com o dever de execução das programações as alterações orçamentárias referidas nesta Portaria.

§ 4º O dever de execução de que trata o § 10 do art. 165 da Constituição não obsta a escolha das programações que serão objeto de anulação, cancelamento ou redução e suplementação, aplicação ou acréscimo, por meio das alterações orçamentárias previstas nesta Portaria.

§ 5º As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias primárias discricionárias serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, observado o disposto na LDO-2021.

Art. 3º A abertura de créditos suplementares e especiais, bem como a reabertura de créditos especiais e demais alterações orçamentárias, quando couber, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2021 e com os limites individualizados de despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

§ 1º Em observância ao disposto no art. 45 da LDO-2021, na hipótese em que a abertura de créditos suplementares e especiais, a reabertura de créditos especiais e a alteração de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição se mostrarem incompatíveis com a meta de resultado primário estabelecida na LDO-2021 ou com os limites individualizados para despesas primárias definidos no art. 107 do ADCT, deverão ser realizados os cancelamentos compensatórios em anexo específico.

§ 2º Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, Lei Orçamentária de 2021, LOA-2021, a abertura de crédito suplementar autorizada na citada Lei referente à despesa primária será compatível com:

I - a meta de resultado primário, estabelecida na LDO-2021, quando:

a) o crédito mantiver o montante autorizado para as despesas primárias; ou

b) no caso de aumento do montante autorizado, o acréscimo estiver justificado por excesso de arrecadação global de receitas primárias, ressalvada a abertura de crédito suplementar de que trata o inciso II, alínea "b", item 2, do caput do art. 4º da LOA-2021 no que se refere à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal;

II - os limites individualizados aplicáveis às despesas primárias, quando o crédito suplementar mantiver os montantes das dotações consignadas aos Poderes e órgãos elencados no art. 107, caput, incisos I a V, do ADCT.

§ 3º Conforme disposto no § 4º do art. 52 da LDO-2021, a reabertura dos créditos especiais de que trata o caput fica condicionada à anulação de dotações orçamentárias, relativas a despesas primárias aprovadas na LOA-2021, no montante que exceder o limite individualizado de que trata o art. 107 do ADCT ou que afetar a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2021.

§ 4º Em consonância com o disposto no § 10 do art. 4º da LOA-2021, a necessidade de suplementação e a possibilidade de anulação de dotações classificadas com "RP 1" deverão ser previamente demonstradas no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e à LDO-2021, considerados os ajustes promovidos na forma da alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 44 da LDO-2021, na forma prevista no Quadro 9A integrante da LOA-2021, ressalvadas as seguintes hipóteses, desde que observada a compatibilidade prevista no caput deste artigo:

I - quando não houver alteração de valor em relação aos detalhamentos constantes do

Quadro 9A;

II - quando necessário para o atendimento de despesas alocadas no programa "0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais"; e

III - após a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao quinto bimestre de 2021.

§ 5º Em atendimento ao disposto no § 4º, as alterações orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da Defensoria Pública da União - DPU, a serem previstas no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, deverão ser encaminhadas pelos órgãos setoriais à Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - SOF/SEF/ME, por meio de ofício, até o último dia útil do primeiro decêndio do mês de divulgação do referido relatório.

§ 6º Os órgãos, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, poderão realizar a compensação entre os limites individualizados para as despesas primárias, no exercício de 2021, respeitado o disposto no § 9º do art. 107 do ADCT, por meio da publicação de ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos, devendo a compensação, observado o disposto nos arts. 27; 46, § 17; e 47, §§ 2º e 3º, da LDO-2021:

I - ser realizada no ato conjunto de abertura do crédito suplementar autorizado na LOA-2021, situação em que deverá ser comunicada à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia pelo órgão cedente, para que o limite de que trata o art. 107 do ADCT dos órgãos envolvidos seja ajustado com o objetivo de viabilizar a execução orçamentária e financeira por parte do órgão recebedor; e

II - constar de ato publicado em data anterior ao encaminhamento da solicitação de abertura de crédito suplementar ou especial por projeto de lei à SOF/SEF/ME , hipótese em que os efeitos da compensação ficarão suspensos até a publicação de cada crédito, em valor correspondente.

§ 7º Se houver necessidade de realização de cancelamento compensatório, ele deverá ser detalhado por meio de pedidos dos tipos de alteração orçamentária "801", "802" ou "803", conforme Anexo I desta Portaria.

§ 8º No âmbito do Poder Executivo, as dotações de despesas primárias obrigatórias cuja possibilidade de redução seja demonstrada na avaliação de receitas e despesas primárias deverão ser enviadas para a SOF por meio do tipo de alteração orçamentária "952", referido no Anexo I desta Portaria, no prazo de 5 dias após a divulgação do respectivo relatório, para fins de bloqueio, salvo se a redução já constar de crédito adicional em tramitação, sem prejuízo de ajuste posterior entre as dotações bloqueadas.

§ 9º As dotações orçamentárias bloqueadas de acordo com o disposto no § 8º, e que permanecerem nessa situação, poderão ser anuladas para fins de abertura de créditos adicionais, nos termos estabelecidos no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 10. Caso haja demonstração posterior de que não é mais possível a redução das dotações de despesas primárias obrigatórias, as programações de que trata o § 8º poderão ser desbloqueadas, mediante solicitação à SOF/SEF/ME.

§ 11. As anulações de dotações definidas pela Junta de Execução Orçamentária, de que trata o Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais deverão ser encaminhadas à SOF/SEF/ME por meio de pedidos do tipo de alteração orçamentária "800", e, quando corresponderem a cancelamentos compensatórios, observarão o disposto no § 7º, sem prejuízo de procedimentos alternativos informados pela SOF/SEF/ME.

Art. 4º As alterações orçamentárias devem ser compatíveis com o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF, sem prejuízo das demais disposições.

§ 1º As solicitações de alterações orçamentárias que utilizem recursos provenientes de excesso de arrecadação ou superavit financeiro de receitas do Tesouro Nacional ficam condicionadas à autorização prévia da SOF/SEF/ME.

§ 2º No âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, as alterações orçamentárias que envolvam remanejamento de fontes de recursos entre diferentes unidades orçamentárias, exceto recursos ordinários do Tesouro Nacional, que não apresentarem, no SIOP, excesso de arrecadação, na unidade orçamentária suplementada, igual ou superior ao valor remanejado, não terão sua transmissão realizada.

Art. 5º As solicitações de alterações orçamentárias que reduzam a aplicação de recursos nas programações de que tratam o art. 42 e art. 110 do ADCT, bem como afetem a observância do disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição, poderão ser devolvidas pela SOF/SEF/ME, aos órgãos ou entidades envolvidos, quando a formalização dos atos de alterações orçamentárias estiver em desconformidade com os mencionados dispositivos, sem prejuízo das demais disposições.

§ 1º Em atendimento à possibilidade de devolução referida no caput, os órgãos setoriais deverão, quando viável, encaminhar à SOF/SEF/ME as solicitações de alteração orçamentária que impactem o atendimento das disposições de que trata o caput separados das solicitações que não gerem esse impacto.

§ 2º Salvo se dispensada a observância do disposto no inciso III do caput do art. 167 da Constituição, enquanto houver receitas e despesas condicionadas, nos termos do art. 23 da LDO-2021, as alterações orçamentárias realizadas por ato dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU devem ser equilibradas, em relação à variação no montante de receitas de operações de crédito e de despesas de capital.

§ 3º Conforme o § 2º do art. 57 da LDO-2021, o disposto no § 2º deste artigo não se aplica à abertura de créditos extraordinários, cuja compensação, se necessária, deverá ser realizada até o fim do exercício financeiro, observado o disposto no § 4º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 6º As solicitações de alterações orçamentárias não poderão:

I - conter suplementação, aplicação ou acréscimo de recursos na modalidade de aplicação "99 - A Definir", exceto quando for anulada essa mesma modalidade ou os tipos de alteração orçamentária, constantes do Anexo I desta Portaria, forem "420", "421", "600", "601", "602", "620", "621", "700ª", "710", "910", "911", "913", "920", sem prejuízo ao disposto § 8º do art. 7º da LDO-2021; e

II - envolver aplicação e redução simultâneas de mesmo GND de mesma categoria de programação, salvo se os tipos de alteração orçamentária forem os relacionados no item "I.XII - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS" da Tabela I do Anexo I desta Portaria.

Art. 7º Tendo em vista o disposto no art. 61 da LDO-2021, as dotações orçamentárias destinadas à contrapartida nacional de empréstimos internos e externos (Identificadores de Uso "1", "2", "3" e "4") e ao pagamento de amortização, juros e outros encargos (GNDs "2" e "6") somente poderão ser remanejadas para outras categorias de programação por meio da abertura de créditos adicionais, por projeto de lei ou medida provisória, salvo se continuarem sendo destinadas à contrapartida e ao serviço da dívida, respectivamente.

Art. 8º Os créditos especiais somente poderão incluir novas ações ou subtítulos se observado o disposto no art. 21 da LDO-2021, cabendo aos órgãos setoriais, ou equivalentes, a responsabilidade pelas informações comprobatórias.

§ 1º Em atendimento ao disposto no inciso XVI do caput do art. 12 da LDO-2021, as alterações orçamentárias que ampliarem as dotações consignadas a cada plano orçamentário da ação "00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como as alterações orçamentárias que ampliarem as dotações consignadas a cada plano orçamentário da ação "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica" acima do referido valor, deverão ser realizadas por meio de crédito especial para criação de nova categoria de programação específica, observado o disposto no inciso II do § 2º do art. 12 da LDO-2021.

§ 2º Para um mesmo código de ação e subtítulo, não devem ser utilizadas descrições distintas para os subtítulos, tanto na abertura e reabertura de créditos especiais quanto extraordinários.

Art. 9º O encaminhamento das solicitações de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas decorrentes de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, observado o disposto na Portaria SOF nº 4, de 19 de maio de 2000, e alterações posteriores, fica condicionado ao atestado da Consultoria Jurídica do respectivo Ministério supervisor quanto à força executória da ordem judicial, mediante Parecer exarado nos autos do Processo, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 2.839, de 6 de novembro de 1998.

Parágrafo único. As solicitações de créditos adicionais relativas a sentenças judiciais transitadas em julgado de empresas públicas dependentes observarão, além das disposições desta Portaria, as normas e os procedimentos contidos na Portaria SOF/ME nº 352, de 11 de janeiro de 2021, e alterações posteriores.

Art. 10. O remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias, classificadas como despesas primárias obrigatórias, relativas aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes, fardamento e movimentação de militares, para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, em atendimento ao disposto no art. 120 da LDO-2021.

Parágrafo único. As alterações indicadas no art. 120 da LDO-2021 deverão observar as informações constantes do Relatório a que se refere o § 4º do art. 64 da referida Lei.

Art. 11. A solicitação de abertura de crédito adicional para o atendimento de despesas primárias do Poder Executivo constantes do Anexo III da LDO-2021, à conta de anulação de dotações relativas a despesas primárias discricionárias, inclusive as do referido Anexo, deverá ser acompanhada da indicação, quando couber, dos limites de movimentação e empenho, a fim de que sejam remanejados para a execução das despesas atendidas.

§ 1º A solicitação de abertura de crédito adicional para atendimento de despesas primárias discricionárias, à conta de despesas primárias do Poder Executivo constantes do Anexo III da LDO-2021, deverá ser acompanhada, quando couber, da indicação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º Após a abertura do crédito adicional a que se refere este artigo, a SOF/SEF/ME adotará as providências necessárias ao remanejamento dos limites de movimentação e empenho.

Art. 12. Em face do disposto no § 11 do art. 4º da LOA-2021, os limites de suplementação e de anulação de dotações orçamentárias constantes do art. 4º da LOA-2021, quando implicarem acréscimo ou redução do valor do subtítulo:

I - devem ter como referência os valores e as classificações inicialmente fixados nessa Lei, e considerarão, inclusive para fins de anulação de dotações, os valores:

a) suplementados nos termos do disposto no inciso VI do caput do art. 4º da LOA-2021;

b) suplementados na forma da Lei de crédito suplementar de que tratam o parágrafo único do art. 2º e o § 2º do art. 3º da LOA-2021;

c) alterados com base na alínea "f" do inciso III do § 1º do art. 44 da LDO-2021; e

d) transpostos, remanejados ou transferidos com base no art. 55 e inciso I do caput do art. 172 da LDO-2021; e

II - podem ser utilizados cumulativamente.

§ 1º O limite de remanejamento de dotações, de que tratam a alínea "d" do inciso I e a alínea "k" do inciso III do caput do art. 4º da LOA-2021, entre subtítulos de ações do mesmo programa, aprovadas na referida Lei, no âmbito de cada órgão orçamentário, mediante a utilização dos tipos de alteração orçamentária "107", no âmbito do Poder Executivo, ou "407", nos Poderes Legislativo e Judiciário, no MPU e na DPU, constantes das respectivas Tabelas do Anexo I desta Portaria, poderá ser ampliado para até 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo, consideradas as alterações já efetivadas por intermédio dos tipos "101e" e "103f", no Poder Executivo, ou dos tipos "401e" e "403f", nos Poderes Legislativo e Judiciário, no MPU e na DPU, observadas as restrições contidas nas aludidas alíneas.

§ 2º Conforme disposto no § 4º do art. 4º da LOA-2021, para efeito do que trata o § 1º deste artigo, a unidade orçamentária 74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação poderá ser considerada como parte do Órgão orçamentário 26000 - Ministério da Educação.

§ 3º Para fins do disposto no art. 4º, caput, incisos I, alíneas "a", item "3"; "b", item "3"; e "d", item "2"; II, alíneas "a", item "3"; e "e", item "2"; III, alíneas "a", item "3"; "f", item "2"; "g", item "2" e "k", item "2", da LOA-2021, entende-se como recursos próprios, tal qual definido no art. 3º da Portaria SECAD/SOF nº 15.073, de 26 de dezembro de 2019, e alterações posteriores, os classificados nas fontes "50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação", "63 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público", "70 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica" e "80 - Recursos Próprios Financeiros", observado, no caso da fonte 63, o disposto no art. 44 da LRF.

§ 4º Na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 13. Na abertura de créditos suplementares autorizados na LOA-2021, somente poderão ser cancelados valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas, classificadas com "RP 6", "RP 7", "RP 8" ou "RP 9", quando:

I - houver impedimento técnico ou legal que impeça a execução da despesa, em consonância com o disposto no § 2º do art. 67 da LDO-2021, atestado pelo órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal no SIOP;

II - houver solicitação ou concordância do autor da emenda;

III - os recursos forem destinados à suplementação de dotações correspondentes a:

a) outras emendas do autor; ou

b) programações constantes da LOA-2021, caso em que os recursos de cada emenda do autor integralmente anulada deverão suplementar um único subtítulo; e

IV - não houver redução do montante das dotações orçamentárias destinadas na LOA-2021 e em seus créditos adicionais, por autor, a ações e serviços públicos de saúde.

§ 1º Para fins de remanejamentos entre grupos de natureza de despesa, no âmbito da mesma emenda, será suficiente o atendimento ao disposto no inciso II do caput deste artigo.

§ 2º Os remanejamentos das emendas de que trata o caput, bem como no caso de créditos especiais e outras alterações orçamentárias quando couber, deverão manter, na destinação dos recursos, a identificação da emenda e do respectivo autor, a fim de possibilitar essa identificação na execução, em atendimento ao art. 72 da LDO-2021.

§ 3º Quando o remanejamento de emendas for destinado à programação em que não há emenda do autor, a identificação a que se refere o § 2º deste artigo será da emenda objeto de anulação.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do caput, a solicitação ou concordância do autor sobre alteração orçamentária em emenda de sua autoria poderá ser expressa mediante manifestação do próprio parlamentar, no caso de emenda individual (RP 6), ou do coordenador da bancada, no caso de emenda de bancada estadual (RP 7), no SIOP, na forma dos atos de que tratam o art. 73 e o § 3º do art. 76 da LDO-2021.

§ 5º As solicitações de remanejamento propostas pelos autores de emendas classificadas com "RP 8" e "RP 9" deverão observar o modelo constante do Anexo III desta Portaria, sem prejuízo do encaminhamento de ofício de concordância com o remanejamento de emendas de sua autoria para um conjunto mais abrangente de programações.

§ 6º A documentação referente ao inciso II do caput deste artigo deverá ser incluída no pedido de alteração no SIOP, salvo se, no caso de emenda individual (RP 6), a solicitação for criada na forma do § 4º e gerar automaticamente o pedido.

§ 7º O ateste de que trata o inciso I do caput deve ser realizado no SIOP, na forma do disposto no art. 24 desta Portaria.

Art. 14. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, observado o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetuada, quando necessária, nos limites dos saldos apurados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, em 31 de dezembro do exercício anterior.

§ 1º Para fins da reabertura de créditos extraordinários, deverá ser considerada como data de abertura do crédito a data de publicação da respectiva Medida Provisória.

§ 2º Em atendimento ao disposto no caput do art. 52 da LDO-2021, a reabertura de créditos especiais somente poderá ser efetuada após a primeira avaliação de receitas e despesas a que se refere o art. 9º da LRF.

§ 3º A reabertura de créditos especiais fica condicionada à anulação de dotações orçamentárias, relativas a despesas primárias aprovadas na LOA-2021, no montante que exceder o limite a que se refere o art. 107 do ADCT ou que afetar a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2021, em observância do disposto no § 4º do art. 52 da LDO-2021.

§ 4º As reaberturas dos créditos especiais, no tocante aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, serão efetuadas mediante ato próprio dos dirigentes relacionados nos incisos I, II e III do § 1º do art. 47 da LDO-2021, por meio do tipo de alteração orçamentária "301", constante do Anexo I desta Portaria.

§ 5º Em face ao disposto no § 3º do art. 52 da LDO-2021, a programação objeto da reabertura dos créditos especiais poderá ser adequada à constante da LOA-2021, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

§ 6º No caso de perda de vigência de medidas provisórias de créditos extraordinários abertos ou reabertos, deve-se observar os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 91, de 23 de setembro de 2020, e alterações posteriores.

Art. 15. Na reabertura dos créditos extraordinários, e reabertura de créditos especiais para atendimento de despesas que não excederem o limite de que trata o § 2º do art. 3º desta Portaria, deverão ser utilizados, conforme o caso, os grupos de fontes "3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores" ou "6 - Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores", de acordo com a Portaria SECAD/SOF nº 15.073, de 2019, e alterações posteriores, mantendo-se as mesmas fontes de recursos da abertura do crédito, representadas pelos dois últimos dígitos do código de fonte da mencionada abertura, conforme relação constante do Anexo da referida Portaria.

Parágrafo único. Excepcionalmente, se os recursos financeiros relativos às fontes de recursos constantes da abertura de créditos extraordinários e especiais não tiverem ingressado no exercício anterior, notadamente se forem de operações de crédito, convênios ou doações, poderão ser utilizados os grupos de fontes de recursos "1 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente".

Art. 16. Conforme disposto no art. 56 da LDO-2021, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos autorizada no § 5º do art. 167 da Constituição deve ser:

I - realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas com função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e

II - destinada a categoria de programação existente.

Art. 17. As modificações das modalidades de aplicação, constantes da LOA-2021 e de seus créditos adicionais, inclusive os reabertos, serão efetuadas diretamente no SIOP, se relativas a emendas individuais classificadas com "RP 6"; ou no SIAFI, se relativas às demais despesas, pelas UOs contempladas com os respectivos créditos orçamentários, de acordo com o § 3º do art. 44 da LDO-2021.

Parágrafo único. As modificações efetivadas diretamente no SIAFI, de acordo com o caput, deverão ser encaminhadas pela Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia - STN/SEF/ME à SOF/SEF/ME para fins de atualização dos dados constantes do SIOP; enquanto as realizadas no SIOP serão enviadas pela SOF/SEF/ME à STN/SEF/ME para atualização dos dados contidos no SIAFI e viabilização da execução das despesas pertinentes.

Art. 18. As modificações a que se refere o art. 44 da LDO-2021 também poderão ocorrer na abertura e reabertura de créditos adicionais, bem como na alteração de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição, desde que sejam em relação às programações atendidas pelos créditos.

Art. 19. A implementação no SIOP e no SIAFI da retificação:

I - da LOA-2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU, até 17 de julho, será realizada mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "925", constante do Anexo I desta Portaria;

II - dos créditos adicionais, será realizada por meio de ajustes das modificações anteriormente efetivadas, até 30 dias após a data de publicação do crédito; e

III - das demais alterações orçamentárias, será realizada por meio de ajustes das modificações anteriormente efetivadas.

§ 1º Vencidos os prazos de que tratam os incisos I e II do caput, a retificação será feita mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais, observado o disposto nos art. 46 e art. 47, ou de acordo com o disposto no art. 44, todos da LDO-2021, e dentro do correspondente exercício financeiro.

§ 2º Caso as retificações previstas nos incisos I e II do caput levem a que despesas já executadas se encontrem sem cobertura orçamentária, adotar-se-ão os procedimentos previstos no art. 65, § 2º, da LDO-2021.

Art. 20. O remanejamento de POs não poderá implicar alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA-2021.

§ 1º O remanejamento de POs não poderá incidir sobre despesas classificadas com "RP 6".

§ 2º Os POs de créditos extraordinários devem identificar, nos três primeiros dígitos de seu código, a Medida Provisória de abertura do crédito, e o remanejamento desses POs deve preservar a referida identificação.

§ 3º No âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, o remanejamento de POs poderá ser efetivado no SIOP, pelo respectivo órgão setorial, utilizando o tipo de alteração orçamentária "913", constante do Anexo I desta Portaria, desde que atendidas as seguintes condições, sem prejuízo de outras definidas e comunicadas pela SOF:

I - observar as regras de identificação de despesas destinadas ao enfrentamento da COVID-19;

II - ser realizado somente no âmbito de despesas classificadas com "RP 2";

III - não ser realizado no âmbito de programações:

1. referentes a créditos extraordinários abertos e reabertos;

2. com IDOC diferente de 9999; e

3. referentes às ações "00OQ - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" ou "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica".

§ 4º Todos os demais casos de remanejamento de POs em que não forem atendidas as condições do § 3º deste artigo deverão ter a efetivação no SIOP realizada pela SOF/SEF/ME, por meio do tipo de alteração orçamentária "911", constante do Anexo I desta Portaria.

Seção II

Das demais disposições aplicáveis somente à abertura de créditos suplementares por atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU

Art. 21. Os créditos suplementares autorizados na LOA-2021 somente poderão ser abertos por atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, se houver indicação de recursos compensatórios dos referidos órgãos, não sendo possível a anulação de dotações orçamentárias:

I - relativas a despesas com identificador de resultado primário "0 - financeira" para suplementação de despesas com identificador de resultado primário diferente de "0";

II - concernentes aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes, para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, exceto se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias dos respectivos órgãos orçamentários dos Poderes, do MPU e da DPU; e

III - de despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições para suplementação de despesas primárias sujeitas ao limite individualizado a que alude o art. 107 do ADCT.

§ 1º Em face do disposto no art. 51 da LDO-2021, a recomposição, se necessária, de dotações orçamentárias anuladas para abertura de créditos suplementares, de que trata o caput deste artigo, fica condicionada ao remanejamento de dotações no âmbito do próprio órgão ou em decorrência de legislação superveniente.

§ 2º Excetuam-se do disposto no § 1º as dotações das unidades orçamentárias do Poder Judiciário que exerçam a função de setorial de orçamento, quando anuladas para suplementação das unidades do próprio órgão.

§ 3º Os créditos passíveis de abertura na forma do caput, que forem encaminhados à SOF/SEF/ME para serem atendidos por ato do Poder Executivo, serão devolvidos aos órgãos de origem, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 47 da LDO-2021.

§ 4º Os créditos suplementares abertos por atos próprios com a concomitante modificação de identificadores de uso e de resultado primário e de esfera orçamentária, no âmbito do mesmo subtítulo, ou de fontes de recursos, deverão conter, no amparo legal, a citação do art. 44, § 2º, da LDO-2021, observado o disposto no art. 61 dessa Lei.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS

Seção I

Dos procedimentos aplicáveis a todas as solicitações de alterações orçamentárias

Art. 22. As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas na forma e no detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da LOA-2021, especificando o PO, o IDOC e, quando se tratar de emendas incluídas pelo Congresso Nacional classificadas na forma da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º da LDO-2021, o identificador de emenda incluída pelo Congresso Nacional.

Art. 23. As solicitações de alterações orçamentárias deverão ser realizadas e encaminhadas à SOF/SEF/ME por meio do SIOP, indicando o tipo de alteração orçamentária, de acordo com as tabelas constantes do Anexo I desta Portaria.

§ 1º Os órgãos setoriais que possuam sistemas próprios de gestão de alterações orçamentárias deverão enviar diariamente, por meio de serviços disponibilizados na internet pela SOF/SEF/ME, o conjunto de solicitações de alterações orçamentárias criado ou alterado no dia, observados os prazos constantes do Capítulo IV desta Portaria.

§ 2º A modificação de denominações das classificações orçamentárias, prevista no art. 44, § 1º, inciso III, alínea "e", da LDO-2021, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, deve ser realizada por solicitação de alteração qualitativa à SOF/SEF/ME, sem a necessidade de pedido de alteração orçamentária.

§ 3º As alterações de grupos de natureza de despesa de programações constantes da LOA-2021 ou de créditos suplementares deverão ser realizadas por meio dos tipos de alterações orçamentárias autorizados na LOA-2021, sem prejuízo de orientação alternativa pela SOF/SEF/ME.

Art. 24. Cabe aos órgãos setoriais apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, programação e execução orçamentária e financeira, e aprovar ou não o envio de tais solicitações à SOF/SEF/ME, considerando sua repercussão no programa de trabalho do órgão setorial e a conformidade do pedido com a legislação e com esta Portaria.

§ 1º Deve constar das solicitações de alterações orçamentárias enviadas à SOF/SEF/ME a concordância formal do órgão setorial com o pedido de alteração do orçamento, sobre os aspectos relacionados no caput, com a devida inclusão de manifestação no SIOP do respectivo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou autoridade equivalente, ou a quem foi delegada a competência para atos de gestão orçamentária do Órgão, bem como do Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração, ou equivalente.

§ 2º No caso de solicitações de créditos suplementares referidas no art. 13, a concordância formal do órgão setorial, de que trata o § 1º, inclui o ateste do órgão sobre a existência de impedimento técnico ou legal, quando for requisito para o remanejamento das emendas, em consonância com o disposto no § 2º do art. 67 da LDO-2021.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 1º do caput aos bloqueios e anulações de dotação de que tratam o § 15 do art. 64 da LDO-2021, os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do art. 3º e os §§ 1º, 3º e 4º do art. 44 desta Portaria.

Art. 25. Deverão ser encaminhados à SOF/SEF/ME pedidos agregadores distintos, por órgão setorial e tipo de alteração orçamentária constante do Anexo I desta Portaria, para as solicitações de créditos adicionais relativas a:

I - pessoal e encargos sociais;

II - contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor;

III - benefícios obrigatórios aos servidores, empregados, militares e seus dependentes, e a indenizações;

IV - benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou decisões judiciais; e

V - demais despesas primárias obrigatórias não sujeitas a controle de fluxo.

Art. 26. As metas físicas relativas às programações incluídas por meio de créditos especiais deverão ser informadas, quando for o caso, a cada solicitação desses créditos, sendo facultado nos demais casos.

Parágrafo único. A meta física dos planos orçamentários deverá ser informada ou alterada, quando couber, nas seguintes hipóteses, sendo facultado nos demais casos:

a) quando a alteração orçamentária resultar em criação de novo PO;

b) em créditos especiais; e

c) na transposição, no remanejamento e na transferência de recursos de que trata o art. 55 da LDO-2021.

Art. 27. Nos tipos de alterações orçamentárias "200" e "500", constantes do Anexo I desta Portaria, caso existam projetos, atividades, operações especiais ou subtítulos novos, o interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções constantes do SIOP.

Parágrafo único. Aplica-se o procedimento previsto no caput deste artigo à criação de PO, independentemente do tipo de alteração orçamentária.

Art. 28. Quando a solicitação de créditos adicionais no âmbito de órgãos do Poder Executivo envolver remanejamento de dotações entre órgãos setoriais distintos, cada órgão deverá detalhar a parte do remanejamento envolvendo suas UOs e solicitar à SOF/SEF/ME a tramitação da referida solicitação no SIOP, exceto quando se tratar de remanejamento de emendas individuais, em que deverá ser observado o disposto no parágrafo único do art. 29 desta Portaria.

Art. 29. Todas as alterações orçamentárias que envolverem emendas individuais classificadas com "RP 6", inclusive alterações de modalidade de aplicação, deverão ser realizadas inicialmente por meio do Módulo do Orçamento de Emendas Individuais do SIOP.

Parágrafo único. Quando o remanejamento de emendas individuais envolver a anulação em um órgão e suplementação em outro, o encaminhamento deverá ser feito pelo órgão setorial cujas dotações serão canceladas.

Art. 30. Quando o remanejamento de emendas envolver a anulação em um órgão e suplementação em outro, no âmbito do Poder Executivo, e for necessária a solicitação ou concordância do autor da emenda, o órgão setorial que receber a solicitação deverá articular-se com o outro envolvido a fim de viabilizar o remanejamento solicitado.

Art. 31. As dotações orçamentárias relativas a programações decorrentes de emendas individuais, classificadas com "RP 6", com impedimento de ordem técnica, não poderão ser objeto de execução, devendo ser bloqueadas no SIAFI, na conta "62.212.01.05", e permanecerem nessa situação até a abertura dos créditos que saneiem o referido impedimento.

Art. 32. Os recursos oferecidos para anulação não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias enquanto a solicitação estiver em tramitação.

§ 1º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos setoriais deverão proceder ao bloqueio, no SIAFI, das dotações orçamentárias oferecidas para anulação, na conta "62.212.01.01", ou determinar que as unidades subordinadas assim o façam, exceto se já estiverem sido bloqueadas em decorrência de outros procedimentos.

§ 2º Quando do envio da solicitação de alteração orçamentária pelo órgão setorial, a SOF/SEF/ME realizará a transferência, no SIAFI, dos valores referentes às dotações oferecidas para anulação, bloqueados, para a conta "62.212.01.05" ou a "62.212.01.06".

§ 3º Eventuais inversões de saldo em decorrência da inexistência de bloqueio, de que trata o § 1º para fazer face à transferência explicitada no § 2º, são de total responsabilidade dos órgãos setoriais, e cabe exclusivamente a eles as providências necessárias para a regularização das aludidas inversões.

§ 4º Em decorrência de fato superveniente, a SOF/SEF/ME poderá solicitar que o órgão setorial realize procedimento distinto do descrito neste artigo.

Subseção I

Das demais disposições aplicáveis somente ao processamento de créditos abertos e reabertos por atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU

Art. 33. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e a DPU, na abertura de créditos suplementares autorizados na LOA-2021 e reabertura de créditos especiais, ambos por atos próprios, deverão:

I - utilizar o SIOP para elaboração dos pedidos e geração dos anexos de publicação;

II - observar a mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da LOA-2021, conforme disposto no art. 50 da LDO-2021;

III - observar os tipos de alterações orçamentárias e as respectivas restrições, quando houver, de acordo com a Tabela II, constante do Anexo I desta Portaria;

IV - especificar, no preâmbulo, a autorização para a abertura do crédito, de acordo com a especificação constante da Tabela II do Anexo I desta Portaria, relativa ao tipo de alteração orçamentária utilizado; e

V - evidenciar, quando couber, a compensação de que trata o inciso I do § 6º do art. 3º desta Portaria, no caso de créditos suplementares autorizados na LOA-2021, especificando o remanejamento dos limites entre os órgãos e a autorização do § 2º do art. 47 da LDO-2021.

§ 1º Cabe aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU a transmissão dos dados dos créditos abertos e reabertos por atos próprios dos referidos órgãos, ao SIAFI, por meio do SIOP.

§ 2º Deverão constar da formalização do ato de abertura ou reabertura do crédito, antes da transmissão dos dados ao SIAFI, por meio do SIOP:

I - o anexo da publicação do ato no Diário Oficial da União - DOU;

II - o número do documento do ato publicado;

III - a data de assinatura do ato publicado;

IV - a data de publicação do ato; e

V - a referência à página do DOU em que foi publicado o ato.

§ 3º Após a publicação dos atos de abertura e reabertura de créditos, bem como da transmissão dos dados ao SIAFI, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU deverão comunicar à SOF/SEF/ME, preferencialmente por meio do endereço eletrônico depes.sof@economia.gov.br, indicando o número e a data do ato que procedeu à abertura ou reabertura, bem como a data de sua publicação, retificação ou revogação, no DOU, além do(s) respectivo(s) número(s) de formalização criado(s) pelo SIOP.

§ 4º A SOF/SEF/ME poderá solicitar o ajuste dos atos publicados ou dos dados transmitidos, em observância à legislação aplicável ou aos procedimentos estabelecidos nesta Portaria.

§ 5º Quando a abertura de créditos suplementares envolver mais de um órgão orçamentário, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, os órgãos envolvidos devem solicitar conjuntamente à SOF/SEF/ME que agregue os pedidos de alteração orçamentária e habilite um dos órgãos como responsável pela formalização e tramitação do ato de crédito suplementar no SIOP, desde que observado o disposto no § 6º do art. 3º desta Portaria.

Seção II

Das justificativas

Art. 34. As solicitações de créditos adicionais deverão conter exposição circunstanciada que as justifiquem, indicando:

I - a necessidade e a causa da alteração orçamentária, incluindo, quando couber:

a) a importância da alteração proposta para a execução da política, programação ou programa de trabalho do Órgão ou Unidade Orçamentária, bem como a relevância da alteração visando à garantia de entrega de bens e serviços à sociedade, quando se tratar de despesas primárias discricionárias, em observância ao § 10 do art. 165 da Constituição;

b) a circunstância, bem como o evento ou ato, da qual decorre a necessidade de alteração;

c) a justificativa para a programação de despesa discricionária não ter sido prevista ou ter sido insuficientemente dotada na lei orçamentária ou em seus créditos; e

d) a memória de cálculo que justifique o montante do crédito adicional demandado;

II - o impacto nas programações canceladas, incluindo, quando couber:

a) as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus subtítulos, bem como de planos orçamentários, ou a fundamentação para a justificativa de que o cancelamento não traz prejuízo à execução da programação; e

b) caso os valores de categorias de programação a serem cancelados em créditos suplementares e especiais ultrapassem vinte por cento do valor inicialmente fixado na LOA-2021, para as referidas categorias, considerados os créditos abertos e em tramitação, além das justificativas mencionadas nas alíneas "a" ou "b" do inciso I, deve ser observado o disposto no § 18 do art. 46 da LDO-2021;

III - a conformidade legal da alteração orçamentária, incluindo, quando couber:

a) a compatibilidade com a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2021 e com os limites de despesas primárias de que trata o art. 107 do ADCT, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF;

b) a indicação dos cancelamentos compensatórios oferecidos para realização das alterações de que trata o § 1º do art. 3º desta Portaria, quando incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário ou o limite de despesas de que trata o art. 107 do ADCT;

c) a conformidade das fontes de recursos - Fte e dos identificadores de uso - IU e de resultado primário - RP;

d) o impacto na observância da aplicação de recursos nas programações de que tratam o art. 42 e art. 110 do ADCT e o inciso III do caput do art. 167 da Constituição;

e) a demonstração de que a necessidade de ampliação ou a possibilidade de redução de dotações classificadas com "RP 1" está compatível ou foi previamente demonstrada no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, na forma do Quadro 9A, quando houver alteração de valor no detalhamento constante do Quadro mencionado, observado o disposto no § 4º do art. 3º desta Portaria;

f) a urgência, a relevância e a imprevisibilidade da despesa para a edição de Medida Provisória, em créditos extraordinários, evidenciando:

1. a impossibilidade de se utilizar programação existente para atender parte ou totalidade do crédito solicitado; e

2. a análise jurídica do Órgão solicitante; e

g) a observância do disposto no art. 21 da LDO-2021 em créditos especiais que incluam novas ações ou subtítulos, bem como nos arts. 12 e 19 da LDO-2021, em créditos especiais e extraordinários, sem prejuízo às demais disposições aplicáveis; e

IV - outras informações necessárias, incluindo, quando couber:

a) a fundamentação para o envio de pedidos de alterações fora dos períodos estabelecidos nesta Portaria, incluindo a razão para o pedido não ter sido enviado no período de solicitação antecedente e não ser possível aguardar o período subsequente, quando houver; e

b) justificativas adicionais do órgão setorial em relação ao disposto no art. 24 desta Portaria.

§ 1º As solicitações de créditos adicionais que objetivem o pagamento de precatórios deverão atender ao disposto nos arts. 28 e 29 da LDO-2021, bem como informar o motivo da sua não inclusão na relação de que trata o referido art. 29.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo às solicitações das demais alterações orçamentárias.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS

Seção I

Dos prazos aplicáveis a todos os Poderes e órgãos

Art. 35. Não serão considerados prorrogados os prazos previstos nesta Portaria se o vencimento recair sobre dia em que não houver expediente.

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto neste capítulo, os órgãos setoriais poderão estabelecer prazos para as suas UOs subordinadas ou vinculadas elaborarem as respectivas solicitações de crédito.

Art. 36. Deverão ser encaminhadas pelos órgãos setoriais à SOF/SEF/ME, via SIOP, até o segundo decêndio de dezembro, as solicitações de alterações relativas a:

I - esfera orçamentária (Esf);

II - fonte de recurso (Fte);

III - identificador de uso (IU);

IV - identificador de resultado primário (RP), exceto de emendas, na forma da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º da LDO-2021 que não poderão ser alterados;

V - ajuste na denominação das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal, na forma do § 2º do art. 23 desta Portaria; e

VI - ajuste de codificação decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 37. A abertura de créditos suplementares autorizados na LOA-2021 fica condicionada à publicação dos atos até o dia 15 de dezembro de 2021, exceto nos casos previstos nos incisos I, alíneas "a" e "b", II e III, alíneas "b" e "g", do caput do art. 4º da mesma Lei, para os quais a publicação poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A publicação do ato de reabertura dos créditos especiais ocorrerá, quando necessário, após a primeira avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da LRF, em face do disposto no caput do art. 52 da LDO-2021.

Art. 38. As reaberturas de créditos extraordinários dependem de solicitação a ser encaminhada pelos órgãos setoriais à SOF/SEF/ME, via SIOP, até 5 de junho de 2021.

Seção II

Dos prazos aplicáveis somente aos órgãos do Poder Executivo

Art. 39. Os órgãos setoriais do Poder Executivo encaminharão à SOF/SEF/ME, via SIOP, as solicitações de créditos suplementares e especiais de suas unidades, observadas as disposições desta Portaria, nos seguintes períodos:

I - referentes a créditos dependentes de autorização legislativa:

a) para atendimento de despesas classificadas com "RP 0" ou "RP 1": nos primeiros cinco dias dos meses de maio e de setembro;

b) para atendimento de despesas classificadas com "RP 2", "RP8" ou "RP 9": nos primeiros dez dias dos meses de junho e de setembro; e

c) para alterações de emendas, classificadas com "RP 6" e "RP 7": nos primeiros dez dias de setembro; e

II - referentes a créditos suplementares autorizados na LOA-2021, abertos por ato do Poder Executivo:

a) para suplementação de despesas classificadas com "RP 0" ou "RP 1":

1. nos primeiros cinco dias dos meses de maio, de setembro, de novembro; e

2. de 10 a 15 de dezembro, somente para as alterações previstas nos incisos I, alíneas "a" e "b", e II do caput do art. 4º da LOA-2021, de que tratam os tipos de alteração orçamentária "101a", "101b", "102a", "102b", "102c", "102d" e "102e", constantes do Anexo I desta Portaria; e

b) para suplementação de despesas classificadas com "RP 2", "RP 7", "RP 8" ou "RP 9":

1. nos primeiros dez dias dos meses de junho, de setembro e de novembro; e

2. nos primeiros dez dias do mês de dezembro, somente para as alterações previstas no inciso III, alíneas "b" e "g", do caput do art. 4º da LOA-2021, de que tratam os tipos de alteração orçamentária "103c" e "103i", respectivamente, constantes do Anexo I desta Portaria; e

c) para remanejamento de emendas classificadas com "RP 6":

1. nos primeiros dez dias de junho, somente para remanejamento entre grupos de natureza de despesa; e

2. nos primeiros dez dias de novembro.

§ 1º Aplicam-se às solicitações de transposição, remanejamento ou transferência de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição, por meio do tipo de alteração orçamentária "921", constante do Anexo I desta Portaria, os prazos estabelecidos nas alíneas "a" ou "b" do inciso II do art. 39 desta Portaria, considerando o "RP" das despesas atendidas.

§ 2º As reaberturas de créditos especiais em favor de órgãos do Poder Executivo federal, por meio do tipo de alteração orçamentária "300", constante do Anexo I desta Portaria, dependem de solicitação a ser encaminhada à SOF/SEF/ME, via SIOP, até 5 de junho de 2021.

§ 3º As classificações de identificador de resultado primário referidas nos prazos de que trata este artigo devem considerar as modificações realizadas com base na alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 44 da LDO-2021, independentemente do tipo de alteração orçamentária de créditos suplementares autorizados na LOA-2021, salvo se os prazos fizerem referência a autorizações específicas constantes do art. 4º da LOA-2021.

§ 4º Aplicam-se os prazos do inciso II do caput, observado a classificação do RP, à autorização de que trata o § 6º do art. 44 da LDO-2021, bem como à autorização de alteração de GND de que trata o inciso I do § 1º do art. 44 da LDO-2021.

Seção III

Dos prazos aplicáveis somente aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e à DPU

Art. 40. Em face do disposto no § 16 do art. 46 da LDO-2021, os créditos suplementares e especiais, cuja abertura dependa de autorização legislativa, deverão ser encaminhados à SOF/SEF/ME pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e pela DPU, observado o disposto nesta Portaria, nas seguintes datas:

I - quando se tratar de despesas financeiras e primárias obrigatórias, classificadas com "RP 0" e "RP 1", respectivamente, em 5 de maio ou 3 de setembro de 2021; e

II - no que se refere a despesas primárias discricionárias classificadas com "RP 2", em 10 de junho ou 10 de setembro de 2021.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Do acompanhamento da receita

Art. 41. O acompanhamento sistemático e periódico das informações relativas às receitas próprias e vinculadas, do Tesouro Nacional e de outras fontes dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, será realizado por meio das informações registradas no SIAFI.

§ 1º Na análise das solicitações de alterações orçamentárias que envolvam as receitas referidas neste artigo, serão consideradas, em relação à sua realização, exclusivamente, as informações registradas no SIAFI, bem como o excesso de arrecadação apurado de acordo com as reestimativas elaboradas no SIOP.

§ 2º As reestimativas das receitas ocorrerão bimestralmente quando das avaliações da receita e da despesa de que trata o art. 9º da LRF.

Seção II

Do acompanhamento das despesas com pessoal e encargos sociais

Art. 42. O acompanhamento mensal das despesas com pessoal e encargos sociais realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, será efetuado com base nas informações registradas no SIAFI e no Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE.

Art. 43. As projeções das despesas com pessoal e encargos sociais serão elaboradas com base no acompanhamento previsto no art. 42 desta Portaria, com o objetivo de subsidiar os processos de definição dos referenciais monetários para a elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte e de concessão de créditos adicionais no exercício corrente.

§ 1º A base de projeção efetivada pela SOF/SEF/ME será revisada mensalmente.

§ 2º A SOF/SEF/ME agendará reuniões com o órgão setorial, quando necessário, para avaliação das bases de projeção visando ao cumprimento do disposto no caput.

Seção III

Do bloqueio de programações em atendimento à meta fiscal e aos limites de despesas

Art. 44. Os órgãos setoriais detalharão no Siop e no Siafi, na forma do § 15 do art. 64 da LDO-2021, quando ocorrer a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, as dotações indisponíveis para empenho por dotação.

§ 1º A indisponibilização de dotações de que trata o caput deverá ser realizada, por meio do SIOP, utilizando o tipo de alteração orçamentária "953" (Bloqueio/Desbloqueio de Programações), cujo saldo fará parte da conta "62.212.0108", salvo quanto à limitação incidente sobre emendas de execução obrigatória, classificadas com RP 6 e 7.

§ 2º A indisponibilização das dotações de emendas de execução obrigatória, classificadas com "RP 6" e "RP 7", serão bloqueadas na conta "62.212.0105":

I - no caso de "RP 6", automaticamente a partir das informações de priorização de emendas por autor constantes do Módulo do Orçamento de Emendas Individuais, observados os procedimentos e o detalhamento do cronograma no ato de que trata o art. 73 da LDO-2021; e

II - no caso de "RP 7", por meio do tipo de alteração orçamentária "950" (Bloqueio/Desbloqueio de crédito), observados os procedimentos e detalhamento do cronograma no ato de que trata o § 3º do art. 76 da LDO-2021.

§ 3º O desbloqueio das programações ou o posterior remanejamento dos valores bloqueados na forma do disposto neste artigo será realizado por meio do tipo de alteração orçamentária "953" (Bloqueio/Desbloqueio de Programações), não podendo incidir sobre dotações bloqueadas em razão de créditos em tramitação.

§ 4º Em atendimento ao § 3º do art. 62 da LDO-2021, o bloqueio de dotações orçamentárias discricionárias, classificadas com "RP 2", em montante correspondente à necessidade de recursos para atendimento das despesas primárias obrigatórias, classificadas com "RP 1", será realizado, na forma e no prazo estabelecido por ato do Poder Executivo, por meio do tipo de alteração orçamentária "952", na conta "62.212.0107", quando necessário, sem prejuízo de procedimento alternativo indicado pela SOF/SEF/ME.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. As dotações de despesas cuja redução tenha sido oferecida como medida de compensação para o aumento de despesa ou a redução de receita, de que tratam os arts. 14 a 17 da LRF e o Capítulo IX da LDO-2021, deverão ter os valores referentes à redução prevista para o exercício bloqueados por meio do tipo de alteração orçamentária "952" ou enviados em pedido de alteração orçamentária para a SOF/SEF/ME, antes do encaminhamento da proposição legislativa ao Congresso Nacional, quando de iniciativa do Poder Executivo, ou no prazo de 15 dias contados da publicação do ato correspondente.

Art. 46. Caberá ao Secretário-Executivo, ou autoridade equivalente, de cada Ministério ou órgão, inclusive de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 47. O descumprimento ou a inobservância dos procedimentos contidos na presente Portaria poderá ensejar a devolução dos pleitos relativos aos órgãos ou entidades envolvidos.

Art. 48. O SIOP estará disponível para o atendimento do disposto nesta Portaria a partir da sua publicação.

Art. 49. Os prazos de que trata o Capítulo IV encontram-se sintetizados no Anexo II desta Portaria.

Art. 50. Aplicam-se às alterações orçamentárias do exercício de 2022, no que couber, os procedimentos constantes desta Portaria, enquanto não for publicada a Portaria de procedimentos e prazos para alterações orçamentárias de 2022.

Art. 51. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I
TABELAS DE TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TABELA I - TIPOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

I.I - CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
120	Suplementação acima dos limites autorizados na LOA, ou não autorizada no texto da referida Lei.	1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; 2. excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional; 3. anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e 4. recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.

I.II - CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS POR ATO DO PODER EXECUTIVO

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DOS RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
I.II.I - Suplementação de dotações classificadas na LOA com "RP 0" destinadas:			
101a	à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	1. anulação de dotações consignadas a essas despesas; 2. anulação de dotações classificadas com "RP 1" e "RP 2", até o limite de 20% (vinte por cento); 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; 4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e 5. excesso de arrecadação de receitas, nos termos do disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a".
101b	ao serviço da dívida.	1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; 2. anulação de dotações consignadas ao GND 2 ou GND 6, inclusive no âmbito do mesmo subtítulo da suplementação; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; 4. excesso de arrecadação de participações e dividendos pagos por entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta; 5. excesso de arrecadação oriundo da transferência do resultado positivo do Banco Central do Brasil; e 6. operações de créditos realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "b".
101d	às transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.	1. anulação de dotações que lhe tenham sido consignadas; 2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de recursos relativos a fontes que tenham vinculação constitucional ou legal a esses fundos; e 3. anulação de dotações classificadas com "RP 0", "RP 1" e "RP 2", até o limite de 20% (vinte por cento).	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "c".
101e	a cada subtítulo, exceto nos casos em que possa ser suplementado com fundamento nas demais alíneas do inciso I do **caput** do art. 4º da LOA-2021, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; 3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e 4. excesso de arrecadação de receitas, nos termos do disposto no inciso II do § 1º e no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "d".
101f	à reserva de contingência.	Anulação de dotações sujeitas aos limites estabelecidos no art. 107 do ADCT, quando for demonstrado, no relatório da avaliação bimestral de que trata o art. 9º da LRF, a necessidade de redução do total de despesas sujeitas aos referidos limites.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "e".
I.II.II - Suplementação de dotações classificadas na LOA com "RP 1" destinadas:			
102a	a despesas constantes de item do Quadro 9A, exceto as que possam ser suplementadas com fundamento nas demais alíneas do inciso II do **caput** art. 4º da LOA-2021.	1. anulação das dotações classificadas com "RP 1"; 2. anulação de dotações classificadas com "RP 2"; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; e 4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "a".
102b	às transferências constitucionais ou legais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; às despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e 2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal às respectivas despesas.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "b".
102c	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3", "4" e "5", no âmbito do mesmo subtítulo objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "c".
102d	a despesas decorrentes de variação cambial.	1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "e".
102e	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3", "4" e "5", no âmbito das ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos.	Anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "d".
I.II.III - Suplementação de dotações classificadas na LOA com "RP 2" destinadas:			
103a	às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas "0910" e "0913 ".	1. anulação de dotações contidas em subtítulos das referidas ações; 2. recursos constantes dos grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5" de outros subtítulos, até o limite de 20% (vinte por cento), no âmbito de cada subtítulo objeto da anulação; 3. reserva de contingência, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; e 4. superavit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "a".
103c	às despesas abrangidas pela subfunção defesa civil, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.	1. anulação de dotações consignadas a ações compreendidas na referida subfunção; e 2. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "b".
103d	aos grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5", no âmbito do mesmo subtítulo objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "c".
103e	às despesas que decorram de variação cambial.	1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. Reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto § 2º do art. 14 da LDO-2021.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "f".
103f	a cada subtítulo, exceto nos casos em que possa ser suplementado com fundamento nas demais alíneas do inciso III do art. 4º da LOA-2021, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2.reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; e 3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "k".

103g	à Fundação Joaquim Nabuco, ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, ao Instituto Benjamin Constant, ao Colégio Pedro II, às Instituições Federais de Ensino Superior, aos Hospitais Universitários, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação, nos grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5", em até 50% (cinquenta por cento) das dotações consignadas a esses grupos, no âmbito de cada unidade orçamentária.	Anulação de até 50% (cinquenta por cento) das dotações consignadas aos referidos grupos de natureza de despesa, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito da mesma unidade orçamentária.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "d".
103h	ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, às Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973/2004, e às instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, nos grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5", em até 30% (trinta por cento) das dotações consignadas a esses grupos, no âmbito de cada unidade orçamentária.	Anulação de até 30% (trinta por cento) das dotações consignadas aos referidos grupos de natureza de despesa, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito da mesma unidade orçamentária.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "e".
103i	*às despesas com operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no âmbito do Ministério da Defesa, e de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras* *e aquisições para o transporte aerologístico destinado ao enfrentamento de* *emergências.*	1. anulação de dotações classificadas com "RP 2"; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da LDO-2021; e 3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "g".
103j	às ações e serviços públicos de saúde, identificadas nesta Lei com "IU 6".	Anulação de dotações classificadas com "RP 2" identificadas nesta Lei com "IU 6".	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "h".
103l	à ação "218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas", no âmbito da Advocacia-Geral da União.	Anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto de anulação.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "i".
103n	à ação "20WY - Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior", no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.	Excesso de arrecadação e **superavit** financeiro relativos a convênios celebrados com Estados, Distrito Federal e Municípios.	LOA-2021, art. 4º, caput, inciso III, alínea "j".
104a	aos grupos de natureza de despesa "4" e "5", limitada a 15% (quinze por cento) do montante das dotações consignadas a esses grupos de natureza, classificados com "RP 2".	Anulação de até 15% (quinze por cento) do montante das dotações consignadas aos grupos de natureza de despesa "4" e "5" classificadas como "RP 2".	LOA-2021, art. 4º, inciso IV.

I.II.IV- Remanejamento de dotações no âmbito do mesmo programa e do mesmo órgão orçamentário:

107	Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário, desde que não ultrapasse o limite de 30% do respectivo valor constante da LOA-2021, consideradas as alterações já efetivadas por meio dos tipos 101e e 103f.	Anulação de dotações, limitada a 30% do valor dos subtítulos de ações integrantes do mesmo programa objeto de suplementação, no âmbito de cada órgão orçamentário, consideradas as anulações já efetivadas por meio dos tipos 101e e 103f.	art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "d", item "1", ou inciso III, alínea "k", item "1", e § 3º, da LOA-2021.

I.II.V - Recomposição de dotações:

119	Recomposição do valor de subtítulos até o limite dos valores dos subtítulos que constaram do PLOA-2021, correspondente à diferença negativa entre o valor do subtítulo no PLOA-2021 e na LOA-2021, independentemente da classificação por RP, fonte, IDUSO ou GND.	Anulação de dotações orçamentárias de outros subtítulos.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso V.

I.II.VI - Remanejamento de emendas individuais ("RP 6"):

183	Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6"), no caso de impedimento parcial ou total da emenda anulada, ou para uma única programação constante da LOA, no caso de impedimento total da emenda anulada.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, sem redução das dotações de emendas do autor destinadas a ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2021, art. 4º, § 7º.
184	Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6"), no caso de impedimento parcial ou total da emenda anulada, ou para uma única programação constante da LOA, no caso de impedimento total da emenda anulada, na forma do inciso IV do caput, do art. 74 da LDO-2021.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, sem redução das dotações de emendas do autor destinadas a ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	Em atendimento ao inciso V do art. 74 da LDO-2021, autorizado na forma do § 7º do art. 4º da LOA-2021.
186	Suplementação de GND no âmbito da mesma emenda individual ("RP 6"), no mesmo subtítulo.	Anulação de GND no âmbito da mesma emenda individual e subtítulo.	LOA-2021, art. 4º, § 8º.

I.II.VII - Remanejamento de emendas de bancada estadual ("RP 7"):

185	Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7"), no caso de impedimento parcial ou total da emenda anulada, ou para uma única programação constante da LOA, no caso de impedimento total da emenda anulada.	Anulação de dotação de emenda da mesma bancada ("RP 7"), sem redução das dotações de emendas do autor destinadas a ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2021, art. 4º, § 7º.
187	Suplementação de GND no âmbito da mesma emenda de bancada estadual ("RP 7"), no mesmo subtítulo.	Anulação de GND no âmbito da mesma emenda de bancada estadual e subtítulo.	LOA-2021, art. 4º, § 8º.

I.II.VIII - Remanejamento de emendas de comissão permanente ("RP 8") e relator-geral ("RP 9"):

188	Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda de comissão permanente ("RP 8"), no caso de impedimento parcial ou total da emenda anulada, ou para uma única programação constante da LOA, no caso de impedimento total da emenda anulada.	Anulação de dotação de emenda da mesma comissão permanente ("RP 8"), sem redução das dotações de emendas do autor destinadas a ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2021, art. 4º, § 7º.
189	Suplementação de GND no âmbito da mesma emenda de comissão permanente ("RP 8"), no mesmo subtítulo.	Anulação de GND no âmbito da mesma emenda de comissão permanente e subtítulo.	LOA-2021, art. 4º, § 8º.
190	Suplementação de programações incluídas ou acrescidas por emenda de relator-geral do PLOA ("RP 9"), no caso de impedimento parcial ou total da emenda anulada, ou para uma única programação constante da LOA, no caso de impedimento total da emenda anulada.	Anulação de dotação de emenda do mesmo relator-geral ("RP 9"), sem redução das dotações de emendas do autor destinadas a ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2021, art. 4º, § 7º.
191	Suplementação de GND no âmbito da mesma emenda de relator-geral do PLOA ("RP 9"), no mesmo subtítulo.	Anulação de GND no âmbito da mesma emenda de relator-geral do PLOA e subtítulo.	LOA-2020, art. 4º, § 8º.

I.II.IX - Remanejamento de programações constantes do órgão 93000:

193a	Suplementação de dotações dos subtítulos integrantes da LOA, mantidas as finalidades das categorias de programação anuladas, desde que seja realizada a substituição da fonte de recursos relativa a operações de crédito por outras, observado o disposto no § 2º do art. 44 da LDO-2021.	Anulação de dotações consignadas ao órgão orçamentário 93000, mantidas as finalidades das categorias de programação anuladas, desde que seja realizada a substituição da fonte de recursos relativa a operações de crédito por outras, observado o disposto no § 2º do art. 44 da LDO-2021.	Alínea "a" do inciso VI do art. 4º da LOA-2021 c/c § 3º do art. 23 da LDO-2021.
193b	Suplementação de dotações dos subtítulos integrantes da LOA, mantidas as finalidades das categorias de programação anuladas, para alteração das fontes de recursos condicionadas pelas definitivas, no caso de calamidade pública decretada.	Anulação de dotações consignadas ao órgão orçamentário 93000, mantidas as finalidades das categorias de programação anuladas, para alteração das fontes de recursos condicionadas pelas definitivas, no caso de calamidade pública decretada.	Alínea "b" do inciso VI do art. 4º da LOA-2021.
193c	Suplementação de dotações dos subtítulos integrantes da LOA, mantidas as finalidades das categorias de programação anuladas para fins da reclassificação prevista no § 7º do art. 65 da LDO-2021.	Anulação de dotações consignadas ao órgão orçamentário 93000, mantidas as finalidades das categorias de programação anuladas para fins da reclassificação prevista no § 7º do art. 65 da LDO-2021.	Inciso VI do art. 4º da LOA-2021 c/c § 7º do art. 65 da LDO-2021.

I.II.X - Ajuste dos saldos negativos eventualmente apurados na publicação da LOA ou de Leis de créditos adicionais

941	Suplementação de dotações até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução provisória do PLOA, nos termos do § 2º do art. 65 da LDO-2021.	Anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação, constante da LOA-2021.	LDO-2021, art. 65, § 2º.

I.III - ALTERAÇÃO DE GND DE PROGRAMAÇÕES CONSTANTES DA LOA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
620	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3", "4" e "5" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	Alínea "a" do inciso I do § 1º do art. 44 da LDO-2021.
621	aos grupos de natureza de despesa - GND - "2" e "6" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	Alínea "b" do inciso I do § 1º do art. 44 da LDO-2021.

I.IV - CRÉDITOS ESPECIAIS DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA.	1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; 2. excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional, de doações e de convênios; 3. anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e 4. recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.

I.V - CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS POR ATO DO PODER EXECUTIVO

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO

I.V.I - Ajuste dos saldos negativos eventualmente apurados entre o PLOA e a LOA

940	Inclusão de categoria de programação na LOA, até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução provisória do PLOA, nos termos do § 2º do art. 65 da LDO-2021.	Anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação, constante da LOA.	LDO-2021, art. 65, § 2º.

I.VI - REABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
300	Reabertura de crédito especial do Poder Executivo, aberto nos últimos quatro meses do exercício anterior, atendendo os limites dos saldos apurados no SIAFI, em 31 de dezembro do exercício anterior.	1. anulação de dotações orçamentárias abrangidas nos limites de que trata o art. 107 do ADCT, se a despesa reaberta for abrangida nos referidos limites; e 2. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.	§ 2º do art. 167 da Constituição, **caput** e § 4º do art. 52, da LDO-2021.

I.VII - ALTERAÇÃO DE GND DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS E REABERTOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
622	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3", "4" e "5" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da aplicação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de aplicação.	Inciso I do § 6º do art. 44 da LDO-2021.
623	aos grupos de natureza de despesa - GND - "2" e "6" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da aplicação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de aplicação.	Inciso II do § 6º do art. 44 da LDO-2021.

I.VIII - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
500	Atender a despesas relevantes, imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3º, c/c o art. 62, ambos da Constituição.

I. IX - ALTERAÇÃO DE GND DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS E REABERTOS

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
930	Alteração de GNDs de créditos extraordinários abertos e reabertos, podendo haver a criação de GND.	Redução de dotações de outros GNDs no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2021, art. 49, § 2º.

I.X - REABERTURA DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
350	Reabertura de crédito extraordinário, aberto nos últimos quatro meses do exercício anterior, atendendo os limites dos saldos apurados no SIAFI, em 31 de dezembro do exercício anterior.	**superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de anterior;	§ 2º do art. 167 da Constituição e art. 54 da LDO-2021.

I.XI - TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO OU TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS POR ATO DO PODER EXECUTIVO

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
920	Transposição, remanejamento ou transferência de categorias de programação em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, e de alterações de suas competências ou atribuições, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, da esfera e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.	Redução de dotações do órgão/unidade/ entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	LDO-2021, art. 55.
921	Transposição, remanejamento ou transferência de dotações de uma categoria de programação para outra, classificadas, simultaneamente, na função "19 e nas subfunções "571", "572" ou "573".	Redução de dotações de categoria de programação, classificada, simultaneamente, na função "19" e nas subfunções "571", "572" ou "573".	Art. 167, § 5º, da Constituição, e art. 56 da LDO-2021

I.XII - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO
600	Remanejamento de fontes de recursos entre dotações orçamentárias e/ou substituição de uma fonte de recursos pela inclusão de **superavit** financeiro da mesma ou de outra fonte, ou de excesso de arrecadação de outra fonte, podendo haver a alteração concomitante do Identificador de Uso - IU, mantendo-se o valor e os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma fonte de recursos e acréscimo em outra fonte, e vice-versa.	LDO-2021, art. 44, § 1º, inciso III, alíneas "a" e "b".
601	Acréscimo para alteração do "IU", mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer "IU", remanejadas para outro "IU", no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2021, art. 44, § 1º, inciso III, alínea "b".
602	Acréscimo para alteração de esfera orçamentária, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma esfera orçamentária remanejadas para outra esfera.	LDO-2021, art. 44, § 1º, inciso III, alínea "d".
610a	Alteração de Modalidade de Aplicação (MA), mantendo-se os demais atributos da programação, de dotações orçamentárias classificadas com "RP 6".	Redução de dotações orçamentárias classificadas com "RP 6" em uma MA para serem acrescidas em outra MA.	LDO-2021, art. 44, § 3º.

610b	Alteração de Modalidade de Aplicação (MA), mantendo-se os demais atributos da programação, de dotações orçamentárias não classificadas com "RP 6".	Redução de dotações orçamentárias não classificadas com "RP 6" em uma MA para serem acrescidas em outra MA.	LDO-2021, art. 44, § 3º.
700a	Alteração do Identificador de Resultado Primário (RP), exceto "RP 6" "RP 7", "RP 8" e "RP 9" mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações classificadas em um RP, exceto "RP 6", "RP 7", "RP 8" e "RP 9" remanejadas para outro identificador, que não seja "RP 6", "RP 7", "RP 8" ou "RP 9".	LDO-2021, art. 44, § 1º, inciso III, alínea "c".
710	Ajustes nas codificações orçamentárias, desde que não impliquem em mudança de valores e na finalidade da programação.	Devem ser mantidas as mesmas informações da categoria de programação, exceto o código alterado.	LDO-2021, art. 44, § 1º, inciso III, alínea "f".
910	Ajuste de Arquivo relativo à alteração do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer IDOC, remanejadas para outro IDOC.	Inexiste, pois não altera a LOA.
911	Remanejamento entre POs, exceto de "RP 6", inclusive com a criação de PO, mantendo-se os demais atributos da programação, efetivado pela SOF/SEF/ME.	Redução de dotações de outros POs, exceto de "RP 6", no âmbito do mesmo subtítulo para acréscimo de outro PO.	Inexiste, pois não altera a LOA.
913	Remanejamento entre POs, observado o art. 20 desta Portaria, mantendo-se os demais atributos da programação, efetivado pelo Órgão Setorial dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU.	Redução de dotações de outros POs, observado o art. 20 desta Portaria, no âmbito do mesmo subtítulo para acréscimo de outro PO.	Inexiste, pois não altera a LOA.
925	Atendimento das despesas constantes de retificação (errata) da LOA, publicada no DOU, especificadas como "leia-se", bem como para implementação de vetos rejeitados pelo Congresso Nacional.	Anulação das dotações especificadas na retificação da LOA como "onde se lê", no caso de errata, bem como fontes de recursos sem despesa correspondente, no caso de rejeição de veto pelo Congresso Nacional.	Art. 152 da Resolução do CN nº 1, de 2006, e inciso I do art. 172 da LDO-2021.
801	Envio de Cancelamento compensatório para crédito suplementar autorizado na LOA	Dotações constantes da LOA.	§ 1º do art. 4º da LOA-2021, c/c art. 45 da LDO-2021.
802	Envio de Cancelamento compensatório para crédito suplementar por projeto de lei.	Dotações constantes da LOA.	Art. 45 da LDO-2021.
803	Envio de Cancelamento compensatório para crédito especial por projeto de lei.	Dotações constantes de créditos especiais.	Art. 45 da LDO-2021.

I.XIII - OUTROS TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS UTILIZADOS PARA CANCELAMENTO OU BLOQUEIO DE DOTAÇÕES

TIPO	DESCRIÇÃO
800	Oferecimento de cancelamento sem ato definido.
950	Bloqueio/Desbloqueio de dotações na conta "62.212.0105".
952	Bloqueio/Desbloqueio de dotações na conta "62.212.0107".
953	Bloqueio/Desbloqueio de dotações na conta "62.212.0108".

TABELA II - TIPOS DE ALTERAÇÕES DE USO EXCLUSIVO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MPU E DA DPU

II.I - CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS POR ATOS PRÓPRIOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MPU E DA DPU

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO DO ATO
II.I.I - Suplementação de dotações classificadas na LOA com "RP 0" destinadas:				
401a	à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	1. anulação de dotações consignadas a essas despesas; 2. anulação de dotações classificadas com "RP 1" e "RP 2", até o limite de 20% (vinte por cento); e 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, no âmbito do mesmo órgão, observado o disposto no § 2º do art. 14 e no § 4º do art. 47 da LDO-2021.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", itens "1", "2" e "3" combinado com (c/c) o art. 47, § 1º, incisos I (Legislativo), ou II (Judiciário), ou III (MPU e DPU), da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.
401e	a cada subtítulo, exceto nos casos em que possa ser suplementado com fundamento nas demais alíneas do inciso I do **caput** do art. 4º da LOA-2021, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, no âmbito do mesmo órgão, observado o disposto no § 2º do art. 14 e no § 4º do art. 47 da LDO-2021.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "d", item "1", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.
401f	à reserva de contingência.	Anulação de dotações sujeitas aos limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando for demonstrado no relatório da avaliação bimestral de que trata o art. 9º da LRF a necessidade de redução do total de despesas sujeitas aos referidos limites.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "e", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.
II.I.II - Suplementação de dotações classificadas na LOA com "RP 1" destinadas:				
402a	a despesas constantes de item do Quadro 9A, exceto as que possam ser suplementadas com fundamento nas demais alíneas do inciso II do **caput** do art. 4º da LOA-2021.	1. anulação das dotações orçamentárias classificadas com "RP 1"; 2. anulação de dotações orçamentárias classificadas com "RP 2"; e 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, no âmbito do mesmo órgão, observado o disposto no § 2º do art. 14 e no § 4º do art. 47 da LDO-2021.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "a", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.
402c	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "c", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.
II.I.III - Suplementação de dotações classificadas na LOA com "RP 2" destinadas:				
403a	às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas "0910" e "0913"	1. anulação de dotações contidas em subtítulos das referidas ações; e 2. recursos constantes dos grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5" de outros subtítulos, até o limite de 20% (vinte por cento).	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "a", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.
403d	aos grupos de natureza de despesa "3", "4" e "5" no âmbito do mesmo subtítulo objeto de cancelamento.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2020, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "c", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.
403f	a cada subtítulo, exceto nos casos em que possa ser suplementado com fundamento nas demais alíneas do inciso III do **caput** do art. 4º da LOA-2021, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, no âmbito do mesmo órgão, observado o disposto no § 2º do art. 14 e no § 4º do art. 47 da LDO-2021.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "k", itens "1" e "2", c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.
404a	aos grupos de natureza de despesa "4" e "5", limitada a 15% (quinze por cento) do montante das dotações consignadas a esses grupos de natureza, classificados com "RP 2".	Anulação de até 15% (quinze por cento) do montante das dotações consignadas aos grupos de natureza de despesa "4" e "5" classificadas como "RP 2".	LOA-2021, art. 4º, caput, inciso IV, c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.
II.I.IV- Remanejamento de dotações no âmbito do mesmo programa e do mesmo órgão orçamentário:				
407	Remanejamento de dotações entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário, até o limite de 30% do respectivo valor constante da LOA-2021, consideradas as alterações efetuadas por meio dos tipos 401e e 403f.	Anulação de dotações, limitada a 30% do valor dos subtítulos de ações integrantes do mesmo programa objeto da suplementação, no âmbito de cada órgão orçamentário, consideradas as alterações efetuadas por meio dos tipos 401e e 403f.	art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "d", item "1", inciso III, alínea "k", item "1", e § 3º, da LOA-2021, c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.

II.I.V - Recomposição de dotações:

419	Recomposição do valor de subtítulos até o limite dos valores dos subtítulos que constaram do PLOA-2021, correspondente à diferença entre o valor do subtítulo no PLOA-2021 e na LOA-2021, independentemente da classificação por RP, fonte, IDUSO ou GND.	Anulação de dotações orçamentárias de outros subtítulos.	LOA-2021, art. 4º, **caput**, inciso V, c/c o art. 47, § 1º, incisos I, ou II, ou III, da LDO-2021.	Até 15 de dezembro.

II.II - ALTERAÇÃO DE GND DE PROGRAMAÇÕES CONSTANTES DA LOA POR ATOS PRÓPRIOS DOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MPU E DA DPU (OBSERVADO O § 3º DO ART. 23 DESTA PORTARIA):

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO
420	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3", "4" e "5" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	Alínea "a" do inciso I do § 1º do art. 44 da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.
421	aos grupos de natureza de despesa - GND - "2" e "6" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	Alínea "b" do inciso I do § 1º do art. 44 da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.

II.III - REABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS POR ATOS PRÓPRIOS DOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MPU E DA DPU:

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO DO ATO
301	Reabertura de crédito especial no âmbito dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, abertos nos últimos quatro meses do exercício anterior, atendendo os limites dos saldos apurados no SIAFI, em 31 de dezembro do exercício anterior.	1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF, se a despesa reaberta não for abrangida nos limites de que trata o art. 107 do ADCT; e 2. anulação de dotações orçamentárias abrangidas nos limites de que trata o art. 107 do ADCT, se a despesa reaberta for abrangida nos referidos limites.	§ 2º do art. 167 da Constituição, § 4º e **caput** do art. 52 da LDO-2021.	Após a divulgação do primeiro relatório de avaliação bimestral de que trata o art. 9º da LRF a 31 de dezembro

II.IV - ALTERAÇÃO DE GND DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS E REABERTOS POR ATOS PRÓPRIOS DOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, DO MPU E DA DPU:

TIPO	DESCRIÇÃO / APLICAÇÃO DE RECURSOS	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO
422	aos grupos de natureza de despesa - GND - "3", "4" e "5" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da aplicação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de aplicação.	Inciso I do § 6º do art. 44 da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.
423	aos grupos de natureza de despesa - GND - "2" e "6" no âmbito do mesmo subtítulo objeto da aplicação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de aplicação.	Inciso II do § 6º do art. 44 da LDO-2021.	Até 31 de dezembro.

ANEXO II

SÍNTESE DOS PRAZOS APLICÁVEIS AOS TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TABELA I - PRAZOS PARA SOLICITAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS À SOF/SEF/ME

CLASSE DE ALTERAÇÃO	TIPOS DE DESPESAS ATENDIDAS[1]	TIPOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO À SOF/SEF/ME
Períodos de solicitação aplicáveis somente aos Órgão Setoriais do Poder Executivo			
Crédito Suplementares ou Especiais dependentes de autorização legislativa.	RP 0 ou 1	120 e 200	Primeiros decêndios de maio e de setembro.
	RP 2, 8 e 9	120 e 200	Primeiro decêndio de junho e de setembro.
	RP 6 e 7	120 e 200	Primeiro decêndio de setembro.
Créditos Suplementares autorizados na LOA	RP 0 ou 1	101c, 101d, 101e, 101f, 107, 119, 921	Primeiro decêndio de maio, de setembro e de novembro.
		101a, 101b, 102a, 102b, 102d, 102e	Primeiro decêndio de maio, de setembro, de novembro e de dezembro.
	RP 2, 7, 8 e 9	103a, 103d, 103e, 103f, 103g, 103h, 103j, 103l, 103n, 104a, 107, 119, 185, 187, 188, 189, 190, 191	Primeiro decêndio de junho, de setembro e de novembro.
	RP 2	103c, 103i	Primeiro decêndio de junho, de setembro, de novembro e de dezembro.
	RP 6	186	Primeiro decêndio de junho e de novembro.
		183	Primeiro decêndio de novembro.
	Outros casos	193a, 193b, 193c	Até o primeiro decêndio de novembro.
Outras alterações orçamentárias aplicáveis somente ao Poder Executivo	Reabertura de créditos especiais	300	Até 5 de junho.
	§ 5º do art. 167 da CF	921	RP 0 ou 1: Primeiro decêndio de maio, de setembro, de novembro e de dezembro. RP 2, 8 ou 9: Primeiro decêndio de junho, de setembro, de novembro e de dezembro.
	Alterações de GND	620, 621, 622, 623	RP 0 ou 1: Primeiro decêndio de maio, de setembro, de novembro e de dezembro. RP 2, 8 ou 9: Primeiro decêndio de junho, de setembro, de novembro e de dezembro.
Períodos de solicitação aplicáveis somente aos Órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, MPU e DPU			
Projeto de lei de Créditos Suplementares ou Especiais	RP 0 ou 1	120 e 200	8 de maio e 10 de setembro.
	RP 2	120 e 200	10 de junho e 10 de setembro.
Períodos de solicitação aplicáveis a todos os Órgãos			
Outras alterações orçamentárias aplicáveis a todos os Órgãos Setoriais	Remanejamentos de Emendas Individuais indicados na forma do art. 74 da LDO-2021.	184	no prazo do inciso V do art. 74 da LDO-2021
	Reabertura de Crédito Extraordinário	350	Até 5 de junho
	Alterações de atributos da programação	600, 601, 602, 700a e 710	Até o segundo decêndio de dezembro

[1] As classificações de identificador de resultado primário referidas nos prazos de que trata esta Portaria devem considerar as modificações realizadas com base na alínea "c" do inciso III do § 1º do art. 44 da LDO-2021, independentemente do tipo de alteração orçamentária de créditos suplementares autorizados na LOA-2021, salvo se os prazos, do art. 39 desta Portaria, fizerem referência a autorizações específicas constantes do art. 4º da LOA-2021.

TABELA II - PRAZOS PARA PUBLICAÇÃO DE ABERTURA OU REABERTURA DE CRÉDITOS POR ATOS PRÓPRIOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, MPU E DPU

CLASSE DE ALTERAÇÃO	TIPOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRAZO PARA PUBLICAÇÃO DO ATO
Créditos suplementares autorizados na LOA-2020	401a, 402a, 402c	Até 31 de dezembro
	401e, 403a, 403d, 403f, 404a, 407, 419	Até 15 de dezembro
Alterações de GND de programações da LOA e de créditos especiais	420, 421, 422, 423	Até 31 de dezembro
Reabertura de créditos especiais	301	Após a primeira avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º da LRF a 31 de dezembro

TABELA III - TIPOS DE ALTERAÇÕES AOS QUAIS NÃO SE APLICAM PRAZOS DE SOLICITAÇÃO OU PUBLICAÇÃO

CLASSE DE ALTERAÇÃO	TIPOS DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PRAZO PARA SOLICITAÇÃO OU PUBLICAÇÃO
Créditos Suplementares	941	Exercício financeiro.
Créditos Especiais	940	
Créditos Extraordinários	500	
Alteração de GND de Créditos Extraordinários	930	
Outras alterações que dependem de ato legal	920	
Outras alterações que não dependem de ato legal	610a, 610b, 910, 911 e 913	

ANEXO III

MODELO DE OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE REMANEJAMENTO DE PROGRAMAÇÕES CLASSIFICADAS COM "RP 8" OU "RP 9"
Ofício n.º _____
(Local, data).
A Sua Excelência o Senhor
Nome do Ministro
Ministro de Estado de
Endereço
Assunto: (inserir aqui objeto a sofrer alteração na emenda parlamentar - ex: ação, localizador, GND, etc).
Senhor Ministro,
Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que apresentei emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União no exercício de 2021.
Ante o exposto, solicito as alterações a seguir descritas:
DE:

EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR

PARA:

EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR

JUSTIFICATIVA PARA ALTERAÇÃO:

Atenciosamente,
_____
Nome do Autor da Emenda

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46200.000510/2018-69	214588807	Liq Corp S.A.	AC
2	46200.000512/2018-58	214587720	Liq Corp S.A.	AC
3	46200.000515/2018-91	214570380	Liq Corp S.A.	AC
4	46200.000517/2018-81	214565181	Liq Corp S.A.	AC
5	46200.000518/2018-25	214586286	Liq Corp S.A.	AC
6	46200.000522/2018-93	214749622	Liq Corp S.A.	AC
7	46201.004570/2017-60	213206587	Ativa Distribuidora Ltda.	AL
8	46201.004568/2017-91	213206617	Attiva Distribuidora Ltda	AL
9	46201.004569/2017-35	213206595	Attiva Distribuidora Ltda	AL
10	46201.004571/2017-12	213206544	Attiva Distribuidora Ltda	AL
11	46201.004374/2017-95	213102927	Carvalho Beltrao Servicos de Saude Ltda	AL
12	46201.000232/2019-11	216610915	Jaragua Hotelaria e Turismo Ltda	AL
13	46201.000326/2019-90	216651719	Jaragua Hotelaria e Turismo Ltda	AL
14	46201.003250/2018-73	215330285	Liga Alagoana Contra a Tuberculose	AL
15	46201.002697/2017-44	212042076	Petrobras Distribuidora S A	AL
16	46201.003219/2018-32	215314140	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	AL
17	46201.003655/2018-10	215387571	Usina Caete S A	AL
18	46778.001764/2017-89	212697820	Calcados Malu Ltda	BA
19	46281.001992/2017-31	213334194	Comercial Trator Feira Ltda	BA
20	46281.001995/2017-74	213334160	Comercial Trator Feira Ltda	BA
21	46204.012981/2018-80	216205255	Editora do Brasil S.A	BA
22	46204.006997/2018-53	214908305	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
23	46204.006998/2018-06	214908542	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
24	46204.007001/2018-27	214908658	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
25	46204.007002/2018-71	214908640	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
26	46204.007003/2018-16	214908399	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
27	46204.007004/2018-61	214908364	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
28	46204.007005/2018-13	214908593	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
29	46204.007006/2018-50	214908461	Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A	BA
30	46204.002970/2018-91	214204014	Empresa Baiana de Alimentos S/A EBAL	BA
31	46204.001125/2016-37	208756965	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
32	46204.001126/2016-81	208756973	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
33	46204.001127/2016-26	208756981	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
34	46204.001128/2016-71	208756990	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
35	46204.001130/2016-40	208757015	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
36	46204.012762/2015-58	208509992	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
37	46204.012763/2015-01	208510010	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
38	46204.012764/2015-47	208526897	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
39	46204.012765/2015-91	208507302	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
40	46204.012776/2015-71	208526528	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
41	46204.012778/2015-61	208526498	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
42	46204.012779/2015-13	208526463	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
43	46204.012780/2015-30	208526447	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
44	46204.012783/2015-73	208526412	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
45	46204.012784/2015-18	208530207	Empresa de Transportes Joevanza Ltda	BA
46	46281.001931/2018-54	215315189	Empresa Gontijo de Transportes Limitada	BA
47	46282.001040/2018-98	216328799	Expresso Nepomuceno S/A	BA
48	46204.003049/2018-66	214212688	GP - Guarda Patrimonial da Bahia Ltda.	BA
49	46204.003050/2018-91	214212785	GP - Guarda Patrimonial da Bahia Ltda.	BA
50	46204.013588/2018-11	216338263	GP - Guarda Patrimonial da Bahia Ltda.	BA
51	46204.014026/2018-87	216451914	GP - Guarda Patrimonial da Bahia Ltda.	BA
52	46204.006351/2018-76	214834948	Henrique Nery de Castro	BA
53	46204.007165/2018-54	215036166	Henrique Nery de Castro	BA
54	46204.007171/2018-10	215036301	Henrique Nery de Castro	BA
55	46784.000568/2018-99	214449751	Henrique Nery de Castro	BA
56	46784.000569/2018-33	214450724	Henrique Nery de Castro	BA
57	46281.001882/2018-50	215314328	Jesuita de Oliveira Carneiro	BA
58	46281.002330/2018-69	215576691	Jesuita de Oliveira Carneiro	BA
59	46281.002331/2018-11	215576942	Jesuita de Oliveira Carneiro	BA
60	46204.008619/2018-12	215286324	Know-How Empreendimentos e Servicos Eireli	BA
61	46204.010273/2018-12	215586352	Know-How Empreendimentos e Servicos Eireli	BA
62	46204.011866/2018-98	215951417	Know-How Empreendimentos e Servicos Eireli	BA
63	46281.002327/2018-45	215549937	Motos Pombal Ltda	BA
64	46281.002327/2018-45	215549937	Motos Pombal Ltda	BA
65	47102.000160/2018-10	212468821	Osmar de Oliveira	BA
66	47102.000161/2018-56	212468731	Osmar de Oliveira	BA
67	47102.000162/2018-09	212468740	Osmar de Oliveira	BA
68	47102.000163/2018-45	212468847	Osmar de Oliveira	BA
69	47102.000455/2018-88	212468855	Osmar de Oliveira	BA
70	46204.008055/2018-18	215181221	Raimunda de Oliveira Dias Barbosa de Jesus	BA
71	46282.000350/2018-95	211915114	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
72	46282.000351/2018-30	211915122	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
73	46282.000352/2018-84	211915131	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
74	46282.000353/2018-29	212879561	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
75	46282.000356/2018-62	212879596	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
76	46282.000357/2018-15	212879600	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
77	46282.000358/2018-51	212879618	RCI Construcao e Meio Ambiente Ltda	BA
78	46783.000164/2018-13	214361578	Real Energy Ltda	BA
79	46784.001035/2018-24	215441346	Riber - Kws Sementes Ltda	BA
80	46204.000233/2018-54	213750597	RN Comercio Varejista S.A	BA
81	47008.000073/2018-22	213766868	RN Comercio Varejista S.A	BA
82	47008.000241/2018-80	214088944	RN Comercio Varejista S.A	BA
83	47008.000242/2018-24	214087701	RN Comercio Varejista S.A	BA
84	47008.000243/2018-79	214087590	RN Comercio Varejista S.A	BA
85	47008.000244/2018-13	214087921	RN Comercio Varejista S.A	BA

86	47008.000245/2018-68	214088634	RN Comercio Varejista S.A	BA
87	47008.000246/2018-11	214088740	RN Comercio Varejista S.A	BA
88	47008.000247/2018-57	214087441	RN Comercio Varejista S.A	BA
89	46281.001981/2017-51	213328526	Rural Industria e Comercio de Pecas e Servicos para Tratores Eireli	BA
90	46281.001982/2017-03	213328381	Rural Industria e Comercio de Pecas e Servicos para Tratores Eireli	BA
91	46281.001983/2017-40	213328364	Rural Industria e Comercio de Pecas e Servicos para Tratores Eireli	BA
92	46281.001984/2017-94	213328291	Rural Industria e Comercio de Pecas e Servicos para Tratores Eireli	BA
93	46778.001835/2018-24	216738334	Ten Engenharia Eireli	BA
94	46204.007852/2018-70	214969398	TS Engenharia E Construcoes Ltda	BA
95	46205.001974/2019-23	216910170	JJ Choperia, Restaurante e Pizzaria Ltda - Me	CE
96	46205.001975/2019-78	216910196	JJ Choperia, Restaurante e Pizzaria Ltda - Me	CE
97	46205.001977/2019-67	216910064	JJ Choperia, Restaurante e Pizzaria Ltda - Me	CE
98	46205.001978/2019-10	216910081	JJ Choperia, Restaurante e Pizzaria Ltda - Me	CE
99	46205.004281/2018-10	214454321	Jose Rodrigues Dumont	CE
100	46205.010213/2018-81	215506367	LR Distribuidora e Representacao Comercial Ltda	CE
101	46205.002681/2019-63	217049613	Prime Plus Locacao de Veiculos e Transportes Turisticos	CE
102	46208.003245/2017-10	211528978	Bonasa Alimentos S/A	GO
103	46208.003246/2017-64	211529044	Bonasa Alimentos S/A	GO
104	46208.003247/2017-17	211528951	Bonasa Alimentos S/A	GO
105	46208.003248/2017-53	211529028	Bonasa Alimentos S/A	GO
106	46208.003249/2017-06	211529010	Bonasa Alimentos S/A	GO
107	46208.003250/2017-22	211529036	Bonasa Alimentos S/A	GO
108	46208.003251/2017-77	211529001	Bonasa Alimentos S/A	GO
109	46208.003254/2017-19	211528943	Bonasa Alimentos S/A	GO
110	46208.003255/2017-55	211528960	Bonasa Alimentos S/A	GO
111	46208.003256/2017-08	211528986	Bonasa Alimentos S/A	GO
112	46208.003258/2017-99	211528994	Bonasa Alimentos S/A	GO
113	46208.006178/2017-95	212039016	Cargill Agricola S A	GO
114	46208.006180/2017-64	212039032	Cargill Agricola S A	GO
115	46208.006181/2017-17	212039041	Cargill Agricola S A	GO
116	46208.006182/2017-53	212039059	Cargill Agricola S A	GO
117	47747.006665/2018-02	215386558	AG Remy Stretch Film Brasil Ltda	MG
118	46238.001305/2018-93	216235073	Ailton Custodio da Silva 97707805100	MG
119	46238.001306/2018-38	216235081	Ailton Custodio da Silva 97707805100	MG
120	46238.001307/2018-82	216235090	Ailton Custodio da Silva 97707805100	MG
121	46238.001308/2018-27	216235103	Ailton Custodio da Silva 97707805100	MG
122	46242.000069/2017-48	211166600	Cao Engenharia Ltda	MG
123	46242.000070/2017-72	211166405	Cao Engenharia Ltda	MG
124	46242.000071/2017-17	211166740	Cao Engenharia Ltda	MG
125	46242.000072/2017-61	211166821	Cao Engenharia Ltda	MG
126	46246.003507/2017-90	213457458	Fundação Educacional Alto Médio São Francisco	MG
127	46246.003508/2017-34	213457539	Fundação Educacional Alto Médio São Francisco	MG
128	46246.003509/2017-89	213457571	Fundação Educacional Alto Médio São Francisco	MG
129	46502.000826/2018-56	214412873	Ge Power Conversion Brasil Ltda.	MG
130	46502.000827/2018-09	214412938	Ge Power Conversion Brasil Ltda.	MG
131	46234.001470/2017-02	212030132	Haical Jose Haddad	MG
132	46247.000256/2018-62	214018237	Marcilio Farias de Souza - Me	MG
133	47747.005595/2015-14	206589581	Viacao Paraense Ltda	MG
134	47747.005596/2015-69	206585195	Viacao Paraense Ltda	MG
135	47747.005599/2015-01	206710275	Viacao Paraense Ltda	MG
136	46312.002376/2019-54	217765980	Algacir Batista de Abreu	MS
137	46312.002377/2019-07	217766226	Algacir Batista de Abreu	MS
138	46312.002378/2019-43	217765807	Algacir Batista de Abreu	MS
139	46312.002379/2019-98	217765700	Algacir Batista de Abreu	MS
140	46312.002380/2019-12	217770207	Algacir Batista de Abreu	MS
141	46312.002381/2019-67	217770126	Algacir Batista de Abreu	MS
142	46312.002382/2019-10	217769837	Algacir Batista de Abreu	MS
143	46312.002383/2019-56	217766544	Algacir Batista de Abreu	MS
144	46312.002384/2019-09	217766340	Algacir Batista de Abreu	MS
145	46312.002385/2019-45	217766307	Algacir Batista de Abreu	MS
146	46312.002386/2019-90	217766242	Algacir Batista de Abreu	MS
147	46312.002387/2019-34	217766081	Algacir Batista de Abreu	MS
148	46312.002388/2019-89	217766064	Algacir Batista de Abreu	MS
149	46312.002389/2019-23	217766021	Algacir Batista de Abreu	MS
150	46312.002390/2019-58	217766005	Algacir Batista de Abreu	MS
151	46312.002391/2019-01	217765955	Algacir Batista de Abreu	MS
152	46312.002392/2019-47	217765912	Algacir Batista de Abreu	MS
153	46312.002393/2019-91	217765742	Algacir Batista de Abreu	MS
154	46312.002394/2019-36	217765688	Algacir Batista de Abreu	MS
155	46312.002395/2019-81	217765670	Algacir Batista de Abreu	MS
156	46312.002396/2019-25	217769942	Algacir Batista de Abreu	MS
157	46312.002397/2019-70	217766391	Algacir Batista de Abreu	MS
158	46312.002398/2019-14	217766145	Algacir Batista de Abreu	MS
159	46312.002399/2019-69	217766111	Algacir Batista de Abreu	MS
160	46312.002400/2019-55	217765971	Algacir Batista de Abreu	MS
161	46312.002401/2019-08	217765921	Algacir Batista de Abreu	MS
162	46312.000143/2019-17	216596530	Lucelia Freitas da Silva Oliveira	MS
163	46312.000468/2019-08	216758092	Lucelia Freitas da Silva Oliveira	MS
164	46312.000269/2019-91	216652375	P & P Servicos Ltda - Me	MS
165	46312.005251/2018-03	216496829	Via Varejo S/A	MS
166	46653.003446/2018-40	215182472	Gustavo Crestani Fava	MT
167	46653.001912/2017-71	211983489	Madefing Com. de Portas e Portais Ltda Me	MT
168	46653.001913/2017-16	211975419	Madefing Com. de Portas e Portais Ltda Me	MT
169	46653.001914/2017-61	211975222	Madefing Com. de Portas e Portais Ltda Me	MT
170	46653.002865/2017-83	212369016	Madefing Com. de Portas e Portais Ltda Me	MT
171	46222.006617/2018-62	215230451	Calcenter - Calcados Centro-Oeste Ltda	PA
172	46222.000033/2019-64	216500265	Easy Logistica Eireli	PA
173	46222.007974/2018-48	215906934	Perbras Empresa Brasileira de Perfuracoes Ltda	PA
174	46222.002023/2019-63	216853532	Viver Outeiro Empreendimento Imobiliario Spe Ltda	PA
175	46085.001545/2017-06	213040824	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	PB
176	46085.001546/2017-42	213040697	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	PB
177	46085.001547/2017-97	213040778	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	PB
178	46224.002292/2018-29	214729991	Ipe Educacional S/S Ltda	PB
179	46224.002293/2018-73	214731472	Ipe Educacional S/S Ltda	PB
180	46224.002294/2018-18	214731553	Ipe Educacional S/S Ltda	PB
181	46224.002295/2018-62	214732185	Ipe Educacional S/S Ltda	PB
182	46224.002296/2018-15	214732568	Ipe Educacional S/S Ltda	PB
183	46224.002297/2018-51	214732673	Ipe Educacional S/S Ltda	PB
184	46224.000791/2015-39	205924433	JMA Confeccoes Ltda - Me	PB
185	46224.000794/2015-72	205924441	JMA Confeccoes Ltda - Me	PB
186	46224.001221/2015-66	206126077	JMA Confeccoes Ltda - Me	PB
187	46224.001477/2018-16	214300706	Josenildo Macena da Silva - Me	PB
188	46224.001566/2018-62	214377229	Unidade Textil Nordeste Eireli	PB
189	46212.013426/2018-76	215428269	Araucaria Transporte Coletivo Ltda	PR
190	46212.013427/2018-11	215429591	Araucaria Transporte Coletivo Ltda	PR
191	46212.002395/2019-17	216816246	Aristeu Correa de Bittencourt Neto	PR
192	46318.001746/2019-86	217461026	Auto Tecnica Diesel Ltda	PR
193	46318.001747/2019-21	217461069	Auto Tecnica Diesel Ltda	PR
194	46318.001748/2019-75	217461077	Auto Tecnica Diesel Ltda	PR
195	46212.002390/2019-86	216816297	Beleski de Carvalho Sociedade de Advogados.	PR
196	46212.004881/2019-61	217138829	Beleski de Carvalho Sociedade de Advogados.	PR
197	46212.002388/2019-15	216816319	Caixa Economica Federal	PR
198	46212.004885/2019-40	217138861	Caixa Economica Federal	PR
199	46212.005518/2019-63	217250599	Casaalta Construcoes Ltda	PR
200	46212.005519/2019-16	217250611	Casaalta Construcoes Ltda	PR
201	46212.005520/2019-32	217250629	Casaalta Construcoes Ltda	PR
202	46212.013380/2018-95	215405536	CCD Transporte Coletivo S.A.	PR
203	46318.004117/2018-27	215492684	Coamo Agroindustrial Cooperativa	PR
204	46318.004118/2018-71	215499051	Coamo Agroindustrial Cooperativa	PR
205	46212.004902/2019-49	217139035	Conselho Regional de Farmacia do Estado do Parana - CRF	PR
206	46319.000632/2019-17	217146244	Cooperativa Agraria Agroindustrial	PR
207	46212.002736/2019-46	216879868	Fritoli & Muniz Ltda	PR
208	46212.002558/2019-53	216838304	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude de Curitiba	PR
209	46212.002559/2019-06	216832985	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude de Curitiba	PR
210	46212.002560/2019-22	216838410	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude de Curitiba	PR
211	46212.002561/2019-77	216838371	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude De Curitiba	PR
212	46212.002562/2019-11	216838380	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude de Curitiba	PR
213	46212.002563/2019-66	216838347	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude De Curitiba	PR
214	46212.002564/2019-19	216838215	Fundacao Estatal de Atencao Especializada em Saude De Curitiba	PR
215	46212.002488/2019-33	216846897	Juriseg Seguranca e Vigilancia Ltda	PR
216	46318.001750/2019-44	217460593	Km Servicos Ltda	PR
217	46318.001751/2019-99	217460607	Km Servicos Ltda	PR
218	46318.001752/2019-33	217460615	Km Servicos Ltda	PR
219	46212.017719/2018-22	216012805	Lavoura e Pecuaria Igarashi Ltda	PR
220	46317.000525/2019-09	217027253	Lojas Salfer S.A	PR
221	46318.005450/2018-53	216149711	Macklife Comercio e Industria de Confeccoes Ltda	PR
222	46318.005451/2018-06	216149720	Macklife Comercio e Industria de Confeccoes Ltda	PR
223	46318.005452/2018-42	216149738	Macklife Comercio e Industria de Confeccoes Ltda	PR
224	46212.010809/2019-73	217959563	Mikoskis Pizzaria Ltda	PR
225	46212.010810/2019-06	217959555	Mikoskis Pizzaria Ltda	PR
226	46212.010811/2019-42	217959547	Mikoskis Pizzaria Ltda	PR
227	46212.010812/2019-97	217959539	Mikoskis Pizzaria Ltda	PR
228	46318.004728/2018-75	215800303	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
229	46318.004729/2018-10	215811569	Mota & Araujo Construcao Civil Ltda	PR
230	46212.004939/2019-77	217139400	Neves Macieywski, Garcia e Advogados Associados	PR
231	46212.003066/2019-85	216914906	Palladium Administradora de Shopping Centers Ltda.	PR
232	46212.008924/2019-88	217694632	Prlog Logistica e Transporte Ltda - Me	PR
233	46212.015479/2018-21	215684605	Rmdk Construcao Civil - Eireli	PR
234	46212.015480/2018-56	215684613	RMDK Construcao Civil - Eireli	PR
235	46212.017380/2018-64	215969090	Rosaldo de Oliveira Bastos	PR
236	46212.018408/2018-81	216137381	Rosaldo de Oliveira Bastos	PR
237	46212.002456/2019-38	216838444	Santa Felicidade Transporte e Logistica Ltda	PR
238	46212.002457/2019-82	216838452	Santa Felicidade Transporte e Logistica Ltda	PR
239	46212.002458/2019-27	216838461	Santa Felicidade Transporte e Logistica Ltda	PR
240	46212.002459/2019-71	216838479	Santa Felicidade Transporte e Logistica Ltda	PR
241	46212.006681/2017-81	211696994	Sulamericana Transportes Ltda - Me	PR
242	46212.006682/2017-26	211697036	Sulamericana Transportes Ltda - Me	PR
243	46212.006683/2017-71	211697052	Sulamericana Transportes Ltda - Me	PR
244	46212.007178/2019-13	217499821	Tefa Tecnologia em Fundicao de Aluminio S.A	PR
245	46212.007179/2019-50	217499830	Tefa Tecnologia em Fundicao de Aluminio S.A	PR
246	46212.007180/2019-84	217499848	Tefa Tecnologia em Fundicao de Aluminio S.A	PR
247	46212.007181/2019-29	217499856	Tefa Tecnologia em Fundicao de Aluminio S.A	PR
248	46212.002743/2019-48	216879931	TRC Taborda Recuperacao de Credito S/S Ltda	PR
249	46212.012037/2018-23	215267583	Trojahn-Toppel Servicos Ltda	PR
250	46319.000692/2019-21	217273904	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Medico	PR
251	46871.001184/2012-19	20770723	Aguas de Santo Antonio S.A.	RJ
252	46215.001676/2010-86	20060653	Associacao Congregacao Desanta Catarina	RJ
253	46228.001022/2014-37	203158776	Associacao Fluminense de Assistencia a Mulher a Crianca	RJ

254	46215.089850/2016-08	210764686	BM Rio Alimentos S/A	RJ
255	46215.089851/2016-44	210764694	BM Rio Alimentos S/A	RJ
256	46215.089853/2016-33	210764805	BM Rio Alimentos S/A	RJ
257	46215.089854/2016-88	210764759	BM Rio Alimentos S/A	RJ
258	46228.000958/2015-21	206173776	Cardiocampos Pronto Socorro Cardiologico Ltda	RJ
259	46215.018741/2014-36	204399297	Construir Arquitetura e Servicos Ltda	RJ
260	46215.091426/2016-15	210865687	Cyrela RJZ Construtora e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	RJ
261	46215.091429/2016-59	210865890	Cyrela RJZ Construtora e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	RJ
262	46215.091431/2016-28	210865903	Cyrela RJZ Construtora e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	RJ
263	46228.001513/2016-40	209413336	Edificar Engenharia Ltda	RJ
264	46228.001515/2016-39	209413352	Edificar Engenharia Ltda	RJ
265	46228.001516/2016-83	209413361	Edificar Engenharia Ltda	RJ
266	46228.001517/2016-28	209413395	Edificar Engenharia Ltda	RJ
267	46228.001518/2016-72	209413409	Edificar Engenharia Ltda	RJ
268	46228.001519/2016-17	209413425	Edificar Engenharia Ltda	RJ
269	46228.001520/2016-41	209413433	Edificar Engenharia Ltda	RJ
270	46228.001521/2016-96	209413441	Edificar Engenharia Ltda	RJ
271	46228.001522/2016-31	209413450	Edificar Engenharia Ltda	RJ
272	46228.001523/2016-85	209413468	Edificar Engenharia Ltda	RJ
273	46228.001524/2016-20	209413476	Edificar Engenharia Ltda	RJ
274	46228.001525/2016-74	209413484	Edificar Engenharia Ltda	RJ
275	46215.087249/2016-72	210494069	Enge Prat Engenharia e Servicos Ltda.	RJ
276	46666.003206/2015-53	207875685	Henos Choperia Ltda - Me	RJ
277	46215.463685/2009-23	15295265	Laboratorios Medicos Dr Sergio Franco Ltda	RJ
278	46215.463686/2009-78	15270751	Laboratorios Medicos Dr Sergio Franco Ltda	RJ
279	46215.463687/2009-12	15295273	Laboratorios Medicos Dr Sergio Franco Ltda	RJ
280	46334.003043/2009-12	15289265	Laboratorios Medicos Dr Sergio Franco Ltda	RJ
281	46215.086079/2016-17	210361344	Recofarma Industria do Amazonas Ltda	RJ
282	46215.086080/2016-33	210361522	Recofarma Industria do Amazonas Ltda	RJ
283	46666.003794/2017-97	213285053	Sao Jorge & Sao Jeronimo Reformas Ltda	RJ
284	46666.003795/2017-31	213284880	Sao Jorge & Sao Jeronimo Reformas Ltda	RJ
285	46666.003940/2017-84	213130963	Sao Jorge & Sao Jeronimo Reformas Ltda	RJ
286	46666.003941/2017-29	213130971	Sao Jorge & Sao Jeronimo Reformas Ltda	RJ
287	46215.014524/2015-58	206761864	Stahllog Solucao Logistica Ltda.	RJ
288	46232.002166/2015-22	207045771	Supermercado Tressoldi Ltda - Epp	RJ
289	46215.005029/2014-77	203009339	Transurb S/A	RJ
290	46215.005035/2014-24	203009461	Transurb S/A	RJ
291	46215.005036/2014-79	203009479	Transurb S/A	RJ
292	46215.005037/2014-13	203009487	Transurb S/A	RJ
293	46215.005038/2014-68	203009495	Transurb S/A	RJ
294	46215.009958/2015-36	206494238	Trocalor Industria Mecanica Ltda	RJ
295	46215.009960/2015-13	206493916	Trocalor Industria Mecanica Ltda	RJ
296	46666.001140/2011-33	22840419	Ultrascan Servico de Imagem Ltda SC	RJ
297	46666.001142/2011-22	22840400	Ultrascan Servico de Imagem Ltda SC	RJ
298	46666.001143/2011-77	22840397	Ultrascan Servico de Imagem Ltda SC	RJ
299	46666.003236/2015-60	207894779	Willisau Empreendimentos Ltda - Me	RJ
300	46218.001141/2019-13	216663440	Banco Agibank S.A	RS
301	46218.001142/2019-68	216663491	Banco Agibank S.A	RS
302	46272.003233/2018-01	215609751	BDD Restaurante e Churrascaria Eireli	RS
303	46272.003234/2018-47	215600282	BDD Restaurante e Churrascaria Eireli	RS
304	46272.003235/2018-91	215600258	BDD Restaurante e Churrascaria Eireli	RS
305	46272.003236/2018-36	215602315	BDD Restaurante e Churrascaria Eireli	RS
306	46272.003576/2018-67	216119201	BDD Restaurante e Churrascaria Eireli	RS
307	46272.003971/2018-40	216411041	Cooperativa Central Aurora Alimentos	RS
308	47191.000624/2018-28	215053095	Ensel Serviços Técnicos Profissionais Ltda.	RS
309	46218.002287/2019-86	216783968	Jarzynski Eletrica Ltda	RS
310	46218.002288/2019-21	216789494	Jarzynski Eletrica Ltda	RS
311	46218.002289/2019-75	216791171	Jarzynski Eletrica Ltda	RS
312	46218.002290/2019-08	216790361	Jarzynski Eletrica Ltda	RS
313	46218.002291/2019-44	216790832	Jarzynski Eletrica Ltda	RS
314	46218.002292/2019-99	216774772	Jarzynski Eletrica Ltda	RS
315	47157.000042/2019-49	216549302	Loewe Servico e Comercio Eireli	RS
316	46272.001301/2019-70	217140831	Nova JVA Industria Metalurgica Ltda	RS
317	46272.001303/2019-69	217140904	Nova JVA Industria Metalurgica Ltda	RS
318	46272.001304/2019-11	217140998	Nova JVA Industria Metalurgica Ltda	RS
319	46272.001305/2019-58	217146406	Nova Jva Industria Metalurgica Ltda	RS
320	46271.003319/2018-35	215359046	Salvitel Móveis Ltda.	RS
321	46271.003320/2018-60	215358970	Salvitel Móveis Ltda.	RS
322	46275.000735/2019-22	217340989	Uggeri S.A	RS
323	46271.004872/2018-95	215961501	Vigilancia Patrulhense Ltda	RS
324	46271.004873/2018-30	216009201	Vigilancia Patrulhense Ltda	RS
325	46220.002893/2018-71	214476448	Matisse Construcao e Incorp. de Empreendimentos Imobiliários Ltda.	SC
326	46220.001860/2016-42	209119071	Momento Engenharia Ambiental S.A	SC
327	46220.001725/2016-05	209119012	Momento Engenharia Ambiental S.A.	SC
328	47117.000300/2019-63	217447074	Azevedo Marques Engenharia Ltda	SP
329	47117.000301/2019-16	217447830	Azevedo Marques Engenharia Ltda	SP
330	46260.002012/2019-27	217223451	Biosev Bioenergia S.A.	SP
331	46260.002138/2019-00	217310435	Biosev Bioenergia S.A.	SP
332	46260.002139/2019-46	217309658	Biosev Bioenergia S.A.	SP
333	46263.003950/2015-91	207252122	Bruna Mirella L.M. Levy - Me	SP
334	46263.003949/2015-66	207252114	Bruna Mirella L.M.Levy - Me	SP
335	46263.003956/2015-68	207252149	Bruna Mirella L.M.Levy - Me	SP
336	46252.000314/2019-60	216676274	Condominio Thermas de Olimpia Resorts	SP
337	46252.000315/2019-12	216676282	Condominio Thermas de Olimpia Resorts	SP
338	46252.000316/2019-59	216676291	Condominio Thermas de Olimpia Resorts	SP
339	46252.000313/2019-15	216676266	Condomínio Thermas de Olímpia Resorts	SP
340	47998.002518/2019-84	217126413	Covabra Supermercados Ltda	SP
341	47998.002522/2019-42	217126545	Covabra Supermercados Ltda	SP
342	47998.002523/2019-97	217126120	Covabra Supermercados Ltda	SP
343	46260.004284/2018-81	215295978	DV3 Solucoes Logisticas Ltda	SP
344	47999.000358/2018-48	213862409	Industria de Material Belico do Brasil Imbel	SP
345	47999.002049/2018-11	214584810	Instituto de Educação do Vale do Paraíba	SP
346	47999.002050/2018-37	214584836	Instituto de Educação do Vale do Paraíba	SP
347	47999.002051/2018-81	214584844	Instituto de Educação do Vale do Paraíba	SP
348	47999.000640/2018-25	213922550	Jose Geraldo Ferreira Caraguatatuba	SP
349	47999.000642/2018-14	213922754	Jose Geraldo Ferreira Caraguatatuba	SP
350	46262.004470/2017-19	213564858	Liquigas Distribuidora S.A.	SP
351	46474.001491/2018-78	214596231	Massagelada Industria e Comercio Ltda	SP
352	46474.001492/2018-12	214596435	Massagelada Industria e Comercio Ltda	SP
353	46474.001493/2018-67	214596630	Massagelada Industria e Comercio Ltda	SP
354	46474.001494/2018-10	214596591	Massagelada Industria e Comercio Ltda	SP
355	46474.001495/2018-56	214596729	Massagelada Industria e Comercio Ltda	SP
356	47998.002723/2019-40	217269621	Mckin Foods Ltda	SP
357	47998.002724/2019-94	217271359	Mckin Foods Ltda	SP
358	46256.003763/2018-49	216474132	Mega Transportes E Participacoes S/A	SP
359	46256.003795/2019-25	216526515	Mega Transportes e Participacoes S/A	SP
360	46256.003796/2019-70	216526523	Mega Transportes e Participacoes S/A	SP
361	46254.001905/2018-53	214711056	Mondelli Industria de Alimentos S.A.	SP
362	46254.001907/2018-42	214711005	Mondelli Industria de Alimentos S.A.	SP
363	46254.001909/2018-31	214736598	Mondelli Industria de Alimentos S.A.	SP
364	46254.001910/2018-66	214735753	Mondelli Industria de Alimentos S.A.	SP
365	46254.001911/2018-19	214736105	Mondelli Industria de Alimentos S.A.	SP
366	46254.001912/2018-55	214711188	Mondelli Industria de Alimentos S.A.	SP
367	47999.001754/2018-92	214381579	Novelis do Brasil Ltda.	SP
368	47999.002422/2018-25	214836061	PH Aquino Terraplenagem Ltda	SP
369	47999.002420/2018-36	214836002	PH Terraplanagem - Eireli	SP
370	46262.002329/2018-62	214724646	Soc Portuguesa de Beneficencia de Santo Andre	SP
371	46266.003993/2016-27	209845651	SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	SP
372	46260.004163/2018-39	215244991	Tereos Acucar E Energia Andrade S.A.	SP
373	46261.003139/2018-72	214958922	Terminal 12 A S.A.	SP
374	47999.002610/2018-53	214926168	Vale Cargas Frios Transportes Ltda	SP
375	46267.001967/2017-35	212519344	Vidone Artefatos de Couro Ltda - Me	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.001124/2016-92	200660055	Empresa de Transportes Joevanza Ltda.	BA
2	46778.001237/2018-55	201194147	Henrique Nery de Castro	BA
3	47747.006661/2018-16	201201551	AG Remy Stretch Brasil Ltda.	MG
4	46242.000073/2017-14	200852604 - TRet nº 201264374	Cao Engenharia Ltda.	MG
5	46247.000255/2018-18	201089416	Marcilio Farias de Souza - Me	MG
6	46247.000192/2017-19	200860828 - TRet nº 201315831	Trns-Peres Transportes e Logistica Ltda. - ME	MG
7	47747.0055942/015-70	200505696 - TRet nº 200516582	Viação Paraense Ltda.	MG
8	46212.005517/2019-19	201399946	Casaalta Construções Ltda.	PR
9	46272.003654/2018-23	201272598	Ivanor Luiz Buzatto	RS
10	46271.003321/2018-12	201201992	Salvitel Móveis Ltda.	RS
11	46271.004875/2018-29	201260492	Vigilancia Patrulhense Ltda.	RS
12	46263.003957/2015-11	200539949	Bruna Mirella L.M. Levy - Me	SP
13	46252.000317/2019-01	201370239	Condomínio Thermas de Olímpia Resorts	SP
14	47999.000645/2018-58	201082586	José Geraldo Ferreira Caraguatatuba - Me	SP
15	46267.001961/2017-68	200996053	Vidone Artefatos de Couro Ltda.. Me - Epp	SP

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46318.004724/2018-97	215799844	Mota & Araújo Construção Civil Ltda.	PR
2	46666.003237/2015-12	207894795	Willisau Empreendimentos Ltda. - Me	RJ

1.3 Pela procedência parcial de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46201.002839/2018-54	215110811	Construtora Delman Sampaio Ltda.	AL
2	46206.002657/2015-91	205970435	Norte Energia S.A.	DF
3	46313.000586/2013-11	024890979	INQUISA - Indústria Química Santo Antônio S.A	RJ
4	46260.002042/2017-71	211651877	Alfa Engenharia Elétrica S/S Ltda. - Me	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46334.003690/2015-72	200551205 - TAD nº201781301	Mensageiro da Paz Comércio de Gás Ltda. - ME	RJ

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:

2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46281.000351/2019-21	216804124	Carlos Viana De Oliveira	BA
2	46281.000150/2019-23	216687888	Germinio Orlando Sampaio Braga	BA
3	46281.000159/2019-34	216695996	Germinio Orlando Sampaio Braga	BA
4	46281.000156/2019-09	216696020	Germinio Orlando Sampaio Braga	BA
5	46281.000154/2019-10	216696054	Germinio Orlando Sampaio Braga	BA
6	46281.001441/2018-58	214709914	Posto Conterraneo Derivados de Petroleo Ltda	BA
7	46281.000910/2018-11	214518086	Posto Conterraneo Derivados de Petroleo Ltda	BA
8	46281.001015/2018-14	214519872	Posto Contorno Ltda - Epp	BA
9	46281.001422/2018-21	214690032	Posto Guanabara Ltda	BA
10	46281.001491/2018-35	214737292	Posto Sao Joao Comercio de Combustiveis e Lubrificantes	BA
11	46204.005413/2019-11	217544576	Vas Express Cargo Transportes Ltda	BA
12	46205.012833/2016-93	210353350	Companhia de Integracao Portuaria do Ceara Cearaportos	CE
13	46205.116051/2018-94	216470714	Consorcio Publico de Saude da Microrregiao de Cascavel	CE
14	46205.116049/2018-15	216470692	Consorcio Publico de Saude da Microrregiao de Cascavel	CE
15	46205.015191/2015-01	208113681	G&E Manutencao e Servicos Ltda	CE

16	46205.011461/2016-88	200951319	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	CE
17	46205.012152/2016-25	210221241	Tecbrita Tecnologia em Britagem Ltda	CE
18	46205.113965/2018-01	216034175	Vinox Industrial e Comercio de Artefatos de Aco Inox Ltda	CE
19	46502.001679/2017-51	213047004	Viacao Novo Retiro Ltda	MG
20	46222.002165/2019-21	216893348	Carlos A. Correa & Santos Ltda	PA
21	46212.008738/2019-49	217679234	Vialoc Transporte de Passageiros Eireli	PA
22	46212.008740/2019-18	217680267	Vialoc Transporte de Passageiros Eireli	PA
23	46212.008739/2019-93	217680003	Vialoc Transporte de Passageiros Eireli	PA
24	46212.008672/2019-97	217501711	Vialoc Transporte de Passageiros Eireli	PA
25	46268.002453/2018-78	215529863	Associacao Lar Sao Francisco de Assis na Providencia de Deus	SP
26	46736.002338/2018-30	214610900	Comercial Barcelos Eireli	SP
27	46736.001023/2019-56	216957991	CQM Construtora Ltda	SP
28	46219.003302/2019-01	216874963	Escola de Ginecologia e Mastologia Jose Aristodemo	SP
29	46736.002536/2018-01	214721469	Fusotec Industria e Comercio de Maquinas Texteis Ltda	SP
30	46736.004875/2018-14	215608259	Nova Sodesp Organizacao de Documentos Ltda.	SP
31	46736.004659/2018-79	215398823	NS Faccao de Tecidos, Transporte e Armazenagem Eireli	SP
32	46258.001393/2019-76	217670911	R. Dias Cortez	SP
33	46736.001021/2019-67	216958172	Uniao Central Brasileira da Igreja Adventista do Setimo Dia	SP
34	46736.006858/2018-11	216348111	W.P. Restaurante e Comercio de Alimentos - Eireli	SP

2.2 Pela procedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46208.002042/2018-97	214080854	Atacadao S.A.	GO
2	46208.001339/2019-16	216819709	Centroalcool S/A (Em Recuperacao Judicial)	GO
3	46208.014843/2018-03	216335353	Eucatur-Empresa Uniao Cascavel de Transportes e Turismo Ltda	GO
4	46213.010854/2018-37	214942856	Fernando Bezerra dos Santos	PE
5	46213.017588/2018-73	215755081	Fundacao Professor Martiniano Fernandes - Imip Hospital	PE
6	46213.009419/2018-60	214758478	Gilson Menezes Vilela	PE
7	46318.001434/2019-72	217317928	Bread Fast Foods Ltda	PR
8	46318.001436/2019-61	217317626	Bread Fast Foods Ltda	PR
9	46334.003638/2017-88	213283476	Construtora Elos Engenharia Ltda.	RJ
10	46334.002063/2019-48	217847161	Fabiane da Silva - Mercearia Eireli	RJ
11	46334.002065/2019-37	217847854	Fabiane da Silva - Mercearia Eireli	RJ
12	46334.002067/2019-26	217847803	Fabiane da Silva - Mercearia Eireli	RJ
13	46215.007633/2016-08	209465921	Medral Servicos e Infraestrutura Ltda	RJ
14	46215.010676/2018-24	215085035	Ocean Rig do Brasil Servicos de Petroleo Ltda	RJ
15	46871.000646/2019-57	218048122	R M A Serralheria Itaperuna Eireli	RJ
16	46871.000647/2019-00	218048211	R M A Serralheria Itaperuna Eireli	RJ
17	46871.000648/2019-46	218048173	R M A Serralheria Itaperuna Eireli	RJ
18	46871.000649/2019-91	218048157	R M A Serralheria Itaperuna Eireli	RJ
19	46871.000650/2019-15	218048181	R M A Serralheria Itaperuna Eireli	RJ
20	46871.000651/2019-60	218048050	R M A Serralheria Itaperuna Eireli	RJ
21	46228.001145/2019-82	217692435	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
22	46228.001147/2019-71	217692478	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
23	46228.001148/2019-16	217692486	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
24	46228.001155/2019-18	217692591	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
25	46228.001156/2019-62	217692605	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
26	46228.001157/2019-15	217692621	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
27	46228.001158/2019-51	217692648	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
28	46228.001159/2019-04	217692656	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
29	46228.001160/2019-21	217692702	Transfelipe Servicos de Transporte e Empreendimentos Comerciais Ltda.	RJ
30	46219.003303/2019-48	216874998	Escola de Ginecologia e Mastologia Jose Aristodemo	SP
31	46219.003304/2019-92	216875056	Escola de Ginecologia e Mastologia Jose Aristodemo	SP

2.3 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46778.001310/2018-99	215441133	Ande Moveis e Eletrodomesticos Eireli	BA
2	46778.000688/2018-75	214669599	H B Engenharia e Serviços Ltda - Epp	BA
3	46208.014477/2018-84	216242118	Constelacoes Restaurante Eireli	GO
4	46208.014842/2018-51	216335345	Eucatur-Empresa Uniao Cascavel de Transportes e Turismo Ltda	GO
5	46246.003510/2017-11	213457601	Fundação Educacional Alto Médio São Francisco	MG
6	46017.000074/2019-86	216513979	Aldenei Mandrick	PA
7	46213.013857/2018-22	215281225	Oculum Otica Ltda.	PE
8	46318.001961/2019-87	217736157	Oderco Distribuidora de Eletronicos Ltda	PR
9	46212.007701/2019-01	217571735	Supermercado Boza Ltda	PR

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA SEPRT/ME Nº 5.008, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 28 da Portaria GME n° 406, de 8 de dezembro de 2020, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2020, seção 1, páginas 220/223 - (Processo nº 10132.100216/2021-65), resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de abril de 2021, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R$ 1.419,48 (um mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

EXTRATO DE PARECER
RESULTADOS 2020

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Metas de Gestão e de Desempenho, instituída nos termos do art. 9º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tendo em vista o disposto na Cláusula Sexta do Acordo, datado de 5 abril de 2018, manifesta-se pelo cumprimento das metas acordadas.

Em atenção ao disposto na Cláusula Oitava do referido Acordo, além da publicação do presente extrato na imprensa oficial, o referido Parecer ficará disponível, na íntegra, para conhecimento dos interessados, no sítio eletrônico www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar.

Brasília, 28 de abril de 2021
MAURICIO DIAS LEISTER
Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Metas de Gestão e de Desempenho da Previc e Representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

CRISTIANO PAULO SOARES PINTO
Representante Titular da Casa Civil da Presidência da República

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 29 DE ABRIL DE 2021

Com amparo no que dispõem o art. 80-A, inciso VIII, do Decreto n.º 10.072, de 18 de outubro de 2019 e na Portaria n.º 17.593, de 24 de julho de 2020, no tocante às atribuições sobre a matéria do Registro Sindical e por constar erro no item "c" em relação à anulação do registro sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional - SINASEFE, CNPJ 03.658.820/0001-63 na minuta de publicação da Nota Técnica SEI nº 54109/2020/ME publicada no DOU, de 19/04/2021, Seção 1, Nº 72, Página 45, determino sua correção e publicação no Diário Oficial da União - DOU o ato a seguir: Onde se lê: c) ANULAR o registro sindical concedido ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional - SINASEFE, CNPJ 03.658.820/0001-63, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020 c/c art. 53 e 64, da Lei nº 9.789/99; leia-se: c) ANULAR o registro sindical concedido ao Sindicato do Instituto Federal de Sergipe - SINDIFSE CNPJ: 23.460.349/0001-01, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020 c/c art. 53 e 64, da Lei nº 9.789/99;

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS
Coordenador-Geral de Registro Sindical

DESPACHOS DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19440/2021/ME (SEI 15315380), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105786/2021-23, de interesse do Sindicato dos Empregados do Ramo de Atividade de Segurança Privada e Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância, Segurança Pessoal, Orgânica, Agente Tático e Curso de Formação e Especialização de Vigilantes de Criciúma e Região - SINVAC CRICIÚMA, CNPJ n.º 00.115.169/0001-97, para representação da categoria profissionais: a) Empregados de empresas do ramo de segurança privada; b) segurança patrimonial privada; c) vigilância; d) segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física das pessoas; e) agente tático; f) ronda motorizada; g) escolas de formação, aperfeiçoamento; atualização e especialização de profissionais de segurança privada; h) vigilante atendente de alarme; i) segurança de eventos em espaços comunais; j) segurança perimetral na muralhas e guaritas de estabelecimentos prisionais/CASEPS; k) empresas possuidoras de serviços orgânicos de segurança; l) empresas possuidoras de serviços orgânicos de vigilância; m) guardião / guarda patrimonial; n) vigia patrimonial de empresas terceirizadas, com abrangência INTERMUNICIPAL e base territorial no Estado de SANTA CATARINA, nos Municípios de Criciúma, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Balneário Rincão, Cocal do Sul, Ermo, Forquilhinha, Içara, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Turvo e Urussanga, nos termos dos Arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19431/2021/ME (SEI 15314478), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19955.100810/2021-47, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Ibititá - Bahia , CNPJ n.º 63.111.082/0001-61, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, na ativa, aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, com área não superior a 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto-Lei 1.166/1971, ativos e aposentados, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Estado de BAHIA, no Município de IBITITÁ, nos termos dos Arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19824/2021/ME (15371869), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Incorporação n.º 19964.105485/2021-08 (SI00006) de interesse do SINDESP/PA-AP - Sindicato das Empresas de Vigilância, Cursos de Formação e Segurança Privada dos Estados do Pará e Amapá, CNPJ 34.682.393/0001-82, nos termos do inciso I do art. 22 da Portaria 17.593/2020:.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19604/2021/ME (15337604), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105614/2021-50, de interesse do SIEMACO - Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Limpeza Pública de Ponta Grossa e Região, CNPJ 01.844.548/0001-80, nos termos do art. 22, inciso II, c/c art. 47, ambos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19764/2021/ME (15362204), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105679/2021-03, de interesse do SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINCODIV/MT, CNPJ 00.200.117/0001-19, nos termos do artigo 22, inciso I, da Portaria no 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19405/2021/ME (15311430), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105668/2021-15, de interesse do SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO MUNICIPIO DE NHAMUNDÁ/AM - SINDPESCA, CNPJ 08.541.426/0001-64, para representação da categoria profissional dos pescadores e pescadoras artesanais que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, com abrangência municipal e base territorial no Estado do Amazonas, município de Nhamundá, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19483/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato do Comércio Hoteleiro e de Hospedagem de Animais de Estimação do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 94.067.345/0001-06, Processo 08015.004067/2019-84, para representar a Categoria Econômica do "comércio hoteleiro" e da categoria econômica de "hospedagem de animais de estimação" em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com abrangência Intermunicipal: categoria econômica do "comercio hoteleiro" e base territorial nos Municípios de Aceguá, Água Santa, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alegria, Alpestre, Alto Alegre, Alto Feliz, Alvorada, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, Almirante Tamandaré do Sul, André da Rocha, Anta Gorda, Antônio Prado, Arambaré, Araricá, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Augusto Pestana, Áurea, Bagé, Balneário Pinhal, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barra do Guarita, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barracão, Barros Cassal, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Bom Princípio, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Bozano, Braga, Brochier, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caibaté, Caiçara, Camaquã, Camargo, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Candiota, Canela, Canguçu, Canoas, Canudos do Vale, Capão da Canoa, Capão Bonito do Sul, Capão Cipó, Coqueiro Baixo, Capão do Leão, Capela de Santana, Capitão, Capivari do Sul, Caraá, Carazinho, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Catuípe, Centenário, Cerrito, Cerro Branco, Cerro Grande, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Charrua, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Colinas, Colorado, Condor, Constantina, Coqueiros do Sul, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Coxilha, Crissiumal, Cristal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzaltense, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos das Missões, Dois Lajeados, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dom Pedro de Alcântara, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Engenho Velho, Entre Rios do Sul, Entre-Ijuís, Erebango, Ernestina, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Esteio, Estrela, Estrela Velha, Eugênio de Castro, Faxinal do Soturno, Faxinalzinho, Fazenda Vilanova, Feliz, Floriano Peixoto, Forquetinha, Fontoura Xavier, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garibaldi, Garruchos, Gaurama, General Câmara, Gentil, Getúlio Vargas, Giruá, Glorinha, Gramado, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Harmonia, Herval, Herveiras, Horizontina, Hulha Negra, Humaitá, Ibarama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Ilópolis, Imbé, Imigrante, Independência, Inhacorá, Ipê, Ipiranga do Sul, Iraí, Itaara, Itacurubi, Itapuca, Itaqui, Itati, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacuizinho, Jacutinga, Jaguarão, Jaguari, Jaquirana, Jari, Jóia, Júlio de Castilhos, Lagoa dos Três Cantos, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado, Lajeado do Bugre, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maçambará, Machadinho, Mampituba, Manoel Viana, Maquiné, Maratá, Marau, Marcelino Ramos, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Marques de Souza, Mata, Mato Castelhano, Mato Leitão, Mato Queimado, Maximiliano de Almeida, Minas do Leão, Miraguaí, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Montenegro, Mormaço, Morrinhos do Sul, Morro Redondo, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muitos Capões, Muliterno, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Boa Vista, Nova Bréscia, Nova Candelária, Nova Esperança do Sul, Nova Hartz, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Ramada, Nova Roma do Sul, Nova Santa Rita, Novo Barreiro, Novo Cabrais, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Paraí, Paraíso do Sul, Pareci Novo, Parobé, Passa Sete, Passo do Sobrado, Paverama, Paulo Bento, Pedro Osório, Pejuçara, Pelotas, Picada Café, Pinhal, Pinhal Grande, Pinhal da Serra, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Pirapó, Piratini, Planalto, Poço das Antas, Pontão, Ponte Preta, Portão, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Pouso Novo, Presidente Lucena, Progresso, Putinga, Quaraí, Quatro Irmãos, Quevedos, Quinze de Novembro, Redentora, Relvado, Restinga Sêca, Rio dos Índios, Rio Grande, Rio Pardo, Riozinho, Roca Sales, Rodeio Bonito, Rolador, Rolante, Ronda Alta, Rondinha, Roque Gonzales, Rosário do Sul, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Salvador do Sul, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Cecília, Santa Margarida do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Sant'Ana do Livramento, Santiago, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Santo Cristo, Santo Expedito do Sul, São Borja, São Domingos do Sul, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Jerônimo, São João da Urtiga, São João do Polêsine, São José das Missões, São José do Herval, São José do Hortêncio, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Martinho da Serra, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro da Serra, São Pedro do Butiá, São Pedro das Missões, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim, São Valentim do Sul, São Valério do Sul, São Vendelino, São Vicente do Sul, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Sede Nova, Segredo, Selbach, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Serafina Corrêa, Sério, Sertão, Sertão Santana, Sete de Setembro, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sinimbu, Sobradinho, Soledade, Tabaí, Tapejara, Tapera, Tapes, Taquara, Taquari, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Tio Hugo, Tiradentes do Sul, Toropi, Torres, Tramandaí, Travesseiro, Três Arroios, Três Cachoeiras, Três Coroas, Três de Maio, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tunas, Tupanci do Sul, Tupanciretã, Tupandi, Tuparendi, Turuçu, Ubiretama, União da Serra, Unistalda, Vacaria, Vale do Sol, Vale Verde, Vanini, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Corrêa, Viadutos, Viamão, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Lângaro, Vila Maria, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfália e Xangri-lá; e a representação da categoria econômica de "hospedagem de animais de estimação" em todo Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na NT 19031/2021/ME (SEI 15270831), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapicuru/BA SIND-ITA, CNPJ 24.836.528/0001-63, Processo 46204.010963/2017-82, para representar a Servidores Públicos, com abrangência municipal e base territorial no Município de Itapicuru no Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil; CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Servidores Públicos Civis; no município Itapicurú, do Estado da Bahia, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19585/2021/ME (15333698), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jaiba/MG, CNPJ 25.228.545/0001-80, Processo nº 46211.003154/2015-63, para representar a Categoria Profissional dos "Trabalhadores e Trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais e hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais", com abrangência municipal e base territorial município de Jaiba, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19597/2021/ME (15336552), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105560/2021-22, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE IRECE - BA, CNPJ 13.716.063/0001-90, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, com área não superior a dois módulos rurais nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados., com abrangência municipal e base territorial no Município de Irecê, Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 14463/2020/ME, resolve: ARQUIVAR a alteração estatutária do STRC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado, CNPJ 10.329.548/0001-33, Processo 46213.011810/2017-43, nos termos do art. 22, incisos I e VI e art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19223/2021/ME (15293301), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS SERVIDORES DA DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARANA - SINDEFESA-PR, CNPJ 33.075.329/0001-70, Processo nº 19964.100976/2021-54, para representar a Categoria PROFISSIONAIS DOS SERVIDORES EFETIVOS, ATIVOS E APOSENTADOS NA DEFESA AGROPECUÁRIA, CUJA REPRESENTAÇÃO ABRANGE TODOS OS MEMBROS DAS CARREIRAS DA DEFESA AGROPECUÁRIA NO PARANÁ, CONSTITUÍDA PELOS: ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO E FISCAIS DA DEFESA AGROPECUÁRIA, ASSIM COMO OS MEMBROS DA CATEGORIA DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO (QPPE), CONSTITUÍDOS PELOS: AGENTE DE APOIO, AGENTE DE EXECUÇÃO E AGENTE PROFISSIONAL ATUANTES NO ÂMBITO DA DEFESA AGROPECUÁRIA, ALÉM DOS SERVIDORES CEDIDOS A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, COMPOSTOS POR: ANALISTA DE GESTÃO, ANALISTA MASTER, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, ASSISTENTE OPERACIONAL, ASSISTENTE TÉCNICO III, CLASSIFICADOR DE PRODUTOS E SERVIDORES ATUANTES NO ÂMBITO DA DEFESA AGROPECUÁRIA, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Paraná, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria PROFISSIONAIS DOS SERVIDORES EFETIVOS, ATIVOS E APOSENTADOS NA DEFESA AGROPECUÁRIA, CUJA REPRESENTAÇÃO ABRANGE TODOS OS MEMBROS DAS CARREIRAS DA DEFESA AGROPECUÁRIA NO PARANÁ, CONSTITUÍDA PELOS: ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO E FISCAIS DA DEFESA AGROPECUÁRIA, ASSIM COMO OS MEMBROS DA CATEGORIA DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO (QPPE), CONSTITUÍDOS PELOS: AGENTE DE APOIO, AGENTE DE EXECUÇÃO E AGENTE PROFISSIONAL ATUANTES NO ÂMBITO DA DEFESA AGROPECUÁRIA, ALÉM DOS SERVIDORES CEDIDOS A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, COMPOSTOS POR: ANALISTA DE GESTÃO, ANALISTA MASTER, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO, ASSISTENTE OPERACIONAL, ASSISTENTE TÉCNICO III, CLASSIFICADOR DE PRODUTOS E SERVIDORES ATUANTES NO ÂMBITO DA DEFESA AGROPECUÁRIA, do Estado do Paraná, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 18834/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE IGUARACI - STR - IGUARACI - PE, CNPJ 10.347.748/0001-19, Processo 46213.003177/2016-39, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores familiares do Município de Iguaraci, que desempenham suas atividades em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, na forma do Decreto-Lei nº 1.166/71, ou de lei que venha a substituí-la. com abrangência Municipal e base territorial no município de Iguaracy, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 17782/2021/ME (SEI 15111717), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Uibaí - Bahia, CNPJ nº 14.140.636/0001-43, Processo nº 46204.010257/2016-50 (SA03575), para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, com área não superior a 02 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial em Uibaí, Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na NT 17332/2021/ME (15056093), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ÁGUAS MORNAS-SC, CNPJ 82.891.995/0001-92, Processo 46220.002546/2015-04, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, limitando-se a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Águas Mornas, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19404/2021/ME (SEI 15311304), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.105391/2021-21, de interesse do SINDICATO DOS PROFESSORES DE COREAÚ - SINDPROC , CNPJ n.º 08.896.275/0001-67, nos termos do Art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19471/2021/ME (SEI nº 15319326), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46312.002579/2015-17, de interesse do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, CNPJ nº 00.926.113/0001-12, para representação da categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados, compreende toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 18447/2021/ME (SEI 15190163), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.104174/2021-13, de interesse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Umuarama, CNPJ n.º 77.552.297/0001-22, nos termos do Art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19435/2021/ME (SEI 15314749), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105599/2021-40, de interesse do Sindicato dos Servidores Publicos de Serra do Ramalho - Bahia SINSP/SR, CNPJ n.º 06.333.968/0001-16, nos termos do Art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19430/2021/ME (SEI 15314325), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105470/2021-31, de interesse do SINDICATO DOS PESCADORES DE PAÇO DO LUMIAR - SIDPESCAPAÇO, CNPJ n.º 36.886.559/0001-08, nos termos do Art. 22, inciso I e II da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19406/2021/ME (SEI 15311553), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105411/2021-63, de interesse do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias de Itabaiana e Região - SINDACSE, CNPJ n.º 30.317.070/0001-39, nos termos do Art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19438/2021/ME (15314998), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 14021.143407/2021-20, de interesse do SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS E DE CAPITALIZACAO DO NORTE E NORDESTE, CNPJ 11.010.907/0001-58, nos termos do artigo 22, inciso I c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19004/2021/ME (15266950), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Primeira Cruz - MA, CNPJ 07.163.892/0001-90, Processo 46223.001677/2016-17, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais , com abrangência municipal e base territorial no Município de Primeira Cruz, Estado do Maranhão, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19434/2021/ME (15314743), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46312.002070/2016-55 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Sidrolândia/MS, CNPJ 24.874.616/0001-50, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 3155/2021/ME(SEI n. 13224500), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46208.008103/2017-49 - SA04243, de interesse do STR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAIAPONIA E PALESTINA, CNPJ 01.466.432/0001-55, nos termos do art. 22, inciso I e XI da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 19266/2021/ME (15296934), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46210.000175/2016-18 de interesse do SINCONOP - SINDICATO PATRONAL DO COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE SINOP, CNPJ 23.125.978/0001-85, nos termos do art. 22, incisos VI e XI c/c art. 47, todos da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, em cumprimento ao disposto na NOTA Nº 00751/2021/PGFN/AGU (15217040) e Mandado de Segurança nº 0001670-47.2016.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, TRT da 10ª Região; com fundamento na NOTA TÉCNICA SEI Nº 19424/2021/ME (15313693), resolve, EXCLUIR a CATEGORIA das EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS NO SEGMENTO DE LOGÍSTICA da REPRESENTAÇÃO do SINDEPRESTEM - Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra e de Trabalho Temporário no Estado de São Paulo - SP (litisconsorte passivo), Processo de Registro Sindical nº 24000.004510/91-43, CNPJ: 66.662.974/0001-49 (15313708).

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA SEPEC/ME Nº 4.434, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Estabelece os procedimentos gerais para a implementação do Teletrabalho no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 106, inciso I, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 180 do Anexo I do mesmo Decreto, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e na Portaria ME nº 334, de 2 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos gerais para implementação do Programa de Gestão do Ministério da Economia, de que trata a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, doravante denominado simplesmente Teletrabalho.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, adotam-se os termos e as definições previstos no art. 3º da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

§ 1º Sem prejuízo do que dispõe o inciso IV do art. 3º da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, considera-se como unidade as Secretarias singulares.

§ 2º O Teletrabalho de que trata esta Portaria não se confunde com o trabalho remoto previsto na alínea "b" do inciso I do art. 2º da Portaria ME nº 96, de 17 de março de 2020, referente ao estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 3º Compete ao dirigente máximo das unidades regulamentar a execução do Teletrabalho no âmbito das Secretarias singulares, por meio da publicação de ato normativo próprio, em conformidade com o que dispõe esta Portaria e a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

Parágrafo único. O ato normativo de que trata o caput deverá conter, além de eventuais procedimentos próprios da unidade, as informações constantes no art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, quando for o caso.

Art. 4º São resultados e benefícios esperados para o Teletrabalho:

I - promover a produtividade e a qualidade dos trabalhos dos participantes;

II - contribuir com a redução de despesas de custeio;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - promover a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da unidade;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - otimizar a utilização de recursos;

VIII - realizar o acompanhamento contínuo das atividades;

IX - estimular a comunicação entre líder e liderado;

X - presumir a boa-fé dos servidores públicos no cumprimento de suas obrigações; e

XI - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade na prestação dos serviços públicos.

Art. 5º O Teletrabalho poderá ser realizado em regime de execução integral ou parcial.

Parágrafo único. No regime de execução parcial, o participante do Teletrabalho deverá cumprir no mínimo 20% (vinte por cento) de sua carga horária mensal presencialmente no órgão, conforme pactuado no Plano de Trabalho.

Art. 6º É permitida a participação no Teletrabalho de servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, empregados públicos e contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, vedada a participação de servidor:

I - cujas atividades exijam a presença física no recinto da unidade;

II - que tenha sido apenado em procedimento disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à data de solicitação para participar do Teletrabalho; e

III - que nos últimos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar tenha sido desligado do Teletrabalho pelo não cumprimento do estabelecido no Plano de Trabalho.

Parágrafo único. Observados os critérios estabelecidos neste artigo e eventuais critérios adicionais definidos pelo dirigente máximo da unidade, todos os servidores das Secretaria singulares são elegíveis para participar do Teletrabalho.

Art. 7º O Teletrabalho, cuja implementação é facultativa à unidade, deverá observar a supremacia do interesse público sobre o interesse particular do servidor, bem como atender prioritariamente a critérios de conveniência e oportunidade.

Parágrafo único. A iniciativa de implementar o Teletrabalho poderá ocorrer de ofício, por parte do dirigente máximo da unidade, ou mediante provocação.

Art. 8º A adesão ao Teletrabalho é facultativa, não gera direito adquirido à permanência em tal modalidade e não implica em alteração de lotação e exercício.

Art. 9º A execução de atividades em Teletrabalho não poderá:

I - prejudicar o atendimento ao público interno e externo; e

II - comprometer atividades para as quais seja necessária a presença física nas dependências da unidade ou fora dela.

Art. 10. As unidades deverão publicar a Tabela de Atividades de que tratam o art. 10 e o § 2º do art. 26 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - as atividades;

II - as faixas de complexidades das atividades;

III - os parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade;

IV - o tempo de execução das atividades em regime presencial;

V - o tempo de execução das atividades em Teletrabalho; e

VI - as entregas quantitativas e/ou qualitativas esperadas.

§ 1º A elaboração da Tabela de Atividades compete a servidor ocupante de cargo de diretor ou equivalente, podendo ser delegada para servidor ocupante de cargo de nível não inferior ao de Coordenador-Geral ou equivalente.

§ 2º A Tabela de Atividades deverá ser aprovada pelo dirigente máximo da unidade.

§ 3º Na Tabela de Atividades é vedada a inclusão de atividades cujos resultados não possam ser efetivamente verificados.

§ 4º A Tabela de Atividades deverá ser registrada em sistema informatizado, nos termos do art. 26 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

Art. 11. O Plano de Trabalho terá duração de até 1 (um) ano, a contar da data de início da sua vigência, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, observados a Tabela de Atividades e o Termo de Ciência e Responsabilidade.

§ 1º O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) as atividades a serem desenvolvidas;

b) as metas a serem atingidas;

c) as obrigações a serem cumpridas;

d) o regime de execução;

e) a rotina de trabalho;

f) a designação dos executores e avaliadores das entregas acordadas;

g) o modelo de relatório; e

h) o prazo máximo de 2 (duas) horas para a apresentação presencial do servidor na unidade, em caso de convocação, exceto nos casos excepcionais devidamente justificados pela chefia imediata e aprovados pelo dirigente máximo da unidade e pelo Secretário Especial.

§ 2º O Plano de Trabalho deverá ser assinado pelo participante do Teletrabalho e pela chefia imediata.

Art. 12. Compete às unidades:

I - dar ampla divulgação das regras para participação no Teletrabalho;

II - divulgar nominalmente os participantes do Teletrabalho, mantendo a relação atualizada;

III - analisar, acompanhar e controlar os resultados do Teletrabalho em sua unidade em face das metas fixadas para a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade;

IV - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

V - colaborar com a área de gestão de pessoas do Ministério da Economia e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para o aprimoramento do programa de gestão;

VI - realizar todas as etapas do processo para a seleção de interessados e o ingresso ou revezamento no Teletrabalho;

VII - elaborar anualmente os relatórios gerenciais e de acompanhamento de que trata o art. 17 da Instrução Normativa nº 65, de 2020, a serem submetidos ao Gabinete da Secretaria Especial;

VIII - fornecer, sempre que demandada, dados e informações sobre o andamento do Teletrabalho; e

IX - manter o Gabinete da Secretaria Especial informado sobre a evolução, dificuldades e quaisquer situações ocorridas durante a execução do Teletrabalho.

Art. 13. Compete ao chefe imediato:

I - acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do Teletrabalho;

II - manter contato permanente com os participantes do Teletrabalho para repassar serviços, instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

III - aferir o cumprimento das metas estabelecidas, bem como avaliar a quantidade e qualidade das entregas;

IV - dar ciência ao dirigente máximo da unidade sobre a evolução do Teletrabalho, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas;

V - monitorar e registrar a evolução das atividades do Teletrabalho por meio de relatórios trimestrais;

VI - pactuar o Plano de Trabalho e as atividades a serem executadas em Teletrabalho no âmbito de sua área de atuação;

VII - garantir o quantitativo de servidores necessários para o bom andamento das atividades em sua área a serem desempenhadas exclusivamente na modalidade presencial;

VIII - requerer do participante do Teletrabalho os relatórios mensais de atividades; e

IX - fornecer, sempre que demandando, as atividades em tempo real de cada servidor em Teletrabalho.

Art. 14. Constituem atribuições e responsabilidades do participante do Teletrabalho:

I - assinar o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade, no sistema informatizado definido pelo Gabinete da Secretaria Especial;

II - cumprir o estabelecido no Plano de Trabalho;

III - atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública;

IV - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;

V - manter a agenda do outlook atualizada com todos os compromissos e tarefas que envolvem a jornada de trabalho, planejados para 5 (cinco) dias subsequentes e para o que foi efetivamente desempenhado;

VI - consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a intranet e demais formas de comunicação com o órgão de exercício;

VII - permanecer em disponibilidade constante para contato - por telefonia fixa ou móvel ou por outros meios - pelo período acordado com a chefia imediata, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade ou a carga horária semanal do servidor;

VIII - priorizar o atendimento ao serviço durante o horário de funcionamento da unidade;

IX - manter o chefe imediato informado, periodicamente, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

X - alimentar os sistemas informatizados ou ferramentas inerentes à atividade desenvolvida e ao acompanhamento e controle do Teletrabalho;

XI - comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

XII - elaborar relatórios mensais de atividades a fim de subsidiar os relatórios gerenciais e de acompanhamento de que tratam a Instrução Normativa nº 65, de 2020;

XIII - zelar pelas informações acessadas remotamente, observando as normas internas e externas de segurança da informação e a salvaguarda de informações de natureza sigilosa; e

XIV - retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante registro do trâmite para a carga pessoal e termo de responsabilidade.

Parágrafo único. A assinatura do Plano de Trabalho e do Termo de Ciência e Responsabilidade não constituem direito adquirido à vaga no Teletrabalho.

Art. 15. O participante será desligado do Teletrabalho nas seguintes hipóteses:

I - de ofício, mediante decisão motivada do dirigente máximo da unidade;

a) pelo descumprimento de quaisquer das atribuições e responsabilidades previstas no art. 22 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020;

b) por interesse da Administração, por razão de conveniência, oportunidade, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, observada a antecedência mínima de 10 (dez) dias;

c) pelo não cumprimento de parte das metas previstas no Plano de Trabalho, conforme pactuado com o chefe imediato; ou

d) pela aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo Teletrabalho, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários.

II - a pedido, mediante requerimento formal a ser endereçado ao dirigente máximo da unidade, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do requerimento, para providenciar o desligamento; ou

III - em caso de remoção para outra unidade.

§ 1º Da decisão de desligamento de ofício caberá recurso administrativo ao dirigente máximo da unidade.

§ 2º O prazo para a interposição do recurso administrativo é de 10 (dias), contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 3º O dirigente máximo da unidade deverá julgar o recurso administrativo no prazo de 5 (dias) úteis.

§ 4º Contra a decisão que indeferir o recurso administrativo de primeira instância cabe recurso a ser encaminhado ao Secretário Especial.

Art. 16. O Teletrabalho poderá ser alternativa aos servidores que atendam aos requisitos para remoção nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do caput do art. 36, da Lei nº 8.112, de 1990, e para concessão da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, prevista no art. 84 da Lei nº 8.112, de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração, conforme dispõe o § 4º do art. 12 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

Art. 17. O dirigente máximo da unidade poderá, a qualquer tempo, suspender o Teletrabalho, caso verifique que não estão sendo alcançados os objetivos estabelecidos na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

Art. 18. O disposto nesta Portaria aplica-se ao Teletrabalho no âmbito do Gabinete da Secretaria Especial, a quem compete submeter à Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva do Ministério da Economia as informações de que dispõe o art. 17 da Instrução Normativa nº 65, de 2020, para fins de monitoramento e encaminhamento do Relatório Gerencial ao Órgão Central do SIPEC.

Art. 19. Os casos excepcionais ou omissos nesta Portaria serão resolvidos pelo Secretário Especial.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

ANEXO

TABELA DE ATIVIDADES - GABINETE DA SEPEC

	Área	Atividades	Descrição da atividade	Faixa de complexidade	Tempo de execução da atividade em regime presencial	Tempo de execução da atividade em Programa de Gestão	Ganho percentual de produtividade estabelecido	Entregas esperadas
1	Gabinete -RH	Contratação de capacitação	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Alta	Até 20 horas	Até 20 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
2	Gabinete -RH	Teletrabalho	Apoio no desenvolvimento do programa nas unidades e desenvolvimento de processos e documentos relativos ao Programa de Gestão. Interlocução com a DGP e DGE.	Alta	Até 20 horas	Até 20 horas	Não há	Documentos gerados (planilhas, notas técnicas, portaria etc).
3	Gabinete -RH	Avaliação de Desempenho	Instrução de processos gerados e/ou recebidos. Registro do plano de trabalho da SEPEC no sistema e eventuais alterações.	Alta	Até 20 horas	Até 20 horas	Não há	Processos e/ou atividades de avaliação de desempenho realizados dentro dos prazos regulamentares
4	Gabinete -RH	Fluxos	Mapeamento e elaboração de fluxos de processos de gestão de pessoas após a leitura dos normativos e articulação com as áreas.	Média	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Fluxos elaborados
5	Gabinete -RH	Nomeação DAS/ Designação FCPE	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
6	Gabinete -RH	Alteração de exercício	Instrução de processos gerados e/ou recebidos de alteração de exercício de servidores das carreiras com legislação própria.	Média	Até 7 horas	Até 7 horas	Não há	Instrução processual/ análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da unidade gestora da carreira.
7	Gabinete -RH	Bancos de dados do RH-SEPEC	Desenvolvimento dos bancos de dados do RH-SEPEC (força de trabalho, movimentação de pessoal, perfil profissional etc.).	Média	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Elaboração de planilhas com os dados RH-SEPEC (força de trabalho, movimentação de pessoal, perfil profissional etc.).
8	Gabinete -RH	Frequência	Instrução de processos recebidos.	Baixa	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Processos de frequência recebidos, revisados e encaminhados dentro dos prazos regulamentares.
9	Gabinete -RH	Elaboração de PDP	Instrução de processos.	Média	Até 7 horas	Até 7 horas	Não há	Plano de Desenvolvimento de Pessoas concebido, revisado e encaminhado dentro dos prazos regulamentares.
10	Gabinete -RH	Apostilamento	Instrução de processos recebidos.	Média	Até 7 horas	Até 7 horas	Não há	Processos de apostilamento instruídos, revisados e encaminhados.
11	Gabinete -RH	Composição de Força de Trabalho	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média	Até 7 horas	Até 7 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.

12	Gabinete -RH	Capacitação com afastamento	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
13	Gabinete -RH	Pedido de retorno de capacitação com afastamento	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
14	Gabinete -RH	Avaliação de Progressão Funcional	Recolhimento de fichas de progressão no SIAPE e envio às secretarias por processo no SEI. Recebimento dos processos e inclusão das informações recebidas no sistema SIAPE.	Média	Até 10 horas	Até 10 horas	Não há	Encaminhamento das Fichas para as áreas após a extração dos dados do SIAPE. Inclusão das informações recebidas no sistema SIAPE. Envio do processo para a DGP.
15	Gabinete -RH	Cessão	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
16	Gabinete -RH	Capacitação sem afastamento	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
17	Gabinete -RH	Solicitação de horário especial	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
18	Gabinete -RH	Orientações - COVID19	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Processos com orientações sobre a COVID-19 instruídos ou recebidos e encaminhados para as áreas da Sepec.
19	Gabinete -RH	Revisão de PDP	Instrução de processos.	Média-Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Plano de Desenvolvimento de Pessoas revisado ao longo do ano de execução, conforme calendário estipulado pela DGP.
20	Gabinete -RH	Recrutamento e Processo Seletivo	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Editais de recrutamento e processo seletivo elaborados ou recebidos e encaminhados para a área responsável a depender da carreira.
21	Gabinete -RH	Estágio Curricular	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
22	Gabinete -RH	Posse	Instrução de processos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Termo de posse assinado e encaminhado para a DGP.
23	Gabinete -RH	Pedido de interrupção de capacitação	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
24	Gabinete -RH	Pedido de prorrogação de afastamento para capacitação	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
25	Gabinete -RH	Remoção	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
26	Gabinete -RH	Designação/ Dispensa (Gsiste)	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
27	Gabinete -RH	Exoneração DAS/Dispensa FCPE	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete com publicação de Portaria. Registro das exonerações das Secretarias Singulares. Instrução de processos do Gabinete ou análise de processos recebidos e encaminhamento do processo ao Gabinete do Ministro.
28	Gabinete -RH	Descrição de Perfil Profissional dos DAS 4, 5 e 6	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Recebimento do processo e encaminhamento para as Secretarias para preenchimento das informações. Abertura de processo com a inclusão dos currículos e encaminhamento para a DGP.
29	Gabinete -RH	Autodeclarações em decorrência do COVID	Acompanhamento e conferência de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Recebimento dos processos dos servidores, conferência e arquivamento.
30	Gabinete -RH	Requisição	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Média-Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.

31	Gabinete -RH	Redução e Reversão de jornada	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
32	Gabinete -RH	Licença para Tratar de interesses particulares	Instrução de processos gerados e/ou recebidos.	Baixa	Até 5 horas	Até 5 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e encaminhamento para análise da DGP ou análise de processos recebidos e encaminhamento para análise da DGP.
33	Gabinete -RH	Bancos de dados do RH-SEPEC	Alteração/Atualização dos bancos de dados do RH- SEPEC (força de trabalho, movimentação de pessoal, perfil profissional etc.	Baixa	Até 1 hora	Até 1 hora	Não há	Atualização de planilhas com os dados RH-SEPEC (força de trabalho, movimentação de pessoal, perfil profissional etc.).
34	Gabinete -RH	Consultas SINC/ SIORG	Realização de consultas no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC) e Sistema de Informações Organizacionais (SIORG).	Baixa	Até 1 hora	Até 1 hora	Não há	Inclusão do demonstrativo das consultas nos processos de nomeação.
35	Gabinete -RH	Frequência dos terceirizados	Instrução de processos.	Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Processos de frequência de terceirizados instruídos, revisados e encaminhados para a DAL.
36	Gabinete -RH	Designação/Dispensa (Substituição)	Instrução de processos.	Baixa	Até 2 horas	Até 2 horas	Não há	Instrução de processos do Gabinete e publicação de Portaria. Recebimento de processos das vinculadas e publicação de Portaria.
37	Gabinete -RH	Férias	Instrução de processos gerados ou recebidos.	Baixa	Até 2 horas	Até 2 horas	Não há	Homologação de férias do servidor ou encaminhamento dos pedidos à DGP.
38	Gabinete -RH	Reuniões	Realização de reuniões de equipe, registro de memória e participação em outras reuniões	Baixa	Até 2 horas	Até 2 horas	Não há	Participação ativa e registro de reuniões (ata, memória, folha de frequência).
39	Gabinete -RH	Levantamento de servidores ausentes por conta do COVID	Compilação de informações recebidas em planilhas	Baixa	Até 3 horas	Até 3 horas	Não há	Encaminhamento de planilha.
40	Gabinete -RH	Organização da caixa de *e-mails* SEPEC-RH	Recebimento, distribuição e arquivamento dos *e-mails* da caixa de entrada nas patas de acordo com o assunto	Baixa	Até 1 hora	Até 1 hora	Não há	Dar encaminhamento aos *e-mails* recebidos, fazer a distribuição entre as servidoras da equipe e arquivá-los.
41	Gabinete -RH	Comunicados e orientações gerais	Instrução de processos e encaminhamento *e-mails*	Baixa	Até 1 hora	Até 1 hora	Não há	Elaboração e encaminhamento de comunicados e orientações gerais
42	Gabinete - Documentação	Monitoramento da Pasta SEPEC	Verificar a pertinência dos Processos indexados à Pasta, prazos e ocorrência de resposta ao demandante	Média-Baixa	20 horas	20 horas	Não há	Pasta SEPEC com processos em dia
43	Gabinete - Documentação	Identificação da Área Técnica para resposta a demandas recebidas na Secretaria Especial	Verificar a competência prevista no Decreto n° 9.745/2019 e nº 10.366/2020 e produzir Despacho à Área Técnica	Baixa	15 horas	15 horas	Não há	Despachos encaminhados para as áreas técnicas
44	Gabinete - Documentação	Análise de demandas de indicações de representantes para compor colegiados	Verificar a competência prevista no Decreto n° 9.745/2019 e nº 10.366/2020, produzir Despacho à Área Técnica e definir prazo de resposta	Média	5 horas	5 horas	Não há	Despachos encaminhados para as áreas técnicas e elaboração de resposta ao demandante
45	Gabinete - Documentação	Apresentação dos subsídios da SEPEC à Secretaria Executiva e outros Órgãos governamentais sobre demanda realizada	Produzir Despacho consubstanciado à SE e Outros, consolidando a posição da SEPEC sobre iniciativas propostas por outros órgãos, sob nossa responsabilidade	Média-Alta	10 horas	10 horas	Não há	Despachos de resposta à SE e outros demandantes produzidos
46	Gabinete - Documentação	Preparação de processos de Prestação de Contas de Convênios para assinatura	Analisar o processo e produzir Despacho Decisório para assinatura do Secretário Especial	Alta	4 horas	4 horas	Não há	Despachos Decisórios produzidos
47	Gabinete - Parlamentar	Monitoramento da Pasta Legislativa SEPEC ASSESP	Verificar a pertinência dos Processos indexados à Pasta, prazos e ocorrência de resposta ao demandante	Média	1 hora e 10 min	1 hora e 10 min	Não há	Pasta SEPEC-ASSESP com processos em dia
48	Gabinete - Parlamentar	Identificação da Área Técnica para resposta à Iniciativa Parlamentar	Verificar a competência prevista no Decreto 9.745, de 2019, produzir Despacho à Área Técnica e definir prazo e conteúdo da resposta	Média	1 hora e 10 min	1 hora e 10 min	Não há	Despachos encaminhados para as áreas técnicas
49	Gabinete - Parlamentar	Análise das respostas das áreas técnicas aos Requerimentos de Informação, Projetos de Lei, indicações parlamentares, requerimentos do Poder Legislativo subnacional, entre outros demandantes	Verificar a coerência entre as respostas ao emitidas por áreas diferentes, sua adesão ao protocolo da Aspar, inclusive prazo, e ao assunto requerido e negociar eventuais inconsistências	Muito Alta	5 horas	5 horas	Não há	Respostas das áreas técnicas analisadas
50	Gabinete - Parlamentar	Apresentação dos subsídios da SEPEC à Aspar e a outros Órgãos governamentais sobre a demanda	Produzir Despacho consubstanciado à Aspar e Outros, consolidando a posição da SEPEC sobre iniciativas legislativas ou não, sob nossa responsabilidade	Alta	2 horas e 20min	2 horas e 20min	Não há	Despachos de resposta à ASPAR produzidos

51	DIRAG	Gerenciamento da colaborativa de gerenciamento dos Projetos Estratégicos	Capacitação das equipes para utilização da ferramenta além de verificação de consistência e arquivamento das informações das atividades dos projetos estratégicos. A atividade é realizada diariamente.	Baixa	12 horas/semana	12 horas/semana	Não há	Plataforma colaborativa sempre atualizada.
52	DIRAG	Monitoramento Semanal dos Projetos Estratégicos	Elaboração de relatório com descrição das entregas e tarefas concluídas na semana e planejamento de atividades para a semana seguinte além da descrição dos motivos de atrasos eventuais.	Baixa	8 horas/semana	8 horas/semana	Não há	Relatório em formato PPT divulgado toda sexta-feira.
53	DIRAG	Monitoramento Mensal dos Projetos Estratégicos	Elaboração de relatório com descrição de entregas e tarefas concluídas no mês e avaliação do avanço de conclusão de cada Programa SEPEC.	Alta	6 horas/semana	6 horas/semana	Não há	Relatório em formato PPT divulgado no início de todo mês.
54	DIRAG	Monitoramento Semestral/Anual dos Projetos Estratégicos	Elaboração de relatório com descrição resumo dos programas, situação de avanço e entregas para a sociedade concluídas bem como panorama das atividades futuras.	Alta	25 horas/semana	25 horas/semana	Não há	Relatório em formato PPT divulgado ao fim do 1º semestre e no fim do ano.
55	DIRAG	Plano de Gerenciamento de Projetos - PGPs	Elaboração de documento com descrição do objetivo do programa, justificativa, os objetivos específicos dos projetos, resultados esperados, EAP, resumo dos produtos, premissas e restrições.	Média	4 horas/semana	4 horas/semana	Não há	Upload das informações no Portal Integra de Projetos

			Indicação de patrocinados, líder, facilitador e suplente. Esse documento deve ser elaborado no início do projeto e atualizado sempre que necessário.					
56	DIRAG	Levantamento de Resultados dos Projetos Estratégicos	Elaboração de documento com justificativa do Programa/Projeto Estratégico, lista de resultados esperados com métricas, evidências e valores de referência. Vinculação ao Objetivo Estratégico do Ministério da Economia e declaração do Valor a ser Alcançado (VSA). Esse documento deve ser elaborado no início do projeto e atualizado sempre que necessário.	Média	4 horas/semana	4 horas/semana	Não há	Docx/Envio por *e-mail* à DGE
57	DIRAG	Monitoramento Bimestral dos Projetos Estratégicos	Elaboração de documento descrevendo a situação do Projeto Estratégico e seus pontos de atenção;	Baixa	4 horas/semana	4 horas/semana	Não há	Upload no Portal de Projetos
58	DIRAG	Atualização de cronograma	Atualização do cronograma em MS Project ou diretamente no Portal Integra de Projetos.	Média	4 horas/semana	4 horas/semana	Não há	Upload no Portal de Projetos
59	DIRAG	Monitoramento de Resultados do Plano Plurianual	Descrição de resultados qualitativos ou quantitativos concluídos até o fim do ano vigente que, contribuirão para atingir a meta e o objetivo de cada Programa Estratégico do Ministério da Economia.	Média	4 horas/semana	4 horas/semana	Não há	Relatório em excel/processo via SEI
60	DIRAG	Esclarecimentos aos órgãos de controle	Respostas aos órgãos de controle para demandas relacionadas à Projetos Estratégicos	Alta	4 horas/semana	4 horas/semana	Não há	Relatório em excel/processo via SEI

61	SUPE-UTCE	Instauração de Tomada de Contas Especial - TCE	Análise técnica de todo o processo e proposta de instauração de TCE, mediante preenchimento dos itens de análise do relatório no sistema e-TCE.	Muito Alta	200 horas	150 horas	25%	Processo instruído no sistema e-TCE
62	SUPE-UTCE	Triagem de processos recebidos para instauração de Tomada de Contas Especial	Instrução inicial com desmembramento de processo e preenchimento de *check list* para verificar atendimento aos pressupostos para instauração de TCE.	Média-Alta	80 horas	60 horas	25%	Pasta zipada com todos os documentos necessários à inclusão no sistema e-TCE e *check list* preenchido
63	SUPE-UTCE	Diligências visando ao saneamento de processos de Tomada de Contas Especial	Exemplos: solicitação de dados bancários à instituições financeiras; solicitação de esclarecimentos adicionais a unidade de origem; solicitação de informações a cartórios; notificação aos responsáveis; elaboração de respostas a órgãos de controle.	Média-Baixa	40 horas	30 horas	25%	Ofícios, despachos ou Notas Técnicas/Informativas minutados
64	SUPE-CGCR	Triagem e encaminhamento de demandas	Análise das demandas recebidas por sistemas de controle interno (SEI, e-Aud, SisOuvidor, Conecta-TCU, etc.), verificação da pertinência e encaminhamento para a unidade responsável, no que couber. Elaboração e envio de respostas, quando a demandada for a própria SEPEC.	Média	11 horas	10 horas	10%	Demandas analisadas e encaminhadas mais rapidamente para a unidade responsável, ou respondidas em devolutiva ao órgão demandante dentro do prazo estipulado.
65	SUPE-CGCR	Acompanhamento de demandas que aguardam finalização	Monitoramento de prazos de respostas a demandas encaminhadas às unidades da SEPEC para providências e intermediação com os órgãos de controle, para renegociação de prazos ou esclarecimentos sobre a demanda.	Média-Baixa	18 horas	15 horas	15%	Garantia de que os prazos que foram estipulados pelos órgãos de controle serão cumpridos. Lembrando que o não cumprimento desses prazos pode gerar penalidades ao gestor.
66	SUPE-CGCR	Assessoria em Controle Interno	Assessoramento às unidades da SEPEC sobre o atendimento das demandas de órgãos de controle no que diz respeito à forma e ao atendimento de pressupostos técnicos.	Alta	11 horas	10 horas	10%	Suporte técnico voltado à melhoria da qualidade de respostas às demandas apresentadas pelos órgãos de controle.
67	SUPE-CGCR	Desenvolvimento em Controle Interno	Ampliação de competências e habilidades em controle interno, através da participação em eventos e cursos, bem como estudos de guias, manuais e pareceres proferidos pelos órgãos de controle.	Média	6 horas	5 horas	17%	Aumento no conhecimento técnico para execução das atividades de controle interno.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

PORTARIA SDIC/SEPEC/ME Nº 4.968, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 9º da Portaria nº 13.873, de 16 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Credenciar a firma de auditoria Verdus Auditores Independentes (CNPJ 12.865.597/0001-16), conforme processo nº 19687.103092/2021-78, de 20 de abril de 2021, para fins de verificação do atendimento dos compromissos e requisitos exigidos pela Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.

Art. 2º A firma de auditoria credenciada está sujeita à verificação do cumprimento do disposto na Portaria nº 13.873, de 16 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE LUIZ DE LIMA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.023, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) referente ao ano-calendário de 2020.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º O prazo final para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2020, fica prorrogado, em caráter excepcional, para o último dia útil do mês de julho de 2021.

Parágrafo único. Nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial, a ECD prevista no § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, deverá ser entregue:

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro a junho, até o último dia útil do mês de julho de 2021; e

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre julho a dezembro, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.024, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Altera a Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, que disciplina o despacho aduaneiro de importação.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria ME 4.131, de 14 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 680, de 2 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13.

.....

I - R$ 115,67 (cento e quinze reais e sessenta e sete centavos) por DI ou Duimp;

II - R$ 38,56 (trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos) para cada adição de mercadoria à DI ou Duimp, observados os seguintes limites:

a) até a 2ª adição - R$ 38,56 (trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos);

b) da 3ª à 5ª - R$ 30,85 (trinta reais e oitenta e cinco centavos);

c) da 6ª à 10ª - R$ 23,14 (vinte e três reais e quatorze centavos);

d) da 11ª à 20ª - R$ 15,42 (quinze reais e quarenta e dois centavos);

e) da 21ª à 50ª - R$ 7,71 (sete reais e setenta e um centavos); e

f) a partir da 51ª - R$ 3,86 (três reais e oitenta e seis centavos).

....." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria ME nº 4.131, de 14 de abril de 2021, aplica-se somente às Declarações de Importação (DI) registradas após a entrada em vigor desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de junho de 2021.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

PORTARIA RFB Nº 31, DE 27 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XIX do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 39 da Lei nº 12.350, de 20 de

dezembro de 2010, no inciso II do art. 18 e no art. 23 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e nos arts. 10, 13 a 13-D, 26 e 671 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 - Regulamento Aduaneiro, resolve:

Art. 1º A Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 37-A. Fica suspensa, no ano de 2021, a avaliação anual de que trata o art. 36." (NR)

Art. 2º A Portaria RFB nº 3.518, de 2011, passa a vigorar acrescida do Capítulo VI-A, posicionado imediatamente após o art. 37, com o seguinte enunciado:

"CAPÍTULO VI-A

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS" (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

RETIFICAÇÃO

Na Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 16 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2021, edição 73, seção 1, página 32:

Onde se lê:

"Art. 7º .....

.....

III - contrato de empreitada total, o que é celebrado entre o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador ou o condômino de que tratam os incisos III e IV do art. 8º e uma empresa exclusivamente construtora, que assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização de obra de construção civil, compreendidos em todos os projetos a ela inerentes, com ou sem fornecimento de material; (Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, inciso VI; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 220, § 1º)

.....

VI - empreiteira, a empresa que executa obra ou serviço de construção civil, no todo ou em parte, mediante contrato de empreitada, celebrado com o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador ou o condômino de que tratam os incisos III e IV do art. 8º;"

Leia-se:

"Art. 7º .....

III - contrato de empreitada total, o que é celebrado entre o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador ou o condômino de que tratam os incisos IV e V do art. 8º e uma empresa exclusivamente construtora, que assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização de obra de construção civil, compreendidos em todos os projetos a ela inerentes, com ou sem fornecimento de material; (Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, inciso VI; Decreto nº 3.048, de 1999, art. 220, § 1º)

.....

VI - empreiteira, a empresa que executa obra ou serviço de construção civil, no todo ou em parte, mediante contrato de empreitada, celebrado com o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador ou o condômino de que tratam os incisos IV e V do art. 8º;"

Onde se lê:

"Art. 26. .....

.....

§ 8º Serão deduzidas da RMT, calculada em conformidade com disposto no art. 22 e submetida às reduções mencionadas nos §§ 1º ao 6º deste artigo, as remunerações passíveis de aproveitamento de que tratam os arts. 31 e 32."

Leia-se:

"Art. 26. .....

.....

§ 8º Serão deduzidas da RMT, calculada em conformidade com disposto no art. 25 e submetida às reduções mencionadas nos §§ 1º ao 6º deste artigo, as remunerações passíveis de aproveitamento de que tratam os arts. 31 e 32."

Onde se lê:

"Art. 28. .....

.....

§ 7º .....

I - os percentuais de equivalência de que tratam os incisos I a V do § 6º do art. 25 serão aplicados sobre as áreas principais em aferição, considerando a metragem total das áreas principais da respectiva destinação no projeto;"

Leia-se:

"Art. 28. .....

.....

§ 7º .....

I - os percentuais de equivalência de que tratam os incisos I a VI do § 6º do art. 25 serão aplicados sobre as áreas principais em aferição, considerando a metragem total das áreas principais da respectiva destinação no projeto;"

Onde se lê:

"Art. 31. Caso exista, em relação à obra, contribuição constituída por declaração, o valor da remuneração da mão de obra correspondente será atualizado pela taxa de juros Selic acumulada mensalmente a partir do 2º (segundo) mês subsequente à competência à qual se refere a declaração até o mês anterior ao da transmissão da DCTFWeb Aferição de Obras, acrescida de mais 1% (um por cento) no mês da transmissão, e aproveitada como dedução da remuneração apurada na forma prevista nas Seções II e III do Capítulo V."

Leia-se:

"Art. 31. Caso exista, em relação à obra, contribuição constituída por declaração, o valor da remuneração da mão de obra correspondente será atualizado pela taxa de juros Selic acumulada mensalmente a partir do 2º (segundo) mês subsequente à competência à qual se refere a declaração até o mês anterior ao da transmissão da DCTFWeb Aferição de Obras, acrescida de mais 1% (um por cento) no mês da transmissão, e aproveitada como dedução da remuneração apurada na forma prevista nas Seções II e III do Capítulo VI."

RETIFICAÇÃO

No § 3º do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, publicada no DOU nº 73, de 20/04/2021, seção 1, página 43:

Onde se lê:

"§ 3º Em caso de falha ou indisponibilidade dos sistemas informatizados da RFB que impeça a transmissão de documentos por meio do e-CAC, a entrega poderá ser feita em formato digital, excepcionalmente, em unidade da RFB, observado o disposto no art. 11."

Leia-se:

"§ 3º Em caso de falha ou indisponibilidade dos sistemas informatizados da RFB que impeça a transmissão de documentos por meio do e-CAC, a entrega poderá ser feita, excepcionalmente, em unidade da RFB, em formato digital, observado o disposto no art. 11."

No inciso I do § 2º do art. 11. da Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, publicada no DOU nº 73, de 20/04/2021, seção 1, página 43,

Onde se lê:

"I - Assinador Serpro, disponível para download na internet, no endereço https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro; ou"

Leia-se:

"I - Assinador Serpro, disponível para download na internet no endereço https://www.serpro.gov.br/, com utilização da opção "Assinar PDF" em caso de arquivos no formato PDF; ou"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Aplica a pena de perdimento dos veículos objetos do processo que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 104, V, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, DECLARA:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento dos veículos objetos desse processo, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANEXO ÚNICO

SEQ.	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO
01	14108.720223/2014-15	0130100/SAANA000014/2015

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10467.721200/2021-17, formalizado em 21/01/2021, e seu Despacho Decisório nº 3.389/2021 - EBEN/SRRF/04, de 28/04/2021, DECLARA:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica USINA MONTE ALEGRE S.A., CNPJ nº 09.094.632/0001-36, em razão da condição onerosa de Diversificação de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0176/2020, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10467.721200/2021-17.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da USINA MONTE ALEGRE S.A., CNPJ nº 09.094.632/0002-17, localizada na Fazenda Monte Alegre, s/nº, Zona Rural, Município de Mamanguape (PB) - CEP 58280-000, em razão de Diversificação de empreendimento, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Geração de Energia Elétrica, por meio da Biomassa Cana-de-açúcar, enquadrada pela SUDENE no setor prioritário de Infraestrutura - Energia, na forma do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002; como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo nº 0176/2020, com início de fruição em 01/01/2020, e término em 31/12/2029, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0176/2020, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/UBL/MG Nº 10, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13031.114330/2019-84, DECLARA:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06109/0050 a empresa Cachaçaria Paixão Mineira Ltda, CNPJ nº 08.198.597/0001-32, estabelecida na Avenida José de Assis Ribeiro, nº96, bairro Medalha Milagrosa, CEP:38.160-000, município de Ponte Nova/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa, que exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, passa a vigorar com a seguinte redação:

Classificação Fiscal	Produto	Marca Comercial	Tipo Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Paixão Mineira Prata Inox	Não Retornável	670	MG001041-3.000001
2208.40.00	Cachaça	Paixão Mineira Prata Jequitibá Rosa	Não Retornável	670	MG001041-3.000002
2208.40.00	Cachaça	Paixão Mineira Ouro Bálsamo	Não Retornável	670	MG001041-3.000003
2208.40.00	Cachaça	Paixão Mineira Ouro Cerejeira	Não Retornável	670	MG001041-3.000004

Art.2º- O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO-ANTÔNIO CARLOS JOBIM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GIG Nº 2, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Declara inapta a inscrição de GF ARTESANATO EM GERAL LTDA perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO/RJ, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na alínea "a", inciso II do art. 29 e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1863, de 27 de dezembro de 2018, DECLARA:

Art. 1º Inapta, desde 25/10/2018, a inscrição nº 31.857.913/0001-52 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da empresa G F ARTESANATO EM GERAL LTDA, em razão da caracterização de situação de pessoa jurídica inexistente de fato prevista na alínea "a" inciso II do art. 29 e Art. 31, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018 e Art. 81 da Lei 9.430/1996 e ainda o que consta do processo administrativo nº 10715.720664/2020-48.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela empresa a partir da data de 25/10/2018, em virtude do contido no Art. 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOANA APARECIDA LAGES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF NIT Nº 45, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Concede habilitação ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização) à empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da(s) atribuição(ões) que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra, tendo em vista o disposto no artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.901, de 17 de julho de 2019, publicada no D.O.U. de 19 de julho de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13032-150.471/2021-75, DECLARA:

Art. 1º Fica concedida a habilitação ao Regime Especial de Industrialização de bens destinados às atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos (Repetro-Industrialização):

Pessoa Jurídica: MECÂNICA DE PRECISÃO SIMONE FEDOROWSKI OFFSHORE E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ sob nº 33.001.645/0001-06

Art. 2º A habilitação tem validade em todo o território nacional e é aplicada a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica, até 31 de dezembro de 2040.

Art. 3º Os termos e condições estabelecidos para a concessão da habilitação devem ser mantidos durante todo o período em que a pessoa jurídica fizer uso deste Regime Especial.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9608240, DE 29 DE MARÇO DE 2021

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe é conferida, pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, bem como de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Portaria MF nº 187, de 26 de abril de 1993, publicada no DOU de 28/04/1993, e tendo em vista a homologação constante no PA 17227.720146/2021-56, resolve:

Art. 1º. DECLARAR INIDÔNEAS, para todos os efeitos tributários, as notas fiscais emitidas pela empresa J. T COMERCIO DE PAPEL - Eireli, CNPJ n° 26.049.949/0001-70 nos anos-calendário de 2016 e 2017, haja vista serem ideologicamente falsas, em razão do contido na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, objeto do Processo Administrativo nº 17227. 720146/2021-56.

Art. 2º. As notas fiscais declaradas inidôneas são imprestáveis e ineficazes para dedução como custo ou despesa da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para utilização como crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das Contribuições para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) não cumulativos, e para utilização para justificar qualquer outra dedução, abatimento, redução, compensação ou exclusão relativa aos tributos administrados pela Receita Federal, por quaisquer usuários.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor da data da sua publicação.

DENISE ESTEVES FERNANDEZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10440411, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe é conferida, pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, bem como de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Portaria MF nº 187, de 26 de abril de 1993, publicada no DOU de 28/04/1993, e tendo em vista a homologação constante no PA 17227.720167/2021-71, resolve:

Art. 1º. DECLARAR INIDÔNEAS, para todos os efeitos tributários, as notas fiscais emitidas pela empresa Paper AC Indústria e Comércio- Eireli, CNPJ n° 28.707.104/0001-50 no período de 19/09/2017 a 31/12/2017, haja vista serem ideologicamente falsas, em razão do contido na Súmula Administrativa de Documentação Tributariamente Ineficaz, objeto do Processo Administrativo nº 17227.720167/2021-71.

Art. 2º. As notas fiscais declaradas inidôneas são imprestáveis e ineficazes para dedução como custo ou despesa da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para utilização como crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das Contribuições para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) não cumulativos, e para utilização para justificar qualquer outra dedução, abatimento, redução, compensação ou exclusão relativa aos tributos administrados pela Receita Federal, por quaisquer usuários.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor da data da sua publicação.

DENISE ESTEVES FERNANDEZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA DERAT/SPO Nº 65, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a delegação de competência para prática de atos relacionados à Gerência Regional de Execução do Direito Creditório.

O DELEGADO DA DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO (SP), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 364, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, tendo em vista as disposições contidas na Portaria SRRF08 nº 1214, de 11 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada à Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, MARCELA BECHARA DI MONACO, matrícula Siapecad nº 01294209, Siape nº 1539524, em exercício na Divisão de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório - DIRAT, e na sua ausência o Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil MARCELO COELHO FERREIRA, matrícula Siapecad nº 00057119, Siape nº 011805021, chefe da Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 6 (EQRAT 6) vinculada à Gerência Regional de Execução do Direito Creditório, nos termos da Portaria SRRF08 nº 1214, de 11 de setembro de 2020, a competência para atuarem como Gestores Financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na validação das ordens de pagamentos decorrentes de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso.

Parágrafo único. Fica subdelegada aos membros das Equipes Regionais de Execução do Direito Creditório a competência para atuarem como operadores do SIAFI em relação aos pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso de competência dessas equipes.

Art. 2° Fica revogada a Portaria Derat/SPO nº 2, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil de maio de 2021.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOA Nº 4, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Cancela Registro Especial de Controle de Papel Imune de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joaçaba, no uso da competência definida pelo artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e de acordo com o contido no processo administrativo nº 16542.000026/2002-31, DECLARA:

Art. 1º - Cancelado a pedido, o Registro Especial de Controle de Papel Imune, na atividade GRÁFICA, sob nº GP/09201/0010, do estabelecimento da empresa Gráfica São José Com. e Ind. de Artes Gráficas Ltda, CNPJ nº 81.525.073/0001-07, situado na Rua Nelson Martins, 1171, Edif. Gustavo Kirchner, Sala 2, Escritótio 94, Centro, Palhoça/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SERGIO LUIZ GARBIN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 23, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Certifica como Operador Econômico Autorizado a pessoa jurídica que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA, instituída por meio da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprovou o Regimento Interno da RFB, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Requerimento n° 8350, do Portal OEA, resolve:

Art. 1º Certificado como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade Nível 2, Importador, Exportador, YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A, inscrição no CNPJ sob nº 92.660.604/0001-82.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RINALD BOASSI

SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 22, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE D INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3º, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e nas Portarias SRRF09 nº 839, de 28 de outubro de 2020 e ALF/CTA nº 03, de 12 de fevereiro de 2021, DECLARA:

Art. 1º A inclusão no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

CPF	NOME	PROCESSO
065.828.369-35	DIEGO VALDEMAR DA SILVA	10909.720398/2021-67

Art. 2º O Ajudante de Despachante Aduaneiro supramencionado deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Aplica a sanção administrativa de advertência a intervenientes em operações de comércio exterior.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 76, inciso I, alínea "k", da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º Aplicar a sanção administrativa de advertência, prevista no art. 76, inciso I, alínea "k", da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, por descumprimento de requisitos e condições dispostos no art. 5°, inciso II, da Instrução Normativa RFB n°1.152/2011, de 10 de maio de 2011, aos seguintes intervenientes em operações de comércio exterior, conforme decisões proferidas nos autos dos respectivos processos administrativos;

Processo Administrativo	Interessado	CPF/CNPJ
11075.720.121/2021-57	JOSE CARLOS ACEVEDO RIOS	423.915.470-72
11075.720.123.2021-46	TRANSPORTES MODESTO LTDA	04.082.658/0001-40
11075.720.124/2021-91	POLIVIAS S/A TRANSPORTES E SERVIÇOS	53.611.828/0001-42
11075.720.127/2021-24	CLAUDINIR MARTINS ALVES	610.172.130-20
11075.720.137/2021-60	COOPERATIVA PRIME DE TRANSPORTES DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS - COOPERPRIME	18.301.805/0001-30
11075.720.139/2021-59	COOPERATIVA MISTA DE TRANSPORTES DE CARGAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS AGUIA DOURADA LTDA.	07.678.093/0001-57

Art. 2° Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de publicação.

CLAUDIO AFONSO JAUREGUY MONTANO

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 37, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Vitória Importação, Exportação, Indústria & Comércio de Tabacos Ltda., CNPJ nº 18.559.637/0001-88.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 2º, inciso I, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e pelo art. 11, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, DECLARA:

Art. 1º Fica cancelado o Registro Especial de Fabricante de Cigarros da sociedade empresarial VITORIA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA & COMÉRCIO DE TABACOS LTDA., CNPJ nº 18.559.637/0001-88, concedido pelo Ato Declaratório Executivo nº 53, de 12 de agosto de 2014, sob o nº 36-03/2014, por descumprimento dos requisitos previstos no art. 3º, inciso IV, alíneas b e c; e art. 4º, incisos IV, V e VI, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, cuja base legal é o Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, conforme consta do Processo Administrativo nº 10480.731618/2020-75.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO COFIS Nº 38, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o cancelamento do registro especial de fabricante de cigarros da empresa Brasita Cigarros Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 12.778.043/0001-81.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 2º, incisos I e II, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e o art. 11, incisos I e II, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, DECLARA:

Art. 1º Fica cancelado o Registro Especial de Fabricante de Cigarros da sociedade empresarial BRASITA CIGARROS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 12.778.043/0001-81, concedido pelo Ato Declaratório Executivo nº 51, de 14 de junho de 2013, sob o nº 32-02/2013, por descumprimento dos requisitos previstos no art. 11, inciso I, combinado com o § 3º; e no art. 11, inciso II, combinado com o § 10, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, cuja base legal é o Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, conforme consta do Processo Administrativo nº 10469.726634/2019-61.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

PORTARIA SUTRI Nº 13, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Dá publicidade ao resultado obtido pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de teletrabalho na atividade de análise e julgamento de processos administrativos fiscais nas Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil, referente ao 1º trimestre de 2021.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 94 e o inciso I do art. 357 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, no inciso I do § 1º do art. 21 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, e no inciso II do art. 2º da Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Esta portaria dá publicidade ao resultado obtido pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil que atuam na modalidade de teletrabalho na atividade de análise e julgamento de processos administrativos fiscais nas Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ), referente ao 1º trimestre de 2021, conforme Anexo Único desta portaria.

Parágrafo único. Os resultados individualizados por Auditor-Fiscal são divulgados pelas respectivas unidades no Boletim de Serviço da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

ATIVIDADE	META	RESULTADO
Análise e julgamento de processos administrativos fiscais	1,00	1,49

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

PORTARIA COSIT Nº 6, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Dá publicidade ao relatório de acompanhamento do 1º trimestre de 2021 referente às atividades supervisionadas pela Coordenação-Geral de Tributação, no âmbito do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na modalidade de Teletrabalho.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I a III do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e o inciso VIII do art. 23 da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, considerando o disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na Portaria MF nº 196, de 14 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do 1º trimestre de 2021, referente às atividades de formulação de atos normativos e interpretativos, julgamento de recursos hierárquicos em matéria tributária e aduaneira, elaboração de parecer em pedido de relevação de pena de perdimento e elaboração de proposta de súmula no contencioso administrativo, supervisionadas pela Coordenação-Geral de Tributação, no âmbito do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

§ 1º O relatório a que se refere o caput deste artigo conforma-se na apresentação dos resultados quanto ao alcance da meta na execução das atividades na modalidade de Teletrabalho, aferida por meio do Coeficiente de Horas Trabalhadas (CHT), na forma do Anexo Único desta Portaria.

§ 2º Os resultados individualizados por servidor são divulgados no Boletim de Serviço da RFB.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

ANEXO ÚNICO

[1]ATIVIDADES	[2]CHT	
	[3]META	[4]RESULTADO
FORMULAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS; FORMULAÇÃO DE ATOS INTERPRETATIVOS; JULGAR RECURSOS HIERÁRQUICOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA; ELABORAÇÃO DE PARECER EM PEDIDO DE RELEVAÇÃO DE PENA DE PERDIMENTO; e ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE SÚMULA NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	1,00	1,24

[1] Atividades autorizadas para execução na modalidade de teletrabalho, conforme anexo único da Portaria RFB nº 390, de 21 de fevereiro de 2019.

[2] De uma forma simplificada, CHT é razão entre (i) o total de horas estimadas dos processos concluídos e (ii) o total de horas da jornada de trabalho do servidor disponíveis e que efetivamente foram despendidas na elaboração daqueles processos.

[3] A Portaria RFB nº 696, de 2020, alterado pela Portaria RFB nº 4586, de 21 de outubro de 2020, suspendeu a aplicação do adicional de produtividade previsto no § 1º do art. 2º e no parágrafo único do art. 13, ambos da Portaria RFB nº 2.383, de 13 de julho de 2017, aplicando-se, assim, como parâmetro de referência, a meta unitária (CHT=> 1,00).

[4] Consideram-se "resultados da tributação os alcançados pelos teletrabalhistas da Cosit e das Disits.

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.003, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Assunto: Normas de Administração Tributária

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. DÉBITO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE PERÍODO DE APURAÇÃO POSTERIOR À UTILIZAÇÃO DO eSOCIAL. DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO QUE RECONHECE CRÉDITO REFERENTE A PERÍODO DE APURAÇÃO ANTERIOR À UTILIZAÇÃO DO eSOCIAL. IMPOSSIBILIDADE.

Incabível a compensação de débito de contribuições previdenciárias de período de apuração posterior à utilização do eSocial com crédito dos demais tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil reconhecido em decisão judicial transitada em julgado, relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial, sendo irrelevantes a data do trânsito em julgado e a data da habilitação administrativa do crédito.

Dispositivos Legais: art. 26-A da Lei nº 11.457, de 2007.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 50, DE 25 DE MARÇO DE 2021.

Dispositivos Legais: art. 26-A da Lei nº 11.457, de 2007.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.903, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Revoga Resoluções do Conselho Monetário Nacional atualmente codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR), para atendimento à revisão e à consolidação dos atos normativos inferiores a decreto de que trata o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de abril de 2021, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da referida Lei, dos arts. 4º, 5º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, dos arts. 59, 65-A e 66-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, do art. 4º do Decreto nº 175, de 10 de julho de 1991, dos arts. 5º e 6º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Resolução CMN nº 4.883, de 23 de dezembro de 2020, das Resoluções CMN ns. 4.889 e 4.895, de 26 de fevereiro de 2021, e das Resoluções CMN ns. 4.899, 4.900, 4.901 e 4.902, de 25 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 580, de 29 de novembro de 1979;

II - a Resolução nº 3.137, de 31 de outubro de 2003;

III - a Resolução nº 3.208, de 24 de junho de 2004;

IV - a Resolução nº 3.235, de 31 de agosto de 2004;

V - a Resolução nº 3.239, de 29 de setembro de 2004;
VI - a Resolução nº 3.369, de 14 de junho de 2006;
VII - a Resolução nº 3.404, de 22 de setembro de 2006;
VIII - a Resolução nº 3.407, de 27 de setembro de 2006;
IX - a Resolução nº 3.408, de 27 de setembro de 2006;
X - a Resolução nº 3.434, de 29 de dezembro de 2006;
XI - a Resolução nº 3.445, de 1º de março de 2007;
XII - a Resolução nº 3.469, de 2 de julho de 2007;
XIII - a Resolução nº 3.473, de 2 de julho de 2007;
XIV - a Resolução nº 3.475, de 4 de julho de 2007;
XV - a Resolução nº 3.476, de 4 de julho de 2007;
XVI - a Resolução nº 3.478, de 26 de julho de 2007;
XVII - a Resolução nº 3.482, de 31 de julho de 2007;
XVIII - a Resolução nº 3.501, de 28 de setembro de 2007;
XIX - a Resolução nº 3.515, de 30 de novembro de 2007;
XX - a Resolução nº 3.544, de 28 de fevereiro de 2008;
XXI - a Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008;
XXII - a Resolução nº 3.556, de 27 de março de 2008;
XXIII - a Resolução nº 3.559, de 28 de março de 2008;
XXIV - o art. 4º da Resolução nº 3.583, de 1º de julho de 2008;
XXV - a Resolução nº 3.587, de 30 de junho de 2008;
XXVI - a Resolução nº 3.589, de 30 de junho de 2008;
XXVII - a Resolução nº 3.599, de 29 de agosto de 2008
XXVIII - a Resolução nº 3.618, de 30 de setembro de 2008;
XXIX - a Resolução nº 3.638, de 26 de novembro de 2008;
XXX - a Resolução nº 3.649, de 26 de novembro de 2008;
XXXI - a Resolução nº 3.659, de 17 de dezembro de 2008;
XXXII - a Resolução nº 3.660, de 17 de dezembro de 2008;
XXXIII - a Resolução nº 3.722, de 30 de abril de 2009;
XXXIV - a Resolução nº 3.738, de 22 de junho de 2009;
XXXV - a Resolução nº 3.745, de 30 de junho de 2009;
XXXVI - a Resolução nº 3.746, de 30 de junho de 2009;
XXXVII - a Resolução nº 3.747, de 30 de junho de 2009;
XXXVIII - a Resolução nº 3.749, de 30 de junho de 2009;
XXXIX - a Resolução nº 3.755, de 30 de junho de 2009;
XL - a Resolução nº 3.762, de 29 de julho de 2009;
XLI - os arts. 1º a 4º da Resolução nº 3.791, de 24 de setembro de 2009;
XLII - a Resolução nº 3.796, de 15 de outubro de 2009;
XLIII - os seguintes dispositivos da Resolução nº 3.806, de 28 de outubro de 2009:
a) o caput, os incisos I a III e os §§ 1º e 2º do art. 1º; e
b) os arts. 4º e 5º;
XLIV - a Resolução nº 3.813, de 26 de novembro de 2009;
XLV - a Resolução nº 3.818, de 26 de novembro de 2009;
XLVI - a Resolução nº 3.837, de 25 de fevereiro de 2010;
XLVII - a Resolução nº 3.867, de 10 de junho de 2010;
XLVIII - a Resolução nº 3.876, de 22 de junho de 2010;
XLIX - a Resolução nº 3.877, de 22 de junho de 2010;
L - a Resolução nº 3.884, de 22 de julho de 2010;
LI - a Resolução nº 3.886, de 22 de julho de 2010;
LII - a Resolução nº 3.887, de 29 de julho de 2010;
LIII - a Resolução nº 3.899, de 26 de agosto de 2010;
LIV - a Resolução nº 3.906, de 30 de setembro de 2010;
LV - a Resolução nº 3.917, de 28 de outubro de 2010;
LVI - a Resolução nº 3.918, de 28 de outubro de 2010;
LVII - a Resolução nº 3.926, de 25 de novembro de 2010;
LVIII - a Resolução nº 3.927, de 25 de novembro de 2010;
LIX - a Resolução nº 3.944, de 27 de janeiro de 2011;
LX - a Resolução nº 3.950, de 24 de fevereiro de 2011;
LXI - a Resolução nº 3.951, de 24 de fevereiro de 2011;
LXII - a Resolução nº 3.962, de 31 de março de 2011;
LXIII - a Resolução nº 3.977, de 31 de maio de 2011;
LXIV - a Resolução nº 3.979, de 31 de maio de 2011;
LXV - a Resolução nº 3.986, de 30 de junho de 2011;
LXVI - a Resolução nº 3.987, de 30 de junho de 2011;
LXVII - a Resolução nº 3.992, de 14 de julho de 2011;
LXVIII - a Resolução nº 3.995, de 28 de julho de 2011;
LXIX - a Resolução nº 3.996, de 28 de julho de 2011;
LXX - a Resolução nº 3.999, de 11 de agosto de 2011;
LXXI - a Resolução nº 4.001, de 25 de agosto de 2011;
LXXII - a Resolução nº 4.006, de 25 de agosto de 2011;
LXXIII - a Resolução nº 4.014, de 29 de setembro de 2011;
LXXIV - a Resolução nº 4.016, de 29 de setembro de 2011;
LXXV - a Resolução nº 4.017, de 29 de setembro de 2011;
LXXVI - a Resolução nº 4.025, de 27 de outubro de 2011;
LXXVII - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.028, de 18 de novembro de 2011:
a) os arts. 1º a 8º;
b) o art. 10; e
c) os arts. 12 e 12-A;
LXXVIII - a Resolução nº 4.030, de 18 de novembro de 2011;
LXXIX - a Resolução nº 4.031, de 18 de novembro de 2011;
LXXX - a Resolução nº 4.047, de 26 de janeiro de 2012;
LXXXI - a Resolução nº 4.048, de 26 de janeiro de 2012;
LXXXII - a Resolução nº 4.049, de 26 de janeiro de 2012;
LXXXIII - a Resolução nº 4.053, de 9 de fevereiro de 2012;
LXXXIV - a Resolução nº 4.056, de 29 de fevereiro de 2012;
LXXXV - a Resolução nº 4.057, de 29 de fevereiro de 2012;
LXXXVI - a Resolução nº 4.068, de 26 de abril de 2012;
LXXXVII - a Resolução nº 4.076, de 4 de maio de 2012;
LXXXVIII - a Resolução nº 4.082, de 22 de maio de 2012;
LXXXIX - a Resolução nº 4.083, de 22 de maio de 2012;
XC - a Resolução nº 4.096, de 28 de junho de 2012;
XCI - a Resolução nº 4.097, de 28 de junho de 2012;
XCII - a Resolução nº 4.099, de 28 de junho de 2012;
XCIII - a Resolução nº 4.100, de 28 de junho de 2012;
XCIV - a Resolução nº 4.102, de 28 de junho de 2012;
XCV - a Resolução nº 4.105, de 28 de junho de 2012;
XCVI - a Resolução nº 4.106, de 28 de junho de 2012;
XCVII - a Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012;
XCVIII - a Resolução nº 4.110, de 10 de julho de 2012;
XCIX - a Resolução nº 4.111, de 10 de julho de 2012;
C - a Resolução nº 4.112, de 10 de julho de 2012;
CI - a Resolução nº 4.116, de 2 de agosto de 2012;
CII - a Resolução nº 4.117, de 2 de agosto de 2012;
CIII - a Resolução nº 4.118, de 2 de agosto de 2012;
CIV - a Resolução nº 4.119, de 2 de agosto de 2012;
CV - a Resolução nº 4.120, de 2 de agosto de 2012;
CVI - a Resolução nº 4.124, de 23 de agosto de 2012;
CVII - a Resolução nº 4.125, de 23 de agosto de 2012;
CVIII - a Resolução nº 4.126, de 23 de agosto de 2012;
CIX - a Resolução nº 4.127, de 23 de agosto de 2012;
CX - a Resolução nº 4.130, de 5 de setembro de 2012;
CXI - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.131, de 5 de setembro de 2012:
a) os arts. 1º e 2º; e
b) os arts. 4º a 7º;
CXII - a Resolução nº 4.134, de 5 de setembro de 2012;
CXIII - a Resolução nº 4.136, de 27 de setembro de 2012;
CXIV - a Resolução nº 4.137, de 27 de setembro de 2012;
CXV - a Resolução nº 4.138, de 27 de setembro de 2012;
CXVI - a Resolução nº 4.142, de 27 de setembro de 2012;
CXVII - a Resolução nº 4.146, de 25 de outubro de 2012;
CXVIII - a Resolução nº 4.159, de 22 de novembro de 2012;
CXIX - a Resolução nº 4.160, de 22 de novembro de 2012;
CXX - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.161, de 12 de dezembro de 2012:
a) os arts. 1º a 3º; e
b) os arts. 5º e 6º;
CXXI - a Resolução nº 4.163, de 20 de dezembro de 2012;
CXXII - a Resolução nº 4.174, de 27 de dezembro de 2012;
CXXIII - a Resolução nº 4.177, de 7 de janeiro de 2013;
CXXIV - a Resolução nº 4.178, de 7 de janeiro de 2013;
CXXV - a Resolução nº 4.179, de 7 de janeiro de 2013;
CXXVI - a Resolução nº 4.183, de 31 de janeiro de 2013;
CXXVII - a Resolução nº 4.184, de 31 de janeiro de 2013;
CXXVIII - a Resolução nº 4.189, de 28 de fevereiro de 2013;
CXXIX - a Resolução nº 4.204, de 28 de março de 2013;
CXXX - a Resolução nº 4.205, de 28 de março de 2013;
CXXXI - a Resolução nº 4.206, de 28 de março de 2013;
CXXXII - a Resolução nº 4.208, de 28 de março de 2013;
CXXXIII - a Resolução nº 4.211, de 18 de abril de 2013;
CXXXIV - a Resolução nº 4.212, de 18 de abril de 2013;
CXXXV - a Resolução nº 4.213, de 30 de abril de 2013;
CXXXVI - a Resolução nº 4.214, de 30 de abril de 2013;
CXXXVII - a Resolução nº 4.215, de 30 de abril de 2013;
CXXXVIII - a Resolução nº 4.218, de 30 de abril de 2013;
CXXXIX - a Resolução nº 4.219, de 30 de abril de 2013;
CXL - a Resolução nº 4.220, de 30 de abril de 2013;
CXLI - a Resolução nº 4.226, de 18 de junho de 2013;
CXLII - a Resolução nº 4.227, de 18 de junho de 2013;
CXLIII - a Resolução nº 4.228, de 18 de junho de 2013;
CXLIV - a Resolução nº 4.229, de 18 de junho de 2013;
CXLV - a Resolução nº 4.233, de 18 de junho de 2013;
CXLVI - a Resolução nº 4.234, de 18 de junho de 2013;
CXLVII - a Resolução nº 4.235, de 18 de junho de 2013;
CXLVIII - a Resolução nº 4.245, de 28 de junho de 2013;
CXLIX - a Resolução nº 4.247, de 11 de julho de 2013;
CL - a Resolução nº 4.248, de 16 de julho de 2013;
CLI - a Resolução nº 4.250, de 16 de julho de 2013;
CLII - a Resolução nº 4.251, de 16 de julho de 2013;
CLIII - a Resolução nº 4.252, de 16 de julho de 2013;
CLIV - a Resolução nº 4.253, de 16 de julho de 2013;
CLV - a Resolução nº 4.254, de 16 de julho de 2013;
CLVI - a Resolução nº 4.255, de 16 de julho de 2013;
CLVII - a Resolução nº 4.258, de 8 de agosto de 2013;
CLVIII - a Resolução nº 4.259, de 8 de agosto de 2013;
CLIX - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.260, de 22 de agosto de 2013:
a) o caput, os incisos I a VIII e os §§ 1º e 2º do art. 1º;
b) os §§ 4º a 6º do art. 1º;
c) o art. 1º-A; e
d) os arts. 2º a 5º;
CLX - a Resolução nº 4.261, de 22 de agosto de 2013;
CLXI - a Resolução nº 4.266, de 30 de setembro de 2013;
CLXII - a Resolução nº 4.268, de 30 de setembro de 2013;
CLXIII - a Resolução nº 4.269, de 30 de setembro de 2013;
CLXIV - a Resolução nº 4.272, de 2 de outubro de 2013;
CLXV - a Resolução nº 4.276, de 31 de outubro de 2013;
CLXVI - a Resolução nº 4.285, de 22 de novembro de 2013;
CLXVII - a Resolução nº 4.286, de 22 de novembro de 2013;
CLXVIII - a Resolução nº 4.287, de 22 de novembro de 2013;
CLXIX - a Resolução nº 4.289, de 22 de novembro de 2013;
CLXX - a Resolução nº 4.299, de 30 de dezembro de 2013;
CLXXI - a Resolução nº 4.301, de 9 de janeiro de 2014;
CLXXII - a Resolução nº 4.306, de 30 de janeiro de 2014;
CLXXIII - a Resolução nº 4.307, de 30 de janeiro de 2014;
CLXXIV - a Resolução nº 4.309, de 10 de fevereiro de 2014;
CLXXV - a Resolução nº 4.313, de 27 de março de 2014;
CLXXVI - a Resolução nº 4.317, de 27 de março de 2014;
CLXXVII - a Resolução nº 4.318, de 27 de março de 2014;
CLXXVIII - a Resolução nº 4.323, de 25 de abril de 2014;
CLXXIX - a Resolução nº 4.325, de 25 de abril de 2014;
CLXXX - a Resolução nº 4.336, de 20 de junho de 2014;
CLXXXI - a Resolução nº 4.338, de 20 de junho de 2014;
CLXXXII - a Resolução nº 4.339, de 20 de junho de 2014;
CLXXXIII - a Resolução nº 4.340, de 20 de junho de 2014;
CLXXXIV - a Resolução nº 4.342, de 20 de junho de 2014;
CLXXXV - a Resolução nº 4.343, de 25 de junho de 2014;
CLXXXVI - a Resolução nº 4.344, de 25 de junho de 2014;
CLXXXVII - o art. 1º da Resolução nº 4.347, de 30 de junho de 2014;
CLXXXVIII - a Resolução nº 4.348, de 30 de junho de 2014;
CLXXXIX - a Resolução nº 4.350, de 10 de julho de 2014;
CXC - a Resolução nº 4.351, de 31 de julho de 2014;
CXCI - a Resolução nº 4.352, de 31 de julho de 2014;
CXCII - a Resolução nº 4.353, de 31 de julho de 2014;
CXCIII - a Resolução nº 4.354, de 31 de julho de 2014;
CXCIV - a Resolução nº 4.355, de 31 de julho de 2014;
CXCV - a Resolução nº 4.358, de 31 de julho de 2014;
CXCVI - a Resolução nº 4.359, de 12 de agosto de 2014;
CXCVII - a Resolução nº 4.360, de 28 de agosto de 2014;
CXCVIII - a Resolução nº 4.361, de 28 de agosto de 2014;
CXCIX - a Resolução nº 4.362, de 28 de agosto de 2014;
CC - a Resolução nº 4.363, de 28 de agosto de 2014;
CCI - a Resolução nº 4.364, de 28 de agosto de 2014;
CCII - a Resolução nº 4.365, de 28 de agosto de 2014;
CCIII - a Resolução nº 4.371, de 29 de setembro de 2014;
CCIV - a Resolução nº 4.375, de 30 de setembro de 2014;
CCV - a Resolução nº 4.376, de 30 de outubro de 2014;
CCVI - a Resolução nº 4.377, de 30 de outubro de 2014;
CCVII - a Resolução nº 4.380, de 6 de novembro de 2014;
CCVIII - a Resolução nº 4.383, de 27 de novembro de 2014;
CCIX - a Resolução nº 4.385, de 18 de dezembro de 2014;
CCX - a Resolução nº 4.386, de 18 de dezembro de 2014;
CCXI - a Resolução nº 4.396, de 30 de dezembro de 2014;
CCXII - a Resolução nº 4.398, de 30 de dezembro de 2014;
CCXIII - a Resolução nº 4.405, de 26 de março de 2015;
CCXIV - a Resolução nº 4.408, de 23 de abril de 2015;
CCXV - a Resolução nº 4.411, de 28 de maio de 2015;
CCXVI - a Resolução nº 4.412, de 2 de junho de 2015;
CCXVII - a Resolução nº 4.413, de 2 de junho de 2015;
CCXVIII - a Resolução nº 4.414, de 2 de junho de 2015;
CCXIX - os arts. 4º e 5º da Resolução nº 4.415, de 2 de junho de 2015;

CCXX - a Resolução nº 4.416, de 22 de junho de 2015;
CCXXI - a Resolução nº 4.417, de 22 de junho de 2015;
CCXXII - a Resolução nº 4.418, de 22 de junho de 2015;
CCXXIII - a Resolução nº 4.421, de 25 de junho de 2015;
CCXXIV - a Resolução nº 4.422, de 25 de junho de 2015;
CCXXV - o art. 1º da Resolução nº 4.427, de 25 de junho de 2015;
CCXXVI - a Resolução nº 4.428, de 25 de junho de 2015;
CCXXVII - a Resolução nº 4.429, de 25 de junho de 2015;
CCXXVIII - a Resolução nº 4.435, de 27 de agosto de 2015;
CCXXIX - a Resolução nº 4.446, de 20 de novembro de 2015;
CCXXX - a Resolução nº 4.447, de 20 de novembro de 2015;
CCXXXI - a Resolução nº 4.450, de 17 de dezembro de 2015;
CCXXXII - a Resolução nº 4.451, de 17 de dezembro de 2015;
CCXXXIII - a Resolução nº 4.457, de 24 de dezembro de 2015;
CCXXXIV - a Resolução nº 4.459, de 31 de dezembro de 2015;
CCXXXV - a Resolução nº 4.460, de 31 de dezembro de 2015;
CCXXXVI - a Resolução nº 4.463, de 28 de janeiro de 2016;
CCXXXVII - a Resolução nº 4.467, de 25 de fevereiro de 2016;
CCXXXVIII - a Resolução nº 4.472, de 31 de março de 2016;
CCXXXIX - a Resolução nº 4.477, de 11 de abril de 2016;
CCXL - a Resolução nº 4.483, de 3 de maio de 2016;
CCXLI - a Resolução nº 4.485, de 6 de maio de 2016;
CCXLII - a Resolução nº 4.486, de 6 de maio de 2016;
CCXLIII - a Resolução nº 4.487, de 31 de maio de 2016;
CCXLIV - a Resolução nº 4.488, de 31 de maio de 2016;
CCXLV - a Resolução nº 4.489, de 31 de maio de 2016;
CCXLVI - a Resolução nº 4.490, de 31 de maio de 2016;
CCXLVII - a Resolução nº 4.494, de 31 de maio de 2016;
CCXLVIII - a Resolução nº 4.495, de 31 de maio de 2016;
CCXLIX - a Resolução nº 4.497, de 31 de maio de 2016;
CCL - a Resolução nº 4.500, de 30 de junho de 2016;
CCLI - a Resolução nº 4.501, de 30 de junho de 2016;
CCLII - a Resolução nº 4.503, de 30 de junho de 2016;
CCLIII - a Resolução nº 4.504, de 1º de julho de 2016;
CCLIV - a Resolução nº 4.508, de 28 de julho de 2016;
CCLV - a Resolução nº 4.509, de 28 de julho de 2016;
CCLVI - a Resolução nº 4.510, de 28 de julho de 2016;
CCLVII - a Resolução nº 4.511, de 28 de julho de 2016;
CCLVIII - a Resolução nº 4.513, de 24 de agosto de 2016;
CCLIX - a Resolução nº 4.514, de 24 de agosto de 2016;
CCLX - a Resolução nº 4.519, de 14 de setembro de 2016;
CCLXI - a Resolução nº 4.522, de 29 de setembro de 2016;
CCLXII - a Resolução nº 4.528, de 29 de setembro de 2016;
CCLXIII - a Resolução nº 4.529, de 27 de outubro de 2016;
CCLXIV - a Resolução nº 4.532, de 24 de novembro de 2016;
CCLXV - a Resolução nº 4.544, de 21 de dezembro de 2016;
CCLXVI - a Resolução nº 4.547, de 21 de dezembro de 2016;
CCLXVII - a Resolução nº 4.554, de 3 de fevereiro de 2017;
CCLXVIII - a Resolução nº 4.562, de 31 de março de 2017;
CCLXIX - a Resolução nº 4.565, de 27 de abril de 2017;
CCLXX - a Resolução nº 4.568, de 26 de maio de 2017;
CCLXXI - a Resolução nº 4.573, de 26 de maio de 2017;
CCLXXII - a Resolução nº 4.575, de 31 de maio de 2017;
CCLXXIII - a Resolução nº 4.576, de 7 de junho de 2017;
CCLXXIV - a Resolução nº 4.577, de 7 de junho de 2017;
CCLXXV - a Resolução nº 4.578, de 7 de junho de 2017;
CCLXXVI - a Resolução nº 4.580, de 7 de junho de 2017;
CCLXXVII - a Resolução nº 4.581, de 7 de junho de 2017;
CCLXXVIII - a Resolução nº 4.583, de 29 de junho de 2017;
CCLXXIX - a Resolução nº 4.584, de 29 de junho de 2017;
CCLXXX - a Resolução nº 4.586, de 29 de junho de 2017;
CCLXXXI - a Resolução nº 4.587, de 29 de junho de 2017;
CCLXXXII - a Resolução nº 4.591, de 25 de julho de 2017;
CCLXXXIII - a Resolução nº 4.592, de 25 de julho de 2017;
CCLXXXIV - a Resolução nº 4.597, de 28 de agosto de 2017;
CCLXXXV - a Resolução nº 4.603, de 19 de outubro de 2017;
CCLXXXVI - a Resolução nº 4.608, de 30 de novembro de 2017;
CCLXXXVII - a Resolução nº 4.609, de 30 de novembro de 2017;
CCLXXXVIII - a Resolução nº 4.613, de 30 de novembro de 2017;
CCLXXXIX - a Resolução nº 4.614, de 30 de novembro de 2017;
CCXC - a Resolução nº 4.617, de 21 de dezembro de 2017;
CCXCI - a Resolução nº 4.621, de 21 de dezembro de 2017;
CCXCII - a Resolução nº 4.625, de 25 de janeiro de 2018;
CCXCIII - a Resolução nº 4.627, de 25 de janeiro de 2018;
CCXCIV - a Resolução nº 4.631, de 22 de fevereiro de 2018;
CCXCV - a Resolução nº 4.632, de 22 de fevereiro de 2018;
CCXCVI - a Resolução nº 4.634, de 22 de fevereiro de 2018;
CCXCVII - a Resolução nº 4.640, de 22 de fevereiro de 2018;
CCXCVIII - a Resolução nº 4.646, de 28 de março de 2018;
CCXCIX - a Resolução nº 4.650, de 28 de março de 2018;
CCC - a Resolução nº 4.651, de 26 de abril de 2018;
CCCI - a Resolução nº 4.652, de 26 de abril de 2018;
CCCII - a Resolução nº 4.660, de 17 de maio de 2018;
CCCIII - a Resolução nº 4.663, de 5 de junho de 2018;
CCCIV - a Resolução nº 4.664, de 6 de junho de 2018;
CCCV - a Resolução nº 4.665, de 6 de junho de 2018;
CCCVI - a Resolução nº 4.666, de 6 de junho de 2018;
CCCVII - a Resolução nº 4.667, de 6 de junho de 2018;
CCCVIII - a Resolução nº 4.668, de 6 de junho de 2018;
CCCIX - a Resolução nº 4.669, de 6 de junho de 2018;
CCCX - a Resolução nº 4.673, de 26 de junho de 2018;
CCCXI - a Resolução nº 4.674, de 26 de junho de 2018;
CCCXII - a Resolução nº 4.675, de 26 de junho de 2018;
CCCXIII - a Resolução nº 4.685, de 29 de agosto de 2018;
CCCXIV - a Resolução nº 4.686, de 25 de setembro de 2018;
CCCXV - a Resolução nº 4.689, de 25 de setembro de 2018;
CCCXVI - a Resolução nº 4.699, de 27 de novembro de 2018;
CCCXVII - a Resolução nº 4.701, de 19 de dezembro de 2018;
CCCXVIII - a Resolução nº 4.709, de 31 de janeiro de 2019;
CCCXIX - a Resolução nº 4.711, de 27 de fevereiro de 2019
CCCXX - a Resolução nº 4.716, de 25 de abril de 2019;
CCCXXI - a Resolução nº 4.717, de 25 de abril de 2019;
CCCXXII - a Resolução nº 4.718, de 30 de maio de 2019;
CCCXXIII - a Resolução nº 4.719, de 30 de maio de 2019;
CCCXXIV - a Resolução nº 4.725, de 27 de junho de 2019;
CCCXXV - a Resolução nº 4.726, de 27 de junho de 2019;
CCCXXVI - a Resolução nº 4.727, de 27 de junho de 2019;
CCCXXVII - a Resolução nº 4.728, de 27 de junho de 2019;
CCCXXVIII - a Resolução nº 4.729, de 27 de junho de 2019;
CCCXXIX - a Resolução nº 4.730, de 27 de junho de 2019;
CCCXXX - a Resolução nº 4.731, de 27 de junho de 2019;
CCCXXXI - a Resolução nº 4.735, de 29 de julho de 2019;
CCCXXXII - a Resolução nº 4.738, de 14 de agosto de 2019;
CCCXXXIII - a Resolução nº 4.741, de 29 de agosto de 2019;
CCCXXXIV - a Resolução nº 4.742, de 29 de agosto de 2019;
CCCXXXV - a Resolução nº 4.743, de 29 de agosto de 2019;
CCCXXXVI - a Resolução nº 4.756, de 24 de outubro de 2019;
CCCXXXVII - a Resolução nº 4.757, de 24 de outubro de 2019;
CCCXXXVIII - a Resolução nº 4.758, de 24 de outubro de 2019;
CCCXXXIX - a Resolução nº 4.759, de 24 de outubro de 2019;
CCCXL - a Resolução nº 4.766, de 19 de dezembro de 2019;
CCCXLI - a Resolução nº 4.767, de 19 de dezembro de 2019;
CCCXLII - a Resolução nº 4.772, de 19 de dezembro de 2019;
CCCXLIII - a Resolução nº 4.774, de 7 de janeiro de 2020;
CCCXLIV - a Resolução nº 4.778, de 29 de janeiro de 2020;
CCCXLV - a Resolução nº 4.780, de 20 de fevereiro de 2020;
CCCXLVI - a Resolução nº 4.787, de 23 de março de 2020;
CCCXLVII - a Resolução nº 4.789, de 26 de março de 2020;
CCCXLVIII - a Resolução nº 4.796, de 2 de abril de 2020;
CCCXLIX - a Resolução nº 4.801, de 9 de abril de 2020;
CCCL - a Resolução nº 4.802, de 9 de abril de 2020;
CCCLI - a Resolução nº 4.807, de 30 de abril de 2020;
CCCLII - os arts. 1º e 3º da Resolução nº 4.810, de 30 de abril de 2020;
CCCLIII - a Resolução nº 4.816, de 13 de maio de 2020;
CCCLIV - a Resolução nº 4.823, de 18 de junho de 2020;
CCCLV - a Resolução nº 4.824, de 18 de junho de 2020;
CCCLVI - a Resolução nº 4.825, de 18 de junho de 2020;
CCCLVII - a Resolução nº 4.827, de 18 de junho de 2020;
CCCLVIII - a Resolução nº 4.828, de 18 de junho de 2020;
CCCLIX - os seguintes dispositivos da Resolução nº 4.829, de 18 de junho de 2020:
a) o art. 1º; e
b) os arts. 3º a 11;
CCCLX - a Resolução nº 4.830, de 18 de junho de 2020;
CCCLXI - a Resolução nº 4.832, de 25 de junho de 2020;
CCCLXII - a Resolução nº 4.833, de 25 de junho de 2020;
CCCLXIII - a Resolução nº 4.835, de 25 de junho de 2020;
CCCLXIV - a Resolução nº 4.836, de 25 de junho de 2020;
CCCLXV - a Resolução CMN nº 4.839, de 30 de julho de 2020;
CCCLXVI - a Resolução CMN nº 4.840, de 30 de julho de 2020;
CCCLXVII - os arts. 1º e 3º da Resolução CMN nº 4.843, de 30 de julho de 2020;
CCCLXVIII - a Resolução CMN nº 4.848, de 27 de agosto de 2020;
CCCLXIX - a Resolução CMN nº 4.849, de 27 de agosto de 2020;
CCCLXX - a Resolução CMN nº 4.863, de 23 de outubro de 2020;
CCCLXXI - a Resolução CMN nº 4.868, de 27 de novembro de 2020;
CCCLXXII - a Resolução CMN nº 4.874, de 23 de dezembro de 2020;
CCCLXXIII - a Resolução CMN nº 4.875, de 23 de dezembro de 2020;
CCCLXXIV - a Resolução CMN nº 4.876, de 23 de dezembro de 2020;
CCCLXXV - a Resolução CMN nº 4.884, de 23 de dezembro de 2020; e
CCCLXXVI - a Resolução CMN nº 4.886, de 28 de janeiro de 2021.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de maio de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.904, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera a Seção 4-A do Capítulo 2 (Condições Básicas), a Seção 6 do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito), as Seções 1 e 9 do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) e a Seção 1 do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR) de que tratam as Resoluções CMN ns. 4.883, de 23 de dezembro de 2020, 4.899, de 25 de março de 2021, e 4.889, de 26 de fevereiro de 2021.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de abril de 2021, de acordo com os arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e com o § 3º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, resolveu:

Art. 1º A Seção 4-A (Metodologia de Cálculo das Taxas de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais de Financiamento - TRFC) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do anexo à Resolução CMN nº 4.883, de 23 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"10 - Para a definição das taxas de juros das operações de crédito rural ao amparo do Pronaf, realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, deverão ser observadas as metodologias definidas na Seção Metodologia de Cálculo das Taxas de Juros do Crédito Rural (TCR) deste Capítulo." (NR)

Art. 2º A coluna Finalidade/Beneficiário referente ao Pronaf para os Beneficiários do PNCF, do PNRA e do PCRF (MCR 10-3) da Tabela 1 (Encargos Financeiros para os Financiamentos ao Amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, a partir de 1º/7/2020) da Seção 6 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) do anexo à Resolução CMN nº 4.899, de 25 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"2 - Crédito de Investimento: beneficiários enquadrados no Grupo "A" cujo projeto de financiamento não inclua a remuneração da assistência técnica" (NR)

"3 - Crédito de Investimento: beneficiários enquadrados no Grupo "A" cujo projeto de financiamento inclua a remuneração da assistência técnica" (NR)

Art. 3º A coluna Finalidade/Beneficiário referente aos Créditos para os Beneficiários do PNCF, do PNRA e do PCRF (MCR 10-3) da Tabela 2 (Limites de Crédito para os Financiamentos ao Amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, a partir de 1º/7/2020, respeitados os limites de endividamento de que trata o MCR 10-1-34) da Seção 6 do Capítulo 7 do anexo à Resolução CMN nº 4.899, de 2021, passa a vigorar com a seguintes alterações:

"2 - Crédito de Investimento: beneficiários enquadrados no Grupo "A" cujo projeto de financiamento não inclua a remuneração da assistência técnica" (NR)

"3 - Crédito de Investimento: beneficiários enquadrados no Grupo "A" cujo projeto de financiamento inclua a remuneração da assistência técnica" (NR)

Art. 4º A coluna Condições Adicionais referente ao Crédito de Investimento - Pronaf Mulher (MCR 10-9) da Tabela 2 da Seção 6 do Capítulo 7 do anexo à Resolução CMN nº 4.899, de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"c) no financiamento das finalidades previstas nos itens 4 e 5 pode ser aplicada a condição adicional da alínea "b" referente aos itens 2 e 3 do Pronaf Mais Alimentos (MCR 10-5) desta tabela;" (NR)

"f) limite por ano agrícola para as finalidades previstas nos itens 3, 4 e 5." (NR)

Art. 5º A coluna Condições Adicionais referente ao Crédito de Investimento - Pronaf Agroecologia (MCR 10-14) da Tabela 2 da Seção 6 do Capítulo 7 do anexo à Resolução CMN nº 4.899, de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"a) limite por ano agrícola." (NR);

Art. 6º A Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 26 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"14 - .....

.....

g) crédito de investimento ao amparo e nas condições das Seções Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) ou Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), do Capítulo Programas com Recursos do

BNDES, quando relacionado às ações enquadradas na Seção Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria), destinado a cooperativa de produção, observado que, excetuando a linha de crédito prevista no MCR 11-2-3, o beneficiário que houver contratado o crédito ao amparo da Seção Pronaf Agroindústria fica impedido de contratar novo crédito nessas linhas do BNDES e aquele que houver contratado o crédito nessas linhas do BNDES fica impedido de contratar novo crédito ao amparo da Seção Pronaf Agroindústria, no mesmo ano agrícola;

h) crédito de investimento ao amparo e nas condições da Seção Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), do Capítulo Programas com Recursos do BNDES, respeitada a condição para cooperativas, conforme disposto na alínea "g"." (NR)

Art. 7º A Seção 9 (Crédito de Investimento para Mulheres - Pronaf Mulher) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"1 - .....

.....

c) reembolso:

I - para as beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" ou "B": os prazos estabelecidos para a Seção Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B");

II - para as demais beneficiárias: os prazos estabelecidos na Seção Créditos de Investimento (Pronaf Mais Alimentos) do Capítulo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiamentos de investimento." (NR)

Art. 8º A Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"1 - Os programas de crédito rural com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), sujeitos a subvenção pelo Tesouro Nacional, devem observar as normas gerais do crédito rural e as condições específicas definidas para cada linha de financiamento." (NR)

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor em 1º de maio de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.905, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera a Seção 6 do Capítulo 2 (Condições Básicas), a Seção 7 do Capítulo 4 (Finalidades e Instrumentos Especiais de Política Agrícola), a Seção 2 do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé), a Seção 1 do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) e a Seção 1 do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR), constantes dos anexos às Resoluções CMN ns. 4.883, de 23 de dezembro de 2020, 4.900, de 25 de março de 2021, e 4.889, de 26 de fevereiro de 2021, para estabelecer critérios para a prorrogação de dívidas do crédito rural pelas instituições financeiras.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de abril de 2021, de acordo com os arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º A Seção 6 (Reembolso) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do Manual de Crédito Rural (MCR), constante do anexo à Resolução CMN nº 4.883, de 23 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"4 - Fica a instituição financeira autorizada a prorrogar a dívida, aos mesmos encargos financeiros pactuados no instrumento de crédito, desde que o mutuário comprove a dificuldade temporária para reembolso do crédito em razão de uma ou mais entre as situações abaixo, e que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário:

....." (NR)

Art. 2º A Seção 7 (Fundo de Terras e da Reforma Agrária Mais) do Capítulo 4 (Finalidades e Instrumentos Especiais de Política Agrícola) do MCR, constante do anexo à Resolução CMN nº 4.900, de 25 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"12 - Ficam autorizadas as instituições financeiras operadoras do FTRA, com base nas condições constantes do MCR 2-6-4, nos casos em que o mutuário solicitar a prorrogação e demonstrar dificuldade temporária para reembolso do crédito, a prorrogar as parcelas de operações de crédito fundiário com recursos do FTRA, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra formalizadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, aprovado pela Resolução do Senado Federal nº 67, de 22 de julho de 1997, com vencimento no ano civil, respeitado o limite por Unidade da Federação de 5% (cinco por cento) do valor das parcelas com vencimento no respectivo ano, em cada instituição financeira, e desde que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário, observadas as seguintes condições:

.....

d) o pedido de prorrogação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam às instituições financeiras verificar o fato gerador da dificuldade temporária para reembolso do crédito, sua intensidade e o percentual de redução de renda provocado, por meio de formulário a ser disponibilizado pelo órgão gestor do FTRA;

....." (NR)

Art. 3º A Seção 2 (Crédito de Custeio) do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé) do MCR, constante do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 26 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4 - A instituição financeira, a seu critério e nos casos em que ficar comprovada a dificuldade temporária para reembolso do crédito em vista das situações previstas no MCR 2-6-4, pode renegociar as parcelas de operações de crédito de custeio contratadas com recursos repassados pelo Funcafé, com vencimento no ano civil, desde que respeitado o limite de 8% (oito por cento) do valor das parcelas destas operações com vencimento no respectivo ano, em cada instituição financeira, e que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário, observadas as seguintes condições:

.....

f) o pedido de renegociação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da dificuldade temporária para reembolso do crédito, sua intensidade e o percentual de redução de renda decorrente;

....." (NR)

Art. 4º A Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do MCR, constante do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"25 - A instituição financeira, a seu critério e nos casos em que ficar comprovada a dificuldade temporária para reembolso do crédito em vista das situações previstas no MCR 2-6-4, pode renegociar as operações contratadas ao amparo do Pronaf, desde que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário, observadas as seguintes condições específicas:

....." (NR)

"27 - .....

.....

d) o pedido de renegociação deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar a situação que gerou a dificuldade temporária para reembolso do crédito, sua intensidade, o percentual de redução de renda provocado e o tempo estimado para que a renda retorne ao patamar previsto no projeto de crédito, observado que:

I - quando uma mesma situação geradora de dificuldade temporária para reembolso de crédito atingir mais de 30 (trinta) agricultores familiares de um mesmo município, o laudo ou documento com as informações de que trata este item pode ser grupal;

....." (NR)

Art. 5º A Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do MCR, constante do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"4 - A instituição financeira, a seu critério e nos casos em que ficar comprovada a dificuldade temporária para reembolso do crédito em vista das situações previstas no MCR 2-6-4, pode renegociar as parcelas de operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES e subvencionadas pelo Tesouro Nacional, com vencimento no ano civil, desde que a instituição financeira ateste a necessidade de prorrogação e demonstre a capacidade de pagamento do mutuário, observadas as seguintes condições:

.....

i) o pedido de renegociação do mutuário deve vir acompanhado de informações técnicas que permitam à instituição financeira comprovar o fato gerador da dificuldade temporária para reembolso do crédito, sua intensidade e o percentual de redução de renda decorrente." (NR)

Art. 6º Ficam revogados os seguintes dispositivos do MCR, constantes do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 2021:

I - item 26 da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf);

II - item 7 da Seção 1 (Disposições Gerais) do Capítulo 11 (Programa com Recursos do BNDES).

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de maio de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.906, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Eleva, excepcionalmente para o ano agrícola 2021/2022, o limite do crédito de custeio para produção de milho e sorgo e autoriza o Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) ao amparo de Recursos Obrigatórios, quando destinado à aquisição de milho e sorgo.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de abril de 2021, de acordo com os arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 7 (Normas Transitórias) do Capítulo 3 (Operações) do Manual de Crédito Rural (MCR), constante do anexo à Resolução CMN nº 4.883, de 23 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"3 - Admite-se, excepcionalmente, no período de 1º/7/2021 a 30/6/2022, que o limite de crédito de custeio rural de que trata o item 1 da Tabela 2 (Limites de Crédito para Financiamentos sem Vinculação a Programa Específico, a partir de 1º/7/2020) da Seção 1 (Financiamentos sem Vinculação a Programa Específico) do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) do MCR seja elevado para R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), quando o crédito for destinado à produção de milho e de sorgo e à atividade de suinocultura, avicultura, piscicultura, pecuária leiteira e pecuária de corte em regime de confinamento.

4 - Admite-se, excepcionalmente, no período de 1º/7/2021 a 30/6/2022, que o limite de crédito de custeio rural de que trata o item 1 da Tabela 2 (Limites de Crédito para os Financiamentos do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp), a partir de 1º/7/2020) da Seção 4 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp) do Capítulo 7 do MCR seja elevado para R$1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais), quando o crédito for destinado à produção de milho e de sorgo e à atividade de suinocultura, avicultura, piscicultura, pecuária leiteira e pecuária de corte em regime de confinamento.

5 - Admite-se, no período de 1º/7/2021 a 30/6/2022, a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP), com recursos obrigatórios, quando o crédito for destinado à estocagem de milho e sorgo, observado o disposto na Seção 1 (Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor - FGPP) do Capítulo 4 (Finalidades e Instrumentos Especiais de Política Agrícola) do MCR, e as seguintes condições específicas:

I - limite de crédito: até R$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) por beneficiário;

II - reembolso: até 180 (cento e oitenta) dias;

III - o beneficiário pode utilizar, para fins de comprovação do valor financiado, independentemente do número de operações efetuadas na mesma instituição financeira, até R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) por produtor, observado que:

a) é vedada a utilização da mesma nota fiscal de aquisição do produto para fins de comprovação de diferentes operações em uma ou mais instituições financeiras;

b) o beneficiário deve apresentar à instituição financeira declaração de que cumpriu as condições estabelecidas neste artigo, sob as penas da lei;

c) o limite adquirido de cada produtor rural para efeito da comprovação de que trata este inciso, e o limite por produtor rural para as operações de Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários (FEE) e de desconto de Duplicata Rural (DR) e Nota Promissória Rural (NPR) ao amparo de recursos controlados, são independentes entre si;

d) é permitido que mais de um beneficiário do crédito de que trata este artigo adquira a produção de um mesmo produtor rural, observado o limite por produtor de que trata este inciso." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.907, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Define os recursos para os financiamentos ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de abril de 2021, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987, e do art. 6º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º A Seção 8 (Direcionamento de Recursos) do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé) do Manual de Crédito Rural (MCR), constante do anexo à Resolução CMN nº 4.889, de 26 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"1 - Os recursos consignados no Orçamento Geral da União (OGU) para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), no exercício de 2021, serão direcionados da seguinte forma:

a) Seção Crédito de Custeio: até R$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais);

b) Seção Crédito de Comercialização: até R$2.208.500.000,00 (dois bilhões, duzentos e oito milhões e quinhentos mil reais);

c) Seção Financiamento para Aquisição de Café (FAC): até R$1.353.912.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e três milhões e novecentos e doze mil reais);

d) Seção Crédito para Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros: R$0,00 (zero);

e) Seção Crédito para Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel e de Torrefação de Café e para Cooperativa de Produção: até R$630.500.000,00 (seiscentos e trinta milhões e quinhentos mil reais);

f) Seção Crédito para Recuperação de Cafezais Danificados: até R$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais)." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de maio de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.908, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Autoriza a prorrogação de parcelas dos financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro- Oeste (FCO) para atender os setores e atividades mais afetados pela pandemia da Covid-19.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de abril de 2021, tendo em vista as disposições do art. 4º, incisos VI e VIII, da mencionada Lei, e no art. 15, § 1º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, resolve:

Art. 1º Ficam autorizadas as instituições financeiras administradoras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) a prorrogar por até doze meses as parcelas com vencimento entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, vencidas e vincendas, das operações de crédito não rural contratadas com recursos desses fundos até 31 de dezembro de 2020, por mutuários cuja atividade tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, mantidas as demais condições contratuais.

Parágrafo único. Admite-se a prorrogação de que trata este artigo para mutuários que possuam operações contratadas com recursos do FNO, do FNE ou do FCO em situação de inadimplência até 31 de dezembro de 2020, desde que regularizem essa situação até a data da prorrogação.

Art. 2º Ficam as instituições financeiras administradoras do FNO, do FNE e do FCO autorizadas a prorrogar para até 31 de dezembro de 2021 o vencimento das parcelas com vencimento entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, vencidas e vincendas, das operações de crédito rural contratadas com recursos do FNO, do FNE e do FCO até 31 de dezembro de 2020 por mini e pequenos produtores rurais, inclusive agricultores familiares, cuja atividade tenha sido prejudicada em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela Covid-19, mantidas as demais condições contratuais.

Parágrafo único. Admite-se a prorrogação de que trata este artigo para mutuários que possuam operações de crédito rural contratadas com recursos do FNO, do FNE ou do FCO em situação de inadimplência até 31 de dezembro de 2019, desde que regularizem essa situação até a data da prorrogação.

Art. 3º Para efeito da prorrogação de que trata esta Resolução, cabe à instituição financeira atestar a dificuldade temporária para reembolso do crédito por mutuário de que trata o art. 1º ou por mini ou pequeno produtor rural de que trata o art. 2º.

Art. 4º As instituições financeiras administradoras do FNO, do FNE e do FCO deverão encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Regional, até 28 de fevereiro de 2023, um comparativo analítico entre a inadimplência observada após a plena execução do disposto nesta Resolução e o que era esperado em termos de inadimplência pela instituição financeira caso não houvesse a possibilidade de prorrogação de que trata esta Resolução, segregando o grupo beneficiado pela prorrogação por porte e setor.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de maio de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.700, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MAURO SALLES MORAES, CPF nº 084.854.778-04, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 29 DE ABRIL DE 2021

Nº 18.701 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JOÃO PEDRO PASTORE ARRUDA DE ARAUJO, CPF nº 423.542.958-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.702 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RODRIGO VASSÃO DIAS FONTANA, CPF nº 355.813.238-60, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.703 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ANDRÉ NOGUEIRA FONTENELE, CPF nº 872.445.003-00, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.704 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LUCAS ROCHA SÁTIRO, CPF nº 442.236.808-70, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.705 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza TÚLIO LUZ BARBOSA, CPF nº 578.836.451-53, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.706 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MARCELO BASSANI, CPF nº 029.731.769-56, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.707 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza VICTOR DE CASTRO ARY, CPF nº 043.002.123-25, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.708 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza SERGIO SALES ROLIM, CPF nº 017.274.723-65, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.709 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza FELIPE FAUZE MATTAR, CPF nº 264.350.898-09, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.710 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ALEXANDRE PEREIRA RODRIGUES DE SÁ CASTANHEIRA, CPF nº 176.430.958-84, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.711 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza HAROLDO BLINI DE CARVALHO, CPF nº 282.699.908-76, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.712 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza FELIPE SCHUCMAN, CPF nº 402.849.538-57, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 239, DE 26 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006627/2020-67, resolve:

Art. 1º Aprovar o estatuto e autorizar o funcionamento da PREVINA - SINTHORESP ENTIDADA FECHADA DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR, como entidade fechada de previdência complementar.

Art. 2º Estabelecer o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para o início efetivo das atividades, contados a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 259, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 619/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201814292.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade do Maciço do Baturité (FMB), com sede na Rua Edmundo Bastos, s/n, Bairro Sanharão, no Município de Baturité, no Estado do Ceará, mantida pelo IESTEC - Instituto de Ensino Superior Teológico Cristão - ME, com sede no Município de Maracanaú, no Estado do Ceará (12.509.127/0001-10).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 260, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 617/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 101718794.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Tecnologia Senai Antoine Skaf (Senai), com sede na Rua Anhaia, nº 1321, Bairro Bom Retiro, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com sede no mesmo Município e Estado, (CNPJ 03.774.819/0001-02).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 261, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 654/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201807378.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Damásio Educacional (FDE) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua da Glória, nº 195, Bairro Liberdade, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pelo IBMEC Educacional Ltda., com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 04.298.309/0001-60).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 262, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 738/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710901.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Uninassau Parnamirim, com sede na Rua Pedro Bezerra Filho, nº 35, Bairro Santos Reis, no Município de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Universitária Mileto Ltda. - EPP, com sede no Município de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, (CNPJ 12.213.159/0001-73).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 263, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 19/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201511125.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Tecnologia SENAI Pernambuco, com sede na Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, nº 539, bairro Santo Amaro, no município do Recife, no estado de Pernambuco, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com sede no mesmo município e estado (CNPJ 03.789.272/0001-00).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 264, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 51/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201719344.

Art. 2º Recredenciar o Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Pe. Sabóia de Medeiros (FEI), com sede na Avenida Humberto Alencar Castelo Branco, nº 3.972, bairro Assunção, no município de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, mantido pela Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo (CNPJ 61.023.156/0001-82).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 265, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 18/2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201813914.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade Mater Dei (FMD), com sede na Rua Mato Grosso, nº 200, Centro, no Município de Pato Branco, no Estado do Paraná, mantida pelo Colégio Mater Dei Ltda., com sede no mesmo Município e Estado, (CNPJ 78.243.599/0001-81).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 266, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 22 /2021, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201611168.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Tecnologia FTEC de Porto Alegre (FTEC Porto Alegre), com sede na Rua Comendador Manoel Pereira, nº 249, bairro Centro Histórico, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Riograndense Ltda., com sede no mesmo município e estado (CNPJ 09.108.340/0001-05).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

DESPACHO DE 29 DE ABRIL DE 2021

Processo nº: 00732.000150/2020-19.
Interessado: Associação de Educação Vicentina Santa Luísa de Marillac.
Assunto: Expedição de Cebas.

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e de acordo com o Parecer de Força Executória nº 00521/2021/CORESPNE/PRU5R/PGU/AGU, de 6 de abril de 2021, e com a Cota nº 01806/2021/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 23 de abril de 2021, da Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Educação, certifico a Associação de Educação Vicentina Santa Luísa de Marillac, CNPJ nº 07.469.653/0001-03, com sede em Fortaleza/CE, nos autos do processo nº 23000.011334/2012-56, pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, e enquanto viger a determinação judicial.

MILTON RIBEIRO
Ministro

DESPACHO DE 29 DE ABRIL DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 85/2021, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que votou favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Malcon Vivarelli da Silva, no curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, na modalidade a distância, no período de 2018 a 2020, ministrado pela Universidade Cesumar - Unicesumar, com sede na Avenida Guedner, nº 1.610, bairro Jardim Aclimação, no município de Maringá, no estado do Paraná, conferindo validade ao seu diploma de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, conforme consta do Processo nº 23001.000816/2020-81.

MILTON RIBEIRO
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 399, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815251	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE	INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT	AVENIDA DOM ORLANDO CHAVES, 2655, (COHAB D O CHAVES), CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE/MT
2	201815497	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário FBV Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
3	201815496	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário FBV Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE

PORTARIA Nº 400, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715974	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
2	201710089	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DO ESTADO DO MARANHÃO	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA JOÃO PESSOA, 214-B, JOÃO PAULO, SÃO LUÍS/MA
3	201713521	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA GOIÁS, 2151, ESTAÇÃO, SETOR CENTRAL, GOIÂNIA/GO
4	201710188	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG

PORTARIA Nº 401, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201712153	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIÃO DE GOYAZES FORMOSA - FUG (2266)	CENTRO DE ESTUDOS OCTAVIO DIAS FORMOSA LTDA (CNPJ: 15.584.693/0001-84)	Rua Manoel Alves Ferreira, nº 404, Bloco I, Centro, Formosa/GO, 73.801-250.
2	201819491	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS LTDA - FACEC (19563)	FACEC - FACULDADE DE ADMINISTRACAO E CIENCIAS ECONOMICAS LTDA - EPP (CNPJ: 11.584.142/0001-60)	Rua Monte Castelo, nº 375, Zona 02, Cianorte/PR, 87.200-336.
3	201902470	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO CARIRI PARAIBANO - UNICIR (22245)	UNICIR - FACULDADE DO CARIRI LTDA - EPP (CNPJ: 20.946.639/0001-71)	BR 412, KM 105, Sítio Novo Oriente, Sumé/PB, 58540-000.

PORTARIA Nº 402, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815341	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ALTO MÉDIO SÃO FRANCISCO	FUNDACAO EDUCACIONAL ALTO MEDIO SAO FRANCISCO	AV. JEFFERSON GITIRANA, 1422, CÍCERO PASSOS, PIRAPORA/MG
2	201815554	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	ESCOLA TECNOLOGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	RUA ITACOLOMI, 450, SEDE, PORTÃO, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 403, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201715638	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	1000	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA
2	201716894	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	1000	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA

PORTARIA Nº 404, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815300	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	RUA TOMAZ GUIMARÃES, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SANTOS DUMONT, SENHOR DO BONFIM/BA
2	201815488	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO	UNISULMA- UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHAO LTDA - ME	RUA SÃO PEDRO, S/N, JARDIM CRISTO REI, NOVA IMPERATRIZ, IMPERATRIZ/MA

PORTARIA Nº 405, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201722457	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS SOCIAIS	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA LUIZ TARQUÍNIO PONTES, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
2	201503450	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE VÉRTICE	SOEGAR-SOCIEDADE EDUCACIONAL GARDINGO LTDA - EPP	RUA BERNARDO TORRES, 180, RETIRO, MATIPÓ/MG
3	201610995	MATEMÁTICA (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	RUA GILENO DE SÁ OLIVEIRA, 271, CAMPUS BARREIRAS, RECANTO DOS PÁSSAROS, BARREIRAS/BA

PORTARIA Nº 406, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815293	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	RUA JOSÉ BENEDITO, 139, SANTA EFIGÊNIA, ITABIRITO/MG
2	201815290	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	RUA ITAMARATI, 140, SÃO CAETANO, BETIM/MG

PORTARIA Nº 407, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201716897	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	1000	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA
2	201716898	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	1000	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA
3	201717322	PEDAGOGIA (Licenciatura)	1000	FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	INSTITUTO PATER DE EDUCACAO E CULTURA

PORTARIA Nº 408, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815344	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	36 (trinta e seis)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	AVENIDA FILOGÔNIO PEIXOTO, S/N, AVISO, LINHARES/ES
2	201815327	AGROECOLOGIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	PR 466, GLEBA PINDAÚVA SECÇÃO C, PARTE 2, GLEBA PINDAÚVA, IVAIPORÃ/PR
3	201815329	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA	RODOVIA PR 323, SENTIDO GUAIRA, PARQUE INDUSTRIAL, UMUARAMA/PR

PORTARIA Nº 409, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201616498	LETRAS - ESPANHOL E LITERATURA HISPâNICA (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA - IFRR	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	AVENIDA GLAYCON DE PAIVA, 2496, PRICUMÃ, BOA VISTA/RR
2	201509862	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA ENGLER, SN, PUC GOIÁS, JARDIM MARILIZA, GOIÂNIA/GO
3	201611304	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1440, CAIXA POSTAL 86, SETOR UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 410, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815299	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI	BR 402, KM 3, ESTRADA PARNAÍBA, S/N, -, PARNAÍBA/PI
2	201901697	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TRIANGULO MINEIRO	RODOVIA MG 188 - KM 167, ZONA RURAL, PARACATU/MG
3	201815572	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IBITURUNA	FACULDADE PROMINAS LTDA	RUA LÍRIO BRANT, 511, MELO, MONTES CLAROS/MG
4	201806145	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE BRASIL	UNIVERSIDADE BRASIL	ESTRADA SANTA PROJETADA, S/N, CAMPUS VII - FERNANDÓPOLIS, FAZ STA RITA, FERNANDÓPOLIS/SP

PORTARIA Nº 411, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201509853	CIÊNCIAS AMBIENTAIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
2	201510013	AGROECOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA - CAMPUS III, CENTRO, BANANEIRAS/PB
3	201509869	TERAPIA OCUPACIONAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	VIA WASHINGTON LUIS, KM 235, S/Nº, MONJOLINHO, SÃO CARLOS/SP

PORTARIA Nº 412, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815322	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	BR 226, KM 5, CRATEÚS - CE, SN, KM 5, CRATEÚS/CE
2	201815325	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA FELIPE SANTIAGO S/N, CENTRO, RUSSAS/CE
3	201815330	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA FELIPE SANTIAGO S/N, CENTRO, RUSSAS/CE
4	201815333	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA FELIPE SANTIAGO S/N, CENTRO, RUSSAS/CE
5	201815317	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	BR 226, KM 5, CRATEÚS - CE, SN, KM 5, CRATEÚS/CE

PORTARIA Nº 413, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201503843	MEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	AV. PARÁ, 1720, UMUARAMA, UBERLÂNDIA/MG
2	201509876	TERAPIA OCUPACIONAL (Bacharelado)	62 (sessenta e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	AVENIDA MARECHAL CAMPOS, 1.468, CAMPUS TOMAZ TOMAZZI (CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE), MARUÍPE, VITÓRIA/ES
3	201509948	SAÚDE COLETIVA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA JAGUARIAÍVA, 512, CAIOBÁ, MATINHOS/PR

PORTARIA Nº 414, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal no bojo do processo judicial nº 1006753-38.2021.4.01.3400, considerando o Parecer de Força Executória nº 00944/2021/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, constante do Processo SEI nº 00732.000467/2021-28, e de acordo com o processo e-MEC nº 201409092, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Enfermagem, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ofertado pela Faculdade de Educação de Guaratinguetá - FACEG (493), mantida pela UNIESP S.A. (16134), a ser ministrado na Avenida Pedro de Toledo, nº 195, Vila Paraíba, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta do curso no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 415, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, em cumprimento à decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal no bojo do processo judicial nº 1006753-38.2021.4.01.3400, considerando o Parecer de Força Executória nº 00944/2021/CORESPNG/PRU1R/PGU/AGU, constante do Processo SEI nº 00732.000467/2021-28, e de acordo com o processo e-MEC nº 201409085, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de graduação em Serviço Social, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ofertado pela Faculdade de Assis - FASS (721), mantida pela UNIESP S.A. (16134), a ser ministrado na Avenida Doutor Dória, nº 260, Vila Ouro Verde, Município de Assis, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para oferta do curso no endereço acima citado.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 416, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE regulação e supervisão da Educação superior, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Renovação/Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	23.799.786/0001-54	ESCOLA NOSSA SENHORA AUXILIADORA	Ponte Nova/MG	23000.041903/2018-83	162/2021	Concessão	3(três) anos
2	85.789.089/0001-70	INSTITUTO MARIA AUXILIADORA	Rio do Sul/SC	23000.042026/2018-68	166/2021	Renovação	01/01/2019 a 31/12/2021
3	17.498.783/0001-88	SISTEMA ESCOLAPIO DE EDUCACAO	Belo Horizonte/MG	23000.041927/2018-32	168/2021	Renovação	01/01/2019 a 31/12/2021
4	18.776.971/0001-93	IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS VITORIAS	Belo Horizonte/MG	23000.041704/2018-75	169/2021	Renovação	24/04/2019 a 23/04/2024

DESPACHO Nº 53, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Decide o Processo nº 23000.006746/2021-65.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 126/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade de Tecnologia IPUC - FATIPUC (cód. 3306), mantida pela Associação Pro-Universidade Canoense - APUC (cód. 2090), inscrita no CNPJ sob o nº 90.093.436/0001-65:

i) Acate o recurso quanto à penalidade imposta à Faculdade de Tecnologia FATIPUC (cód. 3306) pela Portaria SERES/MEC nº 277 de 2021, publicada em 26/03/2021;

ii) Revogue a Portaria SERES/MEC nº 277/2021, publicada em 26/03/2021, que determinou à IES a instauração de Procedimento Sancionador, nos termos dos artigos 68, inciso III e art 73, inciso I, do Decreto nº 9.235/2017;

iii) Notifique a IES acerca da decisão de arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.006746/2021-65.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 223-GDG, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3285, de 23/11/2017, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital nº 04/2021, conforme relação anexa.

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Eletrotécnica - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0026	Thassiana Batista da Costa	68,80	1º
0134	Erasmo de Souza Persici	67,60	2º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Geografia - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0202	Ilton Jardim de Carvalho Junior	89,40	1º
0012	Vinícius Francisco Marchese	89,00	2º
0099	Giancarlo Caporale	85,60	3º
0107	João Victor Pavesi de Oliveira	83,50	4º
0155	Ediane Santos Paganini Covre	71,20	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Letras-Português - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0108	Rosana de Castro Januário Murayama	83,80	1º
0197	Ariana de Carvalho	79,60	2º
0151	Carlos Roberto de Souza Rodrigues	75,60	3º
0019	Diana Rodrigues Sarcinelli dos Santos	73,40	4º
0156	Raquel Camargo Trentin	71,20	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Mecânica - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0067	Thiago Torres Martins Rocha	83,20	1º
0074	Escarlet Batista da Silva	83,00	2º
0016	Francisco Andson Marques	81,90	3º
0078	Gustavo César Pamplona de Sousa	81,90	4º
0199	Diego Loubach da Rocha	81,80	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Metalurgia Extrativa - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0098	Sábata Marla Reis Durães Oliveira	81,20	1º
0042	Cristian Pohl Meinhardt	77,60	2º
0063	Pedro Gabriel Bonella de Oliveira	74,40	3º
0011	Lorena Raphael Rodrigues	72,80	4º
0140	Pedro Henrique Costa Pereira da Cunha	68,40	5º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Turismo/Hospedagem 1 - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0170	Ricardo Luis da Silva	68,20	1º

ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Turismo/Hospedagem 2 - 40 horas

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0182	Rafael Frois da Silva	85,60	1º
0164	Natália Salvate Brasil	84,40	2º
0113	Michel Alves Ferreira	82,90	3º
0056	Luciana Rodrigues de Souza Leão	82,40	4º
0088	Ivan Conceição Martins da Silva	76,80	5º

HUDSON LUIZ COGO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 25/ CT-UFPI, DE 28 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo eletrônico nº 23111.000619/2021-31; O Edital n.º 02/2021-CT/UFPI, publicado em 18/03/2021; as leis n.º. 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, e os Decretos n.º 6.944/09 e 4.175/02, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de um Professor Substituto, 01 (uma) vaga, para o Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental, área de conhecimento: Geotecnia (Geologia e Solos), do Centro de Tecnologia - CT/UFPI, Campus Ministro Petrônio Portella, na cidade de Teresina-Piauí, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI-40 (quarenta horas semanais), habilitando e classificado para contratação o candidato, Fernando Feitosa Monteiro (1º lugar) e classificados os candidatos: Renan Maycon Mendes Gomes, (2ºlugar); João Macedo Lima Junior, (3º lugar) e David Lopes de Sousa, (4º lugar).

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto nº 10.139/2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa no contexto de calamidade pública, decorrente da pandemia pela COVID-19, e a necessidade de sua regulamentação.

NICIA BEZERRA FORMIGA LEITE

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 512, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Institui no âmbito do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas o Programa de Modernização de Rodovias Federais, denominado inov@BR.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista a Resolução PPI nº 150, de 02 de dezembro de 2020 e o §1º do art. 9º do Decreto nº 10.648, de 12 de março de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Institui no âmbito do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas o Programa de Modernização de Rodovias Federais, denominado inov@BR.

Parágrafo único. O Programa inov@BR abrange procedimentos para implementação, monitoramento e avaliação das iniciativas que o integram, conforme o Decreto nº 10.648, de 12 de março de 2021, e esta Portaria.

Art. 2º Farão parte do Programa inov@BR trechos das principais rodovias federais integrantes do Sistema Federal de Viação, sob gestão pública e sob regime de concessão ao parceiro privado, indicados, respectivamente, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e reconhecidos pelo Ministério da Infraestrutura.

Art. 3º Para os fins desta Portaria aplicam-se as seguintes definições:

I - fluidez: facilidade de deslocamento e acesso aos locais desejados, e envolve iniciativas e melhorias na via objetivando aprimorar o nível de serviço nas rodovias, a eficiência logística e o conforto no tráfego;

II - iniciativa: esforço realizado pelos órgãos e entidades e que resulte em ações ou intervenções que contribuem para o alcance dos objetivos deste Programa;

III - modernização das rodovias federais: ações que visam elevar o padrão das rodovias federais no que se refere à segurança, fluidez e tecnologia, além da manutenção adequada da infraestrutura;

IV - nível de serviço: conjunto de condições operacionais que ocorrem em uma via, faixa ou interseção, considerando-se os fatores velocidade, tempo de percurso, restrições ou interrupções de trânsito, grau de liberdade de manobra, segurança, conforto, economia e outros;

V - segurança viária: métodos, ações e normas para a circulação segura de pessoas e veículos em rodovias, que visam à prevenção, redução do risco e da severidade de acidentes; e

VI - tecnologia: soluções que possam ser aplicadas tanto na infraestrutura quanto na prestação de serviços aos usuários, para aprimoramento e modernização das rodovias.

CAPÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO

Art. 4º As iniciativas que integrarão o Programa inov@BR deverão contribuir para o atendimento de pelo menos um dos itens abaixo:

I - redução do número e grau de severidade de acidentes;

II - solucionar pontos críticos de travessia urbana, existentes ou potenciais;

III - melhorar o nível de serviço, principalmente em trechos com retenções de tráfego recorrentes;

IV - melhorar a segurança de trechos de rodovias em aclive ou declive;

V - melhorar, ampliar ou implantar cobertura de tecnologias para o usuário de rodovias federais; e

VI - ampliar ações que promovam o conforto e segurança dos usuários e motorista das rodovias.

§ 1º As ações voltadas à ampliação da cobertura de tecnologia de comunicação em rodovias federais serão objeto de articulação entre o Ministério da Infraestrutura e o Ministério das Comunicações.

§ 2º As iniciativas a serem inseridas no Programa inov@BR poderão ser propostas com base, preferencialmente, no Quadro de Inovações constante do Manual anexo a esta Portaria.

§ 3º As iniciativas voltadas à segurança das rodovias devem observar, sempre que possível, os parâmetros internacionais e a necessidade de redução dos índices de acidentes.

§ 4º Os interessados na inclusão de iniciativas no Programa inov@BR deverão demonstrar os benefícios para os usuários, no curto, médio e longo prazos, em comparação aos impactos financeiros previstos.

Art. 5º O enquadramento das iniciativas propostas para trechos de rodovias sob regime de concessão ao ente privado deverá se basear nas seguintes condições:

I - o concessionário deverá atender aos requisitos estabelecidos pela ANTT;

II - as iniciativas deverão observar as disposições e diretrizes da política de modernização da infraestrutura rodoviária federal; e

III - o cronograma das iniciativas deverá estar compatível com o prazo do contrato de concessão.

Parágrafo único. Solicitações de novos investimentos apresentadas à ANTT que tenham tido seu pedido negado no âmbito do Programa inov@BR, com base na análise de mérito, não poderão ser objeto de novo pleito para qualificação.

Art. 6º O enquadramento das iniciativas pela ANTT e pelo DNIT deverá observar as diretrizes da política de modernização da infraestrutura rodoviária federal e disposições desta Portaria.

Art. 7º Serão passíveis de enquadramento no Programa de que trata esta Portaria, prioritariamente, os trechos de rodovias:

I - que estão sob regime de concessão ao ente privado; ou

II - de interesse estratégico para o país, assim considerados os que:

a) promovam a integração regional, interestadual e internacional;

b) liguem capitais de Estados entre si ou ao Distrito Federal;

c) atendam a fluxos de transporte de grande relevância econômica; e

d) provejam ligações indispensáveis à segurança nacional.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Ministério da Infraestrutura a coordenação do Programa inov@BR, por intermédio da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT, que terá as seguintes atribuições:

I - receber as propostas de iniciativas indicadas pela ANTT e pelo DNIT, e se estiverem em consonância com a política de modernização da infraestrutura rodoviária federal e disposições desta Portaria, conferir o Selo inov@BR;

II - monitorar a implementação do Programa e avaliar seus resultados;

III - assegurar a confiabilidade e transparência no fornecimento de informações;

IV - elaborar relatórios gerenciais;

V - dar publicidade às informações relativas ao Programa;

VI - realizar, anualmente, um evento para apresentar os principais resultados do Programa inov@BR; e

VII - realizar, periodicamente, pesquisa de avaliação do Programa junto aos usuários de rodovias.

Parágrafo único. As informações de interesse do Programa serão divulgadas no sítio eletrônico e, quando aplicável, em mídias sociais do Ministério da Infraestrutura.

Art. 9º Compete à ANTT:

I - receber e analisar propostas de iniciativas, indicando para qualificação no Programa inov@BR somente aquelas aceitas e priorizadas pela Agência;

II - adotar as medidas necessárias para aferir o desempenho dos concessionários, estimulando, sempre que possível, a utilização de parâmetros internacionais de segurança viária;

III - desenvolver e aprimorar os mecanismos contratuais e de normatização, especialmente, no que diz respeito aos temas de obras e serviços, equilíbrio econômico-financeiro e fiscalização de rodovias federais sob regime de concessão;

IV - solicitar apoio ao DNIT nas análises de engenharia, para projetos e obras de infraestrutura rodoviária de trechos sob regime de concessão ao ente privado, visando harmonizar as soluções técnicas e tecnológicas às melhores práticas de engenharia;

V - incentivar e realizar ações conjuntas com outros órgãos e instituições visando a promoção de estudos e pesquisas que contribuam para a modernização de rodovias, podendo priorizar tais ações no âmbito da aplicação dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico - RDT;

VI - adotar mecanismos de gestão para modernizar e agilizar as análises técnicas e de engenharia;

VII - manter registro das iniciativas que integrarem o Programa, em especial, quanto ao valor do investimento, cronograma e riscos;

VIII - prestar, periodicamente, informações gerenciais estruturadas, por meio digital, ao Ministério da Infraestrutura sobre iniciativas de sua competência que integram o Programa;

IX - atuar de forma proativa na eliminação de restrições à implementação das iniciativas;

X - aprimorar os instrumentos de parceria com a Polícia Rodoviária Federal - PRF de forma a implementar as diretrizes da política de modernização da infraestrutura rodoviária federal; e

XI - deverá incentivar a implantação de Pontos de Parada e Descanso no âmbito das concessões, nos termos dispostos na Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015 e Portarias editadas pelo Ministério da Infraestrutura.

§ 1º A manifestação de interesse em participar do Programa inov@BR apresentada pelas concessionárias, deverá indicar a adequação das iniciativas propostas aos preceitos do Decreto nº 10.648, de 2021 e desta Portaria, apresentando, no mínimo, a caracterização do problema, tipo de solução, os benefícios esperados, o cronograma de execução, os custos e previsão de impacto sobre a tarifa, se houver, dentre outras informações exigidas pela Agência.

§ 2º Somente a ANTT pode promover a indicação de iniciativas relacionadas a rodovias sob regime de concessão para compor o Programa inov@BR.

§ 3º A inclusão de investimentos de interesse público necessários à implementação das iniciativas deverá ocorrer, prioritariamente, no âmbito das revisões quinquenais.

§ 4º Os investimentos voltados à segurança viária, inclusive os associados à tecnologia, poderão ser autorizados no âmbito das revisões extraordinárias.

§ 5º Para o exercício das competências previstas no caput, a ANTT poderá:

I - promover a uniformização dos contratos de concessão, de comum acordo com as concessionárias, para adequá-los à padronização regulatória aprovada pela ANTT; e

II - parametrizar os valores de investimento e combinar mecanismos de reequilíbrio para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Art. 10. Compete ao DNIT:

I - encaminhar ao Ministério da Infraestrutura as propostas de iniciativas para qualificação no Programa inov@BR, com a respectiva indicação dos trechos de rodovia federal selecionados e informações que justifiquem a inclusão em um ou mais eixos de atuação do programa, caracterizando o problema, tipo de solução, os benefícios esperados, o cronograma de execução física e previsão orçamentária;

II - receber do Ministério da Infraestrutura manifestação sobre a conferência do selo inov@BR às iniciativas, e posteriormente, adotar as providências de sua competência para implementação;

III - atuar de forma proativa na eliminação de restrições à implementação das iniciativas;

IV - prestar, caso solicitado, apoio à ANTT, quando viável operacionalmente e sem prejuízo à rotina de trabalho, nas análises de engenharia, para projetos e obras de infraestrutura rodoviária de trechos sob regime de concessão ao ente privado, visando harmonizar as soluções técnicas e tecnológicas às melhores práticas de engenharia;

V - prestar, periodicamente, informações gerenciais estruturadas, por meio digital, ao Ministério da Infraestrutura sobre iniciativas de sua competência que integram o Programa inov@BR;

VI - adotar mecanismos de gestão para modernizar e agilizar as análises técnicas e de engenharia, bem como para aprimorar as informações de tráfego e de transporte;

VII - incentivar e realizar ações conjuntas com outros órgãos e instituições visando à promoção de estudos e pesquisas que contribuam para a modernização da infraestrutura e da operação de rodovias;

VIII - desenvolver e aprimorar mecanismos normativos, manuais e publicações de sua respectiva competência técnica, para incorporar as inovações necessárias à execução do Programa inov@BR, prezando, sempre que possível, pela simplificação de processos e procedimentos.

Parágrafo único. A seleção de trechos de rodovia federal de que trata o inciso I do caput deverá considerar o disposto no art. 7º, inciso II.

CAPÍTULO IV

DO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E INTEGRAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS

Art. 11 Os órgãos e entidades públicos que têm atuação em trechos de rodovias federais enquadrados neste Programa deverão cooperar entre si, promovendo o compartilhamento de dados, informações, expertise, infraestrutura e tecnologias, sempre que possível, entre si e com a Polícia Rodoviária Federal, visando a segurança das vias e dos usuários.

Art. 12. Os órgãos e entidades participantes do Programa deverão adotar procedimentos que proporcionem e promovam o uso de tecnologia moderna de monitoramento, a fim de atender a diversas finalidades, em especial, para auxiliar na segurança das vias e dos usuários, visando à preservação da vida e à integridade de pessoas e mercadorias.

Art. 13. As soluções técnicas e tecnológicas passíveis de compartilhamento identificadas serão divulgadas pelo Ministério da Infraestrutura visando o alinhamento entre os órgãos e entidades.

§ 1º Os procedimentos para compartilhamento de que trata o caput serão definidos entre os órgãos por meio de acordos.

§ 2º Para adoção da solução de tecnologia de monitoramento que atenda a múltiplas finalidades é recomendado que sejam consultados os órgãos e entidades que atuam no trecho de rodovia federal que compõe este Programa.

§ 3º O compartilhamento e a divulgação de informações de que trata esta Portaria deverão observar o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

CAPÍTULO V

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Seção I

Do Monitoramento

Art. 14. O monitoramento se dará por meio da coleta de informações periódicas obtidas junto à ANTT e ao DNIT, sem prejuízo da consolidação e análise de dados e informações obtidos de outras fontes.

Art. 15. As informações a serem prestadas pela ANTT e pelo DNIT para fins de monitoramento das iniciativas deverão conter no mínimo:

I - relação das iniciativas;

II - cronograma, contendo prazos de início e conclusão;

III - resultados obtidos;

IV - valores investidos nas iniciativas;

V - estágio da implementação das iniciativas;

VI - executores das iniciativas; e

VII - motivo de eventuais atrasos ou restrições a execução.

Parágrafo único. A ANTT e o DNIT deverão encaminhar ao Ministério da Infraestrutura outros dados e informações que julgarem pertinentes ao acompanhamento efetivo do Programa.

Seção II

Da Avaliação

Art. 16. A avaliação do Programa será realizada com base em indicadores que permitam avaliar os resultados obtidos conforme os três eixos de atuação, tais como:

I - percentual de redução de acidentes nas rodovias federais selecionadas;

II - percentual de redução de mortes e feridos graves nas rodovias federais selecionadas;

III - índice de segurança viária das rodovias federais selecionadas, preferencialmente, por meio de parâmetros internacionais;

IV - percentual de malha coberta por tecnologia para o usuário;

V - índice de melhoria em trechos de aclive e declive selecionados;

VI - índice de fluidez nas rodovias federais selecionadas; e

VII - percepção de melhoria das rodovias federais junto aos usuários.

Parágrafo único. A efetividade dos indicadores será avaliada durante a execução do Programa, visando refletir o seu desempenho, de forma que poderão ser revistos, alterados, substituídos, acrescentados, ou mesmo, excluídos indicadores que não estejam adequados à avaliação.

Art. 17. A avaliação do desempenho do Programa será anual, exceto a primeira, que se dará dois anos após a publicação desta Portaria.

CAPÍTULO VI

DO SELO INOV@BR

Art. 18 Fica instituído o Selo inov@BR destinado a reconhecer as iniciativas voltadas à segurança viária, à fluidez no trânsito e a utilização de tecnologias em trechos de rodovias federais que integrarão o Programa, bem como as ações voltadas ao aperfeiçoamento de processos, normativos e marcos regulatórios.

Parágrafo único. A divulgação das iniciativas que receberem o Selo inov@BR será realizada pelo Ministério da Infraestrutura, sem prejuízo de as entidades vinculadas, empresas e concessionárias divulgarem a marca.

Art. 19. O Selo inov@BR será conferido pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres para cada iniciativa que se enquadre no Programa.

Art. 20. O Selo terá validade indeterminada e sua logomarca deverá ser associada à iniciativa integrante do Programa.

Art. 21. A identificação visual do Selo está definida no Manual anexo a esta Portaria.

Art. 22. Perderão o Selo inov@BR e ficarão impedidas de utilizá-lo, as iniciativas que não cumprirem com o cronograma autorizado para sua implementação, salvo em caso de justificativa acatada pela ANTT e DNIT.

Art. 23. O Ministério da Infraestrutura comunicará formalmente à ANTT, ao DNIT e aos interessados a inclusão da iniciativa no Programa, com o recebimento do Selo inov@BR e procederá a divulgação no seu sítio eletrônico.

Art. 24. São direitos dos participantes do Programa:

I - ter o nome do órgão ou entidade, e a iniciativa divulgados no sítio eletrônico do Ministério da Infraestrutura ou em quaisquer outros meios de comunicação e publicidade; e

II - utilizar o Selo, associado à iniciativa de sua competência, em documentos, sítios eletrônicos, comerciais, folders, placas e afins, enquanto mantiver as condições de permanência no Programa ou por prazo indeterminado quando da conclusão da ação ou iniciativa.

Parágrafo único. As empresas contratadas para executar obras e serviços que compõem as iniciativas do Programa inov@BR poderão utilizar o Selo, segundo disposições do inciso II.

Art. 25. Os participantes que aderirem ao Programa se comprometerão a utilizar o Selo em conformidade com o estabelecido nesta Portaria.

Art. 26. O Ministério da Infraestrutura, segundo juízo de conveniência e oportunidade, poderá, ao seu critério, criar mecanismos de premiação para os órgãos e entidades que participarem do Programa.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As solicitações de enquadramento de iniciativas com base no Programa inov@BR e seus desdobramentos terão prioridade de análise e implementação, devendo as entidades vinculadas adotarem os procedimentos necessários de sua competência.

Parágrafo único. As propostas de iniciativas apresentadas pelas concessionárias deverão seguir os trâmites internos da Agência, sem prejuízo dos procedimentos necessários ao cumprimento do Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Art. 28. Os valores apurados em compensação de haveres e deveres de natureza não tributária, incluindo multas no âmbito dos contratos de concessão, podem ser utilizados em investimentos que possam auxiliar na consecução dos objetivos do Programa inov@BR.

Parágrafo único. Excluem-se da compensação de que trata o caput os valores já inscritos em dívida ativa da União.

Art. 29. A ANTT e o DNIT deverão estudar mecanismos que possibilitem a exploração das faixas de domínio e de fontes alternativas de receita, que possam ser utilizadas, em parte, na execução de iniciativas que compõem este Programa e em benefícios aos usuários.

Art. 30. A participação social será promovida pela ANTT e pelo DNIT, conforme regramento próprio.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor em 03 de maio de 2021.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

SEGURANÇA VIÁRIA • FLUIDEZ • TECNOLOGIA

MANUAL

inov@BR

Brasília, 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

© Ministério da Infraestrutura - MINFRA 2021

Programa
inov@BR

Anexo I

Manual inov@BR

Diretrizes para o Programa de Modernização de Rodovias Federais

Ano 2021

inov@BR

© Ministério da Infraestrutura - MINFRA 2021

Programa
inov@BR

Manual inov@BR: Diretrizes sobre o Programa de Modernização de Rodovias Federais. Ministério da Infraestrutura. Brasília: MINFRA, 2021.

1. Rodovias Federais. 2. Segurança Viária. 3. Fluidez. 4. Tecnologia. 5. Modernização de rodovias. I. Secretaria Nacional de Transportes Terrestres. II. Ministério da Infraestrutura.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

inov@BR

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA

Ministro da Infraestrutura
Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário Executivo
Marcelo Sampaio Cunha Filho

Secretário Executivo Adjunto
Rodrigo Otávio Moreira da Cruz

Secretário Nacional de Transportes Terrestres
Marcello da Costa Vieira

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias
Natália Marcassa de Souza

Diretor do Departamento de Planejamento, Gestão e Projetos Especiais
Luciano Lourenço da Silva

Diretor do Departamento de Transporte Rodoviário
Guilherme Luiz Bianco

EQUIPE TÉCNICA

Coordenadora-Geral de Planejamento e Projetos Especiais
Katia Matsumoto Tancon

Helen Lúcia Rezende de Moraes
Mariana Campos Porto
Roberto Omena Barbosa da Silva
Roger da Silva Pêgas

Suporte na Diagramação
Larissa Barros Mendes

COLABORADORES

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Departamento de Transporte Rodoviário - DTROD
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN
Empresa de Planejamento e Logística - EPL
Ministério das Comunicações - MCom
Polícia Rodoviária Federal - PRF

inov@BR

ÍNDICE

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

1 APRESENTAÇÃO..... 08

2 INTRODUÇÃO..... 10

3 O PROGRAMA..... 13

3.1 PARTICIPANTES..... 15

3.2 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO..... 18

3.3 INDICADORES..... 19

3.4 METAS..... 20

3.5 RISCOS..... 21

4 MODELO DE GESTÃO 22

5 QUADRO DE INOVAÇÕES 28

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 33

7 REFERÊNCIAS E CITAÇÕES 36

inov@BR

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

CNT - Confederação Nacional do Transporte

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EPL - Empresa de Planejamento e Logística

FHWA - *Federal Highway Administration* (Departamento de Transporte das Rodovias Federais dos Estados Unidos da América)

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRAP - International Road Assessment Programme (Programa Internacional de Avaliação de Estradas)

MINFRA - Ministério da Infraestrutura

OAE - Obra de Arte Especial

ONU - Organização das Nações Unidas

PDCA - *Plan/Do/Check/Act* (Planejar/Executar/Monitorar/Avaliar)

PNL - Plano Nacional de Logística

PNT - Politica Nacional de Transportes

PPD - Ponto de Parada e Descanso

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PSTT - Plano Setorial de Transportes Terrestres

SFV - Sistema Federal de Viação

SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres

TKU - Toneladas quilômetro útil

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

- **entidades vinculadas:** entidades ou órgãos ligados ao Ministério Supervisor, e que possuem administração e orçamento próprios, encarregados de implementar, em sua esfera de atuação, a política formulada, no caso, pelo Ministério da Infraestrutura.
- **iniciativa:** é o esforço realizado pelos órgãos e entidades que resulta em ações ou intervenções que contribuem para o alcance dos objetivos deste Programa.
- **iniciativa estrutural:** é a medida que resulta em obras ou intervenções físicas nas rodovias federais e que corresponde ao conjunto "seleção de inovação + seleção do trecho de rodovia federal" em que as ações ou intervenções deverão ser implementadas.
- **iniciativa estruturante:** é aquela que fornece suporte técnico, político e gerencial para que as iniciativas estruturais possam ser implementadas - as iniciativas estruturantes usualmente antecedem as estruturais, ex: a revisão de uma Portaria, a criação de um instrumento regulatório, etc..
- **inovação:** é a medida, classificada de acordo com os pilares do Programa (segurança viária, fluidez e tecnologia), que deverá estar apresentada no Quadro de Inovações, e que, por sua vez, servirá como base para a seleção das iniciativas.
- **mapa estratégico:** ferramenta utilizada para apresentar os principais objetivos estratégicos e propósitos do negócio de uma organização ou unidade em um único diagrama.
- **modernização das rodovias federais:** ações que visam elevar o padrão das rodovias federais no que se refere à segurança, fluidez e tecnologia, além da manutenção adequada da infraestrutura.
- **nível de serviço:** conjunto de condições operacionais que ocorrem em uma via, faixa ou interseção, considerando-se os fatores velocidade, tempo de percurso, restrições ou interrupções de trânsito, grau de liberdade de manobra, segurança, conforto, economia e outros (DNER, 1999).
- **programa:** é um grupo de projetos relacionados e gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente (PMI, 2017).
- **projeto:** é o esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo (PMI, 2017).
- **soluções sustentáveis:** ações que reduzam os impactos ambientais negativos, potencializem a viabilidade econômica e proporcionem uma boa qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.
- **TKU:** tonelada por quilômetro útil - unidade que mensura o esforço físico. A produção em TKU é obtida multiplicando-se a tonelagem transportada pela distância percorrida.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. APRESENTAÇÃO

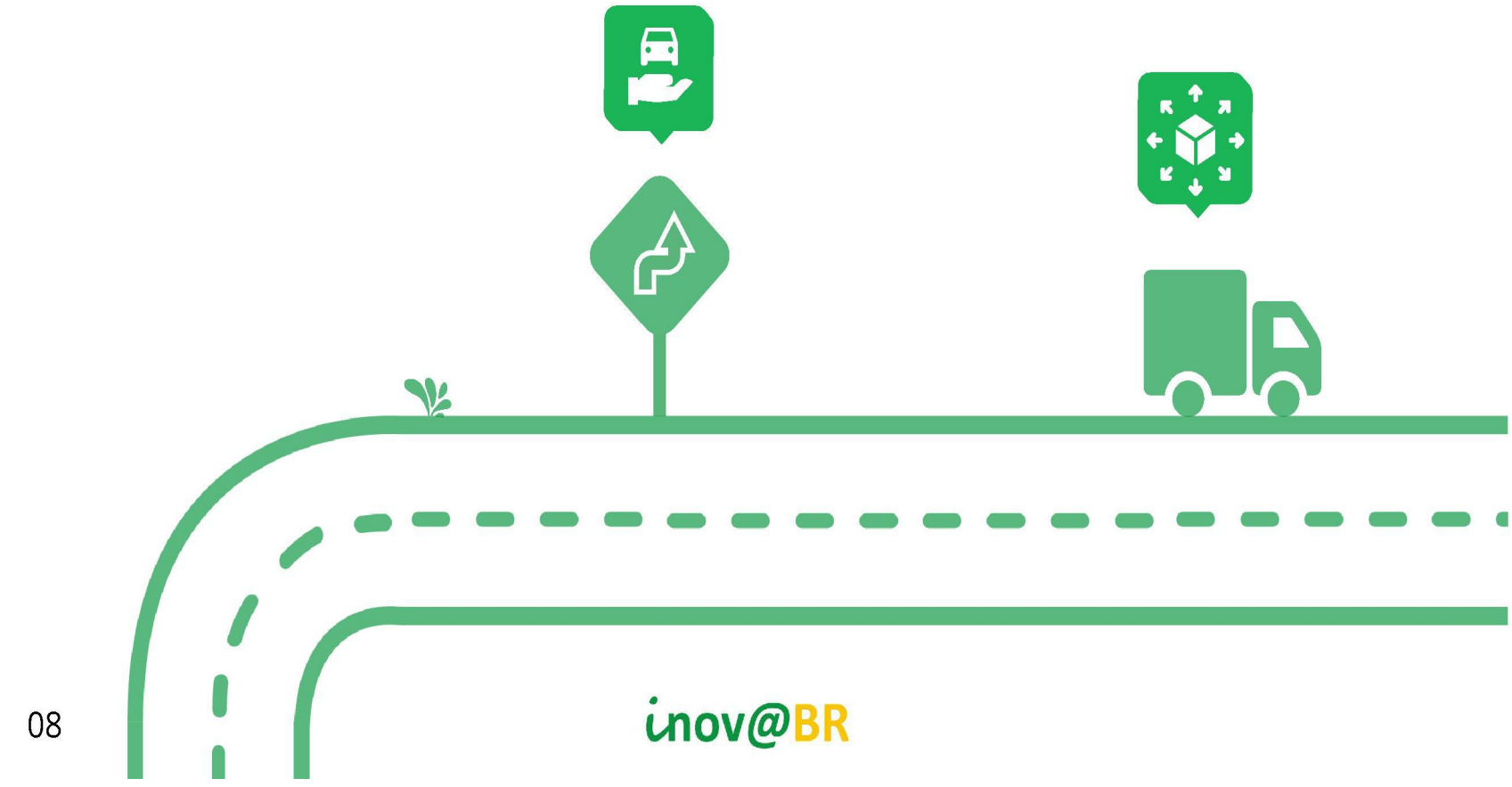
As **rodovias** têm seu conceito tradicional atrelado ao deslocamento de pessoas e bens até seu destino final, possibilitando a ligação entre dois pontos.

Em função do desenvolvimento e crescimento populacional, percebe-se que, nos últimos anos, o deslocamento pelas rodovias tem suscitado outras necessidades para usuários, prestadores de serviço, empresas e sociedade em geral, uma vez que a função da rodovia não se limita mais a apenas "ligar dois pontos". Atualmente, requer-se o acesso a serviços e comodidades que estão presentes no cotidiano das pessoas e contribuem para melhorar e facilitar a vida do cidadão.

Esse novo comportamento gera uma demanda da sociedade associada à modernização de serviços, controle social e transparência com os gastos públicos, o que tem requerido maior atualização e mobilização dos mais diversos setores, inclusive os envolvidos com o sistema rodoviário.

De acordo com a Empresa de Planejamento e Logística - EPL, o transporte rodoviário tem considerável participação no deslocamento de cargas, representando 65% do total das cargas transportadas, em tonelada-quilômetro útil – TKU (EPL, 2018). Nesse sentido, é primordial garantir a manutenção adequada e dar continuidade aos investimentos na infraestrutura do sistema rodoviário existente no país.

#inov@BR
#segurança viária
#fluidez
#tecnologia



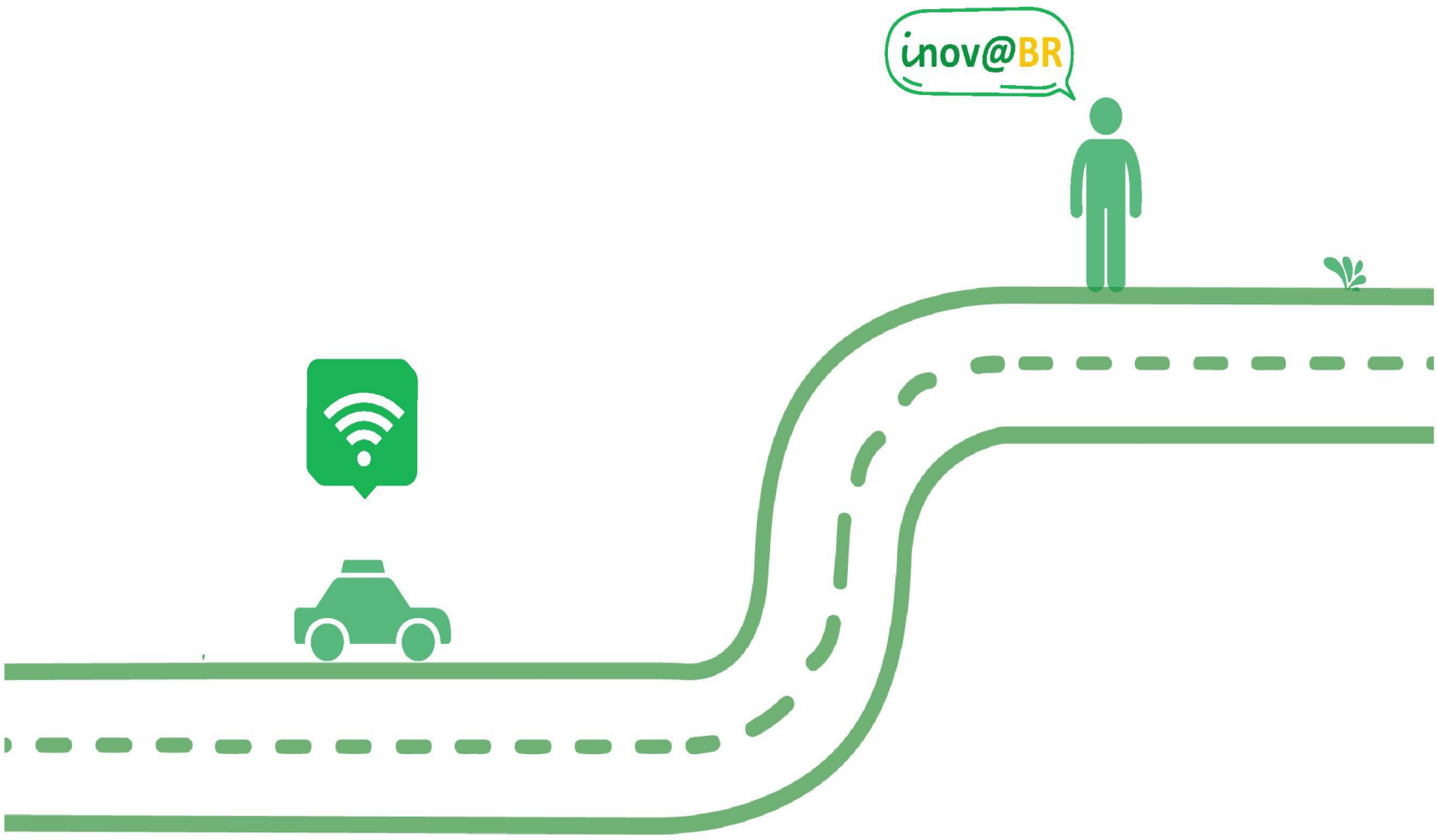
Por outro lado, proporcionar investimentos voltados ao aprimoramento da conectividade e o uso de tecnologias trará benefícios relacionados à segurança física e operacional nas rodovias bem como à maior eficiência logística, impactando diretamente na competitividade nacional.

Dessa forma, a rodovia oferecerá maior confiabilidade e conforto ao usuário, não sendo apenas um meio de deslocamento entre origens e destinos.

Além disso, considerando os efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19, que tem afetado sobremaneira a economia, não só do Brasil, como do mundo, estimular investimentos nas rodovias é uma estratégia eficiente para promover a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento do país.

Dentro desse contexto, torna-se premente a implementação de ações dinâmicas e inovadoras, que visem promover a melhoria da qualidade da malha rodoviária federal, ampliando a segurança para a circulação de pessoas e mercadorias, e aumentando a eficiência logística. Desse modo, considerando os anseios de um novo conceito de rodovia, associados à necessidade de integração e harmonização de iniciativas entre órgãos e entidades do Governo Federal, o Ministério da Infraestrutura criou o **inov@BR**, um programa de estímulo à modernização das principais rodovias federais.

Dessa maneira, este documento é um Manual que apresenta o Programa inov@BR, com seus conceitos, premissas e modelo de gestão, a fim de esclarecer e divulgar aos participantes seu o funcionamento.



2. INTRODUÇÃO

Em consonância ao planejamento integrado do Ministério da Infraestrutura, a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres iniciou em 2020, a elaboração do **Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT**, configurando-se como um instrumento de planejamento de nível tático cuja finalidade precípua é apresentar os objetivos e iniciativas para os subsistemas de transportes terrestres (rodoviário e ferroviário), culminando em diretrizes setoriais coesas e transparentes para o Mercado e para a Sociedade quanto aos rumos pretendidos para este setor.

Nesse contexto, o PSTT se interpõe como uma "ponte" entre o planejamento estratégico macrossetorial e o planejamento operacional, sendo este executado pelas entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura (MINFRA, 2020). Isso significa, em última instância, que as diretrizes e iniciativas táticas que serão consolidadas pelo Plano Setorial poderão ensejar diversas tomadas de decisão e um conjunto de ações setoriais, como, por exemplo, a definição de programas e projetos voltados aos modos de transporte terrestre.

No âmbito do PSTT, foi realizada uma Consulta Estruturada com a finalidade de ouvir os atores e partes interessadas na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas federais, concernentes aos transportes terrestres, sob o propósito de auxiliar na validação dos Objetivos Táticos Setoriais do Plano, por um lado, e na construção e definição das Iniciativas Táticas, por outro.

Nesse sentido, um dos resultados mais destacados desse processo de consulta foi a grande quantidade de contribuições que, exclusivamente para o modo rodoviário, fizeram referência à **segurança viária**, à **fluidez** (eficiência logística) e às **inovações tecnológicas** (como, por exemplo, a criação de sistemas informatizados para o suporte aos usuários das rodovias federais).

Em função das contribuições recebidas no âmbito da consulta estruturada do PSTT, foi realizada a pesquisa "Fala, cidadão!", em setembro de 2020, junto aos usuários das rodovias federais públicas e concedidas, objetivando o levantamento de necessidades para modernização de rodovias federais. Pôde-se observar que, além da demanda habitual de uma rodovia com boa infraestrutura, o usuário deseja uma rodovia mais moderna, com mais facilidades em seu percurso, que lhe proporcione uma viagem ainda mais segura, confortável, com conexão e prestação de serviços de bom nível.

Dessa forma, percebeu-se que promover a discussão, aprimorar e ampliar os serviços e ações que envolvem segurança viária, fluidez e tecnologia configuram-se como uma demanda atual da sociedade e precisam ser devidamente analisadas e avaliadas em nível estratégico, tático e operacional pelo Governo Federal e demais envolvidos no assunto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na última década, a segurança no trânsito tem se destacado como uma das prioridades no cenário nacional e internacional, em função de sua relação direta com a preservação da vida, a saúde e o bem estar das pessoas, além de prevenir impactos sociais e econômicos negativos para o país. Por isso, ações envolvendo **segurança viária** têm tido maior relevância nos últimos anos, sendo a base para a construção de programas sociais e de saúde.

Sabe-se que no Brasil, os acidentes de trânsito são uma das principais causas de óbitos. De acordo com os dados do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – PRF, o país registrou 1.778.344 acidentes e 93.096 mortes no período entre 2007 e 2019 (EPL, 2020). Devido a esses números, várias organizações e entidades têm se reunido e discutido ações, políticas e estratégias para aprimorar as iniciativas em segurança viária.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas - ONU (2020), em maio de 2011 lançou a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020, na qual governos de todo o mundo se comprometeram a adotar novas medidas para prevenir os acidentes no trânsito e salvar vidas mediante a criação de planos e estratégias para, por exemplo, a melhoria da segurança da infraestrutura rodoviária, o aprimoramento da gestão de segurança viária, o desenvolvimento mais proeminente da segurança dos veículos e o melhoramento do comportamento dos usuários das vias e das respostas pós-acidente. Esse compromisso foi estendido para a próxima década 2021-2030, em que se pretende dar continuidade e aprimorar os esforços já realizados.

Alinhado a essas diretrizes, tem-se, no Brasil, a **Política Nacional de Transportes – PNT**, instituída por meio da Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, que estabelece os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e instrumentos para o Setor de Transportes do Governo Federal. No âmbito dos elementos estabelecidos por esta política, definiu-se como um de seus princípios o "Respeito à Vida", e como um de seus objetivos "prover um sistema acessível, eficiente e confiável para a mobilidade de pessoas e bens" (BRASIL, 2018).

No que se refere ao transporte de bens e cargas, a PNT também estabelece como um de seus princípios a **eficiência logística**. E isto impõe um grande desafio para o país, uma vez que, apesar de possuir dimensões continentais, o modelo de transportes no Brasil é majoritariamente rodoviário, de modo que, por consequência, a logística nacional depende fortemente da malha rodoviária, demandando ações e iniciativas para a melhoria e manutenção da **fluidez** e conforto nas rodovias federais.

Em nível estratégico, o **Plano Nacional de Logística – PNL**, instituído por meio da Resolução nº 45, de 2 de julho de 2018, configura-se como o principal instrumento de planejamento territorial do setor, identificando e propondo soluções que visam promover o aprimoramento da eficiência logística no país a partir, dentre outros aspectos, da redução dos custos, melhoria do nível de serviço, racionalização da matriz de transportes e aumento da eficiência dos modos utilizados para a movimentação das cargas ao longo do território.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A eficiência logística, todavia, não se atrela exclusivamente aos modelos e mecanismos de operação do transporte de cargas, mas também às atividades e estratégias de gestão e tecnologia empregadas no setor.

Em se tratando de **tecnologia**, é essencial pontuar sua contribuição para a melhoria da fluidez e segurança nas rodovias. Inovações tecnológicas recentes já fazem parte do dia a dia das pessoas, e têm ajudado, por exemplo, a escolher os melhores caminhos pelas rodovias, desviar de acidentes ocorridos e até mesmo a utilizar aplicativos-web para solicitar socorro mecânico, de saúde e assistência 24 horas.

Ademais, a tecnologia tornou-se um princípio básico na evolução da infraestrutura rodoviária, por meio das inovações nos métodos construtivos e nas máquinas, além de funcionar como um suporte essencial no desenvolvimento de aplicativos para a gestão dos projetos rodoviários. Não é à toa, portanto, que "incorporar a inovação e o desenvolvimento tecnológico para o aperfeiçoamento contínuo das práticas setoriais" configura-se como um dos objetivos da PNT.

Por tudo isso, denota-se a importância da implantação de um **programa** capaz de articular iniciativas nas temáticas acima expostas de maneira coordenada, em um único instrumento, dinâmico, estruturado e desenvolvido em conjunto com os principais atores responsáveis pela execução de ações nas rodovias federais.

Nesse contexto, o Ministério da Infraestrutura propõe a implementação do **inov@BR**, um programa dedicado à modernização das principais rodovias federais públicas e concedidas, com foco em segurança viária, fluidez e tecnologia, em consonância com as diretrizes do Plano Setorial de Transportes Terrestres (em elaboração) e com a Política Nacional de Transportes.

ESTRATÉGICO	**Política Nacional de Transportes - PNT**	
TÁTICO	**Plano Setorial de Transportes Terrestres - PSTT**	
TÁTICO/OPERACIONAL	**inov@BR**	**+ outros programas/projetos voltados aos modos de transporte terrestre**

Quadro 1 - Estrutura de níveis e principais instrumentos orientadores do Programa inov@BR.

Destarte, este **Manual** tem a finalidade de apresentar informações necessárias ao entendimento do programa inova@BR, tais como conceitos, definições, premissas, alinhamento estratégico, além do modelo de gestão, o qual deverá ser seguido para a efetividade de sua implantação e manutenção. Assim, este manual deverá ser observado por todos os envolvidos na implementação do programa, estejam estes situados no nível estratégico, tático ou operacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. O PROGRAMA

O **inov@BR** é um programa de modernização das rodovias federais públicas e concedidas, alinhado em nível estratégico, à Política Nacional de Transportes, e, em nível tático, ao Plano Setorial de Transportes Terrestres (em elaboração), tendo como principais **objetivos**:

- Elevar o padrão de segurança viária nas rodovias federais;
- Melhorar a fluidez das vias, proporcionando eficiência logística;
- Modernizar as principais rodovias federais; e,
- Aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos.

O inov@BR será coordenado pelo **Ministério da Infraestrutura**, ao qual compete, no âmbito das suas atribuições, editar atos visando à implementação, monitoramento e avaliação do Programa.

O Programa apresenta um modelo de gestão próprio. De forma resumida, o ciclo de funcionamento do inov@BR possibilitará a identificação de inovações, (Quadro de inovações) as quais poderão ser implementadas em trechos das principais rodovias federais integrantes do Sistema Federal de Viação, sob gestão pública ou sob regime de concessão ao parceiro privado, previamente determinados pelas entidades vinculadas, respectivamente, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Essas iniciativas, após validadas, serão incorporadas na carteira de projetos do Programa, e, serão devidamente monitoradas e avaliadas. O MINFRA avaliará a implementação do Programa por meio de indicadores e promoverá a apresentação de seu resultado para a sociedade.

As ações e iniciativas do Programa inov@BR deverão contribuir para o atendimento de, pelo menos, um dos itens abaixo:

I	redução do número e grau de severidade de acidentes;
II	solucionar pontos críticos de travessia urbana, existentes ou potenciais;
III	melhorar o nível de serviço, principalmente em trechos com retenções de tráfego recorrentes;
IV	melhorar a segurança de trechos de rodovias em aclive ou declive; ou
V	melhorar, ampliar ou implantar cobertura de tecnologias para o usuário de rodovias federais.
VI	ampliar ações que promovam o conforto e segurança dos usuários e motorista das rodovias.

Para a consecução dos objetivos do Programa, definiu-se que o inov@BR terá 03 pilares (ou eixos de atuação), e que, consequentemente, todas as inovações e iniciativas deverão ser classificadas de acordo com estes:



inov@BR

13

- **Segurança viária:** métodos, ações e normas para a circulação segura de pessoas e veículos em rodovias, que visam à prevenção, redução do risco e da severidade de acidentes.

- **Fluidez:** relaciona-se com a facilidade de deslocamento e acesso aos locais desejados, e envolve iniciativas e melhorias na via, objetivando aprimorar o nível de serviço nas rodovias, a eficiência logística e o conforto no tráfego.

- **Tecnologia:** soluções que possam ser aplicadas tanto na infraestrutura quanto na prestação de serviços aos usuários, para aprimoramento e modernização das rodovias.

Definiu-se ainda as seguintes premissas que deverão ser seguidas pelos órgãos e entidades competentes participantes do Programa, conforme Decreto Nº 10.648, de 12 de março de 2021, que institui a Política de Modernização da Infraestrutura Federal de Transporte Rodoviário - inov@BR e a qualifica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

I	considerar, no que couber, parâmetros internacionais de segurança viária;
II	melhorar o nível de serviço das rodovias federais;
III	integrar, sempre que possível, as ações e intervenções nas rodovias visando a efetividade na aplicação de recursos;
IV	desenvolver e fomentar soluções tecnológicas atuais em todas as fases do empreendimento;
V	incentivar a prestação de serviços ao usuário que visem garantir maior segurança e conforto;
VI	promover a modernização da governança setorial utilizando instrumentos de gestão que auxiliem na Implementação e avaliação do programa;
VII	estimular o compartilhamento de informações, da expertise e da infraestrutura dos órgãos federais;
VIII	adotar procedimentos transparentes visando o controle social;
IX	estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias ao sistema federal rodoviário;
X	modernizar, sintetizar e simplificar a regulação federal, integrando-a, na medida do possível, com as soluções tecnológicas em curso;
XI	estimular a integração com órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;
XII	promover, quando possível, o alinhamento das soluções técnicas e tecnológicas entre os órgãos do setor de transportes e afins, conforme as particularidades de cada rodovia; e
XIII	utilizar, sempre que possível, soluções sustentáveis nas ações que integram os eixos de atuação deste Programa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.1 Participantes

Além do **Ministério da Infraestrutura**, responsável pela coordenação e manutenção do modelo de gestão do Programa, o inov@BR terá a participação da **ANTT** e do **DNIT**, entidades vinculadas que serão responsáveis, dentre outros, pela implantação das iniciativas em trechos de rodovias federais concedidas e públicas, respectivamente.

O Ministério da Infraestrutura e suas vinculadas poderão também estimular a cooperação com **entidades públicas** e **privadas** visando à implementação de ações para a modernização das rodovias federais, que, apesar de não participarem ativamente do modelo de gestão e execução das iniciativas que compõem o Programa, poderão colaborar com a concepção de ideias para o bom funcionamento do Programa, sugestões de inovações, e no aprimoramento de procedimentos e instrumentos regulatórios, que, porventura, possam promover melhorias estruturais e estruturantes para a infraestrutura rodoviária brasileira.

Os órgãos e entidades participantes do Programa deverão:

I	promover o compartilhamento de informações, da expertise e da infraestrutura dos órgãos federais, sempre que possível;
II	estimular a integração com órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;
III	promover, quando possível, o alinhamento das soluções técnicas e tecnológicas entre os órgãos do setor de transportes e afins, conforme as particularidades de cada rodovia.

O Programa ainda contará com a participação da **sociedade**, a qual será promovida pela ANTT e pelo DNIT, conforme regramento próprio ou por algum meio que permita orientar ações e iniciativas que poderão ser inseridas no Programa.

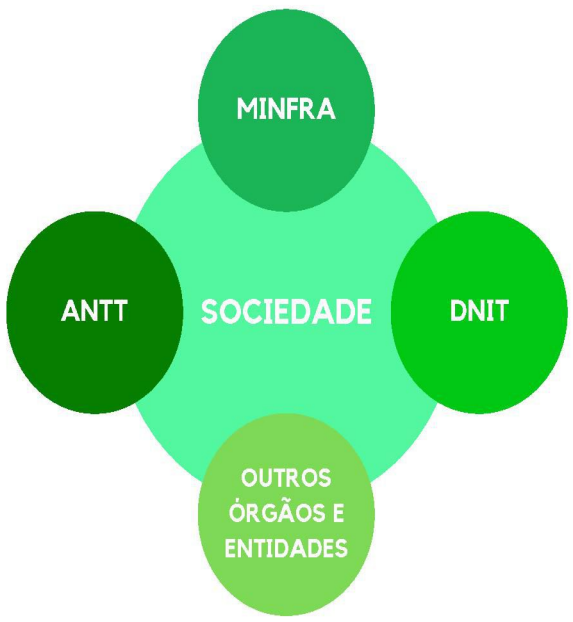


Figura 1 - Participantes envolvidos no Programa.

Desta maneira, espera-se que o Programa seja construído e estruturado ouvindo as necessidades da sociedade e de todos os órgãos e entidades envolvidos com o sistema rodoviário federal, promovendo maior integração entre as vinculadas, políticas públicas mais sólidas e mais transparência pública.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A seguir são apresentadas algumas diretrizes que a ANTT, o DNIT e demais interessados deverão seguir, com a finalidade de promover o bom andamento do Programa.

3.1.1 Diretrizes do Programa para a ANTT:

No que se refere às rodovias concedidas, durante a implantação do inov@BR, a ANTT deverá seguir as seguintes diretrizes, de acordo com o art. 12 do Decreto Nº 10.648/2021.

I	priorizar ações e investimentos que atendam a algum dos eixos de atuação de que trata o art. 5º e aqueles que estejam relacionados com os corredores logísticos estratégicos;
II	assegurar meios que possibilitem a transferência e a atualização de soluções técnicas e tecnológicas entre os órgãos envolvidos na gestão da rodovia, e destes com as concessionárias de rodovias e vice-versa, especialmente, em relação a sistemas e procedimentos da gestão da infraestrutura rodoviária, quando da transição operacional de um ente para o outro;
III	desenvolver e aprimorar os mecanismos contratuais de regulação e regulamentação com vistas à implementação da inov@BR;
IV	promover a participação social para identificar as necessidades de ações e iniciativas na inov@BR;
V	promover, quando aplicável, a integração de soluções técnicas e tecnológicas utilizadas em rodovias sob gestão pública;
VI	apoiar iniciativas destinadas ao aumento da financiabilidade das ações da inov@BR, inclusive quanto à emissão de títulos verdes;
VII	incentivar a exploração da faixa de domínio e de outras fontes de receitas extraordinárias, para garantir que os ganhos de receita sejam convertidos, em parte, em percentual estabelecido pela ANTT, para estimular as ações da inov@BR, principalmente quanto aos serviços oferecidos aos usuários;
VIII	incentivar, quando aplicável, a utilização de meios de certificação acreditada para projetos de infraestrutura, sem prejuízo da responsabilidade do concessionário pelo empreendimento;
IX	possibilitar que valores apurados em compensação de haveres e deveres de natureza não tributária, incluídas as multas, sejam utilizados como investimentos em benefício aos usuários;
X	alocar o risco integral de desapropriações e de desocupação de faixa de domínio, preferencialmente, ao concessionário, para ações em decorrência da inov@BR, exceto se afetar a viabilidade econômica da outorga, hipótese em que se admitirá a partilha desses riscos entre o concessionário e o poder concedente;
XI	estimular a implementação de metodologia para a classificação das rodovias de acordo com parâmetros internacionais de segurança viária; e
XII	incentivar ações destinadas à melhoria da qualidade vida e da segurança dos caminhoneiros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.1.2 Diretrizes do Programa para o DNIT:

No que se refere às rodovias sob gestão pública, durante a implantação do inov@BR, o DNIT deverá seguir as seguintes diretrizes, conforme com o art. 11 do Decreto Nº 10.648/2021.

I	priorizar ações e investimentos que atendam a algum dos eixos de atuação de que trata o art. 5º e aqueles que estejam relacionados com os corredores logísticos estratégicos;
II	aprimorar a gestão dos recursos financeiros com vistas à efetividade em sua aplicação;
III	promover a participação social para identificar as necessidades de ações e iniciativas na inov@BR;
IV	promover, quando aplicável, a integração de soluções técnicas e tecnológicas utilizadas em rodovias sob regime de concessão ao ente privado;
V	compatibilizar o planejamento de contratações de acordo com as ações da inov@BR;
VI	promover o gerenciamento de informações sobre as ações de modernização sob a sua competência;
VII	aprimorar a gestão das informações de tráfego e de transporte;
VIII	implantar metodologia para a classificação das rodovias de acordo com parâmetros internacionais de segurança viária;
IX	promover estudos e pesquisas para atualizar ou produzir normativos que contribuam para a modernização das rodovias federais;
X	incentivar a exploração da faixa de domínio para estimular as ações da inov@BR;
XI	incentivar, quando aplicável, a utilização de meios de certificação acreditada para projetos de infraestrutura; e
XII	incentivar ações destinadas à melhoria da qualidade vida e da segurança dos caminhoneiros.

3.1.3 Participação Social

É dever da União prover infraestrutura e serviços de qualidade para a sociedade, nesse contexto o controle social é fundamental para a avaliação e aperfeiçoamento das ações governamentais. Assim, definiu-se que uma das premissas do inov@BR é a adoção de procedimentos transparentes visando a participação social.

No inov@BR, a participação social será promovida pela ANTT e pelo DNIT, conforme regramento próprio ou por algum meio que permita orientar ações e iniciativas que poderão ser inseridas no Programa.

A sociedade também poderá avaliar o programa e suas iniciativas. O MINFRA deverá realizar, anualmente, pesquisa com usuários de rodovias, ademais, com vistas à promoção de transparência pública, deverá promover a divulgação das informações de interesse do inov@BR em sítio eletrônico, e, quando aplicável, em mídias sociais do Ministério da Infraestrutura.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2 Alinhamento Estratégico

O inov@BR deverá compor a carteira de programas estratégicos do Ministério da Infraestrutura, para isso, deverá estar alinhado às diretrizes apresentadas por meio da Portaria Nº 542, de 30 de agosto de 2019, que institui o Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério da Infraestrutura e suas Entidades Vinculadas para o período de 2019 a 2022, e apresenta, dentre outras informações, a missão, a visão e os objetivos estratégicos deste plano (**Figura 2**), sendo, portanto, um dos programas que darão suporte ao MINFRA na consecução de um de seus principais objetivos: tornar-se líder da América Latina em infraestrutura de transportes.

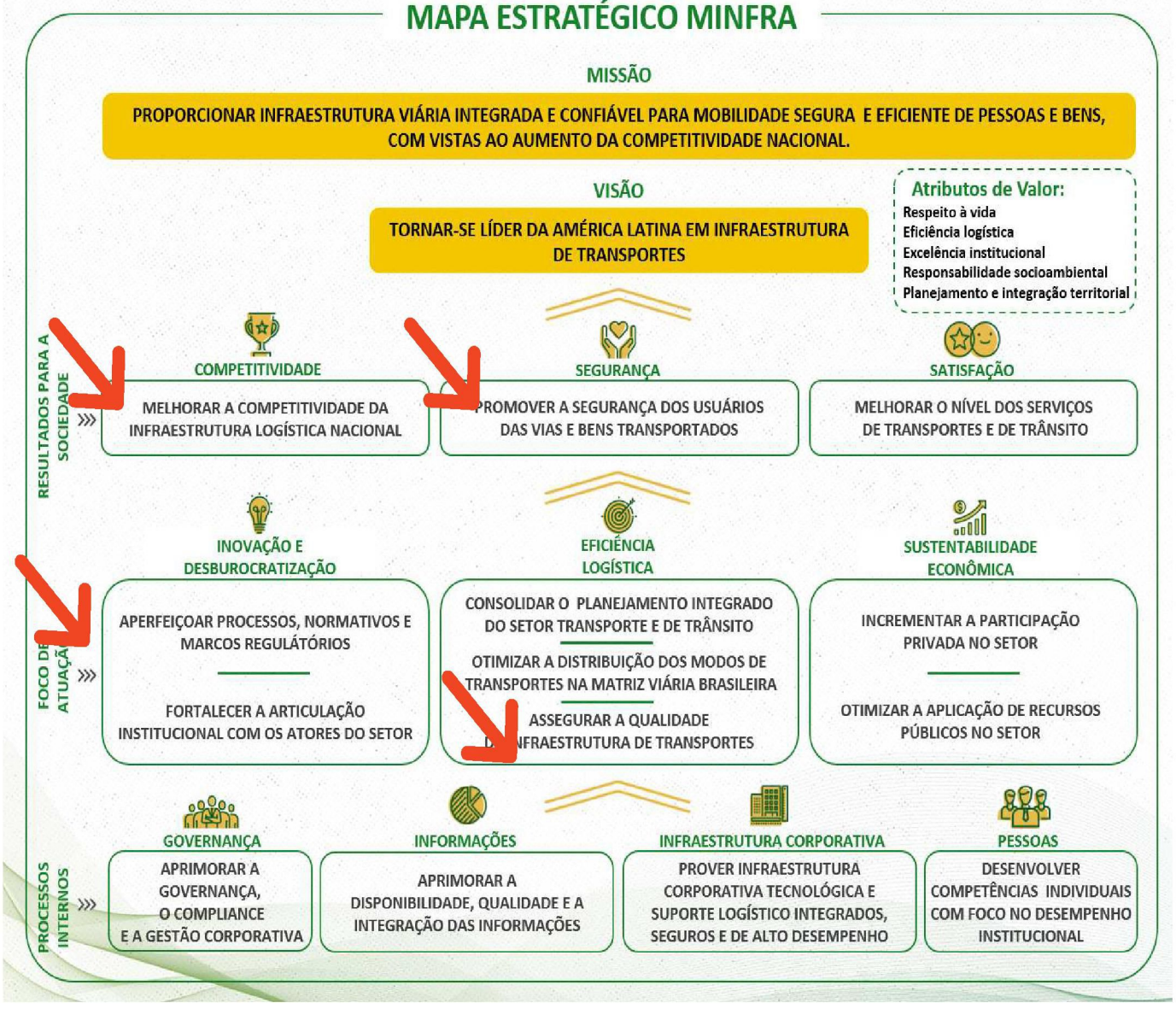


Figura 2- Mapa Estratégico do MINFRA com destaque para os objetivos estratégicos do Programa.

Nesse contexto, considerando os **objetivos** estabelecidos para o Programa inov@BR e o Mapa Estratégico do Ministério da Infraestrutura, constatou-se que o Programa está alinhado à 04 (quatro) **objetivos estratégicos** do Planejamento do MINFRA; são estes:

- Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional;
- Aperfeiçoar processos, normativos e marcos regulatórios;
- Assegurar a qualidade da infraestrutura de transportes;
- Promover a segurança dos usuários das vias e bens transportados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Observa-se que os objetivos estratégicos definidos abarcam as seguintes temáticas do Mapa Estratégico: 'Competitividade' e 'Segurança', no âmbito de resultados para a sociedade, e 'Inovação e desburocratização' e 'Eficiência logística' - no âmbito de foco de atuação. O **Quadro 2** apresenta uma visão geral do alinhamento entre os objetivos do programa e os objetivos estratégicos. Ressalta-se também que os pilares (ou eixos de atuação) estão em consonância em, pelo menos, um objetivo do Programa ou objetivo estratégico.

OBJETIVOS DO PROGRAMA	**Elevar o padrão de segurança viária nas rodovias federais**	**Melhorar a fluidez das vias, proporcionando eficiência logística**		**Aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos**
	Modernizar as principais rodovias federais			
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	**Promover a segurança dos usuários, das vias e bens transportados**	**Melhorar a competitividade da infraestrutura logística nacional**	**Assegurar qualidade da infraestrutura de transportes**	**Aperfeiçoar processos, normativos e marcos regulatórios**

Quadro 2 - Alinhamento entre Objetivos do Programa X Objetivos Estratégicos.

3.3 Indicadores

Ainda no âmbito do Planejamento Estratégico do MINFRA, segundo o Art. 2º da Portaria Nº 542 de 30 de agosto de 2019, as Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério da Infraestrutura deverão promover a execução do planejamento estratégico por meio da definição de indicadores, metas e iniciativas estratégicas. Ainda, de acordo com o art. 8º do Decreto Nº 10.648/2021, compete ao Ministério da Infraestrutura a edição de atos visando a implementação, monitoramento e avaliação do Programa.

Os indicadores do inov@BR foram definidos com a finalidade de possibilitar o acompanhamento das melhorias geradas nas rodovias federais em decorrência da implantação das iniciativas, observando os 03 pilares do Programa: segurança viária, fluidez e tecnologia.

Nesse sentido, para fins de monitoramento e avaliação da efetividade do Programa inov@BR serão considerados os seguintes indicadores, sem prejuízo de outros a serem estabelecidos pelo Ministério da Infraestrutura:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ID INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	PILAR
IND SEG-1	Percentual de redução de acidentes nas rodovias federais selecionadas	Segurança viária
IND SEG-2	Percentual de redução de mortes e feridos graves nas rodovias federais selecionadas	Segurança viária
IND SEG-3	Índice de segurança viária das rodovias federais selecionadas, preferencialmente, por meio de parâmetros internacionais	Segurança viária
IND TEC-1	Percentual de malha coberta por tecnologia para o usuário	Tecnologia
IND FLU-1	Índice de melhoria em trechos de aclive e declive selecionados	Fluidez
IND FLU-2	Índice de fluidez nas rodovias federais selecionadas	Fluidez
IND PER-1	Percepção de melhoria das rodovias federais junto aos usuários	Todos os pilares

Quadro 3 - Indicadores do Programa. Legenda: SEG (segurança viária), TEC (tecnologia), FLU (fluidez) e PER (percepção ou satisfação).

O Ministério poderá promover a revisão periódica dos indicadores, com a finalidade de identificar sua aderência aos objetivos do programa, podendo sugerir outros indicadores que porventura se mostrem mais pertinentes para assistir as decisões do Ministério ou até mesmo a exclusão dos indicadores anteriormente elegidos.

3.4 Metas

Dando continuidade ao monitoramento e efetividade do Programa inov@BR, serão estabelecidas as **Metas do Programa**, com foco no atingimento dos objetivos de modernizar e elevar o padrão de segurança viária das rodovias federais, de melhorar a fluidez das vias, bem como de aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos.

As metas do inov@BR serão definidas pelo Ministério da Infraestrutura, quando da consolidação das iniciativas (carteira de projetos) do Programa e considerando os indicadores definidos no item 3.3. A partir da correlação das iniciativas da carteira de projetos com os pilares do Programa, será possível estabelecer as metas com os valores e as datas de referência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ademais, as **Metas do Programa** deverão estar em consonância com os compromissos e as metas globais internacionais, como a meta de redução de, pelo menos, 50% de lesões e mortes no trânsito definida pela ONU (ONU, 2020) e em conformidade com a visão do MINFRA em "Torna-se líder da América Latina em Infraestrutura de Transportes", por meio do alcance de melhor posição no Índice de Competitividade Global, do Fórum Econômico Mundial.

3.5 Riscos

No inov@BR, os riscos do Programa deverão ser definidos e monitorados de acordo com a metodologia para Gestão dos Riscos do Ministério da Infraestrutura, e devidamente acompanhados pela equipe do Programa.

O gerenciamento de risco contará primeiramente com as etapas de identificação, que determinará os riscos que podem afetar o Programa. Para possibilitar a priorização dos riscos que serão objeto de ação adicional, será realizada a etapa de análise qualitativa, com a avaliação da probabilidade e impacto de cada risco. Após, serão definidas ações para aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos do Programa, por meio das etapas de planejamento e implementação de respostas aos riscos priorizados.

Os riscos devem ser monitorados durante a execução do Programa para acompanhar os riscos identificados e seus respectivos planos de resposta, bem como, possibilitar a identificação de novas oportunidades e ameaças aos objetivos do Programa que possam surgir.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. MODELO DE GESTÃO

Para auxiliar no entendimento das fases que deverão ser seguidas, desde a concepção de uma iniciativa nova, até seu encerramento, definiu-se uma metodologia para gestão do Programa baseada em um ciclo PDCA (Planejar, Executar, Monitorar e Avaliar), ferramenta bastante utilizada na área da Qualidade e que tem foco no processo de melhoria contínua.

O modelo de gestão do Programa foi inspirado no modelo americano *Every Day Counts* ("Todo Dia Conta") que identifica e implanta inovações comprovadas, porém subutilizadas, para encurtar o processo de entrega do projeto, aumentar a segurança nas estradas, reduzir o congestionamento do tráfego e integrar a automação, em um ciclo de 2 anos (FHWA, 2020).

Nosso ciclo PDCA baseia-se na identificação e na estruturação da iniciativa, na implantação das ações ou intervenções, no monitoramento e controle, no encerramento das iniciativas, e no aprimoramento contínuo do programa como um todo, conforme detalhamento a seguir (**Figura 3**).

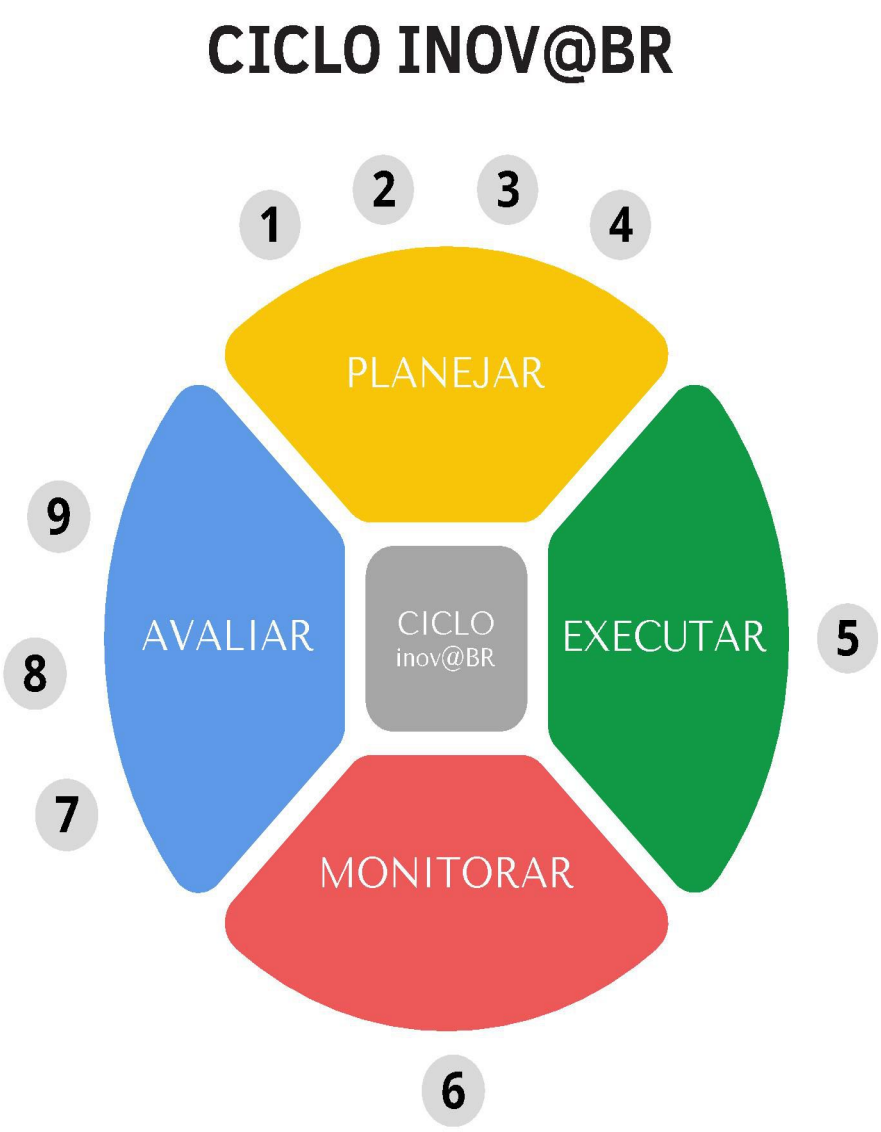


Figura 3 - Ciclo inov@BR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ETAPA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL (IS)	PRODUTO
PLANEJAR	1- Mapear inovações	MINFRA	Quadro de inovações
	2- Propor e analisar a iniciativa	ANTT, DNIT	Proposta de iniciativa
	3- Incluir iniciativa no Programa	MINFRA	Selo inov@BR
	4- Planejar a iniciativa certificada	ANTT, DNIT	Iniciativa planejada
EXECUTAR	5- Implementar iniciativa	ANTT, DNIT	Iniciativa implantada
VERIFICAR	6- Avaliar e monitorar a execução da iniciativa	ANTT, DNIT	Relatórios de monitoramento
AVALIAR	7- Avaliar o desempenho do Programa	MINFRA	Indicadores medidos
	8- Realizar análise do ciclo do Programa	MINFRA, Sociedade, ANTT, DNIT, outros envolvidos	Encontro anual
	9- Planejar e implantar ações de melhoria ao Programa	MINFRA	Manual do Programa revisado

Quadro 4 - Quadro de atividades do Ciclo inov@BR.

01 MAPEAR INOVAÇÕES

O MINFRA deverá mapear as inovações que, inicialmente, deverão compor o Programa. Para isso, deverá elaborar e manter um "Quadro de inovações" (ver item 5 - Quadro de Inovações) que apresentará as inovações referentes à segurança viária, fluidez e tecnologia).

O "Quadro de inovações" deverá apresentar o nome da inovação, o pilar (ou os pilares) associado e sua breve descrição e servirá como o documento de partida para que a entidade vinculada selecione as inovações que deseja incorporar em sua unidade.

O MINFRA é a unidade responsável pela manutenção e divulgação do "Quadro de inovações" e poderá solicitar o suporte das entidades vinculadas na definição das inovações do Quadro em análise, quando pertinente. A entidade também poderá sugerir inovações para análise do MINFRA, a qual poderá ser aprovada ou não de acordo com a política da Pasta, e inserida no Quadro de inovações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 PROPOR E ANALISAR A INICIATIVA

A entidade vinculada (ANTT e DNIT) deverá consultar o Quadro de Inovações e identificar a inovação que pode ser implementada, e, em seguida, apresentar uma "Proposta de Iniciativa". A "Proposta de Iniciativa" deverá apresentar informações que justifiquem a sua inclusão em um ou mais eixos de atuação do Programa e atender as disposições do Capítulo II "Do Enquadramento" da Portaria que dispõe sobre a gestão do Programa. As iniciativas podem ser de 02 tipos, estruturantes e estruturais. No caso da iniciativa estrutural, a "Proposta de iniciativa" deverá também identificar o trecho de rodovia federal em que as ações ou intervenções deverão ser implementadas.

Em relação às rodovias sob gestão pública, a "Proposta de Iniciativa" também deverá apresentar a caracterização do problema, o tipo de solução, os benefícios esperados, o cronograma de execução física e previsão orçamentária. Para seleção dos trechos, o DNIT deverá considerar aspectos econômicos e estratégicos para o país, como ligação de grandes centros urbanos e de produção, e segurança nacional. Após estruturação e análise das informações, o DNIT deverá encaminhar a "Proposta de Iniciativa" para manifestação do MINFRA.

Para as rodovias concedidas, a "Proposta de Iniciativa" deverá ser realizada pelas concessionárias, que a encaminhará para análise da ANTT. A "Proposta de Iniciativa" deverá apresentar a caracterização do problema, o tipo de solução, os benefícios esperados, o cronograma de execução, os custos e impacto sobre a tarifa, se houver, dentre outras informações exigidas pela Agência. A ANTT deverá verificar se a concessionária possui os requisitos mínimos para participar do Programa e realizar a análise, seleção e priorização das propostas de iniciativas, posicionando-se sobre a pertinência do enquadramento da iniciativa no Programa, observando as condições contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia – PER. Após análise e priorização, a Agência deverá encaminhar a "Proposta de Iniciativa" para manifestação do MINFRA (Ver **Figura 4**).



Figura 4 - Detalhe do fluxograma da atividade 2 - Propor e analisar iniciativas para ANTT.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03 INCLUIR INICIATIVA NO PROGRAMA

O MINFRA deverá analisar a "Proposta de Iniciativa" encaminhada pelas entidades vinculadas, e, se de acordo com os preceitos do Decreto Nº 10.648/2021 e da Portaria que dispõe sobre a gestão do Programa, incluir a proposta na Carteira de Projetos do Programa, certificando a iniciativa com o "**Selo inov@BR**".

O MINFRA deverá manter atualizada a Carteira de Projetos com as iniciativas e informações necessárias à gestão do Programa e promover a divulgação e publicação da iniciativa nos meios de comunicação.



Figura 5- Imagem ilustrativa do Selo inov@BR.

04 PLANEJAR A INICIATIVA CERTIFICADA

A entidade vinculada (ANTT e DNIT) deverá realizar o planejamento e dar prosseguimento as análises e autorizações necessárias para execução da iniciativa enquadrada do programa, com base nos regramentos próprios de cada entidade.

05 IMPLEMENTAR INICIATIVA

A entidade vinculada (ANTT e DNIT) deverá promover a implantação da iniciativa, de acordo com as informações apresentadas na "Proposta de Iniciativa" e materiais complementares, e deverá atuar de forma proativa na eliminação de restrições à implementação das iniciativas.

Ao iniciar a execução da iniciativa, a entidade vinculada deverá comunicar ao MINFRA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06 AVALIAR E MONITORAR A EXECUÇÃO DA INICIATIVA

A entidade vinculada (ANTT e DNIT) deverá avaliar e monitorar a execução das iniciativas, conforme as boas práticas de cada unidade, observando respectivo cronograma físico-financeiro.

A entidade vinculada deverá manter registro de monitoramento das iniciativas e compartilhar informações estruturadas, por meio digital, ao MINFRA de forma periódica e sempre que solicitado.

O MINFRA poderá promover reuniões esporádicas em conjunto com as entidades, quando necessário.

Ao final da implementação da iniciativa, a entidade vinculada deverá comunicar ao MINFRA.

07 AVALIAR DESEMPENHO DO PROGRAMA

O MINFRA deverá monitorar a implementação do Programa e avaliar seus resultados, conforme indicadores definidos no item 3.3 - Indicadores e metas do Item 3.4 - Metas.

O MINFRA deverá realizar, periodicamente, pesquisas de avaliação do Programa junto aos usuários de rodovias.

O MINFRA deverá elaborar relatórios gerencias com apresentação dos resultados e dar publicidade as informações relativas ao Programa, assegurando a confiabilidade e transparência no fornecimento de informações.

08 REALIZAR ANÁLISE DO CICLO DO PROGRAMA

O MINFRA deverá realizar, anualmente, um encontro para apresentar os resultados do Programa inov@BR, onde deverão ser demonstradas e discutidas as iniciativas implementadas pelas entidades vinculadas, e também poderão ser apresentadas novas inovações, ideias e definições sobre o modelo de gestão do Programa.

O encontro anual funcionará como o fechamento de um ciclo de 1 ano do Programa, podendo premiar ou homenagear iniciativas de destaque.

Também poderá ser fomentado o *benchmarking* do Programa e a integração com autores e organizações nacionais e internacionais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 PLANEJAR E IMPLANTAR AÇÕES DE MELHORIA AO PROGRAMA

Após análise do ciclo do Programa, o MINFRA poderá realizar a atualização deste Manual, bem como adequar o Quadro de inovações, de acordo com os pilares, dentre outras informações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. QUADRO DE INOVAÇÕES

Como informado na atividade 01 "Mapear inovações" do Quadro de atividades do Ciclo inov@BR (Quadro 4), o MINFRA deverá mapear as inovações que deverão compor o Programa, e, para isso, deverá elaborar e manter um **"Quadro de inovações"** que apresentará as inovações referentes à segurança viária, fluidez e tecnologia. Esse quadro também deverá apresentar o nome da inovação, o pilar (ou os pilares) associado e sua breve descrição e servirá como o documento de partida para que as inovações sejam selecionadas.

Nesse sentido, para a elaboração do primeiro Quadro de Inovações, o MINFRA realizou diversas reuniões com as entidades vinculadas e outros órgãos do setor, que tinham como objetivo promover o nivelamento e a integração entre as entidades participantes do Programa, ademais, promoveu pesquisas e análise de inovações em bibliografias disponibilizadas em meio digital, e programas similares já implantados e que obtiveram êxito. A **Figura 6** a seguir apresenta exemplo de grupos de inovações e ideias que foram mapeadas ao longo de toda essa pesquisa e que estão incorporadas no Quadro de Inovações do Programa.



Figura 6 - Exemplo de grupos de inovações mapeados e incorporados no Programa inov@BR.

O MINFRA é a unidade responsável pela manutenção e divulgação do "Quadro de inovações" e poderá solicitar o suporte das entidades vinculadas na definição das inovações do Quadro em análise, quando pertinente. A entidade também poderá sugerir inovações para análise do MINFRA, a qual poderá ser aprovada ou não de acordo com a política da Pasta, e inserida no Quadro de inovações.

Por fim, apresentamos a seguir o primeiro **Quadro de Inovações** do Programa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quadro de inovações do Programa inov@BR - 2021.

CÓD.	INOVAÇÃO	DESCRIÇÃO	SEG	FLU	TEC
IN-2021-001	Ouvidoria Tri/Quadri Dígito	Implantação de canal único de comunicação com os usuários da rodovia.	✓		✓
IN-2021-002	IRAP - Programa Internacional de Avaliação de Estradas	Implantação do programa IRAP (*International Road Assessment Programme*) para avaliação da rodovia, baseado em um sistema de classificação da qualidade das vias, com foco na segurança de todos os usuários.	✓		
IN-2021-003	Áreas de escape	Implantação de áreas de contenção em trechos da rodovia, destinadas a auxiliar a frenagem de veículos desgovernados.	✓		
IN-2021-004	Dispositivo de proteção e segurança	Instalação de dispositivos de proteção em trechos da rodovia, como defensas, barreiras e outros, destinados a reduzir os impactos e danos ocasionados por veículos desgovernados.	✓		
IN-2021-005	Monitoramento por câmeras	Implantação de câmeras para monitoramento da rodovia.	✓		✓
IN-2021-006	Fiscalização integrada	Integração dos sistemas de monitoramento entre os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.	✓		✓
IN-2021-007	Utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (Drone)	Utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), ou Drones, para utilização em projetos, acompanhamento de obras e monitoramento da rodovia.	✓		✓
IN-2021-008	Autorização Especial de Trânsito	Padronização das normas e dos sistemas de emissão da Autorização Especial de Transito, para fins de desburocratização.	✓		✓
IN-2021-009	Rádio Estrada	Utilização de frequência de rádio na rodovia, para aprimoramento da comunicação.	✓		✓
IN-2021-010	Tecnologia Wireless (4G, 5G, Wi-fi)	Implantação de tecnologia wireless (4G, 5G e Wi-fi) na rodovia.	✓		✓
IN-2021-011	Fiscalização por Velocidade Média e Velocidade Variável	Regulamentação de fiscalização por meio de velocidade média.	✓	✓	
IN-2021-012	Pesagem em movimento	Implantação de sistema de pesagem em movimento na velocidade regulamentar da via.	✓	✓	✓

Quadro 5 - Quadro de inovações do Programa inov@BR.

Legenda: CÓD - código da inovação; IN - inovação; SEG: segurança viária; FLU - fluidez; TEC - tecnologia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quadro de inovações do Programa inov@BR - 2021.

CÓD.	INOVAÇÃO	DESCRIÇÃO	SEG	FLU	TEC
IN-2021-013	Uso de materiais sustentáveis	Utilização de materiais sustentáveis na execução de intervenções na rodovia.			✓
IN-2021-014	Free-Flow	Implantação do sistema de pedágio proporcional ao trecho percorrido na rodovia.		✓	✓
IN-2021-015	Acompanhamento da rodovia em tempo real	Integração e disponibilização de dados e informações operacionais da rodovia, por meio do CNSO.	✓	✓	✓
IN-2021-016	Iluminação de rodovias	Implantação ou aprimoramento de iluminação em locais adequados da rodovia, como a utilização de LED.	✓		✓
IN-2021-017	Controle de velocidade	Utilização de equipamentos eletrônicos em trechos da rodovia.	✓		✓
IN-2021-018	Adequação de capacidade viária	Execução de obras e serviços para adequação de capacidade viária que tragam retorno social compatível.	✓	✓	
IN-2021-019	Ampliação de capacidade viária	Execução de obras e serviços para ampliação de capacidade viária que tragam retorno social compatível.	✓	✓	
IN-2021-020	Sinalização rodoviária	Implantação ou aprimoramento de sinalização horizontal e vertical na rodovia.	✓		
IN-2021-021	Sinalização dinâmica	Implantação de sinalização dinâmica na rodovia.	✓		✓
IN-2021-022	Postos de recarga para carros elétricos	Implantação de postos de recarga para carros elétricos.			✓
IN-2021-023	Contorno rodoviário	Execução de contorno rodoviário que tragam retorno social compatível.		✓	
IN-2021-024	Obras de Arte Especial (OAE)	Execução de obras de arte especial - pontes, túneis, viadutos, passarelas e estruturas de contenção - que tragam retorno social compatível.	✓	✓	
IN-2021-025	Smart Work Zones (Áreas de trabalho inteligentes)	Implantação das "Smart Work Zones" (Áreas de trabalho inteligentes), com estratégias para melhoria da segurança e mobilidade durante as obras rodoviárias.	✓	✓	✓

Quadro 5 - Quadro de inovações do Programa inov@BR.
Legenda: CÓD - código da inovação; IN - inovação; SEG: segurança viária; FLU - fluidez; TEC - tecnologia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quadro de inovações do Programa inov@BR - 2021.

CÓD.	INOVAÇÃO	DESCRIÇÃO	SEG	FLU	TEC
IN-2021-026	Pontos de Parada e Descanso - PPD	Implantação de estabelecimentos situados nas margens das rodovias, com locais de espera, repouso e descanso, propocionando aos motoristas melhores condições de segurança, conforto e higiene.	✓		
IN-2021-027	Qualidade de vida e segurança para Caminhoneiros	Realização de ações para promover mais qualidade de vida e segurança para os caminhoneiros.	✓		
IN-2021-028	Normativos	Realização de revisão de normativos e proposição de novos normativos para maior segurança, fluidez e tecnologia na rodovia.	✓	✓	✓
IN-2021-029	Estudos e Pesquisas	Realização de estudos e pesquisas para promover maior segurança, fluidez e tecnologia na rodovia, a partir, por exemplo, do uso dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (RDT) dos contratos de concessão.	✓	✓	✓
IN-2021-030	Exploração da faixa de domínio	Exploração da faixa de domínio para estímulo a ações deste Programa, principalmente no que se refere aos serviços oferecidos aos usuários.	✓	✓	✓
IN-2021-031	Certificação de projetos de engenharia e obras de infraestrutura	Realização de certificação em projetos de engenharia e obras de infraestrutura no âmbito deste Programa.	✓	✓	✓
IN-2021-032	Building Information Modeling - BIM	Utilização de BIM para aprimoramento de processos e projetos de engenharia e obras de infraestrutura.			✓
IN-2021-033	Segurança Pública	Realização de ações de segurança voltadas para manutenção da integridade patrimonial e de segurança pública.	✓		
IN-2021-034	Informatização da gestão	Desenvolvimento de sistemas e plataformas digitais para estruturação e informatização de dados.			✓
IN-2021-035	Correção da geometria viária	Execução de obras e serviços para correção da geometria viária que tragam maior segurança aos usuários.	✓	✓	
IN-2021-036	Compartilhamento de informações	Integração e disponibilização de dados e informações da rodovia.			✓

Quadro 5 - Quadro de inovações do Programa inov@BR.
Legenda: CÓD - código da inovação; IN - inovação; SEG: segurança viária; FLU - fluidez; TEC - tecnologia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa inov@BR foi idealizado para promover mudanças no padrão de qualidade das principais rodovias federais e trazer um novo conceito de rodovia, que perpassa pelo bem estar dos usuários, os quais poderão contar não somente com uma infraestrutura adequada, mas, também, com prestação de serviços que possam fornecer mais tecnologia, comodidade e segurança para os deslocamentos. As ações do Programa inov@BR também objetivam contribuir para que medidas estruturantes possam ser adotadas em prol do transporte rodoviário cargas e de pessoas.

O cenário em que o Programa inov@BR foi concebido é de forte restrição de recursos por parte do Estado, resultante, principalmente, da retração da economia, pois ainda que no início de 2020, a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estivesse com discreta queda, havia uma sinalização de um movimento de recuperação da economia para o citado ano e para os próximos anos (IPEA, 2020).

Uma das motivações para apresentação do Programa foi a preocupação com a **segurança** dos usuários nas rodovias e a integridade das mercadorias em circulação, buscando, assim, ações tanto do ponto de vista da preservação da vida, como também, do auxílio aos órgãos competentes para repressão de crimes nas estradas, por meio da integração de informações e compartilhamento de tecnologias.

Outra motivação foi a perceptível necessidade de melhoria da **fluidez**, com a finalidade de solucionar gargalos, onde se apresentam pontos de maior tráfego e, consequentemente, com mais problemas de mobilidade e segurança, e assim, promover melhorias na trafegabilidade e nos serviços, reduzir tempo de deslocamento de pessoas, aumentar o conforto, a segurança e a eficiência logística da malha rodoviária federal.

A necessidade de inovação tecnológica também se apresenta como motivação do Programa, pois, além de ser essencial para melhoria da fluidez e segurança, o uso de **tecnologia** nas diversas fases de um empreendimento (planejamento, execução e operação) contribui para resultados mais efetivos, com o aprimoramento e modernização da gestão das rodovias.

Do ponto de vista do aprimoramento de processos, pretende-se que a interação entre os órgãos envolvidos na gestão das rodovias federais possa resultar em mais eficiência e racionalidade na aplicação de recursos públicos, e que a revisão ou edição de normativos possa incorporar as inovações previstas no Programa e trazer segurança jurídica para as partes envolvidas.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de otimizar e coordenar as políticas públicas para propiciar entregas mais rápidas, eficientes e efetivas à sociedade, alinhadas as expectativas do público-alvo do Programa, ou seja, os usuários de rodovias.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesse sentido, o Programa inov@BR não apresenta uma relação de obras e projetos, nem valores pré-definidos a serem investidos, e sim, uma proposta de adoção de diversas ações integradas e coordenadas para atingir a finalidade pretendida, com foco na eficiência da aplicação e gestão de recursos.

A princípio, no que se refere às iniciativas relacionadas às rodovias federais administradas pelo DNIT, os benefícios esperados são entregas, nos eixos segurança viária, fluidez e tecnologia, que possam trazer operacionalidade e fruição aos usuários, resultantes da articulação de ações que busquem integrar e concentrar esforços nos programas existentes, no aprimoramento da gestão dos recursos orçamentários e financeiros e na compatibilização do planejamento do órgão com as iniciativas do Programa.

No que tange às rodovias concedidas, espera-se que possibilite investimentos necessários à adaptação dos trechos concedidos aos avanços que estão ocorrendo no Brasil e no mundo, bem como ao desenvolvimento socioeconômico de cidades e à configuração do sistema rodoviário de forma a atender as necessidades do transporte rodoviário de cargas e de passageiros.

Espera-se que o Programa possa estabelecer um nível de qualidade para a infraestrutura rodoviária, tanto administrada pelo DNIT como por concessionárias, bem como dos serviços prestados pelos órgãos envolvidos na gestão das rodovias federais, utilizando a expertise de cada órgão para alinhar ações e entregar mais serviços à sociedade.

No geral, a expectativa é que as iniciativas nos três eixos possam trazer benefícios aos usuários das rodovias tanto sob administração pública como privada, aproximando as nossas rodovias de padrões internacionais de segurança viária, visando à **redução e à severidade dos acidentes** em pelo menos 50%, bem como trazer **conectividade** ao longo do percurso, ou ao menos, em boa parte deste, **reduzir o tempo de viagem** pela possibilidade de ligações sem interferências.

Espera-se também diversos ganhos para a **gestão** do MINFRA e suas entidades vinculadas, com maior **integração entre as unidades** e o aprimoramento de processos e procedimentos. Do ponto de vista normativo, a expectativa é obter mais simplificação, consolidação e **racionalização de normativos**, reduzindo assim o custo regulatório e, também, transacional. Adicionalmente, espera-se a adesão das concessionárias de rodovia para implementar o Programa, por meio da adaptação dos contratos firmados e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro destes.

Por fim, pretende-se que os investimentos em infraestrutura possam reaquecer diversos setores da **economia**, movimentar a produção de insumos e a cadeia produtiva envolvida, contribuindo para a geração de **empregos**, a eliminação de gargalos, a segurança das vias e, consequentemente, a redução dos custos de .

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

transporte, tornando os produtos brasileiros mais competitivos.

Dentro desse contexto, o Programa inov@BR pretende modernizar a infraestrutura do setor de transporte e oferecer serviços que proporcionem uma viagem mais confortável e segura, e assim, melhorar a condição de deslocamento de pessoas e mercadorias e, ainda, movimentar a economia, bem como aprimorar a gestão, por meio da integração de informações, compartilhamento de tecnologias, revisão de atos normativos e, consequentemente, a desburocratização do setor.



Figura 7 - Principais expectativas com a implantação do Programa inov@BR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

BRASIL. Decreto n.º 10.648, de 12 de março de 2021. **Institui a Política de Modernização da Infraestrutura Federal de Transporte Rodoviário - inov@BR e qualifica no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.** Diário Oficial da União, 15 mar. 2021. Seção I.

BRASIL. Portaria n.º 235, de 28 de março de 2018. **Institui a Política Nacional de Transportes e estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para o setor de transportes.** Diário Oficial da União, 29 mar. 2018. Seção I.

BRASIL. Portaria n.º 542, de 30 de agosto de 2019. **Institui o Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério da Infraestrutura e suas Entidades Vinculadas para o período de 2019 a 2022.** Diário Oficial da União, 02 set. 2019. Seção I.

BRASIL. Resolução nº 45, de 2 de julho de 2018. **Aprova o Plano Nacional de Logística - PNL.** Diário Oficial da União, 03 jul. 2018. Seção I.

CNT - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE. **Acidentes rodoviários e infraestrutura**. Brasília. 132 p. 2018).

DNER - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Manual de projeto geométrico de rodovias rurais.** Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. Rio de Janeiro, 199. 195p. (IPR. Publ., 706).

FHWA - FEDERAL HIGHWAY ADMINISTRATION. **Every Day Counts: On-Ramp to Innovation.** Disponível em https://www.fhwa.dot.gov/innovation/everydaycounts/. Acesso em 20 de agosto de 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2020). **Carta de Conjuntura 2020 - 1º Trimestre - nº 46**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/. Acesso em 20 de outubro de 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2015). **Acidentes em rodovias custam R$ 40 bilhões por ano**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/. Acesso em 20 de outubro de 2020.

MTPA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL (2018). **Política Nacional de Transportes.** Disponível em: http://www.transportes.gov.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/6932-portaria-regulamenta-pol%C3%ADticanacional-de-transportes.html.

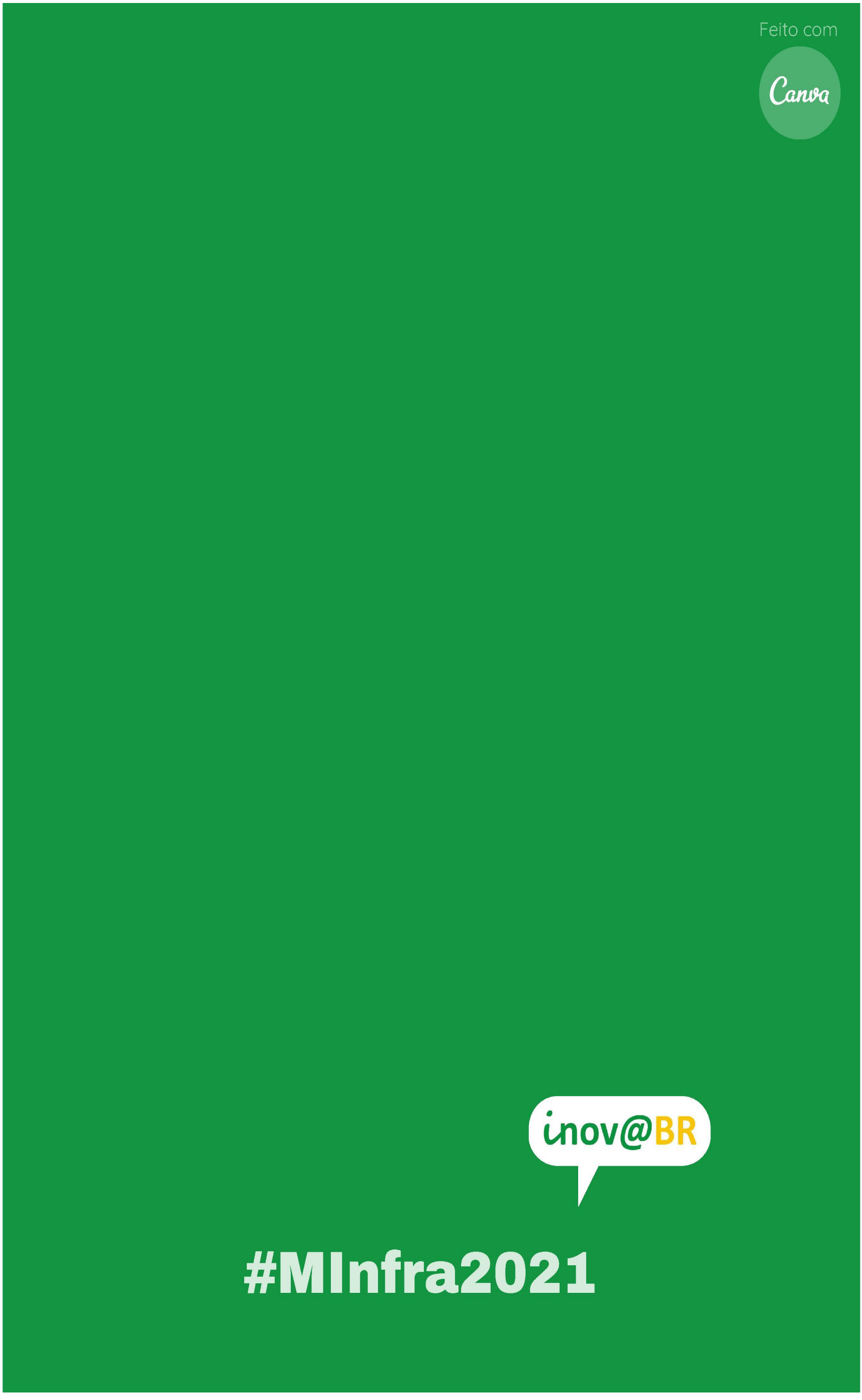
MINFRA - MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. **PSTT - Plano Setorial de Transportes Terrestres**. Disponível em https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-terrestre/plano-setorial-de-transportes-terrestres. Acesso em 28 de agosto de 2020.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Década de Ação pela Segurança no Trânsito visa salvar milhões de vidas.** Disponível em https://www.who.int/roadsafety/decade_of_action/en/. Acesso em 20 de agosto de 2020.

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Guia PMBOK®. Um guia para o conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos.** 6a. ed. Pennysilvania: PMI, 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021043000128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


Feito com
Canva
inov@BR
#MInfra2021

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 511, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Certifica como Pontos de Parada e Descanso - PPD os empreendimentos que atendem às condições sanitárias, de segurança e conforto, conforme disposto na Portaria nº 45/2021, deste Ministério, bem como, na Portaria nº 1.343/2019, do Ministério da Economia, e obediência à Lei nº13.103/2015.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES no uso da atribuição que lhe confere o Art. 17 da Portaria nº 45, de 11 de março de 2021, do Ministério da Infraestrutura - MINFRA, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de março de 2021 e em conformidade com à Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015, resolve:

Art. 1º Certificar os estabelecimentos, na forma do anexo, como sendo Pontos de Parada e Descanso - PPDs, para motoristas profissionais do transporte rodoviário de passageiros e de cargas.

§ 1º São certificados os estabelecimentos que cumprem integralmente com os requisitos e condições mínimas sanitárias, de segurança e conforto estabelecidos pelos atos normativos relacionados aos PPDs, com validade de quatro anos, a partir da publicação desta portaria.

§ 2º Após a certificação, a qualquer momento e sem aviso prévio, poderão ser realizadas vistorias, tendo como objetivo verificar se o estabelecimento mantém as condições exigidas no ato de certificação.

§ 3º Caso seja verificado descumprimento de qualquer dos requisitos ou condições exigidas, a certificação estará sujeita à suspensão ou cancelamento, mediante ato do MINFRA.

§ 4º A renovação da certificação dos estabelecimentos como PPDs, deverão ser solicitadas pelos interessados, seis meses antes do término de sua validade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

MARCELLO DA COSTA VIEIRA

ANEXO

Nº	Certificação Pontos de Parada e Descanso (Lei 13.103/15)						
	Razão Social / Nome Fantasia	CNPJ	Município	UF	Rodovia	km	Validade
1	Auto Posto Caseiros LTDA	88.845.847/0001-18	Caseiros	RS	BR 285	96	4 anos
2	Comercial Buffon Combustíveis e Transportes LTDA	93.489.243/0022-40	Passo Fundo	RS	BR 285	301	4 anos
3	Comercial Buffon Combustíveis e Transportes LTDA	93.489.243/0023-21	Alegrete	RS	BR 290	578	4 anos
4	Comercial Buffon Combustíveis e Transportes LTDA	93.489.243/0028-36	Passo Fundo	RS	BR 285	302	4 anos
5	Comercial Buffon Combustíveis e Transportes LTDA	93.489.243/0049-60	Ijuí	RS	BR 285	456	4 anos
6	Comercial Buffon Combustíveis e Transportes LTDA	93.489.243/0048-80	Santa Maria	RS	BR 392	349	4 anos
7	Vaz, Oliveira & Cruz LTDA	10.505.190/0001-52	Benevides	PA	BR 316	25	4 anos
8	Posto Buritizim	07.100.274/0001-00	Altos	PI	BR 343	314	4 anos
9	Posto HD XI	30.166.399/0001-46	Lagoa do Piauí	PI	BR 316	40	4 anos
10	Posto Molon	90.472.960/0001-47	Camaquã	RS	BR 116	388	4 anos
11	Posto Paraná	04.344.941/0001-01	Anapu	PA	BR 230	614	4 anos
12	Posto Roma	02.499.715/0001-66	São Luís	MA	BR 135	06	4 anos
13	Valen Log	33.176.727/0001-83	São Luís	MA	BR 135	02	4 anos
14	Posto Papagaio	87.712.725/0001-90	Sarandi	RS	BR 386	135	4 anos
15	Rede Presidente - Filial Paty	32.864.795/0019-00	Rosário do Catete	SE	BR 101	57,5	4 anos

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 513, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os §§ 4º e 15 do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 149, de 12 de julho de 2018, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.024176/2020-87, resolve:

Art. 1º Esta Portaria credencia, por 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação, a empresa CONPAY TECNOLOGIA E PAGAMENTOS S.A., inscrita no CNPJ nº 31.531.997/0001-30, localizada na Avenida Julia Freire, nº 1200, sala 109, bairro Expedicionários, João Pessoa - PB, CEP 58.041-000, para exercer a atividade de SUBADQUIRENTE, de acordo com o § 4º do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, para atuar junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo com cartões de débito ou crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 514, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), os §§ 4º e 15 do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, e a Portaria DENATRAN nº 149, de 12 de julho de 2018, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.003897/2021-34, resolve:

Art. 1º Esta Portaria credencia, por 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação, a empresa MR PAGAMENTOS S/A., inscrita no CNPJ nº 33.444.505/0001-02, localizada na Avenida dos Holandeses, nº 2020, sala 1400, bairro Calhau, São Luís - MA, CEP 65.071-380, para exercer a atividade de SUBADQUIRENTE, de acordo com o § 4º do art. 25-A da Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016, para atuar junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos ao veículo com cartões de débito ou crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.869, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.012855/2021-51 resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 02) do operador Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, CNPJ nº 00.352.294/0035-60, responsável pela operação do Aeroporto Governador José Richa - SBLO, em Londrina/PR (código CIAD: PR0003), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, Emenda 02 (RBAC nº 107 EMD 02)), e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão E (IS nº 107-001E), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-2

II - Serviços aéreos: voos domésticos

III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Ficam revogadas:

I - Portaria nº 3.590/SIA, de 22 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2018, Seção 1; e

II - Portaria nº 2.287/SIA, de 08 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2020, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.874, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.012995/2021-29, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Una/Comandatuba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0067;

III - município (UF): Una (BA); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 21' 12''S / 038° 59' 50''W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade até 23 de fevereiro de 2031.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria n° 4.337/SIA, de 24 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 153.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.897, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 3º e 26 da Portaria nº 3901/SIA, de 30 de dezembro de 2020, considerando a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 16/2021/GFIC/SIA, de 20 de abril de 2021, e o que consta no Processo nº 00058.029009/2020-99. resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Mirassol, Código Identificador de Aeródromo - CIAD SP0059, indicador de localidade OACI SDMH, localizado em Mirassol/SP.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo legalmente instituído solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS FERNANDO MOTTA SPANNER

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.509, DE 16 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010024/2021-55, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Agropecuária Antunes;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0549;

III - município (UF): Laguna Carapã (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 44' 37'' S / 055° 13' 59'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.793, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013407/2021-85, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Poruína;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0076;

III - município (UF): Serranópolis (GO);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 07' 11'' S / 052° 13' 02'' W.
Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.
Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.
Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2831/SIA de 29 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 2013, Seção nº 1, Página nº 33.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.817, DE 19 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.012239/2021-19, resolve:
Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:
I - denominação: Fazenda São Domingos;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0557;
III - município (UF): Corumbá (MS);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 38' 06'' S / 056° 21' 21'' W;
Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.
Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.
Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.818, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.048412/2020-28, resolve:
Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:
I - denominação: Planalto da Conquista;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0359;
III - município (UF): Planalto (BA);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 41' 25'' S / 040° 27' 24'' W;
Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.
Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.
Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.819, DE 19 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020,tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010610/2021-08, resolve:
Art. 1º Alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:
I - denominação: Fazenda Sertãozinho;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0221;
III - município (UF): Botelhos (MG);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 38' 35'' S / 046° 20' 44'' W;
Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 31 de março de 2024.
Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.
Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 766/SIA de 28 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2014, Seção nº 1 Página nº 10.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.859, DE 23 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.020343/2020-98, resolve:
Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 27 de abril de 2021, em favor da EWM CAMPOS SALLES ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA, com base nas seguintes características:
I - Endereço: Avenida Moreira Guimarães, 13501 - Aeroporto, Indianópolis, São Paulo/SP - CEP 04074-031;
II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;
III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e
IV - Regulamentação: RBAC nº 141.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.870, DE 26 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.016890/2020-79, resolve:
Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 27 de abril de 2021, em favor da FLY ESCOLA DE AVIACAO CIVIL EIRELI - EPP com base nas seguintes características:
I - Endereço: Avenida Churchill, 97 - 3º Andar - Salas 301 a 308, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20020-050;
II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;
III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e
IV - Regulamentação: RBAC nº 141.
Art. 2º Ficam revogados os cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PPA, Instrutor de Voo Avião - INVA, Piloto de Linha Aérea de Avião - PLA, Piloto de Linha Aérea de Helicóptero - PLH e cursos práticos de Piloto Privado Avião - PPA e Piloto Comercial Avião - PCA, considerando que a entidade possuía cursos pelo RBHA 141, não aprovados e/ou não previstos para aprovação nas Especificações de Instrução - EI pelo RBAC 141.
Art. 3° Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto estiver válida uma Autorização para Operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU.
Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 4.892, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.003404/2020-52, resolve:
Art. 1º Revogar a suspensão do credenciamento da clínica CLINICOR - CLÍNICA CARDIOLÓGICA DE MANAUS LTDA - EPP, CNPJ 04.468.468/0001-66, CLC 32, situada na Rua Rio Iça, 520, Conjunto Vieiralves, Nossa Senhora das Graças, Manaus (AM), referente ao processo 00065.003404/2020-52.
Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 4.704, de 5 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2021, Seção 1, página 56.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 4.896, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.004494/2021-80, resolve:
Art. 1º Revalidar, por 3 (três) anos, a clínica HOSPITAL CENTRAL ARISTARCHO PESSOA - HOSPITAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 40.228.587/0001-05, CLC 48, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Paulo de Frontin, nº 876, Rio Comprido, Rio de Janeiro (RJ), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 1ª, 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.
Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.
Art. 2º A Clínica Hospital Central Aristarcho Pessoa - CBMERJ, deverá manter, na pessoa de seu Diretor Técnico Médico, todos os requisitos da certificação previstos no RBAC nº 67.
Art. 3º Ficam convalidados todos os atos praticados pela referida clínica, no âmbito dos termos desta portaria, desde 12 de abril de 2021.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PORTARIA DG ANTAQ Nº 332, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV e § 1º do art. 20 do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 3º da Lei 13.848, de 2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, resolve:
Art. 1º Delegar ao Superintendente de Administração e Finanças a competência para praticar, como representante legal da ANTAQ todos os atos inerentes ao recebimento de valores decorrentes da execução de garantias contratuais, inclusive a assinatura de formulários e demais documentos necessários ao feito.
Art. 2º A delegação de competência desta Portaria será por tempo indeterminado.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de junho de 2021.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

PORTARIA DG ANTAQ Nº 333, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das competências que lhe são conferidas pelos incisos IV, VI e VII do art. 20, do Regimento Interno, considerando o disposto no art. 30 da Portaria nº 108/2007-ANTAQ, no art. 15 da Portaria nº 440/2018-DG/ANTAQ, no art. 35 da Portaria nº 253/DG, de 15 de setembro de 2011, bem como o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 1999, e o que consta do Processo nº 50300.002287/2021-39, resolve:
Art. 1º Delegar ao Superintendente de Administração e Finanças e, em seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, competências para autorizar: I - a indicação de servidores para participar de cursos ofertados por outras instituições públicas, no País; II - a concessão de licença para capacitação; III - a concessão de progressão e promoção; IV - o afastamento para participação de curso de formação; V - a concessão do abono de permanência; VI - a concessão de aposentadoria e pensão; VII - a vacância de cargo efetivo. §1º. Os pedidos de reconsideração serão dirigidos a mesma autoridade que proferiu a decisão. §2º. Caso não haja reconsideração o pedido de recurso será encaminhado para o Diretor-Geral. §3º. O Superintendente de Administração e Finanças poderá subdelegar as competências conferidas neste artigo à Gerência de Recursos Humanos - GRH, por meio de portaria.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor em 1º de junho de 2021.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

PORTARIA DG ANTAQ Nº 334, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, com base na Instrução Normativa nº 01/2019, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.004930/2021-69 e o que foi deliberado em sua 499ª Reunião Ordinária, realizada entre 26 e 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Contratações da ANTAQ referente ao exercício de 2022, nos termos da lista SEI nº 1303336.

Art. 2º Conferir ao Superintendente de Administração e Finanças a atribuição de lançar no Sistema de Planejamento de Contratações - PGC do Governo Federal a aprovação de que trata esta Portaria.

Art. 3º Delegar ao Superintendente de Administração e finanças a competência para incluir, alterar e excluir materiais e serviços no Plano Anual de Contratações da ANTAQ de 2022, até o valor previsto no inciso I do art. 2º da Portaria-DG ANTAQ nº 324, de 26 de março de 2021, por item.

Art. 4º Condicionar a execução do presente Plano de Contratações à disponibilidade orçamentária e avaliação de oportunidade e conveniência por parte da autoridade competente quando da autorização da contratação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

PORTARIA DG ANTAQ Nº 336, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 19 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000376/2020-60, tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 499ª Reunião Ordinária, realizada entre 26 e 28 de abril de 2021, e o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação de atos normativos inferiores a decreto, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 267-DG/ANTAQ, de 25 de setembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações: "ANEXO ETAPAS E PERTINÊNCIAS TEMÁTICAS DO PROCESSO DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS.

Etapa	Prazo	Pertinências Temáticas
Primeira etapa	30/11/2020	Revogação expressa de atos normativos tacitamente revogados
Segunda etapa	26/02/2021	Portuário: Exploração de áreas e instalações portuárias
		Transversal: Competência Executiva
		Transversal: Participação Social
Terceira etapa	31/05/2021	Portuário: Contabilidade Regulatória
		Portuário: Instalações Portuárias
		Navegação Marítima: Direitos e deveres na navegação marítima e de apoio
		Transversal: Finanças e Pessoal
		Transversal: Agenda Regulatória
Quarta etapa	31/08/2021	Administrativo: Gestão Processual
		Portuário: Meio Ambiente
		Portuário: Operador Portuário
		Portuário: Licitação e Arrendamentos
		Portuário: Projeto Executivo
		Portuário: Fiscalização Portuária
Quinta etapa	30/11/2021	Navegação Interior: Regulamentos do Transporte Público e Privado e Procedimentos de Outorga e Afretamento
		Navegação Marítima: Outorga para operar na navegação marítima e de apoio
		Navegação Marítima: Prestação de informações na navegação marítima e de apoio
		Portuário: Movimentação e armazenagem de contêineres
		Portuário: Sistema Acompanhamento Preços
		Portuário: Tarifa Portuária
		Transversal: Afretamento na Navegação
		Transversal: Meio Ambiente
		Transversal: Peticionamento e Intimação Eletrônicos
		Transversal: Procedimento de fiscalização
		Transversal: Procedimentos de autorização
		Transversal: Medidas temporárias COVID-19

" (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DELIBERAÇÃO Nº 40, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 50300.021268/2019-97. Fiscalizada: ESVIX SHIPPING AGENCIA MARITIMA EIRELI, CNPJ nº 26.960.549/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58 do Regimento Interno, decido por conhecer o recurso interposto, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de ADVERTÊNCIA, pelo cometimento da infração capitulada no inciso XV do art. 32, da Resolução ANTAQ nº 3.274/2014.

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 221, DE 6 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.018810/2021-92, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido da empresa VIAÇÃO SETE LTDA, CNPJ nº 15.474.486/0001-77, para conversão da linha BENEDITO LEITE(MA) - TERESINA(PI) - VIA FLORIANO, prefixo 15-9631-00, operada na condição "sub judice", para linha administrativa, nos termos da Súmula nº 4 , de 16 de junho de 2020, por inobservância ao disposto no art. 4º, caput, da Deliberação 134, de 21 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 2.396, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 173, do Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, tendo em vista o constante no Processo nº 50600.018932/2020-70, e

Considerando o Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, que determinou a revisão dos atos normativos de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, além de autarquias e fundações;

Considerando o inciso III, do art. 1º da Portaria (DNIT) 4667, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2020 (6217864);

Considerando a aprovação do Relato nº. 24/2021/DIREX/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 16ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 26/04/2021; resolve:

Art. 1º DIVULGAR as normas revisadas e consolidadas afetas à Diretoria-Geral e à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT, constantes no Anexo I, da presente Portaria, como parte do processo de revisão e consolidação dos atos normativos, deste Departamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

ANEXO I

LISTAGEM DAS NORMAS REVISADAS E CONSOLIDADAS AFETAS À DIRETORIA-GERAL E À PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO DNIT

Ano	Normativo	Monitoramento
2003	Instrução de Serviço 1/PGE, de 17/06/2003	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2004	Ordem de Serviço 001/2004/7ª UNIT, de 08/01/2004	Revogada pela Portaria nº 2139/2021 (Sei nº 7995059)
2004	Resolução 1/DIREX, de 05/02/2004	Mantida - Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT (PFE/DNIT), por meio da Nota 00003/2021/GABINETE/PFE-DNIT/PGF/AGU (Sei nº 7592389), entendeu que a Resolução n° 01/DIREX, de 2004 (Sei nº 7567607) não possui caráter normativo, não se aplicando, portanto, o comando do Decreto n° 10.139, de 2019
2005	Instrução de Serviço 1/DG, de 15/03/2005	Revogada pela Portaria 359/2021 (Sei nº 7363485)
2008	Instrução de Serviço 5/PFE, de 15/10/2008	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2009	Instrução de Serviço 2/PFE, de 28/01/2009	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2010	Instrução de Serviço 8/DG, de 30/03/2010	Revogada pela Portaria 1135/2021 (Sei nº 7622027)
2011	Instrução de Serviço 1/PFE, de 07/02/2011	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2011	Instrução de Serviço 10/PFE, de 07/10/2011	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2011	Instrução de Serviço 5/PFE, de 30/05/2011	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2011	Instrução de Serviço 6/PFE, de 29/06/2011	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2011	Instrução de Serviço 8/PFE, de 01/08/2011	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2011	Ordem de Serviço 006/2011/PFE, de 19/10/2011	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2013	Portaria 75/DG de 25/01/2013	Revogada pela Portaria 359/2021 (Sei nº 7363485)
2014	Instrução de Serviço 1/DG/PFE, de 28/03/2014	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2015	Instrução de Serviço 1/PFE, de 06/07/2015	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2015	Ordem de Serviço 001/2015/PFE, de 02/10/2015	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2018	Instrução de Serviço 1/DG/PFE/DNIT, de 19/11/2018	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2019	Ofício-Circular 133/2019-ACE/DG	Revogada pela Portaria nº 374/2021 (Sei nº 7368561)
2019	Portaria 322/DIRCOLEG de 18/01/2019	Revogada pela Portaria 2300/2020 (Sei nº 5458480)
2019	Ordem de Serviço 001/2019/PFE, de 29/04/2019	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2019	Ordem de Serviço 1/PFE, de 26/04/2019	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)
2020	Instrução Normativa 5/DG, de 11/03/2020	Revogada pela Instrução Normativa 35/2020 (Sei nº 7011585)
2020	Instrução de Serviço 1/PFE, de 10/02/2020	Revogada pela Instrução Normativa 2/2021 - PFE/DG (Sei nº 7590961)

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.738, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12041 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa FORSETI SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 38.417.909/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 578/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.739, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20655 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AM3 SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 19.416.284/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 757/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.740, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20678 - DPF/PTS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0116-48, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Espingardas calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.741, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22276 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESMALTEC S/A, CNPJ nº 02.948.030/0002-30 para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 835/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.742, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26280 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CANTÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.966.650/0003-62, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

23 (vinte e três) Revólveres calibre 38

420 (quatrocentas e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.743, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26392 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.764.609/0001-62, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

90 (noventa) Munições calibre .380

21 (vinte e uma) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.744, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26889 - DPF/BRU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa KOLUNNA SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.895.665/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PATRIOTA SEGURANCA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.813.549/0001-06:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.746, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19494 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIDER COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA, CNPJ nº 05.054.671/0001-59 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 834/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.747, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26104 - DPF/CAE/MT, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa ASSUNFORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 12.077.771/0001-66, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Mato Grosso.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.748, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26344 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CRUZEIRO DO SUL VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 15.653.416/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 831/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.749, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26409 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GETON VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 32.957.520/0001-83, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

1 (uma) Pistola calibre .380

2 (dois) Revólveres calibre 38

54 (cinquenta e quatro) Munições calibre .380

96 (noventa e seis) Munições calibre 12

22 (vinte e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.750, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27093 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa MONTU SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 22.225.113/0001-28, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.751, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/27451 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MASTERVIGS CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 60.268.489/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

264 (duzentas e sessenta e quatro) Munições calibre 12

40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38

2000 (duas mil) Espoletas calibre .380

2000 (dois mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.752, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20128 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER PENHA, CNPJ nº 67.969.964/0001-13 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.753, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19436 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VISUD SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 34.561.723/0002-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 837/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.758, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18391 - DPF/MGA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JULIO CESAR SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 26.877.396/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 811/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.759, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19962 - DPF/CXA/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLAUDINO S.A - LOJAS DE DEPARTAMENTOS, CNPJ nº 06.862.627/0215-69 para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 782/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.760, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/26531 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ERS CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.185.093/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

10 (dez) Pistolas calibre .380

2000 (duas mil) Munições calibre 12

34200 (trinta e quatro mil e duzentas) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Estojos calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

34200 (trinta e quatro mil e duzentos) Projéteis calibre 38

5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380

3000 (três mil) Estojos calibre .380

5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380

2868 (duas mil e oitocentas e sessenta e oito) Buchas calibre 12

20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12

1368 (uma mil e trezentas e sessenta e oito) Espoletas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

50 (cinquenta) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

3 (três) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 18.438.840, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.000589/2021-11-DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., CNPJ nº 90.400.888/0001-42, sediada no São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

02 (dois) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.528.220, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08410.001537/2021-18 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa CARVALHO E FERNANDES LTDA, CNPJ 11.596.442/0001-69, localizada no Estado do PIAUÍ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.543.413, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08490.002414/2021-43 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa VALORSAT TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 16.882.626/0001-09, localizada no Estado de SANTA CATARINA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.549.197, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08068.000262/2021-34-CV/NPA/DPF/MOS/RN, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa AGRÍCOLA FAMOSA LTDA (CNPJ 00.474.300/0001-02), localizada no Estado do RIO GRANDE DO NORTE.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

DIVISÃO DE ESTUDOS, LEGISLAÇÃO E PARECERES

DESPACHOS DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Nº 402/2020 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/15453 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, de 02/03/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: OMEGA SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ Nº 12.299.197/0001-90

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 30525/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº24/2020 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/23044 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 08/04/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: CALEFFI SEG PROTECAO E SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 13.475.127/0001-09

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 28908/2020-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

EM 19 DE MARÇO DE 2021.

Nº 129/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/34417 - DPF/PGZ/PR, de 07/07/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: SANTA PAULA SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ Nº 11.643.060/0001-49

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5033/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 174/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/80804 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 20/11/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: SEG-MASTER SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES EIRELI, CNPJ Nº 02.493.254/0001-14

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, alterando-se, de ofício, a capitulação fixada no inciso III para o inciso VIII, ambos do artigo 173, da Portaria nº 3.233/2012-DG/PF, com alteração da Portaria Punitiva - penalidade aplicada Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5034/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 175/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/80832 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 20/11/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: SEG-MASTER SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES EIRELI, CNPJ Nº 02.493.254/0001-14

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5035/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 176/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/84466 - DPF/BRU/SP, de 01/12/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: MULT SERVICE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 57.273.211/0001-15

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5279/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 177/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/86854 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, de 08/12/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: MULT SERVICE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 57.273.211/0001-15

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5303/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 178/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92174 - DPF/MGA/PR, de 18/12/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5817/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 179/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/92396 - DPF/FIG/PR, de 19/12/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: FTO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ Nº 21.925.809/0001-02

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 5840/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 181/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2020/26860 - DPF/CAC/PR, de 25/05/2020

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: ATHOS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 19.002.680/0001-00

1. Conheço do recurso;

2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 7155/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;

3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

Nº 350/2021 - REFERÊNCIA: Processo Punitivo Nº 2021/9269 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, de 11/02/2021

ASSUNTO: Recurso Administrativo

INTERESSADO: PROTEMINAS ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES ARMADOS LTDA - ME, CNPJ Nº 21.762.605/0001-90

1. Conheço do recurso;2. No mérito, nego-lhe provimento, mantendo incólume a portaria punitiva - penalidade aplicada de Cancelamento Punitivo, com fulcro no Parecer nº 7174/2021-DELP/CGCSP, cujas razões de fato e fundamento de direito adoto como parte integrante desta decisão;3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência à Recorrente.

CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DESPACHO Nº 1503/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: Amanda Hitomi Tanisue
Processo naturalizar-se: 235881.0000422/2019
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, pelo não cumprimento do requisito previsto no parágrafo único do Art. 70, da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 1504/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0000737/2020
Interessado: CHEIKH GAYE LO
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS N° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não reside no país por prazo indeterminado, nos termos do inciso II, do Art. 65 c/c Art. 221, do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 1505/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: DEBORA GESSIKA ADJOUAKI DEGNON SOSSAVI DOSSA
Processo: 235881.0000856/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria retro mencionada e Art. 40 da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 1506/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0000885/2020
Interessado: ADELKYS FELIPE FIGUEROA
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS N° 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não reside no país por prazo indeterminado, nos termos do inciso II, do Art. 65, da Lei 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 1507/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0000932/2020
Interessado: MAJDA SAIDI BARROSO
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido nos termos do Art. 40, da Lei 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento de exigências.

DESPACHO Nº 1508/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessada: VALENTIN PAUL
Processo naturalizar-se: 235881.0000980/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não reside no país por prazo indeterminado, nos termos do inciso II, do Art. 65 da Lei 13.445/2017 c/c Art. 221, do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 1509/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JAVIER HERNAN FERRARI
Processo naturalizar-se: 235881.0001078/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, prejudicado em face da perda de seu objeto, tendo em vista já ter sido concedida a naturalização ao interessado, por meio do processo nº 08280.008168/2020-28, incluído na Portaria nº 2.511, de 23 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 do mesmo mês e ano.

DESPACHO Nº 1510/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MUSTAFA MOHAMAD MOHAMAD KADHAR
Processo: 235881.0001882/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, extingue o processo, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do Art. 52 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 1511/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MUAADH MUTAHAR ALI AL YAMANI
Processo naturalizar-se nº: 235881.0002725/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido pelo não cumprimento do art. 70 da Lei 13.445/2017 combinado com o Parágrafo único do Art. 221 do Decreto 9.199/2017.

DESPACHO Nº 1512/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Nora Hermitas Segundo Castillo
Processo: 235881.0003575/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020, e Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

DESPACHO Nº 1513/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: Mohammed Shorif Ahmed
Processo: 235881.0010536/2020
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

DESPACHO Nº 1514/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0015112/2020
Interessado(a): MARIA POPA
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei 13.445/2017.

DESPACHO Nº 1515/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JEAN ABNER FLORESTAL
Processo: 235881.0029250/2021
A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do § 2º do art. 7, da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020, e Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.197, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.018106/1998-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:
REVOGAR o Decreto Presidencial de 22 de janeiro de 1999, publicado no dia 25 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de JUDE UCHE EGOMELE ou UCHE OKAFOR ou OKAFOR UCHE, de nacionalidade nigeriana, filho de Okafor Egomele e de Juliana Egomele, nascido na República Federal da Nigéria, em 6 de julho de 1964, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.198, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.000567/2018-36, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:
EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, NICOLAS ALBERTO OSSES SOTO, de nacionalidade chilena, filho de Orlando Antonio Osses Silva e de Laura Egidia Soto Alarcon, nascido em Santiago do Chile, República do Chile, em 6 de dezembro de 1982, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.199, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08704.005209/2017-09, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:
EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, GIRLIE SIPHOKAZI MOJAKI, de nacionalidade sul-africana, filha de Patricia Plaatjies, nascida em Eastern Cape, República da África do Sul, em 18 de agosto de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO SG Nº 14, DE 29 DE ABRIL DE 2021

ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO (CONDENAÇÃO TOTAL OU PARCIAL)
Processo nº 08700.000903/2018-42 (Apartado de acesso restrito nº 08700.000763/2018-11)
Representante: Cade ex-officio
Representado: Adolfo Luiz Soares
Advogados: Henrique Dias Carneiro, Joyce Ruiz Rodrigues Alves, Maria Tereza do Couto Perez Rufino e outros
Tendo em vista a Nota Técnica nº 54/2021/CGAA6/SGA2/SG/CADE, e com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 155, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se pela condenação do Representado Adolfo Luiz Soares, por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica, nos termos dos arts. 20, I a IV, e 21, I, III, VIII e X da Lei nº 8.884/1994, bem como art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d" e inciso VIII da Lei nº 12.529/2011. Ao Protocolo. Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 242, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Alteração no Plano de Manejo da Plano de Manejo da APA de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo. (Processo n° 02124.001923/2018-45)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 451 de 21 de setembro de 2020/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2020, resolve:
Art. 1º - Alterar o Plano de Manejo da APA de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo em relação a regra constante no item 4.1, alínea "c' do Plano de Manejo da APA:
Substituindo o atual texto:
"Não será necessária a autorização do ICMBio para empreendimentos ou atividades localizados integralmente na Zona Urbana da APA, conforme o zoneamento apresentado neste plano de manejo, exceto as atividades de construção ou a reforma de imóvel com mais de 450 m², para as quais serão exigidas a autorização do ICMBio para o licenciamento".

Pelo texto a seguir:
"Não será necessária a autorização do ICMBio para empreendimentos ou atividades localizados integralmente na Zona Urbana da APA, conforme o zoneamento apresentado neste plano de manejo".
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 634, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.001291/2011-41, resolve:

Art. 1º Definir em 3,72 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Areal, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.000141-4.01, com potência instalada de 5,14917 MW, de titularidade da empresa Iguaçu Minas Energética Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.493.603/0001-99, localizada no rio Bananal, município de Santa Rita do Jacutinga, estado de Minas Gerais.

§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Areal refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Areal poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.104, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 48500.001376/2021-60. Interessadas: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Ecoz Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: (i) conferir o Registro para Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Aporé, no trecho entre o canal de fuga da PCH Planalto e o remanso do reservatório da PCH Grande, integrante da sub-bacia 60, nos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul, cadastrado sob o CINV: INV.60.0012.01-6; e (ii) suspender os efeitos do Despacho nº 3.246, de 2016, no que se refere aos aproveitamentos hidrelétricos UHE Prata e PCH Aporé. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.196, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 48500.004951/2020-03. Interessado: Ventos de Santo Adalberto Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santo Adalberto 11 , EOL Ventos de Santo Adalberto 12, EOL Ventos de Santo Adalberto 13, EOL Ventos de Santo Adalberto 14 e EOL Ventos de Santo Adalberto 15, localizadas no município de Mirangaba, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.197, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 48500.001432/2021-66. Interessadas: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Pegoraro Energia Ltda. Decisão: (i) conferir o Registro para Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Jubinha, no trecho entre a nascente do rio Jubinha e o remanso do reservatório da PCH Jubinha III, localizado na sub-bacia 66 do estado de Mato Grosso, cadastrado sob o CINV: INV.66.0013.01-9; e (ii) informar que as interessadas têm o prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da publicação deste despacho, para a elaboração dos mencionados estudos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 29 DE ABRIL DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 30 de abril de 2021.

Nº 1.214. Processo nº: 48500.002360/2020-93. Interessados: EOL Potiguar B32 SPE S.A. Usina: EOL Potiguar B32. Unidades Geradoras: UG 2 a UG 8, de 3.465 kW cada, totalizando 24.255 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.215. Processo nº: 48500.003673/2019-25. Interessados: Serrote IV Geração de Energia Elétrica S.A. Usina: EOL Serrote IV. Unidades Geradoras: UG3 e UG4, de 4.200 kW cada, totalizando 8.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Trairi, estado do Ceará.

Nº 1.216. Processo nº: 48500.000558/2019-07. Interessados: Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A. Usina: EOL Ventos de São Januário 10. Unidade Geradora: UG10, de 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Campo Formoso, estado da Bahia.

Nº 1.217. Processo nº: 48500.003031/2016-83. Interessados: Aggreko Energia Locação de Geradores Ltda. Usina: UTE Tabatinga - CGA. Unidades Geradoras: UG1 a UG18, de 1.059 kW cada, totalizando 19.062 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

DESPACHOS DE 29 DE ABRIL DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 30 de abril de 2021.

Nº 1.218. Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Formigueiro Geração E Comercio de Energia Elétrica Ltda. Usina: CGH Formigueiro. Unidades Geradoras: UG1, de 1.750 kW de capacidade instalada, para fins de contabilização de sua energia, nos termos do §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013. Localização: Municípios de Boa Vista do Cadeado e Ijuí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 1.219. Processo nº: 48500.001060/2019-53 . Interessados: SPE Costa das Dunas Energia S.A. Usina: EOL Costa das Dunas. Unidades Geradoras: UG3, de 3.550,00 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Touros, no Estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.159, DE 26 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017; considerando o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; na Resolução Normativa - REN nº 699, de 26 de janeiro de 2016; e o que consta do Processo nº 48500.000660/2021-19, decide anuir previamente à celebração do Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado entre a Evrecy Participações Ltda (contratante) e a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (contratada), conforme proposta apresentada.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 1.203, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000020/2019-94, resolve por: negar provimento à reclamação da Brazil Transporte de Veículos Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.204, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000021/2019-39, resolve por: negar provimento à reclamação da Century de Investimentos Imobiliários Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.205, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000022/2019-83, resolve por: negar provimento à reclamação da Conflan Indústria Eireli, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.206, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000024/2019-72, resolve por: negar provimento à reclamação da Construtora Bracco Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.207, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000025/2019-17, resolve por: negar provimento à reclamação da Construtora Cronacon Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.208, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000026/2019-61, resolve por: negar provimento à reclamação da Engera Construtora Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.209, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.000028/2019-51, resolve por: negar provimento à reclamação da Bélgica Empreendimentos Imobiliários Ltda, ante a prescrição da devolução pretendida, nos termos do artigo 206, §3°, inciso IV, do Código Civil de 2002.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.210, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005593/2020-48, resolve por: (i) dar provimento à reclamação interposta pelo Sr. Ricardo Salvalaggio; (ii) determinar à Enel Distribuição Goiás cancelar a cobrança de recuperação de consumo em decorrência de suposta irregularidade referente ao Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI 205088; (iii) determinar à Enel Distribuição Goiás, caso o consumidor já tenha pago, total ou parcialmente, valores referentes à cobrança de recuperação de consumo em decorrência de suposta irregularidade referente ao Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI 205088, devolver os valores pagos, nos termos do art. 113 da REN nº 414/2010; (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado; e (v) encaminhar o presente caso à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para a avaliação das providências julgadas cabíveis.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.211, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo 48500.005413/2020-28, decide por conhecer do requerimento interposto pelos consumidores: (i) Espólio de Enoque Ribeiro de Carvalho, CPF nº 057.801.798-91, por meio do inventariante Francisco Ribeiro de Carvalho Neto, CPF nº 477.484.198-04, unidade consumidora nº 9201262, e (ii) Samuel Garcia Alonso, CPF nº 075.066.278-68, unidade consumidora nº 9201289, em face da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. sobre restituição de valores decorrentes de incorporação de redes particulares, e, no mérito, por extinguir e arquivar o Processo Administrativo nº 48500.005413/2020-28, após exaurido o prazo para interposição de recurso e na ausência de manifestação das partes, nos termos do previsto no art. 14, §1º, do Anexo, da Resolução Normativa nº 273/2007.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.212, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo 48500.005427/2020-41, decide por conhecer do requerimento interposto pelo consumidor Paulo Adriano Bialeski, CPF 018.704.951-36, em face da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. sobre restituição de valores empregados pelo consumidor nas obras de ligação da unidade consumidora nº 6/2150710-8, e, no mérito, por extinguir e arquivar o Processo Administrativo nº 48500.005427/2020-41, após exaurido o prazo para interposição de recurso e na ausência de manifestação das partes, nos termos do previsto no art. 14, §1º, do Anexo, da Resolução Normativa nº 273/2007.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.202, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 783, de 26 de setembro de 2017, e nº 803 de 23 de janeiro de 2018, e o que consta no Processo nº 48500.003900/2011-65, decide: homologar o 3º, 4º e 5º Termos Aditivos ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP (registrado como CCE nº 3082375316E/DRSP), celebrados entre a COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste (suprida) e a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (supridora), conforme condições detalhadas a seguir:

MÊS/ANO	MONTANTES DE ENERGIA (MWh)					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	8.317,02	42,83	441,18	454,41	468,04	482,09
Fevereiro	6.994,61	36,02				
Março	7.052,83	36,32				
Abril	6.745,10	34,74				
Maio	6.537,17	33,67				
Junho	6.063,11	31,23				
Julho	6.370,83	32,81				
Agosto	6.420,74	33,07				
Setembro	6.928,07	35,68				
Outubro	6.711,83	34,57				
Novembro	6.828,27	35,17				
Dezembro	8.200,58	42,23				
TOTAL	83.170,16	428,33				

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ UNIDADE AVANÇADA EM MACAPÁ/AP

DESPACHO
Relação nº 10/2021

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
858.037/2016-J.E. DE SOUSA SANTOS ME-OF. N°
858.070/2016-VALDERI ALENCAR LIMA-OF. N°
858.024/2018-JOSE EVERSON CARVALHO HOLANDA-OF. N°
858.025/2018-JOSE EVERSON CARVALHO HOLANDA-OF. N°
858.036/2019-RAIMUNDO TUPÃ DOS SANTOS DUARTE-OF. N°

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 40/2021

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.308/2015-VERISSIMO FILHOS EMPREENDIMENTOS LTDA- Registro de Licença N° 33/2016 - Vencimento em 23/12/2021

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO (*)
Relação nº 134/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito ou apresentar defesa (TAH)/prazo 10(dez) dias (178). 832772/2016 - Not Adm 267/2021 - R$ 8.466,49 - Espólio de Antônio Costa dos Santos: Maria de Fátima dos Santos, Lissandra Maria Pasinato dos Santos, Cristiane Aparecida Pasinato dos Santos, Marco Antônio Pasinato dos Santos e Rafael Costa dos Santos.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

(*) Republicada por ter saído com omissão no DOU de 29/04/2021, Seção 1, pág. 102.

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 2.968, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48064.890043/2021-96-SOLUCOES EXTRACAO E TERRAPLANAGEM LTDA (Documento SEI: 2451895)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.969, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870320/2021-64-carlosacomangmailcom (Documento SEI: 2451898)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.970, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803054/2021-03-DIEGO PATRIC CASTRO DE SOUZA (Documento SEI: 2451900)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.971, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820112/2021-23-PGC - GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI (Documento SEI: 2451905)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.972, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870321/2021-17-FERRO BAYA COMERCIO DE MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2451911)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.973, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830473/2021-78-SMM GRANITOS LTDA (Documento SEI: 2451913)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO
Relação nº 114/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2976/2021-840.179/2020-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

2978/2021-840.183/2020-BRITAX CONSTRUTORA LTDA-

2977/2021-840.180/2020-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-

2974/2021-840.036/2020-ARAUJO GALVÃO MINERAÇÃO EIRELI ME-

2979/2021-840.011/2021-LOURISMAR BARROS DE SIQUEIRA-

2981/2021-840.047/2021-RODRIGO CAVALCANTE LINS-

2980/2021-840.031/2021-ALFREDO CÉSAR VALE DE ARAÚJO-

2975/2021-840.038/2020-MINERAÇÃO VALE DO SOL LTDA ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2983/2021-840.171/2020-ROBSON ANTONIO GUIMARAES-

2982/2021-840.150/2020-MARCIO RIBEIRO DE ALMEIDA-

2984/2021-840.043/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-

JOTAVIO BORGES GOMES

Substituto

DESPACHO
Relação nº 199/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2986/2021-844.018/2021-JASMIN MANGANES LTDA-

2985/2021-844.008/2021-MURILO GENOVEZ DE OLIVEIRA LIMA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2987/2021-844.019/2021-SAULO QUINTELLA CAVALCANTI FILHO-

JOTAVIO BORGES GOMES

Substituto

DESPACHO
Relação nº 215/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2992/2021-826.359/2019-ROGERIO GALLINA-

2991/2021-826.101/2019-EDUARDO MACHADO MENTA-

2994/2021-826.287/2020-RTB GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA.-

2993/2021-826.267/2020-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2990/2021-826.132/2021-CMIX - MINERACAO LTDA-

2989/2021-826.044/2021-EXCOPAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2988/2021-826.002/2021-KLABIN S.A.-

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 224, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
1269253	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A	77.575.330/0001-30	UNIGEROL	48600.202463/2019-90	3927
1270925	PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.780.146/0001-58	PDV 2T	48600.200672/2021-13	6620
1272700	LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA	59.160.689/0001-64	DEITON NEW FORCE	48600.203848/2019-74	15075
1269079	ICONIC LUBRIFICANTES S.A.	05.524.572/0001-93	IPIRANGA ATF DEXRON III	48600.201154/2020-36	15705
1272026	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	TUTELA AUTO SUPREME	48600.200689/2021-71	16327
1271594	PETROX DISTRIBUIDORA LTDA	05.482.271/0001-44	TRANX 140	48600.204328/2019-89	16973
1269867	PETROX DISTRIBUIDORA LTDA	05.482.271/0001-44	TRANX 90	48600.204324/2019-09	16974
1266416	PAX LUBRIFICANTES LTDA	51.866.804/0001-09	EVORA MOTO PODIUM	48600.200800/2021-29	16979
1267309	PETROX DISTRIBUIDORA LTDA	05.482.271/0001-44	TRANX 80W	48600.204322/2019-10	17031
1272680	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	PETRONAS TUTELA 100	48600.200238/2018-38	19119
1273626	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	00.999.042/0001-88	NAVASYNT FG	48600.201006/2021-01	19150
1266496	COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S A	33.000.092/0038-50	MOBIL SUPER 2000 X3 SP	48600.200847/2021-92	20045
1266528	ZARABOXTER PARTICIPAÇÕES LTDA	29.575.252/0001-20	BOXTER OUTBOARD 2T	48600.200952/2021-21	20885
1267622	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	MOTORFIX ATF DVI	48600.201011/2021-13	20886
1270031	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	PROMAX DIESEL TURBO PLUS	48600.201030/2021-31	20887
1270919	TOTAL BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA	71.770.689/0001-81	TRANSELF NFX	48600.200571/2021-42	20888
1270939	ATRIA LUB COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES S.A	06.032.022/0001-10	LUST TURBO DIESEL	48600.200696/2021-72	20889
1270999	PDV BRASIL COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	04.780.146/0001-58	TRANSLUB EP PLUS SYNTHETIC 75W80	48600.201049/2021-88	20890
1271278	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA	43.054.261/0001-05	KRONES CELEROL L 7001	48600.201053/2021-46	20891
1271290	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA	43.054.261/0001-05	KRONES CELEROL L 7003	48600.201054/2021-91	20892
1271321	PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S A	03.613.421/0001-86	PETRONAS SYNTIUM 5000 XS	48600.201039/2021-42	20893
1271297	DISTRIBUIDORA SEXTANTE LTDA	04.176.770/0001-40	LIQUI MOLY MOTORBIKE 4T SYNTH 10W-50 STREET RACE	48600.203228/2020-79	20894
1271757	MENZOIL INDÚSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA	06.160.091/0001-09	RACE ONE GOLD SAE 5W20	48600.200722/2021-62	20895
1272573	GOLD INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS INDUSTRIAIS EIRELI - ME	23.342.706/0001-37	GOLD LUBRIFICANTES 2T	48600.200877/2021-07	20897
1272819	DUNAX LUBRIFICANTES LTDA	05.092.901/0009-21	DULUB SUPRA TECH 0W16	48600.201031/2021-86	20898
1273922	IMPERIUM LUB COMERCIO DE PECAS E LUBRIFICANTES LTDA	97.526.948/0001-17	IMPERIUM GEAR +	48600.200993/2021-18	20899
1275461	IMPERIUM LUB COMERCIO DE PECAS E LUBRIFICANTES LTDA	97.526.948/0001-17	IMPERIUM GEAR +	48600.200995/2021-15	20899

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 225, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.201849/2021-80, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Proquigel Química S/A, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 27.515.154/0011-44, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP n.º 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 451, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.201849/2021-80, , resolve:

1.Fica Proquigel Química S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 27.515.154/0011-44, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.20.29.27515154.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

RETIFICAÇÃO

No DESPACHO SDL-ANP Nº 442, de 28 de abril de 2021, publicada no DOU de 29/04/2021, Seção 1, página 103, onde se lê: "...Torna público a revogação das Autorizações ANP nº 316/2010 e 20/2011, que autorizam...", leia-se: "...Torna público a revogação das Autorizações ANP nº 316/2010, 20/2011 e 315/2010, que autorizam...".

DESPACHO SDL-ANP Nº 449, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e considerando o que consta nos Processos nº 48610.204614/2020-69 e 48610.210558/2020-00, torna sem efeito o Despacho SDL-ANP Nº 440 de 28 de abril de 2021, publicado no DOU de 29 de abril de 2021, reestabelecendo, desta forma, as Autorizações nº 561/2020, 941/2017 e 364/2016, que autorizam, respectivamente, a sociedade VETOR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.677.033/0005-55 e suas filiais inscritas nos CNPJs números 04.677.033/0004-74 e 04.667.033/0002-02 a exercerem a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 450, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, verificou-se que não houve o cumprimento da previsão legal inscrita no Art. 5º, inciso V desta Resolução, como constou do processo nº 48610.203775/2021-16. Deste modo, torna sem efeito as Autorizações SDL-ANP nº 221 e SDL-ANP nº 222, ambas de 27 de abril de 2021, publicadas em 28 de abril de 2021, com base no art. 53 da Lei 9.784, de 6 de agosto de 1997, ante a inexistência de licença de operação emitida regularmente por órgão ambiental competente.

CEZAR CARAM ISSA



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 819, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Exclui propostas do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.173, de 23 de novembro de 2020, que cancela propostas de recursos financeiros de Capital destinados à execução de obras de construção de UPA 24h e as propostas de recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Urgência e Emergência repassados aos Estados e Municípios;

Considerando o Parecer Técnico nº 275/2021 da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.112252/2012-53;

Considerando o Parecer Técnico nº 313/2021 da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.177233/2020-82;

Considerando o Parecer Técnico nº 318/2021 da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.105835/2013-17; e

Considerando o Parecer Técnico nº 338/2021 da Coordenação-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.170256/2020-66, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas, do Anexo da Portaria GM/MS nº 3.173, de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 224, de 24 de novembro de 2020, Seção 1, páginas 62, 63 e 64, as propostas relacionadas no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	PROGRAMA	TIPO	PROPONENTE	PORTE	PROPOSTA SISMOB/ FNS/MS UPA 24h	NUP/SEI	PORTARIA DE REF. INVEST. UPA 24h	VALOR DA PROPOSTA (R$)	VALOR REPASSADO (R$) UPA 24h	PROPOSTA FNS/MS EQUIPAMENTOS	PORTARIA DE REF. EQUIPAMENTOS	VALOR REPASSADO (R$) EQUIPAMENTOS
AL	Santana do Ipanema	2012 PAC2	ampliada	SMS	II	12250.916000/1120-01	25000.112252/2012-53	PORTARIA Nº 1.397/GM/MS, DE 4 DE JULHO DE 2012 PORTARIA Nº 2.679/GM/MS, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016	782.565,00	782.565,00	194330480001190 03	PORTARIA Nº 3.751/GM/MS, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019	696.875,00
RS	Frederico Westphalen	2009	nova	SMS	I	11708.221000/1100-01	25000.204808/2010-75	PORTARIA Nº 4.072/GM/MS, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010	1.400.000,00	1.400.000,00	11708.221000/1130-06	PORTARIA Nº 3.146/GM/MS, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 PORTARIA Nº 240/GM/MS, 14 DE FEVEREIRO DE 2014	592.540,01
SE	Itaporanga D'Ajuda	2013 PAC2	nova	SMS	I	11382.690000/1130-10	25000.119846/2013-76	PORTARIA Nº 1.580/GM/MS, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	2.200.000,00	1.980.000,00			
SP	Ribeirão Preto	2013 PAC2	ampliada	SMS	II	12885.763000/1130-01	25000.105835/2013-17	PORTARIA Nº 1.580/GM/MS, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	965.770,00	965.770,00			

PORTARIA GM/MS Nº 831, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Desabilita Município do recebimento de recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de Oficina Ortopédica, no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limite;

Considerando o Capítulo I, Anexo 1 do Anexo VI da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo IV, Seção III da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 4.045, de 27 de dezembro de 2018, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o Município a seguir descrito do recebimento de recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de Oficina Ortopédica:

UF	Município	Código IBGE	Componente	Objeto	Gestão	Nº Proposta FNS	Portaria de Habilitação	Valor da Proposta
MS	Dourados	500370	Oficina Ortopédica	Construção	Municipal	13896863000118003	Portaria nº 4.045/GM/MS, de 27/12/2018	R$ 723.000,00

Paragrafo único. A desabilitação se deu em razão do não atendimento de condicionantes ou exigências da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Art. 2º O ente federativo que teve sua proposta de Construção, Ampliação e/ou Reforma da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência desabilitada, conforme o art. 1º desta Portaria, e não executada no âmbito do programa, ou executada parcial ou totalmente em objeto diverso do originalmente pactuado, estará sujeito à devolução imediata dos recursos financeiros repassados para o respectivo Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao proponente para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 169, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marabá

CNPJ: 01.711.946/0001-29

Município/UF: Marabá/PA

Título do projeto: Olhar ao norte: ampliação de atendimento de reabilitação e habilitação de pessoas com deficiência na APAE de Marabá-PA

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)

Tipo de análise: Execução física

Período analisado: de 19/07/2019 à 31/12/2019

Processo NUP: 25000.019124/2018-27

Embasamento: Parecer de Mérito Nº 78/2021- CGSPD/DAET/SAES/MS (0019762177)

Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACSON VENANCIO DE BARROS

PORTARIA Nº 171, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Dá publicidade ao resultado de análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 50 do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.816, de 31 de maio de 2019, e alterado pelo Decreto nº 10.477, de 27 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União, de 28 de agosto de 2020; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

Razão Social: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro - Hospital Pequeno Príncipe.

CNPJ: 76.591.569/0001-30
Município/UF: Curitiba/PR
Título do projeto: INTEGRA_Atenção interdisciplinar à pessoa com deficiência.
Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS)
Tipo de análise: Execução Física.
Período analisado: de 17/10/2019 a 31/12/2019.
Processo NUP: 25000.187328/2016-28
Embasamento: PARECER DE MÉRITO Nº 88/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0019875740)
Resultado: APROVADO COM RESSALVAS.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACSON VENANCIO DE BARROS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 466, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Inclui medicamento pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 48/SCTIE/MS, de 16 outubro de 2019, que torna pública a decisão de incorporar a alfa-alglicosidase para a forma precoce da doença de Pompe, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;
Considerando a Portaria Conjunta nº 12/SAES/SCTIE, de 3 de agosto de 2020, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da doença de Pompe; e
Considerando a avaliação da Coordenação-Geral do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica do Departamento da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, constante do NUP-SEI 25000.047006/2021-12, resolve:
Art. 1º Fica incluído no grupo 06 - Medicamentos, subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, na forma de organização 24 - Enzimas da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, o medicamento a seguir especificado:

Procedimento:	06.04.24.010-4 ALFA-ALGLICONIDASE 50 mg PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL
Origem	
Instrumento de Registro	06 - APAC (Proc. Principal)
Modalidade	01 - Ambulatorial
Complexidade	AC - Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02 - Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	80
Sexo	Ambos
Idade Mínima	0 mês (es)
Idade Máxima	130 Anos
Valor Ambulatorial SA:	R$ 0,00
Valor Ambulatorial Total:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SP:	R$ 0,00
Valor Hospitalar SH:	R$ 0,00
Valor Hospitalar Total:	R$ 0,00
CID-10	E74.0
CBO	
Serviço/classificação	125 - Serviço de farmácia - 001 - Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Atributo Complementar	009 - Exige CNS, 014 - Admite APAC de Continuidade, 022 - Exige registro na APAC de dados complementares

Art. 2º Cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - CGSI/DRAC/SAES/MS, a adoção das providências necessárias no sentido de adequar o Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP) e o Repositório de Terminologias em Saúde (RTS), conforme disposições desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS, na competência seguinte à data de sua publicação.

SÉRGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 495, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Lorena, com sede em Lorena (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 323/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.109643/2012-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Lorena, CNPJ nº 51.779.304/0001-30, com sede em Lorena (SP).
Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 496, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, com sede em Ribeirão Claro (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 329/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182999/2020-89, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Claro, CNPJ nº 80.724.586/0001-76, com sede em Ribeirão Claro (PR).
Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 497, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Defere a Concessão do CEBAS do C.T.L.S.P - Centro de Tratamento Laura Saia Palombo, com sede em Itajubá (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 327/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.111575/2020-30, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, do C.T.L.S.P - Centro de Tratamento Laura Saia Palombo, CNPJ nº 10.635.949/0001-11, com sede em Itajubá (MG).
Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 498, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Combate ao Câncer Infanto Juvenil, com sede em Fortaleza (CE).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 331/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.152129/2020-85, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:
Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Associação de Combate ao Câncer Infanto Juvenil, CNPJ nº 02.943.482/0001-49, com sede em Fortaleza (CE).
Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 31 de outubro de 2020 a 30 de outubro de 2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 500, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Caridade de São João Nepomuceno, com sede em São João Nepomuceno (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;
Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;
Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e
Considerando o Parecer Técnico nº 330/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.160821/2020-87, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Caridade de São João Nepomuceno, CNPJ nº 24.802.225/0001-20, com sede em São João Nepomuceno (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de novembro de 2020 a 05 de novembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 505, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a seção IX, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 51/2021 - CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.060837/2021-71; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central Estadual de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação, de acordo com a complexidade tecnológica, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL D: 24.29

SÃO PAULO

I - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José Campos / Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos
II - CNPJ: 45.186.053/0001-87
III - CNES: 2748029
IV - endereço: Rua Dolzani Ricardo, nº 620, Bairro: Centro, São José dos Campos/SP, CEP: 12.210-110.

Art. 2º A classificação concedida para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 228 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terá validade pelo período de dois anos, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE

PORTARIA Nº 4, DE 28 DE ABRIL DE 2021

A Diretora do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde no uso de suas atribuições, conforme estabelecido no Art. 1º da Portaria nº 151/SAS/MS, de 25 de junho de 2003;

Considerando o disposto no Art. 3º da Portaria nº 168/ SAS/MS, de 21 de maio de 2001, que estabelece o cadastramento prévio de auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde junto ao DRAC/SAES/MS;

Considerando o Art. 23, da RN nº 358, datado de 27 de novembro de 2014, da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS;

Considerando o constante dos autos do processo nº 25000.058179/2021-58, resolve:

Art. 1º - Cadastrar os profissionais de saúde, como auditores das Operadoras de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionados:

Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda. - ANS nº 34.968-2

NOME	CPF	REGISTRO
Viviane dos Santos Couto Negrini	019.308.800-22	COREN - RS 000.566.899

Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - ANS 41.913-3

NOME	CPF	REGISTRO
João Vicente Teodoro Gomes da Silva	480.010.311-87	CRM - DF 011707

Centro Clínico Gaúcho Ltda. - ANS 39.280-4

NOME	CPF	REGISTRO
Debora Aparecida Chiamulera	022.336.779-60	COREN - RS 000.097.073
Nicole Martins Soares	026.023.730-28	COREN - RS 000.429.400

Art. 2º - Descadastrar o profissional de saúde, da atribuição de auditor da Operadora de Planos e Seguros de Saúde abaixo relacionado:

Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - ANS 41.913-3

NOME	CPF
Cláudia Ramos de Miranda	981.801.691-20

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA R. DA SILVEIRA BERNARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 51, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo - CD nº 353/2021, de 22 de abril de 2021, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Processo: 25351.711886/2018-07
Expediente do Recurso: 0742998/21-5
Data do Protocolo: 24/2/2021
Prazo máximo para decisão: 23/8/2021
Recorrente: FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - FUNED
CNPJ: 17.503.475/0001-01
Processo: 25351.323609/2016-71
Expediente do Recurso: 0625589/21-1
Data do Protocolo: 16/2/2021
Prazo máximo para decisão: 15/8/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo: 25351.546092/2020-72
Expediente do Recurso: 0866859/21-7
Data do Protocolo: 5/3/2021
Prazo máximo para decisão: 1/9/2021
Recorrente: CHEMICALTECH IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 03.959.540/0001-95
Processo: 25351.324928/2020-80
Expediente do Recurso: 1072298/21-0
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICO S.A
CNPJ: 60.659.463/0029-92
Processo: 25351.288492/2016-37
Expediente do Recurso: 4256884/20-3
Data do Protocolo: 2/12/2020
Prazo máximo para decisão: 31/5/2021
Recorrente: LABORATÓRIO VITALAB LTDA
CNPJ: 56.646.953/0001-86
Processo: 25351.000557/2003-42
Expediente do Recurso: 0773562/21-4
Data do Protocolo: 26/2/2021
Prazo máximo para decisão: 25/8/2021
Recorrente: CIPLA BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 18.268.051/0001-64
Processo: 25351.131906/2020-78
Expediente do Recurso: 0639215/21-1
Data do Protocolo: 17/2/2021
Prazo máximo para decisão: 16/8/2021
Recorrente: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Processo: 25351.714896/2020-19
Expediente do Recurso: 1052441/21-1
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão:14/9/2021
Recorrente: MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Processo: 25351.381375/2015-90
Expediente do Recurso: 4081908/20-6
Data do Protocolo: 19/11/2020
Prazo máximo para decisão: 18/5/2021
Recorrente: CIPLA BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 18.268.051/0001-64
Processo: 25351.336910/2017-73
Expediente do Recurso: 0722272/21-9
Data do Protocolo: 23/2/2021
Prazo máximo para decisão: 22/8/2021
Recorrente: MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Processo: 25351.391155/2015-27
Expediente do Recurso: 0066617/21-9
Data do Protocolo: 6/1/2021
Prazo máximo para decisão: 5/7/2021
Recorrente: UNO HEALTHCARE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 13.109.151/0001-24
Processo: 25351.354725/2013-34
Expediente do Recurso: 0069793/21-2
Data do Protocolo: 6/1/2021
Prazo máximo para decisão: 5/7/2021
Recorrente: FARMOQUÍMICA S/A
CNPJ: 33.349.473/0001-58
Processo: 25351.541135/2019-90
Expediente do Recurso: 0580816/21-4
Data do Protocolo: 12/2/2021
Prazo máximo para decisão: 11/8/2021
Recorrente: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA
CNPJ: 73.856.593/0001-66
Processo: 25351.434605/2007-26
Expediente do Recurso: 4623463/20-6
Data do Protocolo: 29/12/2020
Prazo máximo para decisão: 20/6/2021
Recorrente: BIOTEST FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 33.348.731/0001-81
Processo: 25351.844168/2018-16
Expediente do Recurso: 0937096/21-1
Data do Protocolo: 10/3/2021
Prazo máximo para decisão: 6/9/2021
Recorrente: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 30.222.814/0001-31
Processo: 25351.009022/2020-38
Expediente do Recurso: 4640946/20-1
Data do Protocolo: 30/12/2020
Prazo máximo para decisão: 28/6/2021
Recorrente: LABORATÓRIO VITALAB LTDA
CNPJ: 56.646.953/0001-86

Processo: 25351.000542/2003-84
Expediente do Recurso: 0581911/21-1
Data do Protocolo: 12/2/2021
Prazo máximo para decisão: 11/8/2021
Recorrente: TRB PHARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 61.455.192/0001-15
Processo: 25000.020815/93-54
Expediente do Recurso: 0726627/21-6
Data do Protocolo: 23/2/2021
Prazo máximo para decisão: 22/8/2021
Recorrente: DSP INDUSTRIAL EIRELLI
CNPJ: 03.960.018/0001-23
Processo: 25351.064247/2021-38
Expediente do Recurso: 1059306/21-3
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: SGS DO BRASIL LTDA
CNPJ: 33.182.809/0071-43
Processo: 25351.901067/2021-47
Expediente do Recurso: 1156081/21-1
Data do Protocolo: 25/3/2021
Prazo máximo para decisão: 21/9/2021
Recorrente: LMG LASERS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 09.089.140/0001-52
Processo: 25351.008013/2021-19
Expediente do Recurso: 1072654/21-1
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI
CNPJ: 24.586.988/0001-80
Processo: 25351.023177/2019-43
Expediente do Recurso: 1026178/21-5
Data do Protocolo: 16/3/2021
Prazo máximo para decisão: 12/9/2021
Recorrente: PANALPINA LTDA
CNPJ: 49.728.108/0023-08
Processo: 25351.728357/2019-15
Expediente do Recurso: 1010515/21-7
Data do Protocolo: 15/3/2021
Prazo máximo para decisão: 11/9/2021
Recorrente: AM COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
CNPJ: 38.267.542/0001-06
Processo: 25351.643351/2020-11
Expediente do Recurso: 0142417/21-1
Data do Protocolo: 12/1/2021
Prazo máximo para decisão: 11/7/2021
Recorrente: MEDTOOLS IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 13.315.214/0001-07
Processo: 25351.591241/2020-58
Expediente do Recurso: 0182509/21-7
Data do Protocolo: 14/1/2021
Prazo máximo para decisão: 13/7/2021
Recorrente: MASTERMEDIC COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 11.970.849/0001-04
Processo: 25351.854394/2021-01
Expediente do Recurso: 1298847/21-4
Data do Protocolo: 05/4/2021
Prazo máximo para decisão: 2/10/2021
Recorrente: IMPERIAL MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 26.892.455/0001-52
Processo: 25351.022305/2021-56
Expediente do Recurso: 0721724/21-3
Data do Protocolo: 23/2/2021
Prazo máximo para decisão: 22/8/2021
Recorrente: CRITÉRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MEDICINAIS E ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 08.444.319/0001-18
Processo: 25351.142696/2021-24
Expediente do Recurso: 1073877/21-1
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: FERRAZ E SAMPAIO DROGARIAS LTDA
CNPJ: 37.455.125/0001-16
Processo: 25351.166494/2021-78
Expediente do Recurso: 1136456/21-4
Data do Protocolo: 24/3/2021
Prazo máximo para decisão: 20/9/2021
Recorrente: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 61.072.393/0001-33
Processo: 25351.277921/2020-61
Expediente do Recurso: 0910606/21-8
Data do Protocolo: 8/3/2021
Prazo máximo para decisão: 4/9/2021
Recorrente: JOAO VITOR RAMALHO DE OLIVEIRA FARMACIA
CNPJ: 40.060.710/0001-21
Processo: 25351.070253/2021-24
Expediente do Recurso: 1166116/21-0
Data do Protocolo: 26/3/2021
Prazo máximo para decisão: 22/9/2021
Recorrente: DROGARIA SÃO MATHEUS DE FRIBURGO LTDA
CNPJ: 40.691.292/0001-70
Processo: 25351.171977/2021-94
Expediente do Recurso: 1103801/21-2
Data do Protocolo: 22/3/2021
Prazo máximo para decisão: 18/9/2021
Recorrente: MERCADOLIVRE.COM ATIVIDADES DE INTERNET LTDA
CNPJ: 03.361.252/0001-34
Processo: 25351.445412/2019-34
Expediente do Recurso: 0941024/21-4
Data do Protocolo: 10/3/2021
Prazo máximo para decisão: 6/9/2021
Recorrente: DENTAL FAMILIA ODONTOLOGICA COMERCIO ATACADISTA LTDA
CNPJ: 35.043.548/0001-01
Processo: 25351.056763/2020-16
Expediente do Recurso: 0819775/21-5
Data do Protocolo: 2/3/2021
Prazo máximo para decisão: 29/8/2021
Recorrente: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 06.106.005/0001-80
Processo: 25351.895131/2021-43
Expediente do Recurso: 0757357/21-1
Data do Protocolo: 25/2/2021
Prazo máximo para decisão: 24/8/2021
Recorrente: APOLO HOSPITALAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 13.917.345/0001-56
Processo: 25351.655537/2011-11
Expediente do Recurso: 0533506/21-2
Data do Protocolo: 9/2/2021
Prazo máximo para decisão: 8/8/2021
Recorrente: APOLO HOSPITALAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 13.917.345/0001-56
Processo: 25351.655537/2011-11
Expediente do Recurso: 0383798/21-3
Data do Protocolo: 29/1/2021
Prazo máximo para decisão: 28/7/2021
Recorrente: SALOMAO FARMA 2 DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
CNPJ: 39.270.917/0001-41
Processo: 25351.076242/2021-58
Expediente do Recurso: 1136452/21-1
Data do Protocolo: 24/3/2021
Prazo máximo para decisão: 20/9/2021
Recorrente: BIOH2 TRATAMENTO DE AGUAS LTDA
CNPJ: 08.611.628/0001-35
Processo: 25351.938139/2021-10
Expediente do Recurso: 0756235/21-9
Data do Protocolo: 25/2/2021
Prazo máximo para decisão: 24/8/2021
Recorrente: BERAMENDI INOVAÇÕES LTDA
CNPJ: 28.856.127/0001-26
Processo: 25351.466105/2020-21
Expediente do Recurso: 0246012/21-8
Data do Protocolo: 19/1/2021
Prazo máximo para decisão: 18/7/2021
Recorrente: MAFER EXPRESS EIRELI
CNPJ: 08.873.897/0001-70
Processo: 25351.059271/2020-74
Expediente do Recurso: 4228303/20-0
Data do Protocolo: 30/11/2020
Prazo máximo para decisão: 29/5/2021
Recorrente: MAXMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 37.504.088/0001-99
Processo: 25351.867130/2020-28
Expediente do Recurso: 0181310/21-0
Data do Protocolo: 14/1/2021
Prazo máximo para decisão: 13/7/2021
Recorrente: BLUE CYCLE & FISHING DISTRIBUIDORA S/A
CNPJ: 22.705.434/0001-20
Processo: 25351.219958/2021-56
Expediente do Recurso: 1232262/21-8
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo máximo para decisão: 27/9/2021
Recorrente: SAMUI TRADING EPP
CNPJ: 18.822.891/0001-27
Processo: 25351.657480/2020-88
Expediente do Recurso: 0823335/21-6
Data do Protocolo: 2/3/2021
Prazo máximo para decisão: 29/8/2021
Recorrente: LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A
CNPJ: 31.673.254/0001-02
Processo: 25351.226969/2021-92
Expediente do Recurso: 1256704/21-3
Data do Protocolo: 1/4/2021
Prazo máximo para decisão: 28/9/2021
Recorrente: DROGARIA AVIVAR LTDA
CNPJ: 39.327.956/0001-38
Processo: 25351.963920/2021-14
Expediente do Recurso: 0543482/21-9
Data do Protocolo: 10/2/2021
Prazo máximo para decisão: 9/8/2021
Recorrente: DISTRIFAR DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 10.686.816/0001-74
Processo: 25351.514750/2017-61
Expediente do Recurso: 4423972/20-4
Data do Protocolo: 14/12/2020
Prazo máximo para decisão: 12/6/2021
Recorrente: IRMÃOS MATTAR & CIA LTDA
CNPJ: 25.102.146/0101-31
Processo: 25351.758650/2020-41
Expediente do Recurso: 0515882/21-6
Data do Protocolo: 8/2/2021
Prazo máximo para decisão: 7/8/2021
Recorrente: C.D.S ARTEFATOS DE PLÁSTICOS E METÁLICOS LTDA
CNPJ: 67.065.110/0001-02
Processo: 25351.712278/2012-66
Expediente do Recurso: 0973853/21-2
Data do Protocolo: 12/3/2021
Prazo máximo para decisão: 8/9/2021
Recorrente: FORTALEZA QUIMICA COMERCIO LTDA
CNPJ: 35.566.588/0001-20
Processo: 25351.310334/2020-91
Expediente do Recurso: 0050185/21-7
Data do Protocolo: 5/1/2021
Prazo máximo para decisão: 4/7/2021
Recorrente: GAMMA CRUCIS COMERCIO ATACADISTA, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ: 23.864.965/0001-28
Processo: 25351.389582/2020-65
Expediente do Recurso: 0146028/21-0
Data do Protocolo: 12/1/2021
Prazo máximo para decisão: 11/7/2021
Recorrente: BLUE CYCLE & FISHING DISTRIBUIDORA S/A
CNPJ: 22.705.434/0001-20
Processo: 25351.219965/2021-58
Expediente do Recurso: 1232264/21-4
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo máximo para decisão: 27/9/2021
Recorrente: PHARMEDIC PHARMACEUTICALS, IMPORTACAO, EXPORTACAO, DISTRIBUICAO, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ: 07.453.785/0003-69
Processo: 25351.610655/2020-93
Expediente do Recurso: 1106396/21-9
Data do Protocolo: 22/3/2021
Prazo máximo para decisão: 18/9/2021
Recorrente: FARMACIA NOVA FARMA LTDA
CNPJ: 31.474.166/0001-73
Processo: 25351.054961/2014-99
Expediente do Recurso: 4482142/20-5
Data do Protocolo: 18/12/2020
Prazo máximo para decisão: 16/6/2021
Recorrente: MLJ DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 36.403.055/0001-90

Processo: 25351.440491/2020-21
Expediente do Recurso: 1050834/21-6
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: TRUST - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 07.426.908/0001-00
Processo: 25351.170511/2021-71
Expediente do Recurso: 1053557/21-8
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: SHIRAZ GARDEN FARMACIA LTDA
CNPJ: 38.288.925/0001-52
Processo: 25351.040441/2021-28
Expediente do Recurso: 0724209/21-2
Data do Protocolo: 23/2/2021
Prazo máximo para decisão: 22/8/2021
Recorrente: FLMED REPRESENTACAO E COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 18.441.619/0001-05
Processo: 25351.821230/2021-99
Expediente do Recurso: 1135927/21-9
Data do Protocolo: 24/3/2021
Prazo máximo para decisão: 20/9/2021
Recorrente: DIVCOM S.A.
CNPJ: 03.755.215/0001-00
Processo: 25351.225882/2020-17
Expediente do Recurso: 1070113/21-2
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: HI TECHNOLOGIES LTDA
CNPJ: 07.111.023/0001-12
Processo: 25351.850622/2021-65
Expediente do Recurso: 0942902/21-6
Data do Protocolo: 10/3/2021
Prazo máximo para decisão: 6/9/2021
Recorrente: ZION MEDPHARMA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRICO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 36.234.436/0001-92
Processo: 25351.365629/2020-03
Expediente do Recurso: 1136148/21-3
Data do Protocolo: 24/3/2021
Prazo máximo para decisão: 20/9/2021
Recorrente: BUILDING HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA
CNPJ: 22.577.162/0001-20
Processo: 25351.033928/2021-54
Expediente do Recurso: 1231853/21-1
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo máximo para decisão: 27/9/2021
Recorrente: ANOVA TRADE IMPORTACAO LTDA
CNPJ: 11.686.115/0001-06
Processo: 25351.072897/2020-76
Expediente do Recurso: 1240102/21-1
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo máximo para decisão: 27/9/2021
Recorrente: SUTURAS ONLINE INDÚSTRIA MATERIAIS CIRÚRGICOS EIRELI
CNPJ: 20.841.261/0001-41
Processo: 25351.324842/2020-57
Expediente do Recurso: 1038115/21-3
Data do Protocolo: 17/3/2021
Prazo máximo para decisão: 13/9/2021
Recorrente: TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 07.415.627/0001-52
Processo: 25351.324844/2020-46
Expediente do Recurso: 1025795/21-1
Data do Protocolo: 16/3/2021
Prazo máximo para decisão: 12/9/2021
Recorrente: SUTURAS ONLINE INDÚSTRIA MATERIAIS CIRÚRGICOS
CNPJ: 20.841.261/0001-41
Processo: 25351.316789/2020-11
Expediente do Recurso: 1038121/21-3
Data do Protocolo: 17/3/2021
Prazo máximo para decisão: 13/9/2021
Recorrente: CIMTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA
CNPJ: 11.134.261/0001-10
Processo: 25351.738855/2019-76
Expediente do Recurso: 1051498/21-0
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: SUTURAS ONLINE INDÚSTRIA MATERIAIS CIRÚRGICOS
CNPJ: 20.841.261/0001-41
Processo: 25351.324842/2020-57
Expediente do Recurso: 0986044/21-1
Data do Protocolo: 13/3/2021
Prazo máximo para decisão: 9/9/2021
Recorrente: RAPIDA INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 34.883.104/0001-03
Processo: 25351.000134/2021-12
Expediente do Recurso: 0919324/21-5
Data do Protocolo: 9/3/2021
Prazo máximo para decisão: 5/9/2021
Recorrente: CIMTECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
CNPJ: 11.134.261/0001-10
Processo: 25351.738855/2019-76
Expediente do Recurso: 0996645/21-7
Data do Protocolo: 14/3/2021
Prazo máximo para decisão: 10/9/2021
Recorrente: SUTURAS ONLINE INDÚSTRIA MATERIAIS CIRÚRGICOS
CNPJ: 20.841.261/0001-41
Processo: 25351.316789/2020-11
Expediente do Recurso: 0986196/21-5
Data do Protocolo: 13/3/2021
Prazo máximo para decisão: 9/9/2021
Recorrente: JP SUTURAS LTDA
CNPJ: 34.337.009/0001-04
Processo: 25351.125603/2021-05
Expediente do Recurso: 1069920/21-5
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: SINTEX MEDICAL IMPLANT BIOMEDICA COMERCIAL LTDA
CNPJ: 09.588.130/0001-61
Processo: 25351.491367/2020-23
Expediente do Recurso: 1243071/21-4
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo máximo para decisão: 27/9/2021
Recorrente: LUIZ GUILHERME SARTORI & CIA LTDA
CNPJ: 04.861.623/0001-00
Processo: 25351.491365/2020-34
Expediente do Recurso: 1238929/21-4
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo máximo para decisão: 27/9/2021
Recorrente: IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA
CNPJ: 12.255.403/0001-60
Processo: 25351.609749/2020-10
Expediente do Recurso: 1335715/21-5
Data do Protocolo: 7/4/2021
Prazo máximo para decisão: 4/10/2021
Recorrente: IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA
CNPJ: 12.255.403/0001-60
Processo: 25351.609750/2020-44
Expediente do Recurso: 1335282/21-1
Data do Protocolo: 7/4/2021
Prazo máximo para decisão: 4/10/2021
Recorrente: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Processo: 25351.574950/2020-79
Expediente do Recurso: 1267948/21-3
Data do Protocolo: 2/4/2021
Prazo máximo para decisão: 29/9/2021
Recorrente: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Processo: 25351.575183/2020-15
Expediente do Recurso: 1267951/21-4
Data do Protocolo: 2/4/2021
Prazo máximo para decisão: 29/9/2021
Recorrente: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Processo: 25351.575026/2020-18
Expediente do Recurso: 1267949/21-0
Data do Protocolo: 2/4/2021
Prazo máximo para decisão: 29/9/2021
Recorrente: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.041.933/0001-88
Processo: 25351.575138/2020-61
Expediente do Recurso: 1267947/21-7
Data do Protocolo: 2/4/2021
Prazo máximo para decisão: 29/9/2021
Recorrente: WEI MEI COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA
CNPJ: 35.779.538/0001-20
Processo: 25351.149879/2020-90
Expediente do Recurso: 3869256/20-6
Data do Protocolo: 4/11/2020
Prazo máximo para decisão: 3/5/2021
Recorrente: LUIZ GUILHERME SARTORI & CIA LTDA
CNPJ: 04.861.623/0001-00
Processo: 25351.491366/2020-89
Expediente do Recurso: 1255403/21-7
Data do Protocolo: 1/4/2021
Prazo máximo para decisão: 28/9/2021
Recorrente: DEALERMED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 23.371.771/0001-90
Processo: 25351.121356/2021-60
Expediente do Recurso: 1032889/21-7
Data do Protocolo: 17/3/2021
Prazo máximo para decisão: 13/9/2021
Recorrente: JP SUTURAS LTDA
CNPJ: 34.337.009/0001-04
Processo: 25351.125595/2021-99
Expediente do Recurso: 1069824/21-6
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: BIO BRASIL BIOTECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 10.942.372/0001-90
Processo: 25351.166518/2021-99
Expediente do Recurso: 1138013/21-8
Data do Protocolo: 24/3/2021
Prazo máximo para decisão: 20/9/2021
Recorrente: JP SUTURAS LTDA
CNPJ: 34.337.009/0001-04
Processo: 25351.125597/2021-88
Expediente do Recurso: 1069843/21-1
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: CONSULMAT PRODUTOS TECNICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 05.899.876/0001-35
Processo: 25351.380678/2020-68
Expediente do Recurso: 1024863/21-2
Data do Protocolo: 16/3/2021
Prazo máximo para decisão: 12/9/2021
Recorrente: GABISA MEDICAL INTERNATIONAL LTDA
CNPJ: 08.633.431/0001-05
Processo: 25351.459549/2020-18
Expediente do Recurso: 1124559/21-3
Data do Protocolo: 23/3/2021
Prazo máximo para decisão: 19/9/2021
Recorrente: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
CNPJ: 01.772.798/0001-52
Processo: 25351.035389/01-37
Expediente do Recurso: 0873676/21-1
Data do Protocolo: 5/3/2021
Prazo máximo para decisão: 1/9/2021
Recorrente: SYNTELLIX DO BRASIL EIRELI
CNPJ: 30.868.233/0001-71
Processo: 25351.086234/2020-39
Expediente do Recurso: 1072086/21-2
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: VISIONTECH MEDICAL OPTICS LTDA
CNPJ: 64.345.010/0001-41
Processo: 25351.211332/2004-09
Expediente do Recurso: 1116394/21-9
Data do Protocolo: 23/3/2021
Prazo máximo para decisão: 19/9/2021
Recorrente: MAXX QUIMICA E SISTEMAS DE LIMPEZA EIRELI
CNPJ: 12.320.177/0001-54
Processo: 25351.425638/2020-52
Expediente do Recurso: 1071325/21-3
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: BENEO LATINOAMERICA COORDENAÇÃO REGIONAL LTDA
CNPJ: 05.657.590/0001-43

Processo: 25351.139089/2019-62
Expediente do Recurso: 1056160/21-7
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: CONMED DO BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 23.351.545/0001-48
Processo: 25351.193161/2020-31
Expediente do Recurso: 1107971/21-7
Data do Protocolo: 22/3/2021
Prazo máximo para decisão: 18/9/2021
Recorrente: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo: 25351.324843/2020-00
Expediente do Recurso: 1071458/21-3
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo: 25351.324847/2020-80
Expediente do Recurso: 1070888/21-4
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: APLACOM - ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E COMERCIO LTDA
CNPJ: 55.078.364/0001-86
Processo: 25004.000136/00
Expediente do Recurso: 1056943/21-1
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: APLACOM - ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E COMERCIO LTDA
CNPJ: 55.078.364/0001-86
Processo: 25004.005354/99
Expediente do Recurso: 1057043/21-4
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo máximo para decisão: 14/9/2021
Recorrente: CONSULMAT PRODUTOS TECNICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 05.899.876/0001-35
Processo: 25351.380417/2020-48
Expediente do Recurso: 1024422/21-6
Data do Protocolo: 16/3/2021
Prazo máximo para decisão: 12/9/2021
Recorrente: BRASIL FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 17.522.266/0001-05
Processo: 25351.366432/2015-66
Expediente do Recurso: 1075652/21-9
Data do Protocolo: 19/3/2021
Prazo máximo para decisão: 15/9/2021
Recorrente: FELIPE AUGUSTO GOMES SALES
SIAPE: 15***11
Processo: 25351.931365/2018-66
Expediente do Recurso: 1235890
Data do Protocolo: 18/11/2020
Prazo máximo para decisão: 17/5/2021
Recorrente: CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA
CNPJ: 37.077.716/0001-05
Processo: 25351.928974/2020-52
Expediente do Recurso: 1367588
Data do Protocolo: 11/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 7/9/2021
Recorrente: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Processo: 25351.159773/2018-80
Expediente do Recurso: 1059867/21-4
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 14/9/2021
Recorrente: MJM PRODUTOS FARMACEUTICOS E DE RADIOPROTEÇÃO LTDA
CNPJ: 04.891.262/0001-44
Processo : 25351.160597/2017-07
Expediente do Recurso: 1036771/21-1
Data do Protocolo: 17/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 13/9/2021
Recorrente: APSEN FARMACEUTICA S/A
CNPJ: 62.462.015/0001-29
Processo: 25000.007263/96-78
Expediente do Recurso: 1361887/21-4
Data do Protocolo: 9/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 6/10/2021
Recorrente: IMEC - INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS CUSTÓDIA LTDA
CNPJ: 08.055.634/0001-53
Processo: 25000.032855/99-61
Expediente do Recurso: 1233399/21-7
Data do Protocolo: 31/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 27/9/2021
Recorrente: GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
CNPJ: 03.485.572/0001-04
Processo: 25351.222094/2002-97
Expediente do Recurso: 1341927/21-7
Data do Protocolo: 7/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 4/10/2021
Recorrente: DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
CNPJ: 33.112.665/0001-46
Processo: 25000.033989/96-11
Expediente do Recurso: 1318297/21-4
Data do Protocolo: 6/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 3/10/2021
Recorrente: EMS S/A
CNPJ: 57.507.378/0003-65
Processo : 25351.533538/2016-04
Expediente do Recurso: 1056587/21-1
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 14/9/2021
Recorrente: INPHARMA LABORATORIOS LTDA
CNPJ: 62.488.184/0001-38
Processo: 25351.029888/2005-26
Expediente do Recurso: 0094917/21-3
Data do Protocolo: 8/1/2021
Prazo Máximo para Decisão: 7/7/2021
Recorrente: EMS SIGMA PHARMA LTDA
CNPJ: 00.923.140/0001-31
Processo: 25351.159774/2018-24
Expediente do Recurso: 1060029/21-9
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 14/9/2021
Recorrente: LABORATORIO CATARINENSE LTDA
CNPJ: 84.684.620/0001-87
Processo: 25351.165531/2002-68
Expediente do Recurso: 1297509/21-8
Data do Protocolo: 5/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 2/10/2021
Recorrente: GERMED FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 45.992.062/0001-65
Nº do Processo: 25351.181799/2018-12
Expediente do Recurso: 1059724/21-9
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 14/9/2021
Recorrente: LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 05.044.984/0001-26
Processo: 25351.216892/2018-47
Expediente do Recurso: 1059940/21-3
Data do Protocolo: 18/3/2021
Prazo Máximo para Decisão: 14/9/2021
Recorrente: CEPALAB LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 02.248.312/0001-44
Processo: 25351.384218/2017-80
Expediente do Recurso: 0324347/21-9
Data do Protocolo: 25/1/2021
Prazo Máximo para Decisão: 24/7/2021
Recorrente: VANON DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA
CNPJ: 24.209.824/0001-34
Processo: 25351.130564/2018-54
Expediente do Recurso: 1429928/21-2
Data do Protocolo: 14/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 11/10/2021
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Processo: 25351.171000/2020-96
Expediente do Recurso: 1364031/21-3
Data do Protocolo: 9/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 6/10/2021
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Processo: 25351.171001/2020-31
Expediente do Recurso: 1364216/21-3
Data do Protocolo: 9/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 6/10/2021
Recorrente: KAUE ANASTACIO GONÇALVES
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Processo: 25351.171002/2020-85
Expediente do Recurso: 1364142/21-0
Data do Protocolo: 9/4/2021
Prazo Máximo para Decisão: 6/10/2021

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

1ª DIRETORIA

GERÊNCIA DE SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS E ÓRGÃOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.715, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 120, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições referentes a ensaios clínicos com produto de terapia avançada investigacional, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Nome da empresa solicitante: Wyeth Indústria Farmacêutica LTDA.
CNPJ: 61.072.393/0001-33
Número do processo: 25351.570662/2019-10
Expediente: 0770046/21-6
Assunto: Alteração que gera impacto na qualidade ou segurança de Produto de Terapia Avançada Investigacional Classe II
CE/Documento de importação: CE 0002/2020 GSTCO/DIRE1/Anvisa
Nome da empresa solicitante: Medpace do Brasil Pesquisa Clínica Ltda
CNPJ: 07.437.322/0001-41
Número do processo: 25351.732350/2018-17
Expediente: 0772595/21-7
Assunto: Alteração de Formulário de Apresentação de Ensaio Clínico
CE/Documento de importação: CE 2001/19

RESOLUÇÃO RE Nº 1.716, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Sangue, Tecidos, Células e Órgãos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 120, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº. 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 1.383, de 6 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2021, Seção 1, pág. 96, e deferir a retomada do ensaio clínico, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

ANEXO

Nome da empresa solicitante: Cellavita Pesquisas Científicas Ltda.
CNPJ: 21.604.144/0001-27
Número do processo: 25351.524382/2020-65
Expediente: 1828218/20-1
Título do Ensaio Clínico: "Avaliação da Segurança e Eficácia das Células-Tronco Mesenquimais NestaCell® no tratamento de pacientes hospitalizados infectados pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19). - HOPE"
CE/Documento de importação: CE 0004/2020 GSTCO/DIRE1/Anvisa

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.743, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 1.480, de 9 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 67, de 12 de abril de 2021, Seção 1, página 94, única e exclusivamente quanto à 10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico, do medicamento experimental VAC31518, da empresa JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87, processo nº 25351.074912/2021-00, expediente nº 1296422/21-1 .

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.752, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO
---
i3 latin america brasil serviços de pesquisa clínica ltda - 08.190.722/0001-68
RV521
45/2021
25351.592516/2020-71 2038385/20-1
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
VAC31518
68/2020
25351.382218/2021-55 1591055/21-5
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

RESOLUÇÃO RE Nº 1.753, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos por decurso de prazo (art. 36, RDC 09/2015), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

PAREXEL International Pesquisas Clínicas Ltda. - 04.611.797/0001-14
Imetelstat sódico
47/2021
25351.633930/2020-47 4370410/20-7
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.971958/2021-61 0381294/21-4
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 1.691 de 26 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 77, de 27 de abril de 2021, Seção 1, pág. 99, referente aos processos nº 25351.667123/2020-28

Onde se lê:

"PTC FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - 25.210.463/0001-09
Vatiquinona
44/2021
25351.667123/2020-28 4434272/20-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.704093/2020-48 4434272/20-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético"

Leia-se:

"PTC FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - 25.210.463/0001-09
Vatiquinona
44/2021
25351.667123/2020-28 4434272/20-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.704093/2020-48 4514088/20-0
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos"

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.772, DE 29 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: BIO PHARMUS LTDA-ME - CNPJ: 03.968.966/0001-05
Produto - Apresentação (Lote): VÁRIOS
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0834173/21-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Manipulação, Propaganda
Motivação: Publicidade, propaganda, promoção, anúncio de venda e comercialização de medicamentos manipulados em substituição a medicamentos industrializados, sejam de referência, genéricos ou similares, por meio do endereço eletrônico https://www.biomederi.com.br/, contrariando os arts. 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; considerando a vedação expressa nos itens 5.13 e 5.14 da resolução RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007. A medida se aplica a qualquer tipo de mídia, inclusive loja física, da empresa BIO PHARMUS LTDA (CNPJ: 03.968.966/0001-05).
.....
2. Empresa: FLORA NATIVA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 22.455.731/0001-64
Produto - Apresentação (Lote): GOJI BERRY FLORA NATIVA (TODOS); CENTELLA ASIÁRIA FLORA NATIVA (TODOS); KAWA-KAWA FLORA NATIVA (TODOS); CASTANHA DA INDIA FLORA NATIVA (TODOS); VALERIANA FLORA NATIVA (TODOS); GINKGO BILOBA FLORA NATIVA (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1596447/21-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização, por meio do site http;//acicmarket.com.br, de produtos fabricados pela empresa Flora Nativa do Brasil Ltda ME (CNPJ: 22.455.731/0001-64) como sendo da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), sem que estejam inscritos na Farmacopeia Chinesa, em descumprimento ao artigo 4º da RDC nº 21/2014, se caracterizando como medicamentos fitoterápicos, produtos fitoterápicos tradicionais ou medicamentos específicos sem registro ou notificação na Anvisa, descumprindo assim os artigos 2º, 12 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os produtos da marca Flora Nativa do Brasil anunciados como da Medicina Tradional Chinesa, bem como se aplicam a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Nos termos do § 1º, do art. 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o consignado no § 2º, do art. 20, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, CONHEÇO do pedido de revisão proposto pelo proponente, o Sr. HENRIQUE ROSCOE CORREA PINTO, CPF 858.XXX.XXX-87, nos autos do Processo nº 01400.029929/2011-31, e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a reprovação da prestação de contas do projeto cultural, com base na Nota Técnica nº 15/2021/COAOB/CGARE/DFIND/SEFIC/SECULT, da Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura; no Parecer nº 0125/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU e no Despacho nº 00299/2021/CONJUR-MTUR/CGU/AGU, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Turismo.

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO
Ministro de Estado

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 236, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
200228 - REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS
ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS MUNICIPAIS DE VERANOPOLIS
CNPJ/CPF: 90.898.594/0001-92
Cidade: Veranópolis - RS;
Valor Complementado: R$ 300,00
Valor total atual: R$ 195.500,00

PORTARIA N.º 238, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204002 - Plano Anual de Atividades da Aliança Francesa Florianópolis 2021
Associação de Cultura Franco Brasileira
CNPJ/CPF: 82.518.762/0001-49
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 3.379,20
Valor total atual: R$ 522.297,60

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177583 - Projeto Douradinho Paranapanema_Paranaíba
TM Cascabulho - Editora ME
CNPJ/CPF: 07.635.383/0001-13
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Reduzido: R$ 3,97
Valor total atual: R$ 880.270,87

193186 - MudaMundo 2020
Ostermann & Ostermann Ltda.
CNPJ/CPF: 72.228.877/0001-45
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 52.236,80
Valor total atual: R$ 947.430,97

193395 - Caravana de Lendas do Tocantins
Irma Cristina Silva Galhardo
CNPJ/CPF: 440.405.201-49
Cidade: Palmas - TO;
Valor Reduzido: R$ 628.296,36
Valor total atual: R$ 218.719,12

202724 - LIVRO HISTÓRICO O MOVIMENTO ESCOTEIRO CATARINENSE
JAMIL ANTONIO DIAS ME
CNPJ/CPF: 14.500.374/0001-80
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 5.209,60
Valor total atual: R$ 284.697,60

203030 - CONTOS LOCAIS ANO IV
MC PRODUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 07.561.663/0001-24
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Reduzido: R$ 43.758,00
Valor total atual: R$ 334.026,00

203381 - Paraísos Naturais do Rio Grande do Sul
CLAUDIO ANTONIO ZAGONEL NETO
CNPJ/CPF: 926.265.300-00
Cidade: Lajeado - RS;
Valor Reduzido: R$ 4.412,88
Valor total atual: R$ 51.351,84

203493 - Livro - Como Ela Faz?
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 55.957,04
Valor total atual: R$ 144.038,80

203831 - LIVROS, VERSOS E PALAVRAS: arte, cultura e incentivo a leitura no alto vale do Rio do Peixe
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ/CPF: 78.497.005/0001-69
Cidade: Rio das Antas - SC;
Valor Reduzido: R$ 2.520,00
Valor total atual: R$ 115.038,00

203928 - Edição de livro de história da Paróquia Sagrada Família de Caxias do Sul-RS
ELTON MARCELO ARISTIDES
CNPJ/CPF: 007.727.570-54
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Reduzido: R$ 2.153,25
Valor total atual: R$ 129.514,00

204210 - Tratado Zeraim (Título Provisório)
ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL MAKOM
CNPJ/CPF: 13.627.196/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 27.239,10
Valor total atual: R$ 972.721,23

204241 - Uma Pausa em Pleno Voo
R. C. S. BEZERRA PRODUCOES CRIATIVAS, ARTISTICAS E CULTURAIS EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 16.872.792/0001-24
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 34.708,73
Valor total atual: R$ 229.527,20

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204580 - Plano Anual Museu do Samba 2021
Museu do Samba
CNPJ/CPF: 04.248.634/0001-19
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 4.075,13
Valor total atual: R$ 1.109.275,00

PORTARIA N.º 235, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204817 - ROCK SHOW BIS
Seta Produções LTDA
CNPJ/CPF: 10.992.843/0001-75
Processo: 01400004808202078
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.170.344,00
Prazo de Captação: 30/04/2021 à 10/12/2021
Resumo do Projeto: Pretende-se apresentar em São Paulo o espetáculo musical ROCK SHOW, o qual resgata a história do Rock'n Roll de uma forma irreverente e marcante, mostrando através do teatro este gênero musical universal que até hoje dita comportamentos e influencia gerações. Além disso vamos fornecer como contra-partida social masterclass sobre áreas da produção com os profissionais responsáveis por essas atuações no projeto. Prevemos também grande inclusão para o projeto.

204818 - Mulher armada, homem dormindo
ANA LUISA HARTMANN HILGERT
CNPJ/CPF: 28.708.301/0001-93
Processo: 01400004809202012
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.730,00
Prazo de Captação: 30/04/2021 à 10/11/2021
Resumo do Projeto: Apresentações do texto argentino do dramaturgo e diretor Martin Flores Cárdenas. Traremos a fusão da linguagem argentina e brasileira com jogo cênico e musicalidade. Criação de um espetáculo instigante e reflexivo sobre as polaridades Mulher - Homem, revelando disputas irreconciliáveis de poder. Além do produto principal, que são as apresentações teatrais, traremos para público de escola da rede pública debatespor videoconferência com convidados argentinos e brasileiros a fim de estimular o intercâmbio cultural e as formas de criar e fazer destes dois países.

204830 - PROJETO VIDA NAS TEIAS DA CULTURA
Instituto Teias da Juventude
CNPJ/CPF: 18.601.075/0001-93
Processo: 01400004821202027
Cidade: Sobral - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.274.550,49
Prazo de Captação: 30/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O Projeto consiste em estimular a produção cultural e a valorização das potencialidades artísticas e culturais locais, evidenciando as comunidades como espaços produtores de arte e cultura. Ao longode sua execução será oportunizada a iniciação à formação artística, por meio de ações culturais nas modalidades de dança, música e teatro. Será fomentada a troca de experiências, culturas e saberes por meio dos Intercâmbios Culturais e Encontros de Formação e Arte com o público beneficiário. Ressaltamos que todas as ações desenvolvidas serão inteiramente gratuitas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204815 - PROJETO SEM MUROS
LUCAS NOUALS ORDONEZ HYARUP
CNPJ/CPF: 009.019.759-31
Processo: 01400004806202089
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.056,00
Prazo de Captação: 30/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O Projeto Sem Muros consiste em produzir Murais (Grafites) em locais abertos ao público, com intuito de aproximar a população ao processo de desenvolvimento artístico das obras, democratizando a história da evolução artística urbana no brasil, através de uma palestra gratuita sobre Arte Urbana (A história do Grafite e sua influência na sociedade brasileira), voltada para alunos e professores da rede pública de ensino, valorizando assim a disseminação cultural e artística na comunidade.

204816 - ADRO CULTURAL
ASSOCIACAO DOS ARTISTAS DE SAO JOAO DEL REI MG
CNPJ/CPF: 28.366.964/0001-77
Processo: 01400004807202023
Cidade: São João del Rei - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.088,46
Prazo de Captação: 30/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Num casarão neoclássico de 1908, totalmente restaurado no centro histórico de São João del-Rei, o projeto ADRO CULTURAL é uma iniciativa transdisciplinar que implementará o Plano Anual de Atividades da ADRO galeria com exposições de artes visuais, ciclos de debates, leituras dramáticas, apresentações musicais e literárias, cinema e residência artística, além de estabelecer programa de ação cultural em parceria com as escolas públicas da cidade.

204821 - EXPOSIÇÃO LUIZ ZERBINI em Portugal
DAS LIMA PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.561.876/0001-68
Processo: 01400004812202036
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.133.872,80
Prazo de Captação: 30/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo realizar uma exposição individual do artista plástico Luiz Zerbini no Centro Cultural Belém, em Lisboa, Portugal. A mostra vai apresentar pela primeira vez ao público português um grupo significativo de obras produzidas pelo artista nas últimas décadas.Será produzido um vídeo (mini-doc) com o processo de criação do artsta. Serão realizadas pelo artista e pelo curador Frederico Coelho,no Rio de Janeiro, como contrapartidas socias.Será produzido um catálogo virtual da exposição para download gratuito.

PORTARIA Nº 237, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
202599 - Rodeio Cultural de Rolante
VH - PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.923.695/0001-22
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 43-E, DE 27 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a seguinte Deliberação de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação
se encerra em 31/12/2024.
21-0031 FOGO NO CEU
Processo: 01416.011881/2020-27
Proponente: ANIMAL FILMES PRODUÇÕES ENTRETENIMENTOS LTDA-ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 24.524.666/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.267.500,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.204.125,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 791, realizada em 21/04/2021
Art. 2º A Deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 203, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 26, inciso XIII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o constante do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.006156/2021-81, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPU nº 591, de 27 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° .....

§ 4º Os períodos a que se refere o caput podem ser fracionados em etapas não inferiores a 10 (dez) dias, considerando o saldo do respectivo exercício.

Art. 6° .....

§ 6º Na hipótese de sobrestamento de férias, aplicam-se os §§ 3º, 4º e 5º. [...]".

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

PORTARIA PGR/MPF Nº 221, DE 29 DE ABRIL DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no exercício das competências conferidas pelos arts. 49, inciso XX, e 82 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o teor da Portaria PGR/MPU nº 8, de 27 de janeiro de 2021, considerando o teor da Portaria STN/ME nº 660, de 22 de janeiro de 2021, considerando o disposto no art. 15, § 4º, do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1, de 2014, e nos arts. 19, 20 e 22, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os efeitos da Portaria PGR/MPF nº 755, de 18 de dezembro de 2020, publicada no D.O.U., Seção 1, pág. 370, de 21 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 276, DE 16 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução nº 205, de 25 de setembro de 2015, que dispõe sobre a implantação da Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Processo Tabularium nº 08191.030514/2021-34, e de acordo com a deliberação ocorrida na 299ª Sessão Ordinária, realizada em 16 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 205, de 25 de setembro de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 48-A. A designação para substituição simples em ofício com atribuições de Núcleos ou Grupos de Atuação, inclusive Promotoria de Apoio Operacional, observará regramento próprio previsto neste artigo.

Parágrafo único. A designação prevista no caput será realizada diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça e poderá recair sobre qualquer membro, ainda que não seja titular de Promotoria de Justiça de Apoio Operacional." (NR)

Art. 2º Revogam-se:

I - o caput e os incisos I a V do artigo 42 da Resolução nº 205, de 25 de setembro de 2015;

II - o caput, os incisos I a III e o parágrafo único do artigo 43 da Resolução nº 205, de 25 de setembro de 2015;

III - o parágrafo único do artigo 29-A da Resolução 90, de 14 de setembro de 2009.

Art. 3º Os §§ 1º e 2º do artigo 42 da Resolução nº 205, de 25 de setembro de 2015, serão renumerados da seguinte forma:

"Art. 42. Não fará jus à percepção da gratificação o Vice-Procurador-Geral de Justiça pelo exercício das funções típicas afetas ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 42-A A convocação de Promotor de Justiça para substituição simples em Procuradoria de Justiça não importará em acumulação de ofícios." NR

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

SELMA SAUERBRONN
Vice-Procuradora-Geral de Justiça
Conselheira-Relatora

ARINDA FERNANDES
Procuradora de Justiça
Conselheira-Secretária

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 13, DE 20 DE ABRIL DE 2021
(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 12, referente à sessão telepresencial realizada em 14 de abril de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-011.030/2009-1 e TC-019.363/2020-6, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-001.435/2021-3 e TC-033.616/2020-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-037.761/2019-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

TC-001.792/2020-2 e TC-039.546/2020-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-011.514/2020-5 e TC-022.605/2020-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 868 a 892.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 893 a 920, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-012.842/2013-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foi adiada para a sessão do Plenário de 26 de maio de 2021, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-001.113/2015-1, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Ana Cristina Fecuri produziu sustentação oral em nome de Portofer Transporte Ferroviário Ltda. Acórdão nº 893.

Na apreciação do processo TC-034.830/2015-4, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Sr. Walber Coelho de Almeida Rodrigues produziu sustentação oral em seu próprio nome. Acórdão nº 894.

Na apreciação do processo TC-016.431/2015-4, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Valdez Adriani Farias produziu sustentação oral em nome de Nilton Bezerra Guedes. Acórdão nº 895.

Na apreciação do processo TC-020.353/2020-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, os Drs. Ivan da Silva Teixeira e Rafael Barcelos de Mello não compareceram para produzir a sustentação oral que haviam requerido em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Acórdão nº 896.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 868/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237, inciso VII, do Regimento Interno e 103, §1°, e 105 da Resolução 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer da representação, determinar o seu arquivamento, e em dar conhecimento ao representante do teor deste acórdão.

1. Processo TC-012.519/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 869/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer as seguintes determinações e/ou ordenar a adoção das seguintes medidas e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.272/2020-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Niva Tecnologia da Informação Ltda (09.053.350/0001-90)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Luiz Antonio Ferreira Bezerril Beltrão (19.773/OAB-DF) e outros, representando Niva Tecnologia da Informação Ltda; Alexandre Uellner e Silva (50878/OAB-RS) e outros, representando L8 Service Providers Redes e Energia S/A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 2/2020 (Pregão Eletrônico 2/2020 (processo administrativo 23249.088197/2019-10), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) exigência, sem justificativa expressa, pública e que denote sua imprescindibilidade, contida no subitem 9.1.6 do Edital, requerendo da licitante declaração do fabricante da solução de videomonitoramento e controle de acesso, comprovando que está apta para fornecer, instalar, prestar suporte e garantia a seus produtos, pode ter caráter restritivo à competitividade do certame e não encontrar amparo no rol taxativo de documentos exigidos pelo art. 30 da Lei. 8.666, de 21 de junho de 1993, e art. 40 do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como na jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão 2613/2018-Plenário; Acórdão 3783/2013-1ª Câmara; Acórdão 1805/2015-Plenário; Acórdão 1881/2015-Plenário; Acórdão 2301/2018-Plenário; Acórdão 926/2017-Plenário).

ACÓRDÃO Nº 870/2021 - TCU - Plenário

Considerando que a recorrente não figura nos autos como responsável nem como interessada, de modo que não é considerada como parte no processo e, sendo assim, não pode praticar atos processuais (arts. 144, §§1º e 2º, e 145, caput, do Regimento Interno/TCU);

Considerando que, nos termos do art. 282 do Regimento Interno/TCU, "cabe ao interessado demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo, nos termos do § 1º do art. 146, devendo a questão ser avaliada no juízo de admissibilidade";

Considerando que a interessada não demonstrou em seu pedido, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir no processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do pedido de reexame interposto por Zetrasoft Ltda., em razão da ausência de legitimidade recursal, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 e arts. 146 e 282 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos; em dar ciência desta decisão à recorrente e em arquivar o processo.

1. Processo TC-036.978/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Zetrasoft Ltda. (03.881.239/0001-06)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Moises do Monte Santos e outros, representando Zetrasoft Ltda.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 871/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, além do art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 17), em conhecer da Representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar ante a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-011.727/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Gustavo Franklin Figueredo Tenorio (171.405/OAB-RJ) e outros, representando Ferlim Serviços Técnicos Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação ao Centro de Aquisições Específicas - Comando da Aeronáutica e ao representante;
1.6.2. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 872/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII e 250, V, do Regimento Interno/TCU, do Regimento Interno deste Tribunal, além no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e ainda, em consonância com a proposta da unidade técnica (peça 23), em, conhecer da representação, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção; autorizar a oitiva do Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - HUPAA/UFAL, para que, no prazo de quinze dias se pronuncie quanto aos pontos relativos ao Pregão Eletrônico 73/2020, descritos no subitem 23.3 da proposta de encaminhamento (peça 23); autorizar a oitiva da sociedade empresária Diplomata Terceirização em Geral Eireli (CNPJ 04.803.820/0001-72), para, no prazo de quinze dias, manifeste-se, caso queira, sobre os fatos constantes na peça 1 desta representação, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução da unidade técnica (peça 23), ao Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - HUPAA/UFAL, e à sociedade empresarial Diplomata Terceirização em Geral Eireli (CNPJ 04.803.820/0001-72).

1. Processo TC-012.347/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Ufal - Ebserh
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal:
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 873/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, parágrafo único e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação a Universidade Federal do Ceará (UFC) e ao representante.

1. Processo TC-012.355/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Eduardo Cantelli Rocca (237.805/OAB-SP) e outros, representando Associacao Brasileira de Normas Tecnicas Abnt.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 874/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de denúncia acerca de possíveis irregularidades ocorridas em agências da Caixa Econômica Federal (Caixa) no estado de Goiás;

Considerando que suspeitas de irregularidade alicerçadas em afirmações genéricas não satisfazem a exigência de "suficientes indícios da suposta irregularidade" a que alude o art. 103 da Resolução TCU 259/2014, como requisito de admissibilidade do processo de denúncia;

Considerando que a denúncia não veio acompanhada de indício concernente à irregularidade noticiada;

Considerando que, nos termos da Resolução-TCU 292/2018, que alterou a Resolução-TCU 259/2014, a fim de resguardar o sigilo e a proteção do denunciante, o documento original da denúncia, bem como qualquer outro documento no qual conste sua identificação, serão juntados ao processo como peças sigilosas, classificadas quanto à confidencialidade como informação pessoal, à luz da Lei 12.527/2011;

Considerando, ainda, que a reclassificação do processo de denúncia como público, após a decisão definitiva, não alcança as peças que contenham a identificação do denunciante, as quais permanecem classificadas como informação pessoal e delas não se concederá vista ou cópia durante o prazo de vigência da restrição, salvo nas hipóteses legais;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014; levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada da instrução (peça 11), ao(à) denunciante, à Caixa Econômica Federal e ao Banco Central do Brasil; e arquivar os autos.

1. Processo TC-033.078/2020-3 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 875/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se do monitoramento da determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão 136/2021-TCU-Plenário, decisão prolatada no processo de representação TC 021.020/2020-5, em que o Tribunal considerou procedente a alegação acerca de irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 12/2019, promovido pela 21ª Companhia de Engenharia de Construção do Comando Militar da Amazônia, tendo como objeto a aquisição de combustíveis,

Considerando que, por meio da decisão supramencionada, o TCU assinou prazo para que a unidade jurisdicionada adotasse as providências necessárias no sentido de anular as atas de registro de preços firmadas com a sociedade empresária Rio Negro Distribuidora de Petróleo Ltda., (32.682.326/0001-32), antiga Ecali Distribuidora de Petróleo Ltda., e da sociedade empresária Empreendimentos Fortaleza Eireli (11.793.272/0001-02), uma vez que as referidas empresas não possuem a Autorização para o Exercício da Atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica, outorgada pela Agência Nacional de Petróleo, prevista na Resolução ANP 58/2014, expedida com supedâneo nas Leis 9.478/1997 e 9.847/1999;

Considerando que, em 16/3/2021, foi publicado no Diário Oficial da União o aviso de anulação das atas de registro de preços decorrentes do Pregão Eletrônico 12/2019;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar atendidas as medidas determinadas no subitem 9.2 do Acórdão 136/2021-TCU-Plenário, e adotar as medidas constantes do subitem 1.5 a seguir.

1. Processo TC-009.083/2021-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhada da instrução (peça 23), à 21ª Companhia de Engenharia de Construção do Comando Militar da Amazônia;
1.5.2. apensar estes autos ao processo originador TC 021.020/2020-5, nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 876/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de monitoramento das determinações exaradas por este tribunal por meio do Acórdão 586/2018-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 012.559/2017-2, em que se realizou auditoria de conformidade, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), com o objetivo de verificar a gestão dos recursos públicos federais e estaduais destinados ao transporte escolar nos municípios de Boa Viagem/CE e Marco/CE, com recursos originários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), e do Programa Estadual de Apoio ao Ensino Médio do Governo do Estado do Ceará;

Considerando que, por meio do Acórdão 3.081/2019-TCU-Plenário (peça 20), foram acolhidas as providências adotadas pelo FNDE concernentes ao item 9.1.2 do acórdão monitorado, relativas ao Município de Marco/CE, e rejeitadas as providências concernentes ao item 9.1.1, relativas ao Município de Boa Viagem/CE, e que, nesse sentido, foi determinado ao FNDE que apurasse, "no âmbito do processo de prestação de contas do Pnate, exercício de 2017, da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, as exatas despesas custeadas pelos recursos do Pnate, transferidos ao Município no referido exercício, e, na sequência, adote medidas no contexto do referido processo quanto ao cumprimento da determinação exarada no item 9.1, subitem 9.1.1 do Acórdão 586/2018-TCU-Plenário, informando ao Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, as providências adotadas";

Considerando o parecer da Secretaria de Controle Externo da Educação (peça 43) pelo não atendimento da determinação do Acórdão 3.081/2019-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em adotar as medidas acessórias constantes do subitem 1.6 a seguir, e em:

considerar não cumprido o item 1.6 do Acórdão 3.081/2019-TCU-Plenário, que determinou ao FNDE a adoção de medidas concernentes ao cumprimento da determinação exarada no item 9.1, subitem 9.1.1 do Acórdão 586/2018-TCU-Plenário;

fixar o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias ao FNDE para que promova o cumprimento da deliberação contida no item 1.6 do Acórdão 3081/2019-TCU-Plenário;

considerar não mais aplicável a deliberação referente ao subitem 9.1.2 do Acórdão 586/2018-Plenário.

1. Processo TC-027.669/2018-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Boa Viagem - CE; Prefeitura Municipal de Marco - CE
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado da instrução (peça 43, ao FNDE;
1.6.2. Informar ao FNDE que um novo descumprimento da diligência ou da decisão ora monitorada no prazo fixado, sem motivo justificado, sujeitará os responsáveis à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 877/2021 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação acerca de possíveis irregularidades na Concorrência 7/2020, promovida pelo Serviço Social do Transporte (Sest) com vistas a contratar empresa especializada em engenharia para execução de pintura da unidade, substituição e impermeabilização de calhas na Unidade B 86 (Foz do Iguaçu/PR);

Considerando que as alegações do representante já estão sendo tratadas no processo de representação TC 006.709/2021-4, cuja peça inicial é cópia da peça inicial deste processo, e que aquele se encontra em fase processual mais avançada, tendo a unidade instrutora já concluído a etapa de instrução e submetido o processo ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, sorteado para relatar o feito;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão de medida cautelar, nos termos da análise empreendida na peça 14;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, arts. 143, inciso III, 169, III e IV, 235 c/c o art. 237, VII, todos do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação, apensar definitivamente este processo ao TC 006.709/2021-4, e encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução (peça 14), ao representante e ao jurisdicionado.

1. Processo TC-009.521/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Unidade Jurisdicionada: Serviço Social do Transporte
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 878/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 146, §§ 1º e 2º, e 234 a 236, do Regimento Interno do TCU, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de ingresso como parte interessada formulado pelo denunciante (peça 22);

c) dar ciência à Universidade Federal do Pará, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que o não cumprimento da carga horária mínima de 8 (oito) horas semanais de aulas pelos docentes infringe o disposto no art. 57 da Lei 9.394/1996;

d) levantar o sigilo que recai sobre estes autos, com fundamento no art. 55 da Lei 8.443/1992, à exceção das peças que contiverem informações pessoais que permitam a identificação do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;

e) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal do Pará e ao denunciante; e

f) apensar estes autos ao processo onde será apreciada a legalidade do ato de aposentadoria de Fernando Facury Scaff (CPF 136.408.362- 00), para fins de registro, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-030.047/2018-8 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 879/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em relação ao monitoramento do Acórdão 468/2021-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitido nos autos, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes do item 1.6;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro/Comando da Aeronáutica/Ministério da Defesa; e

c) apensar o presente processo ao TC 033.680/2020-5, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno.

1. Processo TC-009.110/2021-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 880/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres constantes dos autos, em:

a) expedir quitação a Carlos Manuel Duarte Abreu (CPF 310.165.707-59) e Claudio Barbosa de Figueiredo (CPF 001.431.971-34), diante do recolhimento integral das multas que lhes foram aplicadas pelo Acórdão 952/2018-TCU-Plenário (peça 177); e

b) encaminhar cópia da presente deliberação aos responsáveis.

1. Processo TC-023.691/2015-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 019.938/2018-7 (SOLICITAÇÃO); 033.819/2017-3 (SOLICITAÇÃO).
1.2. Responsáveis: Amilton Barreto de Barros Junior (098.967.167-49); Ary da Silva Graca Filho (232.359.188-68); Blue Sea Cruises Agencia de Viagens e Turismo Ltda (04.486.909/0001-52); Café Torrão de Açúcar Comércio Ltda - Me (10.388.006/0001-31); Carlos Manuel Duarte Abreu (310.165.707-59); Claudio Barbosa de Figueiredo (001.431.971-34); Construtora Paris Ltda (29.945.763/0001-97); Cp-2 Engenharia Limitada (35.848.894/0001-59); Croutton Comercio e Serviço Em Alimentação Ltda - Me (05.858.216/0001-06); Fernando Costa Marques D Oliveira (028.178.597-07); Francisberto de Lima Pereira (823.251.977-00); J. C. E. Amorim Locação e Transportes Ltda (06.262.397/0001-76); Ox Transportes Ltda (10.670.103/0001-12); Rodrigo Ivar Pereira Jaldin (004.119.857-36); Tamoyo Internacional Agencia de Viagens e Turismo Ltda (31.391.881/0001-42); Today Ground Turismo Ltda - Me (31.031.982/0001-02).
1.3. Órgão/Entidade: Comitê Olímpico Brasileiro; Confederação Brasileira de Voleibol; Ministério do Esporte (extinto).
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
1.7. Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 881/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de reexame interposto pela empresa Maxsys Brasil Comércio e Serviços Eireli contra o Acórdão 331/2021-TCU-Plenário (peça 27), por meio do qual esta Corte de Contas julgou parcialmente procedente representação sobre possíveis irregularidades ocorridas em licitação a cargo do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) - Regional São Paulo, cujo objeto é a contratação de solução de impressão industrial.

Considerando que, no presente caso, não se pode reconhecer a existência de interesse recursal, visto que a decisão ora recorrida não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo à recorrente, bem como não atingiu qualquer direito subjetivo da empresa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, 33 e 48, caput e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 144, 277, inciso II, e 286 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa Maxsys Brasil Comércio e Serviços Eireli, por ausência de legitimidade recursal; e

b) dar ciência da presente deliberação à recorrente e ao Serpro - Regional São Paulo/SP.

1. Processo TC-047.500/2020-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 047.624/2020-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Recorrente: Maxsys Brasil Comércio e Serviços Eireli (05.633.507/0001-04).
1.3. Interessado: Serpro - Regional São Paulo/SP - MF (33.683.111/0009-56).
1.4. Entidade: Serviço Federal de Processamento de Dados.
1.5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
1.9. Representação legal: Juliano Couto Gondim Naves (OAB/DF 21.149) e outros.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 882/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o interessado se limitou a invocar hipóteses para a admissibilidade do recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-las materialmente;

Considerando que argumentos e teses jurídicas são questões que justificam seu exame em outras espécies recursais, não no recurso de revisão;

Considerando que os julgamentos desta Corte observam o contexto específico do caso concreto em apreciação, o que impede a sua transposição a outro caso, a título de fato novo.

Considerando que mesmo que fossem aplicados os regimes prescricionais adotados pelo Acórdão 1.441/2016-Plenário e pela Lei 9.873/99, não ocorreu a prescrição da multa aplicada nestes autos;

Considerando que o interessado não trouxe documentos novos, e, assim, os elementos fáticos para a sua condenação persistem; e

Considerando as proposições, tanto da unidade técnica como do Ministério Público junto ao TCU, que pugnam pelo não conhecimento deste recurso de revisão.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, III, e 35 da Lei 8443/1992 c/c os artigos 143, IV, alínea b, e 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer deste recurso de revisão, por não atender aos requisitos legais específicos para a sua admissibilidade, dar ciência desta deliberação ao interessado e ao Ministério do Turismo, e arquivar estes autos, conforme os pareceres constantes dos autos.

1. Processo TC-018.398/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Camila Rossano de Souza Cortezes (013.444.111-77); Município de Lagoa Santa - GO (04.215.178/0001-00) e Álvaro Conrado Francisco (308.992.811-68)
1.2. Recorrente: Álvaro Conrado Francisco (308.992.811-68)
1.3. Entidade: Ministério do Turismo
1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
1.8. Representação legal: Felipe Cardoso Araújo Neiva (45.740/OAB-GO)
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 883/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de recurso de revisão interposto pelo Senhor Rubem Dari Wilhelnsen, ex-Prefeito do Município de Herval/RS (gestão 2001-2004), contra o Acórdão 4.139/2016 - 1.ª Câmara, que julgou irregulares as contas do recorrente e de outro ex-prefeito, o Senhor Marco Aurélio Gonçalves da Silva, aplicando-lhes débitos e multa.

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992, quais sejam, erro de cálculo nas contas, falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida, e superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando, in casu, que o responsável somente faz referência ao inciso II do art. 35 da Lei 8.443/1992, sem apresentar provas concretas à insuficiência de documentos para fundamentar a revisão do acórdão de condenação;

Considerando que as notas fiscais e os comprovantes de pagamentos juntados pelo recorrente, apesar de serem documentos novos, não são capazes de elidir a irregularidade, porquanto estarem desacompanhados do extrato bancário que propicia a comprovação do nexo de causalidade;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração, uma vez que entendimento diverso descaracterizaria a natureza excepcional e revisional do recurso de revisão;

Considerando que o Tribunal não analisa a prescrição quando já há processo de cobrança executiva constituído e enviado ao órgão incumbido de realizá-la, consoante o seguinte enunciado extraído da Jurisprudência Selecionada:

"A avaliação da prescrição, embora seja matéria de ordem pública, possível, portanto, de ocorrer mesmo quando não se conhece de recurso de revisão, somente deve ser efetuada caso ainda não tenham sido enviados ao órgão competente os elementos necessários ao início da fase de cobrança judicial, sujeita a outra jurisdição." (Acórdão 420/2021-Plenário);

Considerando, por fim, que, ainda que fosse examinada, o Ministério Público apurou que não ocorrera a prescrição no caso concreto;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso III, 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso IV, e 288 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Rubem Dari Wilhelnsen, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade previstos no Regimento Interno/TCU; e

b) dar ciência desta decisão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-030.955/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 018.355/2018-8 (Cobrança Executiva); 018.356/2018-4 (Cobrança Executiva); 018.359/2018-3 (Cobrança Executiva); 018.358/2018-7 (Cobrança Executiva)
1.2. Responsáveis: Marco Aurélio Gonçalves da Silva (133.466.790-04); Rubem Dari Wilhelnsen (136.464.940-34)
1.3. Recorrente: Rubem Dari Wilhelnsen
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Herval - RS
1.5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.5.1.Ministro que alegou impedimento na sessão: Augusto Nardes
1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
1.9. Representação legal: Larissa da Silva Martins (88.946/OAB-RS) e outros, representando Rubem Dari Wilhelnsen; Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF), representando Marco Aurélio Gonçalves da Silva
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 884/2021 - TCU - Plenário

Considerando que a interessada se limitou a invocar hipóteses para a admissibilidade do recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-las materialmente;
Considerando que argumentos e teses jurídicas são questões que justificam seu exame em outras espécies recursais, não no recurso de revisão;
Considerando que mesmo que fossem aplicados os regimes prescricionais adotados pelo Acórdão 1.441/2016-Plenário e pela Lei 9.873/99, não ocorreu a prescrição do débito e, consequentemente, da aplicação da multa proporcional, neste processo;
Considerando que os documentos trazidos pela interessada não são capazes, nem ao menos em tese, de influenciar a decisão de mérito proferida nestes autos, e não demonstram a regular aplicação dos recursos públicos federais; e
Considerando as proposições, tanto da unidade técnica como do Ministério Público junto ao TCU, que pugnam pelo não conhecimento deste recurso de revisão.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, III, e 35 da Lei 8443/1992 c/c os artigos 143, IV, alínea b, e 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer deste recurso de revisão, por não atender aos requisitos legais específicos para a sua admissibilidade, dar ciência desta deliberação à interessado e à Fundação Nacional de Saúde, e arquivar estes autos, conforme os pareceres constantes dos autos.

1. Processo TC-033.929/2014-9 (RECURSO DE REVISÃO)
1.1. Apensos: 003.888/2019-3 (Cobrança Executiva); 003.883/2019-1 (Cobrança Executiva); 003.732/2019-3 (Cobrança Executiva) E 003.900/2019-3 (Cobrança Executiva)
1.2. Responsáveis: Ana Maria Maia de Meneses (112.651.403-91); Ar Construções Ltda. (07.149.996/0001-40); Leonardo Silveira Lima (796.009.213-34) e Pedro Jose Philomeno Gomes Figueiredo (010.209.863-87)
1.3. Interessada: Ana Maria Maia de Meneses (112.651.403-91)
1.4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde
1.5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos - Serur.
1.9. Representação legal: não há
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 885/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 243, 250, II e III, 143, inciso V, "a" e 169, V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 861/2016-Plenário e adotar as providências abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.829/2016-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 029.675/2018-9 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), de que:

1.7.1.1. a ausência de normativo que determine o limite máximo de defasagem entre as etapas da obra em uma mesma frente de serviço para fins de medição, afronta o disposto no art. 6º, inciso IX, alínea "e", da Lei 8666/1993; e
1.7.12. a ausência de estudo técnico conclusivo acerca da estabilidade dos taludes de corte do Lote 7 - BR - 101/PE, desrespeita o disposto no art. 6º, incisos IX e X, art.7º, parag. 1º, e art. 12, inciso I, da Lei 8666/1993;
1.8. recomendar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que adote providências para avaliar a real condição dos taludes de corte do Lote 7 - BR - 101/PE, visando assegurar a segurança dos usuários que trafegam na rodovia, conforme orientação do seu Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPR/DNIT;
1.9. dar ciência desta deliberação e da instrução que a suporta ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Pernambuco, à JBR Engenharia Ltda. e ao Consórcio Queiroz Galvão / Norberto Odebrechet/Andrade Gutierrez / Barbosa Mello, destacando que esta deliberação pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
1.10. apensar em definitivo estes autos ao TC 006.749/2012-7.

ACÓRDÃO Nº 886/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, "a", 243, 250, I, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 1.968/2018 - TCU, e fazer a determinação abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-031.894/2018-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. apensar definitivamente este processo ao TC 012.608/2018-1.

ACÓRDÃO Nº 887/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, ante as informações constantes do pronunciamento da Secex-TCE (peça 512), em:
a) rever, de ofício, o item 9.4.3 do Acórdão 1839/2011-Plenário com fundamento no artigo 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, com redação dada pela Resolução-TCU 235/2010, para tornar insubsistente a multa aplicada a Feliciano Moura Lima por meio do subitem 9.4.3 do Acórdão 1839/2011-TCU-Plenário, tendo em vista o falecimento do responsável, ocorrido em 28/8/2011 (peça 383), antes do trânsito em julgado da decisão condenatória;
b) expedir quitação da multa aplicada à responsável Régia Mércia Torres Oliveira Silva por meio do subitem 9.5.2 do Acórdão 1839/2011-TCU-Plenário, nos termos do art. 27 da Lei 8.443/92 c/c o art. 218 do RI/TCU, ante a comprovação do recolhimento integral do valor da multa (peças 507 e 508);
c) dar ciência deste acórdão a Régia Mércia Torres Oliveira Silva e a Vera Lúcia Oliveira Moura, representante do espólio de Feliciano Moura Lima.

1. Processo TC-003.087/2005-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 039.364/2018-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.371/2018-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.374/2018-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.369/2018-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.367/2018-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.377/2018-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.368/2018-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.130/2018-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 039.372/2018-9 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: 2004 Construtora Ltda. - ME (01.555.081/0001-59); Barra Informática Ltda. (03.331.179/0001-58); Benedito Moreira Lima (149.556.793-15); Construtora J.j. Barbosa Ltda. (04.345.274/0001-73); Dulcimar Ferreira Santos Fonseca (00.570.131/0001-04); E. P. R. Monteiro (04.173.465/0001-03); Eliel Duarte de Sousa (69.410.512/0001-22); Esmeralda Locações, Construções e Serviços Ltda. (02.526.570/0001-45); Feliciano Moura Lima (040.346.863-91); Francisco Everton Macedo Costa (008.248.363-91); J M Santana Filho (35.169.754/0001-54); J. B. M Costa Junior (01.682.453/0001-08); Jose Irlan Raposo Borges (00.659.142/0001-65); João Batista Macedo Costa Junior (424.559.443-87); L. C. da Silva Andrade - Me (02.962.175/0001-05); Luciana Ferreira de Souza Silva (305.052.828-10); M. de L. O. de Carvalho (04.138.502/0001-34); Maria Elita Gomes Ferreira de Sousa (875.772.753-87); Poli Construtecnica Ltda. - Me (01.926.446/0001-04); Régia Mércia Torres Oliveira Silva (704.022.643-04); Rômulo Tadeu Oliveira Mendes (237.982.463-00); Santos & Menezes Ltda. (11.288.180/0001-75); Sileusa Soares da Silva (832.424.063-20); Stac Engenharia Ltda. (00.467.672/0001-01); Valber Mário Martins de Freitas (104.306.873-20); Valnoan Carreiro Lima (207.021.753-15); Vera Lúcia Oliveira Moura (475.835.333-68)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Colinas - MA
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.7. Representação legal: Vera Lúcia Oliveira Moura, representando Feliciano Moura Lima; Carlos Augusto Macedo Couto (6.710/OAB-MA), representando João Batista Macedo Costa Junior; Antonio dos Santos Menezes (4204/OAB-MA) e outros, representando Santos & Menezes Ltda.; Elson Januario Fagundes (7641/OAB-MA) e outros, representando Poli Construtecnica Ltda. - Me; Antonio Gonçalves Marques Filho (6527/OAB-MA) e outros, representando Sileusa Soares da Silva; Joaquim Pedro de Barros Neto (7923/OAB-MA), representando E. P. R. Monteiro; Frederico Augusto Costa Lima (5599/OAB-MA) e outros, representando Francisco Everton Macedo Costa.

ACÓRDÃO Nº 888/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento das determinações constantes do item "c" do Acórdão 392/2021-TCU-Plenário, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 106/2020, promovido pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HU-UFMA da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.
Considerando que foi prolatada a seguinte determinação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - Ebserh/UFMA por intermédio do item "c" do Acórdão 392/2021-TCU-Plenário (peça 5):
"(...)
c) determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - Ebserh/UFMA, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que encaminhe a este Tribunal, em até cinco dias após a republicação, cópia do edital do Pregão Eletrônico 106/2020 devidamente ajustado, tendo em vista que a unidade jurisdicionada se comprometeu a adotar providências quanto às seguintes impropriedades:
c.1) exigência, como condição de habilitação (itens 7.1 c/c 14 do edital), da apresentação de Alvará Sanitário vigente, expedido pela Vigilância sanitária estadual, municipal ou do Distrito Federal, não possibilitando aos licitantes encaminharem, juntamente à proposta, uma declaração de disponibilidade do alvará da vigilância sanitária ou de que reúnem condições de apresentá-lo em momento oportuno, previamente à contratação, contrariando a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 125/2011-TCU-Plenário, 7.388/2011-TCU-1ª Câmara e 3.464/2017-TCU-2ª Câmara;
c.2) previsão do adicional de insalubridade em 20%, contrariando a orientação interpretativa da Justiça do Trabalho, que entende que a atividade de limpeza e higienização executado em ambientes hospitalares gera direito, aos empregados que ali o desenvolvem, de perceber o adicional de insalubridade em seu grau máximo, de 40%; (...).
Considerando que a Unidade Jurisdicionada, em atendimento ao subitem "c.1" suprimiu a exigência de apresentação de Alvará Sanitário (item "c" do item 7.3 do edital original) na nova versão do edital (peças 8 e 9) encaminhada à unidade técnica;
Considerando que no que tange à determinação no subitem "c.2" da referida deliberação, a nova versão do edital traz o percentual do adicional de insalubridade corrigido para 40% nas atividades de limpeza e higienização executadas em ambientes hospitalares (peça 9, p. 110-112), consoante a orientação interpretativa da Justiça do Trabalho;
Considerando que a análise promovida pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) concluiu pelo cumprimento da determinação contida no item "c" da mencionada decisão (peças 11 e 12);
ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 c/c arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243 do Regimento Interno do TCU, em:
considerar atendidas as medidas solicitadas no item "c" do Acórdão 392/2021-TCU-Plenário;
dar ciência deste Acórdão, acompanhado da instrução de peça 1, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - Ebserh/UFMA;
apensar o presente processo ao TC 047.606/2020-7 (processo originador), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-009.545/2021-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.4. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 889/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de levantamento de auditoria realizada pela Secex/AC, no período de 15/3 a 16/4/2010, objetivando verificar a execução das obras referentes ao Programa de Trabalho 26.782.0238.1408.0101 - "Construção de anéis rodoviários na BR-364 no Município de Rio Branco/AC", em cumprimento ao Acórdão 711/2009 - Plenário.
Considerando que os responsáveis Joselito José da Nóbrega (439.495.334-00), José Rafael da Silva (110.107.894-49), Ricardo Luís Carius Nogueira (774.697.717-00) e Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58) quitaram as multas a eles aplicadas (§ 6º da instrução, peça 324), conforme demonstram os comprovantes de recolhimentos parcelados e os demonstrativos de débito (peças 308 a 315);
Considerando as propostas uniformes da unidade técnica no sentido de que seja expedida quitação aos responsáveis retro referidos ante o recolhimento das multas a eles aplicadas (§ 9º da instrução e peças 324 e 325)

Considerando que o representante do Ministério Público junto a este Tribunal manifestou-se de acordo com a proposta da unidade técnica (peça 326);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/92 c/c art. 218 do RI/TCU, por unanimidade, em:

a) expedir quitação aos responsáveis Sérgio Yoshio Nakamura (CPF 004.641.628-58), Joselito José da Nóbrega (CPF 439.495.334-00), José Rafael da Silva (CPF 110.107.894-49), e Ricardo Luís Carius Nogueira (CPF 774.697.717-00) ante o recolhimento das multas aplicadas por meio do Acórdão 1327/2014-TCU-Plenário (subitens 9.1 a 9.3), mantidas pelo Acórdão 2513/2015-TCU-Plenário, e alteradas pelo Acórdão 3304/2015-TCU-Plenário.

1. Processo TC-006.441/2010-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 035.073/2020-9 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Etenge Empresa de Engenharia Em Eletricidade e Comercio Ltda. (04.593.893/0001-87); Joselito José da Nóbrega (439.495.334-00); José Rafael da Silva (110.107.894-49); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Ricardo Augusto Mello de Araújo (743.946.737-04); Ricardo Luiz Carius Nogueira (774.697.717-00); Rogério Wagner Fernandes de Arruda (205.121.634-72); Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58)

1.3. Interessado: Congresso Nacional

1.4. Órgão/Entidade: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.8. Representação legal: Fernando Daniel Faria da Conceição (2535/OAB-AC) e outros, representando Rogério Wagner Fernandes de Arruda, José Rafael da Silva e Ricardo Luiz Carius Nogueira; Felipe Adjuto de Melo (19.752/OAB-DF) e outros, representando Etenge Empresa de Engenharia em Eletricidade e Comércio Ltda.

ACÓRDÃO Nº 890/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela empresa Teltex Tecnologia S.A., com pedido de adoção de medida cautelar, noticiando irregularidades praticadas na condução do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 20000066/2020-CS, promovido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios (ECT) com vistas ao fornecimento e instalação de Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) - IP em unidades de atendimento dos Correios, com divisão em 8 lotes e valor total estimado de R$ 106.076.078,45.

Considerando que a representante alegou que foi indevidamente desclassificada, vez que os Correios não teriam avaliado o monitor mencionado na proposta final e não teriam dado oportunidade de alteração do equipamento ofertado (lotes 3 a 6), tal como ocorrido com a licitante JPS Segurança Eletrônica e Telecomunicações Ltda., bem como não teriam considerado a declaração de compatibilidade fornecida pelo fabricante dos cabos integrantes da proposta da empresa (lotes 3 a 8);

Considerando que foi promovida a oitiva dos Correios;

Considerando que a Selog verificou que houve divergência na indicação do modelo de monitor constante da proposta da Teltex e do modelo descrito nos prospectos encaminhados pela licitante junto à proposta final;

Considerando que a unidade técnica constatou que a área técnica analisou apenas o primeiro modelo e concluiu que este não atendia às especificações do edital, levando à rejeição da proposta no tocante a este item;

Considerando que a unidade instrutiva entendeu que houve falha do pregoeiro, vez que não foi realizada diligência para esclarecimento da dúvida quanto ao modelo efetivamente constante da proposta;

Considerando que a Selog verificou que a empresa Teltex foi desclassificada nos lotes 3 a 8, porque os cabos ofertados não atendiam às especificações do edital;

Considerando que a unidade técnica entendeu que a desclassificação da empresa foi correta no que tange à situação dos cabos;

Considerando que a Selog concluiu que estava configurado o periculum in mora reverso, uma vez que os Correios afirmaram que a eventual paralisação do certame, ou dos contratos dele decorrentes, prejudicaria o fornecimento e a instalação dos equipamentos de CFTV nas unidades de atendimento, o que poderia inviabilizar a continuidade do funcionamento dos serviços e reduzir a segurança das agências da estatal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez que restaram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante por perda do seu objeto ante a improcedência da alegação de falha na sua desclassificação relativa aos lotes 3 a 8 no que tange à compatibilidade dos cabos ofertados;

c) arquivar este processo.

1. Processo TC-005.583/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Raphael Ribeiro Bertoni (259.898/OAB-SP) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios; Ademir Toledo de Souza (282763/OAB-SP), representando Teltex Tecnologia S.A.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a impropriedade descrita abaixo, identificada por ocasião da desclassificação da licitante Teltex Tecnologia S. A. no âmbito dos lotes 3 a 6 do Pregão Eletrônico 20000066/2020-CS, nos termos dos Pareceres Técnicos CPAS-GINPS-MG 16966854, 16997441, 16997454 e 16997461, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.6.1.1. deixar de promover, em sede de licitação, diligência com vistas a sanear dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas formuladas por licitantes, uma vez que o referido procedimento (diligência) constitui poder-dever fundado nos princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, ambos previstos no art. 31 da Lei 13.303/2016, objetivando sempre a plena satisfação do interesse público;

1.6.2. dar ciência deste acórdão à representante e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

ACÓRDÃO Nº 891/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela empresa Mediphacos Indústrias Médicas S.A. noticiando supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 2/2020/PMPA, realizado pela Policlínica Militar de Porto Alegre/RS (PMPA), tendo por objeto a aquisição de kit e materiais para facoemulsificação, incluindo comodato de equipamentos.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014;

Considerando que foram apontadas as seguintes ocorrências no certame:

a) possível prejuízo à competitividade em função da demanda editalícia de lentes intraoculares (item 3 do Termo de Referência - peça 5, p. 26) em lote vinculado à cessão de bem em comodato, sem que entre eles exista relação de dependência técnica ou para funcionamento, devendo ser licitados em lotes diferentes de forma separada;

b) ausência de justificativa técnica para a escolha da lente de três peças em detrimento daquela de peça única, sendo que esta última possuiria qualidade óptica superior;

c) existência de apenas uma empresa do ramo capaz de apresentar propostas em certames para lente de três peças;

Considerando que, em relação à cessão de equipamento em comodato, restou demonstrado que a PMPA realizou os estudos e pesquisas de preço necessários à comprovação da escolha do comodato como opção mais adequada à contratação (peça 42);

Considerando, quanto à aquisição da lente de três peças, foi apresentada justificativa técnica exarada pelo Chefe da Oftalmologia na Policlínica Militar de Porto Alegre para a sua aquisição adicionalmente às lentes únicas (peça 54, p. 2), tendo sido demonstrada a existência de situações que demandam a necessidade de utilização desse tipo de lente;

Considerando, quanto à alegação de existência de apenas uma empresa do ramo capaz de apresentar propostas em certames para lente de três peças, que, na pesquisa de preço realizada (peça 42), três empresas apresentaram proposta para esse item;

Considerando a análise da SecexSaude, que concluiu pela improcedência da representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, tendo em vista a inexistência dos requisitos necessários para sua adoção;

c) dar ciência deste Acórdão à representante e à Policlínica Militar de Porto Alegre/RS;

d) arquivar os presentes autos nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-047.143/2020-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Policlínica Militar de Porto Alegre

1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não consta.

ACÓRDÃO Nº 892/2021 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) sobre os indícios de irregularidade nas Concorrências 1/2018/CPLMO e 2/2018/CPLMO conduzidas pela administração do Município de Vilhena – RO para a subsequente contratação de empresa com vistas à construção de escolas de educação infantil no âmbito do Proinfância por meio do aporte de recursos federais provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em sintonia com o Termo de Compromisso PAC2 8695/2014;

Considerando que, por intermédio do Acórdão 905/2018-TCU-Plenário (Peça 18), o TCU já teria promovido o preliminar conhecimento da presente representação e determinado a suspensão cautelar das aludidas concorrências, ao referendar o despacho proferido em 19/4/2018, com todas as demais decisões ali prolatadas (Peça 12), nos termos do art. 276 do RITCU;

Considerando que, por intermédio do Acórdão 1.398/2018-TCU-Plenário (Peça 30), o TCU teria assinalado a parcial procedência da presente representação e prolatado determinações corretivas ao FNDE e à administração do Município de Vilhena – RO;

Considerando, por outro ângulo, que, por intermédio do despacho prolatado em 8/11/2018 (Peça 69), teria sido determinada, entre outras medidas, a realização da audiência de Thiago Douglas Bordignon Barasuol e Gyrlaine Domingos de Aguiar, como engenheiros no aludido município, além de Tiago Lippold Radunz, Sarah Barral Pinheiro e Gilson Ricardo Daniel, como gestores no FNDE, tendo eles apresentado as suas razões de justificativa, com a exceção para Gyrlaine Domingos de Aguiar, pois teria permanecido silente no processo e, assim, assumido a condição de revel perante o TCU, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

Considerando que, em atendimento à aludida diligência, o FNDE apresentou os novos elementos (Peças 106 a 110), tendo eles servido para a melhor elucidação das circunstâncias e, especialmente, evidenciado que as planilhas aprovadas pelos responsáveis corresponderiam ao padrão da entidade para o tipo de obra contratada, e isso mitigaria a eventual culpabilidade pelas falhas;

Considerando que, após a análise sobre as determinações proferidas pelo Acórdão 1.398/2018-TCU-Plenário (Peça 30), a unidade técnica teria assinalado o cumprimento dessas determinações, a despeito da subsistência de algumas falhas, não tendo verificado, contudo, o óbice para a retomada do fluxo de recursos federais em prol do empreendimento;

Considerando que, após a análise das razões de justificativa apresentadas, a unidade técnica teria pugnado pelo acolhimento das defesas, sem prejuízo do favorável aproveitamento do elementos objetivos das defesas em prol da responsável-revel (Girlayne Domingos de Aguiar); e

Considerando, portanto, que, a partir das providências adotadas pelo FNDE e pela administração municipal para a correção dos vícios apontados no presente processo, restaria adequada a proposta da unidade técnica para o acolhimento das razões de justificativa, com o subsequente arquivamento do feito, sem prejuízo de promover a revogação da aludida cautelar suspensiva;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, e 250, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em promover o acolhimento das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, autorizando o subsequente arquivamento do feito, sem prejuízo de promover a revogação da cautelar suspensiva deferida pelo Acórdão 905/2018-TCU-Plenário, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, e, em sintonia com o parecer da unidade técnica, prolatar as providências abaixo anotadas:

1. Processo TC-011.060/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Gilson Ricardo Daniel (CPF 006.961.989-16), Girlayne Domingos de Aguiar (CPF 700.025.762-87), Sarah Barral Pineiro (CPF 010.454.875-46), Thiago Douglas Bordignon Barasuol (CPF 082.887.069-16) e Tiago Lippold Radünz (CPF 957.466.330-20).

1.2. Entidade: Município de Vilhena – RO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (Seinfra-Urbana).

1.6. Representação legal: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2.046), representando o Município de Vilhena – RO.

1.7. Providências:

1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o parecer da unidade técnica, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, para ciência, além do envio ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Município de Vilhena – RO, para ciência, informando-os sobre a presente revogação da cautelar suspensiva deferida pelo Acórdão 905/2018-TCU-Plenário, em consonância com o parecer da unidade técnica; e

1.7.2. arquivar o presente processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 893/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.113/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (04.903.587/0001-08); All - América Latina Logistica Malha Norte (24.962.466/0001-36)
3.2. Responsável: Portofer Transporte Ferroviario Ltda (03.835.338/0001-51).
4. Órgão/Entidade: Autoridade Portuaria de Santos S.a.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
8. Representação legal:
8.1. Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo (123.916/OAB-SP) e outros, representando Portofer Transporte Ferroviario Ltda.
8.2. Aleksanders Mirra Novickis (232.482/OAB-SP) e outros, representando Portofer Transporte Ferroviario Ltda e All - América Latina Logistica Malha Norte;
8.3. Gabriel Nogueira Eufrasio (6745/OAB-CE) e outros, representando Autoridade Portuaria de Santos S.a.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre irregularidades ocorridas no Contrato de Arrendamento DP/25.2000, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo, atual Autoridade Portuária de Santos S.A, e as concessionárias de ferrovias Ferronorte S.A. e Ferrovias Bandeirantes S.A.;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos artigos 235 e 237 do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. determinar à Autoridade Portuária de Santos S.A. que se abstenha de efetuar a prorrogação do Contrato de Arrendamento DP/25.2000, firmado com as concessionárias Ferronorte S.A. e Ferrovias Bandeirantes S.A.;
9.3 determinar à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA/MInfra), nos termos art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de noventa dias, elabore plano de ação, contendo descrição das etapas, cronogramas e respectivos responsáveis, com vistas aos atos necessários ao encerramento, encontro de contas e fiscalização do Contrato DP 25/2000 e à continuidade da prestação dos serviços de transporte ferroviário no Porto de Santos;
9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, aos interessados e ao Ministério da Infraestrutura;
9.5 anexar cópia deste relatório, voto e acórdão ao TC 006.817/2021-1, como forma de subsidiar as análises do Levantamento de Auditoria em questão.
9.6. arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso III, do RITCU.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0893-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 894/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.830/2015-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Denúncia)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda - Epp (05.348.580/0001-26); Médica Hospitalar Comércio e Representações Ltda. - Epp (05.750.248/0001-93); Remoel Equipamentos Médicos e Odontológicos Eireli (00.941.725/0001-84); Up Med do Brasil Ltda. (06.256.576/0001-09)
3.2. Responsáveis: Clayson Amaral Rodrigues (514.687.513-87); D R C Comércio Ltda. - EPP (04.651.057/0001-01); Donaldo Gie Nogueira Eireli (02.470.780/0001-69); Luciano Ferreira de Sousa (852.947.803-72); Marcio de Souza Sa (804.938.583-34); R. O. Carvalho do Nascimento (05.577.401/0001-22); Teresinha de Jesus Cardoso Alves (208.078.053-00); Walber Coelho de Almeida Rodrigues (838.306.183-87)
3.3. Recorrentes: Clayson Amaral Rodrigues (514.687.513-87); Walber Coelho de Almeida Rodrigues (838.306.183-87).
4. Entidades: Município de Batalha/PI; Município de Timon/MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: Walber Coelho de Almeida Rodrigues (5457/OAB/PI); Fellipe Roney de Carvalho Alencar (8824/OAB-PI); Daniel da Costa Araújo (7128/09/OAB-PI); Diogo Josennis do Nascimento Vieira (8754/OAB-PI); Leandro Cardoso Lages (2753/OAB-PI); Willer Tomaz de Souza (32023/OAB-DF); Daniel Albuquerque de Abreu (55.446/OAB-DF); Marlos dos Santos Silva (6158/OAB-PI); Uanderson Ferreira da Silva (5.456/OAB-PI); Fernando Antônio Andrade de Araújo Filho (11323/OAB-PI); Erico Malta Pacheco (3906/OAB-PI); Vitor Tabatinga do Rego Lopes (6989/OAB-PI), Everardo Oliveira Nunes de Barros (2789/OAB-PI) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pelo sr. Clayson Amaral Rodrigues, ex-prefeito de Batalha/PI, e pelo sr. Walber Coelho de Almeida Rodrigues, então pregoeiro e presidente da Comissão Permanente de Licitação, contra o Acórdão 1.103/2020- Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos srs. Clayson Amaral Rodrigues e Walber Coelho de Almeida Rodrigues, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao denunciante, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Município de Batalha/PI.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0894-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 895/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.431/2015-4
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Nilton Bezerra Guedes (540.189.359-00)
4. Unidade: Superintendência Regional no Estado do Paraná do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/PR
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Valdez Adriani Farias, Procurador Federal.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Nilton Bezerra Guedes, ex-Superintendente do Incra/PR, contra o Acórdão 1.805/2019 - Plenário, que julgou irregulares suas contas especiais, condenou-o em débito no valor histórico de R$ 124.000,00, aplicou-lhe multa de R$10.000,00 e o inabilitou para exercício de função de confiança por 5 anos, em razão da ocorrência de desvio de finalidade no fornecimento de transporte a agricultores do Paraná para participação em seminário realizado em Londrina/PR, de 26 a 28/08/2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, de acordo com os pareceres da Serur e do MPTCU e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Incra e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentaram está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0895-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 896/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.353/2020-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)
3. Recorrente: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), administradora do HU/UFSC (15.126.437/0034-01)
4. Unidade: Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
8. Representação legal: Ivan da Silva Teixeira (22.557/OAB-SC), Bruna Letícia Teixeira Ibiapina Chaves (47067/OAB-DF) e outros, representando Ebserh, e Anselmo da Silva Ribas (193.321/OAB-SP) e outros, representando L'acqua Lavanderias Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em que se analisa, nesta fase processual, pedido de reexame interposto pela Ebserh contra o Acórdão 1.923/2020 - Plenário, que determinou ao Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina que se abstivesse de prorrogar o contrato celebrado para fornecimento e higienização de enxovais hospitalares, em decorrência de imprecisões ou irregularidades no edital da respectiva licitação.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. alterar o item 1.6 do Acórdão 1.923/2020 - Plenário, que passa a ter a seguinte redação:
"1.6. determinar ao Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC)/Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que se abstenha de renovar o contrato celebrado em decorrência do Pregão Eletrônico 45/2020, ou o prorrogue por apenas mais 6 (seis) meses, caso se revele estritamente necessário para a realização de nova licitação;"
9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente, informando-lhe que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0896-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 897/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.107/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância Em Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação originada da Comissão Temporária COVID19, do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal c/c o art. 38, incisos I e II, da Lei 8.443/1992;
9.2. informar ao Presidente da Comissão Temporária COVID19, Exmo. Sr. Senador Confúcio Moura, que:
9.2.1. os elementos acerca da ausência de uma estratégia federal minimamente detalhada pelo Ministério da Saúde para combater os efeitos da pandemia de Covid-19 encontram-se no próprio processo mencionado pelo parlamentar autor do requerimento, o TC 014.575/2020-5, de modo que as informações podem ser verificadas pela consulta às peças referenciadas nos relatórios que embasaram os Acórdãos 1.335/2020, 1.888/2020, 2.817/2020 e 4.049/2020, todos do Plenário, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler;
9.2.2. não há processo específico autuado nesta Corte de Contas para tratar de leitos clínicos e de UTI em unidades hospitalares regulares; não obstante, dada a importância do assunto em razão do recrudescimento da pandemia no Brasil, o tema está sendo abordado no quinto relatório do acompanhamento objeto do TC 014.575/2020-5, que se encontra em tramitação nesta Corte de Contas;

9.2.3. por meio do item 9.3 do Acórdão 633/2021-Plenário, da relatoria do Ministro Marcos Bemquerer, o Tribunal determinou à Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex) que, no prazo de 15 dias, autuasse nova ação de controle com a finalidade específica de apurar as causas e as responsabilidades dos gestores pela desativação dos hospitais de campanha montados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para o tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19;

9.3. encaminhar cópia dos Acórdãos 1.335/2020, 1.888/2020, 2.817/2020 e 4.049/2020, todos do Plenário, da presente deliberação e da instrução produzida pela SecexSaúde neste processo ao Presidente da Comissão Temporária COVID19, informando-lhe que os relatórios e votos que fundamentaram as decisões estão disponíveis no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso exista interesse, o Tribunal poderá lhe encaminhar cópia desses documentos sem quaisquer custos;

9.4. considerar integralmente atendida a presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 14, inciso IV, e 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008;

9.5. arquivar os autos, com fundamento no art. 14, inciso IV, da Resolução TCU 215/2008 c/c o art. 169, inciso IV, do Regimento Interno.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0897-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 898/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.731/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fortline Indústria e Comércio de Móveis Ltda. (08.368.875/0001-52).

3.2. Responsáveis: Alessandro Baumgartner (158.494.398-03); Tânia Maria Ferreira (553.046.056-91).

4. Órgãos/Entidades: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo; Colégio Militar de Brasília; Departamento Geral de Pessoal; Fundação Universidade do Amazonas; Hospital Federal Cardoso Fontes; Hospital Federal de Bonsucesso; Hospital Federal dos Servidores do Estado; Hospital Geral de Ipanema; Hospital Universitário Gaffree e Guinle da Unirio - Ebserh; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Universidade Federal de Roraima.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-PE) e outros, representando Fortline Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) noticiando supostas irregularidades no Pregão 9/2020, promovido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), cujo objeto foi a constituição de ata de registro de preços para a aquisição de mobiliário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, determinar ao Crea-SP que adote providências cabíveis com vistas a anular o Pregão Eletrônico SRP 9/2020 e, consequentemente, a respectiva Ata de Registro Preços, cabendo informar ao TCU as providências adotadas, no prazo de até 15 (quinze) dias, considerando que no referido certame licitatório foram constatadas as seguintes irregularidades não elididas em sede de oitiva:

9.2.1. estudos técnicos preliminares, termo de referência e edital contendo as seguintes lacunas/omissões e previsões/exigências sem a devida fundamentação técnica e com violação de disposições legais, princípios e jurisprudência do TCU, na forma a seguir descrita:

9.2.1.1. exigência de atendimento a normas técnicas, declarações de qualidade, certificações¸ laudos técnicos e/ou certificados de conformidade contidos nas descrições dos itens licitados conforme listagem contida nos estudos técnicos preliminares e no termo de referência, sem a demonstração da essencialidade dessas exigências para garantir a qualidade e desempenho suficientes do objeto, se afigurando excessivamente restritiva, o que foi corroborado pelo baixo nível de competitividade verificado no certame, em afronta ao art. 3º, I a III, da Lei 10.520/2002;

9.2.1.2. exigência de declaração de garantia formulada de modo a permitir que participassem do certame somente fabricantes e revendas autorizadas, em desacordo com o inciso I do § 1º do art. 3º da Lei 8.666/1993 e com a jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos Plenários 1.805/2015 e 1.350/2015;

9.2.1.3. detalhamento excessivo e injustificado dos itens licitados, em afronta ao item 1 da alínea "a" do inciso XI do art. 3º do Decreto 10.024/2019 e ao art. 3º, I a III, da Lei 10.520/2002, que vedam especificações excessivas, irrelevantes, desnecessárias ou injustificadas, fato que contribuiu para a restrição à competitividade no certame;

9.2.1.4. pesquisa de preços inconsistente e não fundamentada, resultando em preços estimativos/referenciais com sobrepreço, que, por sua vez, ocasionaram o sobrepreço em itens da licitação homologados, afrontando-se os princípios da economicidade, da motivação, da proibição do enriquecimento sem causa e violando-se o art. 3º, I a III, da Lei 10.520/2002, o art. 3º, XI, "a", 2, do Decreto 10.024/2019 e o art. 15, caput, inciso V e § 1º, da Lei 8.666/1993;

9.2.1.5. agrupamento injustificado de itens com certa heterogeneidade em um mesmo lote, os quais em princípio poderiam ser licitados separadamente, em desconformidade com a obrigação de parcelamento o objeto licitado, nos termos dos arts. 15, inciso IV, e 23, §1º, da Lei 8.666/1993, decisão que pode ter ocasionado restrição ao caráter competitivo do certame, na medida que requer maior capacidade produtiva dos licitantes, ou, alternativamente, sua atuação como fornecedores representantes de diferentes nichos do mercado;

9.2.1.6. previsão, para alguns itens, de certidão de registro profissional de responsabilidade técnica, o que não seria razoável, pois o objeto do certame é a aquisição de itens de mobiliário e não a execução de serviços de engenharia;

9.3. autorizar a constituição de processo apartado para a promoção das audiências propostas na instrução inserta à peça 328;

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado, aos responsáveis e aos órgãos e entidades elencados em epígrafe.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0898-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 899/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.146/2013-2.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3.Recorrentes: Antônio Carlos Carvalho de Sousa (345.997.201-78), Cícero Rainha de Oliveira (139.523.311-04), Clovis Antônio Pereira Fortes (395.866.931-04), Flávio Teixeira Duarte (883.222.031-87), Homero Alves Pereira (Espólio, Representado Por Irene Alves Pereira 306.941.599-72), José Antônio de Ávila (007.918.571-15), Marilene Mendes da Silva (370.509.406-82), Normando Corral (286.226.776-72), Orlando Ferreira Bravo Neto (000.573.171-27), Otávio Bruno Nogueira Borges (141.600.481-53), Silvano Carvalho (699.594.801-78), Texto e Midia Comunicações e Editora Ltda. (38.021.333/0001-70) e Idelson Alan Santos (281.696.381-00).

4. Unidade jurisdicionada: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado de Mato Grosso no Estado de Mato Grosso - Senar/MT.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação Legal:

8.1. Carla Salvador - OAB/MT 15.785; Murillo Barros da Silva - OAB/MT 8.942; Washington Luis Carvalho Oliveira - OAB/MT 19.297, e Darlã Martins Vargas - OAB/MT 5300-B, representando Antônio Carlos Carvalho, Cícero Rainha de Oliveira, Clóvis Antônio Pereira Fortes, Flávio Teixeira Duarte, Espólio de Homero Alves Pereira, José Antônio de Ávila, Juliano Muniz Calçada, Marilene Mendes da Silva, Normando Corral, Otávio Bruno Nogueira Borges e Silvano Carvalho (peça 214);

8.2. Expedito Barbosa Júnior - OAB/DF 15.799, e outros, representando Texto & Mídia Comunicação e Editora Ltda. (peça 155);

8.3. Thiago Groszewicz Brito - OAB/DF 31.762 e Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa - OAB/DF 45.167, representando Antônio Carlos Carvalho de Sousa, Cícero Rainha de Oliveira, Clovis Antônio Pereira Fortes, Flávio Teixeira Duarte, Espólio de Homero Alves Pereira, José Antônio de Ávila, Juliano Muniz Calçada, Marilene Mendes da Silva, Normando Corral, Orlando Ferreira Bravo Neto, Otávio Bruno Nogueira Borges e Silvano Carvalho, (peças 34, 58, 98, 101, 107, 110, 113, 119, 122, 126, 129, 132, 155), com substalecimento para Darlã Martins Vargas - OAB/MT 5300-B e Murillo Barros da Silva - OAB/MT 8.942 (peças 183, 185, 187, 189, 191, 193 e 197, 199, 201, 203, 205).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos por Antônio Carlos Carvalho de Sousa, Cícero Rainha de Oliveira, Clovis Antônio Pereira Fortes, Flávio Teixeira Duarte, Espólio de Homero Alves Pereira, José Antônio de Ávila, Marilene Mendes da Silva, Normando Corral, Orlando Ferreira Bravo Neto, Otávio Bruno Nogueira Borges, Silvano Carvalho, Texto e Mídia Comunicações e Editora Ltda. e Idelson Alan Santos contra o Acórdão 1.704/2017 - Plenário, alterado pelo Acórdão 2.076/2017- Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do recurso manejado por Idelson Alan Santos, por ausência de interesse recursal, em virtude da inexistência de sucumbência;

9.2. conhecer dos recursos de reconsideração dos demais recorrentes, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito:

9.2.1. dar provimento parcial aos recursos de Cícero Rainha de Oliveira, Marilene Mendes da Silva, Orlando Ferreira Bravo Neto e Silvano Carvalho, no sentido de retirar o nome Cícero Rainha de Oliveira, Marilene Mendes da Silva e Orlando Ferreira Bravo Neto do subitem 9.6 da deliberação recorrida, afastando a multa a eles aplicada com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, em decorrência da prescrição da pretensão punitiva;

9.2.2. manter a aplicação da multa com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 aplicada ao Sr. Otávio Bruno Nogueira Borges, de modo a dar a seguinte redação ao subitem 9.6 do acórdão ora recorrido:

"9.6. aplicar ao Sr. Otávio Bruno Nogueira Borges a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00, com a com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor";

9.2.3. dar provimento parcial aos recursos de Cícero Rainha de Oliveira e Orlando Ferreira Bravo Neto, de maneira a excluir os seus nomes do subitem 9.10 da deliberação recorrida, afastando a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, em decorrência da prescrição da pretensão punitiva;

9.2.3. negar provimento aos recursos dos demais recorrentes: Antônio Carlos Carvalho de Sousa, Clovis Antônio Pereira Fortes, Flávio Teixeira Duarte, Espólio de Homero Alves Pereira, José Antônio de Ávila, Normando Corral, Otávio Bruno Nogueira Borges e Texto e Mídia Comunicações e Editora Ltda., mantendo-se inalterados todos os subitens da deliberação recorrida, exceto os subitens 9.6 e 9.10;

9.3. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República e à Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado de Mato Grosso, para ciência, e informar-lhes que a deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.4. informar à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução-TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0899-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 900/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.262/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Vinicius Figueiredo de Souza (123.958/OAB-RJ), representando Atrio Rio Service Tecnologia e Serviços Ltda.;

8.2. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Nova Rio Serviços Gerais Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela extinta Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ), que, no exercício das suas atribuições, analisou denúncia de superfaturamento encaminhada ao TCU, a fim de avaliar os possíveis riscos de utilização indevida de recursos públicos pelo Hospital Federal de Bonsucesso (HFB) no âmbito dos Contratos 11/2011 (diversos serviços), 3/2013 (profissionais alocados na creche Itália Franco, para filhos dos servidores do HFB), 15/2014 (serviços de limpeza) e 17/2015 (serviços de apoio operacional).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. manter a medida cautelar adotada relativamente aos Contratos 28/2019 e 17/2015 (subitens 19.3 e 19.4 do Despacho de peça 283);

9.2. reiterar a oitiva do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB) determinada no subitem 50.3 do Despacho de peça 190 e reiterada no subitem 19.5 do Despacho de peça 283, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie quanto aos seguintes pontos:

9.2.1. em relação ao Contrato 3/2013, manifeste-se quanto às seguintes impropriedades:

a) inclusão de custeio de plano de saúde, no valor de R$ 540,00 por empregado (valores de 2013), sem que houvesse obrigação legal para essa previsão e tendo em vista a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa à Administração;

b) percentuais de custos indiretos de 22% e de lucro de 18% (21,96% efetivos), quando a prática de mercado aponta para 5% de custos indiretos e 10% de lucro (10,5% efetivos), ou, de forma combinada, um percentual de 15,5%, nos termos da Nota Técnica do Controle Interno do STF 1/2007;

c) inclusão de adicional de insalubridade, contrariando o disposto no normativo aplicável (Norma Regulamentadora NR-15 do Ministério do Trabalho); e

d) utilização de salários bastante superiores aos estabelecidos nas convenções coletivas das categorias funcionais envolvidas na contratação (professor, auxiliar de creche e secretária).

9.2.2. em relação ao Contrato 15/2014, manifeste-se quanto às seguintes impropriedades:

a) inclusão indevida de custeio de plano de saúde, no valor de R$ 128,27 por empregado (valores de 2014), sem que houvesse obrigação legal para essa previsão e tendo em vista a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa à Administração;

b) percentuais inadequados de custos indiretos de 14%, quando a prática de mercado aponta para 5%, nos termos da Nota Técnica do Controle Interno do STF 1/2007; e

c) sobrepreço nos custos de material, equipamentos e uniformes (itens do módulo 3 das planilhas de custos e formação de preços), no valor total de R$ 1.065,49, quando a média dos custos observados no módulo 3 em outras contratações de hospitais federais (universitários ou não) na região metropolitana do Rio de Janeiro foi de R$ 312,04;

9.2.3. em relação ao Contrato 17/2015, manifeste-se quanto às seguintes impropriedades:

a) inclusão de custeio de plano de saúde, no valor de R$ 151,70 por empregado (valores de 2015), sem que houvesse obrigação legal para essa previsão e tendo em vista a necessidade de se buscar a proposta mais vantajosa à Administração; e

b) percentuais de custos indiretos de 22% e de lucro variando entre 14% e 16,1%, quando a prática de mercado aponta para 5% de custos indiretos e 10% de lucro (10,5% efetivos), ou, de forma combinada, um percentual de 15,5%, nos termos da Nota Técnica do Controle Interno do STF 1/2007;

9.3. reiterar a diligência ao Hospital Federal de Bonsucesso (HFB) determinada no subitem 19.6 do Despacho de peça 283, solicitando novos elementos, para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos:

a) cópia integral, em meio digital, dos processos administrativos relativos aos Contratos 3/2013, 15/2014, 17/2015, 10/2019 e 28/2019, ou sua disponibilização por meio de acesso eletrônico (SEI; nesse caso, a informação do número do processo administrativo referente a cada contrato deve constar da resposta ao TCU inserida nestes autos);

b) relação com o nome, CPF e período de atuação, nos exercícios de 2013 a 2021, dos ocupantes dos cargos de Diretor do HFB e de Coordenador-Geral de Administração (ou cargo equivalente);

c) relação com o nome, CPF, cargo ocupado e período de atuação dos responsáveis titulares pelos setores de licitações e contratos e dos responsáveis pela elaboração dos termos de referência/projeto básico, orçamentos estimados e termos aditivos firmados dos Contratos 3/2013, 15/2014, 17/2015, 10/2019 e 28/2019;

d) relação dos pagamentos realizados relativamente ao Contrato 17/2015, a partir de 16/12/2019 (data do recebimento da comunicação), informando se foi realizada a retenção do montante de R$ 116.723,82, conforme determinado por este Tribunal (item 50.2.4 do despacho do Relator de peça 190);

e) relação dos pagamentos realizados relativamente ao Contrato emergencial 28/2019, a partir de 16/12/2019 (data do recebimento da comunicação), informando se foi realizada retenção de pagamentos que eventualmente excedessem os valores limites dos profissionais que realizam os serviços de limpeza: R$ 4.547,03, para servente 12x36 horas - diurno; R$ 4.955,85, para servente 12x36 horas - noturno; e R$ 4.834,60, para servente diarista 8 horas, conforme determinado por este Tribunal (item 50.2.3 do despacho do Relator de peça 190, alterado pelo item 19.3 do despacho do Relator de peça 283);

f) informações e cópia de documentação relevante relativamente a processos de sindicância abertos para analisar possível superfaturamento pela empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda.;

g) demais informações que julgar necessárias; e

h) designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

9.4. aplicar ao Sr. Edson Joaquim de Santana, então Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), a multa prevista no art. 58, inciso IV e § 1°, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, nos termos do disposto pelo art. 268, § 3º, do RITCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até o efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Tribunal;

9.5. autorizar desde logo, com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. alertar o Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB) que o não atendimento à diligência determinada pelo Tribunal sem causa justificada poderá ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 58, inciso IV e § 1°, da Lei 8.443/1992;

9.7. alertar os responsáveis do Hospital Federal de Bonsucesso quanto à possibilidade de o TCU, caso identifique afronta às normas legais e/ou ocorrência de prejuízos à Administração, vir a apurar eventual dano ao erário, nos contratos 3/2013, 15/2014, 17/2015, 10/2019 e 28/2019, e promover a respectiva responsabilização de quem lhe deu causa;

9.8. encaminhar cópia da presente deliberação, da instrução de peça 278, do Despacho datado de 9/10/2020 (peça 283) e do Acórdão 2.756/2020-TCU-Plenário (peça 287) ao Hospital Federal de Bonsucesso (HFB), de maneira a embasar a resposta à diligência e à oitiva; e

9.9. encaminhar cópia da presente deliberação, da instrução de peça 278, do Despacho datado de 9/10/2020 (peça 283) e do Acórdão 2.756/2020-TCU-Plenário (peça 287) ao Ministério da Saúde, para conhecimento e adoção de providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0900-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 901/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.413/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Economia; Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria Operacional realizada com o objetivo de avaliar os mecanismos de controle das transferências de recursos federais no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), notadamente quanto aos instrumentos de repasse firmados com os estados, municípios e entidades privadas, regidos pela Portaria Interministerial 130/2013, voltados para a execução de empreendimentos de infraestrutura hídrica, tendo como foco o aperfeiçoamento daqueles mecanismos de controle;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante os fundamentos expostos pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992; no art. 250, inciso II, do RITCU; e no art. 4º da Resolução-TCU 315/2020, que, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica:

9.1.1. abstenha-se de celebrar instrumentos de repasse regidos pela Portaria Interministerial 130/2013 e de promover o enquadramento, nessa norma, de instrumentos de repasse já firmados, por violação aos princípios da legalidade, da motivação e da eficiência previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, e nos arts. 2º, parágrafo único, inciso VII, e 50, caput e parágrafo primeiro da Lei 9.784/1999, além de violação ao que estabelece o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993, os arts. 5o e 6º da Lei 11.578/2007, o art. 10, § 6º, do Decreto-Lei 200/1967, o art. 6º, parágrafo único, do Decreto 6.170/2007 e o art. 17 do Decreto 7.983/2013, medida cujo cumprimento será verificado pelo TCU na ocasião do monitoramento das medidas contidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 da presente deliberação;

9.1.2. estabeleça, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em relação aos instrumentos de repasse firmados com base na Portaria Interministerial 130/2013 que ainda estejam vigentes, mecanismos e procedimentos de acompanhamento e controle que observem os princípios do controle, da legalidade e da eficiência previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, e também o que estabelece o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993, os arts. 5º e 6º da Lei 11.578/2007, o art. 10, § 6º, do Decreto-Lei 200/1967, o art. 6º, parágrafo único, do Decreto 6.170/2007 e o art. 17 do Decreto 7.983/2013;

9.1.3. estabeleça, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, controles internos com base no mapeamento e avaliação de riscos dos processos de transferência de recursos federais a outros entes da federação, de modo a atender ao disposto nos arts. 4º, inciso VI, 5º, inciso III, e 17 do Decreto 9.203/2017; e nos arts. 17, 18 e 19 da IN MP/CGU 1/2016;

9.2. dar ciência ao Ministério da Economia e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que as Portarias Interministeriais 141, 192 e 226/2013 apresentam motivação genérica e insuficiente para justificar o enquadramento dos empreendimentos na sistemática da Portaria Interministerial 130/2013, em violação aos princípios da legalidade, da eficiência, da publicidade, da motivação e do interesse público previstos no art. 37, caput, da Carta Magna e no art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999;

9.3. recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; no art. 250, inciso III, do RITCU; no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020; e no art. 31, inciso XVIII, da Lei 13.844/2019, que avalie a conveniência e a oportunidade de editar norma regulamentadora dos termos de compromisso celebrados com base na Lei 11.578/2007, em atendimento aos princípios da legalidade, da publicidade, da eficiência, da impessoalidade e da segurança jurídica, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e no art. 2º da Lei 9.784/1999;

9.4. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992; no art. 250, inciso III, do RITCU; e no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avalie a conveniência e a oportunidade de:

9.4.1. estender a medida prevista no subitem 9.1.1. para as demais secretarias do Ministério do Desenvolvimento Regional;

9.4.2. firmar aditivos aos termos de compromisso ora vigentes que sejam regidos pela Portaria Interministerial 130/2013, com prioridade àqueles cujos objetos envolvam empreendimentos de maior complexidade, materialidade e prazos de conclusão, para, com base em regime de transição definido entre as partes, estabelecer as cláusulas consideradas necessárias para o adequado acompanhamento e controle desses instrumentos, com aplicação subsidiária, caso se entenda necessário e no que couber, de outros normativos;

9.4.3. utilizar a sistemática de controle de outras normas atualmente vigentes aos novos termos de compromisso que vierem a ser celebrados com base na Lei 11.758/2007, enquanto não sobrevier alteração da atual Portaria Interministerial 130/2013;

9.5. dar ciência da presente deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, ao Ministério da Economia, à Caixa Econômica Federal, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério da Saúde; e

9.6. autorizar a Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração a monitorar as recomendações dos itens 9.3 e 9.4 desta deliberação.

9.7. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0901-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 902/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.820/2019-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Consulta

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consulta formulada pelo Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro João Batista Brito Pereira, sobre a possibilidade de acumulação de aposentadoria com titularidade de serventia extrajudicial, bem como acerca da aplicação do teto constitucional sobre os rendimentos, de forma individualizada ou em conjunto, na hipótese de ser permitida essa acumulação;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso V, §§ 1º e 2º e art. 265 do RITCU;
9.2. nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, responder ao consulente que:
9.2.1. é cabível a acumulação de proventos de aposentadoria decorrente do exercício de cargo público efetivo com a titularidade de serviços notariais e de registro de serventia extrajudicial regida pelo artigo 236 da Constituição Federal;
9.2.2. em caso de acumulação de proventos de aposentadoria com a titularidade de serventia extrajudicial sob as condições acima especificadas (item 9.2.1), a incidência do teto constitucional previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, abarca somente os proventos originados a partir do cargo público efetivo, não atingindo a figura do titular de serviços notariais e de registro e nem a retribuição percebida sob a forma de emolumentos, os quais ficaram excluídos da observância ao referido limite constitucional;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, ao consulente e ao Conselho Nacional de Justiça;
9.4. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0902-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 903/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.489/2021-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Solovia Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ 08.806.914/0001-56)
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mongaguá - SP.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal: Cássia de Carvalho Fernandes (OAB 316.679/SP), representando Solovia Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ 08.806.914/0001-56)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Solovia Engenharia e Construções Ltda., a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura Municipal de Mongaguá-SP relacionadas ao edital da Concorrência 1/2021, que tem como objetivo a contratação de empresa para a reconstrução de muros de contenção, enrocamento, acessos e passeios para a orla da praia local - Lote 01: Av. Mario Covas Júnior - Trecho entre a Rua Rodrigo Borjas e Praça Dudu Samba - Bairro Centro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar;
9.3. no mérito, considerar a Representação improcedente;
9.4. informar à Prefeitura Municipal de Mongaguá - SP e à representante deste Acórdão, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0903-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 904/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.205/2015-8.
1.1. Apenso: 022.561/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Embargos de declaração (recurso de revisão em tomada de contas especial).
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Cleide Maria de Souza Oliveira (CPF 496.423.164-04)
3.2. Recorrente: Cleide Maria de Souza Oliveira (CPF 496.423.164-04).
4. Entidade: Município de Pesqueira (PE).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos por Cleide Maria de Souza Oliveira contra o Acórdão nº 241/2020 - Plenário, da relatoria do Ministro Raimundo Carreiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer dos embargos de declaração, com fundamento no art. 34 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2 cientificar a embargante deste acórdão.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0904-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 905/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.800/2016-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame em Relatório de Auditoria
3. Recorrente: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (00.394.460/0058-87).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
5.2. Revisor: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) contra o Acórdão 1042/2018-Plenário (Relator Ministro Aroldo Cedraz), proferido em apreciação de Relatório de Auditoria realizada na RFB com objetivo de avaliar os controles e conformidade dos procedimentos realizados no âmbito do regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. tornar sem efeito, de ofício, o item 9.1 do Acórdão 1042/2018-TCU-Plenário;
9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que analise a pertinência da obtenção ou alteração do conteúdo das informações requeridas por meio dos Ofícios de Requisição 8-3/2017 e 10-3/2017, com reiteração em 25/5/2017, sonegadas, com amparo no sigilo fiscal dos contribuintes (art. 198 da Lei 5.172/1966), avaliando os meios hoje disponíveis para sua obtenção junto à RFB, o escopo, bem como a forma de disponibilização para que seja viabilizado o cumprimento ao subitem 9.2 do Acórdão 1.042/2018-Plenário, levando em consideração as determinações contidas nos itens 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 1.174/2019-Plenário;
9.4. caso não seja viabilizada junto à RFB a obtenção das informações objeto do item 9.3 deste acórdão, a unidade técnica deve representar incontinente;
9.5. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0905-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 906/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 040.374/2018-1.
1.1. Apensos: 006.897/2019-3; 008.141/2019-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento em Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Leonardo Faustino Lima (53806/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Monitoramento dos Acórdãos 1.140/2019 e 2.946/2019, ambos Plenário do TCU (Relator: Ministro Raimundo Carreiro).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar atendidas as determinações constantes dos itens 9.3 e 9.2 dos Acórdãos 1.140/2019 e 2.946/2019, ambos do Plenário do TCU;
9.2. dar ciência à Caixa Econômica Federal sobre o presente Acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c o art. 169, V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0906-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 907/2021-TCU-Plenário

1. Processo nº TC 009.518/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: PJ Refeições Coletivas Ltda. (01.611.866/0001-00).
4. Unidade jurisdicionada: Município do Natal - RN
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, com pedido de adoção de medida cautelar, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 24.019/2020, conduzido pela Secretaria Municipal de Administração de Natal-RN, com vistas à contratação de fornecimento de refeições e lanches em unidades da rede municipal de saúde do ente municipal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo, em:

9.1. com fulcro no art. 276, caput, do Regimento Interno/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 31 destes autos, transcrito no Relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação à Secretaria Municipal de Administração de Natal-RN, à Sol Empreendimentos Comerciais de Alimentos e Serviços Ltda. (07.142.604/0001-11) e à representante.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0907-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 908/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.873/2020-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Relatório de Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que contemplam o 7º Relatório de Acompanhamento com vistas a analisar os reflexos das mudanças ocorridas nas regras orçamentárias e fiscais sobre a gestão dos recursos públicos, bem como seus impactos, em razão das medidas adotadas pelo governo federal em resposta à crise da Covid-19;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com fundamento no art. 140, § 3º, da Lei 14.116/2020 (LDO 2021), bem como à Comissão Temporária COVID-19 do Senado Federal, à Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 da Câmara dos Deputados e ao Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus-19 da Procuradoria-Geral da República, que:

9.1.1. em 2020, o orçamento federal consignou dotações adicionais no valor de R$ 635,5 bilhões para custear as medidas de enfrentamento da pandemia, dos quais foram empenhados cerca de R$ 540,2 bilhões (85% do total) e pagos R$ 524 bilhões (97% do valor empenhado), tendo sido ainda inscrito em restos a pagar o montante de R$ 16,1 bilhões, cuja regularidade é objeto de análise no âmbito do processo TC 047.592/2020-6, em curso neste Tribunal;

9.1.2. foram repassados R$ 113,5 bilhões aos entes subnacionais em 2020 visando ao combate à pandemia e a seus efeitos, o que corresponde a 21,7% de toda a despesa paga destinada ao enfrentamento da Covid-19 (R$ 524 bilhões);

9.1.3. em termos de valores pagos em 2020, as três despesas mais vultosas voltadas ao combate da pandemia e a seus efeitos foram: Programa Auxílio Emergencial (R$ 292,1 bilhões); despesas autorizadas no âmbito da LC 173/2020 (R$ 60,1 bilhões) e Pronampe (R$ 38,1 bilhões);

9.1.4. no que se refere especificamente às dotações na função saúde, foram autorizados R$ 64,6 bilhões, dos quais foram empenhados R$ 42,5 bilhões e pagos R$ 39,7 bilhões; dos valores pagos, R$ 32,1 bilhões referem-se a transferências de recursos a estados, Distrito Federal e municípios e os demais R$ 7,6 bilhões foram executados pela própria União;

9.1.5. em 2020, a União editou atos normativos referentes à concessão de benefícios tributários a empresas e pessoas físicas, consistentes em diferimentos de tributos e redução de impostos regulatórios, cujo impacto acumulado, em 2020, alcançou R$ 172,85 bilhões; e os benefícios financeiros e creditícios instituídos como medidas de enfrentamento à Covid-19 somaram R$ 1,36 bilhão;

9.1.6. as receitas primárias líquidas de transferências, em 2020, somaram R$ 1,47 trilhão, R$ 143,63 bilhões a menos que os valores estimados na avalição do primeiro bimestre de 2020 (cenário anterior à crise provocada pela pandemia da Covid-19), ao passo que as despesas primárias totalizaram R$ 1,95 trilhão, R$ 461,19 bilhões a mais que os valores projetados na avaliação do primeiro bimestre de 2020;

9.1.7. o resultado primário do Governo Central para 2020 apresentou deficit de R$ 745,26 bilhões; em razão da pandemia de Covid-19 e de seus desdobramentos sociais e econômicos, o deficit se elevou em R$ 621,19 bilhões em relação à meta da LDO 2020 de R$ 124,07 bilhões; os meses de abril a setembro de 2020 concentraram os piores resultados do exercício, tanto pela redução de receitas quanto pelo aumento de despesas no período;

9.1.8. em 2020, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 88,8% do PIB, ante a previsão anterior à crise de 77,9% do PIB; a Dívida Pública Federal (DPF) atingiu 67,3% do PIB, ao passo que em 2019 representava 57,4% do PIB; em 2020, a DBGG somou R$ 6,6 trilhões, enquanto a DPF somou R$ 5 trilhões;

9.2. com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, c/c o subitem 32.5.1 dos Padrões de Monitoramento do TCU, considerar implementada a recomendação contida no item 9.1 do Acórdão 2.026/2020-TCU-Plenário, c/c os itens 9.2 e 9.3.2 do Acórdão 2.710/2020-TCU-Plenário;

9.3. encaminhar cópia deste acordão ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República; e

9.4. juntar cópia desta decisão ao TC 036.616/2019-2, em razão do disposto no art. 5º, inciso II, da EC 106/2020;

9.5. restituir os autos à Semag para continuidade do acompanhamento.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0908-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 909/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.161/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alfredo Rafael Collado (214.149.648-97); Consorcio Spe (11.476.212/0001-66); Engevix Engenharia e Projetos S/a (00.103.582/0001-31); Gerson de Mello Almada (673.907.068-72); Jose Carlos Mendes Lopes (147.514.106-87); Jose Octavio Lisboa de Alvarenga (659.757.588-15); José Cláudio Gago Lima (043.102.348-44); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72); Nova Participacoes S.a. (02.357.415/0001-42); Paulo Roberto Costa (302.612.879-15); Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15); Promon Engenharia Ltda (61.095.923/0001-69); Promon S.a. (05.315.149/0001-83); Renato de Souza Duque (510.515.167-49); Skanska Brasil Ltda. (02.154.943/0001-02).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal: Danielle Gama Bessa Bites (OAB/RJ 115408), Adjair da Cunha dos Santos (OAB/SP 353.060), e Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial constituída em atendimento ao Acórdão 632/2017-TCU-Plenário, para apurar potencial prejuízo ocorrido no âmbito do Contrato 0800.0056801.10.2, celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e o Consórcio SPE, composto pelas empresas Skanska Brasil Ltda., Promon Engenharia Ltda. e Engevix Engenharia S.A., para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. realizar, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, a citação solidária dos seguintes responsáveis, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa quanto ao superfaturamento decorrente das fraudes na licitação da Unidade de Destilação Atmosférica e a Vácuo (UDAV-Comperj) e da consequente diferença de desconto médio que seria obtido caso não houvesse a atuação do cartel no certame, conforme estudo econométrico resultante do Acórdão 3.089/2015-TCU-Plenário, e/ou recolham aos cofres da Petrobras S.A. a quantia de R$ 128.841.658,19 (data base: 19/11/2009), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data base até a data do recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15), na condição de Diretor de Abastecimento da Petrobras, por:

9.1.1.1 aprovar a contratação direta das obras da UDAV-Comperj com sobrepreço, conforme Ata DE 4.798, de 5/3/2010; e

9.1.1.2 praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo: i) o direcionamento das licitações, por meio da restrição à competitividade e da divulgação de informações sigilosas da estatal; e ii) a prática de preços excessivos; - o que propiciou a ocorrência de formalização do Contrato 0800.0056801.10.2 com sobrepreço e o consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.2. Sr. Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), na condição de Diretor de Serviços da Petrobras, por:

9.1.2.1 aprovar a contratação direta das obras da UDAV-Comperj com sobrepreço, conforme Ata DE 4.798, de 5/03/2010; e

9.1.2.2 praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo: i) o direcionamento das licitações, por meio da restrição à competitividade e da divulgação de informações sigilosas da estatal; ii) a prática de preços excessivos; - o que propiciou a ocorrência de formalização do Contrato 0800.0056801.10.2 com sobrepreço e o consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.3. Sr. Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15), na condição de Gerente Executivo de Engenharia da Petrobras, por:

9.1.3.1. ser signatário do DIP ENGENHARIA 895/2009, datado de 16/12/2009, que propôs a contratação direta do Consórcio SPE (Skanska-Promon-Engevix) para execução das obras da UDAV-Comperj com preços excessivos; e

9.1.3.2. praticar atos de gestão ou omitir-se no seu poder-dever de agir para impedir a ação delituosa contra as licitações da Petrobras, mediante recebimento de vantagem indevida das empresas cartelizadas, permitindo: i) o direcionamento das licitações, por meio da restrição à competitividade e da divulgação de informações sigilosas da estatal; e ii) a prática de preços excessivos; - o que propiciou a ocorrência de formalização do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj) com sobrepreço e o consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.4. Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), na condição de Presidente da Petrobras, por:

9.1.4.1. aprovar a contratação direta das obras da UDAV-Comperj com sobrepreço, conforme Ata DE 4.798, de 5/3/2010;

9.1.4.2. inobservar os deveres dos administradores das sociedades anônimas, previsto no art. 158 da Lei 6.404/1976, sendo conivente ou negligenciando a apuração de atos irregulares praticados por outros administradores ou, se deles tendo conhecimento, deixando de agir para impedir a sua prática;

9.1.4.3. falhar no seu dever de diligência previsto no art. 153 da Lei 6.404/1976 e supervisionar e controlar de forma deficiente os atos praticados por seus subordinados;

9.1.4.4. por obstruir os trabalhos de fiscalização do TCU e falhar no seu dever de investigar, uma vez que não adotou as providências exigidas de um administrador ao tomar conhecimento dos indícios de irregularidades apontados pela auditoria do TCU no empreendimento; - sendo que do conjunto de condutas resultou a ocorrência de formalização do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj) com sobrepreço e consequente superfaturamento, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998.

9.1.5. Consórcio SPE (CNPJ 11.476.212/0001-66), na condição de signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por se beneficiar de atos de corrupção e de conluio que resultou no superfaturamento detectado no referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.6. Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02), na condição de integrante do Consórcio SPE (Skanska-Promon-Engevix), signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por praticar atos de corrupção e conluio, por intermédio de seus representantes, assim como beneficiar-se do superfaturamento resultante do referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.7. Promon Engenharia Ltda. (CNPJ 61.095.923/0001-69), na condição de integrante do Consórcio SPE (Skanska-Promon-Engevix), signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por praticar atos de corrupção e conluio, por intermédio de seus representantes, assim como beneficiar-se do superfaturamento resultante do referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.8. Engevix Engenharia S.A., atualmente denominada Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (CNPJ 00.103.582/0001-31), na condição de integrante do Consórcio SPE (Skanska-Promon-Engevix), signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por praticar atos de corrupção e conluio, por intermédio de seus representantes, assim como beneficiar-se do superfaturamento resultante do referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998

9.1.9. Nova Engevix Participações S.A., atualmente denominada Nova Participação S.A. (CNPJ 02.357.415/0001-42), na condição de controladora da empresa Engevix Engenharia S.A (CNPJ 00.103.582/0001-31), integrante do Consórcio SPE (Skanska-Promon-Engevix) e signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por agir com abuso da personalidade jurídica por intermédio dos seus presidentes, diretores e/ou empresas, de forma a contribuírem diretamente para a prática do conluio e de corrupção ativa, que resultou no superfaturamento detectado no referido ajuste, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998

9.1.10. Sr. Alfredo Rafael Collado (CPF 214.149.648-97), na condição de Presidente da Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02) e signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com vantagens indevidas, em particular o Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.11. Sr. José Claudio Gago de Lima (CPF 043.102.348-44), na condição de Diretor da Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02) e signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com vantagens indevidas, em particular o Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.12. Sr. José Octávio Lisboa de Alvarenga (CPF 659.757.588-15), na condição de Diretor da Promon Engenharia Ltda. (CNPJ 61.095.923/0001-69) e signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com vantagens indevidas, em particular o Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros da sociedade empresarial, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.13. Sr. Gerson de Mello Almada (CPF 673.907.068-72), na condição de Vice-Presidente da Engevix Engenharia S.A (CNPJ 00.103.582/0001-31), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com vantagens indevidas, em particular o Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros Grupo Engevix, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

9.1.14. Sr. José Carlos Lopes Mendes (CPF 147.514.106-87), na condição de Diretor da Engevix Engenharia S.A (CNPJ 00.103.582/0001-31) e signatário do Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), por participar de atos ilícitos, mediante formação de cartel e/ou pagamento de propinas a agentes da estatal, para fraudar o processo licitatório da Petrobras e obter contrato e aditivos de obras com vantagens indevidas, em particular o Contrato 0800.0056801.10.2 (UDAV-Comperj), de forma a maximizar indevidamente os lucros do Grupo Engevix, contrariando o Princípio da Economicidade e com infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal, arts. 3º e 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993 e item 1.2 do Decreto 2.745/1998;

Valor Original do Débito:

R$ 128.841.658,19 (data-base 19/11/2009)

Valor Total do Débito Atualizado (Art. 28 c/c os arts. 24 e 23, III, b da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei 6.822/1980. De acordo com a Decisão 1.122/2000-TCU-Plenário e o Acórdão 1.603/2011-TCU-Plenário com alterações do Acórdão 1.247/2012-Plenário):

R$ 215.945.366,56 - Apurado atualizado entre 20/2/2013 (data prevista originalmente para conclusão do contrato) até a data: 18/9/2020 (peça 179).

9.2. autorizar a realização de fiscalização de conformidade na Petrobras, com fundamento no art. 249, inciso I, do RI/TCU, com vistas a examinar a legalidade e economicidade dos termos aditivos do Contrato 0800.0056801.10.2, firmados entre a Petrobras e o Consórcio SPE (Skanska-Promon-Engevix) para a execução das obras da UDAV-Comperj, em virtude dos indícios de acréscimos indevidos de prazo e custos durante a execução contratual, envolvendo indícios de pagamento de propina a agente públicos e privados, incluindo a possibilidade de se analisar os preços contratados com base nas notas fiscais que porventura o TCU tenha acesso por meio de diligências autorizadas pelo Ministro-Relator; e

9.3. dar ciência desta decisão aos responsáveis, à Petróleo Brasileira S/A, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Advocacia-Geral da União (AGU), ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e à Controladoria-Geral da União (CGU).

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0909-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 910/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.487/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Diego Calixto dos Santos (051.407.954-18); Jeannyne Beltrão Lima Siqueira (013.242.724-90); Marx Beltrão Lima Siqueira (026.965.644-85).

4. Entidade: Município de Coruripe - AL.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

8. Representação legal: Morgana Pedrosa de Barros Torres (OAB/AL 11.259), Diogo Prata Lima (OAB/AL 7.909), Caroline Maria Vieira Lacerda (OAB/DF 42.238).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade dos Srs. Marx Beltrão Lima Siqueira, ex-prefeito (2005/2012) e Diego Calixto dos Santos, ex-gerente de apoio financeiro da secretaria municipal de educação, bem assim da Sra. Jeannyne Beltrão Lima Siqueira, ex-secretária municipal de educação, todos de Coruripe/AL, em razão da realização de pagamentos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb sem a comprovação documental da realização das despesas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento dos autos;

9.2 acolher as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Diego Calixto dos Santos (051.407.954-18) e Marx Beltrão Lima Siqueira (026.965.644-85) e excluir suas responsabilidades nestes autos;

9.3. julgar irregulares as contas da Sra. Jeannyne Beltrão Lima Siqueira (013.242.724-90), ex-secretária de educação de Coruripe/AL, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea c da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 e com o arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III do Regimento Interno do TCU;

9.4 condenar a responsável identificada no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, do Município de Coruripe/AL, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados das datas especificadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

Data	Valor (R$)	Data	Valor (R$)
26/1/2011	1.928,00	16/8/2011	76.230,00
11/2/2011	30.000,00	17/8/2011	146.760,00
1/3/2011	50.000,00	25/8/2011	20.000,00
1/3/2011	810,00	31/8/2011	56.650,00
2/3/2011	3.087,00	9/9/2011	78.200,00
3/3/2011	136.970,00	14/9/2011	145.940,00
28/3/2011	22.490,00	21/9/2011	78.895,60
8/4/2011	128.756,00	29/9/2011	7.011,50
8/4/2011	74.810,00	5/10/2011	14.780,00
12/4/2011	50.000,00	19/10/2011	16.860,00
19/5/2011	131.590,00	26/10/2011	147.750,00
19/5/2011	77.410,00	26/10/2011	90.000,00
20/5/2011	15.000,00	4/11/2011	18.000,00
6/6/2011	76.410,00	10/11/2011	15.000,00
20/6/2011	138.840,00	18/11/2011	5.730,00
21/6/2011	7.512,00	23/11/2011	45.800,00
15/7/2011	70.000,00	7/12/2011	120.960,00
22/7/2011	13.500,00	9/12/2011	70.000,00
27/7/2011	735,00	12/12/2011	38.800,00
1/8/2011	7.370,50	13/12/2011	78.520,00
3/8/2011	5.000,00	15/12/2011	689,00
3/8/2011	7.560,00	15/12/2011	7.979,84
4/8/2011	56.730,80	15/12/2011	7.996,55
9/8/2011	7.950,00	15/12/2011	720,00
9/8/2011	7.780,00	15/12/2011	74.200,00
9/8/2011	7.970,00	20/12/2011	320,00
10/8/2011	36.549,78	20/12/2011	2.100,00
10/8/2011	45.000,00	20/12/2011	305,00
11/8/2011	6.240,00	28/12/2011	131.040,00
12/1/2012	145.740,00	19/10/2012	7.988,00
8/2/2012	7.947,00	1/11/2012	32.268,53
8/2/2012	7.997,60	1/11/2012	39.903,93
8/2/2012	4.362,97	7/11/2012	130.000,00
8/2/2012	40.000,00	23/11/2012	7.491,00
8/2/2012	38.730,80	23/11/2012	4.722,00
8/2/2012	795,00	23/11/2012	7.999,90
14/2/2012	146.435,00	23/11/2012	1.840,00
15/2/2012	7.470,65	23/11/2012	920,00
28/2/2012	90.250,00	23/11/2012	1.420,00
13/3/2012	7.987,50	23/11/2012	1.380,00
4/4/2012	62.140,00	23/11/2012	1.576,20
12/4/2012	23.000,00	23/11/2012	1.565,00
13/4/2012	355,60	23/11/2012	1.990,26
13/4/2012	149.715,00	23/11/2012	3.265,26
18/4/2012	1.570,00	23/11/2012	7.968,36
18/4/2012	597,00	23/11/2012	852,00
7/5/2012	50.000,00	23/11/2012	7.991,80
9/5/2012	195.058,00	23/11/2012	950,00
17/5/2012	780,00	23/11/2012	540,00
17/5/2012	7.996,90	23/11/2012	7.983,20
17/5/2012	7.569,00	23/11/2012	6.800,00
17/5/2012	7.800,00	23/11/2012	7.602,78
1/6/2012	14.590,00	23/11/2012	7.912,95
5/6/2012	30.000,00	23/11/2012	16.930,00
6/6/2012	171.360,00	23/11/2012	110.800,00
12/6/2012	21.222,42	23/11/2012	14.280,00
14/6/2012	42.550,00	23/11/2012	2.350,00
5/7/2012	141.120,00	23/11/2012	1.670,00
6/7/2012	149.357,60	23/11/2012	1.398,71
9/7/2012	7.951,00	23/11/2012	1.480,31
9/7/2012	1.700,00	23/11/2012	79.340,00
11/7/2012	600,00	23/11/2012	77.050,00
8/8/2012	39.042,00	26/11/2012	149.314,50
13/8/2012	171.360,00	4/12/2012	7.833,00
15/8/2012	6.746,23	5/12/2012	2.770,00
24/8/2012	48.000,00	5/12/2012	675,00
4/9/2012	25.000,00	5/12/2012	3.268,00
4/9/2012	53.450,61	5/12/2012	7.951,80
13/9/2012	110.880,00	5/12/2012	5.383,10
14/9/2012	2.030,00	5/12/2012	7.620,80
14/9/2012	1.489,23	5/12/2012	9.132,39
14/9/2012	240,00	5/12/2012	1.983,95
14/9/2012	560,00	5/12/2012	6.230,00
14/9/2012	580,00	5/12/2012	7.998,40
14/9/2012	1.030,00	5/12/2012	1.380,00
14/9/2012	424,50	7/12/2012	110.960,00
14/9/2012	352,00	11/12/2012	76.550,00
14/9/2012	7.590,00	12/12/2012	7.944,65
14/9/2012	243,32	12/12/2012	138.920,80
14/9/2012	75.000,00	19/12/2012	16.150,55
19/9/2012	78.200,00	19/12/2012	145.094,21
19/9/2012	78.294,00	19/12/2012	142.010,20
24/9/2012	7.860,00	20/12/2012	3.300,00
24/9/2012	7.882,00	20/12/2012	7.718,50
26/9/2012	5.861,77	20/12/2012	6.870,00
26/9/2012	1.594,92	20/12/2012	7.998,70
26/9/2012	39.600,00	20/12/2012	3.000,00
26/9/2012	13.450,00	20/12/2012	6.400,32

3/10/2012	47.939,15	20/12/2012	7.059,50
3/10/2012	12.681,72	20/12/2012	1.680,00
4/10/2012	100.800,00	20/12/2012	450,00
17/10/2012	3.220,90	28/12/2012	590,00
17/10/2012	2.360,00	28/12/2012	3.332,00
17/10/2012	1.948,10	28/12/2012	7.535,49
17/10/2012	560,00	28/12/2012	7.655,55
17/10/2012	7.988,50	28/12/2012	7.742,00
17/10/2012	5.804,00	28/12/2012	76.721,00
17/10/2012	1.495,00	28/12/2012	1.872,00
17/10/2012	25.000,00	28/12/2012	171.360,00
19/10/2012	1.380,00	28/12/2012	14.800,90
19/10/2012	7.999,25	-	-

9.5. aplicar à Sra. Jeannyne Beltrão Lima Siqueira (013.242.724-90) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/ 1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar à responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8 encaminhar ao município de Coruripe/AL a documentação necessária à cobrança judicial dos débitos descritos no subitem 9.3 supra, caso não sejam atendidas as respectivas notificações, na forma do art. 219, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

9.9 dar ciência deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

9.10 encaminhar cópia do presente acórdão ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), ao Município de Coruripe/AL e ao Conselho do Fundeb do Município de Coruripe/AL, para ciência e adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0910-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 911/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.751/2015-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrentes: Asas de Socorro (01.052.752/0001-69); Rocindes José Correa (866.327.608-72).
4. Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Neves Teodoro Rezende de Sousa (28.373/OAB-GO) e outros, representando Rocindes José Correa e Asas de Socorro.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este recurso de revisão interposto em face do Acórdão 5.294/2019-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. não conhecer do recurso de revisão;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0911-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 912/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.868/2020-0.
1.1. Apenso: 022.766/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidades: Advocacia-Geral da União; Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público (excluído); Controladoria-Geral da União; Defensoria Pública da União; Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cidadania; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto); Ministério da Defesa; Ministério da Economia; Ministério da Educação; Ministério da Infraestrutura; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Saúde; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Turismo; Ministério Público da União; Presidência da República; Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Vice-Presidência da República (vinculador).
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de acompanhamento das licitações e contratações efetuadas com recursos públicos federais e oriundos de contribuições parafiscais no período de abril de 2020 a março de 2021.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e de acordo com os pareceres, em:
9.1. considerar alcançados os objetivos do presente acompanhamento de aquisições logísticas com recursos federais e de contribuições parafiscais no exercício de abril/2020 a março/2021;
9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que dê continuidade ao acompanhamento sistemático, no âmbito de aquisições logísticas, de editais e de contratos de órgãos, incluídos os citados no art. 15, I, alínea "j", do Regimento Interno do TCU, e de entidades, ainda que não integrantes da Administração Pública Federal, que recebam recursos federais e parafiscais; e
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0912-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 913/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.834/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação.
3. Responsável: Walter Lins Arcoverde (CPF 606.693.307-87).
4. Unidade: Agência Nacional de Mineração - ANM.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCom).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação da SeinfraCom, autuada, em cumprimento ao Acórdão 1.837/2020 - Plenário, com vistas à elaboração de "proposta de audiências em decorrência de omissão sistemática na coordenação e gestão do planejamento e da execução da ação de fiscalização da atividade minerária, caracterizada pelo descumprimento do art. 9º da Lei 7.805/1989".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e de acordo com os pareceres da SeinfraCom, com fundamento nos arts. 12, § 3º, 28, inciso II, e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 169, inciso V, 214, inciso III, alínea "a", 235 e 237, inciso VI, em:
9.1. conhecer desta representação e considerá-la procedente;
9.2. considerar revel Walter Lins Arcoverde;
9.3. aplicar a Walter Lins Arcoverde multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
9.4. fixar ao responsável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar o desconto da dívida na remuneração do responsável, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;
9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação e não seja possível o desconto acima determinado;
9.7. dar ao responsável e à Agência Nacional de Mineração ciência deste Acórdão, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.8. encerrar este processo.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0913-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 914/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.289/2019-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Responsáveis/Representante:
3.1. Responsáveis: Luiz Roberto Leite Fonseca (440.952.013-04); e George Antunes de Oliveira (CPF 123.537.604-49).
3.2. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - TCU (Secex-RN)
4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Natal - RN.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação em cumprimento da determinação emanada pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no processo TC 016.586/2016-6, por meio do Acórdão 1.842/2017-TCU-Plenário sobre possível "sobrepreço no âmbito do Contrato 67/2016, firmado pelo município de Natal/RN em decorrência da dispensa de licitação denominada Coleta de Preços 21/2016", que teve por objeto a "contratação emergencial de empresa especializada na operacionalização das atividades administrativas e de apoio ao Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU 192 Natal), por um período de 180 (cento e oitenta) dias",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. aplicar ao Sr. George Antunes de Oliveira (CPF 123.537.604-49), Secretário de Saúde de Natal/RN, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, IV, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida; e
9.4. enviar cópia desta deliberação, e da instrução de peça 43, à Secretaria Municipal de Saúde de Natal - SMS/Natal e aos responsáveis.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0914-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 915/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.155/2019-7.

1.1. Apenso: 020.772/2019-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento.

3. Responsáveis: Nilton José de Andrade (358.460.707-87); Victor da Silva Coelho (031.499.617-69).

4. Órgão/Entidade/Unidade(s): Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES; e Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento da determinação de que trata o item 9.2 do Acórdão 142/2017-Plenário, cujo cumprimento foi apreciado pelo Acórdão 829/2020-Plenário, no qual foram realizadas novas determinações para efetivar a operação do sistema de abastecimento de água construído na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, Município de Cachoeiro do Itapemirim/ES,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar não cumpridas as determinações dos itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 829/2020-Plenário, quanto às providências para efetivar a operação do sistema de abastecimento de água construído na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, Município de Cachoeiro do Itapemirim/ES;

9.2. aplicar ao Senhor Victor da Silva Coelho a multa prevista no inc. IV do art. 58 da Lei 8.443/1992, c/c incs. IV e VII do art. 268 do RI/TCU, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. conceder novo e improrrogável prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, para que a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES dê cumprimento às providências indicadas no item 1.7.1 do Acórdão 829/2020-Plenário, alertando-se o ente federado de que o injustificado não atendimento dessas providências nesse novo prazo poderá sujeitar o gestor municipal à multa prevista no inciso VII do art. 58 da Lei 8.443/1992; e

9.5. conceder novo e improrrogável prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, para que a Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo dê cumprimento às providências indicadas no item 1.7.2 do Acórdão 829/2020-Plenário, alertando-se o seu gestor de que o injustificado não atendimento dessas providências nesse novo prazo poderá sujeita-lo à multa prevista no inciso VII do art. 58 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0915-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 916/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.783/2021-0.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Representante: Módulo Security Solutions S/A (CNPJ 28.712.123/0001-74).

4. Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio de Minas Gerais - SESC-MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.

8. Representações legais: Roberto Liporace Nunes da Silva (OAB-DF 43.665), e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de adoção de medida cautelar inaudita altera pars, por meio da qual a empresa Módulo Security Solutions S/A apresenta notícias a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Presencial 99/2020, promovido pelo Serviço Social do Comércio de Minas Gerais - SESC-MG, que tem por objeto o "registro de preço para contratação de empresa especializada para execução de serviços para realização da fase de preparação do Projeto de Implantação do Sistema de Gerenciamento e Privacidade e Proteção de Dados",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar, com fundamento no art. 276, caput, e § 1º do Regimento Interno/TCU, a medida cautelar suspensiva do Pregão Presencial 99/2020, ou do contrato dele decorrente, promovido pelo Serviço Social do Comércio de Minas Gerais - SESC-MG, adotada pelo relator por meio de Despacho (peça 21 dos autos), transcrito no relatório que precede este Acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado Despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação, ao SESC-MG e à empresa representante.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0916-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 917/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC-037.000/2018-7

2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Recorrentes: Decolando Turismo e Representações Ltda. (CNPJ 05.917.540/0001-58) e Voar Turismo Eireli (CNPJ 26.585.506/0001-01).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - CREF/SC, Defensoria Pública do Rio Grande do Norte - DPE/RN e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP/RN.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representações legais: Alex Luciano Valadares de Almeida (OAB/MG 99.065 e OAB/DF 40.996) Andressa Caroline Adams OAB/RS 115.104) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelas empresas Decolando Turismo e Representações Ltda. e Voar Turismo Eireli ao Acórdão 2847/2020 - Plenário, em processo de representação autuado para apurar indícios de fraude em pregões realizados para contratação de empresas de agenciamento de viagens, com vistas ao fornecimento de passagens aéreas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela empresa Decolando Turismo e Representações Ltda. (CNPJ 05.917.540/0001-58), por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 287 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos pela empresa Voar Turismo Eireli (CNPJ 26.585.506/0001-01), para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, com os efeitos integrativos descritos nas razões expostas pelo Relator, mantendo os exatos termos do Acórdão 2847/2020-Plenário;

9.3. dar ciência deste Acórdão às embargantes;

9.4. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos, a fim de que dê prosseguimento ao exame dos pedidos de reexame interpostos às peças 142 e 147.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0917-13/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 918/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-010.594/2020-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Carla Bersot Viana (096.125.927-21).

4. Órgão: 9ª Bateria de Artilharia Antiaérea (Escola) do Comando do Exército - 9ª Bia AAAe (Es).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela 9ª Bateria de Artilharia Antiaérea (Escola) do Comando do Exército - 9ª Bia AAAe (Es) contra a Sra. Carla Bersot Viana, curadora da sua avó, Sra. Carlota Mello da Silva, beneficiária de pensão militar, por ter deixado a curadora de comunicar o falecimento da pensionista e por apresentar documentação inidônea para fins de prova de vida anual, mantendo o recebimento dos pagamentos da pensão no período de 1º/2/2016 a 1º/7/2017, mesmo após o óbito da curatelada.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Carla Bersot Viana, condenando-a ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1º/2/2016	7.098,20
1º/3/2016	7.098,20
1º/4/2016	7.098,20
1º/5/2016	7.098,20
1º/6/2016	11.155,76
1º/7/2016	7.098,00
1º/8/2016	7.411,71
1º/9/2016	7.411,71
1º/10/2016	7.411,71
1º/1/2016	10.953,98
1º/12/2016	7.411,69
1º/1/2017	7.773,22
1º/2/2017	7.773,22
1º/3/2017	7.773,22
1º/4/2017	7.773,22
1º/5/2017	7.773,12
1º/6/2017	12.308,76
1º/7/2017	7.773,12

9.2. aplicar à Sra. Carla Bersot Viana a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas a que se referem os subitens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), cientificando a responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. considerar grave a infração cometida pela Sra. Carla Bersot Viana, com base no art. 270 do Regimento Interno/TCU;

9.6. aplicar à Sra. Carla Bersot Viana a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 270 do Regimento Interno/TCU;

9.7. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, e à 9ª Bia AAAe (Es) para ciência.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0918-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 919/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-029.521/2020-3.
2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Agravo.
3. Agravante: Município de Itaguaçu da Bahia/BA.
4. Entidade: Município de Itaguaçu da Bahia/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Eraldo Ramos Tavares Júnior (21.078/OAB-BA) e outros, representando Tersan Construções e Comércio Ltda. (00.560.759/0001-29); Waldomiro Lins de Albuquerque Neto (11.552/OAB-BA) e outros, representando Setel Construtora Ltda.; Alex Vinícius Nunes Novaes Machado (18.068/OAB-BA), representando o Município de Itaguaçu da Bahia/BA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos este Agravo interposto pelo Município de Itaguaçu da Bahia/BA contra medida cautelar que determinou ao aludido ente a suspensão da execução do Contrato 149/2020, firmado com a sociedade empresarial Setel Construtora Ltda., até que este Tribunal se manifeste conclusivamente a respeito das questões tratadas no bojo deste feito.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 289 do Regimento Interno/TCU, conhecer do Agravo interposto pelo Município de Itaguaçu da Bahia/BA (Peça 62), para, no mérito, dar-lhe provimento, revogando a medida cautelar que suspendia a execução do Contrato 149/2020, firmado com a pessoa jurídica Setel Construtora Ltda.;

9.2. considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela sociedade empresarial Setel Construtora Ltda. (Peça 71), bem como do expediente juntado pelo Município de Itaguaçu da Bahia/BA (Peça 85);

9.3. autorizar a SeinfraCOM, ao elaborar a instrução referente ao mérito desta Representação, a adotar as seguintes medidas:

9.3.1. promover a análise da adequação dos preços pactuados no âmbito do Contrato 149/2020 àqueles praticados no mercado, manifestando-se conclusivamente acerca da ocorrência de sobrepreço;

9.3.2. ao examinar o mérito da presente Representação, analise, em conjunto com os elementos constantes dos autos, os demais argumentos constantes das peças mencionadas nos subitens 9.1 e 9.2 supra e seus anexos.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0919-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 920/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.802/2020-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Acompanhamento.
3. Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento conduzido, durante o período de abril a setembro de 2020, pela Secretaria de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental) sobre as ações emergenciais promovidas pelo Comitê de Crise do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estando essa fiscalização em sintonia com o Plano Especial de Acompanhamento (PEA) do Covid-19 aprovado pelo Plenário do TCU em 25/3/2020;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar o integral cumprimento do presente acompanhamento, tendo alcançado o seu objetivo;

9.2. promover por intermédio da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, a devida avaliação sobre a conveniência e oportunidade de realizar, com prioridade, as eventuais ações de controle nos projetos apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com as suas entidades vinculadas, no bojo do Programa Pró-Brasil a fim de, entre outros aspectos, avaliar o desempenho dos correspondentes projetos sob os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, tendo a unidade técnica destacado, para tanto, que sete projetos do MAPA estariam em tramitação no âmbito do Programa Pró-Brasil, com quatro projetos para o eixo da "Ordem" e com três pré-aprovados para o eixo do "Progresso", perfazendo o montante de R$ 14 bilhões;

9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.3.1. ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para ciência e eventual adoção das medidas cabíveis em face, entre outros, dos seguintes aspectos: (i) a possível lentidão na operacionalização do CDS-PAA ainda não figuraria como achado, já que, apesar das peculiaridades dessa política pública, a execução planejada estaria em cumprimento pelos gestores públicos; (ii) o pedido de crédito extraordinário pelo MAPA no âmbito da EC n.º 106 (Orçamento de Guerra), de 2020, não teria sido acatado pelo Ministério da Economia, por não corresponder à demanda emergencial; (iii) a Casa Civil teria anunciado, em abril, o Programa Pró-Brasil, com sete projetos do MAPA ainda em análise sob o montante de R$ 14 bilhões, a despeito da ausência de ações do CC-Agro-Covid19 para o pós-pandemia; e (iv) a ausência de planos em médio e longo prazos para o pós-pandemia teria sido mitigada pelas tratativas do MAPA com a Casa Civil da Presidência da República e pelo eventual lançamento do Programa Pró-Brasil;

9.3.2. à Casa Civil da Presidência da República e ao Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia do Covid-19 (Giac-Covid-19) na Procuradoria-Geral da República, além do envio à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para ciência e eventual adoção das providências cabíveis; e

9.4. arquivar o presente feito, nos termos do art. 169, V, do RITCU.

10. Ata n° 13/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 20/4/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0920-13/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 50 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 28 de abril de 2021.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 705 - CJF, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a alteração do art. 2º da Resolução CJF n. 603, de 12 de novembro de 2019, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido nos Processos SEI n. 0000435-61.2020.4.90.8000 e 0002799-21.2020.4.90.8000, na sessão de 26 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar o § 2º do art. 2º da Resolução CJF n. 603, de 12 de novembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A apuração da distância, conforme previsto pelo parágrafo anterior, deverá observar o deslocamento real, e não em linha reta, conforme tabelas disponíveis em ferramentas de órgãos oficiais, Google Maps ou similares." (NR)

Art. 2º As ações, em fase de conhecimento ou de execução, ajuizadas no período de 1º de janeiro de 2020 até 31 de março de 2021, cuja competência territorial tenha sido alterada em decorrência da Resolução CJF n. 603, de 12 de novembro de 2019, continuarão a ser processadas e julgadas no juízo federal ao qual foram distribuídas, em atenção ao art. 43 do Código de Processo Civil.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

RESOLUÇÃO Nº 706 - CJF, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a alteração do art. 2º da Resolução CJF n. 705, de 27 de abril de 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o Plenário do Conselho da Justiça Federal, na sessão de 26 de abril de 2021, decidiu alterar o § 2º do art. 2º da Resolução CJF n. 603, de 12 de novembro de 2019, com a edição da Resolução CJF n. 705, de 27 de abril de 2021;

CONSIDERANDO que, nos termos das certidões de julgamento da sessão de 26 de abril de 2021, cabe ao Corregedor-Geral da Justiça Federal propor a atualização das datas previstas no art. 2º da Resolução CJF n. 705, de 2021;

CONSIDERANDO que as Decisões n. 0215512 no Processo n. 0000435-61.2020.4.90.8000, e n. 0215493 no Processo n. 0002799-21.2020.4.90.8000, ambas da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, indicam a urgência de atualização do marco temporal do art. 2º da Resolução CJF n. 705, de 2021, o qual deve ser alterado para 30 de junho de 2021;

CONSIDERANDO que compete ao Presidente do Conselho da Justiça Federal praticar, em caso de urgência, ato de competência do Plenário, nos termos do art. 10, inciso XXIII, do Regimento Interno do CJF, resolve:

Art. 1º Alterar, ad referendum, o art. 2º da Resolução CJF n. 705, de 27 de abril de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º As ações, em fase de conhecimento ou de execução, ajuizadas até 30 de junho de 2021, cuja competência territorial tenha sido alterada em decorrência da Resolução CJF n. 603, de 12 de novembro de 2019, continuarão a ser processadas e julgadas no juízo federal ao qual foram distribuídas, em atenção ao art. 43 do Código de Processo Civil." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº TRF2-RSP/00033, DE 22 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a alteração na estrutura organizacional do Gabinete do Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

- a Resolução nº TRF2-RSP-2017/00013, de 4 de abril de 2017, que dispõe sobre a estrutura móvel dos Gabinetes de Desembargadores Federais;

- o disposto no caput do art. 2º da mencionada Resolução;

- a necessidade de adequação da estrutura de funções comissionadas do Gabinete, visando a otimizar a força de trabalho, com o fito de favorecer o alcance das metas estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho da Justiça Federal;

- o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.416, de 2006, que autoriza os Órgãos do Poder Judiciário da União a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, os cargos em comissão e as funções comissionadas de seu Quadro de Pessoal, observando que é vedada a transformação de funções em cargos e vice-versa;

- o disposto no ofício nº TRF2-OFI-2021/02627, resolve:

Art. 1º - Excluir, da estrutura do Gabinete do Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro, 2 (duas) funções comissionadas de Assistente II (FC-02) e 2 (duas) funções comissionadas de Assistente IV(FC-04), transferindo o saldo para a reserva técnica da aludida Unidade Judiciária.

Art. 2º - Incluir, na estrutura do citado Gabinete, 1 (uma) função comissionada de Assistente III (FC-03) e 2 (duas) funções comissionadas de Assistente V (FC-05), utilizando saldo proveniente da reserva técnica mencionada no artigo anterior.

Art. 3º - Após as alterações promovidas por esta Resolução, o saldo remanescente na reserva técnica do Gabinete do Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro é de R$ 814,53 (oitocentos e quatorze reais e cinquenta e três centavos)

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MESSOD AZULAY NETO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 666, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução Cofen nº 658, de 28 de janeiro de 2021, que estabelece normas e padrões para a fabricação, expedição, utilização e controle das carteiras de identidade profissional do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 8º, inciso IV e XIII, e no Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012 e

CONSIDERANDO o Memorando nº 070/SIRC/DGEP/COFEN, de 14 de abril de 2021, em que consta solicitação de prorrogação por 150 (cento e cinquenta) dias do prazo de entrada em vigor da Resolução Cofen nº 658/2021, em face da ultimação do processo de licitação para contratação de empresa especializada para emissão da Carteira de Identidade Profissional;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 528ª Reunião Ordinária e tudo mais que consta no Processo Administrativo Cofen nº 913/2020, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir de 2 de maio de 2021, o prazo previsto no art. 27 da Resolução Cofen nº 658, de 28 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de fevereiro de 2021, nº 22, Seção 1, páginas 236/237.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BETANIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO CFFA Nº 616, DE 29 DE ABRIL DE 2021

"Dispõe sobre a alteração no Regulamento Eleitoral da Resolução CFFa nº 612, de 26 de março de 2021."

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; A Diretoria do Conselho Federal de Fonoaudiologia, ad referendum do Plenário, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando a Resolução CFFa nº 612/2021, que dispõe sobre a alteração do Regulamento Eleitoral dos Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia, publicada em 26 de março de 2021; Considerando a decisão da Diretoria do CFFa durante a 400ª Reunião de Diretoria, realizada no dia 23 de abril de 2021, resolve:

Art. 1ª Revogar a alínea 'e' do parágrafo único do artigo 34 do Regulamento Eleitoral, o qual fica com sua redação alterada para: Parágrafo único. O calendário eleitoral fixará, entre outros, os seguintes prazos: a) para designação da comissão eleitoral, que deverá ocorrer até 30 (trinta) dias antes da data a ser fixada para a publicação do edital de convocação referido na alínea "b"; b) para publicação do edital de convocação, que deverá ocorrer até 120 (cento e vinte) dias antes da data a ser fixada para as eleições; c) para protocolo de requerimento de registro de chapas, prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do edital, devendo ser entregue em dias úteis e de funcionamento do Conselho no período das 10h às 16h; d) período para apreciação do pedido de inscrição da chapa, publicação do deferimento ou indeferimento, abertura de impugnação das chapas ou recursos; e) (Revogado) f) para quitação dos débitos, autorizando o voto dos profissionais; g) para realização das eleições; h) para apresentação de justificativas pelos eleitores que deixaram de votar, 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da apuração dos votos; i) para consolidação dos documentos do processo eleitoral na forma do art. 40, inciso XII; j) para o encaminhamento da cobrança das multas eleitorais pelos Conselhos Regionais, de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia útil depois de findado o prazo para apresentação de justificativas.

Art. 2º No inciso I do § 1º do artigo 4º; no inciso I do § 1º do artigo 11; na alínea 'a' do inciso V do § 1º do artigo 11; e no inciso I do § 3º do artigo 46, onde se lê "cartão de identidade profissional", leia-se "identificação profissional".

Art. 3º Alterar o inciso II do artigo 2º do Regulamento Eleitoral, onde se lê artigo 35, leia-se artigo 34.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SILVIA TAVARES DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA RAMOS
Diretora Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR
RECURSO EM INTERDIÇÃO CAUTELAR CFM Nº 006/2021 (PAe 000006.31/2021-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000089/2020) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, de Interdição Cautelar Total do exercício da Medicina do apelante/interditado, para REVOGAR A INTERDIÇÃO CAUTELAR TOTAL, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 8 de abril de 2021. ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 81/2019 (PAe 000417.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000030/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe, por maioria, a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade por infração aos artigos 2º, 5º e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 5º e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizando, por maioria, infração aos artigos 1º, 10 e 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 19 de agosto de 2020. (data do julgamento) DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO, Presidente da Sessão; YASCARA PINHEIRO LAGES PINTO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 163/2020 (PAe 000163.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000138/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Extraordinária de PEP do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelos apelantes/denunciantes, em relação à 1ª apelada/denunciada, em acatar a Nota Técnica nº 183/2020 e DECRETAR, DE OFÍCIO, A EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM DECORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO e, em relação ao 2º apelado/denunciado, reformar a decisão do Conselho de origem, de absolvição, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 15 de setembro de 2020. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 000188/2020 (PAe 000188.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000049/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, dar provimento ao recurso interposto pelo 1º apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), dar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 81 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 3º apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 23 de outubro de 2020. (data do julgamento) LEONARDO EMILIO DA SILVA, Presidente da Sessão; NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 158/2020 (PAe 000158.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000061/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou à apelada/denunciada a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração ao artigo 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 92 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de novembro de 2020. (data do julgamento) RICARDO SCANDIAN DE MELO, Presidente da Sessão; TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 161/2020 (PAe 000161.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão (PEP nº 000005/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de novembro de 2020. (data do julgamento) HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 162/2020 (PAe 000162.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000077/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 8ª Câmara Extraordinária - 2020 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado/denunciado, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 18 e 73 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 73 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 17 de novembro de 2020. (data do julgamento) TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 167/2020 (PAe 000167.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000003/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 17, 19, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17, 19, 80 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de novembro de 2020. GRAZIELA SCHMITZ BONIN, Presidente da Sessão; NIVALDO AMARAL DE SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 172/2020 (PAe 000172.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (PEP nº 000011/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 10, 30, 58, 68 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 10, 30, 58, 68 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de novembro de 2020. LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Presidente da Sessão; NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 175/2020 (PAe 000175.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012295/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de novembro de 2020. MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; JENE GREYCE OLIVEIRA DA CRUZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 176/2020 (PAe 000176.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 11.195-405/13) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 9ª Câmara Extraordinária - 2020 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou à apelante/denunciada a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando as infrações aos artigos 1º, 22 e 75 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 17 de novembro de 2020. (data do julgamento) DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Presidente da Sessão; YASCARA PINHEIRO LAGES PINTO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 209/2020 (PAe 000209.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000123/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, dar provimento parcial ao recurso interposto pelos apelantes/denunciantes, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu o apelado/denunciado, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18) e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de novembro de 2020. NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Presidente da Sessão; LEONARDO EMILIO DA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 160/2020 (PAe 000160.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.410-367/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando, por maioria, a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 18, 21, 35, 40 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 21, 35, 40 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizando infração ao artigo 20 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro revisor. Brasília, 17 de dezembro de 2020. MARCOS LIMA DE FREITAS, Presidente da Sessão; MARCO TULIO MUNIZ FRANCO, Revisor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 166/2020 (PAe 000166.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 12.598-555/15) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d" do artigo 22 da Lei 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 9º, 11 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 9º, 11 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 9 de dezembro de 2020. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 179/2020 (PAe 000179.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso do Sul (PEP nº 000024/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na letra "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 51 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 51 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de dezembro de 2020. (data do julgamento) GRAZIELA SCHMITZ BONIN, Presidente da Sessão; LEONARDO EMILIO DA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 237/2020 (PAe 000237.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (PEP nº 000805/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou à apelante/denunciada a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de dezembro de 2020. (data do julgamento) GRAZIELA SCHMITZ BONIN, Presidente da Sessão; NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 164/2020 (PAe 000164.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000095/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração aos artigos 1º, 14 e 35 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 21 de janeiro de 2021. (data do julgamento) ESTEVAM RIVELLO ALVES, Presidente da Sessão; HELENA MARIA CARNEIRO LEÃO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 171/2020 (PAe 000171.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002348/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da remessa e pela manutenção da decisão do Conselho de origem, que aplicou ao denunciado a sanção de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e" do artigo 22 da Lei nº 3.267/57, por infração aos artigos 14, 15 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 15 e 30 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de janeiro de 2021. (data do julgamento) JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO, Presidente da Sessão; RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 180/2020 (PAe 000180.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000003/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de janeiro de 2021. (data do julgamento) NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 202/2020 (PAe 000202.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000031/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 10, 21 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 10, 21 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de janeiro de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 247/2020 (PAe 000247.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000030/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de janeiro de 2021. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 034/2020 (PAe 000034.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (PEP nº 000019/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, negar provimento ao recurso interposto pelo 1º apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, por infração aos artigos 7º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 7º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 1º, 2º, 8º, 9º e 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 2º, 8º, 9º e 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 170/2020 (PAe 000170.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 000154/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados, mantendo a

decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, em relação ao 1º apelante/denunciado, por infração aos artigos 18, 68 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 68 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 112 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09); em relação ao 2º apelante/denunciado, por infração aos artigos 18, 111 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 111 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 112 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09); e em relação ao 3º apelante/denunciado, por infração aos artigos 18, 51 e 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 51 e 117 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 112 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Presidente da Sessão; NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 183/2020 (PAe 000183.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 011800/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (Trinta) Dias", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 21 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 21 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração aos artigos 19 e 20 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; ARMANDO BOCCHI BARLEM, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 000187/2020 (PAe 000187.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002792/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 14 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Presidente da Sessão; GRAZIELA SCHMITZ BONIN, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 213/2020 (PAe 000213.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000022/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 37 e 45 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 9º e 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigos 9º e 17 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Presidente da Sessão; JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 230/2020 (PAe 000230.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000065/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, por infração aos artigos 23, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23, 30, 38 e 40 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 11 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 231/2020 (PAe 000231.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000045/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 06 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Presidente da Sessão; LEONARDO EMILIO DA SILVA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 242/2020 (PAe 000242.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000026/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado/denunciado a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 21, 22, 32, 34 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 21, 22, 32, 34 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) IRENE ABRAMOVICH, Presidente da Sessão; MARCOS LIMA DE FREITAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 251/2020 (PAe 000251.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (PEP nº 000031/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 32 e 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 36 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 23 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) MARCO TULIO MUNIZ FRANCO, Presidente da Sessão; ANDRE SOARES DUBEUX, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 255/2020 (PAe 000255.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000011/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que ABSOLVEU a apelada/denunciada, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 273/2020 (PAe 000273.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012668/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 57 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09) e artigos 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 10 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Presidente da Sessão; HIDERALDO LUIS SOUZA CABECA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 282/2020 (PAe 000282.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000182/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, por infração ao artigo 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 11 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 287/2020 (PAe 000287.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000007/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 28 (vinte e oito) dias", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 10 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) HIDERALDO LUIS SOUZA CABEÇA, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 292/2020 (PAe 000292.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000046/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, por infração aos artigos 2º, 10, 18, 58, 68 e 115 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10, 18, 58, 68 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 11 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 303/2020 (PAe 000303.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000003/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, por infração aos artigos 23 e 55 do do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 23 e 55 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 10 de fevereiro de 2021. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 417/2019 (PAe 000173.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 011626/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, negar provimento ao recurso interposto pelo 1º apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 2º, 10, 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 10, 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 2º, 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de março de 2021. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 450/2019 (PAe 000355.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (PEP nº 000028/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que aplicou a sanção de

"Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (imprudência e negligência) e 15 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 15 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 25 de março de 2021. (data do julgamento) MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 256/2020 (PAe 000256.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000017/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer, dar provimento parcial ao recurso interposto pela 1º apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 19 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), e negar provimento ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de março de 2021. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 262/2020 (PAe 000262.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000110/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção "Censura Púbica em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 18, 115 e 118 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18, 114 e 117 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de março de 2021. (data do julgamento) EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Presidente da Sessão; RICARDO SCANDIAN DE MELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 276/2020 (PAe 000276.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (PEP nº 000018/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3. 268/57, para determinar sua ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 17 de março de 2021. (data do julgamento) JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 281/2020 (PAe 000281.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002774/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelado/denunciado a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de março de 2021. (data do julgamento) RICARDO SCANDIAN DE MELO, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 284/2020 (PAe 000284.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (PEP nº 000040/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração ao artigo 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de março de 2021. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 286/2020 (PAe 000286.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (PEP nº 000029/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos recursos interpostos pelos apelante/denunciante e apelante/denunciado, mantendo a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apelante/denunciado a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de março de 2021. (data do julgamento) NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Presidente da Sessão; FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 302/2020 (PAe 000302.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000034/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 5ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento à reclamação apresentada, reconhecendo a tempestividade do recurso e, quanto ao mérito, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, reformando a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao reclamante/denunciado a sanção de "Suspenção do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para lhe aplicar a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, por infração aos artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 18 de março de 2021. (data do julgamento) TATIANA BRAGANCA DE AZEVEDO DELLA GIUSTINA, Presidente da Sessão; EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 306/2020 (PAe 000306.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000057/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento aos recursos interpostos pelas apelantes/denunciadas, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para determinar a ABSOLVIÇÃO de ambas, descaracterizando infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 18 de março de 2021. (data do julgamento) NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 307/2020 (PAe 000307.13/2020-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012286/2015) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (Trinta) Dias", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para aplicar-lhe a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por infração aos artigos 5º e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 5º e 80 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/18), descaracterizando infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de março de 2021. (data do julgamento) ADRIANO SERGIO FREIRE MEIRA, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator.

Brasília-DF, 29 de abril de 2021.
JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.391, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Prorroga a data de entrega da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do exercício de 2020, do Sistema CFMV/CRMV's.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições definidas no inciso XXIII, artigo 7º, do Regimento Interno (Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007), e na alínea 'f' do artigo 16 e no artigo 31 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968; Considerando a mudança do prazo limite para apresentação da declaração do Imposto de Renda 2021, ano-base 2020; Considerando a deliberação tomada pelo Plenário do CFMV durante a sua CCCXLVI Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2021, em Brasília/DF, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, para 30 de junho de 2021 a data limite, estabelecida no Artigo 4º, da Resolução CFMV nº 1049 de 14 de fevereiro de 2014, para entrega da Prestação de Contas do exercício de 2020, do Sistema CFMV/CRMV's.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.392, DE 29 DE ABRIL 2021

Julga as Prestações de Contas dos Conselhos Regionais que especifica.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso X, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e com os artigos 4º a 6º e 12 da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014; Considerando o Parecer emitido pela Comissão de Tomada de Contas do CFMV (CTC/CFMV); Considerando a deliberação tomada pelo Plenário do CFMV durante a sua CCCXLVI Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2021, em Brasília/DF, resolve:

Art. 1º Julgar regulares as Prestações de Contas referente ao exercício de 2019 dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária dos Estados do Amazonas e Sergipe.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.393, DE 29 DE ABRIL DE 2021

Homologa a 1ª Reformulação Orçamentária referente ao exercício de 2021 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Acre.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso da atribuição que lhe confere a alínea 'f' do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso XII do artigo 3º da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e § 3º do artigo 2º da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014; Considerando a deliberação tomada pelo Plenário do CFMV durante a sua CCCXLVI Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º - Homologar a 1ª Reformulação Orçamentária do exercício 2021, do CRMV-AC, em conformidade com a planilha demonstrativa:

I - 1ª Reformulação do CRMV - AC

Receitas Correntes	771.700,00	Despesas Correntes	886.500,00
Receitas de Capital	174.800,00	Despesas de Capital	60.000,00
TOTAL	946.500,00	TOTAL	946.500,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HELIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

DECISÃO COREN/PR Nº 15, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Restituição de receitas recolhidas a maior ou em duplicidade.

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, com o Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Federal nº 5.905/1973 e Regimento Interno do Coren/PR; CONSIDERANDO as disposições do Código Tributário Nacional - Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966, que confere direito ao sujeito passivo da obrigação tributária à restituição total ou parcial do tributo, nas hipóteses previstas no art. 165 do mesmo código; CONSIDERANDO a Resolução Cofen n°. 586/2018, que estabelece as normas para restituição de receita recebida a maior ou em duplicidade no âmbito do Sitema Cofen x Conselhos Regionais; CONSIDERANDO a deliberação da 667ª Reunião Ordinária de Plenário do Coren/PR, realizada em 17 de março de 2021; , decide:

Art. 1º A restituição de receita do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, recebida em duplicidade ou a maior, será efetivada com a observância das normas estabelecidas nesta Decisão.

Art. 2° O Coren/PR confirmando o recebimento da receita em duplicidade ou a maior procederá, de ofício, a restituição ao contribuinte.Parágrafo único. Compete ao órgão incumbido da execução dos registros de arrecadação no Coren/PR abrir e instruir o processo de restituição de ofício.

Art. 3º O contribuinte que constatar direito creditório de receita tributária, recolhida a maior ou em duplicidade, poderá requerer a restituição do seu crédito à Presidência do Coren/PR, apresentando o comprovante do recolhimento que originou o pagamento em duplicidade ou a maior e do primeiro pagamento relativo ao mesmo tributo. Parágrafo 1º As cópias dos comprovantes poderão ser autenticadas pelo atendente que procederá com o registro do protocolo da solicitação. Parágrafo 2º Na impossibilidade de apresentação de comprovante de pagamento por parte do Profissional, o requerimento poderá ser protocolado, porém dependerá de análise mais aprofundada dos registros indicados.

Art. 4° O requerimento físico bem como documentos suporte ao pedido seguirão os mesmos tramites do protocolo eletrônico.

Art. 5° Somente poderá ser restituída a receita recebida em duplicidade, ou a maior, entendendo-se como tal o registro contabilizado do crédito correspondente seja por requerimento ou de ofício. Parágrafo único. Compete ao órgão incumbido da execução dos serviços de Contabilidade no Coren/PR atestar no processo a realização da receita, fazendo constar os seguintes dados: a) origem e natureza do crédito contabilizado; b) valor e data do registro contábil; e c) nome da pessoa, jurídica ou física, com inscrição principal ou secundária no Coren, seguido do número de inscrição/registro e categoria profissional.

Art. 6º A Procuradoria-Geral deverá emitir parecer que demonstre a legalidade do pedido de restituição do profissional.

Art. 7º A Controladoria-Geral ou órgão de controle interno deverá emitir parecer que demonstre e ateste a conformidade da documentação obrigatória ao pedido de restituição do profissional.

Art. 8º Os processos de restituição deverão ser apreciados em Reunião de Plenária para fins decisórios.

Art.9º Aprovado o processo de restituição e reconhecido o direito creditório, a restituição será feita pelo Coren/PR mediante transferência entre contas de mesmo banco, Transferência Eletrônica Disponível - TED, Ordem de Pagamento Bancário ou por Cheque Administrativo, todos em favor do Profissional de Enfermagem favorecido.

Art. 10. Após aprovado, a Coordenação Financeira deverá atualizar o valor a ser restituído pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou em sua falta, outro que o substituía.

Art. 11. O prazo de prescrição do direito à restituição é de (05) cinco anos, contados da data do pagamento a maior ou em duplicidade.

Art. 12. Efetuada a restituição, o débito respectivo será contabilizado na conta da receita própria se ocorrer no próprio exercício em que for arrecadada; se a receita foi arrecadada em exercícios anteriores, o débito será contabilizado na conta de Indenizações e Restituições de Exercícios Anteriores.

Art. 13. Feita a restituição ao credor, por requerimento ou de ofício, o Coren/PR poderá solicitar ao Cofen a restituição da cota parte sobre a receita devolvida, desde que cumpridas todas as formalidades exigidas na legislação tributária, instruindo o processo com documento contábil do Coren/PR que ateste a realização da receita, com os seguintes dados: a) cópias dos comprovantes do recolhimento que originou o pagamento em duplicidade ou a maior e cópia do primeiro pagamento relativo ao mesmo tributo; b) origem e natureza do crédito contabilizado; c) valor e data do registro contábil; d) nome da pessoa, jurídica ou física, com inscrição principal ou secundária no Coren, seguido do número de inscrição/registo e categoria profissional; e) quadro demonstrativo detalhado com todas as informações do profissional beneficiário da devolução, demonstrando o valor devolvido e respectivo 1/4 referente à cota parte repassada ao Cofen; f) parecer da Procuradoria-Geral do Regional que ateste a legalidade da restituição; g) parecer da Controladoria-Geral do Regional que demonstre e ateste a conformidade da documentação obrigatória ao pedido de restituição.

Art. 14. Esta decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

RITA SANDRA FRANZ
Presidente do Conselho

EDUARDO JOSÉ TRUPPEL
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP-08 Nº 2, DE 24 DE ABRIL DE 2021

Institui o Protocolo de Biossegurança do CRP-PR, no contexto da Pandemia da COVID-19.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ - CRP-PR, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e, CONSIDERANDO: 1. Que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do novo coronavírus (COVID-19) em todos os Continentes caracteriza pandemia; 2. A imperiosa necessidade de se evitar a contaminação em larga escala, com máxima redução da exposição de pessoas ao risco; 3. A necessidade de planejar ações para adequação das estruturas internas de trabalho às normas sanitárias vigentes, em especial, às orientações da Organização Pan Americana de Saúde - OPAS; 4. A existência de recursos tecnológicos suficientes a viabilizar a realização de grande parte das atividades à distância; 5. O Decreto Legislativo nº 6/2020, que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil; 6. Deliberação do XIV Plenário do CRP-PR, em reunião plenária do dia 24 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º - Instituir e aprovar o Protocolo de Biossegurança do CRP-PR, no contexto da pandemia da COVID-19.

Art. 2º - Os casos omissos do Protocolo de Biossegurança, serão resolvidos por maioria dos membros da Diretoria ou pelo Plenário.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e tem vigência no período de pandemia.

CÉLIA MAZZA DE SOUZA
Conselheira Presidente

LUCCAS DANNIEL MAYER CECHETTO
Conselheiro Secretário

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 28 DE ABRIL DE 2021

O CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - TERCEIRA REGIÃO (CRQ-III), no uso das suas atribuições legais e regimentais, e em atendimento as deliberações ocorridas na 834ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º - Revisar, alterar e atualizar o Plano de Cargos de Livre Provimento (PCLP) e, outrossim converte sua nomenclatura para Plano de Cargos em Comissão e de Funções de Confiança (PCFC), na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º - Revogam-se todas os normativos anteriores sobre o tema e seus dispositivos, em especial revoga a Portaria n.º 10 de 27 de setembro de 2017 e a Portaria n.º 021, de 19 de novembro de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL BARRETO ALMADA
Presidente do Conselho

